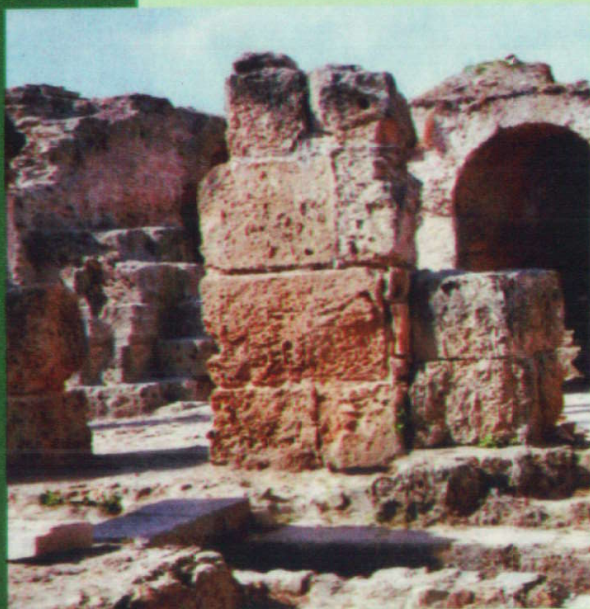


Mário Curtis Giordan



História da
ANTIGÜIDADE
ORIENTAL

Esta obra, primeiro volume da história universal publicado pela Vozes, inicia-se com uma breve introdução ao estudo da história, que abrange temas como: O que é história?, O homem e a história, Divisão do estudo da história, Fontes da história, Ciências auxiliares, Filosofia da história, Utilidade do estudo da história, etc.

O capítulo primeiro trata longamente da Idade da Pedra e da Idade dos Metais, iniciando-se com algumas considerações sobre a origem da humanidade à luz das Ciências Biológicas, da Filosofia e da Teologia.

O capítulo seguinte reveste importância primordial para o estudioso da História Antiga do Oriente, pois focaliza os novos rumos tomados por essa disciplina em virtude das grandes descobertas arqueológicas e da decifração das escritas antigas (como por exemplo, a escrita hieroglífica e a escrita cuneiforme).

Nos demais capítulos são estudados os principais aspectos das antigas civilizações do Oriente: Egito, Mesopotâmia, persas, fenícios, hebreus. Do Oriente Distante destacam-se a Índia e a China.

Atenção especial merece o estudo que o autor dedicou a povos que outrora não figuravam nos compêndios de história antiga: sumérios, lídios, hititas e hurritas. No final de cada item o autor sintetizou o respectivo legado à grande corrente das civilizações.



**HISTÓRIA
DA ANTIGUIDADE
ORIENTAL**



MÁRIO GILBERTO GORDANI

Título de Direito Romano da Faculdade de Direito Cândido Mendes
do Estado do Rio de Janeiro

História da Antiguidade Oriental

Copyright © 1969 by
Editora VOZES Limitada

EDITORIA
VOZES

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100. Petrópolis, RJ - Brasil - CEP 25689-900
Caixa Postal 90023 - Tel.: (0xx24) 2233-9000
Fax: (0xx24) 2231-4676

BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO FRANCISCO DE ASSIS

DEDICATÓRIA

A minha Mãe

*Natália Curtis Giordani,
com carinho e amor filiais,
dedico a presente obra.*

O AUTOR.

PRÓLOGO

1. A presente obra foi escrita com a principal finalidade de oferecer aos estudantes do curso de História das Faculdades de Filosofia, um livro de introdução à História da Antiguidade Oriental. Explica-se, assim, a feição didática que procuramos imprimir ao trabalho. Tal feição didática visa ainda oferecer aos professores do ensino secundário, especialmente do segundo ciclo, matéria para o fácil preparo de suas aulas de História. A obra que ora apresentamos desenvolve quase todos os pontos do programa de História do segundo ciclo referentes ao Antigo Oriente. As freqüentes referências bibliográficas facilitarão o aprofundamento do estudo de qualquer capítulo.

Nossa História da Antiguidade Oriental destina-se também a todos os intelectuais que, sem fazerem estudos mais aprofundados, desejarem pôr-se em dia com os principais fatos da História Antiga do Oriente.

2. Falamos em «pôr-se em dia». O estudo da História exige atualização. As constantes descobertas arqueológicas têm ampliado consideravelmente o campo dos conhecimentos históricos, ressuscitando civilizações (como a dos sumérios, hititas, hurritas, elamitas, etc.), que velhos e, por diversas razões, notáveis compêndios de História desconhecem. Procuramos oferecer ao leitor uma História quanto possível atualizada da Antiguidade Oriental. A primeira dificuldade para essa atualização é, aqui no Brasil, encontrar revistas especializadas em História da Antiguidade Oriental. Os preços proibitivos e o interesse de apenas diminuto número de leitores fazem com que as grandes revistas européias, que versam sobre o Oriente Antigo, se tornem, entre nós, verdadeiras raridades. E ninguém ignora que, sem a assinatura de uma boa revista especializada, é praticamente impossível a atualização em qualquer ramo dos conhecimentos humanos.

3. O leitor encontrará no fim do presente volume uma lista das obras e dos autores a que se referem as notas do texto. Nem todos os autores citados possuem o mesmo valor. Assinalamos com um asterisco aqueles cujos trabalhos constituem obras fundamentais para o estudo da História.

4. Uma dificuldade para a qual chamamos a atenção do leitor é a Cronologia Oriental. As descobertas mais recentes tiveram como consequência uma acentuada mudança nas datas de certos acontecimentos da História do Oriente Antigo. O leitor poderá ter uma idéia dessas transformações se comparar as seguintes datas assinaladas para o início do reinado de Hamurabi:

Hall (H. A. do Oriente Próximo)... 2125 a.C.

Delorme (Chronologie des Civilisations)... 2003 a.C.

Parrot (Babylone et l'Ancien Testament)... 1792 a.C.

A «Histoire Universelle» da Encyclopédie de la Pléiade indica como limites prováveis do reinado de Hamurabi: 1730 a.C. — 1685 a.C.

Essas oscilações dificultam o estabelecimento de quadros síncronos dos acontecimentos de diversas regiões. Na presente História seguimos, de um modo geral, a Cronologia da citada «Histoire Universelle».

5. Outra dificuldade para quem deseja escrever sobre o Oriente Antigo é a grafia de nomes próprios, especialmente de soberanos. Uma grafia rigorosamente científica dificultaria, muitas vezes, a própria pronúncia da palavra; um aportuguesamento puro e simples dos nomes estrangeiros envolve o risco de desvirtuá-los e afastá-los por demais dos originais. Procuramos solver essas dificuldades orientando-nos pelas diferentes obras (especialmente traduções) existentes em português sobre o Oriente Antigo. A divergência da grafia dos nomes antigos é grande. Cada autor, cada tradutor adota um sistema mais ou menos diferente. Verificamos também que os autores estrangeiros encontram o mesmo obstáculo. Dia virá, talvez, em que um grupo de historiadores e filólogos nos dêem uma grafia definitiva e razoável desses nomes históricos.

Com essas breves observações, entregamos ao benévolo leitor a presente obra, na esperança de que a mesma venha, de qualquer forma, contribuir para sua iniciação na sedutora disciplina de Clio.

O Autor.

BREVE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA

1. QUE É HISTÓRIA?

1. A Palavra "História"

A palavra «História» originou-se do grego *historía* (ἱστορία) e passou, através do latim, para grande parte dos idiomas modernos significando não só o estudo e a exposição dos fatos do passado mas os próprios fatos. A palavra «História» é, pois, modernamente, empregada em dois sentidos distintos: *subjetivo* e *objetivo*. Quando falamos em «História» como estudo, conhecimento ou exposição dos fatos do passado humano, estamos usando o termo no sentido *subjetivo*. Neste sentido é que podemos dizer: «A História do Brasil é fácil». Quando, porém, empregamos a palavra «História» para designar os fatos do passado, estamos fazendo uso do vocábulo em seu sentido *objetivo*, isto é, estamos pensando no objeto dos estudos históricos, que são os próprios acontecimentos.

Originariamente a palavra «História» podia designar toda e qualquer investigação científica, e é curioso notar que Heródoto, o pai da História, é o «primeiro autor grego a nos transmitir diretamente a palavra «História», empregada por ele em dois sentidos diferentes: no de «pesquisa científica» (por exemplo, no Prefácio da sua obra), e no de «resultado de tal pesquisa», digamos: «informação, relatório, exposição» (por exemplo, VII, 96).¹

2. A Historiografia Através dos Tempos

Embora a palavra «História» remonte aos gregos, o hábito de registrar os acontecimentos do passado perde-se na noite dos tempos. Não é fácil indicar, com precisão, onde e quando surgiram os primeiros historiadores. Eles existiram em todos os povos que tiveram à sua disposição um meio de gravar suas idéias, seus sentimentos e suas recordações: Esse meio por excelência foi a escrita. Podemos, talvez, afirmar que a História nasceu com a arte de escrever. Convém, entretanto, observar que o modo e a finalidade com que se escreveu a História não foram sempre os mesmos. Bernheim, autor de um famoso estudo sobre o «Método da História e da Filosofia da História» (*Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*), distinguiu, não sem algum exagero, na evolução da maneira de conceber e de escrever a História, três etapas diferentes: a História narrativa, a História pragmática, ou didática, e a História genética.²

A História narrativa e a pragmática assinalam o período pré-científico da Historiografia. A História genética marca o caráter científico a que chegou a Historiografia Moderna.

A História narrativa obedece a um critério geográfico-cronológico, isto é, consiste na mera exposição de fatos ocorridos em determinado espaço e segundo a ordem de sucessão temporal. Podemos citar, como exemplo, a Historiografia do Antigo Oriente e a obra de Heródoto.

A História pragmática ou didática obedece a um critério utilitário: visa extrair da exposição dos acontecimentos lições de ordem prática e de natureza moralizante. Exemplo clássico de História didática é a obra de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso a respeito da qual o autor declara: «Basta que ela seja considerada útil por quem deseje possuir uma justa idéia dos tempos passados e prejudicar os incidentes mais ou menos semelhantes cuja repetição o jogo das paixões humanas determinará».

A História genética caracteriza-se pela preocupação de indicar as causas e as conseqüências dos eventos do passado humano. A História adquire então foros de ciência.

Concluamos esses breves comentários sobre as três etapas percorridas pela Historiografia, com as seguintes importantes observações: «A tripartição tem certo valor, contanto que não tornemos absolutas as oposições que são mais gradativas que essenciais, pelo menos entre os grandes historiadores de todos os tempos. Também a historiografia moderna descreve, e deve descrever; também ela contém lições, e, afinal, também os antigos e os medievos tinham certas idéias a respeito do caráter genético e do progresso histórico das artes e das ciências».³

3. Definição de História

Após os comentários sobre a palavra «História» e sobre as três grandes etapas percorridas pela Historiografia, procuremos definir a História de acordo com a acepção científica que modernamente se atribui ao vocábulo. As definições dão, muitas vezes, margem a dúvidas e a infundas e estéreis discussões. Foge à finalidade deste trabalho fazer dissertações eruditas sobre o assunto; tais dissertações caberiam, talvez, num tratado de Introdução à História. Vejamos, a título de exemplo, algumas definições de História:

«A História é a ciência dos atos humanos do passado e dos vários fatores que neles influíram, vistos na sua sucessão temporal».⁴

«A ciência histórica estuda e expõe os fatos do desenvolvimento do homem nas suas manifestações (singulares, típicas e coletivas) como ser social no tempo e no espaço».⁵

«A História é o conhecimento do passado humano».⁶

Como vemos, vale aqui o famoso provérbio: Quot capita, tot sententiae! Quantas cabeças, tantas sentenças!

Sem maiores pretensões, vamos apresentar e comentar uma singela definição que, ao menos implicitamente, contém os elementos indispensáveis para que todos tenham uma exata compreensão do que se deva

entender modernamente por História. «Exposição verídica dos principais acontecimentos do passado da Humanidade, considerados em suas causas e conseqüências. Comentemos brevemente essa definição:

Exposição: a exposição supõe evidentemente um trabalho criterioso de investigação e, claro está, o conhecimento do resultado dessa investigação;

verídica: significa que a exposição histórica deve fundamentar-se em fontes fidedignas;

principais acontecimentos: só interessam ao historiador os acontecimentos que tiveram certa repercussão social, (como, v. g., o assassinato de César) ou que, em seu conjunto, servem para caracterizar uma sociedade, uma época, um estilo de vida, etc. (como, v. g., a maneira de vestir, os aspectos da vida cotidiana, etc.);

passado da Humanidade: o objeto próprio da História são os atos praticados, no passado, pelo homem como animal racional. O passado pode ser remoto ou próximo; no último caso é objeto da chamada História Contemporânea. Veremos, mais adiante, a importância do papel do ser humano na História bem como a utilidade do conhecimento do passado;

considerados em suas causas e conseqüências: a História é ciência não só porque a exposição histórica supõe uma série de pesquisas de caráter científico mas também porque obedece ao princípio eminentemente científico de indagar das causas e das conseqüências dos acontecimentos, mostrando o encadeamento dos mesmos através dos séculos.

4. Pré-História e Proto-História

Após esse breve estudo sobre o conceito de História, julgamos conveniente reservar algumas linhas para uma rápida explicação de dois termos relativamente recentes: Pré-história e Proto-história.

Pré-História. Como a própria composição do vocábulo sugere, dá-se a denominação de Pré-história aos tempos que precederam a História propriamente dita. Os limites entre a Pré-história e a História são traçados teoricamente pelo aparecimento da escrita. Os tempos pré-históricos seriam, pois, aqueles que se iniciam com o aparecimento do homem na Terra e terminam com o aparecimento dos primeiros documentos escritos. As atividades e realizações dos homens durante esse longo período estão ao alcance de nosso conhecimento somente através de vestígios como fósseis, instrumentos, utensílios, armas, restos de construção, desenhos e até mesmo tradições orais.

Note-se que a palavra Pré-história, além de designar os tempos anteriores à História, significa também a ciência que estuda esses mesmos tempos. Com relação à palavra Pré-história, julgamos interessante transcrever a seguinte observação: «Aqui, vem a propósito denunciar a impropriedade e inconveniência da palavra *pré-história*, usada, é certo, para designar um período da história de que sobram apenas restos escas-

sos, mas que sugere a existência de algum período *a-histórico*. Tal palavra deve ser urgentemente substituída pela palavra *proto-história*, aliás já adotada para designar os primeiros tempos da história conhecida, isto é, a primeira história».⁷

Proto-história significa, pois, primeira história, o que é um tanto vago.

«O que caracteriza o período *proto-histórico* é a passagem de um estado social elementar, constituído por pequenos agrupamentos, clãs ou família, a um estado social evoluído, a uma organização por cidades e reinos».⁸ Na *proto-história*, a escrita ensaia os primeiros passos e os metais começam a ser utilizados ao lado de instrumentos de pedra.

Acentuemos, desde já, que, na prática, o estabelecimento de limites entre a *Pré-história*, *Proto-história* e *História* propriamente dita, oferece não poucas dificuldades e que é absolutamente impossível fugir, nessas divisões, a um certo artificialismo.

5. O Homem e a História

E' fácil concluir, das definições supracitadas, que o homem é a causa por excelência da História. São suas ações dotadas de projeção social que constituem a História através dos milênios. Não só a Sagrada Escritura como as antigas tradições pagãs sobre o aparecimento do ser humano o apresentam logo como dominador dos demais seres da natureza. O Gênesis (1,26) assim narra a criação do Homem: «Depois disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, e presida aos peixes do mar e às aves do céu, e aos animais selváticos, e à terra inteira, e a todos os répteis que se movem sobre a terra». Descrevendo a criação, Ovídio observa que «faltava um ser mais nobre, dotado de alta inteligência e feito para mandar a todos os demais seres». «Sanctius his animal mentisque capacius altae deerat adhuc et quod dominari in cetera posset». O Autor do ser humano, segundo o poeta latino, como que a mostrar-lhe a missão de dominador, «enquanto os outros animais tinham a face voltada para a terra, ergueu a testa do homem, ordenou-lhe que contemplasse os céus e fixasse os olhares nos astros». «Pronaque cum spectent animalia cetera terram, os homini sublime dedit caelumque videre iussit et erectos ad sidera tollere vultus».⁹

O homem desempenha, pois, o papel central no Drama Humano que se desenrola no tempo e no espaço e que as páginas da História registram. Desde o alvorecer da Humanidade até os tempos presentes, notamos a atividade humana num progresso lento, às vezes, porém sempre constante. As gerações se sucedem deixando umas às outras apreciável legado, rico em experiências e conquistas materiais e espirituais. E se considerarmos o conjunto das realizações do Gênero Humano, não pode-

mos deixar de meditar na frase de Pascal: «Todo o séquito dos homens, durante o decurso de tantos séculos, deve ser considerado como um mesmo homem que subsiste sempre e que aprende continuamente».¹⁰

6. Causalidade Histórica e Causalidade Física

Do que escrevemos sobre o papel do homem na História, é fácil depreender a existência de uma diferença fundamental entre a causalidade histórica e a causalidade física. Os fenômenos históricos «não se prestam a experiências como os fenômenos físicos: o tempo histórico é irreversível e irrepetível. As causas físicas têm caráter prospectivo, quer dizer: podemos predizer que fenômeno A (por exemplo, a temperatura de 100° C) terá por resultado fenômeno B (por exemplo, o ferver da água). A causalidade histórica possui apenas valor retrospectivo, quer dizer: o conjunto das circunstâncias A (por exemplo, a opressão política e social do «Ancien Régime», as idéias esclarecidas do século XVIII, etc.) torna-nos compreensível o aparecimento do acontecimento B (por exemplo, a Revolução Francesa, que, por sua vez, é um fenômeno extremamente complexo), mas sempre devemos admitir que o fenômeno B podia ter sido bem diferente do que foi na realidade».¹¹

E' fácil, portanto, verificar quão falsos são os sistemas interpretativos da História que dela fazem «pura geometria, encadeando os acontecimentos com uma necessidade inelutável, como outros tantos teoremas que se demonstram».¹² Com razão escreve Jacques Pirenne: «O determinismo e o materialismo histórico contribuíram certamente para desenvolver este horrível cinismo, batizado em nossos dias com o nome de realismo, que nos fez perder todo o sentido dos valores morais para não mais acreditar senão na necessidade da ordem material».¹³

Que dizer então das famosas leis históricas combatidas por uns, defendidas com tanto entusiasmo por outros? E' inegável que, sob a influência das mesmas circunstâncias, o comportamento humano adquire certa regularidade, isto é, os homens costumam freqüentemente proceder de maneira semelhante. Deste procedimento, porém, não podemos de forma alguma inferir uma certeza física que nos assegure com precisão matemática a sua repetição constante, sempre que se renovem as mesmas condições; podemos, sim, estabelecer certas leis morais que possuirão apenas um valor relativo, pois estarão, em última análise, sujeitas à incalculabilidade do livre arbítrio. «As chamadas leis históricas são, no fundo, aquelas leis morais, ilustradas e confirmadas por numerosos exemplos da história. Não possuem o rigor das leis físicas, cujo funcionamento podemos repetir à vontade. A história não se repete jamais. A verdade expressa pelas «leis históricas» aproxima-se muito perto da sabedoria popular, contida num provérbio. Não desprezamos nem a sabedo-

ria dos provérbios nem a da história, mas cumpre que lhe conheçamos a natureza e não a equiparemos a uma fórmula matemática ou a uma lei física». ¹⁵

7. Civilização e História

O objeto dos estudos históricos são as realizações do homem como animal racional, em todos os seus aspectos. Essas realizações constituem o que chamamos *civilização*. Muito já se tem escrito sobre os conceitos de *cultura* e *civilização*. «Estabelece-se certa distinção entre as duas expressões, reservado o termo «cultura» a tudo o que se refere ao homem, e estando seu estudo mais adstrito à antropologia; a «civilização» será fenômeno da sociedade, estado mais apurado de diversos aspectos da vida social». ¹⁶ Na presente obra vamos, simplesmente, considerar ambas as expressões como sinônimas. Assim é que, por civilização ou cultura, entendemos o conjunto de realizações da Humanidade em todos os setores da atividade humana: político, social, científico, técnico, artístico, literário, religioso, etc. «Cada grupo social possui as suas técnicas, organiza a estrutura de sua família, regula, mediante normas estáveis, as relações de convivência, encarna em formas variadas a manifestação de seus sentimentos estéticos, morais e religiosos. A todo este conjunto de condições materiais e espirituais de uma vida coletiva dá-se o nome de civilização». ¹⁶

2. DIVISÃO DO ESTUDO DA HISTÓRIA

1. Critérios

Podemos, para facilitar a compreensão dos grandes acontecimentos do passado, dividir a História quer sob o ponto de vista temático (escolhendo, como critério da divisão, o assunto), quer sob o ponto de vista cronológico (escolhendo o tempo como critério). É óbvio que qualquer divisão do estudo da História dificilmente fugirá a um artificialismo, pois a História é um suceder contínuo em que os eventos estão entrosados uns com os outros, sem solução de continuidade.

2. Divisão Temática

Levando em consideração o assunto tratado, distinguimos a História Particular ou Nacional, que abrange apenas os acontecimentos de uma nação, e a História Geral ou Universal, que compreende as realizações de toda a Humanidade. Ressalta o artificialismo da divisão se considerarmos, a título de exemplo, a História do Brasil estudada sem que se levem em consideração os episódios contemporâneos da História Universal.

Ao lado da História Geral e da História Particular, podemos colocar outros tipos de História delimitados por um objetivo especial. Assim,

por exemplo, temos a História Eclesiástica, a História das Artes, etc. Na realidade todos esses tipos de História nada mais são que aspectos da História Geral e supõem-na como substrato indispensável.

3. Divisão Cronológica

A divisão da História sob o ponto de vista cronológico recebe a designação de *periodização*. A conhecida tripartição da História em Antiguidade, Idade Média e Época Moderna remonta aos humanistas. Coube a Keller (em latim, Cellarius), professor de Halle, consagrar a hoje clássica tripartição quando, em 1688, publicou sua História Tripartida. Para Cellarius, a História Antiga chegava até Constantino, a Média até a tomada de Constantinopla pelos turcos, e a Moderna até os dias em que vivia.

No século passado acrescentaram-se à divisão tradicional as expressões: Pré-história e Idade Contemporânea. Com relação à tripartição, anotemos, entre outros, os seguintes inconvenientes: a) seu caráter artificial. Tal artificialismo aparece principalmente quando procuramos demarcar os diferentes períodos. Quem não conhece, por exemplo, as divergências entre os historiadores quando querem indicar o início da Idade Média? Na realidade, o fluxo contínuo dos acontecimentos não conhece compartimentos estanques; b) a divisão tripartida foi feita com vistas à formação e evolução da Civilização Ocidental. Não pode, portanto, ser aplicada à História dos povos do Oriente Distante.

Apesar desses e de outros inconvenientes, os historiadores vêm mantendo a tradicional divisão, pois que a mesma não deixa de facilitar os estudos históricos. «Fazer-lhes oposição seria um absurdo, visto que a tríade tem sido consagrada pela tradição, e outros esquemas, apesar das suas vantagens aparentes, no fundo têm os mesmos defeitos».¹⁸

3. AS FONTES DA HISTÓRIA

1. Noção e Divisão das Fontes

Fontes históricas são os meios que nos levam à reconstituição do passado. A exposição histórica só merece este nome quando se alicerça em fontes fidedignas. A procura e a escolha das fontes chama-se Heurística.

De um modo geral, podemos distinguir as seguintes espécies de fontes: Textos escritos. Tradição oral. Tradição pictórica. Restos.

O critério para essa divisão é a forma exterior com que os documentos chegaram até nós.¹⁹

Os textos escritos constituem as fontes mais importantes. Com efeito, para uma reconstituição exata dos acontecimentos pretéritos pode contribuir tudo que, com relação a esses acontecimentos, foi escrito: atos oficiais, produções literárias, científicas, filosóficas, religiosas, inscrições, cartas, memórias, periódicos, crônicas, anais, biografias e, sobretudo, livros históricos no sentido próprio da palavra.

Tradição oral. A transmissão oral da notícia de fatos através das gerações desempenhou, outrora, um papel importantíssimo na conservação da lembrança de acontecimentos. Como exemplo de tradição oral, podemos citar as sagas, as lendas, os contos populares, etc. Às vezes, a tradição oral, depois de transmitida por notável espaço de tempo, é fixada por escrito. Tal aconteceu, por exemplo, na Índia, com os Vedas.

A tradição pictórica, como o nome está a indicar, é formada pela representação figurada de cenas do passado: quadros históricos, obras de escultura, plantas de cidades, mapas, brasões, fotografias e até mesmo filmes.

Restos. Entende-se por restos tudo o que sobrou do passado e que pode, de qualquer forma, contribuir para o conhecimento histórico. «Não foram feitos com o fim de transmitirem conhecimentos históricos à posteridade, e essa circunstância lhes dá um grande valor objetivo. Uma vez provada a autenticidade dos «restos», merecem nossa plena confiança, visto que não mentem. Mas não mentem porque não falam; a tarefa do historiador, por vezes bastante difícil, consiste em forçá-los a falar». ^{2o} E' a partir do século XIX que os historiadores começam a dar maior importância aos restos e a usá-los com cuidado e frequência como fontes históricas de primeira ordem.

Como exemplo de «restos», podemos citar: os fósseis humanos, as armas, os instrumentos, as ruínas, as próprias línguas, os costumes antigos, etc.

2. A Crítica das Fontes

Não basta ao historiador dispor de grande número de fontes para reconstituir cientificamente o passado humano. Aliás, em matéria de fontes históricas, mais que o número vale a qualidade: «non numerantur sed ponderantur» (não se contam, pesam-se).

Cabe à crítica histórica julgar da boa ou má qualidade das fontes históricas e, para atingir esse fim, usar de critérios extrínsecos e intrínsecos ao documento. O uso desses critérios permitirá estabelecer a *autenticidade* (quem foi o autor e a época em que escreveu), a *veracidade* (o autor disse a verdade), e a *integridade substancial* (o documento chegou até nós sem maiores alterações que invalidem sua substância).

3. As Forjicações

A crítica histórica tem prestado relevantes serviços à causa da verdade, pondo a nu diversas forjicações que, muitas vezes, durante séculos, foram aceitas como autênticas.

Citemos, para exemplificar, algumas das mais famosas:

A *Donatio Constantini* (Doação de Constantino) é um falso documento elaborado, segundo alguns autores, provavelmente no século VIII, sob o pontificado de Adriano I.²¹ De acordo com o texto da famosa forjicação, o primeiro César cristão, curado da lepra pelo Papa Silvestre II, teria dado ao pontífice e seus sucessores excepcionais poderes sobre Roma e sobre os antigos territórios do Império Romano Ocidental. A falsificação foi descoberta, em separado, por três eruditos do século XV: o cardeal Nicolau de Cusa, o humanista Lourenço Valla e o bispo inglês Reinaldo Peacock.

Os *Monita secreta* (instruções secretas) foram publicados pela primeira vez no século XVIII em Cracóvia sob o título de *Monita Privata Societatis Iesu*. Seu conteúdo está repleto de injúrias e calúnias à Companhia de Jesus. Embora a falsificação desse documento tenha sido cabalmente demonstrada, continua o mesmo a ser usado como arma desleal, pelos adversários da Companhia de Jesus, entre um público desprevenido e, às vezes, ignorante.

Os *Protocolos dos Sábios de Sião*, documento através do qual «se pretenderia estabelecer um plano maquiavélico de dominação mundial pelos judeus»,²² foram compostos no início deste século e serviram à propaganda anti-semita.

A *tiara do rei cita Saitafernes* é um dos objetos falsificados mais famosos. Fabricada em Odessa, foi vendida ao museu do Louvre pela soma de cem mil francos. A fraude foi desmascarada pelo sábio francês Clermont-Ganneau.

Entre as lendas históricas mais difundidas figura a da papisa Joana que teria ocupado o trono pontifício no século IX. As origens da lenda remontam à Idade Média, mas sua intensa divulgação foi feita por certa propaganda religiosa que, ainda hoje, a difunde nos meios de baixo nível intelectual. «The Oxford Dictionary of the Christian Church» comenta a propósito: «Hoje é rejeitada como uma invenção por todos os estudiosos sérios» (To-day it is rejected as an invention by all serious scholars).²³

4. AS CIÊNCIAS AUXILIARES

Para alguém que desejasse fazer estudos históricos aprofundados, por exemplo, com relação à Antiguidade Clássica, seria aconselhável, além de um razoável conhecimento de algumas línguas modernas (que possibilitariam a leitura dos melhores autores sobre o assunto) e das línguas clássicas (que permitiriam uma melhor penetração no espírito

da cultura latina ou grega bem como a consulta direta de importantíssimas fontes), uma boa orientação bibliográfica sobre o que de mais atualizado e seguro existe concernente ao objeto do estudo.

Para o historiador, entretanto, não é suficiente o conhecimento de línguas e de listas de obras especializadas e atualizadas. Quem pretende lançar-se à pesquisa histórica para, como fruto de exaustivo trabalho, realizar uma síntese histórica, necessita do contacto com determinadas disciplinas que são consideradas *auxiliares da História*.

A rigor, podemos dizer que a História necessita, de um modo ou de outro, de todas as ciências. As que abaixo vamos citar e estudar sucinatamente são as que mais intimamente se relacionam com o trabalho do historiador.

Geografia. A geografia tem como campo de estudo a superfície da terra em seu duplo aspecto: físico e humano. Os conhecimentos de ordem geográfica são fundamentais para o estudo da História de qualquer povo. Tanto o simples estudante de História como o professor e o historiador não podem prescindir de dados que constituem o cenário em que se desenrola o drama humano dos acontecimentos históricos.

Imaginemos uma peça representada num palco despidido da contribuição da cenografia e teremos uma idéia do que seja o estudo da História sem o auxílio da Geografia. Mas o quadro geográfico não delimita apenas, no espaço, os fatos históricos. Sem cairmos num determinismo geográfico, devemos, contudo, assinalar a grande influência do meio físico nos rumos tomados pelos diferentes povos através dos séculos. Oportunamente, no decorrer do presente trabalho, assinalaremos essa influência.

Cartografia. «Como técnica de representação da superfície terrestre, ela é um complemento da geografia; como exposição gráfica das modificações surgidas nas regiões naturais, como auxiliar na determinação das fronteiras de um estado, mostrando as alterações sofridas no curso da história, ela é uma fonte primordial já apontada entre as fontes transmitidas por representação desenhada, gravada, estampada ou impressa». ²⁴ A história da expansão geográfica não dispensa o auxílio dos mapas, especialmente dos que foram traçados no período em foco.

Cronologia. ²⁵ A geografia localiza os acontecimentos históricos no espaço, a cronologia situa-os no tempo.

A cronologia astronômica e matemática estabelece as divisões do tempo levando em consideração os movimentos dos corpos celestes; a cronologia histórica ocupa-se das diversas formas de contar o tempo empregadas pelos povos nas diferentes épocas de sua História. Lembremos aqui, a título de exemplo, alguns dos sistemas cronológicos mais conhecidos.

A *era das olimpíadas* tinha por base a celebração dos jogos olímpicos de quatro em quatro anos. O ponto de partida foi escolhido em 776 aC, data que assinala o início do registro do nome dos vencedores

dos célebres certames. Foi o historiador grego Timeu (cerca de 264 aC) o primeiro a empregar a era das olimpíadas como base da cronologia histórica. Note-se que as cidades gregas empregavam, cada qual, um método particular de computar o tempo.

Ab Urbe condita. Os romanos não possuíam idéia precisa sobre a data da fundação de Roma; do I século aC. em diante, os eruditos tomam como base para datar os acontecimentos o ano de 753, considerado tradicionalmente a data da fundação da cidade.

A era cristã. Até o século VI, os cristãos utilizavam diversas maneiras de assinalar o transcorrer do tempo. Entre as eras em uso figurava, por exemplo, a era da criação do mundo baseada em falsa interpretação da cronologia do Antigo Testamento, e a era de Diocleciano, chamada a era dos mártires, a mais em voga.

Coube ao monge cita Dionísio, o Pequeno, no século VI, introduzir a chamada era cristã que tem como início o ano do nascimento de Cristo. «A era cristã tem dois defeitos pouco conhecidos. Em primeiro lugar, falta-lhe o ano zero (= o ano do nascimento de Jesus Cristo), de modo que o ano 753 a. U. c. = 1. aC, e 754 a. U. c. = 1 dC. Não constitui, portanto, uma série algébrica. As festas do milenário da fundação de Roma, celebradas no reinado do Imperador Filipe, o Árabe, não caíram em 247, mas em 248 dC. Em segundo lugar: nasceu Nosso Senhor, não em 753 a. U. c., mas em 748, ou mais cedo ainda. Apesar desses dois defeitos, dos quais o segundo é de sómenos importância para uma área, o ciclo dionisiano conquistou quase o mundo inteiro, e à obra modesta de um monge cita devemos a bela expressão: no ano tal da Encarnação».²⁸

Paleografia. A paleografia estuda os textos antigos, investigando seus caracteres externos desde o material e instrumento empregados para escrever, até a origem e evolução da própria escrita.

Diplomática. A diplomática é complemento da paleografia. Investiga os caracteres intrínsecos do documento como v.g., o idioma, o estilo, a autenticidade.

Sigilografia. Intimamente ligada à Diplomática, estuda os selos ou sinais que serviam para autenticar os documentos oficiais.

Epigrafia. A epigrafia estuda as inscrições gravadas na pedra, no mármore, no bronze, etc... E' de capital importância para o estudo da Antiguidade e está intimamente ligada à Arqueologia.

Arqueologia. Estuda os objetos e monumentos do passado. Quem acompanha, por exemplo, o desenvolvimento que do século XIX em diante tiveram as pesquisas sobre a Antiguidade, bem pode avaliar a contribuição da Arqueologia para os conhecimentos históricos. Os relatos das expedições e escavações famosas que fizeram verdadeira exumação do Oriente Antigo constituem um fascinante romance de aventuras.

Heráldica. A heráldica ocupa-se dos escudos nobiliários.

Genealogia. A genealogia tem por objeto investigar o parentesco de certas famílias; dessas investigações resultam as chamadas árvores genealógicas.

Numismática. Estuda as moedas e medalhas consideradas sob o ponto de vista morfológico e interpretativo.²⁷

Linguística. É a ciência da linguagem. O estudo comparativo das línguas constitui um elemento decisivo na reconstituição de importantes civilizações do passado. Podemos formar uma idéia da contribuição da linguística para os conhecimentos históricos, lembrando, por exemplo, que a erudição linguística de Hrozny possibilitou-lhe a notável descoberta de que os hititas falaram um idioma indo-europeu.

5. A SÍNTESE HISTÓRICA

Para uma reconstituição científica do passado não é suficiente coletar documentos e fazê-los passar pelo crivo da crítica; necessário se torna coordenar o resultado obtido nas duas etapas anteriores para que seja possível uma exposição metódica, ordenada e inteligível dos acontecimentos. A pesquisa e crítica das fontes são operações de análise; a reconstituição dos fatos através da escolha, coordenação e exposição dos mesmos é uma obra de síntese.

H. I. Marrou, em sua obra «De la Connaissance historique», salienta que a função social do historiador exige que a busca resulte em uma obra, em um livro. «Uma vez acabada a procura ou, ao menos, bem encaminhada, o historiador deve fazer uma pausa e, tomando em consideração este novo aspecto do problema, perguntar-se: como, com o que sei e posso saber, construir a melhor exposição, a mais rica de conteúdo, a mais verdadeira e, ao mesmo tempo, a mais convincente, a mais assimilável (já que quem escreve é para ser compreendido); como, com este fichário, escrever o melhor livro?» O mesmo autor critica com justeza os especialistas que se limitam apenas a publicar determinados resultados (que não deixam de ser trabalhos de síntese), mas que não se animam a dar um passo à frente e, em uma síntese mais ampla, levar ao alcance de um público de certa cultura uma visão coordenada e geral do passado. Na realidade, as monografias, os estudos por demais especializados só interessam a um número reduzido de leitores. «Ainda uma vez, é a eficácia social, é o rendimento humano da História que estão em jogo: nossa História científica não teria caído tão baixo na estima geral, sua função não teria sido usurpada por caricaturas (literatura romanceada ou anedótica, propaganda servil) se os trabalhadores sérios não tivessem de tal maneira desprezado seu público, não se tivessem tantas vezes contentado em lançar sobre o mesmo, com o nome de livros, simples carradas de fichas, *rudis indigestaque moles*».²⁸

6. FILOSOFIA DA HISTÓRIA

A exposição histórica possui um duplo aspecto: objetivo e subjetivo.

1. O Aspecto Objetivo

A narração pura e simples dos eventos históricos, alicerçada em fontes fidedignas, constitui o aspecto objetivo da exposição histórica. O historiador está na obrigação de relatar, quanto lhe permitem os meios de que dispõe, o acontecimento tal qual se deu. Assim fazendo, cumpre aquela lei primordial da exposição histórica formulada por Cícero: «Nam quis nescit primam esse historiae legem ne quid falsi dicere audeat?» «Pois quem não sabe que a primeira lei da história é que não se ouse dizer nada de falso?»

Vale aqui reproduzir os conceitos emitidos pelo grande papa Leão XIII em memorável documento sobre os estudos históricos: «Convém, pois, que varões probos, completamente instruídos nessa espécie de estudos, se dediquem a escrever História, com tal fim e tal método, que surja o que existe de verdadeiro e sincero, e doura e oportunamente dissipem quantas acusações se acumularam injuriosamente, há tempo, contra os Romanos Pontífices. À asserção sem fundamento oponha-se o trabalho e prolixidade na investigação; à temeridade das afirmações, a prudência do juízo; à leviandade das opiniões, a discreta seleção das coisas. Procurar-se-á principalmente que toda falsidade e mentira fique refutada pelo recurso às fontes; tendo-se, antes de tudo, presente que a primeira lei da História é que não se atreva alguém a dizer coisa alguma falsa nem tema dizer coisa alguma verdadeira...»

2. O Aspecto Subjetivo

Não é difícil verificar que os fatos históricos, objetivamente expostos, nem sempre se explicam por si mesmos. Nessa explicação e interpretação dos acontecimentos é que vemos o aspecto subjetivo da exposição histórica. Não esqueçamos que ela é inseparável do historiador. A este cabe apontar as causas dos acontecimentos e dar-nos uma interpretação dos mesmos. Evidentemente o historiador (e o professor de História) construirá, às vezes até inconscientemente, a interpretação dos fatos históricos de acordo com sua formação filosófica. É difícil, na exposição dos acontecimentos, restringir-se unicamente à narração árida dos mesmos. Estes pedem sempre uma explicação mais profunda que não se contenta com o «como», mas pretende chegar até o «porquê». Nasce assim a Filosofia da História que, não raro, atinge as raias da fantasia, quando seus cultores, desprezando a realidade objetiva dos fatos, procuram enquadrar o fluxo das realizações humanas dentro de esquemas artificiais, traçados a priori para fins inconfessáveis. Exemplo frisante de interpretação apriorística da História é a do materialismo de

Marx que vê na luta de classes o fator decisivo na orientação das grandes correntes históricas, o motor da História. E' preciso salientar que só será legítima interpretação da História a que tiver como fundamento o próprio acontecimento ou o encadeamento dos acontecimentos tais quais realmente sucederam. A deturpação e a omissão dos fatos, tão freqüentes nas obras de História de orientação marxista, levam evidentemente a uma falsa visão do passado da Humanidade.

7. UTILIDADE DO ESTUDO DA HISTÓRIA

Por que estudamos História? Vamos responder a essa pergunta indicando resumidamente uma tríplice utilidade dos estudos históricos:

1. O conhecimento do passado como explicação do presente.
2. O conhecimento do passado como veículo de cultura.
3. O conhecimento do passado como lição para a Humanidade.

1. Explicação do Presente

Compreender melhor o presente através do estudo do passado, eis a mais importante e a mais prática das finalidades da História. Embora nem tudo no passado se relacione com os acontecimentos presentes, é um evidente exagero a afirmação de Langlois e Seignobos, autores da famosa «Introdução aos Estudos Históricos»: «Como explicação do presente a história se reduziria quase que ao estudo do período contemporâneo». ²⁰ Há situações do mundo presente cujas causas, sem esforço algum de fantasia, formam uma longa cadeia que se estende por muitos séculos. Quem ignora que as raízes daquilo que chamamos «Civilização Ocidental» mergulham fundo na Antiguidade? Quem negará que a seiva vivificadora da Grécia faz com que desabrochem flores e amadureçam frutos em pleno século XX?

Charmot evidencia bem a importância do conhecimento do passado para uma melhor compreensão do presente:

«O passado, o passado vivo, o passado tradição, o passado experiência, o passado que engendra o presente, o passado patrimônio de uma nação, o passado raiz do patriotismo e da unidade, — quem o transmite senão o ensino histórico? Não é porventura um «sem raízes» o francês que ignora a história da França, que na realidade é a história de sua grande família?» ²¹

Com efeito, o homem que não conhece História lembra um desmemoriado que ignora sua origem, sua família, suas atividades e não possui consciência de sua verdadeira personalidade. Só o estudo do passado faz-nos conscientes da posição que ocupamos no conjunto dos povos de todo o orbe.

2. Veículo de Cultura

«Não estudamos a história com o fim exclusivo de melhor compreendermos o presente: dedicamo-nos ao passado também por causa do próprio passado». ² Para Marrou uma das funções essenciais da História é o enriquecimento de nosso universo interior «pela retomada dos valores culturais recuperados no passado». ³² Por *valor cultural*, o autor citado entende, de um modo bem geral, «tudo o que podemos conhecer e compreender de verdadeiro, de belo, de real no domínio da vida humana, dos fatos mais elementares da civilização (um artefato qualquer, instrumento ou utensílio, uma obra de arte, um conceito, um sentimento) até as mais vastas sínteses, esses «supersistemas ideológicos» que nos apresentaram as grandes civilizações em via de se organizar em torno de um ideal coletivo». ³³

Os fatos do passado, portanto, não têm valor somente em função do presente! A História é também uma verdadeira mestra à medida que contribui eficazmente para aumentar nossa cultura geral, dilatando os horizontes de nossos conhecimentos. A História revela-nos a maneira de viver, de pensar, de agir de povos que existiriam em épocas as mais remotas.

Os que exercem certas profissões encontrarão nos estudos históricos uma rica fonte de conhecimentos inteiramente relacionados com seus afazeres. Como ampliará a cultura profissional de um advogado, conhecer a gênese do direito contemporâneo através dos séculos! Que complemento indispensável à formação do arquiteto, o conhecimento da evolução da arte entre os povos mais diferentes nas mais distantes e longínquas épocas! Que belo adorno aos conhecimentos de um médico, o saber dissertar sobre as diversas fases atravessadas pela arte de curar!

História do Direito, História das Artes, História da Medicina são partes integrantes da História total de uma época ou de um povo e como tais deverão ser estudadas e interpretadas.

3. Lição para a Humanidade

Cícero chamou à História «Mestra da Vida». E' claro que não podemos dar a essa expressão o sentido de que se deva apontar como principal finalidade dos estudos históricos extrair lições de moral do passado. Seria, entretanto, um evidente exagero negar que o passado humano encerre, de qualquer modo, valiosos ensinamentos para o presente. Louis Halphen escreve, a propósito, que, se a História «não é um repertório de exemplos imediatamente transportáveis ao presente, ela é como que a experiência secular da Humanidade, experiência que, não levar em conta, seria presunção». ³⁴ Besselaar sintetiza magnificamente: «Se já não podemos aceitar a história como a moralista meio pedante dos séculos anteriores, podemos continuar a venerá-la como orientadora da vida num sentido mais modesto e, talvez, mais sublime e simpático. Ainda hoje ela

nos propõe ensinamentos valiosos, tirados do passado, e previne-nos contra certos perigos contemporâneos que, embora latentes à grande maioria, podem tornar-se catastróficos para o bem-estar e até para a sobrevivência da cultura; também patenteia as tendências positivas que devem ser aproveitadas para criarmos um futuro melhor. E confirma os seus ensinamentos com analogias do passado: exemplos gloriosos, não para os repetirmos, mas para neles buscarmos a nossa inspiração; exemplos horrorosos, não como ameaça de um Destino inelutável ou de uma Lei rigorosa, mas para evitarmos as loucuras e os desvios do passado. Suas lições são impressionantes por serem concretas».³

¹ Besselaar, Introdução, p.7.

² Piragibe, Programa e Breviário, p.321 ss.

³ Besselaar, Introdução, p.29.

⁴ Idem, ibidem, p.30.

⁵ Bernheim citado em Soranzo, Avviamento..., p.15.

⁶ Marrou, De la connaissance..., p.32.

⁷ Piragibe, Programa e Breviário, p.208.

⁸ Moret, Histoire de l'Orient, pp.84-85.

⁹ Ovídio, Metamorfoses, I, 76-77 e 84-86.

¹⁰ Besselaar, Introdução, p.31: Blaise Pascal, Fragment d'un traité du Vide (éd. L. Brunschvicg), p.80. Encontra-se o mesmo pensamento nas obras de S. Agostinho, por exemplo, De Vera Religione, XXVI, 50: «Universum Genus humanum cuius tamquam unius hominis vita est ab Adam usque ad finem huius saeculi...» (cf. De Civitate Dei, X, 14).

¹¹ Besselaar, Revista de História, n. 20, p.449, ano 1954.

¹² Lahr, Manual, p.422.

¹³ Pirenne, Les grands, p.XVI.

¹⁴ Besselaar, Revista de História..., pp. 449-450.

¹⁵ Órris, Dicionário, p.279.

¹⁶ Franca, A crise, p.15.

¹⁷ Consultar J. Honório Rodrigues, Teoria, p.58 ss (Periodização).

¹⁸ Besselaar, Introdução..., p.83.

¹⁹ Idem, ibidem, p.113 ss.

²⁰ Idem, ibidem, p.125.

²¹ Soranzo, Avviamento, p.131.

²² Rodrigues, Teoria, p.194.

²³ Oxford, Dictionary..., p.728.

²⁴ Rodrigues, Teoria, p.163.

²⁵ Consultar Cavaignac, Chronologie, p.15 ss.

²⁶ Besselaar, Introdução, p.187.

²⁷ Rodrigues, Teoria, p.156.

²⁸ Marrou, De la connaissance, p.282.

²⁹ Langlois-Seignobos, Introdução, p.224.

³⁰ Charmot, Estrada real, p.147.

³¹ Besselaar, Introdução, p.94.

³² Marrou, De la connaissance, p.251.

³³ Idem, ibidem.

³⁴ Halphen, Introduction, p.62.

³⁵ Besselaar, Introdução, p.98.



Colheita de papiro

CAPÍTULO I

A IDADE DA PEDRA E A IDADE DOS METAIS

A IDADE DA PEDRA

1. Origem da Humanidade

O grande problema que surge diante do estudioso da Pré-história é a origem da Humanidade. De todos os seres que, desde milhões, povoam a Terra, só o homem teve a curiosidade de levantar a dupla questão sobre a sua origem e seu destino. «De onde venho e para onde vou?», eis a pergunta que, por si só, revela a superioridade intelectual do ser que a formula sobre os demais habitantes do planeta. Não cabe, evidentemente, num livro de História o aprofundamento do problema da Antropogênese. Sua solução há de buscar-se nas Ciências Biológicas, na Filosofia e, sobretudo, na Teologia. Como, entretanto, o assunto não só é atraente mas também está intimamente ligado à Pré-história, vamos resumir, em poucas linhas, a tríplice resposta que as Ciências Biológicas, a Filosofia e a Teologia apresentam ao magno problema.

A resposta das Ciências Biológicas. Para grande parte dos cientistas modernos, que não se interessam, em geral, pelos aspectos filosóficos e teológicos do problema, o aparecimento do *homo sapiens* nada mais é que uma etapa recente da evolução geral dos primatas. A explicação desta hipótese evolucionista através de uma árvore genealógica que mostre a gênese do homem atual a partir dos primatas terciários, tem encontrado sérias dificuldades que se traduzem pelas profundas divergências entre os paleontólogos. Nessas árvores genealógicas do Gênero Humano figuram os Australopithecídios (cujos fósseis foram descobertos na África Austral) que seriam os «macacos-homens que nos levam diretamente aos antropóides fósseis do Terciário»¹ e os Pitecantropídeos (cujos fósseis foram encontrados em três diferentes e distantes regiões: Java, Pequim e Niassa) que seriam os homens-macacos. Saber, entretanto, qual o papel exato que os supracitados fósseis teriam desempenhado na linha ascendente do atual ser humano é algo que foge às possibilidades da ciência. «Contudo, subsistem ainda certas diferenças de interpretação que dizem respeito ao ponto de separação dos ramos humano e antropóide e sobre o lugar real que é preciso dar aos Pitecantropídeos e aos Australopithecídeos».² Na realidade, o problema é

bem mais complexo do que fazem parecer as séries genealógicas desenhadas, às vezes, com tanta facilidade para logo após serem corrigidas em face das novas contribuições da Paleontologia e das novas teorias dos cientistas. A solução do problema da Antropogênese, à luz das ciências biológicas, «é muito simples para quem consente em supor o problema resolvido e em contentar-se com hipóteses, elegantes talvez, mas que não possuem como base senão assimilações, com poucos ou mesmo sem documentos científicos; a solução é terrivelmente complexa e talvez esteja para sempre oculta, na distância infinita dos tempos, ao espírito cuja crítica exija uma demonstração apoiada sobre fatos de uma autoridade indiscutível».³

A resposta da filosofia. Para os filósofos espiritualistas, o homem não é um mero animal, mas um animal racional dotado de alma espiritual essencialmente superior à matéria. Entre o ser humano total e os restantes animais existe, portanto, um hiato ontológico. A hipótese evolucionista só seria admissível com relação ao corpo humano e jamais com relação à alma, diretamente produzida pelo Criador. Quanto à evolução do corpo, teria a mesma obedecido a um fim determinado e somente poderia ter-se realizado graças à intervenção de uma inteligência que, no caso, seria a Inteligência Divina.

A resposta da teologia. A teologia cristã, baseada na Bíblia, ensina, como ponto fundamental da doutrina, a descendência do Gênero Humano, que habita atualmente nosso planeta, de um único casal (monogenismo): Adão e Eva. Qual a atitude do cristão diante da hipótese evolucionista? A Encíclica «*Humani Generis*» do papa Pio XII sintetiza o pensamento da moderna exegese católica dos textos bíblicos referentes à criação do homem. Levando em consideração os ensinamentos contidos nesse documento pontifício e nas obras dos exegetas católicos, podemos resumir nos seguintes itens a posição da teologia católica perante o problema da Antropogênese:

Primeiro: Os textos da Sagrada Escritura, que se referem à criação do primeiro casal, possuem, à luz dos ensinamentos do Magistério Eclesiástico, um valor *histórico* no sentido de que atestam a intervenção especial de Deus na formação de Adão e Eva.

Segundo: Esta intervenção divina se estende:

- a) à formação do corpo humano por meio de matéria preexistente;
- b) à criação da alma humana espiritual essencialmente superior à matéria; a alma espiritual marca um abismo entre o homem, animal racional, e os demais seres componentes do reino animal e vegetal.

Terceiro: De Adão e Eva descendem todos os seres humanos que, desde então, povoam o mundo e, portanto, todo o Gênero Humano atual. As Sagradas Escrituras ensinam o mais estrito monogenismo.

Quarto: O corpo da primeira mulher foi formado da mesma substância do corpo do primeiro homem; as expressões «costelas de Adão»

e «osso de meus ossos, carne da minha carne», indicam afinidade íntima entre Adão e Eva, motivada pela posse da mesma natureza.

Quinto: De acordo com os ensinamentos da Encíclica «*Humani Generis*», os católicos têm liberdade de admitir:

a) a hipótese de haver sido o corpo do primeiro homem formado de matéria orgânica preexistente à qual Deus insuflou a vida espiritual.

b) que tenha existido um gênero humano pré-adamita extinto na época da criação de Adão e Eva.

Sexto: Quanto ao poligenismo defendido por alguns evolucionistas, anotemos: «Do que acaba de ser dito se conclui que os fósseis explorados pelos paleontólogos para construir sistemas poligenistas não são menos suscetíveis de três outras interpretações perfeitamente conciliáveis com o monogenismo católico:

a) podem ser fósseis de antropóides, isto é, de animais que tinham grande semelhança corporal com o homem, mas não possuíam alma humana; estavam, portanto, fora da espécie humana. Ora, note-se bem, a existência da alma racional que faz que um corpo seja corpo humano e não de macaco é coisa que não se deixa averiguar diretamente por meio de pesquisas paleontológicas;

b) podem ser fósseis de pré-adamitas, verdadeiros homens, sim, mas anteriores a Adão. A observação empírica dificilmente poderá opor algo a esta hipótese enquanto não se souber com segurança quando Adão viveu;

c) podem ser fósseis de descendentes de Adão, os quais evoluíram por vias próprias e pereceram».

2. Quando e Onde?

Conexa com o problema da origem do homem é a questão da determinação da época aproximada e do lugar em que teriam surgido os primeiros seres humanos. No estado atual das pesquisas científicas, só possuímos à nossa disposição vestígios indiscutíveis da presença do homem na *era quaternária*. Saber se o autor de tais vestígios foi o primeiro ser humano é algo que escapa às possibilidades da ciência. Os cálculos sobre a duração da *era quaternária* variam atualmente entre quinhentos mil e um milhão de anos. Os homens apareceram na Terra, portanto, há, pelo menos, quinhentos mil anos, idade essa que nos causa vertigem se a compararmos com a diminuta duração dos tempos históricos propriamente ditos, mas que ainda é relativamente insignificante se a confrontarmos com os milhões de anos de duração das demais eras geológicas.

Surge aqui uma interessante questão de ordem religioso-cronológica. Não estariam os dados da ciência em contradição com a cronologia bíblica segundo a qual o homem teria sido criado por Deus apenas alguns poucos milênios antes de Cristo? A disparidade entre os dados da

geologia e da exegese tradicional tornou-se evidente com o progresso das ciências no século passado. Um reexame da questão à luz das novas diretrizes dos estudos bíblicos levou os exegetas à seguinte conclusão: as Sagradas Escrituras não foram escritas com a finalidade de ministrar-nos ensinamentos de Arqueologia Pré-histórica ou de Paleontologia Humana. Seria vã tentativa pretender estabelecer a idade do Gênero Humano por meio de cálculos baseados em dados bíblicos (por exemplo: o número de gerações que sucederam ao primeiro casal), pois qualquer estudioso da Antiguidade, especialmente oriental, sabe que o valor atribuído aos números foi, em épocas remotas, muito relativo. «Sabemos que, para os antigos, os números, muitas vezes, principalmente na linguagem religiosa e mística (haja vista os pitagóricos, platônicos, gnósticos), significavam não quantidades, mas qualidades; podia acontecer que um número atribuído a determinado sujeito de modo nenhum indicasse grandeza física (valor matemático), mas, sim, uma propriedade moral boa ou má (valor religioso). Os números assim eram sinais de conceitos ou idéias. Tal uso simbólico, místico, dos números, era grandemente estimado e propagado».⁵

Onde teriam aparecido os primeiros homens? As opiniões dos paleontólogos variam sobre o lugar que teria sido o berço da Humanidade. Dos continentes estão em questão, segundo os cientistas, apenas três: Ásia, Europa e África. Howels considera como provável berço da Humanidade a região situada ao norte da Índia e do Himalaia.⁶ Na realidade, devemos confessar que faltam os dados para uma solução desse problema. Se, ainda aqui, quiséssemos levar em consideração o aspecto religioso da questão, deveríamos registrar que, na opinião dos modernos exegetas, as indicações geográficas sobre o paraíso terrestre têm valor meramente simbólico, indicando, apenas de modo vago, um lugar excepcional da Terra em que Deus teria criado o primeiro casal.

3. A Era Quaternária

a) **Cronologia da era quaternária.** — Já vimos que os cientistas estão longe da unanimidade ao pretenderem estabelecer a cronologia absoluta (fixação do número mais ou menos exato de anos de sua duração) da era quaternária.

Para a determinação da cronologia relativa (que procura apenas indicar a ordem de sucessão dos fatos no tempo, sem preocupação de fixar o número de anos decorridos) existem três métodos:

O *método estratigráfico* que adota como critério os dados fornecidos pela geologia.

O *método paleontológico* que se baseia no estudo de fósseis.

O *método arqueológico* que nos dá uma cronologia calcada na indústria do homem. Esse último método é, evidentemente, o que mais

interessa ao historiador para realizar um estudo da evolução cultural do homem na Pré-história. E' o método adotado no presente estudo.

b) As ciências da Pré-história. — Duas ciências distintas são indispensáveis ao estudioso do homem pré-histórico: a *Paleontologia Humana* e a *Arqueologia Pré-histórica*. Aquela estuda as características anatômicas dos restos fósseis humanos, esta tem por objeto as obras e os sinais da atividade própria e exclusiva do ser humano e anterior ao período histórico propriamente dito.

A Arqueologia Pré-histórica desempenha um papel mais importante no estudo do *psiquismo* que distingue, desde o início, o homem dos irracionais. «O paleontólogo⁷ não saberia apanhar os traços primeiros deste sopro sublime que fará vibrar até o fim dos séculos as células do cérebro do ser que é o homem... E' ao arqueólogo da Pré-história que cabe recolher das camadas de terreno, as mais profundas, os vestígios da indústria que revelará até que período geológico convém fazer recuar a antiguidade do homem inteligente». Com efeito, só o estado de crânios e de restos de esqueletos é insuficiente para a determinação do grau do psiquismo de nossos ancestrais. Somente objetos culturais podem ser considerados como principais testemunhos da existência da vida intelectual. E, note-se, como ser inteligente, o homem é um ser completo desde que temos notícia de seu aparecimento. Independente da capacidade craniana, a inteligência humana se revela capaz de produções dignas de nota, uma vez que as circunstâncias o permitam. Goury⁸ observa a propósito: «E, fenômeno digno de nota, esta inteligência, desde que se pode observá-la, é *uma* na distância dos tempos». O mesmo autor continua: «Em todas as idades, a inteligência humana aparece suscetível de atingir, sob a influência das circunstâncias do momento, o mais perfeito desenvolvimento, até o gênio. Veremos, por exemplo, os pintores das cavernas paleolíticas igualar em realismo os melhores artistas especialistas em animais de nosso tempo. Parece que assistimos a uma evolução da matéria, mas em nenhuma parte à do espírito».⁹

c) A evolução cultural na Idade da Pedra. — As observações acima expostas serão plenamente confirmadas por algumas considerações em torno dos objetos que a Arqueologia Pré-histórica nos revela.

Em primeiro lugar, os objetos encontrados, por mais antigos que sejam, denotam a existência de uma técnica admirável. «O homem, desde que sua presença se manifesta sobre a terra, se revela como técnico».¹⁰ Essa técnica obedece, em regra, à finalidade a que se destina cada objeto e que determina as formas do mesmo.

À forma ajustada a um fim, o homem da Idade da Pedra soube ajuntar uma simetria que é o indício seguro da preocupação artística revelando a tentativa de expressar o belo. A habilidade prática requerida para a execução de objetos úteis e belos (que atravessaram as cen-

tenas de milênios e hoje ainda nos causam admiração) denota a existência, em épocas remotíssimas, de um sistema nervoso perfeitamente desenvolvido, apto instrumento para a realização de concepções abstratas (finalidade e beleza) de uma inteligência viva e ativa. Acrescentemos a descoberta da maneira de produzir o fogo e o domínio do mesmo; o progresso artístico assinalado nas gravações, desenhos ou esculturas que remontam a épocas bem distantes; os vestígios de práticas mágicas a fim de captar as forças de um mundo superior para assegurar um resultado futuro; os ritos sepulcrais observados a partir do paleolítico médio, etc. . . «Tais são os sinais que, por comparação ou análise intrínseca, manifestam a presença do homem nos diferentes níveis do paleolítico. Logo que percebemos o índice de uma atividade que ultrapassa um dado concreto, é ao espírito que a atribuímos, isto é, a uma ordem nova, dominadora, associada, mas não subordinada, às condições da matéria espacial e temporal».¹¹

I. O PALEOLÍTICO

O Paleolítico é a idade da pedra lascada. É a primeira etapa do período lítico da civilização humana. Tal denominação não implica necessariamente na afirmação de que os primeiros objetos fabricados ou usados pelo homem tenham sido de pedra. A madeira, o osso, o chifre, o marfim, a concha, as fibras constituíam, sem dúvida, matéria-prima utilizada com abundância, desde os primórdios da Humanidade. Entretanto, os objetos assim fabricados não puderam, é evidente, conservar-se através de tão longo tempo; só o que havia sido feito de pedra, cuja duração é praticamente indefinida, conseguiu chegar até nossos dias.

Na divisão do paleolítico, deixamos de lado o chamado período eolítico, pois as peças chamadas eólitos são de origem discutida.

1. O Paleolítico Inferior

a) **Dados da Paleontologia Humana.** — Citemos brevemente, e a título de exemplo, alguns dos mais antigos restos de fósseis humanos conhecidos. Na ilha de Java podemos assinalar o *Pithecanthropus erectus*, o *Pithecanthropus robustus* e o *Meganthropus paleoiavanicus*.

O primeiro foi descoberto em 1891-1892, às margens do rio Solo. O segundo também foi encontrado na mesma região, porém entre 1936-1939. O terceiro, que consiste em uma mandíbula provida de enormes dentes, foi descoberto em 1941, em Sangiran, na mesma zona.

O *Sinanthropus pekinensis*, encontrado nos arredores de Pequim, é um dos fósseis humanos melhor identificados pela paleontologia, graças à abundância de peças ósseas disponíveis. Nas cavernas em que foram

exumados os restos do *Sinanthropus* existem os mais antigos vestígios de fogo produzido pelo homem, de que se tem notícia.

O *Africanthropus njarasensis* (descoberto junto ao lago Niarasa), e o *Atlanthropus mauritanicus* (encontrado no norte da África) figuram entre os fósseis humanos mais antigos do continente africano. O *Homo heidelbergensis* (mandíbula encontrada na sabreira de Mauer, a dez quilômetros de Heidelberg) é considerado o mais antigo vestígio humano do continente europeu. Este primitivo europeu teria sido, talvez, contemporâneo do *Pithecanthropus*.

b) Dados da Arqueologia Pré-histórica. — Nessa primeira etapa de sua existência (paleolítico inferior) que tem, provavelmente, a duração de várias centenas de milhares de anos, os homens aperfeiçoaram lentamente a técnica de cortar a pedra. Dos primeiros objetos fabricados pelo homem, podemos citar as armas grosseiras designadas pelo nome de «coups de poing», ou melhor, «bifaces». «São peças, por vezes, volumosas, podendo atingir 20 a 25 cm de comprimento, que foram obtidas a partir de um núcleo de sílex ou de um grande calhau de que se separaram, por meio da percussão, grandes lascas nas duas faces opostas. A sua forma é geralmente amigdalóide; a parte oposta à ponta fica no estado bruto constituindo um «tácão de reserva», que provavelmente servia para a prensão». ¹² Chama-se essa indústria primitiva «abevillense» porque seus produtos foram encontrados nos arredores de Abbeville. Tal designação foi sugerida por Breuil para substituir os antigos termos de Pré-chellense ou Chellense (esta denominação provém da localidade de Chelles, em Seine-et-Marne).

A indústria chamada *Acheulense* (o nome provém de Saint-Acheul) apresenta peças mais finamente talhadas. Encontram-se bifaces pequenos e elegantes, de forma lanceolada e trabalhados com cuidado.

Mencionemos ainda a indústria clactonense (do nome da localidade de Clacton, na Inglaterra) que se compõe de lascas de arestas cortantes que se prestam à obtenção de variada utensilagem. «Em cada um desses tipos de utensilagem exprimi-se uma idéia que se propagou através dos continentes, com uma técnica própria de realização na matéria. Uma descoberta industrial permitia melhorar as peças, nas quais os artesãos marcavam mais perfeitamente seu senso do belo por meio da simetria dos contornos. Verdadeiras oficinas existiam então, como a que Commont descobriu em Saint-Acheul. Nessas idades bem recuadas, a Humanidade já está presente com suas características essenciais, suas técnicas completadas, e seus progressos, ainda bastante lentos. O período que segue nos será melhor conhecido...» ¹³

2. O Paleolítico Médio

a) **Dados da Paleontologia Humana.** — O Paleolítico Médio é dominado pela raça de Neanderthal. A designação está ligada ao vale de Neanderthal, próximo a Düsseldorf, onde em 1856, numa gruta, foram achados alguns fósseis humanos. O *Homo neanderthalensis* esteve espalhado por uma vastíssima região que se estende pela Europa, África e Ásia. O mais importante esqueleto dessa curiosa raça foi encontrado em 1908 perto de La Chapelle-aux-Saints por três padres: Amédée e Jean Bouyssonie (dois irmãos) e Louis Bardon. O precioso fóssil, que foi cuidadosa e minuciosamente estudado por Marcellin Boule, encontra-se hoje no *Museu do Homem* em Paris.

b) **Dados da Arqueologia Pré-histórica.** — Não é difícil precisar os limites entre o Paleolítico Inferior e o Paleolítico Médio, pois as indústrias líticas, as novas como as antigas, coexistem. As indústrias de bifaces do Paleolítico Inferior continuam a existir e seus produtos são, às vezes, encontrados associados aos produtos da indústria levalloisense (o nome provém das sabreiras de Levallois nos arredores de Paris); estes últimos consistem em instrumentos feitos de grandes lascas planas, compridas ou ovais. A produção aperfeiçoa-se e são fabricados objetos para diversos usos.

Outra indústria do Paleolítico Médio é a *mousteriense* (o nome provém de Moustier, Dordogne, França). Encontramos, dessa época, pontas de formas triangulares e raspadores. Mas a grande invenção do *Mousteriense* parece ter sido o buril, instrumento ainda hoje empregado pela indústria moderna.^{13 b}

Como viviam os neandertalenses? «Não podemos reconstituir, a não ser de um modo muito conjectural, a vida dos neandertalenses. Submetidos ao clima rigoroso do último período glaciário, fazem, de boa mente, das grutas naturais seu «habitat». Sua vida muito rude de caçadores tem curta duração; segundo uma estatística de H. Vallois, mais da metade dos indivíduos exumados não havia passado dos vinte anos, nenhum deles havia atravessado os cinquenta. Mas os neandertalenses parecem ter entrevisto uma sobrevivência além de sua existência precária: ignoramos, aliás, quais os temores que pesavam sobre os mesmos ou quais as esperanças que os animavam, quando evocavam o mundo em que haviam entrado seus mortos».¹⁴

3. **O Paleolítico Superior.** — Segundo cálculos aproximados, o Paleolítico Inferior ocuparia as três quartas partes dos tempos pré-históricos; a duração do Paleolítico Médio corresponderia quase a uma quarta parte. A duração do Paleolítico Superior seria então relativamente pequena: trinta a quarenta mil anos. Nessa época o clima europeu sofre profunda transformação. Desencadeia-se uma forte vaga de

frio que transforma o quadro geográfico em sua flora e fauna. Do norte e das zonas montanhosas descem para as planícies do sul e para as margens mediterrâneas grande quantidade de animais árticos ou alpinos: o arganaz, a lebre, o alce, o bisonte e, sobretudo, a rena. Esta aparece em tão grande quantidade que chega a dar o nome ao período: a *Idade da Rena*.

a) *Os Dados da Paleontologia Humana*. — Numerosos restos de fósseis humanos encontrados na Europa são atribuídos ao Paleolítico Superior. O exame dos mesmos revela a existência de três raças distintas que tomaram o nome dos lugares em que foram encontrados seus vestígios: a *raça de Grimaldi* (nome de uma comuna italiana próxima à fronteira francesa), a *raça de Cro-Magnon* (arredores de Eyzies, França) e a *raça de Chancelade* (perto de Périgueux, França).

Convém notar que também em outros continentes (Ásia e África) foram encontrados fósseis que remontam ao último período da Idade da pedra lascada e que apresentam, ao lado de certas diferenças, um conjunto de caracteres comuns que justificam a denominação de *Homo sapiens fossilis*. «Pode-se, portanto, pensar que o *Homo sapiens*, no seu início, formava um grupo relativamente homogêneo e sintético, contendo em potência as grandes unidades raciais, branca, negra e amarela, que, pela evolução, pelo tempo e, sobretudo, pela localização geográfica, se haviam de distinguir cada vez mais acentuadamente, operando a divisão dos caracteres que hoje atribuímos a cada uma delas». ¹⁵ Quanto à designação de *Homo sapiens* nota-se que a mesma é usada em oposição a *Homo faber* que se aplica ao Homem de Neanderthal. Notemos a propósito: «Fala-se ainda em nossos dias de um *Homo faber* primitivo, representado pela velha raça de Neanderthal, que se opõe a um *Homo sapiens* mais evoluído que só teria aparecido no Paleolítico Superior e que seria nosso antepassado direto. A inteligência humana, rudimentar no início, apenas mais desenvolvida que a dos grandes macacos, ter-se-ia aplicado unicamente à solução de problemas de ordem prática, tais como a fabricação de alguns rudes utensílios ou a conservação de uma lareira; só lentamente é que ela se teria desembaraçado dos estreitos limites dos sentidos que a aprisionavam para elevar-se ao conhecimento das causas e propor-se questões da mais elevada espiritualidade. À luz de nossas descobertas, quanto a realidade nos parece diferente. A Pré-história não fornece argumentos sérios em favor da existência de uma fase proto-pré-histórica e é difícil isolar a técnica do pensamento conceitual: antes de fabricar um utensílio, é necessário tê-lo concebido. O homem pré-histórico não se mostrou nem exclusivamente *faber*, nem exclusivamente *sapiens*, mas simultaneamente um e outro com modalidades variáveis segundo as épocas». ¹⁶

b) *Os Dados da Arqueologia Histórica*. — Uma das características da indústria desse período é o aparecimento de instrumentos lí-

ticos à base de lâminas finas e leves, o acentuado desenvolvimento da fabricação de objetos de osso e, finalmente, o nascimento de criações artísticas que se vão aperfeiçoando. No estudo das indústrias do Paleolítico Superior podemos distinguir três grandes períodos: Aurinhacense, Solutrense e Madalenense. Esses períodos admitem subdivisões que não levaremos em conta.

Aurinhacense (gruta de Aurignac, alto Garona). Enumeremos sucintamente alguns exemplos dos principais produtos da indústria aurinhacense: pontas de lâmina de dorso cortado, raspadores, buris, pontas de chifre de rena, costelas ornadas com entalhes, pontas de azagaia em osso polido com uma fenda na base para fixá-las à extremidade de uma haste, etc. Nota-se já o desenvolvimento da arte mobiliária e parietal.

Solutrense (Solutré, perto de Mâcon, Saône-Loire). Entre outros produtos da indústria lítica solutrense, encontramos pontas de sílex regulares sendo que as mais largas são chamadas «folhas de loureiro», pontas de flechas, buris, raspadores, etc. Progride a indústria de osso com novas formas de azagaias e agulhas com fundo.

Madalenense (La Madeleine, Dordogne). Ao lado de numerosos e variegados instrumentos de sílex (raspadores, bigornas, buris em bico de papagaio e bico de flauta) e de uma indústria de micrólitos (lascas de pequenas dimensões com retoques) desenvolve-se uma notável indústria de objetos feitos de osso e de chifre de rena; zagaias, agulhas providas de orifício, bastões perfurados, diversas pontas de armas, anzóis e sobretudo arpões com uma ou duas fileiras de dentes encurvados em sentido contrário ao da ponta, destinados à pesca e à caça. É o período do desenvolvimento artístico.

II. O MESOLÍTICO

Ao período de transição entre o Madalenense e o Neolítico foi dado o nome de Mesolítico por J. de Morgan. Entre as características gerais desse período intermediário, podemos anotar: a indústria microlítica, o início da agricultura (Palestina), a domesticação do cão e a construção de choupanas.

a) *Dados da Paleontologia Humana*. — O período mesolítico é importante sob o ponto de vista da expansão do Gênero Humano pelo planeta. «Parece que durante esse período de 9.000 anos, que vai de 12.000 a 3.000 aC, o povoamento do Antigo Mundo, compreendendo a Ásia, a África e a Europa, progrediu de um modo relativamente rápido. Os homens haviam ficado muito espalhados durante os numerosos milênios anteriores. Antes do início dos tempos propriamente históricos, isto é, no decurso do Mesolítico e do Neolítico, eles se podem ter decuplicado ou mesmo centuplicado. Os tipos humanos se di-

versificam. Vê-se aparecerem os «cabeças curtas» ou braquicéfalos, tão numerosos em nossos dias».¹⁷

Como exemplo de restos humanos do Mesolítico europeu, podemos citar os esqueletos achados na gruta de Ofnet (Baviera) onde foram encontrados, em duas fossas distantes apenas um metro, vinte e sete crânios e mandíbulas em uma, e seis crânios em outra. «São principalmente restos de mulheres e de crianças; marcas de golpes de machado são visíveis sobre os ossos; os cadáveres haviam sido decapitados, como atesta a presença de vértebras cervicais; os crânios estavam voltados para o poente, sinal de um culto solar ou de uma orientação para a morada dos mortos; objetos de enfeite, caninos de cervo ou conchas, juntavam-se aos restos ósseos, sobre os quais tinham sido espalhados com abundância ocre vermelho. Pode-se pensar em troféus de guerra».¹⁸

b) *Dados da Arqueologia Pré-histórica.* — A indústria mesolítica varia de acordo com a região. Assim, por exemplo, no sul da Europa encontram-se pequenos raspadores curtos, redondos ou quadrados, pequenas lâminas e ainda micrólitos triangulares. Na mesma região está representada a indústria de osso com polidores, cortadores, etc. Os chifres de veado serviam para a fabricação de arpões chatos; despertam a atenção os seixos pintados ou gravados.

III. O NEOLÍTICO

A *pedra polida* é o elemento característico do Neolítico. Seria, entretanto, errôneo supor que neste último período da Idade da Pedra não se encontrasse igualmente utensilagem lítica lascada. Outras características desse período são: grande desenvolvimento da cerâmica, organização da agricultura, domesticação de animais e construção de aldeias lacustres ou terrestres. Note-se não ser fácil estabelecer os limites entre o Mesolítico e o Neolítico.

a) *Dados da Paleontologia Humana.* — O estudo dos documentos humanos referentes ao Neolítico pertencem mais à Proto-história que propriamente à Paleontologia humana. No Paleolítico a Europa foi habitada exclusivamente por doliocéfalos (crânio alongado); no Mesolítico aparecem os grupos de braquicéfalos (crânio curto); no Neolítico, de um modo geral, podemos distinguir na Europa os seguintes tipos humanos:

Dolioséfalos da raça nórdica (*Homo sapiens nordicus*).

Dolioséfalos da raça mediterrânea (*Homo sapiens mediterraneus*).

Braquicéfalos da raça alpina (*Homo sapiens alpinus*). A esses três grupos podemos apresentar um quarto: os mesocéfalos, produto natural do cruzamento dos grupos anteriores.

b) *Dados da Arqueologia Pré-histórica.* — O Neolítico assinala o apogeu do trabalho em sílex. As minas em que esse material era explorado estendem-se desde a Bélgica até o Egito. Em Grand-Pressigny (França) havia uma verdadeira oficina de trabalho em sílex que media dez quilômetros de comprimento.

Sem entrar em detalhes de classificação dos objetos segundo o tipo e o lugar em que foram encontrados, vamos enumerar alguns exemplos dos principais produtos da indústria neolítica: lâminas que serviam de ponta de lança, machados polidos feitos de sílex ou de pedra dura de forma variada, pontas de mortíferas flechas contendo um corte transversal (uma dessas pontas foi encontrada fixada em uma vértebra), picaretas, percussores, mós, martelos, etc. Além da pedra, empregava-se, também, para a fabricação de utensílios, o osso, o chifre e a madeira. Lembremos ainda os numerosos objetos de cerâmica cuja forma, técnica e estilo variam indefinidamente de acordo com a região em que se encontram.

IV. A VIDA NA IDADE DA PEDRA

Observação preliminar. — O estudo resumido dos tipos humanos e dos produtos, especialmente da indústria lítica, que caracterizam as grandes etapas da Idade da Pedra, deu-nos uma idéia da marcha do homem pré-histórico pela senda de lento porém contínuo progresso. Vamos agora completar nosso estudo da Idade da Pedra encarando, em uma visão de conjunto, alguns dos principais aspectos da vida do homem durante esse longo período. Quais as fontes para esse estudo?

Em primeiro lugar, os dados da arqueologia pré-histórica. Em segundo lugar, os dados que nos fornece a etnologia comparada.

Entre os que, pela primeira vez, utilizaram o método da etnologia comparada figura o jesuíta Lafitau (séc. XVIII). Publicou uma obra sobre os costumes dos selvagens americanos, comparados com os costumes dos primeiros tempos da Humanidade. Tal método permite uma interpretação viva e atual dos documentos que a Arqueologia Pré-histórica nos põe à disposição: assim, por exemplo, os povos que ainda empregam instrumentos de pedra ensinam-nos como se corta a pedra; outros, como os esquimós, usam ainda o arpão e o propulsor, armas semelhantes às usadas pelo homem da Idade da Rena. Claro está que tal método exige cautela para que se evitem divagações fantásticas. Povos separados por milhares de anos, ainda que culturalmente em condições semelhantes, bem podem ter adquirido costumes diversos.

1. *Os alimentos.* — Os homens do Paleolítico foram, em primeiro lugar, colhedores de alimentos que deviam consistir em folhas, raízes, frutas, etc. De *colhedores* passaram a *caçadores* e, em limites mais estreitos, a *pescadores*. Os instrumentos mais remotos indicam, antes de

tudo, a preocupação de defesa contra feras e, posteriormente, o desenvolvimento de atividade cinegéticas. A partir do Musteriense, nota-se o emprego de fossas, armadilhas que visavam à caça grossa (elefante, rinoceronte, hipopótamo, etc...).

No Aurinhacense inventou-se um novo tipo de armadilha com pesos, pois o solo gelado dificultava a escavação de fossas.

No Madalenense a rena representa 60/90% da caça e constitui a base de toda a economia: a pele era empregada para tendas e vestimenta, os ossos e as armações serviam para a fabricação de propulsores, arpões, punhais, agulhas, etc.¹⁹

No Mesolítico há populações que encontram grande parte de sua alimentação na pesca e na coleta de moluscos.

As bases econômicas ampliam-se no Neolítico com a domesticação de animais e com a agricultura. Na Europa Ocidental foram domesticados o cão (que servia como precioso auxiliar na caça), o boi, o porco, a ovelha, a cabra e o cavalo. Os neolíticos praticaram a agricultura em larga escala: cultivaram o solo primeiramente com um bastão e, mais tarde, com a enxada; entre os produtos agrícolas de então, podemos citar o trigo, a cevada, a aveia, a fava, a lentilha, a ervilha, etc. De um modo geral, «podemos dizer que o homem se alimenta de pão e de carne de animais domésticos há dez mil anos. E' o começo das organizações sedentárias e da previdência, a obrigação de domesticar os homens das outras tribos para obrigá-los a fazer os trabalhos mais penosos, a organização racional da escravidão».²⁰

2. *A habitação.* — E' errôneo imaginar que os homens da Idade da Pedra tenham vivido sempre ou habitualmente em cavernas. O estudo das habitações pré-históricas deve levar em consideração as influências de ordem climática e geográfica que determinaram a escolha da morada. «A localização dessas moradas está em função de um certo número de condições essenciais, mas de graus diversos: proximidade das jazidas de matérias-primas necessárias ao fabrico de suas armas, de seu instrumental, proximidade com os territórios de caça, proteção contra as intempéries, feras e grupos hostis, enfim e, principalmente, a água».²¹

O trogloditismo, isto é, a vida em cavernas, foi, em geral, o efeito de uma necessidade passageira ou, as mais das vezes, «uma fase acessória do modo de vida habitual nas moradas feitas pela mão do homem».²² O rigor do clima ou as exigências da caça é que determinaram a escolha de cavernas como residência. Assim, por exemplo, os homens de Neanderthal procuravam refúgio contra os rigores do inverno em cavernas profundas que eram transformadas em lugares habitáveis: as entradas eram defendidas contra as feras com grandes pedras e plantas espinhosas; o solo era calçado com lajes planas de calcáreo. A lareira, cavada ou formada de blocos de pedra, tinha não só a finalidade de

aquecer os habitantes mas também a de afugentar os animais ferozes e cozer os alimentos. Ao voltar o verão, os habitantes das cavernas abandonavam-nas, às vezes para não mais voltar, deixando-as repletas de restos de cozinha, instrumentos de sílex e de ossos de animais.

A Idade da Pedra polida oferece-nos, pela primeira vez, os vestígios incontestáveis²³ de uma casa construída de acordo com um plano definido. A casa aparece, pois, quando os homens se dedicam à agricultura e à criação de animais. O modo de construção varia com o meio geográfico e os materiais disponíveis. As grandes florestas do norte da Europa facilitam o emprego da madeira; na região mediterrânea ela é substituída pela pedra. Os neolíticos constroem aldeias terrestres e lacustres. São célebres as aldeias lacustres construídas sobre pilotis ou palafitas (do italiano: palafitta: estacas fincadas na terra); as estacas, feitas de enormes troncos de árvore, eram fincadas no fundo dos lagos; as casas estavam ligadas à margem por uma passarela longa e estreita. Encontram-se vestígios de palafitas na Suíça, Lombardia, Veneza, Savóia, Jura, Wurtemberg, Áustria, Hungria e Polônia. Uma das mais famosas palafitas é a de Robenhausen sobre o lago Pfäeffikon, na Suíça. A aldeia, construída no meio do lago, ocupava uma superfície de quatro hectares. Foram encontrados, nesse local, objetos de cerâmica, pedras cortadas e polidas, ossamento de animais domésticos, engenhos de pesca e, finalmente, grãos de cereais conservados graças à carbonização.

3. *O vestuário.* — A pele de animais deve ter constituído desde épocas bem remotas não só um troféu de caça mas também um meio de abrigar-se contra o rigor do frio. Lâminas de sílex e facas especiais eram usadas para raspar e dividir as peles; da crina ou da cauda de cavalo ou ainda dos tendões da rena eram fabricados fios que, por meio de buris ou agulhas com fundo de osso, de marfim e de chifre de rena, serviam para ligar as diferentes peças do vestuário primitivo. Desde o Paleolítico médio, conchas e dentes são usados como adornos.²⁴

Nos lugares de clima temperado, as vestes de pele eram substituídas por cintos e tangas feitas, às vezes, de pelos e conchas. Os habitantes das palafitas conheciam e praticavam largamente a indústria têxtil, conforme está abundantemente provado pelos vestígios encontrados em Robenhausen.

4. *A arte.* — A arte é bem um sinal do poder criador da inteligência humana. Enquanto a indústria indica o esforço do homem para facilitar a existência, superando as dificuldades ambientes, a arte revela, sobre as paredes dos abrigos e das cavernas, sobre os utensílios de pedra ou de osso, a maneira de o pré-histórico encarar a vida, suas aspirações, suas crenças, seu amor à beleza.

Mauduit, em sua interessante obra «Quarante Mille Ans d'Art Moderne», retrata a história da arte desde as discutidas figuras do Paleo-

lítico Inferior, traçando de modo especial o desenvolvimento artístico da humanidade a partir do Paleolítico Superior, há quatrocentos séculos. É, com efeito, no Paleolítico Superior que vamos encontrar as primeiras manifestações artísticas do homem. Teriam elas existido antes desse período? Cristiani responde de certo modo a essa pergunta quando escreve: «A arte, em seu sentido mais amplo, nada mais é que habilidade técnica. Os homens não puderam fazer utensílios para si sem exercer uma arte. Mas esta arte não se limitou por muito tempo ao útil; ela procurou bem depressa, talvez logo em seguida, o agradável; procurou uma certa beleza, uma elegância, em seu trabalho. A arte fazia parte integrante do ofício». ²⁶ Lantier observa, a propósito: «Logo no início da civilização, quando o Homem dispunha apenas de uma ferramenta de sílex, de forma definível, o que a habilidade técnica do corte acrescentava a esse objeto e que constituísse perfeição consciente pode ser chamado arte e não deixou de provocar um sentimento artístico, com razão aliás, pois esse retoque só dá ao instrumento esse último acabamento suscetível de agradar quando determina sua forma, sua idéia, isto é, a idéia de sua apropriação. Assim, no mais recuado ponto em que aparece a arte, já se encontra aí esse elemento intelectual que faz parte de sua própria essência». ²⁶

Podemos distinguir nas manifestações artísticas que no Paleolítico Superior se desenvolveram, desde as praias do Atlântico até as margens do Baikal na longínqua Sibéria, dois diferentes aspectos: a arte mobiliária e a arte parietal. A primeira compreende um número indefinido de objetos de pedra ou osso de pequenas dimensões gravados ou esculpidos. A segunda é constituída de gravuras, pinturas e baixos-relevos encontrados em grande quantidade nas paredes das grutas.

a) *A arte mobiliária.* — As primeiras descobertas da arte mobiliária remontam há mais de um século. Em 1833, na Alta Savóia, Francisco Mayor encontrou um bastão de comando ornado com a gravura de um pássaro: é a primeira descoberta da arte pré-histórica que se conhece. ²⁷ Desde então multiplicaram-se os achados e hoje possuímos uma quantidade enorme de figurinhas gravadas ou estatuetas representando mulheres tatuadas, homens e animais, como, por exemplo, rinocerontes, mamutes, felinos, cavalos, etc. Grande parte desses objetos servia provavelmente de amuletos; em seu conjunto, entretanto, vemos o «gosto de todas as populações, mesmo as mais primitivas, pela decoração e ornamentação dos objetos mais usuais». ²⁸

b) *A arte parietal.* — Mais extraordinária que a arte mobiliária é, sem dúvida, a arte parietal. Em 1875, uma menina, filha do arqueólogo espanhol D. Marcelino de Santuola, que acompanhava o pai em seus trabalhos de pesquisas, descobriu os famosos bisões da caverna de Altamira. O fato era tão estranho que a maioria dos especialistas recusou crer na antiguidade das pinturas. Só muitos anos mais tarde,

em 1903, quando as descobertas da arte parietal pré-histórica se haviam multiplicado, é que foi reconhecido o valor das pinturas de Altamira e as mesmas foram estudadas minuciosamente por esse gigante da Arqueologia Pré-histórica que é o padre H. Breuil.

São três as principais regiões em que têm sido encontradas as grutas com trabalhos da arte parietal: Perigord, Pireneus Ocidentais e Leste espanhol. Quais os motivos de inspiração dos artistas pré-históricos? Em primeiro lugar, animais, alguns dos quais desapareceram há milhares de anos da região, mas que então existiam em abundância: cavalos, bisões, ursos, renas, mamutes, rinocerontes, cervos, touros, felinos, etc. Na gruta de Lascaux vê-se a figura de um touro com cinco metros de comprimento!

A figura humana está constantemente associada à representação de animais: assim, por exemplo, encontramos em cavernas espanholas várias representações de caçadores que perseguem suas vítimas com arcos. Essas representações humanas dão-nos curiosas notícias sobre o vestuário da época. Assim, na arte rupestre de certas regiões da Espanha aprendemos que as mulheres vestem uma saia curta, apertada na cintura e se alargando em forma de sino. Os homens, geralmente nus, usam macacões, calções, e são ornados com plumas, dispostas em penachos, e ligas. Sua arma é o arco e a flecha e possuem carcás.²⁹

Note-se que a arte parietal pré-histórica foi cuidadosamente estudada e classificada por H. Breuil, autor da obra monumental «Quatrocentos séculos de arte parietal».

Encerremos estas sumárias anotações sobre a arte na Idade da Pedra com um breve comentário sobre a inspiração, a técnica e a interpretação dessas manifestações artísticas.

Qual teria sido a inspiração? Não é difícil ver, na atividade de caçadores, a inspiração principal das realizações artísticas do homem pré-histórico. «As emoções intensas das caças coletivas suscitaram, em quase todos os povos caçadores, manifestações gráficas (modelagem, gravura; cinzeladura, escultura, pintura) e rítmicas (dança e música)».³⁰

Qual a técnica empregada? Mencionemos primeiro as matérias-primas usadas: a pedra, a argila (crua ou cozida), o osso, o marfim, o chifre de rena e até mesmo o azeviche e o âmbar, etc. O carvão e o bióxido de manganês forneciam a cor negra; o vermelho (muito usado) e outras cores eram fornecidas pelo ocre largamente explorado. Os principais instrumentos que possibilitavam aos artistas a execução de seus trabalhos eram: o buril de pedra (que permitia a gravura e a escultura), o pincel feito de pluma de pássaro ou de pelos, osso oco (através do qual eram sopradas as matérias corantes) e finalmente... os próprios dedos dos artistas.

Note-se que as pinturas eram muitas vezes executadas em lugares de difícil acesso e de escassa iluminação. Tornavam-se necessárias, então, es-

cadras ou bancos especiais bem como tochas de resina ou recipientes de pedra com matéria gordurosa e mechas feitas de hastes secas de vegetal.

Qual a interpretação? Duas interpretações, que não se excluem, podem ser dadas às manifestações artísticas dos homens da Idade da Pedra. Segundo uns, as obras artísticas possuíam caráter mágico e até mesmo religioso, visando, por exemplo, à proliferação dos animais de caça e ao êxito na perseguição aos mesmos. Segundo outros, os artistas da Idade da Pedra pretendiam fazer a arte pela arte, sentindo a satisfação subjetiva de haverem realizado uma obra digna da apreciação de seus companheiros.

5. *As ciências.* — Poderíamos falar em «ciência» do homem pré-histórico? Um interessante estudo intitulado «À l'aube de la science: Les Temps Pré-historiques»²¹ publicado em recente História Geral das Ciências, leva-nos à convicção de que realmente os tempos pré-históricos viram a aurora de muitos ramos das ciências modernas. Ao procurar, em camadas do subsolo, o sílex, o homem pré-histórico fazia *prospecção*; ao determinar a posição do mesmo, adquiria conhecimentos de *geologia*; e ao explorá-lo em galerias subterrâneas, praticava a *arte de minas*. Os homens da *Idade do Metal* (sobre a qual falaremos mais adiante) revelavam *ciência metalúrgica* ao prepararem o cobre. As pinturas de animais nas paredes rochosas indicam certos estudos de *zoologia descritiva* e constituem verdadeiros atlas rupestres repletos de gravuras e pinturas. A necessidade de caçar os animais para sua nutrição levou os pré-históricos a atentas observações dos hábitos e da adaptação dos ditos animais, o que vem a ser *ecologia*. A perfeição dos desenhos de animais são seguros indícios de conhecimentos de *anatomia*. Crânios do Neolítico provam a existência de hábil *cirurgia*. *Matemática rudimentar* e conhecimentos práticos de *astronomia* indispensáveis para a agricultura faziam também parte do patrimônio científico do homem pré-histórico. Curioso é notar como já em épocas remotíssimas os homens haviam aprendido a tirar partido da lei da gravidade na construção de diversos engenhos de caça. Lips observa: «Por mais estranho que possa parecer, nós sabemos agora que os quatro principais princípios de emprego de forças, largamente utilizados na tecnologia moderna, foram descobertos e postos em prática por inventores desconhecidos do período glaciário os quais viveram sobre a terra milhares de anos antes de nós».²²

6. *As crenças.* — Os progressos da Arqueologia Pré-histórica tornaram obsoletas certas teorias que negavam a existência de religião entre os homens da Idade da Pedra. «Dos três elementos da religião, dogma, moral e culto, este último é o único que possui diretamente efeitos expressivos, sensíveis e duráveis, estando geralmente ligado a objetos materiais e a gestos do corpo. Ainda é necessário interpretar o que se encontra desses objetos, aquilo que pôde sobreviver dos ves-

tígios desses gestos. Do culto consegue-se, em certa medida, chegar ao dogma e à moral». ³²

As descobertas de caráter funerário permitem supor que as preocupações do homem paleolítico ultrapassavam os limites da vida presente. O culto dos crânios (cuja prova mais antiga foi encontrada na caverna de Chu-Ku-Tien, na China) é um dos primeiros fatos que chamam a atenção do estudioso das crenças na Idade da Pedra. Note-se que os processos observados na supracitada caverna se aproximam de costumes praticados entre os *Andamans*, do Oceano Índico, «onde ossadas de um cadáver inumado são, no momento propício, desenterradas cerimoniosamente e, depois de lavadas no mar, transportadas à aldeia onde são acolhidas pelas lamentações das mulheres. Os crânios e queixadas dos parentes, assim conservados, são levados ao pescoço pelos familiares, enquanto as outras partes do esqueleto não são objeto de tantos cuidados. Em certas circunstâncias, os restos participam das festas familiares, e nesta ocasião são ungidos de gorduras ou de óleo. Trata-se, portanto, de relíquias e não de troféus, e a veneração que se lhes dedica é consequência direta dos liames afetuosos que unem então o mundo dos vivos ao dos mortos, supondo igualmente uma noção de consciência de uma continuidade entre as duas coletividades. Voltando para tomar seu lugar na comunidade familiar, esses mortos recebem um lugar de honra ao lado de seus descendentes». ³⁴

E' curioso notar que, ao lado do culto de crânios humanos, desenvolveu-se também o culto de crânios de certos animais, como, v.g., os ursos.

Os ritos funerários são um indício de que o homem da Idade da Pedra pensava na vida de além-túmulo. A existência de tais ritos é-nos revelada pela descoberta de considerável número de sepulturas antiquíssimas contendo não só restos humanos como outros objetos depositados com os defuntos.

Como interpretar tais ritos funerários? Em alguns casos parecem revelar o medo que os vivos sentem dos mortos. Estes, invejosos dos que conservam a vida, poderiam reaparecer e perturbar os vivos. «Assim é que o enterramento numa fossa surge como meio que possui uma finalidade que não é apenas a do abandono. O abrigo é também uma prisão e semelhante concepção implica que o defunto conserva, após a morte, uma certa existência, naturalmente concebida à imagem da vida terrestre, submetida às mesmas necessidades e à qual é preciso prover pelos mesmos meios». ³⁵

Entre as fontes de informação sobre as práticas religiosas do homem da Idade da Pedra figuram os talismãs, as pinturas, as gravuras e as esculturas que ornaram as profundezas das cavernas, «lugares secretos onde se desenrolam os ritos cerimoniais, mágicos e religiosos, dessas longínquas épocas». ³⁶ Com esses rituais misteriosos e estranhos, os pré-históricos procuravam conciliar o auxílio de forças sobre-humanas.

Muitos santuários do Paleolítico Superior são guarnecidos por feras e monstros tais como felinos, semibovídeos, etc.

Concluindo este rápido estudo sobre as crenças do homem da Idade da Pedra, podemos salientar que a indústria, a arte, as «ciências» e, finalmente, a religião assinalam bem a nítida superioridade do psiquismo humano sobre o dos irracionais, por mais acentuadas que sejam as semelhanças morfológicas entre esqueletos humanos e os de antropóides.

A IDADE DOS METAIS

Introdução

Quando terá o homem, pela primeira vez, descoberto a utilidade do metal como matéria-prima para a fabricação de objetos úteis à sua vida cotidiana? Provavelmente o metal (o cobre) foi considerado outrora uma espécie de pedra. «A Idade do Metal, expressão de um estágio intelectual superior, só começa verdadeiramente no dia em que se descobriu que era possível fundir essa pedra vermelha, descoberta que deve ter sido realizada casualmente com o cobre nativo. Segundo Schwantes, os homens, à procura de espécies de pedras apropriadas, devem ter sido atraídos antes pelas vivas cores do minério de cobre do que pelos minérios de ferro sem brilho». ³⁷ A constatação da influência do calor sobre o metal, a relativa facilidade com que este adquiria variadas formas abriram novas perspectivas para a técnica industrial. A possibilidade de fusão do cobre com o estanho, produzindo o bronze, assinalou um progresso na primitiva metalurgia. «A metalurgia levou o homem a descobrir, depois de milênios de uso do fogo, o emprego de uma nova fonte de energia para sua economia: o calor. Até então o fogo não lhe havia servido a não ser para cozer seus alimentos e para aquecer-se; agora era utilizado para transformar física e quimicamente as substâncias. Sem dúvida, o homem não se deu conta claramente das leis físicas que eram aplicadas; mas isto era secundário. Sabia-se doravante fundir os metais, endurecê-los por amálgamas, vazá-los em moldes e, em seguida, polir, afiar e ornar o objeto fundido. Essas operações permaneceram a base da metalurgia até nossos dias; e eis por que é legítimo opor à totalidade da velha Idade da Pedra a nova Idade dos Metais». ³⁸

O Neolítico, a época da pedra polida e das cidades lacustres, da criação de gado e da agricultura, é como que uma introdução suave à Idade dos Metais. O uso do cobre não substitui o emprego do sílex. Ambos continuam como matéria-prima para a fabricação de inúmeros utensílios. Nota-se até um aperfeiçoamento na indústria da pedra polida. Somente com a propagação do uso do bronze é que paulatinamente o sílex será posto de lado. E isso apenas nas regiões em que se difundiu o emprego do metal.

1. Fontes

Podemos discernir duas categorias de fontes para o estudo da Proto-História: dados da *Arqueologia* e *Documentos escritos*.

a) *Arqueologia*. A partir do século passado tem crescido, cada vez mais, o interesse pelas civilizações outrora desconhecidas do Oriente, graças ao trabalho iniciado por amadores e continuado posteriormente por homens que, sempre mais, se especializam nas disciplinas indispensáveis e nas técnicas mais modernas para poderem penetrar o segredo milenar, que o correr dos séculos sepultou sob as areias dos desertos ou sob a camada de aluvião. O resultado dessas escavações varia desde os humildes utensílios de cozinha até os restos de soberbos edifícios.

b) *Documentos escritos*. Os restos culturais revelados pelas escavações arqueológicas são, muitas vezes, deficientes. Como os povos do início da Idade dos Metais não estavam de posse de um sistema evoluído de escrita, torna-se necessário recorrer às fontes escritas de povos vizinhos que se encontravam já em plena luz da História propriamente dita. Recordemos que o início da Idade dos Metais não foi o mesmo nem simultâneo para todos os povos.

2. Cronologia Proto-Histórica

Como já o fizemos com relação à Pré-história, podemos falar de uma cronologia proto-histórica relativa e de uma cronologia proto-histórica absoluta.

a) *Cronologia relativa*. O início da Idade dos Metais perde-se numa relativamente remota antiguidade. Entre o primeiro uso do metal e o desenvolvimento de uma verdadeira indústria organizada devem ter decorrido muitos séculos. Levando-se em consideração a ordem de sucessão no tempo, do emprego de diversos tipos de metais, podemos estabelecer uma vaga cronologia relativa da proto-história que não pode ser aplicada evidentemente a todos os povos. Teríamos, então, em 1º lugar, o *Calcolítico* (época em que predominou o uso do cobre), chamado também, por alguns autores, *Eneolítico*. Este período inicial da Idade dos Metais seria, pois, o intermediário entre a Idade da Pedra e a do Bronze. A Idade do Bronze costuma ser dividida, de acordo com a evolução geral da indústria, em Bronze Antigo, Bronze Médio e... Bronze Final.

A idade do Bronze sucede, finalmente, a Idade do Ferro. Impõe-se aqui uma observação a fim de que se evite um equívoco: no decurso da Idade dos Metais, os tempos proto-históricos transformam-se em históricos à medida que progride o sistema de escrita ou à medida também que os especialistas conseguem decifrar definitivamente as escritas anteriormente incompreensíveis.

b) *Cronologia absoluta*. Fixar a cronologia absoluta dos eventos da Proto-História não tem sido fácil tarefa para os estudiosos que nos últimos vinte e cinco anos, após pesquisas e cálculos em que entram dados da Arqueologia, da Epigrafia, da Astronomia e da própria História, têm dedicado atenção ao assunto. Os problemas cronológicos da Proto-História e da História estão intimamente ligados. De um modo um tanto vago, podemos assinalar como o período dos primeiros passos da Idade dos Metais (contemporâneo durante muito tempo do Neolítico), o V milênio antes de nossa era.

3. Visão Geral da Difusão do Uso dos Metais

a) *Cobre*. — Um dos mais antigos empregos do cobre de que se tem notícia remonta³⁹ ao V milênio antes de nossa era. Encontramos, então, o cobre usado pelo povo da civilização da região de Badari, no vale do Nilo, no Alto Egito. Em El-Amrah, também no vale do Nilo, ainda no V milênio a.C. observa-se, ao lado do cobre, o uso da prata e do ouro. No quarto milênio o cobre já era conhecido na Mesopotâmia, no Irã e nas Índias. Pelo ano de 3000 a.C. se difundira pelo Mar Egeu e pela China.⁴⁰ Pelo terceiro milênio o cobre propaga-se do leste para o oeste, atingindo o Mediterrâneo ocidental, o sul da Itália, a Sicília e a Espanha. Descoberto o cobre nesta região, passa a ser exportado para a Europa Central.⁴¹ O grande acontecimento da indústria dos metais no III milênio é o aparecimento do bronze.

b) *Bronze*. — Desconhecemos o lugar em que se produziu o bronze pela primeira vez. Considerando-se que o Ocidente conheceu o primeiro bronze através da importação do Oriente e que esse metal deveria ter aparecido em uma região em que houvesse tanto cobre como estanho, pode-se assinalar como prováveis «berços» do bronze a Armênia e o sudeste da Ásia.⁴²

No Egito encontramos o uso corrente do bronze nos primeiros séculos do III milênio a.C. Na mesma época o bronze está sendo empregado na Suméria, no Irã e na Índia; um pouco mais tarde, no Mar Egeu; poucos séculos depois, já é conhecido na Europa Central e na China.

c) *Ferro*. — O último milênio antes de nossa era é a chamada Idade do Ferro. Na realidade tal período não marca o aparecimento do ferro, mas sua difusão. Os mais antigos objetos de ferro conhecidos remontam ao IV milênio e foram encontrados em um túmulo pré-dinástico do Egito. Trata-se de ferro meteórico.⁴³ Outros objetos que indicam ser raríssimo o emprego do ferro foram encontrados em Ur (III milênio) e em Biblos (II milênio).

Os primeiros encontros de ferro fundido deram-se na Turquia, na Síria e na Mesopotâmia. Essas descobertas provam a prática de fundi-

ção de ferro nos locais mencionados entre 1800-1500 a.C. «Ao que se saiba, a mais antiga indústria de ferro se encontra entre os Hititas, da Ásia Menor, e data de 1300 a.C. mais ou menos. Sabemo-lo por uma tabuinha de Boghaz-Keui, cópia de uma carta do rei hitita Hattusil, explicando a Ramsés II o atraso de uma entrega».

No fim do segundo milênio, o ferro é conhecido na Grécia e na Itália. Na Europa Central assinala-se o ferro a partir de 900 a.C. De 900 a 500 floresce a chamada civilização de Hallstatt (na Ilíria), desde a Hungria ocidental até a Espanha. No ano de 1846 foi encontrada em Hallstatt uma grande necrópole contendo abundante material para estudo.

De 500 a.C., até o início da era cristã desenvolve-se a chamada civilização de La Tène (margens do lago Neuchâtel, Suíça) onde foram feitas escavações desde 1874.

A época de La Tène, ligada à civilização céltica, é chamada segunda *Idade do Ferro* na Europa.

4. Dolmens e Menhires

Contemporânea à Idade dos Metais desenvolveu-se a chamada *civilização megalítica* que se caracteriza por monumentos compostos de grandes blocos de pedras dispostas quer verticalmente, quer horizontalmente sobre suportes. Aos primeiros dá-se o nome de *menhires* (do bretão *men* = pedra e *hir* = longa); os segundos são conhecidos como *dolmens* (do bretão: *dol* = mesa, e *men* = pedra).

A idéia megalítica (a designação é de H. Breuil) foi adotada por diferentes povos num extenso quadro geográfico. Os monumentos megalíticos são encontrados em numerosas regiões do globo como, v.g., Japão, Índia, Egito e Europa.

E' discutível a origem da cultura megalítica bem como o povo que a propagou na Europa Ocidental. Nesta região, os dolmens mais antigos se encontram na Península Ibérica, mas a cultura propagou-se através do litoral atlântico atingindo a França, as Ilhas Britânicas e a região banhada pelo Mar do Norte. Na França os monumentos megalíticos se contam aos milhares.

Com que finalidade teriam sido erigidos tais monumentos? Quanto aos menhires (que, agrupados, recebem o nome de cromlech, do bretão *crom* = redondo, *lech* = pedra), observa Furon, «eram evidentemente monumentos públicos, ao que indicam o tamanho de alguns e o grande número de homens que tiveram de participar em seu transporte e em sua ereção. Nada indica que fossem túmulos. Eram talvez pedras comemorativas de homens, de acontecimentos; eram mais provavelmente monumentos culturais. Suas relações com os cultos solares foram sublinhadas e comentadas pelo Dr. Marcel Baudouin».⁴⁵

Quanto aos dolmens, não há dúvida sobre sua finalidade: eram monumentos funerários. Tais sepulturas megalíticas adquiriam as mais variadas formas desde o *dólmen simples* situado ao ar livre, até os dolmens que se prolongam em galerias sob um montão de terra.

Note-se que somente na França são encontrados cerca de 4.500 dolmens.

A cultura megalítica ainda encerra numerosos enigmas que desafiam a acuidade e paciência dos estudiosos da Pré-história e da Proto-história.

¹ Arambourg, A Gênese, p.107.

² Idem, ibidem, p.133.

³ Goury, Origine, p.29.

⁴ Bettencourt O.S.B., Ciência e Fé, p.115.

⁵ Idem, ibidem, p.39.

⁶ Howells, Préhistoire, p.121.

⁷ Goury, Origine, p.65.

⁸ Idem, ibidem, p.62.

⁹ Idem, ibidem.

¹⁰ Ducassé, Histoire, p.16.

¹¹ Grison, Problèmes, p.182.

¹² Arambourg, A Gênese, p.27.

¹³ Grison, Problèmes, p.215.

¹⁴ b Segundo Bergounioux et Glory, Les premiers, a invenção remontaria ao Paleolítico Inferior palestinese, (p.233).

¹⁵ Idem, ibidem, p.222.

¹⁶ Arambourg, A Gênese, p.70.

¹⁷ Bergounioux et Glory, Les Premiers..., p.486.

¹⁸ Cristiani, Le vrai visage..., p.135.

¹⁹ Grison, Problèmes, p.238.

²⁰ Furon, Manuel, p.241.

²¹ Idem, ibidem, p.343.

²² Lantier, A vida..., p.134.

²³ Lips, Les origines..., p.12

²⁴ Weinert, L'Ascension, p.239.

²⁵ Lantier, A vida, p.145.

²⁶ Cristiani, Le vrai visage, p.33.

²⁷ Lantier, A vida..., pp.95-96.

²⁸ Furon, Manuel, p.246.

²⁹ Furon, Manuel, p.247.

³⁰ Lantier, A vida, p.129.

³¹ Bergounioux et Glory, Les premiers, p.264.

³² Taton, La Science..., p.1 ss. (capítulo de autoria de R. Furon).

³³ Lips, Les origines..., p.73.

³⁴ Huby, Christus, p.49 (capítulo escrito por Amédée Bouyssonie).

³⁵ Lantier, A vida, pp.167-168.

³⁶ Idem, ibidem, p.174.

³⁷ Breuil et Lantier, Les hommes..., p.311.

³⁸ Weinert, L'Ascension, pp.258-259.

³⁹ Idem, ibidem, p.259.

⁴⁰ Furon, Manuel, p.360.

⁴¹ Idem, ibidem, p.384.

⁴² Idem, ibidem, p.385.

⁴³ Idem, ibidem, p.386.

⁴⁴ Idem, ibidem, p.456.

⁴⁵ Idem, ibidem, pp.456-457.

⁴⁶ Idem, ibidem, p.388.



Carpideiras egípcias

CAPÍTULO II

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA ANTIGA DO ORIENTE PRÓXIMO

1. Localização Geográfica

Procuremos, preliminarmente, traçar os limites do cenário geográfico em que se desenrolaram os acontecimentos que constituem a História Antiga do Oriente Próximo.

Um simples passar d'olhos sobre os diversos historiadores da Antiguidade revela-nos as divergências existentes a respeito dos citados limites. Para Contenau «sob o nome de Oriente Próximo» entende-se a parte ocidental da Ásia cujos limites gerais são a fronteira oriental do Irã, a leste, o Mediterrâneo, a oeste, a barreira do Cáucaso, ao norte, e o Golfo Pérsico, ao sul.¹

A. Moret assim resume os limites do Antigo Oriente Próximo: «A área do Oriente Antigo parte do Nilo e do Mediterrâneo sul-oriental, detém-se ao pé dos planaltos da Anatólia e do Irã, e nas costas do Golfo Pérsico».²

Não raro encontra-se também a expressão «Oriente Médio», inventada, segundo Vítor Bérard, pelos ingleses, para classificar «esta região da Ásia que vai do Mediterrâneo às Índias».³

Em nosso estudo daremos um sentido amplo à expressão «Próximo Oriente», compreendendo sob tal designação a extensa área que se enquadra, de um modo geral, entre os seguintes limites: o vale do Nilo, o Mediterrâneo Oriental, o Mar Negro, o Cáucaso, o Mar Cáspio, os rios do Turquestão, as montanhas do Afeganistão, o vale do Indo, o Golfo de Oman, o Golfo Pérsico e o Mar Vermelho. Dentro desses vastos limites podemos distinguir várias zonas distintas que foram cenários de importantes acontecimentos relacionados com as origens de nossa civilização: ao norte, uma zona de planaltos e de montanhas a qual abrange a Anatólia (Ásia Menor), a Armênia e o Irã; mais para o sul, encontramos o chamado *crescente fértil*, constituído por uma faixa de terras produtivas que acompanha o litoral mediterrâneo desde a península de Suez e, descrevendo um semicírculo, dirige-se pelos vales dos rios Eufrates e Tigre até o Golfo Pérsico. As estepes da Síria, o deserto da Arábia e, finalmente, o vale do Nilo a perder-se no interior africano, completam o cenário geográfico. Examinaremos, com mais minúcias, o meio geográ-

fico e suas influências na evolução das civilizações, quando estudarmos a História de cada região ou de cada povo em particular.

2. O Estudo da História do Oriente Próximo até o Século XX

a) *A tradição literária.* — A tradição literária antiga, especialmente as obras dos historiadores, eram as principais fontes, senão as únicas que forneciam aos estudiosos, dados sobre os eventos históricos do Oriente Próximo. Assim, por exemplo, para o estudo da História do Antigo Egito, uma das principais fontes eram os fragmentos de Máneton, sacerdote egípcio do século III a.C., conservados, em parte, por Flávio José, historiador judeu do I século d.C. As obras de autores gregos como Heródoto, Ctésias, Xenofonte, Deodoro da Sicília e Estrabão constituíam também as mais importantes fontes não só para o estudo do Egito mas da História de todo o Oriente Próximo. A Bíblia, que ainda é a principal fonte para o estudo da História dos Hebreus, fornecia dados para a História de todos os povos do Oriente Próximo que haviam entrado em contacto com o povo eleito. Sobre cada uma dessas fontes vamos tecer um breve comentário.

Máneton viveu no reinado de Ptolomeu II, Filadelfo, e escreveu em grego, talvez a pedido do rei, uma História do Egito. Não conhecemos o original da obra, mas seus fragmentos foram conservados por Flávio José.

Heródoto de Halicarnasso (480-425), o pai da História, foi incansável viajante, tendo percorrido o Egito, a Pérsia, a Fenícia, Chipre, a Assíria e a Cirenaica. O assunto de sua vasta obra é a guerra entre os gregos e os persas e tudo que pôde concorrer para torná-la mais compreensível. Heródoto acentua que escreveu «para que a lembrança dos acontecimentos passados não se perca com o tempo».

Ctésias (séc. IV a.C.), natural da Cária (Ásia Menor), foi médico de Artaxerxes Mnémon; escreveu uma História da Pérsia em vinte livros. «Parece preocupar-se mais com fazer narrativas maravilhosas do que com dizer a verdade».

Xenofonte (430?-355?), natural da Ática, discípulo de Sócrates. Sua obra mais interessante é a *Anábase* em que narra a famosa expedição de Ciro, o Moço, e a Retirada dos Dez Mil. Estudos topográficos confirmaram admiravelmente a exatidão da narrativa de Xenofonte.

Deodoro da Sicília (século I d.C.). Fêz uma vasta compilação da História Universal em quarenta livros. Seu valor é variável: depende das fontes consultadas. De sua obra restam poucos livros e fragmentos. Viveu em Roma na época de Augusto.

Estrabão ($\pm$ 19 d.C.). Escreveu uma História da qual só restam fragmentos e uma Geografia Universal em 17 livros.

A *Bíblia* (Antigo Testamento). Sobre a *Bíblia*, como fonte histórica, faremos, mais adiante, oportunos comentários. Anotemos, desde já, que as descobertas arqueológicas vêm, cada vez mais, confirmando de modo admirável o quadro histórico em que se desenrolaram os acontecimentos do Antigo Testamento.

b) *Falhas da tradição literária*. — A tradição literária, acima estudada sucintamente, pode ser considerada como fonte histórica deficiente não só por ser muitas vezes incompleta (como, por exemplo, a *Bíblia*, que trata especialmente dos Hebreus e só menciona os demais povos enquanto se relacionam com aqueles) mas por estar imbuída muitas vezes de falsidades ou omissões que desfiguram completamente os fatos históricos. Estão, neste caso, os autores gregos citados que, às vezes, deturpam suas exposições quer inserindo narrativas meramente lendárias, quer omitindo fatos importantes, quer, finalmente, cometendo crassos erros de cronologia.

3. Novos rumos da História Antiga do Oriente Próximo

Dois acontecimentos que se completam, vieram marcar, no século XIX, novos rumos no estudo da História Antiga do Oriente Próximo: as escavações arqueológicas e a decifração das escritas antigas.

a) *As escavações arqueológicas*. — Já vimos a importância da Arqueologia como disciplina auxiliar da História. A narração de como as escavações efetuadas no Oriente Próximo, a partir do século passado, abriram novos e quase ilimitados horizontes para os estudos da Antiguidade Oriental, a simples exposição das peripécias, dos sonhos e desilusões dos arqueólogos (muitos dos quais simples amadores) que iniciaram a exumação do passado oriental sepulto sob as areias dos desertos ou sob as camadas de aluvião, constituem um verdadeiro e emocionante romance de aventuras. Vamos resumir nas seguintes linhas, a título de exemplo, alguns dos fatos mais marcantes do progresso das descobertas arqueológicas do Oriente Próximo.

A monumental *Descrição do Egito*, fruto da expedição de Bonaparte ao Egito, bem como a posterior decifração dos hieróglifos por Champollion, despertou um excepcional interesse pela egiptologia. De 1843 a 1845 o alemão Richard Lepsius percorreu o Egito e a Núbia chefiando uma importante missão que colheu grande quantidade de material para estudo. Em 1850, Mariette descobriu o *Serapeum* de Mênfis. C. Tessier, de 1833 a 1840, dedicou-se à reprodução dos monumentos antigos encontrados na Armênia, Pérsia, Mesopotâmia e Anatólia. De 1840 a 1841 o governo francês interessou-se especialmente pela reprodução dos monumentos da Pérsia antiga. A partir de 1840, Botta, cônsul da França, inicia as famosas escavações em Nínive e Khorsabad; esses trabalhos foram continuados por V. Place. De 1845 a 1851 o inglês Layard

realizou estudos e escavações na Mesopotâmia. De 1853 a 1855 M. de Vogue explora a Síria e a Palestina. Em 1860 Renan dirigiu as escavações na Fenícia. Em 1884 anotamos os trabalhos de Dieulafoy em Susa. No mesmo ano os ingleses efetuam escavações em Náucratis. Em 1887 são descobertas as tabuinhas de Tell-el-Amarna; no mesmo ano é encontrada a necrópole de Sídon.⁵

Eis aí enumerados apenas alguns exemplos das atividades arqueológicas no decurso do século passado no Oriente Próximo. «A simples enumeração das escavações de alguma importância ou das viagens de exploração arqueológica empreendidas durante esse meio século no Oriente Próximo e as publicações que delas resultaram ocupariam muitas dezenas de páginas».⁶

No século XX as expedições arqueológicas se multiplicam e se aperfeiçoam. O período entre as duas grandes guerras é rico em descobertas como, por exemplo, o sensacional encontro do túmulo de Tutancâmon (Tut-Ankh-Amon) pelos ingleses Carter e Carnavon em 1923.

Atualmente a busca do passado no subsolo do Oriente Próximo prossegue com intensidade. Os governos dos países existentes na vasta área ocupada outrora pelas antigas civilizações revelam grande interesse pelos achados arqueológicos que passaram a enriquecer os museus locais. Convém lembrar que as expedições arqueológicas e os métodos pelas mesmas empregados diferem, hoje em dia, radicalmente, das expedições e dos métodos de outrora. Muitos dos pioneiros da Arqueologia, na ânsia de descobertas sensacionais com que pudessem presentear museus europeus e conquistar, assim, glória e fama ou, não raro, com a preocupação de encontrar tesouros ocultos sob as ruínas, usaram métodos prejudiciais que destruíram, às vezes, preciosas fontes de informação para a reconstituição do passado. Citemos, apenas para exemplificar, o projeto que se concebeu de fazer voar pelos ares a torre de Birs-Nimrud, «sem dúvida para que se encontrasse com maior rapidez os tesouros que, supunha-se, devia ocultar...»⁷ «Nenhuma nação, aliás, poderia, neste domínio, lançar a primeira pedra impunemente sobre os culpados, e os escavadores mesopotâmicos não tiveram o monopólio desse procedimento que, retrospectivamente, nos parece monstruoso».⁸

As escavações modernas obedecem a cuidados especiais que vão desde a organização da missão arqueológica e preparo do pessoal componente da mesma, até a meticulosa escolha do aparelhamento necessário e o emprego de métodos rigorosamente científicos não só nas próprias escavações como na procura e determinação das regiões de possível conteúdo arqueológico. Uma expedição moderna compõe-se de um estado maior e dos trabalhadores; aquele é constituído de pessoas que unem aos conhecimentos teóricos a experiência do ofício. Entre o pessoal indispensável à composição do «estado maior» devem figurar, entre outros, o chefe, um arquiteto-desenhista, um fotógrafo, um reparador (capaz de fazer reparos de emergência nos objetos ameaçados de destruição) e um capataz (encarregado de chefiar os operários contratados).

As escavações são conduzidas com grande cuidado e dentro de uma técnica rigorosa e minuciosa. Vejamos, a título de exemplo, essas recomendações de um especialista: «Se, à primeira vista, um documento parece mais importante, deve-se, sendo possível, *deixá-lo no lugar*. Se o operário já o tiver nas mãos, ele deve avisar *imediatamente* ao inspetor do setor o qual, em caso de urgência, deve, por sua vez, prevenir *imediatamente* o chefe de missão». ⁹ E' que a posição precisa em que foi encontrado o objeto encerra, muitas vezes, importantes lições para o especialista. Curiosas por seus resultados são as escavações feitas em determinadas colinas que contêm diversos estratos correspondentes a diferentes períodos de cultura. Um exemplo interessante é a colina de Djédeidé onde um corte estratigráfico revelou quatorze períodos distintos, sendo que o mais recente correspondia aos restos de um mosteiro bizantino (séculos VII-IV) e o mais antigo remontava à metade do V milênio antes de Cristo. ¹⁰

Para terminar, mencionemos dois exemplos de processos que a técnica moderna permite empregar com ótimo resultado na exumação do passado. Em primeiro lugar, quanto à pesquisa de lugares de interesse arqueológico, mencionemos o processo da fotografia aérea empregado desde o início do século e aperfeiçoado pelo arqueólogo francês Padre Poidebard. Foi o Padre Poidebard que fez da observação aérea um processo de estudo arqueológico fecundo e certo. Não sem encontrar, de início, os obstáculos que se opõem a todos os inovadores, e que ele relembra em seu livro *O vestígio de Roma no deserto da Síria*: «Fazer da observação aérea o principal instrumento de reconhecimento arqueológico era ainda para os meios científicos de 1926-1927, data de meus ensaios do método, uma empresa muito arriscada que suscitava mais de uma dúvida e mais de um sorriso dos especialistas». ¹¹ As fotos aéreas que, como uma chapa de Raio X, devem ser estudadas por especialistas (que levam em consideração a hora e a região) revelam lugares de excepcional valor arqueológico os quais teriam escapado ao olhar de outros observadores.

Graças aos estudos de W. F. Libby do Instituto de estudos nucleares da Universidade de Chicago, e de outros cientistas, temos o processo de datação de documentos de importância histórica baseado na radioatividade residual do isótopo carbono 14. Tal processo vem sendo ultimamente empregado com êxito nas descobertas arqueológicas. ¹²

b) *A decifração das escritas antigas.* — A decifração das escritas antigas, concomitantemente com as descobertas arqueológicas, assinala outro grande passo no conhecimento do passado do Oriente Próximo. Estudaremos mais adiante como se processou a decifração de cada uma das mais importantes escritas usadas pelos povos da Antiguidade Oriental. Limitar-nos-emos, aqui, a algumas generalidades.

Com as expedições arqueológicas ao Oriente, o mundo não só tomou conhecimento de milhares de objetos, utensílios, ruínas, mas sobretudo de

grande quantidade de documentos escritos, que, uma vez decifrados, constituiriam fonte de primeira classe para o estudo das civilizações antigas. Tais documentos escritos podem ser classificados em três categorias:

I. *Inscrições gravadas em paredes artificiais ou naturais*, como, por exemplo, muros, rochas, etc.

II. *Bibliotecas*, a mais célebre das quais é a de Assurbanipal, composta de milhares de tabuinhas e que constitui uma verdadeira enciclopédia de conhecimentos da época.

III. *Arquivos oficiais* como, por exemplo, o famoso arquivo do Estado Hitita encontrado em Boghaz-Keui.

O ingente esforço dispendido por especialistas no decurso do século passado, e continuado até ao presente, tem sido coroado de notáveis resultados: as antigas inscrições começaram a revelar seu segredo milenar, permitindo penetrarmos no âmago das velhas civilizações do Oriente.

Como a História da Arqueologia, a História da decifração das escritas antigas constitui também um romance fascinante de aventuras. Os decifradores lembram detetives que seguem pistas, às vezes obscuras, à procura da solução para os mais intrincados problemas policiais. Como os detetives, os decifradores procuram partir do conhecido para o desconhecido sem desprezar todos os indícios, por mais insignificantes que pareçam. O *conhecido*, no caso da decifração das escritas antigas do Oriente Próximo, foram *nomes próprios* de soberanos orientais já revelados através da tradição literária e que deviam necessariamente constar nos documentos encontrados; foram *línguas sobreviventes* aparentadas com as línguas faladas pelos povos de outrora; foram, finalmente, *documentos bilíngües* ou *trilíngües* encontrados e que facilitaram muito o trabalho dos especialistas.

Mais adiante verificaremos como tais *elementos conhecidos* tornaram-se fatores decisivos na decifração dos hieróglifos e da escrita cuneiforme.

4. Importância Histórica do Oriente Próximo

O Oriente Próximo é a encruzilhada milenar que assinala, na Antiguidade, o encontro de diferentes povos e diversas culturas. E' nesse cadinho histórico de raças e civilizações que mergulham fundo as raízes de nossa Civilização Ocidental. Aí encontramos, com efeito, senão os primeiros homens, as primeiras grandes realizações que revelam ter o ser humano atingido um nível elevado de civilização: a vida urbana, a escrita, a organização estatal, o culto religioso altamente desenvolvido, as atividades científicas (astronomia, medicina, matemática) e artísticas, a vida econômica intensa, etc. De todas essas manifestações herdaram as civilizações clássicas e, através das mesmas, herdou a nossa civilização preciosos legados. Citemos, apenas para exemplificar, o *alfabeto*, instrumento maravilhoso da vida intelectual, e a *religião cristã*,

cerne da formação da Civilização Ocidental; aquele, por meio de fenícios, gregos, etruscos e romanos, chegou até nós; esta é continuação do Monoteísmo hebraico aperfeiçoado e completado por Cristo e transmitido por um povo, Israel, que nasceu, cresceu e desenvolveu-se em contacto multissecular com as culturas milenares do Oriente Próximo.

Essas considerações fazem-nos compreender as palavras de Moret, referindo-se ao papel histórico do Oriente Próximo: «Elaborou-se aí uma cultura que, local de início, tornou-se universal, propagando-se sobretudo para a Europa ocidental, onde constitui ainda a base de nossa civilização».¹¹

¹ Contenau, Les civilisations anciennes..., p.7.

² Moret, Histoire de L'Orient..., p.1.

³ Victor Bérard (Le Sultan, l'Islam et les Puissances, Paris 2. édition, 1916. p.49) citado em L'Huillier, Fondements..., p.8.

⁴ Magne, ... História da L. ... p.161.

⁵ Esses dados foram colhidos em Daux, Les étapes..., pp.41-43.

⁶ Daux, Les étapes..., p.44.

⁷ Parrot, Archéologie, p.35.

⁸ Idem, ibidem, p.36.

⁹ Idem, ibidem, p.53.

¹⁰ Idem, ibidem, p.78.

¹¹ Brion, La resurrection (I), p.35.

¹² Ducrocq, La Science, p.25 ss.

¹³ Moret, Histoire de L'Orient, p.2.



Papiro (Cyperus papyrus)

CAPÍTULO III

OS EGÍPCIOS

Introdução

Quem lê o segundo livro de Heródoto sente todo o interesse, a curiosidade e mesmo a estupefação que o Antigo Egito causava aos gregos. E' bem verdade que os orgulhosos helenos não perdiam a oportunidade, através de seus autores cômicos, de ridicularizar o povo egípcio que dirigia preces aos bois em vez de sacrificá-los, adorava as enguias em vez de comê-las, chorava os gatos mortos em lugar de esfolá-los.¹ Mas, atrás dessa ironia, escondia-se um respeito supersticioso por uma civilização que já atingira o apogeu em uma época tão recuada que dela nem os gregos guardavam memória.

Pirâmides, templos, esfinges, sacerdotes e hieróglifos, cultos religiosos os mais esquisitos, exerciam uma atração misteriosa sobre os próprios intelectuais gregos que não hesitavam em peregrinar pelo vale do Nilo em busca da solução para os grandes problemas da Humanidade. O prestígio do Egito, como sendo o país da ciência hermética, somente acessível aos iniciados, perdurou através de toda a Antiguidade Clássica e atravessou os séculos favorecido pelo enigmatismo dos hieróglifos que, até Champollion, desafiaram todas as tentativas de decifrá-los.

Hoje em dia a fascinação do velho Egito continua a exercer-se principalmente pela Antiguidade de sua civilização e pela relativa facilidade com que podemos seguir, quase sem lacunas, e, às vezes, com riqueza de minúcias, a História multimilenar de um povo desde as dinastias lendárias até os dias da República Árabe Unida.

Por tudo isso e ainda pela considerável contribuição da civilização egípcia aos demais povos da Antiguidade e pela influência que, através dos mesmos, exerceu em nossa própria civilização, a História do Egito Antigo merece nossa atenção e interesse.

1. Fontes

a) *Fontes clássicas.* — Antes das descobertas arqueológicas e da decifração dos hieróglifos, as fontes por excelência para o estudo da História do Egito eram, além da Bíblia, os autores antigos, especialmente gregos.

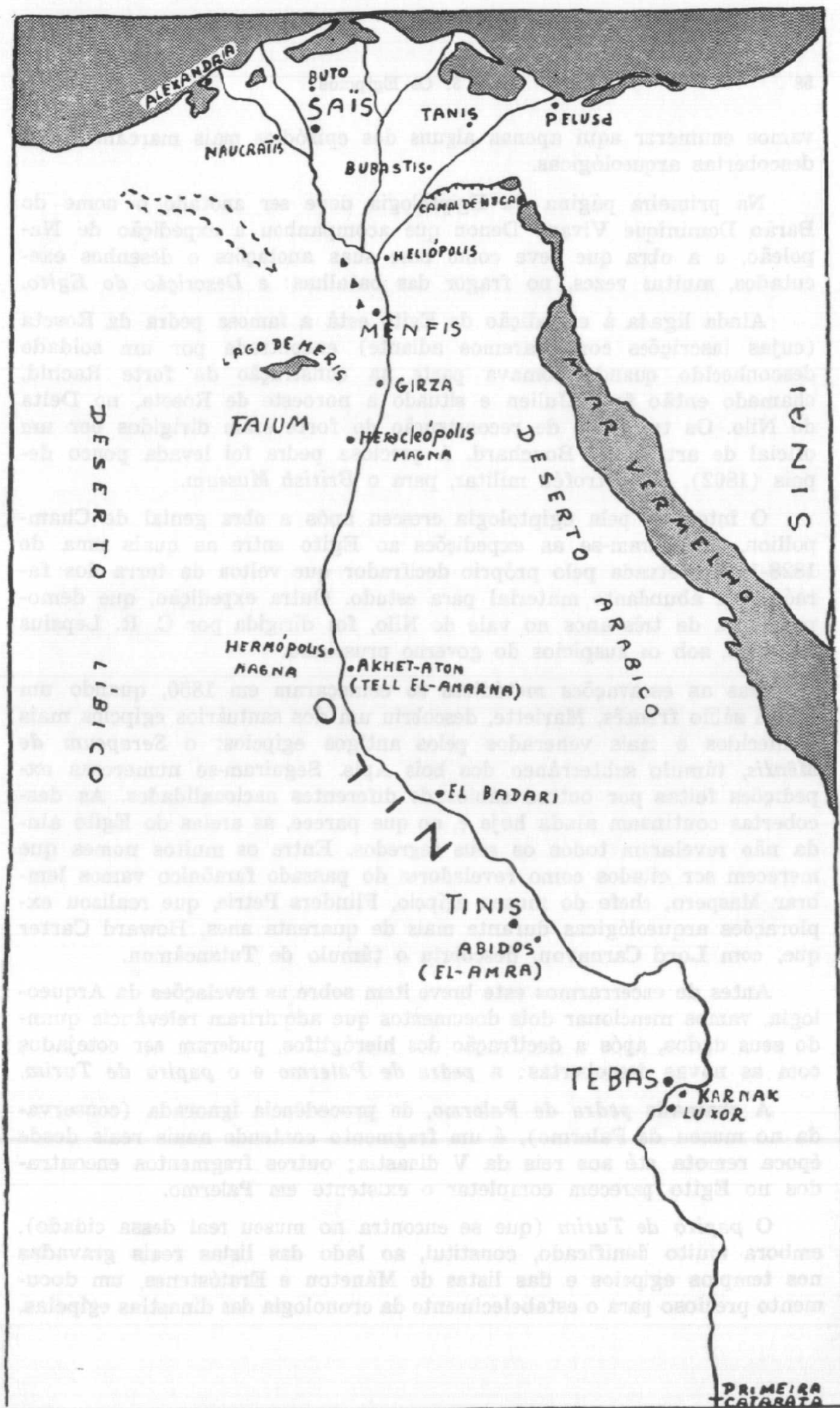
Hecateu de Mileto (séc. VI a V a.C.) viveu na época das guerras entre gregos e persas. Visitou o Egito cerca de um século antes de Heródoto, deixando uma relação de suas viagens (que abrangeram outras regiões): a «Perigese», da qual só nos restam fragmentos. Tal relação foi utilizada como fonte por Heródoto.

Heródoto de Halicarnasso (480-425). No livro II e no início do III de sua obra, Heródoto dá-nos uma interessante descrição do Egito que constituiu, até o século XIX, a principal fonte para o conhecimento da antiga terra dos faraós. Heródoto não entendia os hieróglifos e desconhecia, quase completamente, as doutrinas e crenças autenticamente egípcias; seus informantes deviam ser pouco instruídos a julgar pelas informações prestadas; os «sacerdotes» mencionados por Heródoto não eram, com certeza, os altos dignitários detentores da ciência tradicional. Compreendem-se assim as falhas da exposição do «Pai da História».²

Máneton merece citação especial. Foi um sacerdote egípcio do III século a.C. que, provavelmente a pedido de Ptolomeu II, Filadelfo, escreveu em grego uma História do Egito Antigo (*Aegyptiaca*). Não possuímos o original dessa obra; encontramos fragmentos em Flávio José e resumos em Júlio, o Africano (217 A.D.), e Eusébio (327 A.D.). A obra de Máneton, especialmente a lista dinástica, adquiriu importância quando foi possível confrontá-la com os dados da arqueologia e epigrafia. «No tempo em que só se conhecia o Egito pelos autores gregos, esta seca enumeração de cifras e de nomes bárbaros, mais ou menos disfarçados, não podia em nada atrair a atenção dos sábios que nenhum ponto de comparação possuíam; depois, porém, que entramos na posse dos documentos originais, este pequeno opúsculo truncado e mutilado, que chegou até nós como que por «ricochete», tornou-se uma das fontes mais preciosas da História do Egito, pois reconheceu-se que o mesmo havia sido composto segundo documentos autênticos, listas como aquela do papiro de Turim, e que a divisão em dinastias é perfeitamente justificável».³

Outros autores em cujas obras encontramos subsídios para a reconstituição da História do Egito Antigo são: *Deodoro da Sicília*, *Estrabão* (63 a.C.-19 d.C.), *Plínio*, o Velho (I século d.C.), *Plutarco* (46? d.C. 120? d.C.), *Eratóstenes* (275-195), etc.

b) *As revelações da Arqueologia*. — As descobertas arqueológicas e os estudos da epigrafia egípcia constituem atualmente a principal fonte para o estudo da História Antiga do Egito. Por muitos séculos o Egito foi para os europeus um país cheio de mistérios, lembrado principalmente por certos episódios da História Sagrada. Podemos assinalar a Expedição de Napoleão ao Egito como o início da ressurreição da antiga civilização do Nilo. Tal ressurreição, efetuada por várias gerações de cientistas, que criaram a egiptologia, só foi possível graças à decifração dos hieróglifos por Champollion. Reservamos o item seguinte para o estudo da escrita egípcia e de sua decifração;



vamos enumerar aqui apenas alguns dos episódios mais marcantes das descobertas arqueológicas.

Na primeira página da Egiptologia deve ser anotado o nome do Barão Dominique Vivant Denon que acompanhou a expedição de Napoleão, e a obra que teve como base suas anotações e desenhos executados, muitas vezes, no fragor das batalhas: *a Descrição do Egito*.

Ainda ligada à expedição do Egito está a famosa pedra da Roseta (cujas inscrições comentaremos adiante) encontrada por um soldado desconhecido quando tomava parte na construção do forte Rachid, chamado então forte Julien e situado a noroeste de Roseta, no Delta do Nilo. Os trabalhos de reconstrução do forte eram dirigidos por um oficial de artilharia: Bouchard. A preciosa pedra foi levada pouco depois (1802), como troféu militar, para o *British Museum*.

O interesse pela egiptologia cresceu após a obra genial de Champollion. Sucederam-se as expedições ao Egito entre as quais uma de 1828-1829 efetuada pelo próprio decifrador que voltou da terra dos faraós com abundante material para estudo. Outra expedição, que demorou cerca de três anos no vale do Nilo, foi dirigida por C. R. Lepsius em 1842, sob os auspícios do governo prussiano.

Mas as escavações metódicas só começaram em 1850, quando um jovem sábio francês, Mariette, descobriu um dos santuários egípcios mais conhecidos e mais venerados pelos antigos egípcios: o *Serapeum de Mênfis*, túmulo subterrâneo dos bois Ápis. Seguiram-se numerosas expedições feitas por outros sábios de diferentes nacionalidades. As descobertas continuam ainda hoje e, ao que parece, as areias do Egito ainda não revelaram todos os seus segredos. Entre os muitos nomes que merecem ser citados como reveladores do passado faraônico vamos lembrar Maspero, chefe do museu egípcio, Flinders Petrie, que realizou explorações arqueológicas durante mais de quarenta anos, Howard Carter que, com Lord Carnavon, descobriu o túmulo de Tutancâmon.

Antes de encerrarmos este breve item sobre as revelações da Arqueologia, vamos mencionar dois documentos que adquiriram relevância quando seus dados, após a decifração dos hieróglifos, puderam ser cotejados com as novas descobertas: a *pedra de Palermo* e o *papiro de Turim*.

A chamada *pedra de Palermo*, de procedência ignorada (conservada no museu de Palermo), é um fragmento contendo anais reais desde época remota até aos reis da V dinastia; outros fragmentos encontrados no Egito parecem completar o existente em Palermo.

O *papiro de Turim* (que se encontra no museu real dessa cidade), embora muito danificado, constitui, ao lado das listas reais gravadas nos templos egípcios e das listas de Mâneton e Eratóstenes, um documento precioso para o estabelecimento da cronologia das dinastias egípcias.

c) *A escrita egípcia e sua decifração.* 1) *A Língua.* — Sob o nome de *língua egípcia* entende-se a língua falada pelos habitantes do baixo vale do Nilo desde cerca de 4000 anos a.C. até mais ou menos o século XVI de nossa era quando o árabe predominou completamente. A língua egípcia, classificada na obra «*Les langues du Monde*» (de Meillet e Cohen) no grupo das línguas camito-semíticas, passou por uma longa evolução no tempo e no espaço. Podemos distinguir nessa longa evolução:

O *egípcio antigo*, que compreende o *egípcio literário* e o *egípcio vulgar*. O primeiro foi mantido mais ou menos inalterado durante muitos séculos pelos escribas e sacerdotes. O segundo, falado pelo povo, desde o Antigo Império, sofreu, naturalmente, uma evolução. No Médio Império, ao lado do egípcio literário (chamado pelos egiptólogos do «*médio egípcio*»), encontra-se nos textos familiares uma língua sensivelmente diversa. Durante o Novo Império, a língua vulgar (a literária continua a aparecer em numerosas inscrições) ganha terreno e chega mesmo a figurar em monumentos sob a XIX e a XX dinastias. A esta língua vulgar dá-se o nome de *neo-egípcio*. Na época de decadência a língua continua a evolução e toma o nome de *demótica* (nome dado também à escrita usada então). O demótico é falado na época do domínio dos persas, dos Ptolomeus, dos romanos até a vitória do Cristianismo. Do século III em diante começa a predominar o copta, egípcio vulgar falado pelos cristãos. O copta compreendia diversos dialetos, um dos quais, falado na região de Alexandria, transformou-se desde o século XI em única língua literária e litúrgica dos cristãos coptas. Como língua falada, o copta sofreu restrições com a conquista árabe do século VII e foi paulatinamente entrando em decadência. Ainda no século passado foi encontrado um grupo de camponeses que falavam o copta. Note-se que a palavra copta provém do árabe *qibt*, abreviação do grego *aigyptios*, egípcio.

2) *A Escrita.* — Os primeiros rudimentos da escrita egípcia remontam à época pré-dinástica. Dessa primitiva escrita de caráter simbólico, que não podia, evidentemente, expressar com precisão o pensamento, os egípcios começaram a usar determinados ideogramas de acordo com seu valor fonético. Fazemos algo semelhante quando nas chamadas cartas enigmáticas representamos a palavra soldado desenhando a figura do *sol* ao lado de um *dado*. Tal princípio é simples, compreensivo e lógico. Da idéia de que a escrita egípcia encerrava algo de sagrado e misterioso resultou a denominação de *hieróglifos* (sinais sagrados). Tal designação é reservada para o tipo de escrita existente desde o III milênio a.C. Essa escrita era, em geral, usada nas inscrições gravadas em pedra ou em madeira. O *hierático* (assim chamado porque na época grega era utilizado quase que exclusivamente pelos sacerdotes) constituía uma simplificação dos hieróglifos; empregava-se o hierático nas inscrições pintadas em couro, fazenda e, principalmente, no papiro. Já se usava tal tipo de escrita na época da I dinastia.

Do século VII a.C. em diante surgiu uma nova forma de escrita derivada do hierático e ainda mais simplificada: o demótico (popular), assim chamado por sua grande difusão entre as camadas populares na época grega. No terceiro século de nossa era foi introduzido um alfabeto derivado do alfabeto grego ao qual se acrescentaram alguns sinais tomados do demótico: a nova escrita é conhecida como alfabeto copta e tornou-se o instrumento por excelência da propagação do Cristianismo no Egito.

3) *Decifração.* — Com a decadência do paganismo diante dos contínuos progressos do Cristianismo, a antiga maneira de escrever, intimamente ligada à religião dos deuses, ficou restrita aos sacerdotes pagãos que ocultavam cuidadosamente o conhecimento herdado de seus antepassados. Assim é que, a partir do século III da era cristã, o segredo dos hieróglifos permaneceu inacessível. Apareceram, então, as interpretações fantásticas da antiga escrita dos egípcios. Tais interpretações foram alimentadas durante muitos séculos por uma obra da época grego-romana de autoria de Horapollon, a qual continha inúmeras extravagâncias sobre o significado dos hieróglifos. «Foram as extravagâncias desse livro que espalharam entre nós, desde o século XVII, a opinião errônea segundo a qual as inscrições hieroglíficas não escondem palavras de uma língua, mas são simples sinais enigmáticos cujo sentido seria vão querer adivinhar».⁶

Entre as primeiras tentativas, nos tempos modernos, de decifração da escrita egípcia, figura a do Pe. Atanásio Kircher (século XVII) que se perdeu em fantasias, pois (influenciado pela obra de Horapollon) partiu do princípio de que os hieróglifos tinham um caráter meramente simbólico. Cabe, entretanto, a Kircher o mérito de haver reconhecido no copta a língua egípcia antiga evoluída.

No século XVIII dois sábios revelaram uma compreensão mais exata da natureza da antiga escrita egípcia: Carsten Niebur (explorador da Arábia) e Zoëga (arqueólogo). Carsten, observando a repetição de certos sinais em inscrições hieroglíficas, suspeitou da existência de sinais alfabéticos na mesma. Zoëga descobriu que os nomes de soberanos vinham emoldurados em um desenho que lembra um quadrilongo chamado pelos franceses «cartouches».

O já citado encontro da pedra da Roseta veio fornecer a chave para a solução do enigma da escrita egípcia. A pedra contém uma inscrição em duas línguas (egípcio e grego) e em três tipos de escrita: hieróglifos, demótico e grego.

O texto grego permitiu logo a identificação do importante achado: tratava-se de um decreto de sacerdotes egípcios favorecidos pelo rei Ptolomeu Epifânio, em homenagem ao próprio soberano. O documento datava de março de 196 a.C. Como o texto hieroglífico estivesse incompleto, os sábios começaram a comparar o texto grego com o demótico. Em 1802 o sábio sueco Akerblad conseguiu identificar no texto

demótico os nomes próprios. Em 1814 o sábio inglês Young conseguiu progredir um pouco mais, interpretando o único «cartucho» existente na pedra da Roseta e que encerrava o nome de Ptolomeu (note-se que só existiam «cartuchos» nos textos hieroglíficos e não nos demóticos). Em outro monumento Young conseguiu decifrar o nome de Berenice, não progredindo ainda mais porque «era vítima de uma concepção falsa: imaginava que a escrita fonética estava limitada à transcrição de alguns nomes estrangeiros e que os hieróglifos verdadeiros consistiam em uma notação simbólica das idéias: o velho erro do Pe. Kircher persistia».⁷

Coube ao genial francês Jean-François Champollion, nascido em 1790, resolver o problema da decifração da antiga escrita dos egípcios. Resumamos os principais passos que o levaram à solução completa do enigma hieroglífico:

1. *Verificação* de que na Pedra da Roseta o número de sinais da parte conservada do texto hieroglífico era muito maior do que o número total de palavras existentes na versão grega: 1419 sinais contra 486 palavras.⁸ Logicamente deveria concluir-se que os sinais hieroglíficos não indicavam somente palavras mas também letras. Daí a convicção de que os hieróglifos possuíam em parte um valor fonético: não eram, portanto, meros sinais simbólicos.

2. *Persuasão* de que o copta nada mais era do que o prolongamento da antiga língua egípcia. Champollion conhecia a fundo o copta.

3. O sábio francês conseguiu dar uma decifração do «cartucho» de Ptolomeu mais exata que a de Young. Em um papiro demótico conseguiu também identificar o nome de Cleópatra. Pesquisando e comparando, chegou a estabelecer uma correspondência entre os caracteres hieroglíficos e demóticos. Tentou então escrever o nome de Cleópatra (lido em demótico) com caracteres hieroglíficos. Em janeiro de 1822 encontrou na cópia de uma inscrição hieroglífica, mandada vir da Inglaterra, o nome de Cleópatra escrito quase exatamente como havia imaginado. O conhecimento certo de dois nomes reais (Ptolomeu e Cleópatra) forneceu a Champollion as seguintes letras: p, t, o, l, m, i, s, k, e, a, r, e ainda um segundo sinal para a letra t.

Champollion prosseguiu nas pesquisas e em setembro de 1822 era comunicado à Academia de Inscrições e Belas Letras que os hieróglifos estavam decifrados. Viagens, pesquisas e estudos continuaram até a morte do incansável francês que, ao morrer prematuramente em 1832, legava à posteridade uma nova ciência: a *egiptologia*.

2. O País e os Habitantes

a) *O país*. — Entre o Mediterrâneo ao norte e a Núbia ao sul, a Líbia a oeste e o Mar Vermelho a leste, estende-se o Egito, uma longa e estreita faixa de terras férteis ladeadas por desertos (líbico e

arábico) e irrigadas pelo Nilo. O velho país é, na realidade, um presente do rio como já assinalara outrora Heródoto repetindo, sem citar o autor, antiga expressão de Hecateu.⁹

O rio Nilo nasce em pleno coração do continente africano e depois de percorrer milhares de quilômetros (cerca de 6500) vai desaguar no Mediterrâneo, formando um vasto delta entulhado por aluviões transportadas no decurso de milhares de anos.

Dois fenômenos simultâneos produzem regularmente a famosa cheia anual do Nilo: as chuvas nas regiões dos grandes lagos da África equatorial e a fusão das neves nas montanhas dessas mesmas regiões, da Abissínia e do país de Gallas. No início de junho as águas começam a subir lentamente; do fim de setembro ao fim de outubro a enchente atinge seu nível mais elevado e o Egito inteiro se transforma em um grande lago do qual emergem, como ilhas, as cidades e aldeias. De novembro em diante as águas vão baixando. A cheia do Nilo leva à região frescor e fecundidade.

A marcha da ascensão das águas era, desde remotos tempos, observada com ansiedade, pois, se as mesmas não atingissem um determinado nível, as terras não poderiam ser convenientemente irrigadas e o espectro da fome, devido à má colheita, ameaçava a população. Se fôsse ultrapassado o nível costumeiro, as águas causavam sérios danos quer destruindo o sistema de irrigação, quer alagando campos que normalmente deviam ficar ao abrigo das cheias. Os anais reais do Antigo Império contêm, ano por ano, a indicação da altura do Nilo desde a I dinastia.¹⁰ Em vários lugares existiam outrora nilômetros que indicavam a altura das águas. Estrabão descreveu o nilômetro existente na ilha de Elefantina.¹¹ Hoje em dia, a partir de novembro, as barragens existentes são fechadas de maneira a assegurar a irrigação mesmo em épocas em que as águas não atinjam naturalmente o nível necessário.

O clima do Egito é caracterizado pela constância e periodicidade de certos fenômenos: atmosfera serena, dias e noites quase sempre iguais (essa igualdade se torna mais sensível quanto mais se avança para o sul), regime de ventos regular, ar seco e chuvas, devido ao poder absorvente dos desertos vizinhos e à ausência de relevos importantes, raros no vale.

O calor seco do Alto Egito contribuiu poderosamente para a conservação de objetos até mesmo fáceis de perecerem como, por exemplo, pedaços de linho. Já o clima úmido do Delta impediu a permanência de inúmeros vestígios de antiga civilização. O calor do verão é temperado no Egito por freqüentes rajadas de vento norte que os antigos egípcios chamavam o «doce sopro do vento norte».¹²

No início da época histórica encontramos o Egito dividido por uma linha que passava, na altura de Mênfis, em duas regiões: o Baixo Egito e o Alto Egito.

Graças ao cultivo do solo pelo árduo trabalho dos felás — os camponeses egípcios — o Antigo Egito produzia cevada, trigo, legumes, árvores frutíferas e a vinha. Parece ter existido também o algodão, de acordo com autores antigos e segundo se depreende do exame microscópico de certos tecidos provenientes de hipogeus tebanos.¹³ Mencione-mos ainda duas plantas aquáticas: o lótus e o papiro. O lótus servia de constante inspiração para os artistas egípcios. Encontramo-lo frequentemente como motivo de ornamentação nos túmulos e nas cenas familiares. O papiro, que existia em abundância, fornecia matéria-prima para embarcações, esteiras, cordas, sandálias e sobretudo papel.

Os egípcios criavam diversos animais: boi, asno, porco, carneiro, cabra, ganso e patos; o cavalo só foi introduzido no Egito por intermédio dos hicsos, na segunda metade do segundo milênio. Além dos animais domésticos, havia crocodilos e hipopótamos, nos rios, leões e panteras nos desertos. O Nilo era abundante em pesca.

As florestas não existiam na paisagem egípcia. As árvores indígenas, como sicômoros, palmeiras e acácias, não podiam ser trabalhadas com facilidade; assim é que eram importadas madeiras tropicais da Núbia e, através da Fenícia, cedros e pinheiros da Síria.¹⁴

Das montanhas e dos desertos os egípcios extraíam as pedras necessárias para as construções. No deserto arábico e na Núbia explorava-se o ouro.

Concluamos esse ligeiro passar d'olhos pela terra do Egito com a rápida e pitoresca descrição de um grande historiador, A. Moret: «este oásis criado pelo Nilo, arejado pelo vento Norte, verdejante de pradarias, dourado pelas messes, vermelho pelo sangue das vinhas, todo esse paraíso de águas, de frutas, de flores entre dois desertos tórridos».¹⁵

b) Influência das condições geográficas. — Antes de passarmos ao estudo dos habitantes do velho Egito, assinalemos, a título de exemplo, algumas influências do meio físico sobre o desenrolar dos acontecimentos históricos no vale do Nilo. Em primeiro lugar salientemos que o isolamento geográfico contribuiu para dificultar as invasões estrangeiras, servindo como defesa natural. O regime dos ventos (que sopram quase constantemente de norte para sul) facilitou sobremaneira a navegação rio acima; a correnteza do Nilo trazia de volta, sem dificuldades, as embarcações de velas arreadas. Essa facilidade de navegação repercutiu na vida política possibilitando a constituição de um governo centralizado e forte que durante milênios dominou o país. Moret resume, numa simples fórmula, os efeitos das condições físicas na vida social e política do país: «o Nilo exige dos homens que coordenem seus esforços; o sol revela-lhes que um poder único rege o mundo».¹⁶

c) Os habitantes. — O povo egípcio, embora portador de características físicas distintivas, é um produto miscigenado de diversas correntes

raciais que se estabeleceram, em diferentes e remotas épocas, no vale do Nilo. Um fato curioso que se chama a atenção do antropólogo e do historiador, é a persistência milenar do tipo egípcio a partir do III milênio a.C. Com efeito, quaisquer que tenham sido as correntes raciais invasoras que, desde essa época, penetraram na terra dos faraós, foram as mesmas absorvidas pelo elemento racial indígena. Persas, gregos, romanos, árabes e turcos não conseguiram modificar fundamentalmente o substrato étnico tradicional representado, por exemplo, pelo felá. «Quem atravessa, em nossos dias, uma aldeia do Alto Egito reencontra silhuetas que parecem saídas dos antigos túmulos». ¹⁷ Não é para admirar, pois, que os felás empregados em escavações arqueológicas, tenham reconhecido, nas estatuetas encontradas, alguns de seus contemporâneos. ¹⁸ Com efeito, se quisermos estudar o tipo físico dos antigos egípcios, temos duas classes de excelente material: em primeiro lugar os próprios habitantes do Egito atual; em segundo lugar, as estatuetas ou as pinturas e gravuras antigas que encontramos em profusão desde as capelas funerárias até as paredes e templos; um confronto entre essas duas classes de material revela identidade racial completa. «De uma parte e de outra há o mesmo crânio ligeiramente alongado, o mesmo talhe de rosto de um oval pouco largo, de fronte baixa e pura, de olhos muito fendidos e abertos, de faces salientes, de boca espessa e sorridente, com a mesma largura das espáduas, o mesmo porte e o mesmo talhe». ¹⁹

Após essa sucinta descrição física, resumamos, nessas linhas escritas por quem conhecia a fundo o Egito Antigo, o retrato espiritual desse curioso povo: «Era um povo inteligente, felizmente dotado, sob o ponto de vista artístico, de um senso prático notável e de grande energia». ²⁰

3. Os Primórdios

Só a arqueologia pré-histórica fornece-nos seguros indícios (instrumentos de sílex lascado) da existência de seres humanos no Egito desde o Paleolítico. Esses primeiros habitantes devem ter sido caçadores nômades de rudimentar organização social.

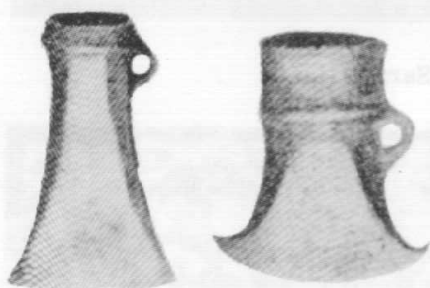
A fixação de populações no vale do Nilo produz-se no Neolítico, quando as mesmas se adaptam a um novo gênero de vida, dedicando-se à criação e à agricultura. Como consequência dessa adaptação, surge um notável desenvolvimento industrial. No VI milênio a.C. podemos distinguir no vale do Nilo a existência de três civilizações: *Tasa*, *Faium* e *Merimde*.

Os habitantes da região de *Deir Tasa* (Médio Egito, margem direita do Nilo) usavam machados de pedra polida, objetos de cerâmica e ainda, como matéria-prima, o osso, o marfim e conchas do Mar Vermelho.

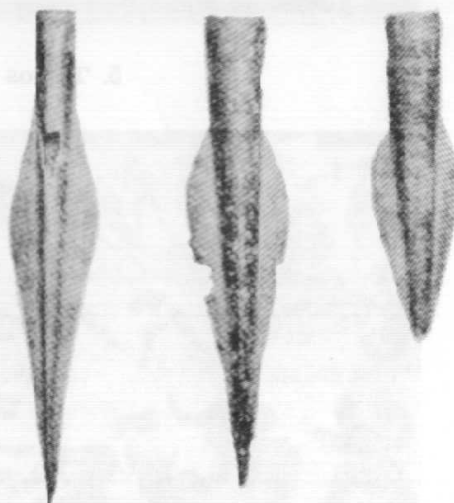
Os habitantes de *Faium* cultivavam o trigo, a cevada e possuíam, entre os animais domésticos, o boi e o porco.



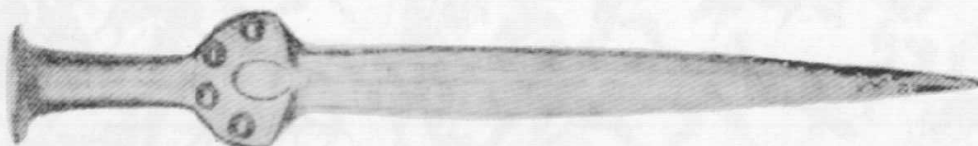
1. A rena vista por um artista do Madalenense.



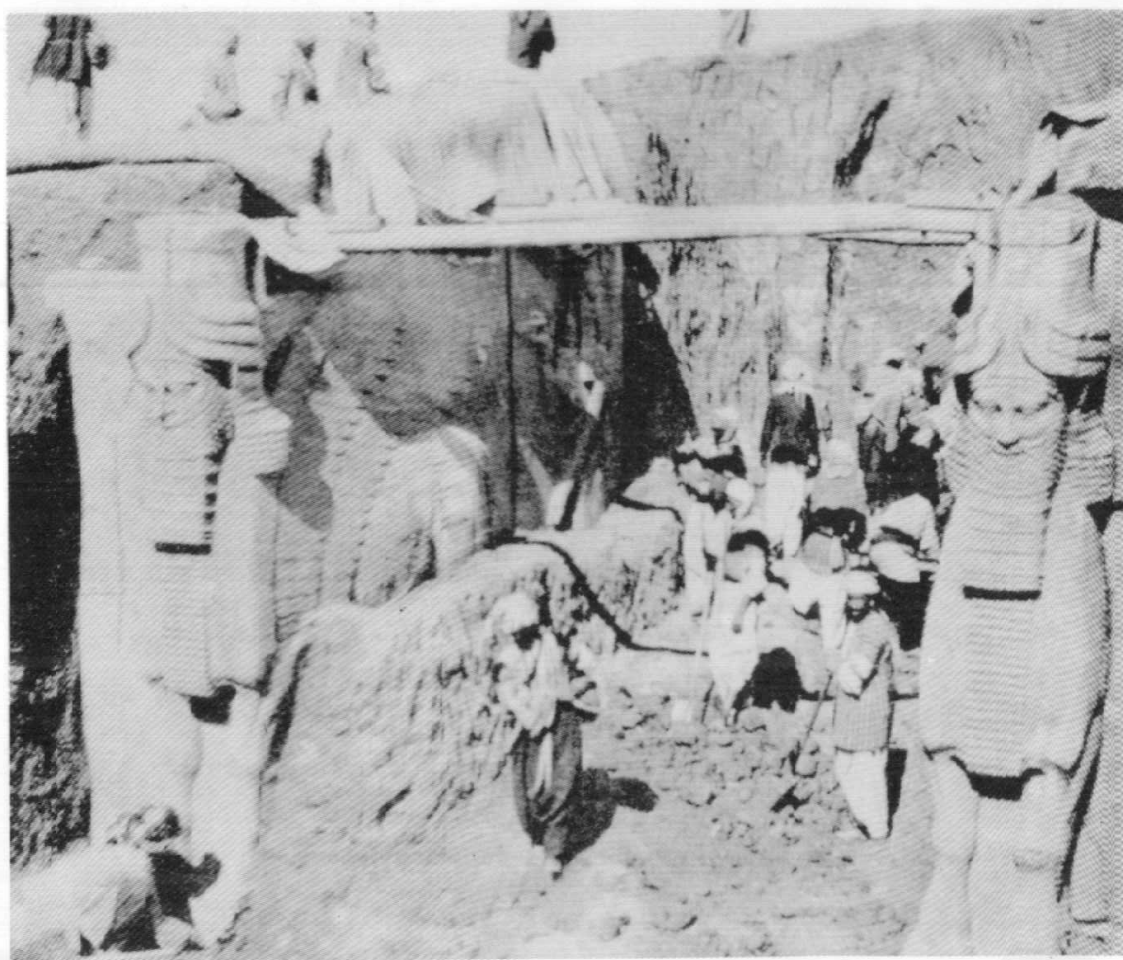
2. Machados de bronze.



3. Pontas de lanças de bronze.



4. Espada de bronze.



5. Touros alados da época de Sargão II.



6. Luta livre no Antigo Egito.

Os habitantes de *Merimde* (situada na orla desértica do Delta) levavam vida semelhante aos de Faium.

Nos V e IV milênios antes de nossa era, podemos distinguir dois períodos que marcam a transição entre o Idade da Pedra e a Idade dos Metais: o pré-dinástico e o proto-dinástico. Assinalemos, *grosso modo*, os limites do pré-dinástico entre 5000-3500 a.C. Podemos estudá-lo sumariamente através de três civilizações que floresceram no Alto Egito: respectivamente nas regiões de Badári, de El-Amrah e de Gerzeh.

A civilização de Badári (5000-4500) foi descoberta em 1922. Os «badarianos» eram agricultores e criadores. Drenaram e irrigaram o vale do Nilo. Usavam, além de objetos e armas de sílex, instrumentos de osso, marfim, etc. O que, entretanto, dá importância à civilização de Badári é o emprego do cobre.

Os «amratianos» (El-Amrah, 4500-4000 a.C.) distinguem-se por uma cerâmica variada e abundante, colorida e ornada com diversos desenhos, por sua indústria de pedra, marfim, osso, concha, madeira, couro e tecidos. O bronze já é mais empregado que pelos badarianos; fabricam também objetos de prata e de ouro. Constroem embarcações de hastes de papiro ligadas entre si. «Fato novo, os vasos de pedra dura são mais numerosos e são vistos os primeiros sinais *alfabetiformes* sobre as cerâmicas». ²¹

No início do IV milênio florescia a civilização dos «gerzeanos» que se estendia do Delta até o Alto Egito e pode ser considerada como continuação da civilização de El-Amrah, embora se distinga da mesma.

Os «gerzeanos» caracterizam-se não somente pela indústria lítica muito aperfeiçoada, pela cerâmica colorida e ornada com desenhos multiformes, mas também pelo emprego mais freqüente do cobre, que serve para a fabricação de machados, punhais e facas.

O período protodinástico (3500-3200 a.C.) é a última etapa que assinala a transição entre a Pré-história e a História no Egito. Posterior ao pré-dinástico e anterior às dinastias tinitas, o protodinástico caracteriza-se pela existência de uma única civilização no Alto e no Baixo Egito. Cidades fortificadas, monumentos públicos, túmulos reais ricamente mobiliados anunciam os tempos históricos. A indústria lítica aperfeiçoada continua ao lado da indústria de madeira, osso, marfim, chifre, cobre e ouro. «As obras de arte começam a apresentar os caracteres e as dimensões da estatuária egípcia clássica. A escrita hieroglífica está dotada da maior parte de seus sinais. Vê-se, então, uma civilização vigorosa e brilhante suceder a um Pré-dinástico terminal decadente. Esta renascença encontrou a maior parte de seus elementos no Egito mesmo, mas observam-se nela traços incontestáveis de influência mesopotâmica.

No início deste período, o Egito ainda dividido em dois reinos, conheceu um período de perturbações, de combates entre o Norte e o Sul,

ilustrados em numerosas plaquetas votivas. Foi o Sul que venceu e a unificação do Egito vai-se completar sob o reinado do primeiro rei da primeira dinastia: Menés.²²

4. História Política

Observações preliminares. — Divisão. Procuremos, preliminarmente, estabelecer uma divisão da longa História Política do Egito. As dinastias de Máneton e as características de certas épocas permitem-nos a seguinte divisão da História egípcia na Antiguidade:

1. Época Tinita: I e II dinastias (3197-2778).
2. Antigo Império: III à V dinastia (2778-2423).
3. Fim do Antigo Império e Período Intermediário: VI à XI dinastia (2423-2065).
4. Médio Império: XI e XII dinastias (2065-1785).
5. Segundo Período Intermediário: XIII à XVII dinastia (1785-1580).
6. Novo Império: XVIII à XX dinastia (1580-1090).
7. Baixa época: XXI à XXXI dinastia (1090-332).

Note-se que as datas supracitadas se encontram na obra de Drioton e Vandier e, até 525, são aproximadas.²³

No decorrer dessa exposição seguiremos a orientação cronológica já mencionada no Prefácio.

Nomos. Digamos duas palavras sobre os «nomos» do Antigo Egito. Desde épocas remotas, o particularismo regional dividiu o Egito em pequenas províncias chamadas «nomos»; cada «nomos» era constituído de uma região com uma cidade como capital; essa região possuía um deus particular, tradições próprias e vivia em rivalidade com os vizinhos. Os «nomos», que eram as células administrativas do Egito faraônico, representaram muitas vezes uma força política centrífuga: sempre que o poder central se enfraquecia, eles se transformavam ou tendiam a transformar-se em pequenos estados independentes.

a) *O Egito antes de Menés.* — Para melhor compreensão do início da História propriamente dita, vamos registrar, *grosso modo*, a evolução dos principais acontecimentos políticos que precederam a unificação do Egito atribuída a Menés. Diremos, mais adiante, algumas palavras sobre o tão debatido problema da existência de Menés.

O país estava dividido em dois reinos: o do Norte com a capital em Buto, o do Sul com a capital em Nekhen. O reino do Norte estabeleceu o domínio sobre o reino do Sul, unificando o país. O reino sulino, entretanto, reagiu e conseguiu sacudir o jugo do Delta, realizando

mais tarde, por sua vez, a unificação que marca o início da época histórica.²¹

Os monarcas desses reinos existentes antes do período histórico propriamente dito foram chamados, em documentos posteriores, «*Servidores de Hórus*». A lenda se apoderou, em breve, desses soberanos: passaram a ser considerados como heróis que haviam reinado no Egito durante um longo período intermediário entre as dinastias divinas e as históricas.

b) *A Época Tinita*. — A História do Egito começa quando a «coroa vermelha» do Norte e a «coroa branca» do Sul se encontram reunidas em um mesmo soberano.

Quem teria sido esse unificador do Egito? Para Máneton e os autores antigos teria sido o lendário Menés. Pesquisas modernas vieram, entretanto, abalar a antiga tradição e projetar a figura de Narmer como o soberano que teria, na realidade, desempenhado o papel atribuído a Menés. Com efeito, Narmer é o primeiro faraó que se liberta da lenda e do mito e que inaugura verdadeiramente a História.²² Um busto desse monarca, existente no University College de Londres, dá-nos uma idéia viva de seus traços fisionômicos: feições enérgicas, olhos salientes, nariz reto e curto, lábios espessos...²³ Uma paleta de xisto verde, usada provavelmente para ornamentar as imagens dos deuses nas grandes solenidades, mostra-nos esculpida a vitória do rei sobre seus inimigos.²⁴ Vários egiptólogos, tentando conciliar a tradição com as novas descobertas, defenderam a tese de que Menés e Narmer seriam o mesmo personagem. Ao leitor interessado no problema, recomendamos a leitura das notas referentes às épocas Pré-Tinita e Tinita contidas na obra de Drioton e Vandier. Encontramos na citada obra diversas hipóteses formuladas por orientistas eminentes como Petrie, Hall, Allbright, etc.²⁵ «A identidade de Narmer e de Menés não é mais que um desses numerosos problemas que o antigo Egito apresenta, e cuja solução é, em suma, secundária, malgrado a quantidade de tinta que este debate fez correr».²⁶

O que nos interessa aqui é, mais que o autor, o fato da unificação. Essa unificação, como observa Homo,²⁷ apresenta duas características fundamentais: longa duração e, contudo, precariedade. Com efeito, a unidade egípcia durou mais de dois milênios e meio; foi, entretanto, interrompida inúmeras vezes quer por invasões quer por movimentos separatistas internos. Encontramos em Drioton e Vandier uma explicação dessa precariedade: «Estes dois estados estavam fortemente constituídos e, coisa notável, guardaram, *vis-à-vis* um do outro, uma autonomia de fato durante toda a duração da monarquia faraônica, pelos particularismos de seu regime cuidadosamente conservados e por suas administrações zelosamente separadas. O traço de união entre eles foi somente a pessoa mesma do faraó, Rei do Sul e Rei do Norte, segundo a expressão dualista de seu protocolo. Conseqüentemente, cada vez que se produzia uma falha no poder real, o país tendia a cindir-se de novo em dois reinos,

retomando os antigos limites, a tal ponto permanecera viva a tradição política herdada da idade eneolítica, a tal ponto essa tradição política correspondia, em suma, a uma divisão geográfica, econômica e, talvez, étnica do país».³¹

Passemos agora a uma breve caracterização da Época Tinita que, como já anotamos, abrange as duas primeiras dinastias. A monarquia tinita era absoluta, de direito divino. O faraó, assistido por dois chanceleres que representavam os dois reinos unidos, governava por intermédio de funcionários hierarquizados. As indicações contidas na pedra de Palermo sugerem a existência de um arquivo real na época tinita.

Nas províncias (nomos) havia funcionários com, entre outras, a incumbência de obter o melhor rendimento possível da terra e de proceder ao recenseamento.

Na Época Tinita, a civilização egípcia atingira já um elevado grau de evolução e continha, em germe, a futura grandeza do império. «E' toda a grandeza do Egito futuro que se encontra, em potência, sob esses monarcas tinitas, cuja obra, digna de admiração, foi considerável».³²

c) *O Antigo Império.* — Durante as III e IV dinastias notamos o pleno desenvolvimento da monarquia absoluta; sob as V e VI dinastias (esta última já no fim do A. Império e início do Primeiro Período Intermediário) observamos a marcante influência dos sacerdotes de Heliópolis e dos grandes funcionários: a primitiva autocracia vai transformando-se em um regime oligárquico e feudal.³³

III Dinastia. Esta dinastia marca uma época de grande progresso do Egito. Entre os faraós merece destaque a figura de *Djoser* (chamado pelos contemporâneos *Neterierkhet*). O esplendor de seu reinado, *Djoser* deve sobretudo a seu conselheiro e ministro *Imhotep*, que ficou na memória dos egípcios como tendo sido um verdadeiro sábio. *Máneton* escreveu a propósito: «por causa de sua ciência médica, é considerado pelos egípcios como Esculápio; foi ele que encontrou o processo da pedra cortada para a construção dos monumentos e dedicou-se também às letras».³⁴ A capital foi transferida de *Thinis* (situada no Alto Egito, numa região em que se encontravam as rotas da Arábia e dos oásis líbicos) para *Mênfis*, lugar onde «os dois Egitos estão em equilíbrio». A famosa pirâmide de *Saqqarah* construída por *Imhotep* foi o túmulo de *Djoser*.

IV Dinastia. (2720?-2560?) Os mais célebres soberanos dessa dinastia são os construtores das três grandes pirâmides de Gizeh: *Quéops*, *Quéfnem* e *Miquerinos*. Suas construções gigantescas atestam não só o progresso da civilização material mas também a grande autoridade de que gozavam. Ainda durante a IV dinastia realizaram-se expedições guerreiras à Núbia, à Líbia e à península do Sinai.

VI Dinastia. Os dois monarcas dominantes são *Pepi I* e *Pepi II*. O primeiro reinou por mais de meio século; o reinado do segundo durou 94 anos e constitui, provavelmente, o mais longo reinado da História.

A preocupação dominante dos soberanos da VI dinastia, na política externa, é a exploração sistemática da Núbia. Ainda sob a VI dinastia os egípcios tiveram que enfrentar a ameaça de líbios e asiáticos atraídos pela fertilidade do vale do Nilo.

Na política interna nota-se o fortalecimento dos *nomarcas* (governadores dos *nomos*) que transformam seu cargo temporário em cargo hereditário. Desse feudalismo surgiram duas graves conseqüências: *crise econômica* devido à economia fechada própria do regime feudal (tal crise se fez sentir nas cidades do Delta, cujo comércio sofreu acentuada queda provocando desemprego e miséria); *feudalização do exército* que fez desaparecer a segurança interna e externa: as fronteiras foram ameaçadas e o banditismo floresceu. A crise econômica e a descentralização governamental geraram uma tremenda crise social que caracteriza o fim da VI dinastia.

d) Primeiro Período Intermediário. — Crise na política interna e externa, com a completa descentralização do governo e com a invasão de estrangeiros; crise social tremenda com a desapropriação de terras, massacres e paralisação do trabalho caracterizam o Primeiro Período Intermediário. No Alto Egito predominam os principados autônomos; os senhores feudais passam a levar uma vida intimamente ligada às grandes propriedades. Ao norte, no Baixo Egito, floresce a vida urbana; as cidades orientam sua atividade para o mar que é um convite permanente à liberdade. Guerras feudais lançam os príncipes uns contra os outros: reinam a insegurança e a decadência. Reinam também os faraós que, entretanto, nada mais são que o primeiro dos príncipes, detendo apenas uma autoridade simbólica."

e) O Médio Império. — Os príncipes de Tebas, no Alto Egito, haviam constituído um notável poderio militar com o qual conseguiram impor sua autoridade a todo o país, vencendo os soberanos de Herculópolis que se consideravam os sucessores diretos e legítimos dos antigos reis de Mênfis. Iniciou-se então o Médio Império com a ação enérgica dos reis tebanos que procuraram centralizar o poder, suprimindo a nomarquia hereditária (*nomarcas* eram os governadores dos *nomos*) e estabelecer estreita dependência entre os funcionários e o soberano. A nobreza feudal foi substituída por uma nobreza administrativa dentro da qual os faraós escolhiam o primeiro ministro; esta nobreza acabou por tornar-se tão poderosa que, ao extinguir-se a XI dinastia, um de seus membros subiu ao trono fundando a XII dinastia.

XII Dinastia. A XII dinastia é bem conhecida através das inúmeras fontes de que dispomos para seu estudo. O poder e a magnificência de seus faraós revelam-se nos monumentais edifícios erguidos. Dois acontecimentos caracterizam o início da XII dinastia: o desenvolvimento do culto de Âmon, deus protetor da dinastia, e a mudança da capi-

tal de Tebas para uma região situada entre Mênfis e Faium. Essa região, por sua situação geográfica intermediária entre o Alto e o Baixo Egito, estava muito indicada para a sede do governo. Note-se, além disso, que os soberanos da XII dinastia mostraram grande interesse pela exploração do oásis de Faium.

Amenemhat I e Sesóstris III são duas figuras ímpares de soberanos que souberam imprimir à sua época o caráter indelével de sua personalidade revelada por um dinamismo empreendedor e por uma energia férrea.

Amenemhat I, o fundador da dinastia, pôs ordem na política interna; *Sesóstris III* notabilizou-se pela política externa: campanhas na Núbia e no Sudão, expedições até a Palestina. Resumamos alguns dos principais fatos que assinalam essa época de esplendor do Antigo Egito.

Na *política interna* anotemos: entre as grandes realizações a valorização do oásis de Faium (sudoeste do Cairo) pela execução de enormes obras de engenharia que deram ao Egito uma província inteira; entre as medidas de fortalecimento do governo, a criação de um exército permanente e a supressão da independência da nobreza provinciana. Para evitar as questões de sucessão e manter a estabilidade do trono, foi adotada a prática da associação do príncipe herdeiro no poder.

Na *política externa* podemos considerar dois aspectos: o econômico e o militar. Os soberanos incentivaram as relações comerciais; a iniciativa privada favorecida pelo governo estendeu essas relações comerciais a Biblos e a Creta integrando cada vez mais «as cidades egípcias no movimento de economia internacional». ³⁰ A política militar da XII dinastia obedeceu a dupla finalidade: salvaguardar a unidade egípcia e defender a integridade de seu território. Podemos observar claramente a influência do fator geográfico na orientação dessa política intimamente relacionada com as três fronteiras terrestres do Egito. *Ao sul*, a política é agressiva e colonizadora; as expedições egípcias visam não somente às minas de ouro mas também impedir o acesso ao vale do Nilo. Uma série de fortalezas construídas sob Sesóstris III barram a entrada dos etíopes. *A oeste*, os habitantes da Líbia, que haviam constituído uma permanente ameaça ao vale do Nilo, não só foram submetidos mas até mesmo passaram a ser empregados como defensores das fronteiras. *A leste*, a política militar predominante é defensiva. Entretanto, graças aos contactos econômicos com Biblos e o vale do Orontes bem como à infiltração crescente de elementos asiáticos no Delta, surge a idéia do estabelecimento na própria Ásia de uma zona que desempenhasse o papel importante de sentinela avançada dos interesses egípcios. Curioso é que, desde então, essa idéia vai guiar a política externa dos faraós até o fim da independência egípcia.

f) *Segundo Período Intermediário*. — Após a XII dinastia o Egito entra em decadência e cai sob o domínio de um povo estrangeiro: os

hicsos. Máneton, citado textualmente por Flávio José, assim descreve a invasão de sua pátria: «Tivemos um rei chamado Toutimaíes. Não sei como, sucedeu que no seu tempo estivesse Deus contra nós e então vieram do Oriente uns homens de raça ignóbil e, de forma tal, que tiveram a ousadia de invadir o nosso país e facilmente o submeteram pela força sem uma batalha sequer. E logo que tiveram em seu poder os nossos principais, queimaram as nossas cidades, derrubaram os templos dos deuses e maltrataram os habitantes: mataram alguns e levaram em cativeiro os outros com suas mulheres e seus filhos. Levantaram então um rei entre esses, cujo nome era Salátis; viveu este na cidade de Ménfis e estabeleceu guarnições nos lugares que escolheu. Fortificou a fronteira da terra do Oriente, pois muito temia o poder dos assírios e pensava que eles haveriam de invadir um dia o reino. Encontrou no nomo saíta (Sthroita?), a leste do canal de Bubástis, uma cidade que conheceu que era boa, chamada Avaris em razão de alguma lenda dos deuses. Construiu em torno dela fortíssimas muralhas e guarneceu-a com um exército de duzentos e quarenta mil homens completamente armados. Nela Salatis se abrigava no calor do verão, a fim de recolher o tributo, pagar suas tropas e fazer marchar os soldados para que o temessem os estrangeiros. E depois de ter reinado dezenove anos, reinou após ele um outro, chamado Bnon, durante quarenta e quatro anos e depois deste reinou ainda outro, chamado Apakhnas, trinta e seis anos e sete meses; e depois dele Apófis, que reinou sessenta e um anos; e depois Ianias, cinqüenta anos e um mês. Estes foram os primeiros reis entre eles, e durante todo o tempo de seu poder fizeram guerra contra os egípcios, desejosos de destruí-los completamente.³⁷ Chamaram a este povo *hyksos*, o que significa *Reis Pastôres*, pois *Hik* significa, na língua sagrada, *rei*, e *sôs*, na língua vulgar, quer dizer *pastor*». O leitor bem pode imaginar como esse trecho terá dado dores de cabeça aos egipólogos que tentaram conciliá-lo com o que, através de outras fontes, se conhece da História Egípcia. Assim, por exemplo, para «o Apophis de Máneton contamos vários candidatos, porque houve pelo menos quatro reis hicsos chamados Pepi, conhecidos pelos monumentos...»³⁸ Qual desses «Pepis» ou «Apepis» corresponderia ao Apófis de Máneton?

Ainda com relação a esse famoso trecho de Máneton, queremos fazer três observações; *Primeira*: Máneton escreveu cerca de 14 séculos após os acontecimentos; e Flávio José cita o autor quase quatro séculos mais tarde o que, evidentemente, aconselha prudência na aceitação pura e simples dos eventos narrados. *Segunda*: Não devemos, entretanto, esquecer que Máneton podia dispor de excelentes fontes de informação. *Terceira*: a etimologia do nome «Hicsos» é hoje considerada errônea. Na verdade o sentido exato parece ser «chefes de países estrangeiros».

Quem seriam e de onde teriam vindo os Hicsos? Sua origem étnica tem dado margem a intermináveis discussões e às mais variadas hipó-

teses. Vamos apenas citar algumas dessas hipóteses para que o leitor tenha idéia das dificuldades que a questão apresenta: hipótese semítica, indo-ariana, elamita, hurrita, hitita, mongólica, etc. Certo é que a invasão dos hicsos está ligada a um amplo movimento de povos que emigraram das estepes euro-asiáticas: estas regiões seriam então o ponto de partida da invasão no Egito.

Qual a causa da fácil vitória dos invasores sobre os egípcios? Além do número, podemos apontar como fator decisivo a superioridade do armamento. Os hicsos usavam armas de bronze e ferro (lanças, espadas, escudos, capacetes, armaduras compostas de escamas de cobre ligadas a um forro de couro). Mas foram, sobretudo, os carros de guerra puxados por cavalos que desorientaram a defesa egípcia, que desconhecia os novos engenhos de guerra e os próprios animais.

Quais as contribuições dos Hicsos ao Egito? Winlock traça um quadro das inovações introduzidas no Egito pelos invasores. Anotemos algumas a título de exemplo: grande melhoramento na técnica de fabricação de armas; na técnica de irrigação; na indústria têxtil, o costume de marcar o gado a ferro, etc.²⁹

Um acontecimento importante, sob o domínio dos hicsos, é a chegada de Jacó em companhia de seus filhos ao Egito. Cerca de 1580 a.C. graças à ação constante e enérgica dos príncipes tebanos e após uma luta renhida, Avaris, capital dos hicsos, foi conquistada e os invasores, expulsos do país, buscaram refúgio na Palestina Meridional. A expulsão dos Hicsos marca o fim do Segundo Período Intermediário e o início do Novo Império.

g) O Novo Império. — O Novo Império, que abrange um período de cinco séculos, é uma fase da História Egípcia, rica em fontes. De acordo com as mesmas, podemos anotar que o traço predominante da História do Império Tebano é a política externa asiática. As diversas fases desta política são relatadas por três tipos de fontes: inscrições hieroglíficas, cartas de Tell-el-Amarna e arquivos de Boghaz-Keui.

XVIII Dinastia. — A política externa dos soberanos da XVIII dinastia tem um caráter ofensivo: fundam um império asiático, que contribui não só para prevenir novas invasões como também para enriquecer o país, pois os egípcios passam a receber tributos dos mais diferentes povos. O grande vulto da XVIII dinastia é Tutmés III, o faraó cuja obra «elevou o Egito a um nível que nunca havia atingido e que jamais seria ultrapassado». ³⁰ As numerosas expedições realizadas por Tutmés III contra povos asiáticos estão relatadas nas paredes do templo de Karnak. O maior homem de guerra da História do Egito estabeleceu a hegemonia incontestada de seu país no Oriente Próximo. A alma da resistência asiática contra Tutmés III foram os mitanianos que, entretanto, não conseguiram impedir a chegada dos egípcios até o Eufrates e o fortalecimento de seu poderio na Ásia. Os cinquenta e quatro anos do reinado

de Tutmés III figuram entre os mais gloriosos da História Egípcia. O prestígio do faraó atraía-lhe não só a homenagem e o tributo das províncias asiáticas, mas inúmeros presentes dos países vizinhos como Assur, Mitani, Babilônia, etc. Do longínquo sul (os egípcios haviam atingido Napata nas proximidades da quarta catarata) às ilhas do Mar Egeu, o nome de Tutmés III era pronunciado com respeito e admiração. Concluamos com as seguintes observações sobre o império de Tutmés III: «A constituição do império fundado pela conquista foi legitimada por uma teoria política baseada sobre o culto: o deus Âmon criou o mundo, ele é o senhor de todos os homens; ora, o rei do Egito é Âmon encarnado; detém, então, por sua natureza divina, a soberania universal; resistir-lhe é rebelar-se contra o próprio criador».⁴¹

Amenófis III, filho de uma princesa mitaniana com quem havia casado Tutmés IV, é o primeiro faraó em cujas veias corre sangue ariano. Os egípcios haviam procurado na aliança com seus antigos adversários do Mitani uma defesa comum contra o crescente poderio dos hititas. As cartas de Tell-el-Amarna contêm a correspondência oficial de Amenófis III e Amenófis IV com os soberanos dos países do Oriente Próximo como, por exemplo, a Babilônia, a Assíria, o Mitani, os hititas e com os príncipes do Mar Egeu e das províncias egípcias da Ásia. «A importância desses arquivos é capital: é toda a vida diplomática do mundo mediterrâneo desta época que nos é revelada por esses documentos. A ausência de data torna muitas vezes delicada a utilização dessas fontes, mas a sequência dos acontecimentos está quase sempre suficientemente clara para que as chances de erros sejam ínfimas».⁴²

Amenófis IV, filho de Amenófis III, é a «mais estranha figura da História egípcia»⁴³ e talvez a mais discutida. Ficou famoso pelo sincretismo religioso que pretendeu introduzir englobando, sem suprimi-las, as diversas religiões de seus súditos e subordinando-as ao culto do Sol. Âmon, deus nacional e dinástico, é substituído por *Aton*, personificação do disco solar. A nova religião aparece como um monoteísmo solar cuja encarnação é o próprio faraó, chefe supremo do Império. A substituição de Âmon reflete-se na substituição do nome do faraó: Amenófis (Âmon é satisfeito) para Akenaton (Akhen-aton, servidor de Aton). Para subtrair-se à influência dos sacerdotes de Âmon, o rei cria (1372? a.C.) uma nova capital no Médio Egito: Akhet-aton (Horizonte do disco solar) atual Tell-el-Amarna.⁴⁴

Tutancâmon, genro de Amenófis IV, sucedeu-o no trono, ainda muito jovem. Após um curto reinado durante o qual a religião de Aton entrou em decadência e a sede do governo passou novamente a Tebas, Tutancâmon morreu e foi sepultado no Vale dos Reis. Seu túmulo encontrado intacto constituiu uma das mais sensacionais descobertas arqueológicas da atualidade.

XIX Dinastia. — A XIX dinastia foi fundada por um príncipe de Tanis (Delta), Ramsés, que gozava de grande prestígio perante Horem-

heb, último soberano da XVIII dinastia. O fundador da nova dinastia pouco reinou. Seu filho Sétí I e seu neto Ramsés II assinalam o apogeu político. Vimos como Tutmés III com sua política agressiva ampliou as fronteiras do Império Egípcio na Ásia. Horemheb não teve a preocupação de estender os domínios asiáticos, mas tratou da reorganização interna do país por meio de uma política de largas reformas sociais.

Os principais soberanos da XIX dinastia ocuparam-se, sobretudo, com a política externa: a diplomacia e a guerra tomam quase inteiramente seu tempo. Entretanto, essa política externa, em contraste com a da dinastia anterior, teve um caráter defensivo. Procurou-se manter o império criado pelos Tutmés.

Sétí I (1312?-1298?) organizou um poderoso exército com o qual venceu os ataques de povos nômades que haviam chegado até o istmo, derrotou uma coligação de amorreus e arameus que desejavam sacudir o jugo egípcio, e, pela primeira vez na História do Egito, derrotou os hititas em Kadesh. Na fronteira da Líbia, novos invasores (não confundi-los com os antigos líbios) pertencentes provavelmente à raça indo-européia, foram repelidos.

Ramsés II (1301?-1235?), possuidor de forte personalidade em que se uniam a energia, a ambição e o senso inato da grandeza, prosseguiu a obra de fortalecimento do poderio egípcio. Enfrentou no início de seu reinado a maior coligação que já se formara na Ásia contra o imperialismo egípcio. A alma dessa coligação era o rei hitita Muwattali que, entretanto, foi repellido por Ramsés em Kadesh. Seguiram-se revoltas na Ásia sempre fomentadas pelos hititas. Ramsés enfrentou-as com energia e firmou, finalmente, um célebre tratado de paz com o soberano hitita Hatusil. Uma das principais causas desse tratado foi, sem dúvida, a ameaça do crescente poderio assírio. Ambos os soberanos foram fiéis à aliança. «Por este acordo, o primeiro grande regulamento internacional da História, as duas potências renunciavam cada uma à política de hegemonia e concluem uma estreita aliança pela qual se garantiam mutuamente a integridade dos respectivos impérios, sendo o Orontes a fronteira que os separava. O tratado de 1278 estabeleceu, na realidade, uma hegemonia conjunta do Egito e do Hatti: devia dar cinquenta anos de paz à Ásia Anterior».⁴⁵

No fim do reinado de Ramsés II produziu-se, no Oriente Próximo, um movimento de povos como consequência de grandes deslocamentos de população na região dos Balcãs e do Mar Negro. Vagas de invasores indo-europeus chegam à Líbia e daí partem para o Egito. Mineptah, filho e sucessor de Ramsés II, vence-os em Per-ir no Delta. Uma estela encontrada em Tebas, no templo funerário do rei, menciona, além de alusões sobre a guerra líbica, povos da Ásia vencidos por Mineptah. Entre esses povos figura, pela primeira vez, em um documento egípcio, o nome de *Israel*.

O último grande rei do Novo Império pertenceu à XX dinastia e foi Ramsés III. Este soberano, além de campanhas vitoriosas na Líbia, afastou os invasores indo-europeus do Egito. Com o fim do reinado de Ramsés III o poderio egípcio entra em franca decadência. Antes de encerrarmos este breve estudo da História política do Novo Império, convém fazer uma ligeira observação sobre a administração governamental. Esta, com exceção das províncias da Ásia, onde os principados haviam conservado certa autonomia, caracterizava-se pela centralização: ao lado do faraó, soberano absoluto, desempenhavam importante papel: o vizir do Sul e o do Norte, o vice-rei da Núbia e o sumo sacerdote de Ámon. Um exército permanente e bem adestrado garantia o êxito da política faraônica.

h) A multissecular decadência egípcia. — A multissecular decadência egípcia, que só vai terminar com a perda definitiva da independência nacional, encontra sua explicação em duas grandes causas: uma interna e outra externa. *A causa interna:* as grandes lutas e a manutenção das conquistas produziram, paulatinamente, um esgotamento interior concomitante com o enfraquecimento do poder real. Essa crise interna é agravada pela *pressão externa* de invasores que atacavam quer a oeste, quer a leste. O enfraquecimento do poder real acarretou a ruptura da unidade nacional. No governo sucedem-se as dinastias sacerdotais, líbias, saítas, etíopes, novamente saítas e, por fim, o domínio persa e grego.

Desse longo período em que muitas vezes a anarquia imperou no vale do Nilo e cuja História não é fácil de resumir em poucas linhas, vamos apenas recordar três acontecimentos importantes que estão intimamente ligados à História de outros povos da Antiguidade: A invasão assíria, a renascença da XXVI dinastia e o domínio persa.

i) A invasão assíria. Já vimos como outrora o poderio crescente dos assírios fora uma das causas do tratado de paz entre o Egito e os Hititas na época de Ramsés II. Estudaremos, mais adiante, como surgiu e como se desenvolveu este poderio que herdou os domínios de dois grandes impérios. Muitos séculos decorreram, entretanto, desde o tratado de paz até que os assírios se tornassem fortes suficientemente para conquistarem o vale do Nilo. A tentativa de Senaqueribe de conquistar a velha terra dos faraós fracassou. O Livro dos Reis (4, 19, 35-36) faz uma alusão ao episódio. Assarhadão penetrou no Delta (671) pondo em fuga o Tirhakah (Taharka, Teharko ou, ainda, Eteardnos, cf. Hall, p.479) da dinastia etíope (XXV) e conquistou a cidade de Mênfis. O faraó refugiou-se no sul, provavelmente em Tebas. Apenas o rei assírio se retirou, o Egito sublevou-se, Mênfis foi reconquistada e as guarnições assírias massacradas. Assarhadão resolveu então voltar ao Egito, mas morreu na viagem. A guerra foi prosseguida por Assurbanipal que recapturou Mênfis e enviou uma esquadra rio acima até a cidade de Tebas. Tirhakah, que se refugiara no sul, sublevou-se novamente tão logo Assurbanipal deixou o Egito. A luta prosseguiu sob o comando do sucessor

de Tirhakah, seu sobrinho Tanutamón. Os assírios voltaram ao ataque e Assurbanipal resolveu punir os revoltosos: retomou o Delta e saqueou Tebas. A sorte de Tebas teve uma grande repercussão no Oriente.

j) *A renascença sob a XXVI dinastia.* — O fundador da XXVI dinastia foi Psamético I, descendente dos reis de Saís. Seu ideal foi soerguer o Egito da estagnação multissecular em que se encontrava. Para obter tal fim era necessário expulsar o estrangeiro e restabelecer a unidade nacional. Psamético I, com o auxílio de mercenários gregos (cários e jônios), que praticavam a pirataria no litoral egípcio, restabeleceu a unidade governamental destronando seus rivais e libertou o país definitivamente dos assírios. Nessa empresa Psamético contou com o auxílio do ouro de Gíges da Lídia. A aliança entre os reis de Sardes e de Saís havia surgido de interesses comuns. «Um e outro, com efeito, seguiam uma política de expansão econômica apoiada sobre a burguesia urbana e encontravam como obstáculo os mesmos inimigos: os príncipes feudais e o rei da Assíria».⁴⁶ Assurbanipal não reage ante o soerguimento egípcio e Hall nos dá o motivo: «Provavelmente compreendera que as guerras de conquista, constantemente repetidas no vale do Nilo, em breve consumiriam seu exército, já terrivelmente esgotado, e que, sem tão contínuas conquistas *de novo*, seria impossível manter o domínio sobre o país».⁴⁷ O mesmo autor observa mais adiante: «Assim o Egito iniciava um novo reino de desenvolvimento autônomo, sob uma nova dinastia, cujo fundador mostrara múltiplos indícios de sagacidade política e era muito diferente dos agitados, inúteis e pouco inteligentes etíopes. A decisão assíria de abandonar o vale do Nilo foi sábia. Naturalmente, porém, a renúncia aos projetos imperiais de Esarhaddon não era considerada como tema particularmente adequado para os cronistas da corte: o Egito é simplesmente ignorado por eles».⁴⁸

Psamético, Necao II e Amásis figuram entre os grandes soberanos dessa época que constitui uma verdadeira renascença egípcia. Internamente podemos apresentar os seguintes traços, à primeira vista contraditórios, que caracterizam o Egito saíta: influência grega e volta ao passado. A influência helênica chegou mesmo a levar alguns sacerdotes à tentativa de conciliar os mitos gregos e a historiografia indígena por meio de assimilações e sincronismos.⁴⁹ Os mercenários gregos foram seguidos por comerciantes que se instalaram no Delta e até mesmo no Alto Egito. O comércio grego concentrou-se sobretudo em Náucratis, cidade próxima do local em que foi construída mais tarde Alexandria. O intenso comércio levou o sucessor de Psamético, Necao II (609-594), a empreender obras para a reabertura de um antigo canal que ligava o Nilo com o Mar Vermelho. Segundo Heródoto, os trabalhos foram interrompidos devido a um oráculo que predissera estar o faraó trabalhando para o «bárbaro». «O bárbaro em questão, Dario, devia retomar o projeto e levá-lo a um bom fim».⁵⁰ E' ainda Heródoto que menciona a

famosa expedição em torno da África realizada por navegantes fenícios a mando de Necao.

Ao lado da influência grega, nota-se uma preocupação pela restauração das tradições nacionais. Os soberanos procuram restabelecer as instituições do antigo Egito buscando inspiração principalmente no Antigo Império. Costumes da corte, cultos, linguagem e até mesmo ortografia dessa época são revividas. Toda essa restauração tem, entretanto, um cunho artificial.

O reinado de Amásis (568-525) merece menção especial porque inaugura no Egito um regime novo. «Transportando para o plano nacional as concepções políticas das cidades gregas, Amásis convoca uma assembléia de notáveis, entre os quais, coisa paradoxal no Egito, não figura nenhum sacerdote. Com o concurso dessa assembléia, realiza uma verdadeira reforma das instituições egípcias. Os privilégios do clero são suprimidos, os templos são colocados sob a administração real, os últimos restos do regime senhoril, que subsistiam no Alto Egito, são abolidos; todas as rendas que os templos recebiam do povo, como uma espécie de dízimo, foram supressas. Os rendimentos dos domínios sagrados são atribuídos ao Estado que institui, em troca, um orçamento para o culto».⁶¹

Externamente, os reis saítas procuraram defender o Egito das agressões asiáticas restabelecendo o antigo domínio no Oriente. A decadência do poderio assírio favoreceu as ambições e planos dos reis saítas. Sob Necao II, a política externa atingiu o apogeu: o antigo império asiático dos Tutmés parecia em vias de ser reconstituído. Os triunfos, entretanto, foram efêmeros e o Egito encontrou um adversário poderoso no crescente poderio do novo Império Babilônico ao qual sucedeu o grande Império dos Aquemênidas.

k) O domínio persa. — O Egito não podia evitar sua integração no vasto império persa. Cambises preparou cuidadosamente a expedição fazendo uma aliança com os árabes, indispensável para assegurar a travessia do deserto. A morte de Amásis (substituído pelo inexperiente Psamético III), o auxílio de gregos da Ásia Menor e a cumplicidade de egípcios foram os fatores decisivos da vitória persa de Pelusa em 525. O Egito passou então a satrapia do Império Persa. Os reis persas proclamaram-se legítimos sucessores dos faraós, o que equivalia a um reconhecimento do prestígio da velha terra das pirâmides.

O domínio persa não foi contínuo no Egito. Entre a conquista de Cambises e a chegada de Alexandre, o sonho da liberdade e a lembrança de um passado glorioso levaram, mais de uma vez, os habitantes do vale do Nilo a tomarem as armas contra o estrangeiro. Tais insurreições ganharam novo alento quando as vitórias gregas contra os persas revelaram a fraqueza do grande império. Sob as XXIX e XXX dinastias (as últimas dinastias indígenas) o Egito consegue recuperar a independência reafirmando ainda uma vez a vitalidade de suas instituições

e de sua cultura.⁵¹ Em 343-342, porém, Artaxerxes III reconquistou o antigo domínio dos faraós com um exército de trezentos mil homens e uma frota de trezentas trirremes. A dominação persa deixou dessa vez uma lembrança odiosa. Um velho documento demótico narra que «as casas foram devastadas, os habitantes massacrados, os santuários profanados e as imagens divinas levadas para a Pérsia».⁵² Compreende-se, pois, a alegria com que os egípcios receberam a notícia da derrota de Dario III 333, e acolheram Alexandre como libertador. «O Egito havia esgotado, parece, seu poder de reação e a satisfação com a qual acolhe seu novo senhor é a melhor prova de sua decadência».⁵⁴

5. A Sociedade

Ao estudarmos os diversos aspectos da civilização egípcia, não podemos perder de vista a duração três vezes milenar da História do povo dos faraós. Nesse longo período, a civilização egípcia não foi algo rígido, estático. Os costumes, as técnicas, as instituições, as crenças, sofreram, em geral, uma lenta transformação. Depreende-se desse fato que, para evitarmos uma apresentação demasiado artificial de um determinado aspecto da civilização egípcia, é necessário encará-la dentro da perspectiva cronológica. Como não é fácil sintetizar, em poucas páginas, uma evolução plurimilenar, os compêndios de História limitam-se muitas vezes a um esquema rígido das instituições egípcias. Procuremos evitar, quanto possível, tal artificialismo chamando a atenção para os diversos aspectos da civilização nos diferentes períodos de sua longa História.

a) *O faraó.* — No cume da pirâmide social do Egito antigo encontra-se o faraó. Os egípcios designavam o palácio em que residia o monarca pela palavra *perâa* (a grande casa); tal designação passou a ser empregada para designar o próprio rei: *faraó* (forma helenizada do egípcio *perâa*). O faraó era considerado menos como homem que como encarnação da divindade. «Desde a origem o rei é deus. Não por imagem a fim de lembrar o seu poder total e a sua superioridade sobre o homem comum. Trata-se, ao contrário, de uma crença que constitui uma das particularidades essenciais do Egito. Esta crença, entretanto, evoluiu. Mas jamais perdeu coisa alguma de sua força.

Inicialmente, o rei é Hórus, deus-falcão e deus do céu, filho de Osíris; seu primeiro nome é o seu «nome de Hórus». Em seguida, sob o influxo do culto de Rê, grande deus-sol de Heliópolis, perto de Mênfis, centro do Egito sob o Antigo Império, Hórus, na pessoa do monarca, subordina-se a Rê. O rei torna-se Hórus-Rê, ou melhor, Rê-Hórus. Torna-se, assim, «filho de Rê», e bem logo esta filiação tende a ser interpretada de maneira concreta. Tal tendência triunfa brilhantemente sob o Novo Império...»⁵⁵

Note-se a importância dada pelos antigos egípcios ao «sangue real» que assegurava a participação na divindade. Explica-se, assim, a frequência, na família reinante, de casamentos entre parentes próximos. Explica-se também a preocupação com que os usurpadores do trono procuravam imediatamente unir-se a uma princesa de linhagem real a fim de legitimarem de qualquer forma a posse da coroa.

Detentor do poder temporal e do poder espiritual, o faraó era, ao menos teoricamente, senhor de toda a terra, de todas as propriedades e de todos os seus súditos.

Qual a atividade do soberano egípcio? «Ocupa-se ativa e pessoalmente com seu país e seu povo, dirige em pessoa toda a administração, escolhe os funcionários, recompensa os mais merecedores, distribui a justiça. Exerce sobre seus súditos uma atividade benévola e parece ser, verdadeiramente, ao menos no que diz respeito ao Antigo Império, o «deus bom», segundo um dos epítetos que lhe conferem com mais frequência».⁵⁷

b) *Os altos funcionários.* — O faraó não vivia isolado. As necessidades do exercício de sua alta função exigiam o auxílio de pessoas altamente categorizadas que, de certo modo, mitigavam o absolutismo do soberano. «Com efeito, a seu lado, encontram-se os velhos conselheiros que serviram a seu pai e aos quais o exército de escribas e de funcionários tem o costume de testemunhar uma obediência sem reservas...»⁵⁷ Entre os altos funcionários convém destacar o vizir, chefe da administração central, da justiça, dos arquivos reais, do tesouro e dos importantes serviços da agricultura. Essas eram as funções de tão alta personagem durante o Antigo Império e, em linhas gerais, durante o Médio Império.⁵⁸ Sob o Novo Império a complexidade da administração exigiu a criação de outro cargo de vizir: um cuidava dos interesses do Norte e residia em Heliópolis; ao outro, que residia em Tebas, estava afeta a administração do Sul.⁵⁹ Mencionemos ainda, entre os altos funcionários, o vice-rei da Núbia. O cargo fora criado sob a XVIII dinastia e seu titular, escolhido pelos faraós, em geral, entre os membros de seu serviço pessoal, recebia os títulos de «filho real» e «chefe dos países do Sul».⁶⁰

c) *A nobreza feudal.* — Além dos altos funcionários, encontramos, nas altas esferas político-sociais, uma nobreza territorial ciosa de seus direitos e suficientemente audaz para fazer frente ao próprio faraó. As origens dessa nobreza feudal, no Antigo Império, remontam às V e VI dinastias quando se esboçou a tendência dos nomarcas de transformar seus cargos temporais em hereditários. À medida que se enfraquecia o poder central, os nomarcas aumentavam o seu. Alguns tornaram-se verdadeiros reis, organizando sua própria corte e enfeixando em suas mãos poderes temporais e espirituais. Inscrições sepulcrais atestam a atividade social desses monarcas poderosos que se preocupavam em socorrer os pobres, auxiliar as viúvas e evitar a carestia com

suas conseqüências nefastas. Durante o Médio Império o poder central se fortaleceu e o nomarquismo feudal sentiu aos poucos a intervenção direta do soberano. No fim da XII dinastia toda administração militar e civil encontrou-se nas mãos de funcionários reais. Mas foi sob o Novo Império que se operou uma radical transformação política e social motivada certamente pela luta contra os hicsos: «não há mais príncipes de nomos, a velha nobreza cedeu lugar novamente a um corpo de funcionários reais, e a grande propriedade territorial passou das mãos das antigas famílias ao domínio da coroa e dos grandes santuários».⁴¹

d) *Os guerreiros.* — O Novo Império assiste à criação de um exército regular que vai garantir a paz interna e externa. As ricas presas obtidas nas freqüentes campanhas da Ásia e da Núbia enriqueceram os militares profissionais que, além disso, recebiam, não raro, recompensas em terras doadas pelo soberano. O militar, sob os Ramsés, constitui uma nova e poderosa casta social. Seu ofício transmite-se de pai para filho. Os faraós, que vêem nos militares uma peça indispensável de sua política, acumulam-nos de inúmeros benefícios de maneira a assegurar-lhes uma vida tranqüila sem preocupações futuras.

e) *Os sacerdotes.* — O clero no Egito foi sempre numeroso. Sua influência e sua missão, entretanto, variaram de acordo com as diferentes épocas da História. Teoricamente o faraó era o único sacerdote. A seu redor, desde o Antigo Império, foi surgindo uma oligarquia iniciada, por profissão, no ritual do culto e que paulatinamente foi monopolizando a direção religiosa, apoderando-se dos templos e de suas terras, libertando-se cada vez mais da vigilância real. Essa aristocracia sacerdotal, quase sempre hereditária, vai influir muitas vezes decisivamente nos destinos políticos do país.

O clero de um determinado deus, isto é, o corpo administrativo dos interesses do deus, formava um colégio sacerdotal cuja direção era, em geral, exercida pelo nomarca. Entre os sacerdotes existiam diversas categorias cujos títulos e funções variavam de acordo com o tempo. Encontramos, por exemplo, o diretor dos sacerdotes, o diretor do templo, o diretor dos rebanhos de bois do deus, o tesoureiro do deus, o escriba da casa do deus, o sacerdote-leitor, etc.

As mulheres sempre participaram do serviço do templo. No Antigo Império encontramos as sacerdotisas de Hathor, deusa do amor.⁴² Durante o Novo Império encontramos um número considerável de mulheres que constituem o «harém» do deus Ámon. Entretanto, como no harém de um príncipe terrestre as mulheres não pertencem todas à mesma classe, distinguem-se igualmente no harém de Ámon diversas dignidades. À frente se encontra a superiora do harém que é, em geral, a esposa do sumo sacerdote. Mas acima de todas as mulheres se encontra, em Tebas, uma dama da família real, às vezes a própria rainha, a mulher

do deus ou a adoradora do deus, isto é, a verdadeira esposa do deus, a representante da deusa Mut.⁵⁵

E' a partir da XVIII dinastia que o prestígio do clero egípcio começa a torná-lo um verdadeiro estado dentro do estado. O Novo Império se caracteriza como a época em que a religião absorve cada vez mais o espírito do povo; os próprios monarcas, impregnados do sentimento religioso, lançam-se à construção de templos colossais. Tal mentalidade reflete-se também nas representações sepulcrais onde os motivos religiosos substituem as tradicionais representações da vida cotidiana (Ranké 138). Não admira pois o aumento do prestígio sacerdotal nessa época e «quando se lê, no grande papiro Harris, a enumeração dos tesouros que um rei doava ou cuja posse ele confirmava a *seus pais, os deuses*, não deve causar espanto ver os servidores desses deuses rivalizarem, dentro de pouco, em poder, com o rei e acabar mesmo por despojá-lo completamente».⁵⁶

Os sacerdotes formavam, ao lado dos escribas, uma classe de intelectuais. Os meninos destinados ao sacerdócio dedicavam-se não só à escrita e à gramática mas a um prolongado programa de estudos religiosos que iam desde as imagens e nomenclatura dos deuses ao ritual litúrgico. «Submetiam-se a um exame ao fim de seus estudos. Aquele que fosse julgado digno de entrar na corporação tirava suas vestes, era lavado, barbeado, perfumado com unguentos, depois revestido com os ornamentos sacerdotais antes de ser introduzido no *horizonte do céu*. Penetrado de temor diante da idéia do poder divino, podia enfim aproximar-se do deus em seu santuário».⁵⁷

f) *O escriba*. — Os altos funcionários constituíam uma espécie de aristocracia burocrática que rivalizava com a aristocracia feudal. Mas, abaixo dos grandes figurões da administração egípcia, existiu desde épocas bem remotas um grande número de funcionários enquadrados na hierarquia administrativa. Quando pensamos em funcionários vem-nos logo à mente sua figura mais representativa: o escriba. O escriba «é aquele que comanda»,⁵⁸ rezam vários textos. O escriba egípcio é a peça indispensável da administração. Sua educação se faz com todo o cuidado. No Antigo Império a escola dos escribas, chamada a *casa da vida*, encontrava-se na Corte. Durante o Novo Império, ao que parece, cada departamento da administração possuía sua própria escola e formava os candidatos ao preenchimento das vagas existentes. Os jovens escribas recebiam instrução e educação de experientados funcionários superiores da administração. Um discípulo antigo escrevia a seu mestre: «Desde minha primeira infância, estive junto de ti; tu batias no meu lombo e teu ensinamento entrou em minha orelha».⁵⁹

A disciplina nas escolas era severa: aplicavam-se com freqüência castigos corporais com base no princípio de que «o adolescente tem uma costa e que ele escuta, logo que se lhe bate».⁶⁰ E' interessante notar que

possuímos grande quantidade de exercícios escolares, o que se explica pela preocupação de colocar no sepulcro dos alunos mortos os objetos que mais houvessem utilizado em vida.

O material de escrita compreendia um talo vegetal, uma tinta negra e indestrutível (resistiu ao passar de milhares de anos), pedaços de argila, lâminas de pedra mole, pedaços de madeira e (para os mais adiantados) papiro.

Os escribas constituíam, no Egito, uma classe privilegiada e, por isso mesmo, invejada. «Liberto das corvéias, enquanto as impõe a outrem, ignorando a fadiga física, certo de «comer as virtualhas da casa do rei», sua prosperidade apenas depende de sua inteligência e de seu zelo. Nestas condições, a esperança da felicidade, à qual ele pode chegar, deve afastar o estudante e o principiante, nas idades em que o sangue lateja quente, dos prazeres frívolos da dança, da bebida e do deboche. O ideal consiste em instruir-se nos segredos da escrita, do cálculo e da administração; e, uma vez instruído, em rivalizar na aplicação. A estátua do «escriba acorçado» traduz este ideal, desde a V dinastia, em meados do III milênio, tornando magistralmente sensível a acuidade da tensão de espírito do funcionário modelo».⁶⁰

Os favores com que se cumularam os funcionários egípcios foram de um modo geral merecidos, pois «desempenharam seu papel com uma grande consciência e contribuíram, assim, para a grandeza de seu país».⁷⁰

g) *O felá.* — O tipo social mais conhecido e que menos mudou com as transformações da longa história do Egito foi o felá, o camponês egípcio. O felá constituiu sempre a maioria da população egípcia. Embora fosse antes de tudo um camponês, exerceu diversos gêneros de trabalho desde o reboque até o transporte em dorso humano. Aludindo ao felá, eis como um autor resume a longa História Egípcia: «Quarenta séculos de homens e de mulheres de tez trigueira, cultivando os seus campos, colhendo os seus cereais, aguardando que as águas do Nilo lhes fecundassem as quintas modestas, criando a prole morena, pagando impostos a todo senhor que lograsse apoderar-se do vale, revertendo enfim ao pó do deserto perpetuamente passivo, e oferecendo ao mundo o espetáculo duma região em que, na aparência, nada mudava jamais, onde todos os dias eram idênticos, e a vida, vivida numa espécie de continuidade anônima, se assemelhava no aspecto exterior às águas plácidas do grande rio que, totalmente esquecido da sua mocidade turbulenta nas cataratas do alto Sudão, corta o centro do vale ubérrimo».⁷¹

Basta lembrar que a agricultura e a criação de gado eram fundamentais para a economia egípcia e podemos aquilatar a importância do trabalho do felá. Em contraste com essa importância, o prestígio do camponês na escala social era bem miserável. O seguinte trecho dá-nos uma idéia da situação do felá: «O verme levou uma metade (do grão), o hipopótamo devorou a outra. Há muitos ratinhos no campo, o gafanhoto se

atirou, o gado devorou (tudo), os pardais se lançam à pilhagem. Oh! Infeliz do camponês! O resto que se encontrava na eira, os ladrões reduziram a nada. A junta pereceu (de esgotamento) à força de debulhar e lavrar. Eis que o escriba desembarca no cais e quer levar a colheita. Os empregados trazem bastões e os negros trazem varas de palmeiras. Eles dizem: «Dá-nos o grão!» Se ele não tem, esbordoam-no... é amarrado e lançado no canal, afunda a chapinha de cabeça para baixo. Sua mulher é amarrada às suas vistas; seus filhos são encadeados. Seus vizinhos abandonam-no fugindo para pôr seu grão em segurança».⁷²

h) Outros tipos sociais. — «A nação egípcia não compreendia somente agricultores, escribas e sacerdotes. Se não fosse assim, as pirâmides não existiriam, nem os templos nem os hipogeus». Começa assim o capítulo que o egiptólogo Pierre Montet dedica às «artes e ofícios».⁷³ O autor da «Vida Cotidiana no Egito» situa suas observações na época dos Ramsés e descreve com pormenores a atividade de inúmeros trabalhadores egípcios que, ao lado dos felás, constituem a massa da população: pedreiros, mineiros, artistas como escultores, joalheiros, lapidadores, marceneiros, negociantes, etc. Qual a posição social e a situação econômica de toda essa multidão trabalhadora? Se aceitássemos a opinião de certos escribas (como, por exemplo, o autor da Sátira dos Ofícios que a escreveu no Médio Império) os artífices levariam vida de igual ou pior miséria que os felás. As famosas exortações de Kheti a seu filho para que estude pintam-nos um quadro pitoresco da maneira como um escriba considerava as demais profissões, salientando que a arte de escrever está acima de qualquer profissão. «Vi o trabalhador em bronze em seu ofício, na goela do forno; seus dedos estavam mais enrugados que a pele do crocodilo e cheirava mais que restos de peixe. O cortador de pedra procura trabalho em toda espécie de pedras duras. Quando termina seu trabalho, tem os braços cansados. Quando ele se assenta, ao crepúsculo, sua espinha e suas coxas estão quebradas. O barbeiro vai de rua em rua e procura cliente. Ele se aplica fortemente trabalhando com seus braços para se saciar, como uma abelha que se nutre com seu trabalho. O jardineiro leva pesados fardos; de manhã, ele rega o alho-porro, à tarde a vinha. O pescador é o mais miserável de todos os trabalhadores: trabalha no rio, ao lado dos crocodilos...»⁷⁴

Felizmente, como observam Erman e Ranke em sua clássica obra sobre a civilização egípcia, dispomos de outras fontes para julgarmos da situação dos trabalhadores no Egito Antigo: «as obras que subsistem desses operários em metais e desses escultores em madeira mostram que, no Egito, as artes industriais haviam chegado a um grau muito elevado de perfeição, infinitamente mais elevado que a ciência e a literatura. Os operários que criaram essas obras maravilhosas em ouro e marfim, em louça e em madeira, cuja perfeição admiramos ainda ho-

je, não podem ter sido os miseráveis vilões que o orgulho das classes instruídas enxergavam neles». ⁷⁵

Claro está que é necessário distinguir, entre os próprios trabalhadores, diversos níveis de vida. Os que prestavam serviços aos templos ou diretamente aos soberanos gozavam evidentemente de uma situação econômica e social melhor do que os que trabalhavam por conta própria. As seguintes linhas, escritas por ordem de Ramsés II, em um templo, são indício de uma mentalidade favorável aos operários: «Escutai o que vos digo. Aqui estão os bens que possuís. A realidade está de acordo com minhas palavras. Sou eu, Ramsés, que cria e faz viver as gerações. Alimentos e bebidas estão diante de vós, sem que haja nada a desejar... Melhoro vossa situação para dizer que vós trabalhais para mim com amor, para mim que sou fortalecido por vossas saudações. Amplas provisões vos são remetidas para os trabalhos, na esperança de que viveis para realizá-los... Existem celeiros de cereais para que eu não vos deixe passar um dia sem viveres. Cada um de vós está pago por um mês. Enchi os armazéns para vós com toda espécie de coisas...» ⁷⁶ Um sacerdote de Âmon se gloria de haver tratado com humanidade os trabalhadores seus subordinados: «Fui bom pai para com meus subordinados, instruindo seus filhos, dando a mão aos que eram infelizes, assegurando a existência daqueles que estavam na necessidade e fazendo coisas úteis em seu templo na minha qualidade de grande diretor dos trabalhos em Tebas, por conta de... Ramsés II». ⁷⁷

Lembremos que o «Livro dos Mortos» enumera, entre os pecados que a alma devia negar ante o tribunal de Osíris, no além-túmulo, o abuso da capacidade de trabalho dos operários: «Não obriguei ninguém a trabalhar além de suas forças». ⁷⁸ Tal negação revela, pelo menos, a existência de um preceito moral que deveria ter levado muitos patrões egípcios a tratar seus operários como seres humanos, dentro da mentalidade da época.

i) Os escravos. — A sorte dos escravos no Egito, muitas vezes, não diferia da sorte das classes mais humildes da sociedade.

A grande fonte da escravidão eram as campanhas vitoriosas dos faraós na Núbia, na Líbia ou no deserto oriental da Síria.

Com relação ao tratamento dispensado ao escravo, podemos distinguir entre escravos empregados no serviço doméstico e escravos utilizados nos grandes empreendimentos públicos. Os primeiros gozavam, em geral, de uma situação suave. «O antigo Egito reconhece um membro a mais em sua família: o escravo. A escravidão é mansa, suave, mitigada por algo parecido com a caridade». ⁷⁹ O egípcio considerava obrigação dispensar bom tratamento a seus escravos. O «Livro dos Mortos» inclui, entre os pecados a serem negados, o excesso de trabalho imposto aos escravos e os maus tratos infligidos aos mesmos. Segundo uma lei antiga, quem matasse voluntariamente um escravo, merecia a pena

de morte. Heródoto afirma que no Delta do Nilo existia outrora um templo em que os escravos fugitivos encontravam refúgio.⁸⁰

A condição dos escravos utilizados nas grandes obras públicas era extremamente cruel. Nas minas, nas pedreiras, nas construções monumentais, milhares de escravos deixavam a marca de seu ingente esforço e de seu sofrimento. Concluamos o difícil estudo sobre a escravidão egípcia: «É impossível dizer mais alguma coisa a não ser para exprimir a certeza de que, mesmo obrigado a trabalhar, perseguido e bastonado, o escravo não tinha sorte diversa, na prática, do felá. Não constituía um tipo social caracterizado e, distinto na origem pela língua, por sua religião, seus costumes, talvez até pelo seu tipo físico, fundia-se, entretanto, muito rapidamente, na massa da população».⁸¹

6. A Vida Econômica

a) *Agricultura e criação*. — As atividades agrícolas constituíram sempre o fundamento da civilização egípcia. Essas atividades eram racionalizadas desde remotas épocas. Ao ritmo das cheias do Nilo, progredia a vida econômica da terra dos faraós com reflexos profundos na vida social. A fertilidade do vale do Nilo, que causava admiração aos viajantes gregos, era contrabalançada, entretanto, por diversos fatores como a invasão das dunas de areia, a devastação de enchentes anormais, as secas prolongadas, etc. Para evitar esses malefícios e aproveitar ao máximo os fatores favoráveis, os egípcios desenvolveram bem cedo uma admirável técnica de controle das águas do Nilo construindo represas, diques, canais e reservatórios e instalando os já mencionados nilômetros.

Nos campos os egípcios cultivavam principalmente cereais como a cevada e o trigo; nos jardins abundavam os legumes e as árvores frutíferas. A criação de gado merecia também cuidados especiais: bois, vacas, cabras, carneiros, porcos e asnos constituíam os rebanhos egípcios.

No Médio Império, as terras cultiváveis foram aumentadas graças ao desenvolvimento do processo de irrigação (trabalhos consideráveis foram executados, como v.g. o lago Méris) e o Egito tornou-se o maior celeiro do Oriente. Os métodos agrícolas foram aperfeiçoados no Novo Império: empregaram-se, então, foices e charruas mais eficientes. Note-se que as terras de pastagens, a partir do Médio Império, vão sendo aproveitadas pela agricultura. Diminui, sem desaparecer, a criação de gado. As cenas pastoris são raramente representadas sob o Novo Império. Nessa época, introduzida pelos hicsos, a criação de cavalos é objeto de cuidados especiais sob controle real e prospera tão bem que até da Síria vieram procurar cavalos no Egito.⁸²

b) *Indústria*. — A indústria de tecidos figura entre as mais antigas dos egípcios. Já sob a IV dinastia podiam ser considerados mes-

tres na arte de fiar e tecer. Algumas faixas que envolvem as múmias reais do Antigo Império são confeccionadas com um fio tão fino que, segundo o cálculo de especialistas, um quilo de tal fio equivale a um comprimento que varia de 12 a 18 mil metros.⁸³

Quadros das cenas da vida cotidiana representam cordoeiros torcendo ou enrolando as suas cordas, sapateiros amaciando o couro, cortando-o e costurando-o, marceneiros trabalhando em móveis de toda espécie com a serra, o malho, o formão, a enxó e o furador. Nas mesmas representações vemos os escultores, pintores, fabricantes de vaso de pedra, joalheiros, etc. Durante o Novo Império notamos um progresso nos instrumentos de trabalho dos operários; assim, por exemplo, «as facas, os cinzeiros, os furadores de pedra desaparecem definitivamente e são substituídos por instrumentos de metal, geralmente de bronze, às vezes de ferro».⁸⁴

c) *Caça e pesca.* — Entre as atividades de ordem econômica dos antigos egípcios não podemos deixar de mencionar a caça e a pesca praticadas ambas, desde tempos imemoriais, no vale do Nilo.

Os grandes senhores egípcios do Antigo e do Médio Império divertiam-se em caçadas e pescarias principalmente nas margens pantanosas do Nilo, onde se encontravam pássaros e peixes em abundância. A rede, o anzol, o arpão eram os instrumentos de pesca; o laço, o arco, o «bumerangue», a armadilha, a rede serviam para a caça. Nos confins do deserto havia caça mais difícil e, às vezes, perigosa: a gazela, o boi selvagem e até mesmo o leão e a pantera. Essa caça grossa era atacada com flechas, laços e grandes cães levados por caçadores profissionais a serviço dos nobres senhores.

Nas margens do Nilo a atividade venatória diminuiu sob o Novo Império, pois o desbravamento dessa região foi acabando progressivamente com os matagais e pantanais aí existentes. Quando os reis desejavam sentir as fortes emoções de uma caçada movimentada aproveitavam suas campanhas para ir longe, até as margens do Eufrates, onde encontravam ainda alguns elefantes e leões que eles abatiam às centenas, e caça grossa de toda espécie.⁸⁵

d) *O tráfico e as relações comerciais.* — O meio de comunicação por excelência era a via fluvial. Desde que foi habitado o vale do Nilo, o rio era cruzado por embarcações que, no decorrer da História, variaram de tipo e de tamanho. Nos tempos mais recuados os egípcios usavam uma pequena embarcação feita de caniços. No Antigo Império encontramos grandes embarcações de madeira munidas de remos e de velas. No Médio Império nota-se um aperfeiçoamento na construção de embarcações.

Os egípcios não praticaram somente a navegação fluvial. Suas embarcações cruzaram também o Mediterrâneo Oriental em demanda do litoral fenício e o Mar Vermelho em demanda do lendário Punt.

O comércio interno egípcio, ao que parece, não foi muito florescente. Houve certamente uma troca entre os produtos encontrados ao longo do vale do Nilo e os do Delta; esses produtos completavam-se mutuamente. Tal atividade comercial era, entretanto, dificultada pelas distâncias que a forma alongada e estreita do país tornava ainda maiores. Basta lembrar que a distância de Tebas a Mênfis era de 675 quilômetros, a de Tebas a Tânis de cerca de 800 e a de Elefantina a Pelusa ultrapassava os mil quilômetros.⁸⁶ Compreende-se, assim, que o comércio interno não pudesse alcançar grande atividade. «Se nos textos não se faz jamais menção a comerciantes, é um indício certo de que o comércio não possuía importância alguma no Egito antigo; terá tido, sem dúvida, o mesmo caráter que o tráfico dos bazares e dos mercados nas cidades de província do Egito atual».⁸⁷ A falta da moeda (só muito tardiamente introduzida) dificultava naturalmente as operações mercantis. Os metais, pesados em balança, eram usados como estalão de valor: «todos os metais, o ouro, o «eletrum» (liga natural de ouro e prata), a prata, o cobre, o chumbo e o ferro, foram sempre usados como sinal de troca».⁸⁸

O comércio externo era mais intenso do que o interno e conheceu mesmo épocas de grande prosperidade. Para não cometermos um erro de perspectiva histórica vamos resumir as principais relações comerciais com o exterior, nas grandes épocas da História Egípcia separadamente.

No Antigo Império anotamos, em primeiro lugar, relações comerciais com a Núbia, que era a região mais acessível para os egípcios. Na ilha de Elefantina, situada na fronteira natural entre as duas regiões, efetuavam-se as trocas entre os produtos egípcios e os produtos da Núbia e de regiões ainda mais meridionais: peles de leopardos, macacos, ébano e, sobretudo, marfim.⁸⁹ Da Arábia e do país de Punt (regiões mais meridionais do litoral do Mar Vermelho, especialmente a região dos Somalis), através do Mar Vermelho, os egípcios importavam o incenso e outras matérias preciosas. Da Síria e da Palestina provinham óleos preciosos, escravos e madeira. O comércio com a cidade de Biblos remontava ao início da História. Das minas do Sinai os egípcios extraíam o cobre e é provável que já no Antigo Império a ilha de Chipre figurasse como fornecedora desse metal para a terra dos faraós.

No Médio Império, principalmente sob a XII dinastia, o comércio externo intensificou-se. Do Sudão, da Abissínia, do Punt, da Arábia, da Síria e das ilhas gregas, grande quantidade de matérias-primas, metais, madeiras preciosas, marfim, peles, incenso, afluem para o vale do Nilo que lhes envia em troca produtos de sua indústria e sobretudo cereais.

Sob o Novo Império o comércio exterior desenvolveu-se ainda mais. O governo egípcio exercia o monopólio absoluto do comércio externo; sob esse controle mercadorias procedentes das mais distantes regiões são encaminhadas para o Egito.

Na época da decadência, os gregos aparecem como concorrentes dos egípcios no comércio externo. Em Náucratis, os helenos trocavam seus produtos (vinho, azeite, objetos de cerâmica) pelo cobiçado trigo egípcio.

7. As Artes

a) *Generalidades.* — A arte egípcia caracteriza-se por sua inspiração essencialmente religiosa. Como a monarquia e as concepções religiosas estavam intimamente relacionadas, o desenvolvimento da arte acompanhou *pari passu* a ascensão e a decadência do prestígio dos faraós. Vamos, por isso, sintetizar a História da Arte egípcia em sincronia com as grandes épocas da História política; veremos que as culminâncias das atividades artísticas correspondem ao apogeu do prestígio dos faraós.

b) *As artes no Antigo Império.* — As grandes realizações da arquitetura egípcia foram os templos e os túmulos em cuja construção foi empregado material de longa duração. O arquiteto egípcio, quando planejava e realizava um templo ou um túmulo, tinha a mente voltada para a eternidade. As maiores realizações da arquitetura do Antigo Império, que atravessaram os milênios e que ficaram definitivamente associadas a toda lembrança do Egito Antigo, são as três famosas pirâmides que receberam dos soberanos, seus construtores, respectivamente os nomes de «Horizonte de Quéops», «Grande é Quéfrem», e «Divino é Miquerinos». ⁹⁰ O arquiteto Jean-Philippe Lauer, membro do Instituto do Egito, escreveu uma interessante obra intitulada «O problema das pirâmides do Egito» em que são focalizadas com maestria as tradições, as lendas, a exploração, a descrição, as diversas teorias existentes sobre as pirâmides bem como a ciência e as crenças de seus construtores. Com relação à finalidade dessas gigantescas construções é necessário salientar que as mesmas não eram somente túmulos colossais destinados a preservar a múmia do faraó e garantir assim a sobrevivência do mesmo. A pirâmide fazia parte de um conjunto de construções onde eram celebradas cerimônias de culto ao soberano defunto. Os autores «que pretendem tratar o problema das pirâmides, e particularmente o da de Quéops, ignorando sistematicamente o complexo do qual as mesmas faziam parte e encarando-as como entidades independentes, cometem um erro comparável ao que se faria se, com relação a uma igreja, só se levasse em consideração a torre, desprezando os demais elementos constitutivos da mesma». ⁹¹ Discutem-se a técnica e o tempo empregados na construção das pirâmides. Na realidade, o problema da construção das pirâmides deve interessar mais ao arquiteto que ao historiador. «Os detalhes relatados pelos antigos têm evidentemente apenas um valor muito relativo. A execução de monumentos tão consideráveis necessitou certamente de longos trabalhos e de recursos a corvéias bem penosas, mas não absorveu toda

a atividade dos faraós nem toda a mão-de-obra egípcia como se pretendeu; isso são lendas com que os guias egípcios encantavam o ouvido dos ingênuos viajantes gregos». ⁹² Anotemos, a título de curiosidade, as dimensões dos três colossos. ⁹³ A pirâmide de Quéops mede atualmente 137 m de altura vertical (primitivamente media 146); a altura de um lado, medida sobre plano inclinado, é de 186 m; a base mede atualmente 230 m 38 cm (primitivamente 232,77). A pirâmide de Quéfrem mede 136 m 50 cm de altura e 210 m 50 cm de lado. A pirâmide de Miquerinos é bem menor que as demais: sua altura atinge apenas 66 m e a base 108 m. A redução das dimensões das pirâmides é devido ao desaparecimento do revestimento externo.

A cerca de 150 metros da grande pirâmide encontra-se a misteriosa esfinge, corpo de leão e cabeça humana, «cujo enorme ouvido parece recolher os ecos do passado, cujos olhos, volvidos para o Oriente, parecem interrogar o futuro». ⁹⁴ A construção da esfinge é atribuída a Quéfrem. Curioso é saber que, antes de Plínio, nenhum dos autores clássicos, que descreveram as pirâmides, nem mesmo o próprio Heródoto, fez menção da esfinge em suas obras. ⁹⁵

Além das grandes pirâmides e da esfinge, vamos lembrar, entre as construções do Antigo Império, os templos dedicados ao culto solar e as mastabas. Os primeiros foram construídos sob a V dinastia e consistiam essencialmente em um grande terraço em forma de pirâmide truncada encimada de um obelisco feito de blocos de calcáreo ajustados, diante do qual se encontrava o altar dos sacrifícios. ⁹⁶

Ao redor das grandes pirâmides havia uma série de pequenas pirâmides que constituíam o túmulo dos parentes mais próximos do monarca. Para outros membros da corte construíram-se os túmulos conhecidos como *mastabas* e que possuíam externamente a forma trapezóide. *Mastaba* é uma palavra árabe que significa «banco» e que foi aplicada pelos operários de Mariette a este gênero de sepultura cujo aspecto exterior lembra aquele objeto. ⁹⁷

Os baixos-relevos que decoravam as paredes das mastabas constituem fonte preciosa para o estudo da vida cotidiana sob o Antigo Império.

Nas capelas funerárias das pirâmides e das mastabas foi encontrado grande número de estátuas esculpidas em pedra dura, calcáreo e madeira. As estátuas de madeira estavam pintadas de cores vivas. No início, os escultores egípcios procuravam reproduzir com fidelidade seus modelos, sobretudo nas estátuas funerárias; com o correr do tempo (fim do Antigo Império) a produção de estátuas cai na rotina: as mesmas são estilizadas e parecem ser fabricadas em série. ⁹⁸

c) *As artes no Médio Império.* — Alguns autores consideram o Médio Império «uma das mais belas épocas artísticas, senão a mais bela da História do Egito». ⁹⁹ A arte nessa época caracteriza-se pela sim-

plicidade, pelo realismo e pela sensibilidade. Os reis da XII dinastia construíram numerosos templos que, entretanto, poucos vestígios deixaram ou porque foram destruídos pelos hicsos ou porque foram aproveitados pelos soberanos do Novo Império. Os túmulos reais da XII dinastia são pirâmides bem menores que aquelas do Antigo Império. Nas câmaras funerárias das famílias reais encontraram-se objetos e jóias que revelam uma concepção artística delicada e que assinalam um estágio de perfeição jamais atingido pela ourivesaria egípcia.

d) *As artes no Novo Império.* — O material de que dispomos para o estudo das artes no Novo Império é extremamente abundante. Na arquitetura, chamam logo a atenção os templos que, com seu aspecto imponente, constituem a mais grandiosa e mais notável manifestação da arquitetura egípcia; suas impressionantes ruínas podem ser apreciadas, ainda hoje, ao longo do Nilo desde o Delta até a terceira catarata.¹⁰⁰ Citemos, a título de exemplo, dois dos mais famosos templos do Novo Império: o de Lucsor e o de Karnak. Ambos estavam ligados por uma avenida ladeada por duas fileiras de esfinges. O templo de Lucsor é obra de dois grandes reis tebanos: Amenófis III e Ramsés II. O templo de Karnak foi construído em parte sob a XVIII dinastia e aumentado mais tarde por outros faraós que acrescentaram pilones, salas hipostilas, santuários, etc.¹⁰¹

Procuraremos dar uma sucinta idéia do templo típico egípcio do Novo Império tal como se conserva desde essa época até o tempo dos Ptolomeus. O aspecto exterior é imponente. Nas espessas muralhas, que lhe dão um ar de fortaleza, encontra-se uma enorme porta, o característico pilone, de forma prismática ou piramidal truncada; duas estátuas de faraós e dois obeliscos completam a entrada para a misteriosa morada da divindade. No interior do templo encontramos um pátio cercado de um pórtico, uma ampla sala, a sala hipostila (sustentada por colunas) e o santuário. Havia igualmente aposentos reservados para moradia dos sacerdotes.

Note-se que a famosa sala hipostila de Karnak possuía 134 colunas, muitas das quais atingiam a altura de 21 metros. Diante dessa obra monumental Champollion escreveu: «Os egípcios, segundo estou vendo, planejavam como fariam homens de cem pés de altura, e a imaginação fica espantada diante das cento e trinta e quatro colunas da sala de Karnak». ¹⁰² «Vagueai por entre esse labirinto de edifícios e destroços na hora em que os raios oblíquos de um sol de fogo iluminam, com fulgor deslumbrante, tudo quanto avistais, ou quando a lua, quase cheia, passeia o seu clarão sobre as ruínas imensas, quando pilones erguem, no silêncio da noite do deserto, suas massas ou brancas ou pretas; e então sentireis uma impressão de majestade, de tristeza, de grandeza, como penso não se pode experimentar na terra outra igual». ¹⁰³

Quanto aos costumes funerários, nota-se uma transformação na construção dos túmulos reais. Os soberanos, lembrados, certamente, das

depredações e violações praticadas nas sepulturas na época dos hicsos, escolheram um lugar escondido e de beleza selvagem no deserto ocidental de Tebas, para sua morada eterna: o famoso vale dos reis. Cavararam-se aí os hipogeus, túmulos subterrâneos, nos flancos das montanhas. Esses túmulos atingem, às vezes, grande profundidade e chegam a constituir verdadeiros labirintos.

Possuímos grande número de estátuas reais do Novo Império. Os escultores «procuram sobretudo a graça e a elegância». ¹⁰⁴ Da XIX dinastia em diante, entretanto, as estátuas vão perdendo essa elegância e começa a predominar a preocupação do colossal «o que é, evidentemente, em arte, uma falsa concepção de grandeza». ¹⁰⁵

A pintura nessa época tende a tornar-se uma arte independente do baixo-relevo. O fato de serem os túmulos escavados em rochas friáveis não possibilita o emprêgo da escultura para a decoração e dá maiores oportunidades aos pintores para exercerem seu talento.

No período saíta a preocupação de ressuscitar as tradições nacionais reflete-se na arte. Os artistas vão buscar a inspiração para suas obras nos monumentos dos Antigo e Médio Império. Assim é que as realizações dessa época até a conquista macedônica estão voltadas para o passado.

e) *Características gerais da arte egípcia.* — Após o rápido estudo cronológico da evolução da arte egípcia vamos tentar assinalar-lhe alguns traços característicos.

A arquitetura egípcia é do gênero *arquitravado* (em que predominam as linhas horizontais e as pressões dos membros arquitetônicos se fazem em sentido vertical) com tendência à forma piramidal; era pesada e rotineira (repetição freqüente dos mesmos tipos), sólida, grandiosa, com tendência ao colossal e ao maravilhoso e com uma inspiração essencialmente religiosa. ¹⁰⁶

A escultura egípcia encontrou dois campos de aplicação: a estatuária e o relevo. As dimensões das obras dos escultores egípcios variavam desde os colossos de Ipsambul, que medem 20 m, até as minúsculas estatuetas feitas de barro cozido que medem apenas alguns centímetros. As estátuas se caracterizam pelas atitudes tradicionais em que eram esculpidas; existe nelas uma certa imobilidade hierática que encontra explicação tanto no material empregado como nas crenças religiosas. Isoladas ou em grupos, sentadas ou em pé, as estátuas egípcias apresentam uma posição reta e estão de frente, apoiando-se constantemente sobre os dois pés. Os braços aparecem aderidos ao corpo, os joelhos, muitas vezes, unidos, as mãos apoiadas sobre as rótulas e os dedos, freqüentemente, com o mesmo comprimento, dão um aspecto de rigidez aos produtos da estatuária.

A pintura e o relevo estavam intimamente associados. (Notem-se, entretanto, as exceções do Novo Império). Ambos obedeciam às regras convencionais do desenho egípcio: carência de perspectiva, cabeças de perfil, olhos de frente, pernas e pés de perfil e tronco de frente.

Concluamos este breve estudo sobre a arte egípcia: «Até o dia em que a arte grega tomou impulso, os mestres egípcios foram os maiores artistas da Antiguidade. Sua arquitetura, pelos belos elementos que emprega, por suas proporções, por sua riqueza e variedade não tem rival até nascer o templo dórico. Na representação dos indivíduos e das raças sua estrutura demonstra uma singular capacidade para captar e refletir as peculiaridades que distinguem os seres que ela observa. Sabe criar tipos que se elevam sobre a verdade geral sem se fazerem estranhos à realidade; suas estátuas reais se impõem ao espírito e são verdadeiramente grandes, não tanto por suas dimensões, a miúdo colossais, mas pelo seu estilo, por sua expressão de calma e de gravidade pensativa... Em seus baixos-relevos e em suas pinturas admiramos um sentimento penetrante das diversas manifestações da vida, a pureza dos contornos, a precisão e a liberdade do desenho...»¹⁰⁷

8. A Literatura

A Literatura egípcia foi extremamente rica. Na pedra, na madeira ou nos papiros, os egípcios, cultivaram o prazer de escrever, realizando uma notável obra que encerra diversos gêneros literários: a Epopéia, a Lírica, a Sátira, o Romance, o Drama, o Conto Popular, a Didática e a própria História.

Como tudo, no Egito Antigo, a Literatura está também impregnada de idéias religiosas. Para uma melhor apreciação da obra literária egípcia, cuja evolução foi bem longa, resumiremos suas manifestações nos grandes períodos da História Política.

a) *A literatura no Antigo Império.* — Segundo Ermann «havia sob o Antigo Império uma Literatura no sentido elevado do termo e que não consistia somente em fórmulas religiosas ou livros de medicina». ¹⁰⁸ Dessa produção literária, entretanto, pouco chegou até nós embora encontremos reflexos de sua existência nos períodos posteriores da História egípcia.

Uma das mais famosas produções literárias do Antigo Império, e que foi utilizada pelos escolares do Médio e do Novo Império, é o livro de Instruções sobre a Arte de Viver, atribuída ao sábio Ptah-hotep, vizir da V dinastia. Essa obra revela, da parte de seu autor, um profundo conhecimento da alma humana e testemunha a existência, no Antigo Império, de uma cultura elevada, pelo menos nas mais altas camadas da população.

b) *A literatura no Médio Império.* — Sob o Médio Império dois fatos intimamente relacionados vão concorrer para o florescimento da Literatura: a língua vulgar adquire foros literários ao mesmo tempo que o uso da escrita se generaliza de tal modo que se torna hábito consignar por escrito coisas que não eram necessárias para os afazeres de cada dia.¹⁰⁹ Durante o Médio Império redigiram-se diversos textos que, séculos mais tarde, constituíram ainda modelos pelo seu estilo e seu conteúdo.

Entre as obras dessa época figuram os contos populares que tão bem refletem a alma simples, espirituosa e imaginativa da gente humilde do Egito de todos os tempos. Tal é, por exemplo, a *História de Sinuê*, autobiografia de um nobre egípcio que, por uma razão que não se conhece com certeza, foge do Egito por ocasião da morte de Amenemhat I, passa por várias aventuras e volta de novo à pátria onde é recebido com grandes honras. A *História do naufrago* relata-nos as peripécias de um marinheiro egípcio que sofreu um naufrágio no Mar Vermelho. A *História do camponês queixoso* é a história de um camponês que, vítima de grande injustiça, consegue pela eloquência de suas palavras uma total justiça da parte do soberano.

Além do *conto*, citemos ainda outros gêneros literários do Médio Império: o didático e o profético. Ao primeiro pertencem as instruções do rei Amenemhat I a seu filho Sesóstris I e também a conhecida «Sátira dos Ofícios» cujo autor, pretendendo exaltar a profissão de escriba, critica acerbamente as demais profissões. Ao gênero profético pertencem as profecias fictícias que consistiam na exposição de fatos passados como se ainda estivessem por acontecer. Constituem pois o que se chama um «vaticinium post eventum» (vaticínio depois do acontecimento). A linguagem dessas profecias faz lembrar a eloquência dramática dos profetas hebreus. Assim, por exemplo, uma delas menciona a vinda de um salvador na pessoa de Amenemhat I, fundador da XII dinastia. «Mas, diferentemente dos hebreus que prediziam o reino do Messias antes que o mesmo chegasse, o autor egípcio anuncia a vinda de Amenemhat I depois de seu advento».¹¹⁰

c) *A literatura no Novo Império.* — Já verificamos que durante o Novo Império ganha terreno a língua vulgar chamada neo-egípcio. Esta evolução da língua vulgar havia começado no Médio Império, mas, a partir do reinado revolucionário de Akenaton no Novo Império, «os escribas começam a escrever na língua vulgar que até então fora reservada para a conversação».¹¹¹ Nota-se nessa época uma grande influência de línguas semitas no Egito: a correspondência dos faraós com seus súditos sírios era escrita no idioma desses. Tais fatos refletem-se naturalmente na Literatura do Novo Império.

Para termos uma ligeira idéia dessa fase da Literatura egípcia vamos citar exemplos dos seguintes gêneros literários: histórico, epistolar, narrativo, e lírico. Entre as obras de valor histórico mencionemos,

a título de exemplo, os anais do rei Tutmés III que narram as campanhas asiáticas do grande conquistador. O gênero *epistolar* foi muito desenvolvido no Novo Império. «Quando os jovens completavam sua instrução escolar, eram destacados para que se aperfeiçoassem em um dos numerosos ramos da administração. Eram confiados a um alto funcionário, a título de estagiários; a seu lado iniciavam-se nos afazeres mais comuns e particularmente na redação de cartas em estilo correto». ¹¹¹ A elegância e a polidez caracterizavam essas missivas que obedeciam a fórmulas protocolares. É interessante notar que, entre as provas a serem prestadas pelo jovem escriba no término do estágio, figurava muitas vezes a redação de cartas trocadas entre mestres e discípulos. Os contos do Novo Império diferem dos da época precedente por serem desprovidos de toda a retórica. O fundo interessa mais que a forma. A linguagem é simples e viva sem fugir contudo à monotonia. Os contos mais conhecidos são: o *Conto dos Dois Irmãos*, a *História do Príncipe Predestinado*, a *História da Verdade e da Mentira*, etc. Da *poesia* podemos citar a epopéia, os hinos religiosos (como, por exemplo, os Hinos ao Sol, compostos pelo próprio Aquenaton), os cantos líricos que tratam de «dois seres que se amam, de um irmão e uma irmã, pois é assim que em egípcio se designam os amantes». ¹¹² As canções, encontradas em grande quantidade nos baixos-relevos, as quais os egípcios cantavam durante o trabalho, lembram curiosamente as mesmas canções que, milênios depois, os felás do Egito moderno repetem. Para concluir lembremos ainda o gênero didático que floresceu no Novo Império. Podemos citar, como exemplo, os ensinamentos de Aníí a seu filho e os preceitos de Amen-em-Opé escritos também para o filho. As famosas Trinta Sentenças do Intendente do Trigo do Egito apresentam estreita semelhança com algumas passagens dos Provérbios de Salomão. Essa semelhança suscitou interessantes debates entre os especialistas, opinando alguns exegetas pela dependência do texto hebraico da obra do sábio egípcio, sugerindo outros exatamente o contrário (o pensamento egípcio teria sofrido a influência israelita já em época anterior) e, finalmente, defendendo outros apenas afinidade acidental explicada pelo fundo comum a todo ensinamento semelhante. Observemos, de passagem, que o fato de um hagiógrafo haver utilizado qualquer obra de outra literatura não afeta, em si, a doutrina da inspiração bíblica. ¹¹⁴

9. A Filosofia Egípcia

Todo estudante de História da Filosofia depara bem cedo com o delicado e curioso problema da existência ou não de uma Filosofia Oriental. A palavra «Filosofia» é grega e o conceito que ela exprime — atividade da razão humana em busca da causa última das coisas — parece aplicar-se unicamente ao trabalho intelectual de pensadores ocidentais inspirados na tradição helênica. Entre os povos do Oriente encontramos, é verdade, especulações filosóficas. Estas, entretanto, aparecem

muitas vezes com ensinamentos religiosos, com preceitos litúrgicos, ritos de magia, etc. Os orientais não possuíram o que Masson-Oursel chama a «idolatria da razão»,¹¹⁵ que criou a nossa literatura filosófica. No Ocidente, a religião, a magia, as superstições sempre existiram e até tiveram contacto com a Filosofia, dela, porém, permanecendo distintas. Desta distinção nasce um problema incompreensível para a mentalidade oriental: conciliação entre a razão e a fé, surgido com o aparecimento do Cristianismo que encontrou diante de si uma Filosofia separada, autônoma, independente. Muitos historiadores do Oriente, para evitarem a dificuldade, empregam, em vez do vocábulo *Filosofia*, as expressões «Pensamento», «Vida Intelectual», etc.

Exposto, de um modo geral, o problema, julgamos que, com relação aos pensadores egípcios, podemos afirmar que em suas obras existe pelo menos uma «Filosofia implícita». ¹¹⁶ Não se pode negar, nos conselhos de Ptah-hotep, no Antigo Império, ou de Amenemhat, no Médio Império, ou ainda de Aní e de Amen-em-Opé sob o Novo Império, a existência de certo conteúdo filosófico.

O *Diálogo de um homem cansado* (Médio Império) figura entre as obras mais profundas da Literatura egípcia: um homem discute com sua própria alma a conveniência do suicídio para libertar-se da existência cuja amargura tornou-se insuportável.

Em muitos outros escritos egípcios poderíamos encontrar essas tendências filosóficas, essa «filosofia implícita» a que alude Masson-Oursel. «Para o professor J. Pirenne, o que fez a grandeza do povo egípcio, o que lhe permitiu conservar durante quatro milênios sua civilização própria, foi o fato de haver conseguido reunir, em um mesmo sistema, suas concepções religiosas, morais, políticas e sociais, sistema que permanece, através de toda sua história, a fonte de sua inspiração intelectual e artística. Constituiu-se todo inteiro em torno de *idéias filosóficas* expressas sob a forma religiosa». ¹¹⁷

Veremos, mais adiante, as possíveis contribuições do pensamento egípcio para a Filosofia Grega.

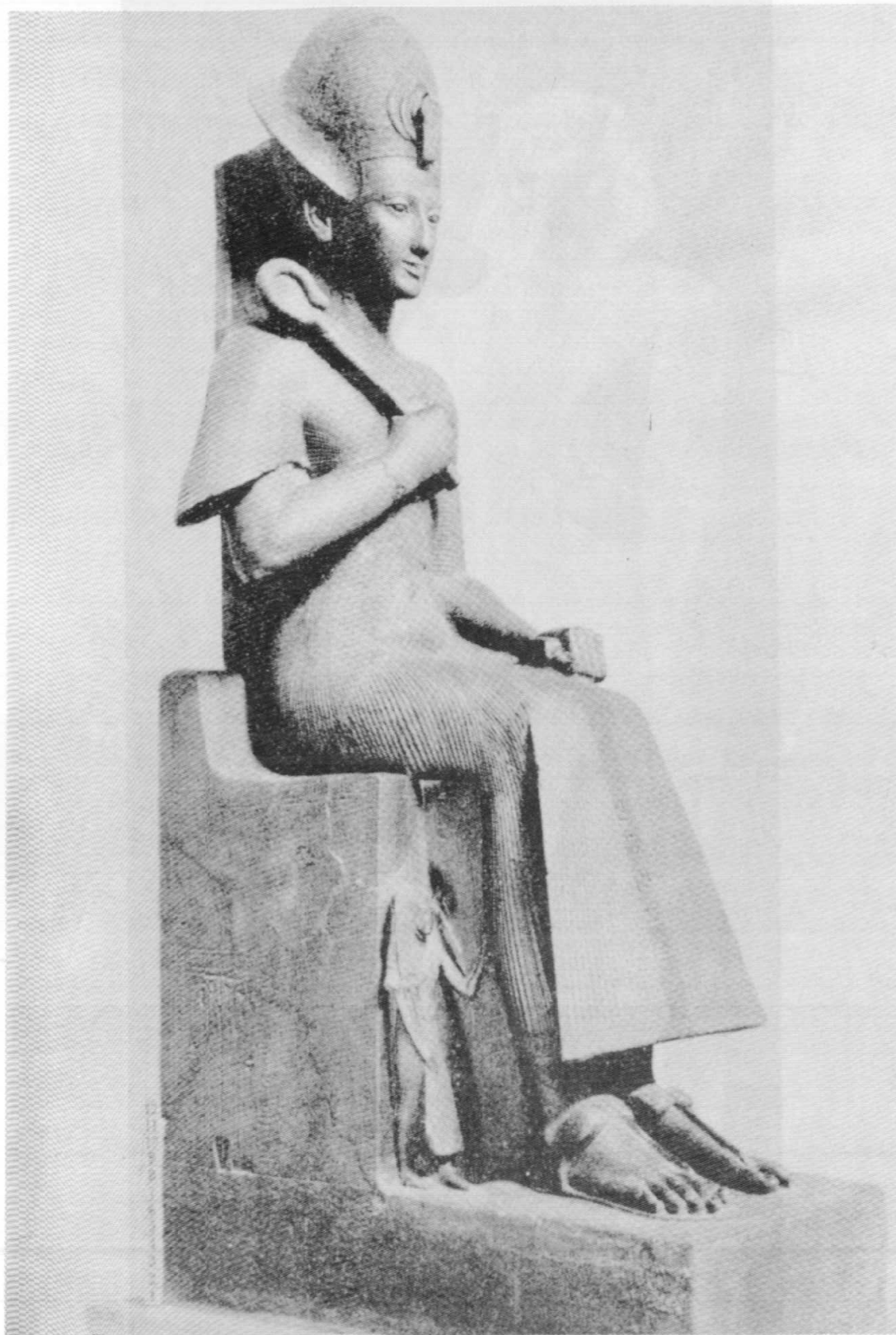
10. O Direito

a) *Generalidades.* — Não é fácil sintetizar a História do Direito no Egito Antigo por duas razões: a *longa duração* da história do país que assistiu a inúmeras transformações das instituições políticas e sociais; a *carência* de coleções legislativas tais como as encontramos referentes à vida jurídica dos povos da Antiga Mesopotâmia. Ao faraó cabia o papel principal na confecção das leis que marcavam o ritmo da vida no vale do Nilo. «A vida do Egito precisava de normas gerais, além da decisão real sobre cada caso em espécie, e tais normas, necessariamente escritas, não podiam ser senão a transcrição, sob uma

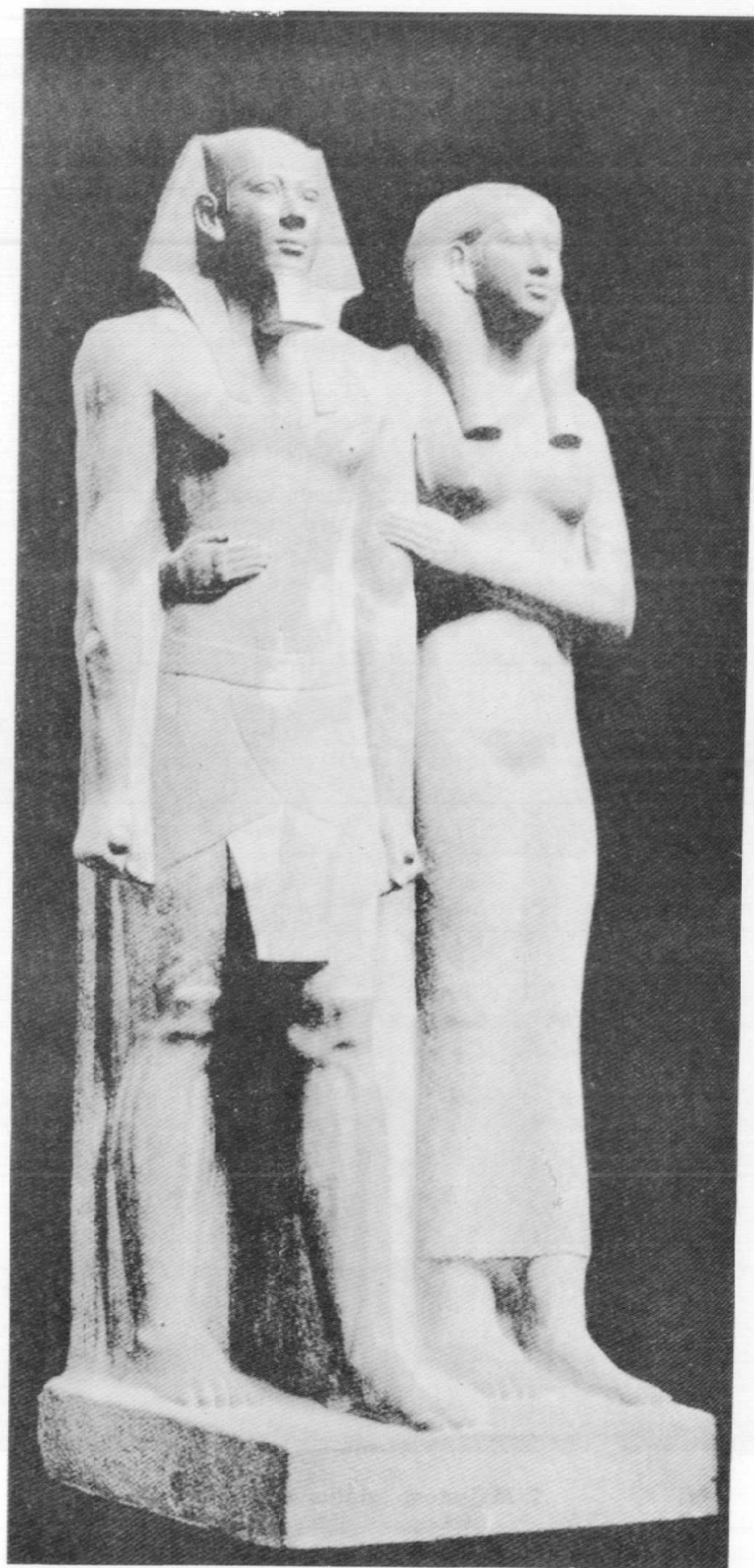
forma qualquer, dos princípios estabelecidos pelo rei. O antigo Egito teve, certamente, além de costumes locais eventuais, coleções de leis ou de procedimentos emanados da autoridade central. Mas nenhum documento que se compare aos «códigos» descobertos na Mesopotâmia foi, até ao presente, encontrado. Estamos, então, reduzidos à tradição conservada pelos historiadores gregos. Deodoro da Sicília, que utiliza para o Egito um autor do início do século III a.C., é, neste ponto, o menos avaro em dados. Enumera ele, antes da conquista persa, cinco reis considerados como «legisladores» do Egito. O único, sobre cuja obra são fornecidos detalhes úteis, é Bocóris, que reinou no fim do século VIII a.C. e ao qual Deodoro atribui uma legislação referente ao comércio. As lacunas de nossas fontes neste setor da atividade dos faraós são bastante graves para o nosso conhecimento da civilização egípcia.¹¹⁸ Ainda Deodoro da Sicília informa-nos que os gregos admiravam as leis egípcias e muitos deles teriam ido ao Egito para «aprender as máximas e os costumes dessa nação famosa». ¹¹⁹ Teria Sólon, o legislador de Atenas, em suas viagens pelo Mediterrâneo, aproveitado a velha sabedoria da terra dos faraós na elaboração de suas célebres reformas?

b) *O Direito penal.* — As seguintes observações servirão para dar-nos uma idéia das leis penais que estiveram, outrora, em vigor no Egito. Note-se que a enumeração dos crimes e das penas não obedecem a uma ordem cronológica, pois, pelas razões acima expostas, não é fácil estabelecer com precisão quais as leis e respectivas sanções penais vigentes em cada período da milenar história do país das pirâmides. Tal enumeração possibilitará, contudo, ao leitor fazer uma idéia de conjunto das principais características do Direito Penal egípcio. Como em todas as civilizações do Mundo Antigo, encontramos no Egito a pena de morte. A maneira de executá-la era bárbara: abandono do condenado à voracidade dos crocodilos, estrangulamento, decapitação, fogueira, embalsamento em vida, empalação, etc. Quanto à empalação note-se a opinião de Pierre Montet, ao estudar o tribunal egípcio sob os Ramsés: «Vários daqueles que haviam conspirado contra Ramsés III foram condenados a serem colocados sobre a madeira. Alguns egipólogos julgaram que isto significava «empalação». Não é certo. Empalados são vistos sobre os baixos-relevos, assírios. Jamais foram vistos sobre os baixos-relevos egípcios; o que se nota, às vezes, nestes, é um indivíduo ligado a um poste para receber bastonada. Suponho, pois, que o condenado, colocado sobre a madeira, estivesse ligado a um poste, talvez até que a morte sobreviesse». ¹²⁰

«Os criminosos das classes altas escapavam à vergonha da execução pública; era-lhes permitido o suicídio, como no Japão ao samurai». ¹²¹ A mutilação era uma pena empregada em larga escala. Entre os órgãos afetados por esse meio cruel e desumano de punir figuravam: o nariz, os olhos, as mãos e a língua. Outras penas usuais eram: a condenação



7. Majestosa estatua de Ramsés II.



8. Miquerinos e sua esposa.

a trabalhos forçados nas fronteiras do país, nas colônias ou nas pedreiras; a multa, a bastonada, etc.

Os funcionários que traíam a confiança dos seus superiores eram severamente punidos: «Todo funcionário que se apoderar de bens pertencentes ao templo será punido, no mínimo, com cem golpes de bastão, deverá restituir o que tiver subtraído, e pagar o cêntuplo a título de perdas e danos. Em certos casos, a penalidade é de duzentos golpes e de cinco fraturas. A penalidade chega mesmo à mutilação do nariz, das orelhas, e ao seqüestro do culpado que será enviado como cultivador ao pessoal do templo».¹²²

Outros crimes severamente punidos: o *perjúrio* era castigado com a morte «porque o perjuro comete ao mesmo tempo dois dos maiores crimes, a saber: injuria os deuses e os despreza e é desleal para com os homens».¹²³ O *parricídio* acarretava como punição a tortura e a fogueira. O *assassínio* de um escravo ou de um homem livre era punido de igual modo. Quem presenciasse um assassinio, sem tentar impedi-lo, era condenado à pena capital. Impossibilitado de evitar o crime, a testemunha devia denunciá-lo, sob pena de severo castigo. A mãe que assassinasse seu filho era obrigada a reter em seus braços o cadáver durante três dias e três noites. «A lei procurava o aumento da população e queria impedir a exposição dos filhos tão freqüente em outros povos».¹²⁴

Com relação ao processo criminal, limitemo-nos a essa passagem de Pierre Montet: «Sem comoção, o juiz propõe um quesito e se a resposta não for, em geral, satisfatória, passa-se à bastonada. Havia vários gêneros de bastonada, pois nota-se o emprêgo de três termos diferentes: *badjana*, *nadjana* e *manini*. Alguns experimentaram sucessivamente os três «tratamentos», mas não saberíamos dizer exatamente em que consistia a diferença entre os mesmos. A bastonada era aplicada nas costas, mas também nas mãos e nos pés. Este enérgico «tratamento» solta, às vezes, a língua, mas não sempre. Muitas vezes o escrivão verifica que, após duas ou três bastonadas, o acusado não confessa. Provavelmente este ficava à disposição da justiça. Acontece também que o juiz, perplexo, não tendo obtido nem confissão, nem informações, convida o miserável a designar uma testemunha que possa ampará-lo».¹²⁵

c) *Direito civil*. — Estudando o Direito Civil no Egito Antigo, Erman e Ranke¹²⁶ citam os diversos atos jurídicos de que temos notícias e que revelam, com certeza, a existência de normas jurídicas reguladoras da vida privada dos cidadãos, assim, v.g., *testamentos*, datados especialmente do Médio Império; e contratos de aluguel e de venda (contratos de aluguel da XVIII dinastia mencionam a locação do trabalho de mulheres escravas por um certo número de dias), etc.

Da época de Sesóstris I possuímos contratos concluídos entre o nomarca de Siut com um colégio de sacerdotes a fim de assegurar-se um culto funéreo.

Desde o Antigo Império encontramos o instituto da *fundação* a favor de colégios sacerdotais funerários.

A transcrição de documentos jurídicos nas paredes dos monumentos facilitam, de certo modo, o estudo das relações de direito privado no Antigo Egito.

11. As Ciências

Os egípcios estimavam a ciência porque viam na mesma um meio de subir na escala social e dominar seus semelhantes. Um velho sábio exorta seu filho: «não há estado (condição social) que não seja dominado com exceção do sábio que domina». ¹²⁷ A pessoa sem instrução era comparada a um asno pesadamente carregado, guiado pelo escriba, «o homem feliz que colocou a ciência no coração e se situa acima de todo o trabalho e se torna um príncipe sábio». ¹²⁸

Estudaremos, a seguir, os três ramos principais da ciência egípcia: a astronomia, a matemática e a medicina.

a) *Astronomia*. — As estrelas, que cintilam de modo especial no céu do Egito, chamaram desde cedo a atenção dos habitantes do vale do Nilo. Nos tetos dos túmulos e dos templos são encontrados diagramas de estrelas desde épocas remotas. Da observação dos astros os egípcios passaram à criação de um calendário que milhares de anos mais tarde foi imposto por Júlio César ao mundo romano, com algumas modificações e reformado no século XVI pelo papa Gregório XIII, tornando-se o calendário universal. ¹²⁹

O nascimento helíaco da estrela Sótis (Sírio) foi o acontecimento que serviu de base para a fixação do início do ano egípcio. Nascimento helíaco de uma estrela é o fato de surgir ela no horizonte ao mesmo tempo que o sol; como evidentemente tal nascimento simultâneo não pode ser observado «na prática, o nascimento helíaco de uma estrela significa o último nascimento da estrela antes do nascer do sol, cerca de uma hora antes deste último». O nascimento helíaco de Sírio realiza-se mais ou menos no início da cheia do Nilo, fato este muito sugestivo para ser escolhido como marco inicial de um novo ano. Assim é que os egípcios escolheram, numa época bem anterior aos tempos históricos (possivelmente entre 4245-4242 a.C.), a data inicial de seu calendário solar. O lapso de 365 dias que medeia entre dois nascimentos helíacos de Sótis passou a constituir um ano. O ano foi dividido em doze meses de trinta dias cada um, aos quais se juntavam cinco dias complementares. Os meses eram divididos em três semanas de dez dias e se agrupavam, de quatro em quatro, em três estações: a Inundação, a Vegetação e a Colheita. Note-se, entretanto, que o ano civil de 365 dias era mais curto 6 horas que o ano solar: tal fato provocava, de quatro em

quatro anos, um atraso de um dia do ano oficial sobre o ano natural. Com o decorrer do tempo esse atraso se acentuou e só depois de 1460 anos é que o nascimento helíaco de Sírío e o início do ano civil coincidiriam novamente. Compreende-se assim que as estações do calendário não pudessem corresponder às estações reais durante o longo ciclo soltíaco de 1460 anos.

Tanto os dias como as noites foram divididos pelos egípcios respectivamente em 12 horas. Essas horas, entretanto, variavam de duração de acordo com a duração do dia e da noite. Os antigos egípcios usavam relógios solares para marcarem o tempo durante o dia. As horas noturnas eram marcadas por meio de clepsidras ou de relógios estelares.

Qual a relação entre os conhecimentos astronômicos dos egípcios e a construção das pirâmides? Demos a palavra ao já citado autor de «O Problema das Pirâmides»: «Os casos em que a astronomia teria podido intervir na edificação das pirâmides, excetuando o problema da orientação, são, a nosso ver, bem restritos e assaz hipotéticos». ¹³⁰ O erro insignificante que se encontra na orientação das pirâmides para o norte prova que os egípcios conheciam já nessa época o norte verdadeiro apesar de não conhecerem evidentemente a bússola. Tal orientação pode ter sido efetuada por meio de simples observações empíricas não implicando, portanto, na existência de uma ciência astronômica mais adiantada.

b) Matemática. — A necessidade de controlar as inundações do Nilo fez, bem cedo, do agricultor egípcio um matemático rudimentar. Também os diretores dos campos e dos celeiros deviam ter conhecimentos de agrimensura, pois que entre suas atribuições figurava a de zelar pela exatidão da medida das terras que pertenciam aos templos. Arquitetos e engenheiros deviam, necessariamente, possuir alguns conhecimentos matemáticos. Esses conhecimentos tinham aplicação eminentemente prática.

Desde o início de sua História, encontramos os egípcios de posse de um sistema de numeração decimal. A escrita egípcia dispõe de sinais determinados para as unidades, dezenas, centenas, milhares, dezenas de milhares, centenas de milhares e até de milhões. Desconheciam, entretanto, um símbolo para o zero. «O sistema de numeração egípcia e seu estabelecimento desde a origem da civilização no vale do Nilo são o resultado manifesto de uma necessidade econômica própria do estado social do país. O Egito, monarquia unificada e fortemente centralizada, se estende do norte a sul, em uma estreita faixa sobre mais de mil quilômetros. Cada província, cada domínio agrícola, poder-se-ia dizer, forma uma das células deste corpo desmesurado. Para poder administrar o conjunto do país, para simplesmente conhecer-lhe os recursos e dispor dos mesmos, o governo central como o provincial exige, em um país que não possuiu jamais estalão monetário de referência, uma enorme contabilidade material». ¹³¹

Com relação à metrologia, lembremos que os egípcios conheciam medidas de capacidade, de peso, de comprimento, etc. Os padrões de medida não eram, entretanto, uniformes.

Os egípcios conheciam as quatro operações: a multiplicação, porém, reduzia-se a uma série de adições; «o que é pior é que não imaginaram jamais um processo conveniente para a divisão». ¹³² Ao que parece, os egípcios nunca tiveram uma idéia clara sobre a natureza dessa operação. Essa falha impediu que os matemáticos egípcios possuíssem uma compreensão clara das frações: as operações fracionárias sempre foram complicadas, pois, com exceção da fração $\frac{2}{3}$ (que possuía uma expressão e um sinal gráfico), os egípcios só calculavam com frações cujo numerador era a unidade.

Os autores clássicos como Heródoto, Estrabão e Deodoro fizeram alusão aos conhecimentos geométricos dos egípcios. Heródoto ¹³³ chega mesmo a afirmar que os egípcios inventaram a geometria levada pelos gregos para sua terra. Esse legado deve ter sido bem rudimentar, pois, no domínio da geometria, «os egípcios produziram ainda menos que no da aritmética, fato esse que constitui motivo para admiração, pois a destruição pela inundação de um tão grande número de limites de terra cultivada colocava-os cada ano diante dos mesmos problemas. Todos os seus cálculos de superfícies estão fundados sobre o da superfície do retângulo que eles determinaram exatamente como sendo igual ao produto de dois lados adjacentes». ¹³⁴ Mas o cálculo da superfície de outras figuras geométricas, exceto o círculo, era falho.

Com relação ao cálculo de volumes, os antigos egípcios chegaram a certos resultados satisfatórios. Assim, por exemplo, podiam calcular a quantidade de grão que é possível caber em um celeiro de dimensões determinadas e outras coisas semelhantes. Nessa matéria, entretanto, «os detalhes de seus cálculos estão de tal modo embrulhados, que não é possível emitir, a seu respeito, um julgamento seguro». ¹³⁵ Mas, mesmo que estivessemos em condições de fazer uma idéia dos cálculos empregados pelos egípcios, a impressão geral que nos deixa sua matemática pouco seria modificada: «pouca consistência, sob o ponto de vista teórico, era suficiente contudo para as exigências da vida cotidiana». ¹³⁶

c) Medicina. — Generalidades. A medicina é um dos aspectos mais interessantes da cultura do antigo Egito. O estudo de tal assunto, como faz o Dr. Naguib Riad, médico egípcio, adquire um sabor de atualidade, pois analisa as antigas fontes à luz das conquistas da medicina moderna.

Entre os antigos gregos, os egípcios possuíam grande reputação como conhecedores dos segredos da arte de diagnosticar e curar as doenças. Lemos na Odisséia que os médicos egípcios eram mais hábeis que quaisquer outros. Heródoto, igualmente, faz, diversas vezes, menção dos médicos egípcios e narra que Ciro mandou buscar um oculista no Egito. ¹³⁷

As fontes. Até 1875 os conhecimentos da medicina egípcia restringiam-se ao que sobre a mesma haviam escrito os autores clássicos como Teofrasto, Dioscórides e Galeno. A partir daquela data, a descoberta, decifração e publicação de numerosos papiros médicos vieram abrir novos horizontes ao estudo da medicina dos faraós. Outra fonte preciosa para o conhecimento dessa ciência é o estudo das múmias com os métodos que a técnica moderna põe à disposição dos especialistas (por exemplo: exame radiológico e histológico). Acrescentemos uma terceira fonte: os produtos das artes egípcias como, por exemplo, desenhos, baixos-relevos, estátuas, etc.

Dos papiros acima citados convém mencionar: o *papiro de Ebers* (Universidade de Leipzig) e o *papiro de Edwin Smith* (Historical Society de Nova York). O primeiro é famoso pela riqueza de seu conteúdo médico e pela integridade de sua conservação; o segundo é, no dizer de Naguib Riad, o documento que nos trouxe «provas brilhantes de que a medicina do tempo dos faraós era uma verdadeira ciência...»¹³⁸

A mumificação. O costume de mumificar contribuiu eficazmente para os progressos da medicina no Egito, pois familiarizou os egípcios com a constituição e a disposição dos órgãos internos. Tal costume permitiu também que se fizessem «observações de anatomia comparada, pois tornava possível, aos que exerciam esta prática, reconhecer as analogias entre as vísceras do corpo humano e as dos animais, estas últimas já muito familiares devido ao tradicional costume de cortar os animais para alimento e para os sacrifícios». ¹³⁹ Heródoto, em célebre passagem, ¹⁴⁰ assinala três modos de praticar a mumificação: «Em primeiro lugar, extraem o cérebro pelas narinas, com um ferro recurvado, mas não todo o cérebro e sim, apenas, uma parte, sendo o resto dissolvido por uma substância que nele injetam. Depois, com a ajuda duma faca de pedra etíope, praticam uma abertura no flanco do morto e retiram as vísceras. São estas regadas de vinho de palmeira e polvilhadas de temperos raspados. Em seguida os embalsamadores enchem o flanco do morto com mirra raspada, cássia e todas as espécies de perfumes — com exceção, porém, do incenso — e tornam a costurá-lo. Então mergulham-no no natrão e deixam-no ali repousar setenta dias, mas não mais, senão a soda atacaria as carnes. Decorridos os setenta dias, lavam o corpo e enrolam-no inteiramente em linho fino. Para terminar, besuntam a múmia de goma, substância que os egípcios empregam comumente como cola. Então os parentes vêm buscar o corpo e o colocam num ataúde de madeira com forma humana. E depois de assim posto nesse ataúde, erguem-no e encostam-no à parede na câmara do morto. Tal é o processo mais caro de preparação dos mortos. Os que recuam diante da despesa e escolhem o segundo modelo vêem seu morto preparado como se segue: Os embalsamadores enchem grandes seringas com óleo de cedro e o injetam no corpo, mas sem nele praticar abertura nem retirar as vísceras. Fazem as injeções pelo ânus, que tapam em seguida para que o óleo não

se escoe. Depois mergulham o corpo na soda, durante o tempo mencionado. No último dia, deixam o óleo de cedro escoar-se, o qual teve o poder de dissolver o estômago e as entranhas que se escoam com ele. Quanto à carne, ficou tão fortemente atacada pela soda que, do cadáver, pouco mais restam que a pele e os ossos. Feito isto, entregam o cadáver à família e não se preocupam mais com ele. O terceiro processo de embalsamento, a que recorrem os menos afortunados, é o seguinte: o interior do ventre é lavado com água, o corpo fica depositado setenta dias na soda e é depois entregue à família».

Anatomia e Filosofia. No já citado *papiro de Ebers* lemos, entre outras coisas, o seguinte sobre os conhecimentos de anatomia: «Começo do segredo do Médico. Conhecimento da marcha do coração, conhecimento do coração. Há vasos nele (no coração) para todos os membros. Em qualquer lugar que cada médico, ou outra pessoa, coloque seus dedos, — sobre a nuca, sobre as mãos, sobre os dois braços, sobre os dois pés, — (em toda a parte), encontra o coração, pois seus canais são para todos os membros; isto é, ele fala dos vasos de todos os membros».¹⁴¹ O *papiro Smith* fornece-nos interessantes informações sobre os conhecimentos anatómicos do médico egípcio. Vejamos, a título de exemplo, essa descrição do aparelho circulatório: «Existe no coração um canal que leva a cada membro do corpo... No que lhes diz respeito, se o médico... coloca os dedos atrás da cabeça, sobre as mãos, sobre os pulsos, sobre os braços, percebe o coração, pois o coração leva a cada membro e... fala nos canais de cada membro».¹⁴² O mesmo papiro dá-nos «uma descrição metodicamente ordenada de diversos casos de lesão ou de chagas em cada uma das partes do corpo. Começa-se pelo crânio, passa-se ao nariz, à mandíbula, às orelhas e aos lábios, à garganta e ao pescoço, às clavículas e às espáduas, ao peito e à caixa torácica, e chega assim até a coluna vertebral; é fora de dúvida que o ventre e as extremidades devem igualmente ter sido estudadas, mas, infelizmente, ao chegar às lesões da coluna vertebral, a parte do texto que foi conservada acaba repentinamente no meio de uma frase».¹⁴³

Cirurgia. As fontes de nossos estudos sobre a medicina egípcia revelam-nos seus conhecimentos cirúrgicos: praticavam a circuncisão, a amputação, (os baixos-relevos existentes nas paredes dos templos representam membros cortados por meio de instrumentos que lembram os instrumentos da cirurgia moderna), a trepanação (confirmada por vários documentos); o estudo dos esqueletos revela a técnica dos ortopedistas egípcios no tratamento das fraturas. «Os antigos cirurgiões egípcios empregavam mais de duas talas e parece que se esforçaram para formar um revestimento protetor em torno do membro atingido para defendê-lo contra o exterior, de preferência a conservar os fragmentos ósseos rígidos em posição correta e evitar assim os riscos maiores de origem interna».¹⁴⁴ O *papiro Smith*, em uma curiosa descrição intitulada «Instruções para uma fratura de clavícula», revela-nos a habilidade do ortopedista

egípcio não só na precisão do diagnóstico mas nas providências indicadas para o tratamento.¹⁴⁵

Praticavam os médicos egípcios a anestesia? «O célebre naturalista Plínio cita em seus escritos que os antigos egípcios empregavam o grande *mármore do Cairo* chamado *Memphitis*; seu pó, diz ele, misturado com vinagre adormece de tal modo as partes, em que é aplicado, que se pode cortar as mesmas ou cauterizá-las sem que o doente sinta. Dioscórides, citado pelo Dr. Nazmi, relembra o mesmo fato e diz que essa pedra de Mênfis é da grossura de um talento, engordurada e de diversas cores. Mas essa pedra tão elogiada foi esquecida e ninguém mais falou nela».¹⁴⁶

Medicina interna. Os papiros médicos revelam-nos que os antigos egípcios sabiam distinguir diversos males e diagnosticá-los com certa precisão. A peste, a cólera, a lepra, a pneumonia, a varíola, entre outras, eram doenças existentes e tratadas no Antigo Egito. Quanto à tuberculose, deve ter existido, embora nenhum papiro médico a mencione. Parece, entretanto, que não estava muito difundida, «pois os romanos tinham o hábito de enviar os tuberculosos para que se tratassem no Egito considerando o vale do Nilo como um verdadeiro sanatório».¹⁴⁷

A farmacopéia egípcia era riquíssima. Os papiros médicos enumeram mais de quinhentas substâncias empregadas na preparação de medicamentos. Essas substâncias eram extraídas dos três reinos da natureza. «E' o reino vegetal que fornecia de longe a maior parte de todas as drogas de que se fazia uso; o número de frutas e ervas medicinais que se empregavam era enorme, e nos dá uma idéia dos sólidos conhecimentos botânicos que eram exigidos do médico».¹⁴⁸ «Os ingredientes de origem animal são mais raros e recorria-se, de preferência, a ingredientes que nos causam nojo. Com efeito, como toda medicina popular, a do Egito estava dominada pela crença de que um medicamento não deve ser nem por demais simples nem muito comum. Deve conter o maior número possível de ingredientes — existia mesmo uma cataplasma que compreendia trinta e sete substâncias diferentes e essas deviam ser tão bizarras e tão repugnantes quanto fosse possível».¹⁴⁹ Note-se, entretanto, que um remédio composto de tantos e tão esquisitos ingredientes podia ser eficaz se os mesmos fossem inofensivos à saúde e, pelo menos, um deles contivesse alguma substância útil na cura da doença tratada.

Como veículo das substâncias medicamentosas encontramos a água, o vinho, a cerveja, o leite e o óleo. Os recursos da farmácia eram variadíssimos. Para uso interno indicavam-se, entre outros remédios, poções, tisanas, pílulas, pastilhas, etc. Para uso externo eram aconselhadas cataplasmas, unguentos, emplastros, colírios, inalações, supositórios, pomadas, etc.¹⁵⁰

Os médicos eram bem numerosos no Antigo Egito. Estudavam em escolas especiais e gozavam de grande prestígio. Em Saís e em Heliópolis existiam célebres escolas de medicina. «Em Mênfis, o deus Imhotep,

o Esculápio do Egito, possuía um templo ao qual estava anexada uma grande biblioteca médica». ¹⁵¹ Os médicos, conforme observa Heródoto, eram, geralmente, especialistas em determinadas doenças: «A medicina está tão sabiamente distribuída no Egito que um médico não se ocupa a não ser de uma só espécie de doença e não de muitas. Tudo aí está repleto de médicos; uns para os olhos, outros para a cabeça; estes para os dentes, aqueles para os males do ventre; outros, enfim, para as doenças externas». ¹⁵² Os oculistas egípcios gozavam na Antiguidade de especial reputação: entre as doenças de sua especialidade figuravam o tracoma, a catarata, e muitas outras citadas no «Livro dos olhos» do *papiro Ebers*.

Convém observar que um sério obstáculo impedia o progresso da medicina egípcia: os médicos estavam obrigados, nos tratamentos de seus clientes, a observar velhos preceitos terapêuticos. «Se, tendo seguido os preceitos do livro sagrado, não chegassem a salvar o doente, eram declarados inocentes e isentos de toda recriminação. Se, entretanto, agissem de modo contrário aos preceitos escritos, podiam ser acusados e condenados à morte; o legislador havia julgado que poucos encontrariam um método de curar melhor que o observado desde tanto tempo e estabelecido pelos melhores homens da arte». ¹⁵³

Medicina e Magia. A magia desempenhava importante papel na vida cotidiana dos egípcios; era costume recorrer-se a processos mágicos para prevenir e curar doenças. As enfermidades são personificadas e a elas se dirigem preces e fórmulas mágicas. Magia e medicina contribuíram para a terapêutica: aquela influenciando muitas vezes por meio da sugestão, esta com a eficácia real dos medicamentos.

Conclusão. Concluamos nosso sucinto estudo da medicina egípcia com essa apreciação sobre os médicos e cirurgiões: «Nesses últimos quase tudo merece admiração: o bom-senso, o método, a engenhosidade; como os escultores, eles tinham, desde a época menfita, atingido o cimo de sua arte, ao menos no que concerne à cirurgia dos ossos. Quanto aos médicos, embora se tenham mostrado (como dizia Molière dos médicos de seu tempo) «por demais apegados às opiniões de seus antigos», embora tenham negligenciado muitas ocasiões de instruir-se, por falta de audácia e de curiosidade, abriram, contudo, largamente, o caminho para a medicina grega que foi, em suma, a medicina do Ocidente até o século XVII». ¹⁵⁴

12. A Religião

a) *Introdução.* — A religião impregnava todos os atos da vida cotidiana dos egípcios. Na família, na sociedade, na política, na guerra, nos trabalhos, as crenças estavam presentes e inspiravam as normas de agir. Heródoto já observara com exatidão que os egípcios eram os mais escrupulosamente religiosos de todos os homens. ¹⁵⁵ Compreende-se, por isso, que, através de sua longa história, o povo egípcio tenha deixado inúmeros e bem vivos vestígios dessa religiosidade.

b) Fontes. — As fontes para o estudo da religião são, com efeito, abundantíssimas: quase não existe monumento em cuja inscrição não se encontre, de qualquer forma, a manifestação desse espírito religioso. Entre as principais fontes podemos indicar como exemplos:

as decorações e inscrições das paredes dos templos que constituem fonte de primeira ordem;

as estelas encontradas nas necrópoles ou nos templos;

as fórmulas funerárias de conteúdo mágico destinadas a auxiliarem a alma no além-túmulo;

os hinos escritos em papiro, em honra das divindades.

A essas fontes podemos acrescentar as informações dos autores antigos como Heródoto, Deodoro, Plutarco e ainda as críticas acerbas dos Padres da Igreja.

A grande quantidade de fontes não deixa de acarretar uma certa dificuldade para quem pretende fazer uma exposição do que foi a religião egípcia. Possuímos matéria para, na expressão de Erman, «encher volumes e volumes». ¹⁵⁶ A interpretação desse acervo imenso tem encontrado naturalmente grandes dificuldades, algumas das quais decorrentes da tradução de certos textos egípcios: «A língua egípcia possui poucas palavras abstratas. Em consequência disso aquelas empregadas estão de tal forma repletas de sentido ainda não diferenciado que são para nós muito vagas e muitas vezes causam embaraço a quem deseja traduzi-las com precisão. Geralmente os conceitos abstratos se exprimem por meio de imagens concretas: é necessário então purificá-los dessa ganga, o que não se faz sem riscos». ¹⁵⁷

Explica-se assim, facilmente, o fato de encontrarmos grande diversidade de interpretação das manifestações da religião egípcia entre os próprios especialistas no assunto.

c) Características gerais. — Antes de estudarmos os aspectos mais interessantes da religião egípcia, vamos apontar brevemente suas características fundamentais.

1) O caráter essencial dessa religião é a *predominância do culto sobre a doutrina*. A concepção religiosa egípcia diferia, pois, fundamentalmente, da concepção religiosa moderna que implica, antes de tudo, num conjunto bem definido «de crenças em conexão estreita umas com as outras e em harmonia com uma concepção fundamental da divindade». ¹⁵⁸

2) Esse culto, base da religião egípcia, era *principalmente um culto local*, prestado aos deuses possuidores legítimos do solo. «Qualquer um que praticasse este culto, e proclamasse os títulos tradicionais da divindade que ele adorava, estaria em dia com a religião. Pouco importava que tivesse dos deuses uma concepção panteísta, politeísta, henoteísta, monoteísta, evhemerista, fetichista ou mesmo um certo sentido agnóstico. Essas

questões que nos parecem essenciais à religião eram, no Egito antigo, deixadas à apreciação de cada um e, como tais, matéria de filosofia pessoal». ¹⁵⁹

3) Outro traço fundamental dessa religião: «*ela é senhora das decisões humanas e dos acontecimentos*». ¹⁶⁰ Com efeito, os egípcios acreditavam «que tudo no universo pertence aos deuses, que os mesmos são a fonte de toda a prosperidade, que conhecem os nossos desejos, que podem a todo instante interferir nos negócios humanos». ¹⁶¹

4) O *apego à tradição* é também uma das características da religião egípcia. Fórmulas e costumes antiquíssimos foram conservados piedosamente por gerações sucessivas; é curioso, entretanto, notar que esse tradicionalismo não impediu o desenvolvimento de novas crenças, surgindo então um sincretismo, às vezes contraditório, no qual se misturam as crenças antigas e os ritos novos. ¹⁶²

d) *O panteão egípcio*. — Um número indefinido de seres povoam o Panteão egípcio. «Naquele povo tudo era Deus menos o próprio Deus», afirmou Bossuet. ¹⁶³ Entre essas divindades podemos distinguir os deuses locais, os deuses cósmicos, os deuses estrangeiros, os gênios, os homens divinizados e os animais sagrados. Sobre cada uma dessas categorias escreveremos algumas linhas.

e) *Os deuses locais*. — Já vimos que a base da religião egípcia era o culto local; considerados primeiramente como divindades supremas dentro dos limites de determinada região, alguns deuses adquiriram prestígio nacional com a evolução política e a hegemonia de sua cidade sobre todo o país. Na seguinte enumeração de alguns dos deuses locais mais conhecidos, seguiremos, em linhas gerais, o estudo de Drioton. ¹⁶⁴

Ámon... o «misterioso», deus de Tebas que adquiriu prestígio nacional, tendo sido identificado com *Rê*, o Sol, passando a denominar-se *Ámon-Rê*. Era representado sob a forma humana.

Anúbis... deus de Cinópolis, soberano do reino dos mortos e patrono da mumificação, era representado como um homem com a cabeça de chacal.

Atum... deus de Heliópolis, identificado com o sol da tarde. Sua imagem era a de um rei com a dupla coroa.

Hórus..., o deus-falcão, deus de Sam-Behdet (Tell el-Balamun) no Delta ocidental. Hórus era considerado o protetor da monarquia faraônica; tornou-se popular quando foi introduzido na lenda de Osíris e de Ísis.

Ísis... primitivamente deusa de uma região do Delta oriental; mais tarde só foi lembrada como a esposa fiel de Osíris e a mãe de Hórus. É a mais famosa de todas as deusas egípcias. Representada como uma mulher tendo na cabeça o hieróglifo de seu nome ou chifres liriformes com o disco solar.

Osíris... deus de Busíris no Delta. Deus da fecundidade, juiz dos mortos, o mais popular dos deuses do Egito antigo. Figuravam-no como um homem com a cabeça coberta por uma alta tiara.

Ptah... deus de Mênfis, era considerado o pai de todos os deuses, o grande deus dos tempos primordiais, o criador do mundo. O famoso touro Ápis só foi venerado como encarnação de Ptah, a partir do Novo Império.¹⁵³

Seth... deus de Ombros; aparece na lenda de Osíris. Representado sob a forma de um animal ainda não identificado ou sob a forma humana com a cabeça do dito animal.

Thoth... deus de Hermópolis, deus da escrita e do cômputo do tempo. (Havia Hermópolis do Delta e a Hermópolis magna. Thoth era deus de ambas). Representado em forma humana com a cabeça de ibis.

f) Os deuses cósmicos. — Os deuses dos elementos que constituem o universo não tinham nenhum poder ligado a uma determinada região e, por isso, não eram, na sua maior parte, objeto de culto. Alguns deles, entretanto, confundiram-se, em épocas recuadas, com certos deuses locais.

Vejamos, apenas, alguns exemplos de deuses cósmicos.

Nun, o oceano, que cercava o mundo, a água primordial, origem de todas as coisas.

Nut, o céu, deusa cujo corpo gigantesco pende arqueado sobre a terra.

Geb ou *Keb*, a terra, deus-esposo de Nut.

Rê, o deus do Sol, percorre o céu à noite e durante o dia em duas barcas diferentes. O culto de Rê estendeu-se talvez porque os soberanos da V dinastia o adoravam mais que os outros por descenderem de um sacerdote do Sol.¹⁵⁴ Outros deuses cósmicos eram a *Iâh* (a lua), as estrelas (especialmente *Sothis* e *Orion*) e o ar.

g) Os deuses estrangeiros. — Nos centros cosmopolitas do Egito, especialmente em Mênfis, alguns deuses estrangeiros importados por soldados e comerciantes, principalmente a partir da XVIII dinastia, recebiam culto popular e, às vezes, até mesmo oficial. A título de exemplo, citemos: *Astarte*, deusa semítica do amor e da guerra. *Baal*, deus fenício da tempestade e dos combates, identificado no Egito com *Seth*. *Anat*, deusa guerreira de Canaã, chegou a ter um templo em Tânis dedicado por Ramsés II.

h) Os gênios. — Os egípcios acreditavam na existência de uma infinidade de gênios que interferiam na vida cotidiana. Havia, por exemplo, o gênio da fertilidade do solo, o gênio da inundação, o gênio da colheita, etc. «Essas modestas deidades, criações do folclore

ou sobrevivências de religiões desaparecidas, estavam mais misturadas à vida cotidiana do povo que os grandes deuses. Não possuíam santuários e não desempenhavam nenhum papel importante nas especulações dos teólogos. Só excepcionalmente, e sobretudo na baixa época, é que esses gênios encontraram, às vezes, lugar nas representações dos templos ou dos túmulos». ¹⁶⁷

i) *Homens divinizados*. — Entre os homens divinizados figuravam em primeiro lugar os faraós. Considerados deuses já em vida, recebiam, após a morte, um culto especial em seu templo funerário. Tal culto, entretanto, não saía de um certo limite. O povo, por conta própria, havia divinizado outros personagens lendários. Assim, por exemplo, *Imhotep*, o célebre arquiteto e médico do rei Djoser, e *Amenhotep*, filho de Hapu, vizir de Amenófis III, receberam um culto popular e, na época dos Ptolomeus, foram definitivamente considerados como deuses.

j) *Os animais sagrados*. — Chegamos a um dos aspectos mais curiosos da religião egípcia: a zoolatria. O culto dos animais sagrados causava espanto aos demais povos da Antiguidade. Heródoto escreveu: «Os animais que se vêem no Egito são todos sagrados — quer se trate de animais selvagens, quer de animais domésticos. Quanto a saber por que lhes rendem culto... se tentasse dizê-lo, eu teria que falar de coisas divinas, que não tenho intenção alguma de abordar, senão — quando isso me aconteceu — constrangido». ¹⁶⁸ Vejamos ainda esses dois trechos cheios de ironia escritos por dois autores bem posteriores a Heródoto. «Os templos egípcios eram grandes e belos, construídos de pedras nobres, ornados de ouro e de pinturas preciosas. Mas, quando se perguntava a que deus eram consagrados, ficava-se sabendo que esse deus era um macaco, um íbis, um bode ou um gato...» ¹⁶⁹ Assim se expressava Luciano no II século da era cristã. Clemente de Alexandria revelava o mesmo sarcasmo: «O santo dos santos dos templos egípcios é oculto por véus preciosos. Se nos aproximamos para ver o deus, o sacerdote ergue os véus, com ar de recolhimento e um hino sagrado nos lábios. Então dispparamos a rir, porque, como divindade, não vemos senão um gato, um crocodilo ou uma serpente». ¹⁷⁰

Os gregos que visitavam o Egito não cabiam em si de espanto diante do inusitado espetáculo da adoração de carneiros, serpentes, gatos, bois, etc. Em Mênfis cultuava-se o boi Ápis, considerado a encarnação de Ptah; em Tebas havia o carneiro de Âmon, em Busíris o bode de Osíris, em Faium o crocodilo de Sebek, em Bubástis a gata de Bástis, nos templos de Hórus, o falcão, nos de Hathor, a vaca, nos de Anúbis, o chacal, etc.

O culto ¹⁷¹ oficial dos animais era dirigido a um só indivíduo da espécie, escolhido de acordo com determinados sinais e a seguir entronizado no recinto sagrado separado do templo propriamente dito. Aí recebia as oferendas dos fiéis. Anotemos a observação de Erman: «Esses ani-

mais tinham, a acreditarmos em seus adoradores, algo de divino e se um deus desejasse uma vez mostrar-se aos humanos, deveria certamente fazê-lo sob uma forma correspondente a seu ser. Mas, bem entendido, o deus não reside em cada vaca ou em cada crocodilo; malgrado todo o respeito com que um crente deve cercar esses animais, a carência e a necessidade são mais fortes que a fé e, se um dia for necessário, êle abaterá a vaca e matará o crocodilo, e isso não será um crime». ¹⁷²

Com o correr do tempo, o povo passava a considerar sagrado não só um indivíduo de certa espécie mas a espécie inteira. Explicam-se assim as sangrentas lutas que, em pleno domínio de Roma, certos nomos mantiveram entre si por causa de seus animais sagrados. Sob Ptolomeu XII, um cidadão romano quase foi linchado pela multidão apenas por haver matado um gato. ¹⁷³ Ao morrerem, os animais sagrados eram cuidadosamente mumificados e sepultados em cemitérios especiais como, v.g., o dos bois Ápis em Mênfis ou o dos macacos descoberto recentemente perto de Hermon.

Qual a origem desse estranho culto e qual a razão de ser do mesmo? Não resta dúvida que em épocas bem remotas existia a zoolatria no Egito. Já a Pedra de Palermo alude a uma festa do boi Ápis no fim da I dinastia. Talvez encontrássemos a origem do culto dos animais numa época em que, sendo a estatuária ainda desconhecida, se procurasse adorar os deuses em animais que simbolizassem suas qualidades essenciais. «E' provável que os animais sagrados tenham sido antigos deuses. Bergson, que se preocupou com essa questão, parece ter-lhe dado uma resposta da maneira mais satisfatória, quando escreveu: «Notar-se-á que é em razão de uma propriedade característica que o animal é adorado. No antigo Egito, o touro figurava o poder de combate; a leoa era destruição; o abutre, tão cuidadoso com seus filhotes, era a maternidade». Que dizer então dos animais prejudiciais que os egípcios igualmente adoraram? Bergson admite então que, ao lado desse culto prestado aos animais, em razão de sua utilidade, de suas qualidades ou de suas «virtudes», existiu, na base deste culto animal, a religião totêmica das origens, que vemos desde o início da Pré-história e cujas manifestações encontramos tanto nas tribos ainda «selvagens» de nossos dias como nas representações figuradas que os «primeiros homens» deixaram sobre as paredes de suas grutas-santuários na França e na Espanha». ¹⁷⁴

k) *Os deuses e as lendas populares.* — Já vimos que o povo egípcio tinha predileção pelos contos. Entre os personagens desses contos figuraram muito cedo os próprios deuses que perdiam seu caráter inacessível, ao serem apresentados com os defeitos e virtudes próprios do ser humano. Tais lendas divinas foram surgindo em diferentes regiões, espalharam-se pelo país, fundiram-se com outras tradições e constituíram um fundo lendário comum do povo egípcio. A própria religião oficial dos sacerdotes e dos templos não pode subtrair-se à influência popular. «Pode-se afirmar, sem cometer exagero, que essas lendas

transformaram os deuses egípcios em seres vivos com traços bem pessoais. Foram elas também que fizeram com que se tivesse simpatia por um deus e aversão por outro. E', unicamente, graças à lenda, que Isis se tornou uma deusa benévola, Thoth o mais justiceiro de todos os juizes e Seth, finalmente, um deus do mal». ¹⁷⁵

A mais famosa dessas lendas é a que tem como personagem central Osíris. São múltiplas as versões da lenda de Osíris e, embora tenha sido incorporada desde cedo à religião oficial, sua origem popular parece indiscutível. Os textos das Pirâmides aludem à versão da lenda como existia no Antigo Império; uma estela, que se encontra no Louvre, permite reconstituir a narrativa como era conhecida sob a XVIII dinastia; a exposição de Plutarco apresenta uma versão mais recente. Eis, extraídos das diversas versões, alguns dos pontos principais da célebre e popular lenda: Osíris, filho mais velho de Geb (o deus-terra) e de Nut (a deusa-céu), torna-se herdeiro de uma império que abrange o universo todo. Rei justiceiro e vitorioso, é assistido por Isis, sua fiel esposa. Seth, irmão invejoso de Osíris, atrai o rei para uma cilada, mata-o e joga o cadáver na água. Segundo uma das versões, o cadáver é colocado num cofre que vai até a cidade fenícia de Biblos de onde é levado para o Egito por Isis. Osíris ressuscita, mas para reinar no além-túmulo, onde vai julgar os mortos. Hórus, filho de Osíris, castiga Seth e sucede definitivamente ao pai no trono. «Todos os egípcios se deixaram seduzir por esta bela lenda tão profundamente humana, que traduz da melhor maneira o preço das virtudes familiares: fidelidade conjugal, amor materno, piedade filial, e que coroa o triunfo da justiça. O sucesso mesmo da lenda lança sobre a alma do povo, que a repetiu durante séculos, nobres luzes». ¹⁷⁶

1) *As sínteses doutrinárias.* — O culto era a base da religião egípcia, o que, porém, não impediu a elaboração de sínteses teológicas entre as quais as mais célebres foram a de Heliópolis e a de Hermópolis. *Heliópolis*, uma das mais antigas cidades do Egito, foi sempre um centro religioso e intelectual de primeira categoria. Seus teólogos ensinavam que na origem dos tempos existia um oceano tenebroso, espécie de caos, massa líquida inerte chamada *Nun*; em virtude de seu próprio poder, o sol (Atum) saiu do caos primordial dando origem aos dois primeiros deuses que personificam o ar e a umidade. Esses geram o céu e a terra que, por sua vez, produzem Osíris e Isis, Seth e Neftis. Esses quatro pares de deuses formam com Atum a enéada divina de Heliópolis. «O lugar atribuído a Osíris e a Isis no mito heliopolitano é digno de nota. Prova, ao que parece, que, no momento em que se constituiu esse mito, a lenda de Osíris estava já formada e havia tomado um lugar bastante significativo nas crenças populares a tal ponto que se tornou impossível não levá-la em conta. Os doutores de Heliópolis, em vez de negligenciá-la, preferiram dar-lhe um lugar em sua exposição». ¹⁷⁷ A doutrina de *Hermópolis* parece estar relacionada com uma reação contra a hegemonia heliopolitana. Segundo a teologia

de Hermópolis, o sol teria saído de uma octóade de deuses que prepararam sua vinda e cujos membros têm a forma de rãs ou de serpentes. Os deuses primitivos fizeram um ovo, e deste ovo nasceu o sol que, em seguida, criou e organizou o mundo atual.¹³

Outros santuários, como os de Mênfis e de Tebas, sofreram a influência das doutrinas de Heliópolis e Hermópolis.

Não podemos encerrar este rápido estudo sobre a teologia egípcia sem fazer menção ao período «herético» inaugurado por Amenófis IV, que passou a chamar-se Akenaton (servidor de Aton). O conteúdo dessa crença encontra-se nos hinos e preces dos túmulos de Tell-el-Amarna, região em que foi fundada a nova capital consagrada à divindade dominante. A inovação religiosa de Amenófis IV era um desenvolvimento lógico da reação que no reinado de seu antecessor se esboçava contra o predomínio de Âmon e em favor das antigas tradições heliopolitanas de devoção ao sol. A reforma de Akenaton, entretanto, foi muito além da doutrina heliopolitana: considerou Aton, o disco solar, representado por um sol cujos raios se terminam em mãos abaixadas para a terra e prontas para a ação, como deus único e universal, prescrevendo o culto de todas as demais divindades. Pirenne traça-nos este vigoroso retrato da personalidade do faraó reformador religioso e de suas concepções: «Espírito profundamente místico, imbuído de idéias humanitárias e igualitárias, que se formaram na concepção religiosa da igualdade dos homens diante de Deus, ele se destaca inteiramente do plano nacional. Ele próprio, aliás egípcio por seus antepassados paternos, ariano pelo lado materno, semita por parte da avó, representa em sua pessoa todas as raças do império. Concebe o mundo como uma entidade submetida a um só Deus que, sem dúvida, formou as raças e as nações, mas do qual todos os homens são, sob o mesmo título, as criaturas. Libertando-se do simbolismo e dos arcaísmos que embaraçavam a religião egípcia, proclama o monoteísmo absoluto para o qual ela tendia. Realizando a maior revolução religiosa que jamais foi tentada por um soberano, aboliu os cultos de todos os deuses, para substituí-los unicamente pelo culto do deus Aton, criador do mundo, que ele representa entre os homens. Aton não é, de resto, um deus novo, é o deus supremo, tal como o havia concebido a cosmogonia solar, mas reduzido à sua única qualidade de criador. Figurado pelo disco solar que dispensa aos homens, por seus raios, a vida e a justiça, é liberado de toda mitologia e de todo simbolismo; é espírito puro. O culto que lhe é prestado no decurso dos grandes ofícios públicos é, essencialmente, um ato de fé, de esperança e de amor».¹⁷⁹ O deus de Akenaton age sozinho, sem intermediários, diretamente. «Foi o único demiurgo; continua a ser o único dispensador cotidiano da força vital a tudo o que existe e que, por sua graça, renasce a cada aurora. Por seu lado, a natureza inteira manifesta sua gratidão, usando livremente o calor reencontrado: os seres humanos, indo ao trabalho, os animais pastando, as aves saltando dos ninhos, os barcos descendo ou subindo o rio, os peixes pulando, tudo entra em comunhão na harmonia

universal por ele desejada e da qual é o supremo organizador». ¹⁸⁰ Estamos, pois, diante de um verdadeiro monoteísmo que, entretanto, não conseguiu impor-se no Egito porque o país não apresentava condições religiosas para o triunfo de tal crença. Aliás, note-se que, estudando o problema do monoteísmo no Egito, Drioton chega à conclusão de que, ao lado do politeísmo, existiu em todas as épocas da História Egípcia uma verdadeira doutrina monoteísta que foi transmitida, principalmente, pelos livros sapienciais usados nas escolas de escribas e que repercutiam em todas as classes instruídas. ¹⁸¹

m) *O culto.* — Falemos, em primeiro lugar, do culto oficial. Este se realizava no templo, verdadeiro palácio construído de pedra para durar uma eternidade, porque os deuses eram eternos. As ruínas majestosas dos templos do Novo Império dizem bem da magnificência que cercava o culto divino no Antigo Egito.

Quem penetrasse no recinto sagrado sentia a luz desaparecer gradativamente e via-se cercado por uma penumbra misteriosa e silenciosa que convidava ao recolhimento.

Teoricamente o único sacerdote era o próprio faraó, único mediador entre a humanidade, de que ele fazia parte, e os deuses de cuja natureza ele também participava. Explica-se, assim, por que nos baixos-relevos dos templos aparece quase que somente o soberano como oficiante do culto divino. Na realidade, o serviço religioso era executado por um numeroso clero a que já fizemos referência.

O ritual do culto prestado ao deus no santo dos santos dos templos egípcios só era presenciado pelos iniciados. Podemos reconstituí-lo hoje graças aos baixos-relevos dos templos e aos textos litúrgicos encontrados em papiros. O sacerdote, devidamente purificado e com vestes sumárias, penetrava no mistério do santuário e aí, diante do ídolo de madeira dourada, de dimensões médias, praticava o ritual cotidiano: prosternava-se, espalhava ungüentos sobre a estátua, incensava-a, recitava hinos de adoração. «Até então a estátua não passava ainda de um objeto inanimado. O sacerdote lhe dará a vida apresentando-lhe sucessivamente o olho arrancado a Hórus, por seu inimigo Seth, e reencontrado pelos deuses, e uma estatueta de Maat, a Verdade, filha de Râ. O deus é em seguida tirado para fora do *naos*. O oficiante procede à sua toalete como se fizesse a *toalete* do rei. Lava-o, incensa-o, veste-o, perfuma-o, repõe-no no *naos* e coloca diante dele os elementos de uma refeição que era em seguida consumida inteiramente pelo fogo. Após as últimas purificações com natrão, com água e terebinto, o culto está terminado». ¹⁸²

Os egípcios também abatiam vítimas à semelhança dos semitas; tal ato porém se fazia à parte, sem ato religioso e sem maior «interesse» da parte da divindade. ¹⁸³

O povo egípcio não participava, evidentemente, das cerimônias do santuário; entrava, porém, em contacto com a divindade por ocasião das

grandes festas tão características do Egito Antigo e às quais Heródoto alude: «Em todo o caso foram os egípcios os primeiros homens que celebraram as grandes festas religiosas nacionais, as procissões em honra dos deuses ou acompanhando as oferendas». ¹⁸⁴ Nesses dias as estátuas divinas eram transportadas para fora do recinto sagrado e os sacerdotes depositavam-nas, durante o percurso da procissão, em capelas preparadas para esse fim, nas quais recebiam a adoração do povo.

Ao lado do culto oficial, existiu no Egito Antigo o culto pessoal dos fiéis. Encontramos vestígios dessa piedade popular assinalada por Heródoto em inscrições, máximas escritas em escaravinhos e até em modestas estelas. Esse culto pessoal encontrava, entretanto, um obstáculo na quase impossibilidade de penetração no recinto do templo. A grande massa de fiéis devia contentar-se mesmo com as procissões, as capelas, as necrópoles e as estátuas divinas existentes nos lares.

n) *A vida de além-túmulo.* ¹⁸⁵ — As fontes para o estudo das crenças e costumes funerários dos antigos egípcios são excepcionalmente abundantes. Figuram, em primeiro lugar, os próprios túmulos construídos com cuidado para durarem eternamente. Aos túmulos juntam-se as numerosas inscrições, as fórmulas mágicas, etc. Os *Textos das Pirâmides* (compilação do Antigo Império gravada principalmente no interior de pirâmides da V e da VI dinastias), os *Textos dos Sarcófagos* (compilações que remontam à IX dinastia), o *Livro dos Mortos* (compilação que substituiu os *Textos dos Sarcófagos* no início da XVIII dinastia) e, finalmente, várias composições sistemáticas encontradas no Vale dos Reis constituem fontes preciosas para o estudo das idéias dos egípcios sobre o além-túmulo.

Os egípcios acreditavam que o ser humano se compunha do corpo e de mais dois elementos mais ou menos espirituais e independentes da matéria: o *ba* (representado por um pássaro com cabeça humana), que seria a alma, e o *ka* «no qual certos egiptólogos quiseram ver um reflexo imaterial do corpo, um «duplo», e outros, mais recentemente, um gênio protetor que nascia com o homem e que tomava cuidado dele após sua morte». ¹⁸⁶ Para onde iria a parte espiritual do homem, após a morte? Não é fácil resumir as diferentes transformações que a crença na imortalidade sofreu, entre os egípcios, no decorrer de milênios. Vamos chamar a atenção do leitor para três pontos principais relacionados com a vida de além-túmulo e, finalmente, lembrar o sincretismo das crenças relativas à outra vida realizado pelos egípcios a partir do *Médio Império*. Uma crença antiquíssima estabelecia que o princípio imaterial do ser humano continuava a vida, após a morte, em estreita relação com o cadáver. Essa crença persistiu em todos os séculos da História Egípcia e foi a idéia motriz de todas as realizações de caráter funerário da arte egípcia. O reino dos mortos era um reino subterrâneo onde os defuntos desempenhavam uma atividade semelhante às suas ocupações terrenas. Esses habitantes do mundo sub-

terrâneo corriam, entretanto, um sério perigo: morrer uma segunda vez, o que equivalia a morrer definitivamente. Tal morte poderia ocorrer no caso de falta de alimentação e seria evitada pelas oferendas no culto funerário. Os vivos que não cumprissem sua obrigação estavam sob a constante ameaça do castigo dos mortos.

Além da crença no mundo subterrâneo dos mortos, existia também a crença em paraísos mais atraentes e acolhedores. Tais idéias escatológicas generalizaram-se com determinados cultos como por exemplo o culto de Osíris e o culto do Sol. O céu de Osíris ficava no «Ocidente», região extraterrena; o reino de Osíris era identificado ora como o campo das oferendas ou ainda campo Ialu que os gregos chamavam «Campos Elíseos». «Era o paraíso que Osíris reservava a seus fiéis». ¹⁸⁷

Um episódio curioso da vida de além-túmulo exposto no capítulo 125 do *Livro dos Mortos* é o julgamento dos mortos. «Eis aí um aspecto moral que a lenda osiriana introduziu na fé egípcia; doravante não seria mais o homem poderoso e nobre que venceria a morte, mas o justo e o inocente». ¹⁸⁸

A crença em Osíris como juiz dos mortos existia desde o Antigo Império, mas só adquiriu pleno desenvolvimento e aceitação a partir do Médio Império. A famosa cena do julgamento (psicostasia: pesagem das almas) pode, em linhas gerais, ser assim descrita: Osíris, sentado em um trono, preside a reunião assessorado por quarenta e dois juízes; estão presentes também Hórus, Anúbis, Thoth e o *devorador* dos mortos, animal fabuloso cujas diferentes partes do corpo lembram um crocodilo, um leão e um hipopótamo. Hórus e Anúbis apanham o coração do defunto e verificam, na grande balança, se há um equilíbrio entre aquele órgão e a estátua ou outro símbolo da deusa da justiça Maât. Thoth, o escriba dos deuses, anota o resultado e comunica-o a Osíris. O condenado é entregue ao devorador, o justificado é levado a Osíris por Hórus. Curiosa é a defesa que o defunto faz de si mesmo ao entrar na sala e que consiste, principalmente, em duas confissões negativas em que a alma proclama sua inocência. Assim, entre outras coisas, o defunto declara:

Não cometi injustiças contra os homens.

Não maltratei os animais.

Não fiz o mal em lugar da justiça.

Não blasfemei contra Deus.

Não empobreci um pobre.

Não fiz sofrer.

Não fiz chorar.

Não matei. Etc., etc.

Tais confissões revelam, inegavelmente, uma consciência moral elevada que necessariamente teria influído na conduta ética dos egípcios. Concluamos esse breve estudo sobre as crenças escatológicas dos egípcios. Extraíndo de cada sistema teológico o que mais lhe agradava e impressio-

nava, «o egípcio chegou a compor para si um programa médio de seu destino de além-túmulo: passar o dia na sombra fresca de seu túmulo, aproveitando as provisões que seus descendentes lhe levariam ou que a magia lhe procuraria; ao cair da noite, chegar à barca do Sol, detê-la, tomar lugar para atravessar o horizonte e penetrar assim, com toda a segurança, nas regiões inacessíveis e perigosas do além; deter-se, se quisesse, nos campos de Osíris, ou em qualquer outro paraíso em que pudesse encontrar passatempos agradáveis; no momento em que o sol se dispusesse a abandonar esses países fabulosos, que iriam, por sua vez, ser mergulhados nas trevas, reentrar na barca de Rê, atravessar nela o horizonte e renascer com ela no dia terreno; apressar-se enfim em regressar a seu túmulo sob a forma de pássaro com cabeça humana, que a tradição emprestava às almas para essas peregrinações. Tal foi em definitivo o ideal póstumo da maior parte dos egípcios a partir do Médio Império».¹⁹⁹

13. O Legado

a) *Introdução.* — Desde a época em que começa a História propriamente dita, encontramos os egípcios em relação com terras e povos distantes. Do alto Nilo às praias do Mar Vermelho e à Bacia Mediterrânea, os egípcios estenderam a influência de sua milenar civilização. Desaparece assim a idéia antiga de que o Egito teria vivido outrora em completo isolamento. «Fragmentos de vasos egípcios de pedra foram encontrados em estratos inferiores das escavações cretenses, enquanto que em uma ilha do arquipélago grego foi achada uma vasilha que fazia parte dos adornos de um templo solar que pertencia à V dinastia. Em Biblos, na costa da Síria, existiu um templo egípcio que não era posterior à II dinastia, e as relações entre os dois países permaneceram ininterruptas até o fim do Antigo Reino».²⁰⁰

Se é fácil estabelecer o fato dos múltiplos contactos do Egito com outros povos, torna-se difícil e, às vezes, até mesmo impossível, discernir até que ponto e em que aspectos das civilizações estrangeiras se fez sentir a influência da cultura egípcia. Anotaremos, a título de exemplo, a provável influência egípcia no setor das Artes, Ciências, Filosofia, Escrita e Religião.

Como tais influências são, às vezes, discutíveis, indicamos sempre a fonte utilizada e a ela remetemos o leitor desejoso de maiores esclarecimentos.

b) *As artes.* — No Oriente notam-se ornamentos artísticos de inspiração egípcia. «Os palácios de Persépolis, os marfins da Síria ou de Nimrod, as terrinas talhadas conhecidas como «fenícias», os ornamentos dos tecidos e bordados em vários países, revelam o alcance da difusão dos desenhos egípcios pelo mundo, desde as montanhas da Pérsia até as margens do Mediterrâneo».²⁰¹

Teria a arte egípcia influenciado o desenvolvimento da arte grega? O assunto tem dado lugar a intermináveis debates nos quais se exagera para mais ou menos a contribuição egípcia. Inegável entretanto é o fato de que o contacto entre os gregos e egípcios coincide com o rápido desenvolvimento da arte helênica na Grécia e na Jônia. Tal fato foi reconhecido pelos antigos e o próprio Pausânias observa a sobrevivência, nos velhos santuários, de estátuas com a nítida inspiração egípcia.¹⁹²

c) *As ciências.* — Teria a ciência egípcia influído no desenvolvimento da ciência grega? Com relação, por exemplo, à geometria egípcia os autores gregos «admitiam que os egípcios haviam inventado a geometria e que haviam ensinado a mesma aos geômetras gregos. À primeira vista essa dedução parece justificada; com efeito, desde o Médio Império e, sem dúvida, bem antes, numa época em que os gregos ainda não ocupavam a Hélada, os egípcios calculavam corretamente a superfície do retângulo e, parece, a do triângulo e tinham uma boa aproximação da superfície do círculo».¹⁹³

Quanto à medicina, não há que negar a influência egípcia. Um episódio da *Odisséia* (Livro IV) revela-nos a antiguidade dessa influência; declara-se aí que os egípcios ultrapassam a todos os povos em conhecimentos médicos. Com efeito, os gregos, quando procuravam adquirir e ampliar seus conhecimentos médicos, buscavam os antigos ensinamentos da ciência egípcia. Encontramos em obras de autores gregos traduções quase literais de prescrições médicas existentes em velhos papiros egípcios.¹⁹⁴ Segundo Naguib Riad, Hipócrates, o pai da Medicina, esteve durante três anos no Egito onde se aprofundou nos conhecimentos milenares da terra dos faraós.¹⁹⁵ O mesmo autor aponta, entre outras expressões relacionadas com a medicina, a palavra *farmácia* como derivada, através do grego *phármakon*, do egípcio Ph-ar-maki (= que procura com segurança).¹⁹⁶ Concluindo seu estudo sobre o legado egípcio às ciências médicas, Warren Dawson¹⁹⁷ afirma: «Pode dizer-se, em termos gerais, que a medicina popular de quase todos os países da Europa e do Oriente Próximo se deve em grande parte à origem egípcia que, em suas emigrações diversas, conservou sua forma atávica quase intacta através das idades...» O mesmo autor lembra que muitas drogas de popularidade universal (como o óleo de rícino) foram usadas primeiramente pelos egípcios. As obras de Plínio, Dioscórides, Galeno e a própria coleção hipocrática mencionam drogas conhecidas por meio dos egípcios.¹⁹⁸

d) *A filosofia.* — Estudando a filosofia egípcia, Masson-Oursel encontra no pensamento egípcio precedentes do «conhece-te a ti mesmo» de Sócrates, do exame de consciência dos estóicos e ainda as prováveis fontes do dualismo platônico. Para o mesmo autor,¹⁹⁹ «dos pré-socráticos ao Neo-platonismo, o pensamento grego se encerrou nos modos egípcios de representação».²⁰⁰ Pirenne afirma que a influência egípcia foi direta no espiritualismo de Xenófanés e no misticismo de Pi-

tágoras, e indireta no pensamento de Heráclito e seus sucessores. Até que ponto teria o grande Platão aproveitado em suas elucubrações filosóficas as aquisições feitas durante a estadia na terra dos faraós? Segundo Estrabão, os egípcios mostravam a casa dos sacerdotes e o lugar que haviam sido habitados por Platão e Eudoxus; «os dois filósofos viviam juntos em Heliópolis e, segundo certos historiadores, habitaram treze anos com os sacerdotes. Depois de um certo tempo, por meio de muitas delicadezas, atenções e polidez, acabaram por obter desses sacerdotes, homens muito instruídos em astronomia e medicina, o conhecimento de certos problemas; mas os sacerdotes ocultaram-lhes, não obstante, a maior parte de seu saber».²⁰¹ Não pretendemos discutir a exatidão do relato do conhecido geógrafo; certa é a estadia de Platão no vale do Nilo e inegável a influência egípcia em sua obra. Pirenne apresenta a seguinte discutível interpretação da influência egípcia em Platão: «Retomando à teologia egípcia sua metafísica idealista que encara Deus como a consciência do mundo e faz de suas idéias a verdadeira realidade, Platão constrói a «teoria das idéias», identifica Deus com o conhecimento, o bem e a vida, e faz da bondade divina a transição entre Deus, realidade suprema, e o mundo criado no qual ela se exprime. Encontra-se no Platonismo a concepção egípcia da criação segundo a qual a matéria não é criada mas talhada pelo pensamento divino, e também a da alma formada simultaneamente de inteligência, emanção da consciência divina, e de vontade, elemento pessoal de cada criatura humana. Ao conceber a vida do além como o retôrno da alma a Deus, e a moral como a prática da Harmonia, isto é, da justiça, Platão nada mais fazia que traduzir, em uma forma filosófica, as idéias religiosas do Egito».²⁰²

e) *A religião.* — Um capítulo curioso da influência da civilização egípcia é o estudo das repercussões distantes no tempo e no espaço dos ensinamentos tradicionais da antiga religião egípcia. Os navegantes e comerciantes egípcios levavam a toda parte o culto de seus deuses. Em breve eles se confundiram com as divindades helênicas e penetraram no Ocidente. «Os deuses egípcios penetram mais adiante no Ocidente; ganham agora a Itália meridional, depois Roma, onde se encontra uma comunidade egípcia já sob Sila».²⁰³ A divulgação do culto de Ísis é algo assombroso. «Ela passava por ser a deusa da fecundidade, dos astros, dos infernos, do mar, da beleza, da maternidade, a deusa do castigo, da felicidade, da salvação, a Mãe Universal (Panthea); navegantes, mulheres, doentes, notadamente os estropiados, esses que tinham necessidade de conforto de toda espécie, adoravam-na com entusiasmo; a grande mágica egípcia e seu parceiro Osíris-Serápis deviam tirar de embaraço em todos os casos desesperados. Em sua marcha triunfal ela atravessou o império romano inteiro e se, em Tácito (Germania 9), a Ísis dos suevos, com seu emblema em forma de bar-

ca, não é a deusa egípcia, ela mostra, com evidência, com que facilidade as figuras aparentadas receberam seu nome».²⁰⁴

Estudando o calendário egípcio, Erman e Ranke observam que os egípcios «contribuíram grandemente para o desenvolvimento das superstições que se ligam ao calendário e que se convencionou chamar determinação dos dias fastos e nefastos. Esta idéia, muito espalhada na Antiguidade e, até certo ponto, ainda em nossa época, parece ter estado bem desenvolvida no Egito em tempos antiqüíssimos».²⁰⁵

f) *A escrita.* — Entre as hipóteses sobre a origem do alfabeto fenício, foi clássica a teoria segundo a qual os caracteres fenícios teriam origem egípcia. Sem discutirmos os prós e os contras dessa tese, limitar-nos-emos a observar que «as escavações empreendidas na Síria depois de 1918 mostraram que a influência da civilização egípcia sobre a Fenícia e, em particular, sobre Biblos remontava muito longe, ao início do III milênio e, provavelmente mais longe, à época tinita. Em Biblos mesmo lia-se e escrevia-se correntemente o egípcio durante a primeira metade do II milênio, isto é, na época mesma em que parece ter sido elaborado o alfabeto fenício».²⁰⁶

g) *Os papiros.* — Não poderíamos encerrar a presente resenha sobre as possíveis e prováveis contribuições egípcias à civilização sem mencionar o fornecimento do papiro egípcio a toda Antiguidade. Os egípcios possuíam um método especial para a fabricação do papiro e no mundo antigo foram os únicos fornecedores do precioso material para a escrita. «Através da era clássica da Grécia era de uso corrente; e mais, sem um material como este, relativamente barato e conveniente, a literatura e as ciências a duras penas teriam podido alcançar o desenvolvimento que lograram ou, ao menos, sua difusão e sobrevivência teriam sido muito mais difíceis. O Egito abasteceu todo o Império Romano desde a muralha de Hadriano ao Eufrates, desde o Danúbio até a primeira catarata, e o papiro era empregado com tanta naturalidade por Irineu nas Gálias como por Orígenes em Alexandria».²⁰⁷

Concluamos com as palavras, talvez exageradas, de J. Capart. «Chegou o tempo de colocar as aquisições dos egípcios na linha de ascensão das civilizações modernas... O Egito, situado no pivô da articulação de três continentes do velho mundo, esteve, sob o ponto de vista *material, intelectual e moral*, na «fonte» mesmo de nossa civilização. E' uma razão para estudá-lo com simpatia e com o desejo de conhecê-lo cada vez mais».²⁰⁸

¹ Erman e Ranke, *La civilisation*, p.8.

² Sobre Heródoto e o Egito, consultar Le Grand, Hombert, Guastalla e Magne (*Literatura*). Le Grand, p.30, Guastalla, p.35.

³ Jéquier, *Histoire*, pp.14-15.

⁴ Farina, *Grammaire*, p.13.

⁵ Meillet, *Les langues*, p.85. Capítulo escrito por Marcel Cohen.

⁶ Erman, *l'égypte*, p.25.

⁷ Février, *Histoire*, p.569.

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ Legrand, *Herodote...*, p.22.

- ¹⁰ Erman-Ranke, *La civilisation*, p.25.
- ¹¹ Idem, *ibidem*.
- ¹² Erman, *l'Égypte*, p.14.
- ¹³ Baud, *Égypte*, p.9.
- ¹⁴ Aymard-Auboyer, *Orient* (1), p.43.
- ¹⁵ Citado em Berr, *En marge*, p.127 (*Le Nil et la Civilisation égyptienne* par A. Moret, p.97).
- ¹⁶ Citado em Berr, *En marge*, p.128 (Moret p.43).
- ¹⁷ Erman-Ranke, *La civilisation*, p.45.
- ¹⁸ Vallois, *Les races*, p.40.
- ¹⁹ Baud, *Égypte*, p.17.
- ²⁰ Erman-Ranke, *La civilisation*, p.48.
- ²¹ Furon, *Manuel*, p.361.
- ²² Idem, *ibidem*, p.366.
- ²³ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.11.
- ²⁴ Idem, *ibidem*, pp.161-162.
- ²⁵ Brion, *Histoire*, p.97.
- ²⁶ Idem, *ibidem*, p.96.
- ²⁷ Hall, *História antiga*, p.95.
- ²⁸ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.162.
- ²⁹ Brion, *Histoire*, p.98.
- ³⁰ Homo, *Histoire*, p.25.
- ³¹ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.42.
- ³² Idem, *ibidem*, p.151.
- ³³ Moret, *Histoire de l'Orient*, p.202.
- ³⁴ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.168.
- ³⁵ Pirenne, *Les Grands Courants*, p.25.
- ³⁶ Idem, *ibidem*, p.41.
- ³⁷ Hall, *História Antiga*, pp.208-209 e Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.281.
- ³⁸ Idem, *ibidem*, pp.209-210.
- ³⁹ Mayani, *Les Hyksos*, pp.116-117, cita Winlock, *The rise and fall of the Middle Kingdom in Thebes*, New York, 1947.
- ⁴⁰ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.328.
- ⁴¹ Pirenne, *Les Grands courants*, p.54.
- ⁴² Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.396.
- ⁴³ Yoyotte, *Égypte*, p.196.
- ⁴⁴ Idem, *ibidem*.
- ⁴⁵ Pirenne, *Les Grands courants*, p.70.
- ⁴⁶ Idem, *ibidem*, p.106.
- ⁴⁷ Hall, *História Antiga*, p.496.
- ⁴⁸ Idem, *ibidem*, p.497. Note-se: Esarhaddon em vez de Assarhadão.
- ⁴⁹ Yoyotte, *Égypte*, p.250.
- ⁵⁰ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.556.
- ⁵¹ Pirenne, *Les Grands courants*, pp.124-125.
- ⁵² Yoyotte, *Égypte*, p.252.
- ⁵³ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.585.
- ⁵⁴ Idem, *ibidem*.
- ⁵⁵ Aymard e Auboyer, *O Oriente* (1), pp. 22-23.
- ⁵⁶ Jéquier, *Histoire*, p.168.
- ⁵⁷ Erman e Ranke, *La civilisation*, p.70.
- ⁵⁸ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, pp.177-178 e 249.
- ⁵⁹ Idem, *ibidem*, p.439.
- ⁶⁰ Idem, *ibidem*, pp.443-444.
- ⁶¹ Erman e Ranke, *La civilisation*, p.135.
- ⁶² Erman, *La religion*, p.24.
- ⁶³ Erman e Ranke, *La civilisation*, p.376.
- ⁶⁴ Idem, *ibidem*, p.138.
- ⁶⁵ Montet, *La vie*, p.273.
- ⁶⁶ Aymard e Auboyer, *O Oriente* (1), p.59.
- ⁶⁷ Erman, Ranke, *La civilisation*, p.421.
- ⁶⁸ Idem, *ibidem*, p.422.
- ⁶⁹ Aymard e Auboyer, *O Oriente* (1), p.59.
- ⁷⁰ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.443.
- ⁷¹ Van Loon, *As artes*, p.42.
- ⁷² Erman e Ranke, *La civilisation*, p.599 e tb. Aymard e Auboyer, *O Oriente* (1), p.53.
- ⁷³ Montet, *La vie*, p.134.
- ⁷⁴ Erman, *l'Égypte des...* pp.238-239.
- ⁷⁵ Erman e Ranke, *La civilisation*, pp.601-602.
- ⁷⁶ Montet, *La vie*, pp.155-156.
- ⁷⁷ Citação extraída de Lefebvre, *Histoire des grands prêtres d'Amon de Karnak*, apud Montet, *La vie*, pp.161-162.
- ⁷⁸ Montet, *La vie*, p.337.
- ⁷⁹ Goldstein, *Derecho*, p.180.
- ⁸⁰ Heródoto, II, p.113.
- ⁸¹ Aymard e Auboyer, *O Oriente* (1), p.49.
- ⁸² Jéquier, *Histoire*, p.295.
- ⁸³ Idem, *ibidem*, p.185.
- ⁸⁴ Idem, *ibidem*, p.256.
- ⁸⁵ Idem, *ibidem*.
- ⁸⁶ Erman e Ranke, *La civilisation*, p.661.
- ⁸⁷ Idem, *ibidem*, p.662.
- ⁸⁸ Coimbra, *Revista de História* nº 25, p.261.
- ⁸⁹ Erman e Ranke, *La civilisation*, p.667.
- ⁹⁰ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.186.
- ⁹¹ Lauer, *Les problèmes*, p.202.
- ⁹² Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.187.
- ⁹³ Baud, *Guides bleus, Égypte*, p.187.
- ⁹⁴ F.T.D. *História Universal*, p.47.
- ⁹⁵ Baud, *Guides bleus, Égypte*, p.267. Plínio XXXVI, 17.
- ⁹⁶ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.189.
- ⁹⁷ Idem, *ibidem*, p.183.
- ⁹⁸ Gauthier, *História gráfica*, p.17.
- ⁹⁹ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.255.
- ¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, p.453.
- ¹⁰¹ Lavedan, *Histoire de l'Art, Antiquité*, p.93.
- ¹⁰² F.T.D., p.47.
- ¹⁰³ Idem, *ibidem*.
- ¹⁰⁴ Jéquier, *Histoire*, p.278.
- ¹⁰⁵ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.467.
- ¹⁰⁶ Naval. *Arqueologia*, p.113.
- ¹⁰⁷ Gauthier, *História Gráfica*, p.20; citação de G. Perrot, «*Historia del Arte en la Antigüedad*».
- ¹⁰⁸ Erman, *l'Égypte*, p.110.
- ¹⁰⁹ Yoyotte, *Égypte*, p. 166 e Erman et Ranke, *La civilisation*, p.483.
- ¹¹⁰ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.261.
- ¹¹¹ Idem, *ibidem*, p.475. Ver, contudo, nota 109.
- ¹¹² Erman, *l'Égypte des...* p.243.
- ¹¹³ Idem, *ibidem*, p. 268.
- ¹¹⁴ O leitor encontrará um resumo do problema e das principais soluções em Renié, Manuel (tom. II), p.531.
- ¹¹⁵ Bréhier, *Histoire*, p.8.
- ¹¹⁶ Idem, *ibidem*, p.7.
- ¹¹⁷ Riad, *La Médecine*, p.15.
- ¹¹⁸ Aymard e Auboyer, *O Oriente* (1), pp. 29-30.
- ¹¹⁹ Riad, *La Médecine*, p.128.
- ¹²⁰ Montet, *La vie*, p.261.
- ¹²¹ Durant, *História*, 1ª parte, *Herança Oriental*, t. 1, p.171.
- ¹²² Montet, *La vie*, p.252.
- ¹²³ Weiss, *H. Universal*, vol. I, p.677.
- ¹²⁴ Idem, *ibidem*.
- ¹²⁵ Montet, *La vie*, p.262.
- ¹²⁶ Erman e Ranke, *La civilisation*, pp. 192 ss.
- ¹²⁷ Idem, *ibidem*, p.419.
- ¹²⁸ Idem, *ibidem*, p.420.
- ¹²⁹ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.49.
- ¹³⁰ Lauer, *Les problèmes*, p.188.
- ¹³¹ J. Vercoutter em Taton, *La Science*, p.22.
- ¹³² Erman e Ranke, *La civilisation*, p.477.
- ¹³³ Heródoto II, p.109.
- ¹³⁴ Erman e Ranke, *La civilisation*, p.480.
- ¹³⁵ Idem, *ibidem*, p.481.
- ¹³⁶ Idem, *ibidem*, p.482.

- ¹²⁷ Warren R. Dawson, *Medicina* (cap. VII), El legado de Egipto, p.277.
- ¹²⁸ Riad, *La Médecine*, p.53.
- ¹²⁹ Warren Dawson, *El legado*, p.289.
- ¹³⁰ Heródoto II, 86, A tradução que apresentamos se encontra em Langer, *Pirâmides*, p.122. O leitor encontrará uma tradução um pouco diversa em Le Grand, *Heródote II*, p.121.
- ¹⁴¹ Riad, *La Médecine*, p.154.
- ¹⁴² Idem, *ibidem*, p.220.
- ¹⁴³ Erman e Ranke, *La civilisation*, p.471.
- ¹⁴⁴ Riad, *La Médecine*, p.207.
- ¹⁴⁵ Idem, *ibidem*.
- ¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, p.209.
- ¹⁴⁷ Idem, *ibidem*, p.243.
- ¹⁴⁸ Erman e Ranke, *La civilisation*, p.466.
- ¹⁴⁹ Idem, *ibidem*.
- ¹⁵⁰ Riad, *La Médecine*, p.251.
- ¹⁵¹ Riad, *La Médecine*, p.133.
- ¹⁵² Heródoto II, p.84.
- ¹⁵³ Riad, *La Médecine*, p.133.
- ¹⁵⁴ G. Lefebvre, em Taton, p.71.
- ¹⁵⁵ Heródoto II, p.37.
- ¹⁵⁶ Erman, *La religion*, p.18.
- ¹⁵⁷ Drioton, *La religion*, p.11.
- ¹⁵⁸ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.63.
- ¹⁵⁹ Drioton, *La religion*, p.11.
- ¹⁶⁰ Leif, *Esprit*, p.38.
- ¹⁶¹ Montet, *La vie*, p.267.
- ¹⁶² Leif, *Esprit*, p.38.
- ¹⁶³ Citado em F.T.D., t I, p.33.
- ¹⁶⁴ Drioton, *La religion*, pp. 13 ss.
- ¹⁶⁵ Erman, *La religion*, p.46.
- ¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, p.73.
- ¹⁶⁷ Drioton, *La religion*, p.21.
- ¹⁶⁸ Heródoto II, p.65.
- ¹⁶⁹ Langer, *Pirâmides*, p.65.
- ¹⁷⁰ Idem, *ibidem*.
- ¹⁷¹ Drioton et Vandier, *l'Égypte*, p.81.
- ¹⁷² Erman, *La religion*, pp.25-26.
- ¹⁷³ Drioton, *La religion*, p.23.
- ¹⁷⁴ Brion, *Histoire*, p.66. A obra de Bergson citada é: «Les deux Sources de la Morale et de la Religion».
- ¹⁷⁵ Erman, *La religion*, p.86.
- ¹⁷⁶ Bardy, *Les Religions*, p.46.
- ¹⁷⁷ Idem, *ibidem*, p.42.
- ¹⁷⁸ Idem, *ibidem*.
- ¹⁷⁹ Pirenne, *Les Grands courants*, p.66.
- ¹⁸⁰ Aymard e Auboyer, *Oriente* (1), p.75.
- ¹⁸¹ Drioton, *La religion*, p.40.
- ¹⁸² Montet, *La vie*, p.273.
- ¹⁸³ Drioton, *La religion*, p.75.
- ¹⁸⁴ Heródoto II, p.58.
- ¹⁸⁵ Drioton, *La religion*, pp.107 ss.
- ¹⁸⁶ Drioton, *La religion*, p.109.
- ¹⁸⁷ Drioton, *La religion*, p.111.
- ¹⁸⁸ Erman, *La religion*, p.262.
- ¹⁸⁹ Drioton, *La religion*, p.125.
- ¹⁹⁰ Capart, *El legado*, (Cap. sobre a arte), p.182.
- ¹⁹¹ Idem, *ibidem*, p.184.
- ¹⁹² Idem, *ibidem*, p.185.
- ¹⁹³ Vercoutter em Taton, *Histoire Générale*, pp.33-34.
- ¹⁹⁴ Riad, *La Médecine*, p.134.
- ¹⁹⁵ Idem, *ibidem*, pp.119 ss.
- ¹⁹⁶ Idem, *ibidem*, p.43.
- ¹⁹⁷ Dawson, (*El legado*), p.300.
- ¹⁹⁸ Bréhier, *Histoire*, pp.39-40.
- ¹⁹⁹ Idem, *ibidem*, p.40.
- ²⁰⁰ Pirenne, *Les Grands courants*, p.190.
- ²⁰¹ Riad, *La Médecine*, p.304.
- ²⁰² Pirenne, *Les Grands courants*, pp.191-192.
- ²⁰³ Erman, *La religion*, p.477.
- ²⁰⁴ Anwander, *Les Religions*, pp.199-200.
- ²⁰⁵ Erman e Ranke, *La civilisation*, p.452.
- ²⁰⁶ Février, *Histoire*, pp.189-190.
- ²⁰⁷ Roberts, (C. H. Roberts), autor do capítulo «Os papiros gregos» em «El legado... de Egipto», (Univ. Oxford), pp.380-381.
- ²⁰⁸ Citado em Riad, *La Médecine*, p.44. Ver tb. *Histoire de l'Orient Ancien, L'Égypte des Pharaons* par Jean Capart (Hachette-histoire racontée à tous) p.143.



Músicos assírios com vários instrumentos de corda e uma flauta dupla

CAPÍTULO IV

A MESOPOTÂMIA

Introdução

Escrevendo um resumo da História dos Povos do Próximo Oriente, André Parrot lembra o adágio: «Ex oriente lux», e comenta: «E', literalmente, o enunciado de uma verdade de fato, válido não somente para o mundo dos astros — é no oriente que o sol surge no horizonte toda manhã — mas que se verifica nos mais diversos domínios: não só no da Fé (as três religiões monoteístas do globo, Judaísmo, Cristianismo, Islamismo, aí nasceram) mas também no da civilização da qual o Ocidente, por intermédio dos Fenícios, dos Gregos e dos Romanos, recolheu a herança.¹

Ainda o mesmo orientalista acentua que entre as civilizações do Próximo Oriente «a Mesopotâmia antiga brilha com um esplendor todo particular». ² Com efeito, a região do Tigre e do Eufrates, encruzilhada multimilenar a marcar o encontro dos mais diferentes povos, constituiu na Antiguidade um verdadeiro cadinho em que se fundiram as contribuições de diversas civilizações e cuja influência se perpetuou pelos séculos em fora. A antiguidade da civilização no vale dos dois rios rivaliza com a antiguidade no vale do Nilo. «Conhecer uma civilização de uma antiguidade tão venerável seria já interessante por si mesmo, mas, para nós, povo latino, que nos sentimos ligados à Grécia e a Roma, o interesse deste estudo se torna ainda maior. Atrás da Grécia se projeta a civilização assírio-babilônica que a domina com todo o prestígio de seu passado, e quanto mais aprendemos a conhecer o velho Oriente, tanto mais a jovem Grécia nos aparece como sua tributária; é da Ásia Anterior que a Grécia nascente extraiu sua civilização primitiva; é da Baixa Mesopotâmia, do país de Sumer, que vêm os primeiros princípios em que ela se inspirou e que deram à sua vigorosa personalidade a ocasião de seu progresso. Por mais enfraquecidas que sejam as influências orientais que os gregos nos tenham transmitido, não devemos desconhecê-las; a Assíria-Babilônia é o antepassado do qual a Grécia, e posteriormente nós mesmos, somos, ao menos em alguns pontos, os herdeiros». ³

1. Fontes

a) *Fontes clássicas.* — Antes das descobertas arqueológicas, as fontes para os estudos sobre a Antiga Mesopotâmia eram os autores gregos (principalmente Heródoto) e a Bíblia. Aqueles são, em geral, imprecisos; esta só expõe os acontecimentos históricos à medida que os mesmos estejam, de certo modo, relacionados com a História dos Hebreus. Das Sagradas Letras permaneceu, durante séculos, a impressão profunda da destruição daqueles impérios outrora poderosos, que um dia se interpuseram no caminho do povo eleito. Por muito tempo ninguém suspeitou que os montículos dos desertos mesopotâmicos encerravam o segredo de brilhantes civilizações.

b) *As descobertas arqueológicas.* — Nas primeiras décadas do século passado, quando a Europa contemplava admirada a ressurreição do Antigo Egito através da decifração dos hieróglifos e dos resultados das cada vez mais numerosas expedições arqueológicas, surgia o interesse pelas demais regiões do Oriente Próximo, lembradas sempre mais pelas explorações e relatos de diversos viajantes entre os quais vale anotar C. Rich (1787-1820) que publicou um dos primeiros trabalhos científicos sobre a antiga Babilônia.

Coube a um francês, Emílio Botta, agente consular de seu país em Mossul, iniciar, em dezembro de 1842, as primeiras escavações sistemáticas. Com pouca sorte, a princípio, conseguiu, em março de 1843, encontrar, em Khorsabad, a poucos quilômetros de Mossul, o antigo palácio de Sargão II, espécie de Versailles assíria. Em 1847 chegavam a Paris, causando sensação no mundo inteiro, os primeiros relevos assírios resultados dos trabalhos de Botta; os achados arqueológicos foram enriquecer o museu do Louvre.

Entre os continuadores de Botta podemos citar o inglês Layard, o francês Place e muitos outros. Sucederam-se as descobertas de palácios assírios e da famosa biblioteca de Assurbanipal.

O ano de 1852 assinala as primeiras escavações sistemáticas realizadas na Babilônia pela expedição científica e artística da Mesopotâmia e da Média dirigida pelo cônsul da França Fulgêncio Fresnel acompanhado pelo assiriólogo Júlio Oppert e pelo arquiteto Félix Thomas. Os resultados dessas escavações perderam-se nas águas do Tigre. De 1899 a 1917 uma grande expedição alemã, sob a chefia do arquiteto Roberto Koldewey auxiliado por numerosos colaboradores, realizou um trabalho imenso e constante nas ruínas de Babilônia, trabalho esse apenas interrompido pelo avanço inglês na Mesopotâmia durante a I Guerra Mundial. Citemos ainda as escavações do cônsul francês em Bassorah, De Sarzec, na região de Tello (antiga Lagash), a partir de 1877, e os trabalhos de J. Morgan (desde 1897) no *tell* de Susa.

O período seguinte à guerra de 1914 foi rico em descobertas arqueológicas no Próximo Oriente. O presente trabalho não comporta, evidentemente, uma relação de todos os grandes especialistas de diferentes nacionalidades que nos últimos cinquenta anos vêm procedendo à exumação do Antigo Oriente. Somente a título de exemplo, citemos os trabalhos do arqueólogo francês Parrot efetuados em Mári desde 1933, os quais revelaram vestígios de templos e palácios, de estátuas e de mais de vinte mil tabuinhas de textos econômicos e diplomáticos.

c) *A decifração da escrita cuneiforme. — As línguas.* — Antes de estudarmos a escrita cuneiforme e sua decifração, mencionemos duas línguas que desempenharam importante papel na História Antiga da Mesopotâmia: o sumério e o acádio.

O sumério. A língua sumeriana foi reconstituída em época recente, após um esforço colossal de orientistas entre os quais podemos citar o assiriólogo francês Thureau-Dangin (+ 1944). Essa língua estranha, a mais antiga língua escrita da Humanidade, faz parte das línguas asiáticas. (A expressão *asiática* tem um sentido meramente geográfico: denominam-se *asiáticas* certas línguas cujo único traço comum é o fato de haverem sido empregadas na Ásia Anterior Antiga).¹

Língua viva usada na Mesopotâmia desde remota antiguidade, o sumério desempenhou, como língua de cultura, após o predomínio semita, um papel semelhante ao latim no Ocidente após a desintegração do Império Romano. «Os escribas e os sacerdotes continuaram a traduzir, a glosar e mesmo a escrever o sumério (com inovações e incorreções) quando o mesmo já estava, havia muito, fora de uso, e, sem dúvida, até a última fase da civilização babilônica, pouco antes de nossa era».²

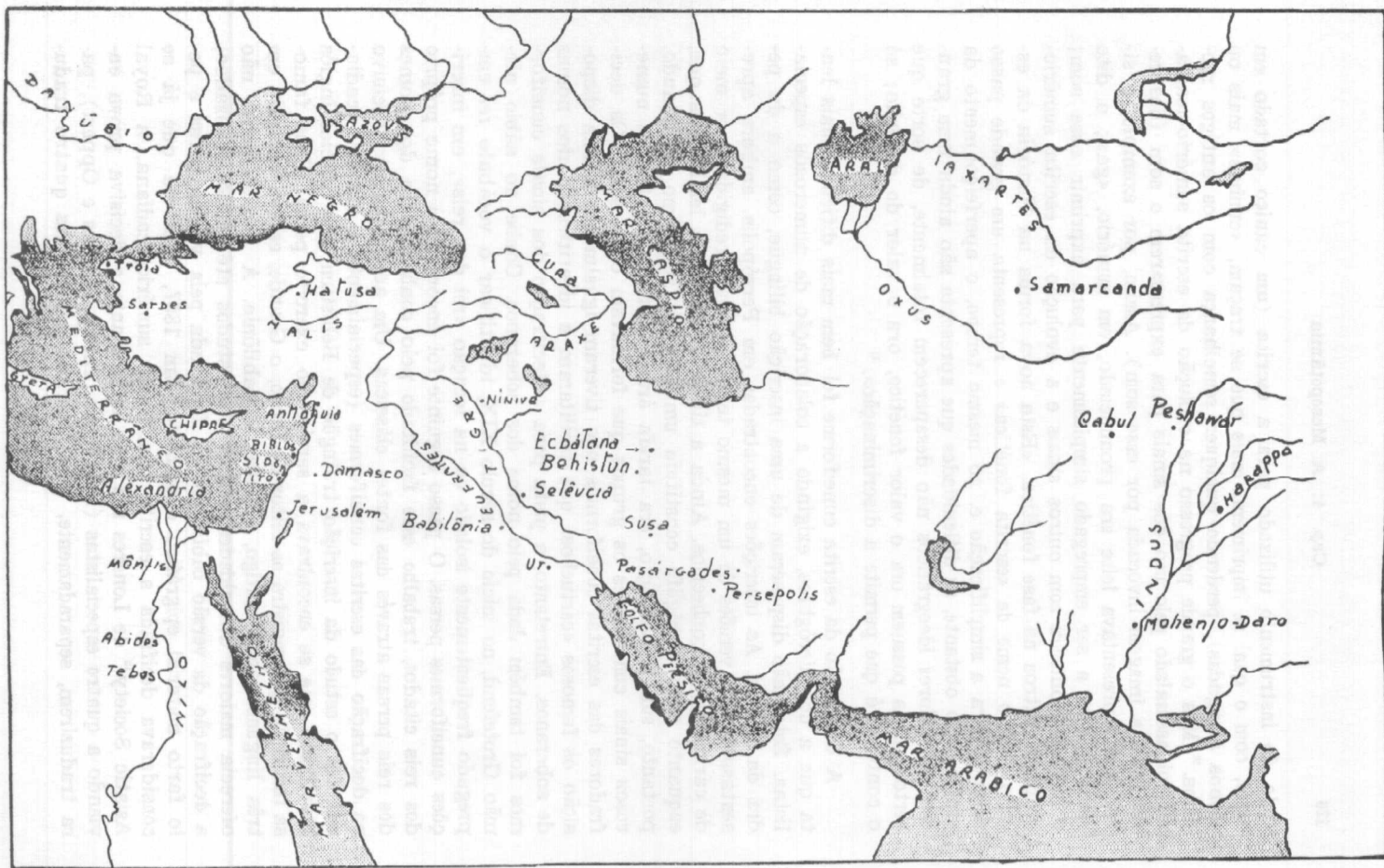
Até hoje não se conseguiu estabelecer um elo entre a língua sumeriana e qualquer família lingüística conhecida. Anotemos, a título de exemplo, uma das singularidades desse curioso idioma. «Salvo alguns pronomes e algumas partículas, o sumério não distingue as «partes do discurso», fundamento de nossa «morfologia»: a mesma palavra, invariável em si, pode desempenhar o papel de substantivo, de adjetivo, de verbo, de advérbio, até mesmo de partícula de relação entre as palavras ou entre as frases; o gênero masculino não se distingue diretamente do feminino e o plural está muitas vezes marcado como o singular. Assim é que *dug* pode igualmente querer dizer «o bem», «a bondade», «bom», ou «bons», «boa», ou «boas», «bem-agir», «bem», etc.: tudo depende do contexto. No próprio verbo, não há «modos» para sublinhar as modalidades internas da ação descrita; o «tempo» em que a mesma se passa não é, muitas vezes, indicado, ou o é de uma maneira bem rudimentar; os autores desta ação, as «pessoas», são muitas vezes negligenciadas, muitas vezes mal «sugeridas» não se podendo distinguir sempre e bem o «eu» do «tu» e do «ele».³

O acádico. — O acádico é o grupo lingüístico semítico mais antigo, do qual se possuem documentos certos. Falado pelos semitas da Mesopotâmia, dividia-se em dois dialetos: o babilônio e o assírio. A diferença entre esses dois dialetos é pouco sensível, restringindo-se principalmente ao campo da fonética. O acádico encontrou na Mesopotâmia um poderoso substrato sumeriano e foi pelo mesmo fortemente influenciado. «As principais particularidades que o singularizam provêm da vizinhança dos sumérios e da adoção de sua escrita. Assim se nota a ausência, na escrita, da maior parte das consoantes faringais e velares, que a grafia sumeriana não podia exprimir; encontra-se também uma quantidade de vocábulos derivados do sumério».

A escrita cuneiforme e sua decifração. — O nome «cuneiforme» (em forma de cunhas) foi dado a certas escritas usadas no Antigo Oriente Próximo devido ao aspecto exterior das mesmas: uma combinação de cravos triangulares gravados com regularidade em tabuinhas de argila. A escrita cuneiforme cujo estudo nos interessa aqui é especialmente a *sumério-acadiana* (chamada antigamente assírio-babilônica) utilizada sucessivamente pelos sumérios e pelos acádios. Tal escrita tem importância capital para o estudo da História Antiga do Oriente Próximo, pois serviu como meio para gravar o pensamento a povos e línguas as mais diversas. «O cuneiforme sumério-acadiano servia para escrever igualmente muitas outras línguas: hitita (Nasita ou Nesite), horita (Hurrita), luwita, proto-hitita (Khatti), palaíta (todos idiomas da Ásia Menor), urartiano (na Armênia), cassita e elamita (nos montes Zagros e na Susiana); serviu ocasionalmente para escrever muitas línguas conhecidas, como a indo-iraniana, o cananeu (hebraico), o egípcio, o aramaico e, enfim, foi empregada por duas escritas independentes, de natureza alfabética (o cananeu do norte — ugarítico — e o velho persa), como elemento de base na formação de seus caracteres».

No segundo milênio a.C. o cuneiforme, estreitamente vinculado à língua acadiana, serviu como escrita internacional. Uma prova cabal desse fato encontramos nos arquivos diplomáticos dos faraós Amenófis III e Amenófis IV (Aquénaton) descobertos em El-Amarna e que contêm uma vasta correspondência dos soberanos egípcios com os monarcas da Babilônia, do Mitani, da Assíria, dos Hititas e com os governadores e funcionários da Síria. Todas as cartas estão escritas em caracteres sumério-acadianos e quase todas em língua acadiana.

A escrita apareceu na Mesopotâmia aproximadamente na metade do IV milênio a.C. Primitivamente foi uma escrita pictográfica: consistia no desenho das coisas que se desejava exprimir. Para indicar um peixe, desenhavam seu perfil, um touro era representado pela cabeça com os dois chifres; aos cereais correspondia a figura de uma espiga, etc., etc. A escrita pictográfica primitiva sofre uma evolução no aspecto material de seus sinais e no valor dos mesmos. Com relação ao aspecto dos sinais, notemos que os antigos desenhos vão-se simplificando e, em vir-



tude do instrumento utilizado para a escrita (um caniço cortado em bisel, com o qual se imprimem, mais que se traçam, «cunhas» mais ou menos alongadas), perdendo qualquer semelhança com os antigos modelos.¹⁰ Mas o grande progresso na evolução da escrita sumério-acadiana foi assinalado pelo uso dos sinais para expressarem o som (desprezando-se a imagem invocada por esse som). Assim, por exemplo, o sinal que representava leite era pronunciado, em sumério, «ga»; o dito sinal passou a ser empregado simplesmente para exprimir esse som; o mesmo aconteceu com outros sinais e a evolução da escrita sumério-acadiana entrou na fase fonética. «Esta nova forma na História da escrita leva o nome de «escrita fonética» e representa um grande passo adiante para a simplificação e, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento da grafia. Não obstante, as dificuldades que apresenta são ainda bem grandes. Os valores ideográficos não desaparecem totalmente, de sorte que certos sinais possuem ora o valor fonético, ora o valor do desenho; só o contexto é que permite a discriminação».¹¹

A decifração da escrita cuneiforme foi bem mais difícil e mais lenta que a dos hieróglifos, exigindo a colaboração de numerosos especialistas. Estes não dispuseram de uma inscrição bilíngüe, como a da pedra da Roseta. As inscrições encontradas em Persópolis, embora apresentassem três versões de um mesmo texto, estavam redigidas por meio de caracteres desconhecidos. Ainda a título de exemplo, lembremos que, enquanto cada hieróglifo constituía um desenho autônomo facilitando, portanto, sua individuação, era tarefa árdua distinguir entre os numerosos sinais cuneiformes os grupos que formavam cada sinal. Os decifradores das escritas cuneiformes não tiveram igualmente à sua disposição os famosos «cartuchos» que facilitaram a identificação dos nomes de soberanos. Entretanto, a pista para a decifração dos sinais cuneiformes foi também dada pelo nome dos soberanos. Coube ao sábio alemão Grotefend, no início do século XIX, identificar o vocábulo *rei* empregado freqüentemente isolado ou na locução «rei dos reis», em inscrições cuneiformes persas. O passo seguinte foi encontrar o nome próprio dos reis citados, trabalho esse facilitado pelo conhecimento dos nomes dos reis persas através das fontes clássicas. Um acontecimento decisivo na decifração das escritas cuneiformes (especialmente a sumério-acadiana) foi o estudo da inscrição trilíngüe de Behistum pelo oficial inglês Rawlinson que se encontrava a serviço no exército persa. Essa famosa inscrição que registra os feitos de Dario, o Grande, estava redigida em três línguas: persa antigo, elamita, e babilônio. A versão persa não oferecia maiores dificuldades graças aos estudos até então realizados; a decifração da versão babilônica foi facilitada pela versão persa e pelo farto material epigráfico descoberto. Em 1857, data em que já se considerava decifrada a escrita cuneiforme sumério-acadiana, a Royal Asiatic Society¹² de Londres fez uma interessante e decisiva prova enviando a quatro especialistas (Rawlinson, Talbot, Hincks e Oppert), para traduzirem, separadamente, uma inscrição assíria. As quatro tradu-

ções assim feitas, foram lidas no mesmo dia e revelaram uma admirável concordância. A escrita cuneiforme sumério-acadiana estava definitivamente decifrada.

2. O País e os Habitantes

a) *O país.* — Designa-se, de um modo vago, por Mesopotâmia, palavra que significa *entre rios*, a região banhada pelo Tigre e Eufrates e que foi outrora teatro dos acontecimentos da História da Babilônia e da Assíria. Como o Egito é um dom do Nilo, a Mesopotâmia o é do Tigre e do Eufrates. Esses dois rios têm suas nascentes no maciço montanhoso da Armênia, onde reinam neves eternas, descem impetuosos para a planície, onde a areia substitui a rocha, e vão desaguar no Golfo Pérsico, após se unirem no Chat-el-Arab. Na Antiguidade cada um dos rios possuía sua desembocadura própria. Com o passar dos anos, as aluviões depositadas pelas águas provocaram a união dos dois rios nas proximidades da cidade moderna de Kornah, ao noroeste de Bassorah, a cerca de 160 quilômetros do atual delta. A fusão das neves provoca, em março, o início da cheia de ambos os rios. Em maio as águas atingem o maior nível para voltarem ao curso normal em setembro. As cheias do Tigre e do Eufrates não possuem, entretanto, o caráter benfazejo das enchentes do Nilo; são repentinas, violentas e irregulares. Só o trabalho inteligente do homem, que desde épocas imemoriais construiu uma série de canais nessa região, consegue transformar um fator de devastação em elemento de fertilidade e prosperidade. É curioso lembrar a observação de Estrabão segundo a qual o Eufrates assume tais proporções nas enchentes que «os campos seriam devastados se, com o auxílio de fossas e canais, não se desviassem essas águas transbordantes, como se faz no Egito com o Nilo».¹³

O clima da Mesopotâmia, menos seco que o do Egito, varia de acordo com a região: ao norte encontramos montanhas cobertas de neve no inverno, enquanto que ao sul, nas margens do Golfo Pérsico, o calor é permanente. Na parte média, nota-se uma variação de estações, predominando um verão rigoroso de maio a novembro. A Mesopotâmia era uma região rica em recursos naturais. A flora era variável: pinheiros, carvalhos, nogueiras, ao norte; palmeiras, ao sul. Encontramos ainda a vinha (aclimatada na Assíria), a oliveira e o algodão. Entre a fauna anotemos o leão, a pantera, a hiena, o chacal, serpentes e escorpiões; os animais domésticos eram numerosos: o boi, o búfalo, o zebu, as cabras, as ovelhas, o asno, o cavalo (introduzido no II milênio) e o camelo; havia diversas espécies de aves.

Do subsolo os habitantes extraíam preciosos recursos minerais: ouro, prata, chumbo, ferro e cobre eram encontrados nas montanhas do norte. O betume era abundante e servia para calafetar as embarcações.

b) *Os habitantes: sumérios e semitas.* — Simplificando o problema da população da antiga Mesopotâmia, podemos, de um modo geral, distinguir dois elementos étnicos que desempenharam papel essencial na História da Civilização Mesopotâmica: os sumérios e os acádios (semitas).

Os sumérios aparecem na Mesopotâmia no quarto milênio a.C. Podemos apreciar seu aspecto físico através do que nos revelam os monumentos: cabeça redonda com uma testa curta e fugidia, nariz proeminente em forma de bico de águia; a cabeleira longa e dividida em mechas que caem sobre as espáduas, barba longa e cortada em quadrado.¹⁴ A barba e os cabelos aparecem, em monumentos de época posterior, cortados. Convém notar que essa descrição do tipo físico dos sumérios tem sido posta em dúvida pelos antropólogos que chegaram à conclusão de que os sumérios antigos fizeram parte do grupo mediterrâneo e que seu tipo físico devia ter sido o mesmo das populações atuais do Iraque: dolicocefalos. As conclusões extraídas dos dados arqueológicos e dos dados antropológicos estão pois em desacordo: somente futuros estudos darão a solução definitiva para o enigma.

Os semitas, que habitam a Mesopotâmia, desde longa data, apresentam, no decorrer dos milênios, diferentes aspectos físicos. Tal diversidade encontra sua explicação no cruzamento efetuado durante milênios entre semitas de um lado e asiáticos, e, talvez, outras raças, de outro lado.

Sumérios e semitas viveram na Mesopotâmia em simbiose íntima e não é exato, «como se fazia ainda há pouco tempo, considerar as vicissitudes desta região sob o ângulo de um contraste entre os mesmos. Houve antes uma interpenetração desses elementos étnicos; os semitas, que obtiveram a supremacia, absorveram em uma síntese complexa e com reações subjetivas uma grande parte da civilização sumeriana».¹⁵

3. Pré-História e Proto-História

Pré-história. — Não é fácil sintetizar em poucas linhas o que foram a Pré-história e a Proto-história na Mesopotâmia. A medida que os trabalhos dos arqueólogos progridem, vamos verificando quão complexo é o estudo do primitivo povoamento das regiões banhadas pelo Tigre e pelo Eufrates. Antes de falarmos de modo especial dos importantes aspectos da civilização sumeriana, mencionaremos resumidamente as mais recentes conclusões da Arqueologia sobre a Pré-história e, principalmente, a Proto-história mesopotâmica.

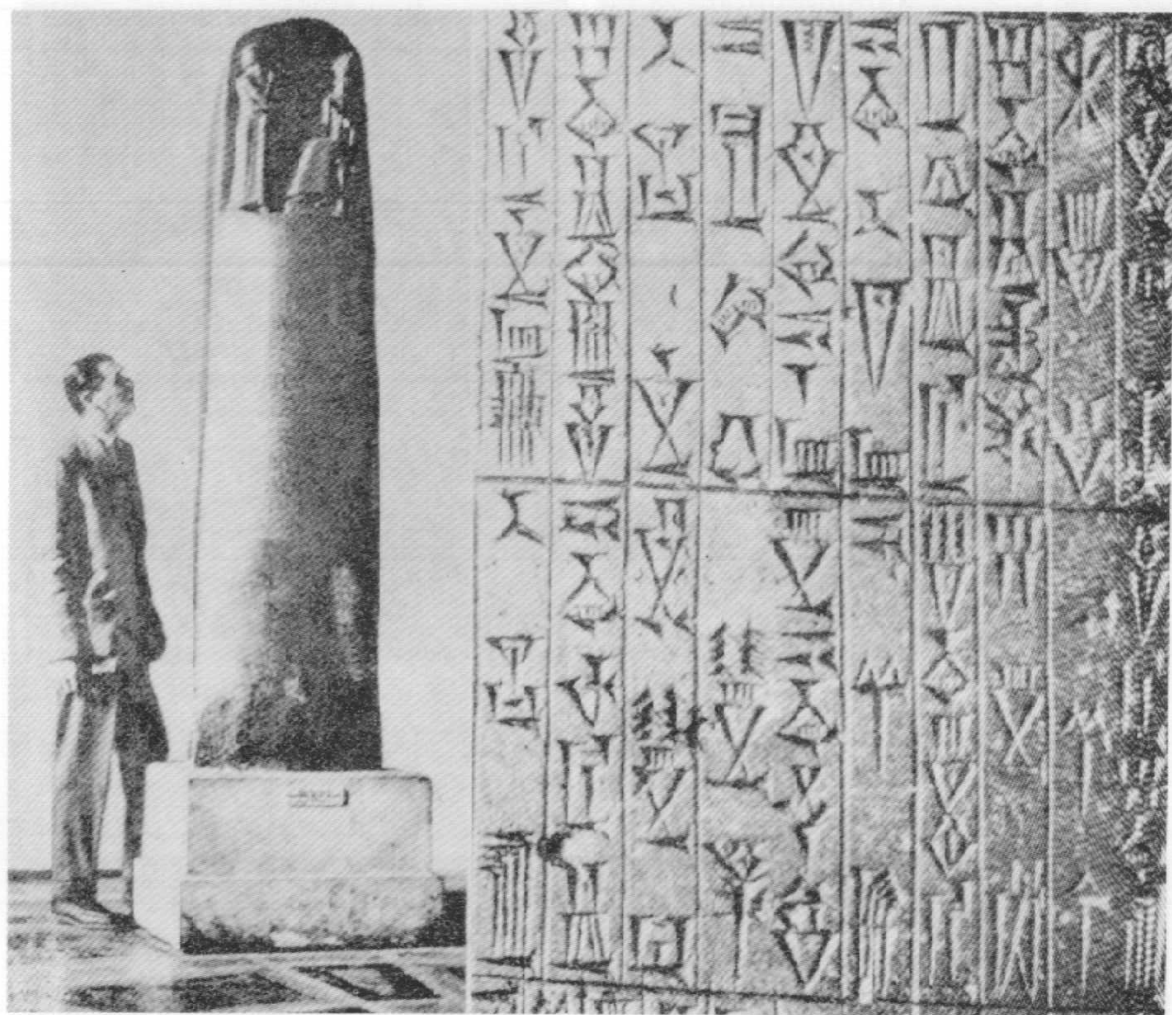
A idade da pedra tem sido assinalada em diversos lugares da Mesopotâmia por expedições científicas. Uma das descobertas mais recentes e interessantes foi efetuada em 1942 por Said Fuad Safar: o *tell* de Hassuna ao sul de Mossul. Os trabalhos aí realizados revelaram dezesseis níveis de cultura que se escalonam desde a época assíria até o



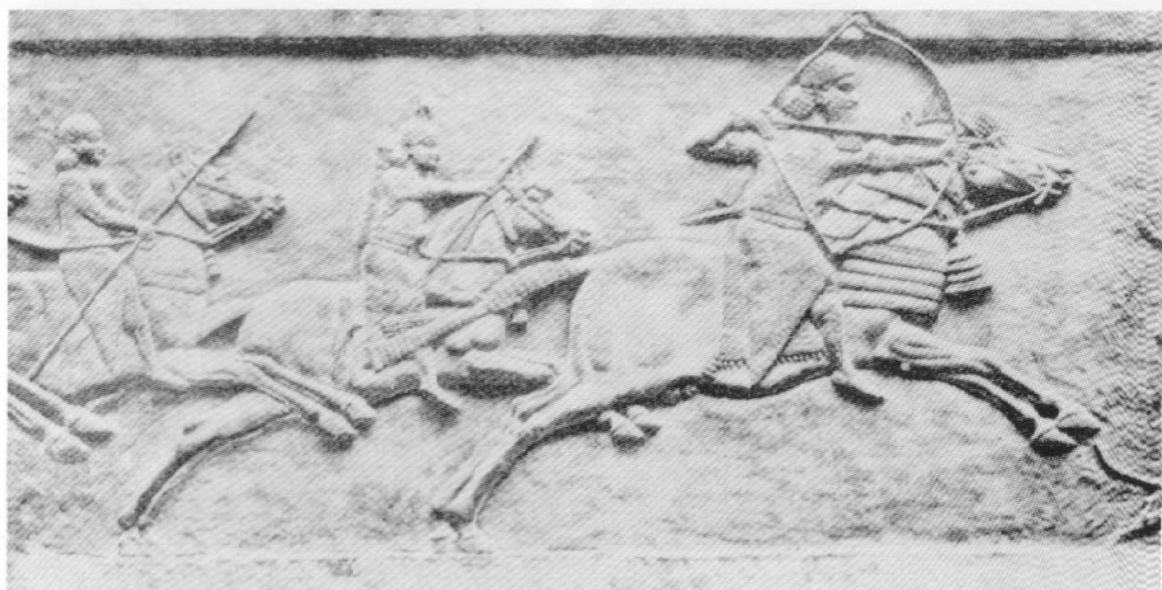
9-10. Estátuas do Gudea.



11-12. Obras da estatuária neo-sumeriana.



13. Código de Hamurabi.



14. Assurbanipal na caça.

neolítico. Em maio de 1948 escavações realizadas em Qalat Jarmo, ao norte do Iraque, puseram à mostra vestígios de civilização exclusivamente lítica, anterior a Hassuna. Constatou-se em Jarmo a existência da «primeira instalação rural ao ar livre com casas, utensilagem», porém com ausência de objetos de cerâmica. Chamaram a essa civilização «pré-cerâmica». ¹⁶ «Ainda uma rubrica nova para definir uma etapa particular. Contudo esses homens que não tinham ainda compreendido que podiam modelar a terra para formar recipientes, amassavam-na já, para com ela fazerem figurinhas representando animais, mulheres. Primeiros aspectos de uma vida espiritual, primeiros ensaios de representações, primeiras formas de arte». ¹⁷

Proto-história. — Até a segunda guerra mundial costumava-se distinguir na Proto-história mesopotâmica três etapas diferentes cuja designação se relacionava com o lugar das respectivas descobertas arqueológicas: o período de Obeid, de Uruk e de Djemdet Nasr. Após o estudo dessas três fases proto-históricas, chegava-se à História propriamente dita. Com o progresso da Arqueologia, descobriu-se que anteriormente ao período de Obeid existiram outras fases na Proto-história da Mesopotâmia. Dessas fases «quatro pelo menos foram definidas, as quais receberam o nome de Hassuna, Samarra, Halaf e Eridu». ¹⁸ Note-se que as culturas de Samarra e de Halaf, conhecidas antes de 1939, eram consideradas paralelas e não anteriores à de Obeid.

Sobre cada uma dessas etapas da Proto-história daremos uma breve notícia.

a) *Hassuna.* Os vestígios culturais de Hassuna levam-nos ao início do V milênio a.C. Ignoramos a que raça teria pertencido esse remoto povo que, embora não tivesse chegado ao conhecimento do metal, atingiu contudo um estágio relativamente elevado de civilização: «tinha descoberto a agricultura, a domesticação de animais e suas instalações (a partir do nível III e sobretudo nos níveis IV e V) atestam concepções arquiteturais já desenvolvidas. Para esses camponeses, a utilidade não é toda a existência. Esta já está marcada por uma necessidade de embelezamento que se exprime abundantemente sobre a louça de uso diário. Que esse ornato possua já sua linguagem, é provável. Que seja de qualquer modo uma escrita, é possível. Mas esta linguagem e esta escrita permanecem fechadas para nós e é somente com o estágio de Samarra que se percebem, com uma ornamentação mais figurativa, as possibilidades de explicação e que uma exegese dos temas tem às vezes «chance» de dar resultados». ¹⁹

b) *Samarra e Halaf.* As culturas de Samarra e de Halaf assinalam um importante progresso: a descoberta e o uso do metal. Essa descoberta revolucionou a vida pública e privada. Surgem as aglomerações — cidades com suas grandes realizações arquiteturais: edifícios públicos, templos, palácios, etc. A ornamentação da cerâmica sugere quase

a existência do início de uma escrita. Dificilmente poderemos duvidar «do valor simbólico da caveira de boi, da suástica, do duplo machado, da cruz de Malta, já encontrados no V milênio a.C. e reproduzidos tais quais em pleno século XX p.C. por tribunos ou condutores de povos...»²⁰ Hassuna, Samarra e Halaf (Norte da Pequena Alta Síria) situam-se nas regiões setentrionais. No sul, as principais descobertas arqueológicas relacionadas com a Proto-história mesopotâmica realizaram-se em Abu Sharein (antiga Eridu), Obeid, Warka (antiga Uruk) e Djemdet Nasr.

c) *Eridu*. A antiga Eridu, fundada sobre uma laguna, invadida mais tarde pela aluvião dos rios, foi uma verdadeira metrópole da Civilização Mesopotâmica. Escavações recentes efetuadas pela Direção dos Serviços de Antiguidades do Iraque revelaram uma superposição de 18 santuários, os mais antigos dos quais correspondem às fases culturais de Hassuna-Samarra-Halaf, embora com marcantes diferenças. Esses antigos santuários teriam sido construídos por imigrantes procedentes do Irã pelo início do IV milênio a.C.

d) *Obeid*. Uma segunda vaga migratória iraniana teria influído na civilização de Obeid (minúsculo *tell* situado a alguns quilômetros de Ur). Essa civilização (considerada até pouco tempo como a fase inicial da civilização no sul mesopotâmico) difundiu-se não só pelas cidades da Baixa Mesopotâmia como Ur, Lagash e Uruk, mas irradiou-se para o norte e até mesmo para o leste atingindo Ras Shamra. Qual teria sido a causa dessa notável expansão? A. Parrot explica-a pela existência de um poderoso império no sul da Mesopotâmia. «Cremos antes que desde essa época pôde estabelecer-se na Baixa Mesopotâmia um verdadeiro império, criado pela força de um corpo expedicionário, que soube impor a um enorme território as concepções e o modo de vida de alguns. E' ainda à força que atribuímos a mudança radical que por volta de 3300 a.C. será instaurada na mesma região por uma população nova na qual vemos os sumérios».²¹

e) *Uruk e Djemdet Nasr*. Esses dois períodos caracterizam-se por transformações profundas atribuídas provavelmente à chegada de uma nova população: os sumérios. «Assiste-se, desde então, a uma fermentação nos setores mais diversos: arquitetura, estatuária, glíptica, trabalho em metal. A cidade de Uruk, nesta metade do IV milênio, devia ser uma das cidades mais célebres da Mesopotâmia pela riqueza e grandeza de seus santuários».²² Com os sumérios desenvolve-se a escrita. As primeiras tabuinhas são encontradas em Djemdet Nasr e no IV nível de Uruk. Essas tabuinhas anunciam-nos a aurora dos tempos históricos. Nessa época, a Mesopotâmia oferece-nos o seguinte panorama: ao sul, os sumérios ocupam as cidades de Eridu, Ur, Lagash, Umma, Uruk, Nippur, Shuruppak e Adab; no centro há mistura de grupos étnicos; ao norte, predominam os semitas: em Mâri, (no médio Eufrates), em Assur e Nínive (no Tigre). Os iranianos que outrora invadiram a Mesopotâmia foram absorvidos pelos novos habitantes.

Antes de iniciarmos o estudo da civilização sumeriana, queremos chamar a atenção do leitor para um acontecimento que se deu no decurso dos períodos de Obeid, Uruk e Djemdet Nasr: o «dilúvio». Quando das escavações em Ur, o famoso arqueólogo Wooley encontrou, entre os restos da civilização da época de Obeid, um nível estéril aluvial com todas as características de terra transportada pelas águas. Após essa camada desprovida de vestígios culturais encontravam-se novamente traços da civilização bruscamente interrompida. Watelin, ao fazer escavações em Kish, encontrou igualmente uma camada aluvial, o que demonstrava a existência de uma grande inundação. Essa camada aluvial de Kish estava entretanto situada em um nível diferente da anterior, fato êste que levava à conclusão de que houvera, pelo menos, duas grandes inundações. Estaríamos, assim, em presença dos efeitos não de uma e sim de duas grandes catástrofes que interromperam momentaneamente o curso de duas civilizações, mas que, parece, nada têm a ver com a tradição cuneiforme ou bíblica.

OS SUMÉRIOS

Introdução

Os últimos cinquenta anos de descobertas arqueológicas no Oriente Próximo ampliaram sobremaneira nossos conhecimentos da Antiguidade e rasgaram novos horizontes para o estudo das origens de nossa civilização. Entre essas novas conquistas da História figura a revelação da civilização sumeriana.

No início do presente século, apenas alguns orientalistas ousavam, ainda que timidamente, pronunciar o nome dos antigos habitantes de Sumer. «Mesmo um sábio da classe de G. Maspero, em sua magistral «História Antiga dos Povos do Oriente Clássico», não soprava uma palavra sobre o primeiro e mais fecundo desses povos: os sumérios». Os orientalistas que se dedicavam ao estudo das tabuinhas assírias e babilônicas estacavam diante de numerosas inscrições cuneiformes que, com certeza, não eram instrumentos de expressão do acádio. O enigma teve sua solução com a publicação, em 1905, da obra «As inscrições de Sumer e Accad» de autoria do grande assiriólogo francês François Thureau-Dangin († 1944). Desde então não restou mais dúvida sobre a existência de um povo racial e culturalmente diverso dos semitas e que havia desenvolvido uma brilhante civilização na região sul da Mesopotâmia. «Como os textos antigos davam à parte da Mesopotâmia vizinha do Golfo Pérsico o nome de *país de Sumer*, chamaram-se sumérios esses predecessores dos semitas da Babilônia, sumério sua língua e sumeriólogos os assiriólogos que doravante se especializassem no estudo dessa nova cultura». Além de Thureau-Dangin podemos citar, entre muitos, a título de exemplo, os seguintes sumeriólogos famosos: Anton

Deimel, lexicógrafo do Vaticano, autor de um monumental *Léxico sumeriano*; Arno Poebel, «o maior sumeriólogo» do último meio-século» e S. N. Kramer, provavelmente o melhor conhecedor contemporâneo da antiga literatura sumeriana.

1. Origem dos Sumérios

Já mencionamos a escrita e a língua dos sumérios. Digamos agora duas palavras sobre sua origem. Onde e quando teriam vindo os sumérios? Provavelmente os próprios sumérios, em pleno esplendor de sua civilização, não seriam capazes de responder com exatidão a essas perguntas. Os orientistas, entretanto, tentam encontrar a resposta por meio de dados de ordem lingüística, antropológica e arqueológica. Para A. Parrot é provável que os Sumérios tenham uma origem transcaspiana e tenham chegado à Baixa Mesopotâmia via Anau, Bakun e Susa.²⁶ Wooley considera provável que o lugar de origem dos sumérios tenha sido uma região montanhosa: «seus deuses são muitas vezes representados em pé sobre montanhas e os animais reproduzidos por sua arte pertencem muitas vezes ao tipo da fauna de montanha; além disso, o fato de que a arquitetura de seu templo era verdadeiramente a reprodução em tijolos de uma construção primitivamente em madeira implicaria em que tivessem aprendido a construir em uma região coberta de florestas e de elevada altitude».²⁷

A eliminação gradual da cerâmica de Obeid é um indício de que os recém-chegados teriam agido como senhores, porém moderadamente. Os sumérios chegaram, como já anotamos, no chamado período de Uruk. «São os sete ou oito séculos de Uruk que viram os Sumérios criar, instalar e fazer amadurecer, sobre o fundo das culturas anteriores, esta primeira civilização cujo mérito todo é hoje reconhecido. Pelo fim desse tempo aparecem os primeiros testemunhos da escrita que devia tornar-se «cuneiforme», a primeira escrita do mundo, inventada pelos sumérios. Mas os textos são bastante raros ainda e seu caráter dificilmente penetrável não permite colocar, desde logo, entre os tempos históricos, o período *protoliterário* da evolução sumeriana: ele constitui antes uma espécie de *Proto-história* que se reconstitui sobretudo com o auxílio dos vestígios arqueológicos. A verdadeira *História* de Sumer começa na época seguinte chamada protodinástica, entre 2700 e 2300 mais ou menos».²⁸

2. História Política

Na chamada época protodinástica encontramos a região de Sumer distribuída em territórios que possuem cada qual uma cidade como capital. O palácio, residência do rei, e o templo, morada da divindade representada pelo soberano terrestre, são os edifícios principais em tor-

no dos quais se agrupam «as casas dos cidadãos, as cabanas dos trabalhadores, os entrepostos, os armazéns, os celeiros».²⁹

Esses primeiros séculos da História de Sumer são marcados por constantes lutas entre as cidades-estados, entre as quais sobressai Lagash. Durante mais de um século Lagash exerceu certa preponderância militar e política, perdendo, entretanto, essa hegemonia diante de Lugalzaggisi, *patesi* da cidade de Umma, o qual se fez proclamar rei no centro religioso de Uruk e estendeu seu domínio desde o Golfo Pérsico até o Mediterrâneo. O reinado de Lugalzaggisi durou cerca de 25 anos.

O império sumeriano foi, em breve, submetido ao poderio de Akkad, região situada ao norte de Sumer. Na cidade de Agadé (2300 a.C.?) surgiu um conquistador lendário, Sargão, o Antigo, filho adotivo de um jardineiro. Esse famoso soberano dominou a região de Sumer e dilatou as fronteiras de seus domínios até a parte oriental da Anatólia. Tão vasto império foi abalado na Mesopotâmia por uma revolta das cidades entre as quais aparece Babilônia. Durante dois séculos, os semitas regem os destinos da Mesopotâmia. Uma invasão de montanhese semibárbaros, procedentes dos montes Zagros, destrói o império acadiano. Não conhecemos nem o tipo étnico nem a língua dos *Guti*; as inscrições da época de seu domínio (que durou mais de um século) foram redigidas em acádio. Velhos hinos pintam um quadro sombrio dessa época: «os campos devastados, os deuses prisioneiros, o povo sobrecarregado de corvéias e de impostos, os canais dessecados, a navegação abandonada, os campos sem água nem colheita».³⁰

Mas os Guti acabaram admirando a civilização sumeriana. Floresceu, então, tributária dos invasores, a cidade de Lagash, sob o governo esclarecido do *patesi* Gudea. Essa cidade atravessou uma época de incomparável prosperidade atestada por numerosos documentos arqueológicos, tornando-se a capital cultural da civilização sumeriana.

A guerra de libertação dos invasores irrompeu com a liderança da cidade de Uruk: o império dos Guti esboroou-se. O prestígio de Lagash desapareceu, mas a obra civilizadora de Gudea foi continuada pela III dinastia de Ur. Começa então uma nova época da História dos Sumérios conhecida como Ur III ou ainda «neo-sumeriana».

O fundador da III dinastia foi Ur-Nammu (2050?). Seus descendentes em linha reta ocuparam o trono durante quatro gerações sucessivas. Ur-Nammu passou à História como notável conquistador e administrador. Seus domínios estendiam-se do Golfo Pérsico ao Mediterrâneo. As cidades da Mesopotâmia conservam os vestígios de seus monumentos. O leitor encontrará um estudo interessante e seguro da III dinastia de Ur na já citada obra de Wooley: «Ur na Caldéia». A civilização sumeriana conhece, então, uma verdadeira renascença. Difunde-se por uma vasta região que compreende o Elam e a Pérsia a leste; a Capadócia e a Síria a oeste; a Armênia, ao norte. A cultura sumeria-

na torna-se na realidade a *cultura comum* de todo o Oriente Próximo. «Sinal dessa preponderância intelectual é o Grande Século das letras e das ciências sumerianas, o tempo em que os poetas, escritores, sábios, compõem, escrevem e difundem, muitas vezes partindo de antiquíssimas tradições orais, seus mitos, seus hinos, seus ensaios, seus tratados...»²¹

A invasão de um povo semita, os Amorreus, no II milênio, e de elamitas, põe fim à III dinastia de Ur. Após a queda de Ur, a realeza passa por duas cidades meridionais: Isin e Larsa; essas cidades não podem subtrair-se à forte influência semita e acabam sob o domínio dos Amorritas que haviam fundado a I dinastia da Babilônia. Termina assim a História política dos sumérios. Sua civilização continuou, entretanto, durante séculos, influenciando os mais diferentes povos.

3. A Sociedade

Ao estudarmos a sociedade como as demais instituições da civilização sumeriana é necessário levar em consideração: 1º A longa duração e conseqüente evolução dessa mesma civilização; assim é que certas afirmações só valem com relação a determinada época. 2º As freqüentes invasões estrangeiras que, mais de uma vez, interromperam o florescimento da civilização sumeriana. 3º Às vezes, certos elementos da civilização sumeriana estão intimamente ligados com os da civilização acadiana que se desenvolveu após a queda definitiva do poderio político dos sumérios: nem sempre é fácil separar esses dois elementos.

Acima das classes sociais da Suméria estava o rei ou o governador da cidade. O rei era considerado «vigário» da divindade, isto é, intermediário entre o deus-rei e a humanidade: era chefe político e religioso ao mesmo tempo. A idéia de que o rei é o deus encarnado introduziu-se mais tarde, talvez por influência egípcia.²²

Patesi (= servidor) era o título dado antigamente aos chefes locais; *lugal* era o título reservado aos reis propriamente ditos. Posteriormente esses dois termos foram empregados como sinônimos.

Eram absolutos os poderes do soberano? Kramer em sua já citada obra menciona a notícia de um «parlamento» que teria existido, 3000 a.C., na cidade de Uruk e escreve: «Os primeiros soberanos de Sumer, por maiores que fossem seus sucessos de conquistadores, não eram tiranos inteiramente livres em seus atos, monarcas absolutos. Nos interesses maiores do Estado, particularmente em questões de guerra e de paz, eles consultavam seus concidadãos mais notáveis, reunidos em assembleias. Este recurso a instituições «democráticas», desde o III milênio antes de Cristo, constitui uma nova contribuição de Sumer à civilização».²³

Subordinado ao soberano, existia o clero que administrava os bens do templo.

Uma aristocracia burocrática zelava pelos interesses do monarca e do Estado. Esse corpo de funcionários colocados sob a autoridade de um intendente (nubanda) cuida dos bens da casa real, do tesouro público, recebe impostos, administra os celeiros do Estado, dirige as expedições comerciais empreendidas pelo governo.

Ao lado dessa aristocracia burocrática, encontramos uma população numerosa e ativa ocupada com os mais diversos afazeres: assim, por exemplo, a população de Lagash era constituída de fazendeiros, criadores, barqueiros, pescadores, negociantes e artesãos.

A escravidão era conhecida e tinha sua origem quer no nascimento, quer no aprisionamento pelo inimigo ou ainda na venda por dívidas. Note-se, entretanto, que o escravo goza de certos privilégios: pode casar até mesmo com uma mulher livre; pode demandar na justiça em favor da própria liberdade, e, «se perde a causa», o julgamento ordena sua venda a fim de subtraí-lo à vingança do patrão.³⁴

4. A Vida Econômica

Três mil anos antes de nossa era os sumérios já possuíam uma intensa vida econômica. A terra estava dividida entre o soberano, os templos e particulares. A agricultura era a atividade econômica básica. A fecundidade do solo garantia ao camponês sumeriano duas colheitas anuais. Entre as plantas mais cultivadas citemos a cevada que, ao lado da prata, servia como estalão de valor.

Os sumérios dedicavam-se também à criação de animais: o asno, o boi, o carneiro, a cabra, o ganso, o pato, etc. O leite de cabra e de ovelha, que constituía um dos alimentos básicos, era utilizado para fabricação de queijo e manteiga. Os rebanhos de ovelhas forneciam matéria-prima para a indústria de tecidos.

A pesca era praticada intensivamente nos canais e no Golfo Pérsico. O comércio local se fazia no mercado da cidade. Cereais, frutas, animais, peixes secos, bebidas (vinhos e licores), tecidos e mil e um objetos de uso diário estavam entre as mercadorias apresentadas. A insegurança dos caminhos exigia que, para o comércio com as regiões distantes, como os vales do Nilo ou do Índus, os comerciantes se organizassem em caravanas. «A caravana de passo igual, tranqüilo, indiferente às rotas, à qual as pistas e os caminhos mesmo incômodos são suficientes! Os camelos ainda não fazem parte das mesmas, mas sim os asnos. O camelo, que o sumério chama o «asno do mar», porque vinha do sul, não foi, provavelmente, conhecido a não ser bem mais tarde. Os viajantes que percorreram o Oriente, há cerca de trinta anos, quando o automóvel ainda não tinha sido importado, encontraram-se em presença de um comércio de tradições várias vezes milenares. Desde séculos, as caravanas se sucederam sobre as mesmas pistas, detendo-se nas etapas

fixadas há muito, mesmo se o desvio de um curso d'água ou qualquer outra causa tornasse o ponto de parada menos desejável que outrora. A insegurança habitual que reinava ainda sobre as rotas do Oriente, há menos de meio século, não era mais que a imagem da insegurança de outrora. Conhecemos ainda, no início do século XX, as condições que presidiram ao desenvolvimento do comércio praticado pelos sumérios da época pré-agadeana». ³⁵

5. As Artes

Para compreendermos a importância do estudo das artes dos sumérios, basta lembrar que as mesmas se encontram na base da arte de toda a Ásia Ocidental antiga. A religião foi, entre os sumérios, como entre os egípcios, a grande inspiradora das artes. Esta influência se traduziu especialmente na construção dos templos. «Convém que o deus possa habitar com seu povo, que possa permanecer para ter o tempo de manifestar-se em todo o sentido do termo. Para facilitar este acesso à terra, tudo foi previsto: uma torre de andares será elevada, cada vez mais alta, sobre as casas, para que o protetor celeste, navegando no empíreo, possa atracar sua barca e descer para os seus fiéis e seus súditos que o esperam, com as mãos cheias de presentes. E entre esses presentes, as estatuetas de adoradores e adoradoras que, colocadas sobre as banquetas da *cella*, prolongarão a presença e continuarão a oração». ³⁶

Sobre as *Ziggurats* (torres em degraus), traço característico da arquitetura sumeriana, Wooley observa que as mesmas substituíram as elevações naturais em que, no seu país de origem, os antepassados dos sumérios cultuavam os deuses. ³⁷

Entre as mais famosas obras da escultura sumeriana figuram as estátuas do *patesi* Gudea. O governador de Lagash providenciou para que sua lembrança se perpetuasse através dos milênios, ordenando a diversos artistas que esculpissem sua imagem na pedra em diferentes posições. Essas estátuas tinham a finalidade de substituir a presença pessoal do monarca nos templos e em outros santuários de menor importância. O *patesi* é representado sentado ou de pé, com as mãos cruzadas sobre o peito, uma vez em proporções acima do normal e muitas vezes em tamanho natural ou reduzido.

Lembremos ainda os túmulos reais encontrados por Wooley em Ur, há algumas dezenas de anos, repletos de luxuoso mobiliário, revelando o refinamento e a perícia a que atingiram os artistas daquela distante época. Acrescentemos ainda as descobertas recentíssimas efetuadas em Uruk por arqueólogos alemães, as quais são novas provas do elevado nível artístico do povo sumeriano.

6. As Ciências

A cultura científica da Mesopotâmia foi principalmente o produto das realizações sumerianas herdadas e continuadas pelos babilônicos. Os demais povos, que habitavam essa verdadeira encruzilhada de nações, limitaram-se quase que só a recolher a herança científica sumério-babilônica. Estudaremos, mais adiante, de modo mais completo, a ciência mesopotâmica. Limitar-nos-emos, aqui, apenas a indicar, a título de exemplo, alguns elementos que, indiscutivelmente, remontam aos sumérios.

Os sumérios inventaram o sistema sexagesimal usado aliás com a numeração decimal. Criaram também um sistema completo de medidas de capacidade, de superfície e de peso. Possuíam réguas graduadas (foi encontrada uma, gravada sobre os joelhos de uma das estátuas de Gudea) e tábuas de cálculo.

O dia foi dividido pelos sumérios em 24 horas iguais: doze «danna», isto é, horas duplas. «E' desta divisão do dia que provém a divisão do círculo, em relação com o sistema astronômico de origem aparentemente sumeriana. Sabe-se que os sumérios reconheciam três paralelos principais: equatorial ou caminho das estrelas de Anu, tropicais, caminhos de Enlil (Câncer), e de Ea (Capricórnio). Ora, esses três caminhos se dividiam também em 12 *danna* e 360 graus».³⁸

Uma curiosa tabuinha de argila, encontrada nas ruínas de Nippur,³⁹ pode ser considerada o mais antigo manual de medicina conhecido. Esse «manual», redigido em termos tão especializados que sua tradução exigiu a colaboração de um sumeriólogo e de um químico, contém preciosas indicações sobre os remédios receitados pelos médicos sumerianos. Na preparação de drogas medicinais a farmácia sumeriana usava substâncias vegetais, animais e minerais. Entre as substâncias minerais empregadas podemos citar o cloreto de sódio e o nitrato de potássio; do reino animal empregava-se, por exemplo, o leite e a pele de serpente, etc.

A maioria dos remédios, entretanto, eram extraídos do reino vegetal. Os médicos usavam um veículo para facilitar a absorção dos remédios, em geral a cerveja; os ingredientes eram reduzidos a pó e dissolvidos na bebida. A única fonte de informação sobre a medicina sumeriana do III milênio a.C. faz menção a diversas operações e processos que «revelam de modo indireto que os Sumérios possuíam conhecimentos profundos em matéria de química».⁴⁰ Convém notar que essas práticas terapêuticas eram geralmente misturadas com fórmulas mágicas e encantamentos.

7. As Letras

A atividade literária dos sumérios foi enorme. Atestam-no os milhares de tabuinhas desenterradas e, apenas em parte, traduzidas pelos

sumeriólogos. A arte de escrever era intensamente ensinada na Suméria onde, principalmente a partir da segunda metade do III milênio a.C., existia um sistema escolar freqüentado por milhares de escribas. «Havia escribas subalternos e escribas de elevada categoria, escribas ligados ao serviço do rei e escribas a serviço dos templos, escribas especializados em tal categoria particular de atividade burocrática, escribas, enfim, que podiam até mesmo tornar-se altos dignitários do governo». ⁴¹ Os escribas compunham ou copiavam obras de interesse histórico, hinos religiosos, contos da mitologia, epopéias, acórdãos dos tribunais, códigos de leis, coleções de provérbios, fábulas, etc.

Encontramos na poesia sumeriana a primeira narrativa do dilúvio, anterior às narrativas babilônicas, e que, certamente, se refere ao mesmo episódio narrado pelas Sagradas Letras; encontramos também o tradicional tema da mitologia clássica, a idade de ouro, em uma poesia onde se canta um tempo em que não havia serpente, nem escorpião, nem hiena, nem leão, nem cão selvagem, nem lobo; não havia medo nem terror e o homem não possuía rival... ⁴²

A medida que as pesquisas arqueológicas e as traduções prosseguem, contemplamos, cada vez mais admirados, a riqueza da mais antiga literatura da Humanidade e descobrimos a enorme influência que ela exerceu em épocas bem posteriores.

8. O Direito

Estudando a justiça entre os sumérios, Kramer escreve: «A lei e a justiça eram conceitos fundamentais na antiga Suméria, que impregnavam a vida social e econômica sumeriana tanto na teoria como na prática. No decurso do século passado, os arqueólogos revelaram, à luz do dia, milhares de tabuinhas de argila representando toda espécie de documentos de ordem jurídica: contratos, atos, testamentos, notas promissórias, recibos, acórdãos dos tribunais. Entre os sumérios, o estudante mais adiantado consagrava uma grande parte de seu tempo ao estudo das leis e exercitava-se regularmente na prática de uma terminologia altamente especializada, bem como na transcrição dos códigos legais e dos julgamentos que tinham formado jurisprudência». ⁴³

Nos últimos anos foram encontrados alguns códigos de leis promulgados na Mesopotâmia em épocas anteriores ao famoso código de Hamurabi.

Em 1952 foi identificado o Código de Ur-Nammu, fundador da III dinastia de Ur (2050? a.C.), escrito em sumério. Kramer escreve a propósito: «Tive, com efeito, a honra, neste ano, de copiar e de traduzir, em circunstâncias que precisarei, uma tabuinha cujo texto reproduzia, em parte, aquele de um código promulgado pelo rei sumeriano Ur-Nammu... A tabuinha de Ur-Nammu pertence à importante coleção do

museu de antiguidades orientais de Istambul, onde passei o ano 1951-1952 como «Fulbright Professor».⁴⁶

Em 1948 o conhecido assiriólogo Albrecht Goetze estudou e identificou uma nova coleção de leis encontradas em Tell-Harmal. Trata-se do Código de Eshnunna escrito em babilônico e atribuído ao rei Bilalama. «O preâmbulo do código permitiu a A. Goetze precisar a data das Leis de Eshnunna. Com efeito, a tabuinha A contém, segundo o citado autor, o nome de Bilalama, rei de Eshnunna. Há razão bastante para se acreditar que este rei tenha sido o autor do código».⁴⁷ Bilalama teria vivido pelo fim da dinastia III de Ur e início da dinastia de Isin. É interessante notar que as leis de Eshnunna (cidade situada à margem do rio Diyala, afluente do Tigre) contêm elementos que se encontram tanto no direito sumeriano (Códigos de Ur-Nammu e de Lipit-Ishtar) como no direito babilônico (Código de Hamurabi) e direito assírio. Em 1947 foi identificado o Código de Lipit-Ishtar escrito em caracteres cuneiformes e em língua sumeriana. «Graças a Francis Steele, então conservador adjunto do University Museum de Pensilvânia, foi restabelecida (a tabuinha) e traduzida em 1947-1948. Compõe-se de um prólogo, de um epílogo e de um número indeterminável de leis, das quais estão inteira ou parcialmente conservadas trinta e sete».⁴⁸ Lipit-Ishtar (1690 a.C.!) foi o quinto rei da dinastia de Isin.

O direito privado sumeriano reconhecia à mulher bastante independência em relação ao marido. O divórcio era admitido por decisão judicial que podia ser favorável a qualquer um dos cônjuges. O adultério era considerado delito, porém não tinha consequências se havia o perdão do marido. O repúdio da esposa pelo marido acarretava uma indenização pecuniária e só era permitido por razões de ordem legal. Os filhos estavam sob a dependência do pai e da mãe. Admitia-se a adoção. O filho que renegasse seu pai seria vendido como escravo. Por motivos de dívidas, os pais podiam vender os filhos como escravos; a esposa, apesar de sua independência jurídica, era responsável pelas dívidas do marido».⁴⁹

As leis penais dos sumérios foram as mais clementes da Mesopotâmia antiga. No Código de Ur-Nammu encontramos a substituição da lei de talião por dispositivos mais humanos, que aplicavam multas em vez de penas corporais. Igualmente o Código de Eshnunna apresenta-nos um sistema de penas baseado sobretudo no princípio da indenização legal, isto é, o autor de uma infração deveria indenizar a vítima ou seus substitutos legais. «A taxa da composição legal é avaliada em função da infração cometida e do estatuto jurídico da vítima; varia entre dez siclos e uma mina (60 siclos) de prata».⁵⁰ Além da composição legal, o Código admite também a pena de morte para determinados crimes como, por exemplo, o arrombamento noturno praticado contra a propriedade de certa classe de cidadãos, certos raptos, o adultério, o homicídio

por negligência, etc. As leis de Eshnunna, para efeito de punição, classificam os delitos em: a) delitos contra os bens; b) delitos contra as pessoas; c) delitos contra bens e pessoas.

9. A Religião

Começemos com as idéias dos sumérios sobre as origens do Universo. No início existia o mar primordial que produziu a montanha cósmica composta do céu e da terra; da união do céu (deus An) com a terra (Ki) nasceu o deus do ar *Enlil*, que separou o céu da terra, levando esta consigo; uma nova união entre *Enlil* e sua mãe, a terra, produziu o homem, os animais, as plantas e a civilização.⁴⁹

Os primeiros deuses dos sumérios se confundiam com os grandes elementos cósmicos: o céu, a terra, o ar, e a água. Ao lado desses principais deuses havia numerosos outros que se ocupavam com o governo dos corpos celestes (sol, lua, estrelas), forças atmosféricas (tempestades), etc.

O universo era concebido como um domínio dos deuses. Esses se agrupavam num vasto panteão que, no III milênio a.C., já contava centenas de habitantes devidamente catalogados. Existia, naturalmente, uma hierarquia divina cujo lugar supremo foi ocupado primeiramente por *An*, que possuía seu principal santuário em Uruk. Aos poucos, os poderes de *An* foram passando para *Enlil* que se tornou a mais importante divindade sumeriana, ocupando lugar de destaque no culto e nos mitos. «Mitos e hinos mais recentes nos ensinam que *Enlil* era considerado como uma divindade benfazeja responsável pelo plano do universo, por sua criação e por aquilo que o mesmo contivesse de melhor. Era ele que fazia amanhecer o dia, que tinha compaixão dos homens, que dirigia o crescimento de todas as plantas e das árvores da terra. Era a fonte da abundância e da prosperidade do país, o inventor da Enxada e da Charrua, protótipos dos instrumentos que o homem utilizaria na agricultura». ⁵⁰ Após *Enlil*, a divindade mais considerada era *Enki*, deus do abismo e do oceano.

Os hinos exaltam a bondade, a retidão e a justiça das divindades. Os sumérios acreditavam que os deuses preferiam a moralidade à imoralidade, embora não soubessem explicar por que motivo haviam os mesmos criado também o pecado, o mal, o sofrimento e a infelicidade. Os deuses manifestavam sua vontade através de sonhos e oráculos. Os sumérios procuravam obter as bênçãos divinas por meio de sacrifícios regulares, oferendas de pão e libações. Em Ur, sob a III dinastia, ofereciam-se aos deuses carne, pão e bebidas acompanhadas de hinos e lamentações que se faziam ouvir ao som da harpa e do tamborim.

Os sumérios acreditavam na existência de uma vida de além-túmulo e um indício dessa crença são as oferendas colocadas nos túmulos. Após

a morte, a alma não passava de uma sombra errante que vagava nas trevas do *Kur*, espécie de inferno comparável ao Hades dos gregos. Antes de aí chegar a alma devia atravessar o «rio-devorador do homem» conduzida pelo «homem da barca», cenário e personagem que lembram imediatamente o Estige e o Caronte dos gregos.

10. O Legado

Jean Bottero, prefaciando a tantas vezes citada obra de Kramer, resume o legado sumeriano; «a organização social e política; o estabelecimento de cidades e de estados; a criação de instituições, de obrigações e de direitos; a produção organizada de alimento, do vestuário, da utensilagem; a organização do comércio e da circulação dos bens de troca; o aparecimento das formas superiores e monumentais da arte; os começos do espírito científico; enfim e sobretudo, invenção prodigiosa e cuja importância não se pode medir, o emprego de uma escrita sistematizada que permite fixar e propagar o saber... *tudo isso foi criado e instaurado pelos sumérios*. Este enriquecimento e esta organização admiráveis da vida humana apareceram pela primeira vez no IV milênio antes de nossa era, na região de Sumer, na parte baixa da Mesopotâmia, ao sul da moderna Bagdad, entre o Tigre e o Eufrates».⁵¹

OS SEMITAS

Introdução

Já vimos que os dois mais importantes grupos étnicos da Mesopotâmia antiga foram os Sumérios e os Semitas. Esses últimos, a partir pelo menos do III milênio a.C., ocuparam as vastas regiões do Oriente Próximo desde a Mesopotâmia ao Mediterrâneo e ao Mar Vermelho. A designação *semita* provém do filho de Noé, *Sem*.

Podemos, a rigor, falar em raça semita? Na realidade, a antropologia não nos fornece elementos suficientes para que possamos caracterizar de um modo preciso os povos semitas. Se levarmos em consideração que a região habitada por esses povos foi, durante milênios, conquistada e percorrida por outros povos racialmente os mais diversos, com os quais, muitas vezes, os semitas se misturaram, devemos declarar que não se pode falar propriamente em raça semita.

Os semitas constituíram, inegavelmente, um conjunto cultural que, no espaço e no tempo, se tem manifestado principalmente por duas características: unidade geográfica e unidade lingüística.

1. Origens

Várias têm sido as hipóteses (que não serão discutidas aqui) sobre o lugar de origem dos semitas. Um fato incontestável é que as migrações semíticas mais antigas de que nos chegou notícia tiveram, em sua grande maioria, a Arábia como zona de difusão.

A penetração no Vale Mesopotâmico se fez em vagas sucessivas; desde tempos bem recuados, os semitas viviam na zona rural, na periferia das cidades sumerianas, pastoreando seus rebanhos e criando gado. O terceiro milênio assinala lutas encarniçadas entre semitas e sumérios; no segundo milênio aqueles vão conquistando o predomínio político, absorvendo e assimilando a civilização dos sumérios e demais elementos estrangeiros encontrados. Finalmente, no último milênio, após haverem atingido o apogeu, os semitas vão sucumbir diante do ataque dos indo-europeus.

Uma das causas da supremacia semítica sobre os sumérios reside num fator geográfico-econômico: as cidades sumérias, após um milênio de prosperidade crescente, viram-se, cada vez mais, ameaçadas pelas aluviões transportadas e acumuladas pelos rios no Delta Mesopotâmico. Ia surgindo, assim, uma região pantanosa que dificultava o acesso dos portos sumerianos ao mar. Em vão, seus habitantes construíram canais: a natureza foi mais forte e obrigou o tráfico a procurar novas rotas comerciais. A cidade de Babilônia, uma das beneficiárias da nova situação, herdou a prosperidade das antigas cidades sumerianas, tornando-se, por sua situação geográfica privilegiada, grande centro político e econômico.⁵²

2. História Política

A primeira grande manifestação política dos semitas, de que temos notícia, na Mesopotâmia, foi a destruição do reino de Lugalzaggisi e o estabelecimento da dinastia semítica de Agadé por Sargão, o Grande. Sob essa dinastia é, pela primeira vez, mencionada a cidade de Babilônia: Bâb-Ilu em acádio, isto é, Porta de Deus. Essa designação correspondia ao vocábulo sumeriano Ka-dingir (porta de Deus).

Já vimos como a invasão dos Guti suplantou o domínio de Agadé. Seguiu-se a época brilhante da III dinastia de Ur e, finalmente, a criação da I dinastia de Babilônia pelos Amorritas (Amorreus). A grande época do I Império babilônico vai começar.

a) *O primeiro Império Babilônico.* — Pelo início do segundo milênio, uma nova vaga semítica invade a Mesopotâmia: são os amorreus, que fundam uma série de dinastias. Uma dessas dinastias, a primeira da Babilônia, atinge o apogeu com seu sexto rei, o famoso *Hamurabi* (cerca de 1700 a.C.).

Conhecemos a figura desse soberano através dos baixos-relevos: face alongada, nariz adunco, barba longa, cabelos curtos, corpo robusto e porte majestoso. Durante seu longo reinado de mais de quarenta anos o beduíno amorrita realizou uma obra política e social incomparável. «Nenhuma dúvida a esse respeito: o século de Hamurabi pode rivalizar com qualquer um dos séculos aos quais Pércles, Augusto, Luís XIV ligaram seus nomes». ⁵³ Hamurabi construiu um grande império que abrangia os territórios dominados outrora pela dinastia de Agadé — desde o Mar Inferior e do Elam até a Síria e o litoral do Mediterrâneo. Assumiu os títulos de rei de Sumer e de Acad, rei das quatro regiões, rei do universo e «Pai de Amurru» (Amurru = o ocidente). ⁵⁴

Fixando a capital desse vasto império em Babilônia, Hamurabi tornou essa cidade, por muitos séculos, uma das grandes capitais do Oriente. Dentro das fronteiras do Império Babilônico, existiam povos de raça, costumes e línguas diferentes: sumérios, elamitas, semitas, guti, cassitas. Para exercer o poder, impunha-se unificar tão heterogêneo estado. Hamurabi realizou esta unificação servindo-se de três elementos importantes: a língua, o direito e a religião.

O acádio tornou-se a língua oficial da administração. O Código de Hamurabi aproveitou toda a legislação precedente, sintetizando o direito antigo dos sumérios e as tradições semitas. A vida social, econômica e política ficou completamente regulada pela legislação de Hamurabi. Estudaremos, mais adiante e com mais pormenores, o direito mesopotâmico. No terreno religioso, Hamurabi procurou estabelecer a unificação, criando uma religião de Estado sem, contudo, suprimir as divindades locais. Marduk, deus da Babilônia, foi proclamado o deus supremo.

Os sucessores de Hamurabi vão assistir ao desmembramento do primeiro Império Babilônico que não pôde resistir à ameaça externa (Cassitas e Hititas) e interna (revolta da população do delta, refúgio dos últimos sumérios, e emancipação da Assíria).

Os cassitas, povo asiânico do Zagros, com uma classe dirigente formada por indo-europeus, vão penetrando pacificamente na planície como trabalhadores e mercenários. Por essa época, as revoltas internas mencionadas debilitaram o poder da Babilônia que foi então devastada pelos hititas, chefiados por Mursil I (1530?). ⁵⁵ Após a retirada dos invasores, a grande cidade passou a ser governada por reis da região do sul, o «País do Mar». Os cassitas ocupam, enfim, pela força, a outrora poderosa metrópole durante alguns séculos, introduzindo na Baixa Mesopotâmia o uso do cavalo e do carro de guerra.

Embora semibárbaros, os invasores e dominadores souberam apreciar a superioridade cultural dos vencidos não só respeitando-a, mas, até mesmo, procurando assimilá-la. Enquanto os cassitas dominavam Babilônia, surgia ao norte uma nova potência militar que viria a predominar na Mesopotâmia: a Assíria.

b) *O Império Assírio.* — A História da Assíria é hoje, bem conhecida graças a uma documentação considerável, fruto das descobertas arqueológicas dos últimos cem anos. Entre as cidades famosas nessa História figura, em primeiro lugar, Nínive, uma das mais antigas da Mesopotâmia, de acordo com as escavações estratigráficas. Além de Nínive, a Assíria possuiu outras cidades reais como Assur (Qalaat Shergat), Kalakh e Dur Sharrukin (Khorsabad) fundada por Sargão II.

A Assíria era uma região pobre de recursos e sem fronteiras naturais definidas. Explica-se, assim, o espírito belicoso de seu povo e o desejo de expansão.

A primeira tentativa assíria de estabelecer um império mundial foi efetuada por Tiglate-Pileser I (1112?) que, com seus exércitos vitoriosos, atingiu o Mar Negro, ao norte, o Mediterrâneo, a oeste, e a Babilônia, ao sul. O soberano assírio proclamou sua vitória: «Ao todo, quarenta e dois países, com seus reis, desde as margens do Zab inferior, região das montanhas distantes, até as margens do Eufrates, até ao país de Hattu e até ao mar superior, onde se deita o sol, do início de minha realeza a meu quinto ano de reinado, minha mão conquistou».⁵⁶

Sob Tiglate-Pileser III (746-727) renova-se a política de conquista que tivera avanços e recuos com os sucessores de Tiglate-Pileser I. Nessa época «a política assíria segue três grandes linhas diretrizes: ao norte, os reis visam assegurar as vias de comunicação através das montanhas e repelir os povos que procedem das mesmas; a oeste, a Síria e a Palestina são submetidas ao pagamento de tributo e a Assíria assegura o caminho do Egito e do mar; ao sul, o comportamento prudente da Assíria para com a Babilônia, irmã mais civilizada, resulta, precisamente sob Tiglate-Pileser III, na união pessoal das duas coroas».⁵⁷

Sargão II (721-705) marca o início do apogeu do Império Assírio, apogeu que durará por mais de um século. Essa época de grandeza se explica não só pelo poderio do exército assírio, que possui agora uma forte cavalaria, como também pela marcante personalidade de seus soberanos. O novo rei sucede a seu irmão Salmanasar V. Entre seus feitos militares assinalemos: a destruição do reino de Israel com a tomada de Samaria e o cativo de milhares de seus habitantes; (Note-se que o cerco de Samaria fora iniciado por Salmanasar V que morreu durante o mesmo e foi, então, substituído pelo irmão);⁵⁸ vitória sobre uma coligação do Egito com príncipes sírios; submissão de grande parte da Média. O domínio de Sargão II se estende até a ilha de Chipre «que ele toma como um peixe no mar».⁵⁹ Nessa época, os assírios são invencíveis. «Do Elam à ilha de Chipre, toda a Ásia Ocidental lhes é submissa. Seus soldados estão nas fronteiras do Egito. Nos palácios gigantes das margens do Tigre, as riquezas do mundo inteiro se acumulam e milhares de escravos são dobrados sob o chicote. E' o momento em que chega a nova da morte do tirano. Ele foi morto no decurso de uma expedição ao país de Tabal, ao norte do Elam, e seu corpo não foi

conduzido à capital para aí receber uma sepultura digna dele. Este acontecimento foi saudado, sem dúvida, em toda parte, como o prenúncio possível de uma reviravolta do destino.⁹⁰ Concluamos anotando que Sargão II foi um dos maiores construtores de palácios da Assíria.

Senaqueribe (705-681), filho de Sargão II, lutou contra Babilônia e Tiro que se haviam revoltado. O rei assírio é bem conhecido dos leitores da Sagrada Escritura onde é mencionado na luta que moveu contra Ezequias, rei de Judá, (4 Reis, 18,13-16).

Asarhaddão (681-669), filho e sucessor de Senaqueribe, revelou grande energia na repressão das revoltas que ameaçavam o império. Atacou o Egito e tomou Mênfis.

Assurbanipal (669-631), filho do precedente, reinou cerca de quarenta anos e foi o último dos grandes reis assírios. Seus exércitos invadiram o Alto Egito e atingiram Tebas. Em Babilônia uma revolta é reprimida a ferro e fogo. O Elam é devastado e Susa foi arrasada.

«Senaqueribe havia dado a Nínive seu lugar de capital. Assurbanipal fez dela a cidade dos artistas e dos escribas. Jamais sobre o solo mesopotâmico se havia levado tão longe a técnica do baixo-relevo. As fachadas e as salas dos palácios estavam, a perder de vista, cobertas de tapeçarias de pedra. Não somente trabalho em grande série, como no tempo de Sargão, mas obras magistrais: as caças de Assurbanipal são um dos pontos altos da arte universal. Ao lado dos escultores, os escribas não ficavam inativos. Não somente consignavam a história contemporânea sobre os prismas, os cilindros ou as lajes de gesso, mas recopiavam a literatura das idades mais recuadas. Na biblioteca real, as tabuinhas de argila conservavam a epopéia e a mitologia de um mundo passado mas em cujas lições esses realistas natos achavam ainda inspiração e ensinamento. Nínive era verdadeiramente «a grande cidade». Seu fim, entretanto, estava próximo, pois este colosso, como a maior parte dos colossos, tinha os pés de argila».⁹¹

Com efeito, os sucessores de Assurbanipal não souberam evitar a desagregação do Império Assírio. Nínive é conquistada e destruída em 612 por uma coligação de babilônios, medas e citas. Cumpriram-se as palavras do profeta Sofonias (2, 13 ss): «Ele estenderá sua mão contra o Norte e exterminará Assur e reduzirá a Bela (Nínive) à solidão e a país desabitado como um deserto».

Antes de encerrarmos este breve estudo sobre a História política do Império Assírio, lembremos, mais uma vez, os dois fatores preponderantes das vitórias assírias: a forte personalidade de seus soberanos e o espírito belicoso do exército. A linhagem de Sargão II revelou durante várias gerações o gênio da guerra unido a uma indomável energia e impiedosa crueldade. Esta última é o traço característico dos guerreiros assírios, cruéis por natureza e por política. Jamais povo algum exerceu de forma tão implacável o direito de vitória: prisioneiros tortura-

dos, olhos vazados, deportações em massa, pilhagens sistemáticas eram os marcos sangrentos deixados pelos exércitos assírios. A força desses exércitos residia numa infantaria de camponeses sóbrios e vigorosos, bravos por natureza e acostumados a uma disciplina férrea; a essa infantaria acrescentem-se os carros de guerra e, mais tarde, a cavalaria. A engenharia militar teve também papel decisivo nas vitórias assírias.

c) *O segundo Império Babilônico.* — A nova fase da História da Babilônia é conhecida como dinastia neo-babilônica ou caldaica. Essa dinastia conta seis soberanos dentre os quais Nabopolassar e Nabucodonosor foram os mais ilustres. Os vencedores dos Assírios, Nabopolassar, governador da Babilônia, e Ciaxares, rei dos medas, repartiram a conquista. Aos medas coube a Assíria propriamente dita, tendo como zona de influência a Ásia Menor; os babilônios mantiveram a hegemonia no Ocidente.

A dinastia fundada por Nabopolassar assinala a presença do elemento aramaico no governo da Babilônia. Os arameus, povo semita, havia séculos, vinham penetrando na Mesopotâmia. A linha política da dinastia caldaica está voltada para o Ocidente: Síria, Palestina e Egito vão atrair a atenção dos soberanos babilônicos. Estudemos sucintamente o reinado longo e glorioso de Nabucodonosor que, no poder, revelou-se grande general, hábil administrador e infatigável construtor.

Entre seus feitos militares figura a extinção do Reino de Judá com a destruição de Jerusalém (586?) e o transporte de milhares de judeus, entre os quais o rei Sedecias, para o cativeiro da Babilônia. Sentimos ainda hoje o eco vivo dessa catástrofe quando lemos as lamentações atribuídas ao profeta Jeremias, contemporâneo dos acontecimentos. Durante treze anos Nabucodonosor sitiou a cidade fenícia de Tiro até que seu soberano reconheceu a suserania babilônica.

O vasto império babilônico, sob Nabucodonosor, abrangia toda a Ásia Ocidental de Susa ao Mediterrâneo, do Alto Tigre (Nínive excluída) às margens do Golfo Pérsico, do Taurus ao Egito.

A obra do grande rei como construtor foi imensa. A. Parrot chama-o «o mais audacioso construtor da Antiguidade». Não só a capital do Império, mas as grandes cidades do sul mesopotâmico beneficiaram-se dessa verdadeira febre de realizações. Palácios, templos, jardins suspensos, ruas novas, canais, magnífica ponte, muralhas e fortificações poderosas fizeram reviver em Babilônia a época de esplendor de Hamurabi e tornaram-na a mais rica e maior cidade do mundo. Lembremos apenas dois monumentos: os jardins suspensos e a colossal *ziggurat*. Aqueles foram descritos por Deodoro da Sicília, Estrabão e Quinto Cúrcio; a tradição atribui a construção desses jardins à lendária Semíramis. Segundo Beroso, citado por Eusébio, Nabucodonosor teria construído os jardins, colocados pelos gregos entre as sete maravilhas do mundo, para agradar a sua esposa Amytis, filha (ou neta) do rei medo Astíages.

A princesa poderia ter a ilusão de viver entre a vegetação de seu torrão natal.⁴³ Com relação à colossal *ziggurat*, conhecida como Etemenanki (casa do fundamento do céu e da terra), era uma antiquíssima torre de sete andares com mais de 90 metros de altura que dominava a cidade da Babilônia. Esta *ziggurat* foi destruída e reconstruída diversas vezes e teria atingido todo o esplendor de sua magnificência sob os reinados de Nabopolassar e Nabucodonosor. Segundo alguns autores, o episódio bíblico da Torre de Babel estaria ligado à construção dessa famosa *ziggurat* em época bem remota da História da Mesopotâmia.

Nabucodonosor não teve sucessor digno de sua obra. Um deles, Nabônide, que havia associado seu filho Baltasar ao poder, viu o Império Caldaico cair em poder de Ciro, o fundador do Império Persa. Em 539 a cidade, provavelmente vítima da traição, foi tomada pelos invasores. Baltasar foi morto. Nabônide, que se encontrava ausente da metrópole, foi feito prisioneiro. O conquistador persa pôs fim ao cativo dos judeus que puderam, então, abandonar a terra do exílio e voltar à Palestina onde reconstruíram o templo de Jerusalém.

A cidade de Babilônia, ainda durante muito tempo, gozou de prestígio. Xerxes castigou-a impiedosamente por ocasião de uma revolta. Alexandre Magno sonhou torná-la capital de seu império mundial. Quando Seleuco fundou uma nova capital, Seleucia, nas margens do Tigre, Babilônia recebeu o golpe mortal e entrou definitivamente em decadência até cair no olvido e tornar-se o montão de ruínas que ainda hoje o viajante poderá contemplar a algumas dezenas de quilômetros ao sul de Bagdad. A voz de Jeremias ressoará então aos ouvidos daquele que, absorvido no passado, se detiver ante os milenares escombros da outrora rainha do Oriente: «Pela ira do Senhor ficará despovoada, e será toda convertida numa solidão; todo o que passar por Babilônia se espantará e dará uma vaia sobre todas as suas ruínas» (Jer 50,13).

3. A Sociedade

Estudaremos principalmente as classes sociais na Babilônia. Em primeiro lugar, a figura do rei. O poder monárquico é considerado de origem divina. O rei é o vigário do deus; governa em nome da divindade, não se confunde com a mesma como o faraó egípcio. «E' somente em alguns períodos da História da Mesopotâmia que certos soberanos, talvez sob a influência do Egito, fizeram preceder seu nome pelo ideograma da divindade, por exemplo, sob a III dinastia de Ur. No fim do período assírio e sob a dinastia neobabilônica, essa pretensão está, há muito, em desuso».⁴⁴

O rei na Mesopotâmia, como no Egito, concentrava atribuições religiosas, militares e administrativas.

Abaixo do rei, podemos enumerar os privilegiados que constituíam a corte e os altos funcionários do estado: os cortesãos, os governadores, os prefeitos, os administradores dos bens reais, etc.

Os sacerdotes constituíam uma verdadeira casta numerosa e hierarquizada cujas múltiplas funções tendiam a tornar-se hereditárias. No cimo dessa hierarquia estava o sumo sacerdote; imediatamente abaixo vem o *urigallu* que é o principal oficiante nas cerimônias sagradas. «Abaixo dele os sacerdotes que têm o direito de penetrar no santuário e de fazer aí libações ou oferendas aos deuses; os encantadores ou conjuradores que pronunciam as fórmulas rituais e exorcizam as potências do mal; os lamentadores, encarregados de apaziguar a cólera do deus; os cantores; os artesãos de todo o gênero; os lavadores para as abluções rituais; os adivinhos; os eunucos. Certos cultos possuem igualmente sacerdotisas e mesmo cortesãs».⁶⁶

Segundo o Código de Hamurabi, a grande massa da população estava dividida em três classes distintas: os homens livres, os homens «que se prosternam» e, finalmente, os escravos.

A primeira categoria é formada pelas pessoas de condição, livres por excelência; caracteriza-se pelo direito à propriedade individual; o «patrício» pode, em geral, dispor livremente de seus bens.

A segunda categoria é formada pelos plebeus; ao que parece, não possuía direito à propriedade imobiliária; podia, entretanto, possuir bens móveis e escravos.

A terceira categoria abrange os escravos. O nascimento, a compra no mercado e a guerra eram as principais fontes da escravidão. Os prisioneiros de guerra, tais como no-lo revelam os baixos-relevos assírios, eram, em parte, empregados nas grandes obras públicas (construções, canais), ou no serviço dos templos; em parte, eram vendidos no mercado de escravos. Juridicamente o escravo figurava como bem móvel. Recebia uma marca especial e o Código de Hamurabi punia severamente quem fizesse desaparecer tal sinal de propriedade. O escravo comprava a liberdade, o que supõe a possibilidade de possuir economias. «A particularidade da escravidão entre os Assírios e os Babilônios é que os escravos, submetidos como são a seu patrão, podem possuir um comércio, ter até os próprios escravos, fazer economias».⁶⁷ O autor refere-se principalmente ao período da História da Mesopotâmia entre 700 e 530 a.C.

Nessa tríplice divisão da sociedade, encontramos uma multidão ocupada nos mais diversos afazeres; ricos capitalistas, banqueiros, pequenos comerciantes, vendedores-viajantes, metalurgistas, armeiros, ourives, escultores, oleiros, cesteiros, tecelões, etc. A essa enumeração, que poderia ser bem mais longa, acrescentemos dois tipos sociais importantíssimos: o escriba e o camponês. Encontramos escribas pertencentes a todas as camadas sociais; o ofício era difícil e exigia longo preparo,

mas quem o exercia gozava de grande consideração. Os escribas se preparavam em escolas situadas em edifícios dependentes dos templos; dentro da profissão encontramos diversas especialidades: escribas dos templos, de negócios, do exército, escribas médicos, escribas sacerdotes, etc.

O camponês desempenhava um papel básico na economia mesopotâmica. Desde épocas imemoriais, os vales dos rios eram cultivados. Tal atividade exigia paciência e trabalho constantes, pois do controle da irrigação das terras dependia exclusivamente a fertilidade das mesmas. A lei regulava cuidadosamente a posse e a divisão da propriedade agrícola. A população rural distribuía-se entre proprietários do solo, meeiros ou simples escravos.

4. A Vida Econômica

Agricultura, criação de gado, indústria e comércio, eis as atividades econômicas a que se dedicavam os povos da Mesopotâmia na Antiguidade. A agricultura era a mais importante. Entre os principais produtos agrícolas figuravam: a cevada, cuja medida servia de estalão de valor, o sésamo, do qual se extraía o óleo, e a palmeira cuja utilidade era variadíssima. A vinha e a figueira eram igualmente cultivadas ao lado de outras plantas usadas na indústria e na construção. A vida rural mesopotâmica incluía também a criação de gado como ovelhas, bois e asnos. Os cavalos só apareceram na época do domínio dos cassitas.

Entre os diversos ramos da indústria mesopotâmica podemos citar: a fabricação de tijolos e de tabuinhas para escrever; a metalurgia; o trabalho em pedras para construção e ornamento; a tecelagem; a tinturaria; a fabricação de bebidas e de perfumes; a cerâmica, etc. A grande característica da vida econômica na Mesopotâmia é a atividade comercial. «Os povos mesopotâmicos, por sua especial aptidão para o comércio, podem ser considerados os pais de quase todas as modernas operações comerciais e bancárias. Para cada operação eles estipulavam um contrato escrito, usando na escrita um material resistente ao tempo: as tabuinhas de argila, que, conservadas por milênios entre as ruínas das cidades abandonadas ou destruídas, vieram à luz nas escavações que, desde 1842, aos nossos dias, sendo pioneiro Paulo Emílio Botta, foram feitas na Mesopotâmia. Esses documentos são dezenas de milhares e muitos deles foram decifrados e traduzidos pelos assiriólogos...»¹⁰⁰

Os rios e canais desempenharam papel importantíssimo nas relações comerciais. Embarcações de diversos tipos, movidas a vela e a remo, percorriam, com grande facilidade, em virtude de sua pequena tonelagem, os canais e os rios, promovendo um intenso intercâmbio comercial interno.

Para o comércio externo, a caravana desempenhava papel importantíssimo em virtude da insegurança dos caminhos. Entre os produtos de

exportação figuravam: a lã e outros tecidos; tâmaras; betume, utensílios de cerâmica, etc. Entre as matérias importadas anotemos: marfim e pedras preciosas da Índia, cobre de Chipre e de outras regiões da Ásia Ocidental, coral do Golfo Pérsico. O estalão de valor, como já vimos, era a cevada que foi, aos poucos, substituída principalmente pela prata.

A situação geográfica da Mesopotâmia tornava-a encruzilhada das mais importantes rotas comerciais entre o distante Oriente e o Ocidente. Uma vista geral nas antigas estradas comerciais revela-nos que, partindo da Babilônia, as caravanas podiam atingir, ao norte, a Ásia Menor e o Mar Negro; ao sul, o Golfo Pérsico e daí a distante Arábia Félix. A oeste, os portos do Mediterrâneo Oriental; a leste, por via terrestre através da Pérsia, as cidades da Índia. Note-se que as relações comerciais, da Pérsia à Ásia Menor, eram muito facilitadas pela grande difusão do aramaico. Concluamos esse estudo sumário do comércio mesopotâmico lembrando que as fontes para um aprofundamento da matéria são abundantes e de primeira mão, pois, devido ao hábito de escrever os contratos comerciais em material consistente e duradouro, capaz de atravessar milênios sem sofrer graves danos, podemos examiná-los no próprio original.

5. As Artes

As produções artísticas da Mesopotâmia, embora não tenham sido superiores às do Egito, tiveram uma influência bem mais extensa: repercutiram não só nas regiões vizinhas, mas ultrapassaram os limites do Oriente Próximo e inspiraram, em muitos casos, os artistas do Ocidente. É interessante notar que, entre os povos semitas, os acadianos sobressaem por suas realizações artísticas. Deve-se tal fato, sem dúvida, à influência dos sumérios. Esta é uma das características das produções artísticas mesopotâmicas como aliás de outros aspectos da civilização mesopotâmica: interpretação de elementos sumérios e semíticos. Outra característica da arte mesopotâmica é sua estilização. O monumental e o solene visam a representar os grandes eventos e os supremos ideais dos assírios e babilônios: reproduzem, por isso, os deuses, as guerras, as vitórias sobre os inimigos. «Os artistas não pensaram em traduzir nas suas obras a própria visão pessoal das coisas, mas, antes, uniformizá-las segundo uma lei de estilo unitário e regular. Não foram, na realidade, verdadeiros artistas, no sentido que damos a esta palavra, mas, antes, artesãos oficiais; a arte não nasceu como expressão da inspiração espontânea do povo, mas como uma manifestação do poder e da fé. Dominado pelo espírito e pelo ideal religioso, refletiu a visão séria e severa que os povos da Mesopotâmia tinham da vida: visão estática e coletiva, profundamente divergente do subjetivismo inovador que o mundo ocidental deve ao povo grego».⁸⁷

a) *Arquitetura*. — Anotemos alguns traços característicos da Arquitetura mesopotâmica. Como material, empregavam-se tijolos, ladrilhos e argila. As paredes grossas, praticamente desprovidas de janelas, eram apenas interrompidas pelas portas ricamente ornadas. Os monumentos da Arquitetura mesopotâmica eram templos, palácios e fortificações. O tipo de templo mais conhecido e imponente era a *zigurat* a que já fizemos alusão. Entre os elementos decorativos figurava a coluna que, por ser feita de material pouco resistente (por falta de pedras), não podia exercer sua função específica de suporte. A magnificência dos palácios reais como, por exemplo, os dos reis assírios em Assur, Nimrod, Khorsabad, Nínive, e a imponência das muralhas e fortificações deixaram uma impressão inapagável no espírito dos antigos. Sentimos um eco dessa impressão quando lemos as descrições de Heródoto sobre a Babilônia.

b) *Escultura*. — As estátuas de figuras humanas e divinas, raramente representadas isoladas, caracterizam-se pela solenidade e rigidez. A este convencionalismo corresponde o realismo da representação de animais. Leões e touros alados e outros animais fantásticos ainda hoje provocam nossa admiração nas salas dos museus.

O baixo-relevo foi a grande obra dos escultores mesopotâmicos, especialmente dos artistas assírios. Os baixos-relevos encontrados nas paredes dos palácios assírios são fontes preciosas para o estudo da vida dos soberanos daquele povo guerreiro. Audiências reais, cenas de caça, cenas de guerra são retratadas de maneira a produzir uma impressão viva e a completar o relato das inscrições. Grande parte desses baixos-relevos que decoram as antigas residências dos reis assírios representa cenas de guerra; mas os mais belos e mais naturais baixos-relevos são os que reproduzem cenas de caça. «Toda a convenção desaparece quando o escultor assírio se encontra em face do animal. Soberbamente ajacizados, imóveis e entesados, ou arrebatados num galope volante, os cavalos dos carros ou aqueles que levam os arqueiros são ainda delineados segundo certos modelos comuns que lhes dão mais grandeza que verdade. Mas o movimento dos animais selvagens é reproduzido com tanta precisão como variedade. Assim este bando de onagros, alguns dos quais escoiceiam, outros se voltam, outros ainda, atingidos por uma flecha, caem de costas ou sobre a cabeça encapuzada; assim as cabras selvagens; assim sobretudo os leões e as leas com seu alongamento felino, sua possante calma».⁶⁸

Note-se que «cada animal possui um aspecto e uma vida próprios, uma vivacidade que se reflete e se concretiza no conjunto do quadro».⁶⁹

Os pintores mesopotâmicos, cujas realizações quase só chegaram até nós em fragmentos, completavam o trabalho dos escultores. Os motivos que inspiraram a pintura mesopotâmica eram os mesmos dos baixos-relevos dos palácios reais: batalhas, caçadas, etc.

Entre as artes menores podemos citar a glíptica: a gravação em selos usados pelos antigos mesopotâmicos não só como substitutivos da própria assinatura em atos importantes mas também como amuletos.

6. As Ciências

Na Mesopotâmia, os sumérios deram o primeiro grande impulso ao desenvolvimento científico. Os babilônios não só herdaram como aperfeiçoaram o patrimônio intelectual sumeriano. Nem sempre é fácil (e, às vezes, é mesmo impossível) distinguir o que é sumeriano e o que é babilônico nos conhecimentos científicos. Quanto aos assírios, convém notar que desempenharam um papel secundário no progresso das ciências. Limitaram-se mais a compilar e transmitir o patrimônio cultural formado sob a influência preponderante dos babilônios. Vamos mencionar, apenas, em poucas linhas, algo dos conhecimentos dos babilônios e assírios em matemática, astronomia e medicina.

Matemática. Entre os conhecimentos de matemática podemos citar como exemplo, além do que já escrevemos sobre os sumérios: noções do quadrado, do cubo e das raízes quadrada e cúbica; cálculos relativos a empréstimos a juro, cálculo, por aproximação, do comprimento da hipotenusa; fórmulas para o cálculo da superfície do quadrado, do retângulo e do triângulo retângulo.

Astronomia. Os conhecimentos astronômicos dos mesopotâmicos foram elogiados, quase sempre com exagero, pelos escritores clássicos. Os astrônomos (que muitas vezes também eram astrólogos babilônicos) empregavam em suas observações o *gnomon* (*relógio do sol*), a clepsidra (relógio de água feito de um recipiente cilíndrico graduado que se enchia aos poucos) e os *pólos* (instrumento que permitia verificar a inclinação da eclíptica e a data dos equinócios e dos solstícios). Um dos problemas fundamentais que prendia a atenção dos astrônomos babilônicos era como ajustar o calendário lunar ao ritmo do sol. Preocupavam-se também com o cálculo dos eclipses, especialmente dos lunares, mais fáceis de prever. A elaboração dos signos do zodíaco e o estudo do movimento periódico dos planetas revelam um cuidadoso e contínuo estudo da abóbada celeste.

Medicina e outras ciências. As descobertas arqueológicas vieram desmentir a afirmativa de Heródoto e de quantos o haviam repetido, segundo a qual os babilônios não possuíam nem medicina nem médicos. As fontes que nos esclarecem sobre a medicina mesopotâmica são provenientes principalmente da biblioteca real de Assurbanipal ou do arquivo dos templos.⁷⁰ Os redatores das tabuinhas de conteúdo relacionado com conhecimentos médicos foram escribas, provavelmente simples compiladores e não especialistas em assuntos de medicina. Compreende-se assim que tenham resumido, sem maiores discriminações, tudo o que dissesse respeito a doenças. Desse fato originou-se a falsa idéia de que as práticas médicas se restringiam quase exclusivamente a processos má-

gicos. Na realidade, existiam dois campos distintos de atividade relacionada com a cura dos enfermos: um de caráter religioso, próprio dos exorcistas, cuja intervenção se fazia quando se supunha a existência de um fator preternatural como causa do mal; o outro campo era o da medicina propriamente dita. Desse trataremos aqui. Os médicos existiam, portanto, na Mesopotâmia e sua posição social era bastante considerada, como no-lo atesta o Código de Hamurabi que menciona os cirurgiões. «O renome dos médicos babilônicos ultrapassa então as fronteiras de seu país. Vemo-los, assim, na época de Tell-el-Amarna (XIV século), viajar em todo o Oriente Próximo e, como seus confrades egípcios, solicitados pelas cortes estrangeiras que os remuneravam ricamente».⁷¹

Nos textos cuneiformes encontramos verdadeiros tratados de diagnósticos e prognósticos sobre as doenças: assim, por exemplo, lemos numa tabuinha: «Se a vista do doente é escura, sua doença será longa, depois morrerá».⁷² Naturalmente o médico associava tal sintoma a outros. Os tratados de terapêutica são mais numerosos. Encontramos aí a descrição de numerosas doenças como distúrbios oculares, males do aparelho respiratório, afecções hepáticas ou intestinais, etc., com a indicação do respectivo tratamento. Os médicos da Mesopotâmia conheciam a vantagem da dieta e recomendavam banhos locais, loções e cataplasmas; aplicavam ligaduras e receitavam, para doenças oculares, unguentos, instilações e banhos nos olhos; para as afecções respiratórias eram indicadas poções calmantes (para a tosse), cataplasmas, infusões, etc.; as doenças do aparelho digestivo pediam purgativos e vomitórios administrados por diversas formas.

A farmacopéia dos babilônios gozava de grande reputação no Antigo Oriente Próximo e convém notar que «o nome acadiano de numerosas plantas medicinais foi usado pela Antiguidade Clássica e assim chegou até a farmacopéia moderna».⁷³

7. A Literatura

Os escribas da Mesopotâmia deixaram-nos um tesouro imenso de tabuinhas de conteúdo literário através das quais podemos fazer uma idéia da riqueza da literatura mesopotâmica e de seus diversos gêneros: jurídico, histórico, religioso, epistolar, científico, lingüístico, etc.

No seguinte item estudaremos o gênero jurídico. Os *textos históricos* são de grande interesse para a reconstituição dos acontecimentos. Os reis assírios foram sobretudo pródigos em deixar-nos gravados os relatos, às vezes brutais e impiedosos, de suas batalhas, conquistas e devastações.

No *gênero epistolar*, também de grande valor histórico, podemos citar a correspondência de Hamurabi com seus subordinados, a correspondência dos reis de Mári, as famosas cartas de Tell-el-Amarna e, finalmente, toda a coleção epistolar da época dos Sargônidas.

No *gênero religioso*, encontramos textos em prosa e em poesia. Os textos em prosa são principalmente rituais, fórmulas de encantamento e de exorcismo consideradas de grande valia na luta contra a ação dos espíritos maléficos. Mas a beleza da literatura mesopotâmica aparece nos poemas mitológicos de deuses e de heróis. Parece-nos ocioso recordar que todos os grandes poemas semíticos, considerados outrora como obras originais, foram precedidos de composições sumerianas. Embora, via de regra, aqueles não sejam meras cópias destas, podemos, contudo, afirmar que a poesia sumeriana foi a grande fonte em que se inspiraram os poetas semitas. Contenau observa a propósito: «Mas em razão da persistência dos traços sumerianos no semítico e, às vezes, no fundo mesmo do poema, não se pode desconhecer aí a inspiração sumeriana».¹⁴ Em certos textos, nos quais faltam outros indícios da influência sumeriana, a presença de nomes próprios indica claramente a fonte em que o autor semita colheu material e inspiração. A influência sumeriana explica também a razão pela qual a literatura babilônica e assíria difere das literaturas dos demais povos semitas entre os quais eram raras as tradições mitológicas.

Vamos citar, a título de exemplo, dois conhecidos poemas épicos da Mesopotâmia: o «*Enuma elish*» e a «*Epopéia de Gilgamesh*». O primeiro, cujo título provém das duas primeiras palavras iniciais (= quando no alto), é o poema da criação. Narra-se aí a organização do mundo ao sair do caos primitivo. Em sua redação acadiana, o poema da criação tem por finalidade a glorificação de Marduk (substituído por Assur na versão assíria) e remonta ao tempo da primeira dinastia da Babilônia. A *Epopéia de Gilgamesh* narra-nos os feitos heróicos do lendário Gilgamesh, fundador e rei da cidade de Uruk. Este assunto teve¹⁵ grande voga na Antiguidade; os feitos de Gilgamesh foram celebrados não somente na Mesopotâmia, em diversas versões semíticas, mas até mesmo em traduções hititas e hurritas. Na tabuinha XI da versão assíria do poema de Gilgamesh encontramos a narração do dilúvio que apresenta interessantes semelhanças com o conhecido relato bíblico. Ao tratarmos da literatura hebraica voltaremos ao assunto.

No *gênero científico* a literatura mesopotâmica deixou-nos escritos sobre matemática, astronomia, ciências naturais, medicina, etc.

No *gênero lingüístico* podemos citar como exemplo os catálogos¹⁶ de sinais e léxicos. Nos primeiros encontram-se os sinais cuneiformes e a indicação dos respectivos valores; nos léxicos estão justapostos termos acadianos e sumerianos.

8. O Direito

a) *Generalidades*. — O primeiro capítulo da História do Direito foi escrito na Mesopotâmia. Ao estudarmos a civilização sumeriana, já fizemos referência aos códigos que precederam ao de Hamurabi.

Vamos estudar agora o direito mesopotâmico de acordo, principalmente, com o código deste soberano. Algumas palavras, em primeiro lugar, a respeito do encontro desta famosa coleção de leis. Estão as mesmas gravadas cuidadosamente em uma estela cônica de dura pedra negra, medindo cerca de 2 m 25 de altura e quase 2 metros de circunferência na base. No cimo da estela, na frente, vemos, em relevo, o soberano, de pé, recebendo de Shamash, deus do sol e da justiça, as leis que se encontram gravadas logo abaixo. O monumento foi encontrado por J. Morgan durante as escavações realizadas no início do século (1901-1902), nas ruínas de Susa, para onde fora levado como espólio de guerra pelo rei desta cidade Shutruc-Nacunte. A famosa estela encontra-se hoje no Louvre.

Os artigos do código (em número de 282) estão redigidos em acadiano, língua oficial que se sobrepõe aos demais dialetos. «O código teve uma influência e uma longevidade excepcionais: era aplicado ainda em Babilônia e Nínive mil anos após sua redação. Na biblioteca de Assurbanipal encontraram-se fragmentos transcritos em sumério e acompanhados de uma tradução em dialeto assírio... Com adições ou supressões de detalhe, permaneceu a carta da sociedade assírio-babilônica...»⁷⁷

Seria errôneo pretender que Hamurabi tivesse sido completamente original em sua legislação. Seu mérito consistiu em haver realizado uma obra de acordo com a época, aproveitando o que já existia anteriormente. Entre a legislação de Hamurabi e a legislação sumeriana anterior não há solução de continuidade: há, sim, evolução e adaptação aos novos tempos. A originalidade da obra de Hamurabi está precisamente na extensão do direito das cidades sumério-acadianas à população da Babilônia.

O Código de Hamurabi não pode ser estudado isoladamente; deve-se levar em consideração uma vasta documentação contemporânea que abrange a correspondência do soberano e uma quantidade enorme de contratos que reconstituem a aplicação prática da legislação babilônica.

A reforma judiciária. O poder judiciário, na Caldéia anterior ao reinado de Hamurabi, era exercido nos templos pelos sacerdotes em nome dos deuses. Na Babilônia, desde o início da I dinastia, começaram a ser organizados, à imitação do que já existia em Sumer, tribunais civis dependentes diretamente do soberano. Hamurabi conferiu à justiça real supremacia sobre a justiça sacerdotal; deu-lhe uniformidade de organização e regulamentou cuidadosamente o processamento das ações, compreendendo nessa regulamentação a propositura, o recebimento ou não pelo juiz, a instrução completada pelo depoimento de testemunhas e diligências «in loco» e, finalmente, a sentença. Foi estabelecida então uma organização judiciária que incluía até o ministério público e um direito processual. «Todo este sistema judiciário estava dominado pela autoridade soberana do rei. Juiz supremo, podia avocar a si todas as causas. As partes podiam, além disso, dirigir-se a ele por petição, principalmente se lhes era impossível obter justiça diante dos tribunais regulares».⁷⁸

b) *Direito privado.* — Passemos agora ao estudo de algumas normas de direito privado.

*O direito de família.*⁷⁹ O Código de Hamurabi consagra 67 artigos à família e aos efeitos do casamento com relação à propriedade. O contrato matrimonial devia ser escrito e se completava no momento em que a mulher entrasse em casa do marido. Por ocasião da assinatura do contrato de casamento, o pai da noiva dava-lhe um dote que passava a ser propriedade da esposa e não podia ser alienado pelo marido; em caso de divórcio, o dote permanecia com a mulher, se a mesma provasse estar com a razão.

Mulher e marido eram solidariamente responsáveis pelas dívidas feitas durante a vigência do casamento. O marido, entretanto, podia pagar suas próprias dívidas entregando a mulher e os filhos ao credor a título de locação de serviços por três anos, no máximo. A mulher gozava de capacidade jurídica: podia gerir livremente seus bens, receber herança, fazer doações, contratos, comprar imóveis e até mesmo demandar em juízo. O casamento babilônico era monogâmico, mas admitia-se o concubinato no caso de esterilidade da mulher. O divórcio, freqüente, podia ser admitido por várias razões. A mulher adúltera, se não obtivesse o perdão do marido, era tratada com rigor, podendo ser jogada à água em companhia do cúmplice.

*Direito contratual.*⁸⁰ Os dispositivos do Código de Hamurabi concernentes ao direito contratual supõem uma propriedade individual facilmente alienável. A venda à vista de bens móveis não exigia nenhuma formalidade. A venda de bens imóveis, porém, devia ser realizada mediante contrato escrito redigido na presença de testemunhas. O contrato podia ser acompanhado de cláusulas de garantia que assegurassem a irrevogabilidade do mesmo; a cláusula penal previa o pagamento de indenização em caso de evicção, isto é, no caso em que ficasse demonstrado que o objeto vendido pertencia, por direito anterior ao contrato, a outra pessoa. O direito babilônico admitia a venda a crédito ou a prestação.

Os contratos de locação de imóveis urbanos e rurais eram cuidadosamente regulados, fixando-se as responsabilidades do locatário e do locador. O empréstimo particular e comercial eram previstos, havendo disposições especiais para evitar a prática da usura. «O direito contratual, que regulava toda a vida econômica, não somente da Babilônia mas de todas as praças da época, havia tomado, desde as codificações de Ur, um desenvolvimento considerável. Unificou-se no Código de Hamurabi e deu ao comércio internacional um estatuto jurídico que devia ser conservado sem modificação alguma até a época neo-babilônica». (Pirenne, p.88).

Direito Social. Um dos aspectos mais interessantes do direito mesopotâmico é o caráter eminentemente social de alguns de seus dispositivos. Assim é que encontramos o contrato de emprego regido por lei que

«fixa a responsabilidade do empregador e a do empregado, regula o montante dos salários, organiza a aprendizagem, fixa o preço de locação dos navios, e, inaugurando uma política humanitária que se antecipa de sete séculos às reformas que Horemheb realizará no Egito, impõe a todo patrão pagar a seus assalariados três dias de férias por mês». ⁸¹ Médicos e arquitetos têm também seus honorários regulamentados. Os templos tinham a obrigação de fazer empréstimo sem juros aos devedores em condição de escravos a fim de que comprassem sua liberdade. Aos doentes fazia-se também um empréstimo especial que só devia ser pago em caso de cura.

c) *Direito penal.* ⁸² — Recordemos, preliminarmente, que, entre as leis penais da Mesopotâmia, encontramos mais clemência no Código sumeriano, e mais severidade no direito assírio; o Código de Hamurabi medeia entre ambos. Examinemos, a seguir, quais os principais delitos configurados no famoso código e as respectivas penalidades.

Crimes contra a reputação alheia e crimes de falso testemunho. A simples calúnia e o falso testemunho, um como o outro, eram severamente punidos: o art. 1 estabelece a pena de morte para quem acusar outrem de sortilégio, sem que possa produzir a necessária prova; o art. 3 condena à morte a falsa testemunha de acusação em processo que poderia resultar na pena capital para o réu: «Se alguém, em um processo, se apresenta como testemunha de acusação e não prova o que disse, se o processo importa perda de vida, ele deverá ser morto». A testemunha que se deixasse corromper estava sujeita a um exemplar castigo, como depreendemos da leitura do art. 4: «Se alguém se apresenta como testemunha por grão e dinheiro, deverá suportar a pena cominada no processo».

O art. 127 pune a difamação: «Se alguém difama uma mulher consagrada ou a mulher de um homem livre e não pode provar, dever-se-á arrastar esse homem perante o juiz e tosquiá-lo a frente». Notemos que a lei faculta ao difamador a prova da verdade.

Crimes contra a família. Segundo o art. 129, a mulher e seu cúmplice, apanhados em flagrante adultério, deveriam ser lançados à água, «salvo se o marido perdoar a sua mulher e o rei a seu escravo». A mulher acusada de adultério pelo marido poderia evitar o castigo, jurando em nome de Deus sua inocência (Art. 113). No caso de ausência do marido, por ter sido feito prisioneiro, a mulher só poderia abandonar o lar se não encontrasse no mesmo meios de subsistência; não se verificando tal hipótese, o abandono acarretaria como pena o lançamento à água (Arts. 133 e 134). Na mesma pena incorreria a mulher negligente que «se ausenta, dissipa sua casa, descure seu marido» (Art. 143). A empalgação era o castigo previsto para a esposa que assassinasse o marido por causa de outro homem (Art. 153).

A autoridade dos pais, mesmo adotivos, é cuidadosa e severamente resguardada: o filho reincidente em falta grave contra seu pai pode

ser renegado pelo mesmo (Art. 169). «Se o filho de um dissoluto ou de uma meretriz diz a seu pai adotivo: tu não és meu pai ou minha mãe, dever-se-á cortar-lhe a língua» (Art. 192). Se o mesmo filho, citado no artigo anterior, abandonasse os pais adotivos e voltasse à casa paterna, teria os olhos arrancados (Art. 193). O espancamento do pai pelo filho era punido com as mãos decepadas (Art. 195). A ama de leite que tentasse iludir os pais da criança entregue a seus cuidados substituindo-a, no caso de morte, por outra, teria os seios cortados (Art. 194).

Crimes contra os costumes. O estupro era punido com a pena capital (Art. 130). O código considerava diversas modalidades de incesto, cominando para cada caso penas como: desterro (Art. 154), expulsão da casa paterna (Art. 158), fogueira (Art. 155), e lançamento à água.

Crimes contra o patrimônio. O Código estabelece a pena de morte para diversas modalidades de crime contra o patrimônio, como, por exemplo: Furtar bens de Deus ou da Corte ou receptá-los (Art. 6). Possuir objetos perdidos por outrem e não poder provar com testemunhas sua aquisição de um terceiro (Art. 10). Vender objetos perdidos por outrem (Art. 9). O art. 22 condena à pena de morte todo o ladrão colhido em flagrante delito. Segundo o Art. 25, o ladrão que aproveitasse a oportunidade de um incêndio para roubar, deveria ser lançado às chamas do mesmo incêndio.

Lesões corporais. A cominação de penas, em matéria de lesões, varia de acordo com a posição social do ofendido. É oportuno lembrar que o Código de Hamurabi «atesta fortemente a existência, pelo menos nas cidades, de três categorias de seres humanos; o «Homem», propriamente dito, isto é, o homem por excelência, o homem livre; «o que se prosterna», o subalterno, o inferior, o homem que pouco vale; finalmente, o escravo, propriedade de um outro homem, livre ou subalterno». ⁸³ Feita essa observação, citemos alguns dos artigos que configuram os delitos de lesão corporal.

Art. 196. Se alguém arranca um olho a um outro, se lhe deverá arrancar o olho. Art. 197. Se ele quebra o osso a um outro, se lhe deverá quebrar o osso. Art. 198. Se ele arranca o olho de um liberto, deverá pagar uma mina. Art. 199. Se ele arranca um olho de um escravo alheio, ou quebra um osso ao escravo alheio, deverá pagar a metade de seu preço. Art. 200. Se alguém parte os dentes de um outro, de igual condição, deverá ter partidos os seus dentes. Art. 201. Se ele partiu os dentes de um liberto, deverá pagar um terço de mina. Art. 202. Se alguém espanca um outro mais elevado que ele, deverá ser espancado em público sessenta vezes, com o chicote de couro de boi. Art. 203. Se um nascido livre espanca um nascido livre de igual condição, deverá pagar uma mina, etc.

Desonestidade, imperícia ou negligência no exercício da profissão. Um dos aspectos interessantes do Código de Hamurabi é a maneira co-

mo se pune a falta cometida no exercício de certas profissões. Assim, por exemplo, a imperícia ou negligência do médico poderiam custar-lhe a perda das próprias mãos ou, caso a vítima fosse um escravo, uma indenização correspondente ao prejuízo causado (Arts. 218-220). O veterinário que causasse a morte de um boi ou de um burro estava igualmente sujeito à indenização (Art. 225). O arquiteto negligente ou imperito era severamente punido: se a casa por ele construída caísse e causasse a morte do proprietário, o construtor deveria ser também condenado à morte. Se a vítima do desabamento fosse o filho do proprietário, o filho do arquiteto deveria sofrer a pena capital (Arts. 229-230).

Crime contra a segurança pública. O art. 109 prevê um curioso crime contra a segurança pública: trata-se da taberneira que deixa de fazer a devida denúncia contra os conspiradores que se reunirem em seu estabelecimento. O Código pune a omissão da taberneira (omissão que pode ser equiparada à cumplicidade) com a pena capital.

O Código em seu artigo 5 continha uma severa advertência aos juizes: «Se um juiz dirige um processo e profere uma decisão e redige por escrito a sentença, se mais tarde o seu processo se demonstra errado e aquele juiz, no processo que dirigiu, é convencido de ser causa do erro, ele deverá então pagar doze vezes a pena que era estabelecida naquele processo, e se deverá publicamente expulsá-lo de sua cadeira de juiz. Nem deverá ele voltar a funcionar de novo como juiz em um processo».

Direito Penal entre os Assírios. Antes de encerrarmos este item sobre o Direito na Mesopotâmia, façamos algumas observações com respeito ao Direito Penal entre os assírios. As leis assírias eram mais precisas e mais severas que as leis babilônicas. Nota-se nas mesmas, além da influência de elementos sumerianos e semíticos, a contribuição de povos asiáticos com os quais os assírios entraram em contacto no decurso de sua expansão. As penas previstas nas leis assírias iam desde as simples multas até as cruéis mutilações e a própria morte. As multas e as bastonadas eram aplicadas em faltas menores. As mutilações podiam atingir, conforme o crime praticado, os dedos, os lábios, o nariz, os seios e as orelhas. A pena de morte era aplicada por meio da empalação, do enforcamento ou do afogamento.

9. A Religião

a) *Fontes.* — As fontes para o estudo da vida religiosa dos assírios e babilônios são numerosíssimas. Rituais, listas de pecados, poemas épicos, hinos e orações dedicadas aos deuses, textos divinatórios e mágicos podem dar-nos uma idéia das concepções religiosas dos acadianos.

b) *Origens.* — Qual a origem da religião dos assírios e babilônios? Dar um esclarecimento definitivo a respeito seria desvendar a origem da religião dos sumérios, o que ainda é considerado fora das possibilidades

dos estudiosos da Antiguidade Oriental. Quando os semitas se estabeleceram na Mesopotâmia assimilaram a religião sumeriana adotando os deuses cultuados na região e dando-lhes nomes semitas. A «absorção» do elemento acadiano pelo elemento sumeriano foi tal que não é possível hoje em dia, sem risco de cair em erro mais grosseiro, classificar a religião acadiana e suas derivadas, babilônica e assíria, entre as religiões semíticas». «Dessa fusão de elementos religiosos sumerianos e semíticos nasceram as dúvidas e a falta de unidade que dificultam qualquer exposição da religião dos babilônios e assírios. Muitas vezes não houve fusão de conceitos religiosos e de divindades, mas uma simples justaposição. Tudo isso explica a diversidade e até mesmo as contradições existentes, por exemplo, no que concerne à «filiação» de certas divindades, à formação de pares divinos, etc.

c) *A natureza dos deuses.* — O panteão mesopotâmico era habitado por uma infinidade de deuses. Antes, porém, de estudarmos alguns dos principais habitantes desse panteão, vamos tentar resumir a idéia que os acadianos possuíam sobre a natureza dos deuses. Estes eram considerados como seres celestes (o próprio céu era um deus) semelhantes aos homens, porém dotados de imortalidade. Como os seres humanos, os deuses constituíam família e possuíam filhos e servos. Estavam sujeitos às paixões humanas; tinham necessidade de alimento e de roupas. Compreende-se, assim, que os sacerdotes apresentassem oferendas e sacrifícios com regularidade para evitar a cólera divina. O leitor terá notado a semelhança entre a concepção do divino entre os acadianos e entre os helenos. Tal semelhança se acentua ainda mais, quando verificamos que os deuses mesopotâmicos também possuem sua própria história e que a mitologia acadiana é riquíssima. Tal fato sugere, evidentemente, um interessante tema que deve ser tratado no estudo da gênese da religião grega: possíveis e prováveis influências das religiões orientais nas concepções religiosas dos helenos.

Os deuses cósmicos. Presidindo as quatro grandes regiões em que se divide o universo, o céu, a terra, a água e o inferno (mundo subterrâneo), existem quatro deuses: An (Anum ou Anu), En-lil (seu nome semítico é Bel, senhor), En-Ki (Ea) e Nergal. Os três primeiros formam a tríade suprema das divindades da Mesopotâmia.

An, deus do céu, aparece em primeiro lugar sempre que se pretende estabelecer uma hierarquia entre as divindades. Possui o poder supremo e, como tal, é o deus dos céus, o pai dos céus e o rei dos céus, reinando sobre os deuses do céu e da terra. Anu é que confere o poder aos reis terrenos. Sua esposa é Antun. Um dos principais centros do culto de Anu era a cidade de Uruk.

En-lil era primitivamente o deus do vento. Tornou-se mais tarde o deus da terra. Decreta leis para os mortais e controla o destino dos

HIERÓ- GLIFO	SINAÍ- TICO	FENÍCIO	GRECO (ANTIGO)	ETRUS- CO	LATINO
		āleph	alpha		
		bēt	bēta		
		gimel	gamma		
		dālet	delta		
		hē	ēta		
		waw	vau (u)		
		zajin	zēta		
		chēt	hēta		
		tēt	thēta		
		jōd	iōta		
		kaph	kappa		
		lamed	lamda		
		mēm	mū		
		nāhas	nu		
		ajin	o		
		pe	pi		
		koph	phi		
		rēs	rho		
		samek	sigma		
		tāw	taw		
			xí		
			phi		
			chi		



16. Relevo representando
uma divindade
de Ras Shamra.



17. Bandeja de ouro
encontrada
em Ras Shamra.

mesmos. Recebia um culto especial em Nipur. Sua esposa, a soberana por excelência, era *Nin-lil*.

En-ki, o deus das águas, era venerado principalmente em Eridu. Deus da magia, da sabedoria, inventor das artes e criador e benfeitor da humanidade. Sua esposa era *Nin-ki*, chamada também *Damki-na*.

Nergal, com sua esposa *Nin-ki-gall*, impera no mundo subterrâneo, país dos mortos, a terra sem retorno.

Os Astros. No céu claro da Mesopotâmia, pátria da astronomia, seus habitantes estavam acostumados a apreciar a marcha dos astros e também a cultuá-los. *Sin*, a lua; *Shamash*, o sol; *Ishtar*, o planeta Vênus; formavam uma tríade astral.

Sin, o deus-lua, é o deus de Ur, a cidade de Abraão. Com seus conselhos, *Sin* influi nas decisões dos deuses e dos homens. Os eclipses da lua eram considerados como mau presságio.

Shamash era filho de *Sin* e da deusa *Nin-gal*. Na estela do Código de Hamurabi aparece em forma humana sentado em seu trono: é o deus da justiça que castiga os maus. Protetor especial das cidades de Larsa (Sumer), Sippar (Akkad) e Assur.

Ishtar (em sumério *Innin* ou *Nin*), como deusa do dia, é deusa guerreira por excelência; protege os soldados na batalha e recebe, por isso, a especial invocação dos assírios. Como deusa da noite, era considerada a protetora do amor.

As forças da natureza. Deuses menos poderosos que os senhores das quatro regiões do mundo e que os grandes deuses astrais, eram aqueles aos quais se atribuíam certos fenômenos naturais. Citemos apenas alguns, a título de exemplo:

Hadad, deus do raio e da tempestade;

Gibil, deus do fogo;

Dumuzi-Tamuz, deus da vegetação.

Gish-si-da, outro deus da vegetação; «como Dumuzi, morre e resuscita com as plantas segundo o curso das estações».⁸⁵

Nisaba foi primeiramente a terra fecunda que produz as colheitas; passou, depois, a ser considerada a deusa da escrita, da astrologia e da inteligência.

«O vento que sopra, a tempestade que ronca, a vida que germina do solo e se perpetua na semente, tudo o que escapa à inércia da matéria manifesta uma vontade que o homem procura captar se é benfazeja, a conjurar se é malfazeja. A natureza animada é um teatro onde têm livre curso os caprichos dos deuses e das deusas que povoam os abrigos ocultos onde não penetra a vista do profano».⁸⁶

Os deuses nacionais. Dois deuses, em determinados momentos da História, tiveram um culto especial e foram elevados ao cimo da hierarquia divina meramente por razões de ordem política: *Marduk* e *Assur*.

Marduk. A par da unificação lingüística (acadiano, língua oficial), e da unificação jurídica (código), Hamurabi realizou também a unificação religiosa fazendo de Marduk, deus local da Babilônia, o rei supremo do universo e dos grandes deuses, o Bel (senhor) por excelência. Lemos no Código de Hamurabi que a tríade suprema Anu, Bel e Ea «entregara os destinos do mundo e o governo dos homens a Marduk, filho mais velho de Ea». Essa ascendência de Marduk na época de Hamurabi reflete-se ainda no Império Neo-babilônico quando encontramos concentrados no deus babilônico os poderes de outras divindades. Assim, por exemplo, Enlil, Shamash, Adad, etc., nada mais são que Marduk considerado como deus da dominação, da justiça, da chuva, etc.⁸⁷

Assur. E' o deus por excelência da Assíria. Seu nome está ligado ao próprio país e à sua cidade santa. E' chamado o pai dos deuses e proclamado o Criador. Dele recebem os reis o poder. Deus essencialmente guerreiro conduz seu povo fiel à vitória e massacra os vencidos. «E' necessário, entretanto, ajuntar que são quase exclusivamente os monumentos oficiais que exaltam dessa maneira o poder de Assur; os textos religiosos respeitam a ordem tradicional de precedências: se Marduk pôde forçar o lugar, não aconteceu o mesmo com Assur que permanece o deus dos reis, sem tornar-se o dos sacerdotes».⁸⁸

Os gênios. Assírios e babilônios acreditavam na existência de uma série infinda de gênios bons e maus sobre cuja origem não possuíam idéias definidas. Os famosos touros alados que causaram tanta sensação na época das primeiras descobertas arqueológicas, nada mais eram que representações de bons gênios. Os maus gênios eram mais numerosos que os bons; monstros horríveis, inimigos dos homens, procuravam atrapalhar de diversas maneiras a vida cotidiana: seguem o viajante, entram nas casas, assobiam, murmuram, maltratam os animais, apoderam-se das pessoas quando as mesmas se encontram em pecado. Na posse de um infeliz, o demônio provocava a doença curável pelo exorcismo.⁸⁹

d) *A vida religiosa.* — O centro da vida religiosa era o templo cuja disposição variava bastante. Nele residiam não somente os deuses mas também seus servidores: os sacerdotes e seus auxiliares. O plano do templo compreendia, por isso, anexos como jardins, residências, escolas, bibliotecas, armazéns e estrebarias. No santuário propriamente dito, guardado nas portas por gênios protetores, encontravam-se o deus e sua companheira. Existiam nesse santuário a mesa para as refeições sagradas, a bacia de pedra para as abluções e um recipiente para queimar perfumes e incenso. A refeição sagrada a ser oferecida ao deus era o ato essencial do culto: obedecia a um minucioso ritual e consistia, entre outros alimentos, na carne de animais selecionados e sacrificados pelos sacerdotes.

A astrologia, a magia e a adivinhação desempenhavam papel importante na vida religiosa de assírios e babilônios. Os templos possuíam exorcistas e adivinhos à disposição do público. A magia contrabalançava a ação maléfica dos maus espíritos; a adivinhação revelava, mais que o próprio futuro, as intenções das divindades; a astrologia fornecia preciosos dados sobre o destino humano.

Cada deus da Mesopotâmia possuía sua festa especial. Uma das solenidades religiosas mais famosas ocorria na Babilônia no início da primavera: era a festa do novo ano. Por essa ocasião, Marduk recebia uma verdadeira glorificação da qual participavam não somente o povo e o soberano mas os próprios deuses; estes, representados por suas estátuas, eram recebidos por Marduk em seu templo de Esagil. Os festejos duravam doze dias e sintetizavam toda a riqueza litúrgica e doutrinária da religião babilônica.

e) *A vida de além-túmulo.* — As crenças e práticas religiosas dos assírios e babilônios tinham um alvo: afastar o mal, procurar a felicidade terrena. O grande desejo de todos era uma vida prolongada e feliz. O poderoso Assurbanipal não hesita em implorar: «A mim, que temo tua divindade, concede-me uma existência rica em dias, a alegria do coração; e que meus pés fiquem velhos de tanto marchar no teu templo».⁹⁰

A religião só interessava aos vivos. A situação dos mortos era desoladora. A outra vida nada oferecia de compensador. Os mortos eram sepultados com cuidado de acordo com o ritual; regularmente levavam-lhes a alimentação a fim de que não voltassem à terra e causassem malefícios aos que os haviam abandonado. Pessoas humildes e soberanos encontravam-se, depois da morte, no *arallu*, mundo subterrâneo, «a terra sem retorno». Nesse mundo tenebroso, sem ar e sem alimentos, a não ser pó e lama, as sombras dos mortos levavam uma vida miserável sem a esperança de poder abandoná-lo (a não ser para castigar os que os haviam esquecido), pois demônios vigiavam as sete barreiras que os separavam dos mundos dos vivos.

Nada existia no além que lembrasse uma recompensa pelas boas ações praticadas em vida ou um castigo pelos pecados cometidos. A recompensa pelas boas ações era distribuída durante a vida terrena sob a condição de que não se desagradasse aos deuses. Explica-se assim que a religião dos assírios e babilônios, cujo conteúdo ético era bem inferior ao da religião egípcia, levasse seus fiéis a viverem num constante medo de seus deuses.

10. O Legado

A Mesopotâmia antiga, por sua excepcional situação geográfica, foi um verdadeiro cadinho de raças e de civilizações: sumérios, semitas, elamitas, hititas, cassitas e outros povos deixaram sua maior ou menor con-

A astrologia, a magia e a adivinhação desempenhavam papel importante na vida religiosa de assírios e babilônios. Os templos possuíam exorcistas e adivinhos à disposição do público. A magia contrabalançava a ação maléfica dos maus espíritos; a adivinhação revelava, mais que o próprio futuro, as intenções das divindades; a astrologia fornecia preciosos dados sobre o destino humano.

Cada deus da Mesopotâmia possuía sua festa especial. Uma das solenidades religiosas mais famosas ocorria na Babilônia no início da primavera: era a festa do novo ano. Por essa ocasião, Marduk recebia uma verdadeira glorificação da qual participavam não somente o povo e o soberano mas os próprios deuses; estes, representados por suas estátuas, eram recebidos por Marduk em seu templo de Esagil. Os festejos duravam doze dias e sintetizavam toda a riqueza litúrgica e doutrinária da religião babilônica.

e) *A vida de além-túmulo.* — As crenças e práticas religiosas dos assírios e babilônios tinham um alvo: afastar o mal, procurar a felicidade terrena. O grande desejo de todos era uma vida prolongada e feliz. O poderoso Assurbanipal não hesita em implorar: «A mim, que temo tua divindade, concede-me uma existência rica em dias, a alegria do coração; e que meus pés fiquem velhos de tanto marchar no teu templo».⁹⁰

A religião só interessava aos vivos. A situação dos mortos era desoladora. A outra vida nada oferecia de compensador. Os mortos eram sepultados com cuidado de acordo com o ritual; regularmente levavam-lhes a alimentação a fim de que não voltassem à terra e causassem malefícios aos que os haviam abandonado. Pessoas humildes e soberanos encontravam-se, depois da morte, no *arallu*, mundo subterrâneo, «a terra sem retorno». Nesse mundo tenebroso, sem ar e sem alimentos, a não ser pó e lama, as sombras dos mortos levavam uma vida miserável sem a esperança de poder abandoná-lo (a não ser para castigar os que os haviam esquecido), pois demônios vigiavam as sete barreiras que os separavam dos mundos dos vivos.

Nada existia no além que lembrasse uma recompensa pelas boas ações praticadas em vida ou um castigo pelos pecados cometidos. A recompensa pelas boas ações era distribuída durante a vida terrena sob a condição de que não se desagradasse aos deuses. Explica-se assim que a religião dos assírios e babilônios, cujo conteúdo ético era bem inferior ao da religião egípcia, levasse seus fiéis a viverem num constante medo de seus deuses.

10. O Legado

A Mesopotâmia antiga, por sua excepcional situação geográfica, foi um verdadeiro cadinho de raças e de civilizações: sumérios, semitas, elamitas, hititas, cassitas e outros povos deixaram sua maior ou menor con-

tribuição àquilo que podemos chamar de civilização mesopotâmica. É evidente que, de todas essas contribuições, as duas essenciais foram a dos sumérios, em primeiro lugar, e a dos semitas, em segundo. Os demais povos que passaram pelos vales do Tigre e do Eufrates receberam mais da civilização mesopotâmica do que contribuíram para a mesma.

Vamos verificar agora qual o legado da Mesopotâmia aos povos da Antiguidade e ao nosso Mundo Moderno.

Estudando a irradiação do patrimônio cultural sumério-babilônico, especialmente no setor do pensamento, Masson-Oursel⁹¹ escreve que a irradiação das idéias de Sumer e de Acad «por intermédio dos semitas ocidentais e por meio do afluxo greco-latino penetrou na Europa; através do intermediário iraniano atingiu a Índia; à Pérsia islâmica, continuadora desta prestigiosa antiguidade, impôs sua filosofia, como sua arte, não menos a nossas escolásticas judia e cristã que ao Hindostão e ao Turquestão chinês». Embora algumas dessas asserções sejam discutíveis, revelam contudo que a amplitude do alcance da civilização que acabamos de estudar foi profunda, no tempo e no espaço. Procuraremos, em breves linhas, apontar mais precisamente alguns pontos da influência civilizadora da Mesopotâmia antiga. Começemos com a influência na Antiguidade e anotemos as seguintes contribuições:

1) As unificações políticas do Oriente realizadas pelos impérios, que se sucederam no decorrer de vários milênios, favoreceram as ligações entre o Ocidente e o Oriente difundindo os elementos culturais da Mesopotâmia, fomentando o intercâmbio comercial de regiões distantes e dando a povos diversos uma língua semita como denominador comum.

2) As codificações das leis mesopotâmicas serviram de modelo para outros povos do Oriente Antigo. Sobre as relações entre a legislação de Hamurabi e a legislação mosaica faremos, adiante, oportunas observações.

3) Encontramos, na Mesopotâmia, os primeiros exemplos de cidades-estados; entretanto não se pode afirmar com segurança que tal forma de organização política teria influído em outras semelhantes que existiram em épocas posteriores, como, por exemplo, na Fenícia e na Grécia.

4) Já observamos que as realizações artísticas da Mesopotâmia tiveram grande repercussão no Oriente Antigo. Moscati, depois de apontar a Mesopotâmia como um dos grandes pontos de partida da vida artística no Oriente Antigo, acentua: «O alto nível político e cultural atingido pelos povos do vale do Nilo e pelos da planície do Tigre e do Eufrates devia refletir-se obrigatoriamente nas artes figurativas que, nas épocas antigas, representavam, bem mais que em nossos dias, a prosperidade e a coesão dos estados.⁹²

5) Uma teoria interessante, porém discutível, pretende ver no emprego do arco e da abóbada pela arquitetura romana uma influência mesopotâmica através dos etruscos.

6) «Enquanto a arquitetura grega derivava suas formas da do Egito e de Creta, a arquitetura babilônica, com a *ziggurat*, dava ao Islã a torre das mesquitas, dava aos medievais os campanários e a nós americanos nos deu o *setback* da nossa atual arquitetura — o recuo progressivo dos andares».⁹³

7) Inegável a influência mesopotâmica no campo científico: «foi mais da Babilônia que do Egito que os gregos levaram para suas cidades-estados, e daí para Roma, os fundamentos das matemáticas, da astronomia, da medicina, da gramática, da arqueologia, da história e da filosofia. Os nomes gregos dos metais e das constelações, dos pesos e medidas, dos instrumentos de música e de muitas drogas, não passam de traduções, às vezes meras transliterações, de nomes babilônicos».⁹⁴

A divisão do ano em doze meses, da semana em sete dias, a divisão do dia em doze horas duplas, os signos do zodíaco, o sistema sexagesimal... estão, sem dúvida, relacionados com os conhecimentos astronômicos e matemáticos dos antigos povos da Mesopotâmia.

8) Até mesmo superstições modernas como o uso de horóscopos remontam ao tempo em que os astrólogos caldeus procuravam orientar o futuro das pessoas observando os astros.

9) Um balanço do legado filosófico da Mesopotâmia às correntes do Pensamento universal revela as seguintes contribuições:⁹⁵

a) Uma teoria do tempo fundada na certeza da exigência de uma ordem cósmica. O curso regular do sol é um exemplo dessa ordem; «também o culto que recebe este astro, sob forma do deus Shamash, está na origem de todas as religiões filosóficas do princípio solar, as quais, pululando da Síria ao Pamir, penetrarão o pensamento helenístico, como, de outra parte, adotadas pelo Irã, passarão à Índia...»

b) Uma idéia do destino marcado pelos deuses ou pelo tempo para cada ser.

c) Uma certa noção do céu como abóbada suprema do mundo e também como pai. «Quando Cícero dá este conselho: *Caelestia semper spectato*; quando os monarcas chineses se intituam «Filhos do céu» para dizerem-se Filhos de Deus, sua reflexão terá parentesco com a antiga convicção sumeriana.

Conterão algum exagero, esses exemplos de influência filosófica da Mesopotâmia? Remetemos o leitor, interessado em aprofundar o assunto, ao autor citado, especialista em História do Pensamento do Oriente.

10) Citemos ainda uma importantíssima contribuição da Civilização Mesopotâmica cujos efeitos sentimos no terreno religioso. A exumação dessa civilização através dos trabalhos dos arqueólogos e a decifração dos textos sumerianos e acadianos vieram trazer novas luzes para a exegese do Antigo Testamento, confirmando e explicando de maneira admirável certas passagens famosas das Sagradas Letras.

11) Concluamos citando, ainda, a importante contribuição mesopotâmica à elaboração do alfabeto fenício. Embora não possamos encontrar no silabário acadiano a origem das letras fenícias, inegavelmente a escrita cuneiforme, que os fenícios não podiam ignorar, contribuiu para desembaraçar a escrita fenícia de certos sinais inúteis da escrita hieroglífica.⁹⁶

- ¹ Parrot, *La civilisation* (Guides bleus), p.21.
- ² Idem, *ibidem*.
- ³ Contenau, *La civilisation d'Assur*, p.5.
- ⁴ Meillet, *Les Langues*, p.187. (Capítulo sobre as línguas asiáticas escrito por E. Benveniste).
- ⁵ Cf. nota 4, p.190.
- ⁶ Kramer, *L'Histoire commence*, p.303. (Nota sur la découverte de Sumier et sur l'écriture sumérienne por J. B.).
- ⁷ Moscati, *Histoire*, p.47.
- ⁸ Albright, *De l'age*, p.18.
- ⁹ Février, *Histoire*, p.113.
- ¹⁰ Idem, *ibidem*, p.104.
- ¹¹ Moscati, *Histoire*, p.48.
- ¹² Février, *Histoire*, p.576.
- ¹³ Estrabão, XVI, III, 9 citado em Moret, *Histoire de L'Orient*, p.308.
- ¹⁴ Contenau, *La civilisation d'Assur*, p.19.
- ¹⁵ Moscati, *Histoire*, p.49.
- ¹⁶ Parrot, *Découverte des*, p.78.
- ¹⁷ Idem, *ibidem*.
- ¹⁸ Idem, *ibidem*, p.77.
- ¹⁹ Parrot, *Archéologie*, pp.125-126.
- ²⁰ Parrot, *Découverte*, pp.79-80.
- ²¹ Parrot, *La civilisation*, (Guides bleus), p.26.
- ²² Parrot, *Découverte*, p.83.
- ²³ Jean Bottero em Kramer, *L'Histoire*, p.11.
- ²⁴ J. B. em Kramer, *L'Histoire*, p.302.
- ²⁵ Kramer, *L'Histoire*, p.29.
- ²⁶ Parrot, *Archéologie*, p.329.
- ²⁷ Wooley, *Ur*, p.98.
- ²⁸ Jean Bottero em Kramer, *L'Histoire*, p.17.
- ²⁹ Idem, *ibidem*, p.18.
- ³⁰ Moret, *Histoire*, t. I, pp.362-363.
- ³¹ J. B. em Kramer, *L'Histoire*, p.19.
- ³² Moret, *Histoire*, t. I, p.340.
- ³³ Kramer, *L'Histoire*, p.66.
- ³⁴ Pirenne, *Civilisations Antiques*, p.51.
- ³⁵ Contenau, *Histoire de L'Orient*, p.185.
- ³⁶ Parrot, *La civilisation*, (Guides bleus), p.29.
- ³⁷ Wooley, *Ur*, p.99.
- ³⁸ Contenau, *Manuel*, p.1875.
- ³⁹ Kramer, *L'Histoire*, p.97.
- ⁴⁰ Idem, *ibidem*, p.100.
- ⁴¹ Idem, *ibidem*, p.42.
- ⁴² Idem, *ibidem*, p.164.
- ⁴³ Idem, *ibidem*, p.93.
- ⁴⁴ Idem, *ibidem*, p.89.
- ⁴⁵ Szlechter, *Les lois*, p.5.
- ⁴⁶ Kramer, *L'Histoire*, p.89.
- ⁴⁷ Pirenne, *Civilisation*, pp.50 ss.
- ⁴⁸ Szlechter, *Les lois*, p.110.
- ⁴⁹ Kramer, *L'Histoire*, pp.122-123.
- ⁵⁰ Idem, *ibidem*, p.133.
- ⁵¹ Idem, *ibidem*, p.13.
- ⁵² Pirenne, *Civilisations*, p.64.
- ⁵³ Parrot, *Babylone*, p.53.
- ⁵⁴ Moret, *Histoire*, pp.383 e 390.
- ⁵⁵ Para que o leitor tenha uma idéia das dificuldades que a cronologia oriental encontra, observe que Delaporte (*Les peuples de l'Orient*, Clio, Presses Universitaires de France, 1948), assinala a data de 1806 (p.142) para esse famoso «raid» de Mursil I à Babilônia.
- ⁵⁶ Parrot, *Ninive*, p.21.
- ⁵⁷ Moscati, *Histoire*, p.55.
- ⁵⁸ Robert et Tricot, *Initiation*, p.664.
- ⁵⁹ Homé, *Histoire*, p.93.
- ⁶⁰ Parrot, *Ninive*, p.34.
- ⁶¹ Idem, *ibidem*, p.55.
- ⁶² Idem, *Babylone*, p.87.
- ⁶³ Idem, *ibidem*, pp.28-29 e Rutten, *Babylone*, p.70.
- ⁶⁴ Contenau, *La vie*, p.124.
- ⁶⁵ Bardy, *Les religions*, p.39.
- ⁶⁶ Contenau, *La vie*, p.29.
- ⁶⁷ Resina, *Sumer*, p.7.
- ⁶⁸ Moscati, *Histoire*, p.90.
- ⁶⁹ Colombier, *Histoire*, pp.53-54.
- ⁷⁰ Moscati, *Histoire*, pp.95-96.
- ⁷¹ Taton, *La Science Antique*, pp.89-90; capítulo escrito por R. Labat.
- ⁷² Idem, *ibidem*, p.90.
- ⁷³ Idem, *ibidem*, p.92.
- ⁷⁴ Idem, *ibidem*, p.103.
- ⁷⁵ Contenau, *Le Deluge*, p.17.
- ⁷⁶ Idem, *ibidem*, p.60.
- ⁷⁷ Moscati, *Histoire*, p.89.
- ⁷⁸ Moret, *Histoire*, p.406.
- ⁷⁹ Pirenne, *Civilisations*, p.75.
- ⁸⁰ Moret, *Histoire*, p.396, e Pirenne, *Civilisations*, pp.92 ss.
- ⁸¹ Pirenne, *Civilisations*, pp.88 ss.
- ⁸² Idem, *ibidem*, p.96.
- ⁸³ Moscati, *Histoire*, p.75. Nota: Para a citação dos artigos do Código de Hamurabi, orientamo-nos pela tradução de Hersílio de Sousa em sua interessante obra «*Novos Direitos e Velhos Códigos*». Imprensa Industrial, Recife, 1924.
- ⁸⁴ Aymard e Auboyer, *O Oriente* (1), p.134.
- ⁸⁵ Bardy, *Les Religions*, p.58, citando E. Dhorme, *Les religions de Babylone et d'Assyrie*, Paris 1945, pp.3-4.
- ⁸⁶ Bardy, *Les Religions*, p.65.
- ⁸⁷ Idem, *ibidem*, p.64, citando E. Dhorme, p.45 (cf. nota 84).
- ⁸⁸ Moret, *Histoire*, p.407.
- ⁸⁹ Bardy, *Les Religions*, p.67.
- ⁹⁰ Contenau, *La vie*, p.263, e Moscati, *Histoire*, p.63.
- ⁹¹ Aymard e Auboyer, *O Oriente* (1), p.147.
- ⁹² Bréhier, *Histoire*, p.61.
- ⁹³ Moscati, *Histoire*, p.89.
- ⁹⁴ Durant, *H. da Civilização*, (Oriente), t. I, p.272.
- ⁹⁵ Idem, *ibidem*.
- ⁹⁶ Bréhier, *Histoire*, pp.59 ss.
- ⁹⁷ Février, *Histoire*, p.193.

OS FENÍCIOS

Introdução

O viajante que, partindo do Egito, pretendesse chegar à Babilônia, deveria, em primeiro lugar, atingir a atual região de Alepo na Síria, região para a qual convergiam as estradas que levavam do Eufrates Médio ao litoral mediterrâneo. Dois caminhos conduziam do vale do Nilo àquela importante encruzilhada: um, por terra, percorria o istmo, o deserto, as estepes palestineses e a Síria interior; outro, mais fácil e menos perigoso, consistia no percurso marítimo até o litoral fenício e daí, ainda por mar ou já por terra, até os desfiladeiros que levam diretamente à Alta Síria.

Quem, viajando para o Ocidente, tencionasse vencer a distância entre a Mesopotâmia e o Mediterrâneo, deveria subir o Eufrates até a parte mais ocidental do grande arco que o rio descreve e prosseguir até a região de Alepo; daí, para alcançar qualquer das ilhas do Egeu ou a península helênica, a Líbia ou o Egito, o caminho mais viável conduzia necessariamente aos portos da costa fenícia.¹

Compreende-se, assim, facilmente, o papel de excepcional importância que, devido à sua situação geográfica em relação ao território ocupado pelos grandes impérios, o pequeno país dos fenícios desempenhou na História Antiga do Oriente Próximo. Egípcios, hititas, assírios, babilônios e persas percorreram sucessivamente as rotas acima descritas e sentiram a necessidade da colaboração espontânea ou forçada do pequeno mas audaz povo de comerciantes e navegantes em todos os empreendimentos bélicos de envergadura em que se empenharam.

Um fato interessante a notar é que, se os fenícios, impotentes diante desses imperialismos orientais, tiveram muitas vezes que admitir sua incorporação, sob ponto de vista político, ao ritmo dos dominadores do momento, reagiram e mantiveram uma notável independência cultural. «Um fato digno de nota é que a conformação espiritual dos países fenício-sírios não será jamais afetada sensivelmente pelos episódios de suas incorporações a essas organizações imperiais diversas. Ao contrário, observa-se que esses asiáticos invadiram e enriqueceram a cultura de seus conquistadores...»²

Nas linhas que seguem tentaremos apresentar um apanhado da relevante missão que coube ao povo da navegação e da escrita alfabética

(dois traços característicos da civilização fenícia) no panorama histórico do Oriente Antigo.

1. Fontes

Mencionemos, em primeiro lugar, as fontes tradicionais: o Antigo Testamento e os autores clássicos.

Com relação ao primeiro, lembremos, apenas para exemplificar, as relações de amizade entre Salomão e Hiram, rei de Tiro. Na segunda categoria de fontes incluímos os poemas homéricos escritos numa época em que a Fenícia se encontrava num período de franca prosperidade. A *Odisseia* descreve os fenícios como navegadores hábeis e mercadores mentirosos. Heródoto, Deodoro da Sicília, Estrabão, Flávio José e Fílon figuram entre os autores clássicos que nos forneciam boa parte do que sabíamos, até algumas décadas atrás, sobre a civilização fenícia.

As descobertas arqueológicas dos últimos anos vieram ampliar consideravelmente esses conhecimentos e provocaram, na expressão de Moscati, uma verdadeira crise nos estudos relativos à civilização de Canaã. «O conhecimento da civilização mesopotâmica sofreu sua crise no fim do século XIX; o da civilização do país de Canaã sofre-a neste momento, quando vemos delinear-se cada vez mais nitidamente o caráter instável e composto das manifestações artísticas e culturais desses povos».³

Como ponto de partida das descobertas arqueológicas, que descortinaram novos horizontes na História Fenícia, podemos assinalar o encontro, em 1856, do túmulo de um rei de Sídón. O epitáfio, traduzido, revelou os títulos e a descendência do monarca fenício.⁴ Poucos anos depois, uma missão científica acompanhou a expedição militar que a França enviava ao Oriente para proteger os cristãos. Nessa missão científica, encontrava-se E. Renan, que ficou incumbido de proceder a escavações na região habitada outrora pelos fenícios; o resultado desses trabalhos pode ser apreciado hoje no Museu de Louvre. Seguiram-se novas escavações e o interesse pelo passado oculto na Antiga Fenícia foi aumentando cada vez mais. Entre as escavações arqueológicas realizadas no século vinte podemos citar:

A partir de 1914, em Saída, o orientalista Contenau em colaboração com Macridy Bey, do Museu Imperial otomano, iniciou escavações que foram interrompidas pela guerra. Contenau continuou-as em 1920.

A partir de 1921, P. Montet, com seus trabalhos na antiga Biblos, fez notáveis contribuições para o estudo da História dos fenícios.

De capital importância foram as recentes (1929-1939 e de 1950 em diante) escavações em Ras Shamra (a antiga Ugarit, a que fazem alusão os documentos egípcios, mesopotâmicos e hititas). Encontraram-se aí restos de túmulos, objetos de cerâmica, estatuetas, objetos de ornamento,

ossos de animais e sobretudo tabuinhas com numerosas inscrições cuneiformes. «Essas descobertas representam um dos principais acontecimentos da arqueologia dos últimos anos. Não somente o estudo da antiga civilização fenícia, foi favorecido, mas também a história do alfabeto».

Na decifração das tabuinhas de Ras Shamra, devem ser lembrados, entre outros, os nomes de Bauer, Dhorme e Virolleaud. Voltaremos a falar da surpreendente escrita cuneiforme alfabética de Ugarit. Essas tabuinhas estavam escritas em diversas línguas como o acadiano, o egípcio, o hitita, o hurrita e na língua local (escrita em cuneiforme alfabético), fato que revela o cosmopolitismo da antiga Ugarit.

Além dessas fontes, que podemos chamar diretas, para o estudo da Fenícia antiga, encontramos notícias sobre a mesma em fontes mesopotâmicas e egípcias, como, v.g., os textos de Mári e de Tell-el-Amarna. Podemos lembrar também a já mencionada história de Sinuê, o nobre egípcio que, no II milênio a.C., esteve fugitivo na Fenícia.

2. O País e o Povo

O país. O território habitado pelos fenícios era uma pequena faixa de terra limitada ao norte pelo golfo de Issus situado além do rio Eleutero (hoje Nahr-el-Kebir), ao sul pelo monte Carmelo, a leste pelo Mediterrâneo e a oeste pela cadeia do Líbano.

Esta última, cujo nome significa *branco*, forma uma muralha de difícil acesso com altitudes que vão, em alguns pontos, além dos três mil metros. Seus prolongamentos atingem o próprio litoral, e aí terminam abruptamente dividindo a pequena Fenícia em setores isolados, tornando a via marítima quase o único meio de comunicação interna. «Esta configuração é uma das razões pelas quais a Fenícia não formou jamais um verdadeiro reino mas uma série de pequenos estados que se revezavam na hegemonia».⁵

Os fenícios edificavam suas cidades nos cabos, de preferência nos que estivessem próximos de alguma ilha, pois tal situação possibilitava, em caso de guerra, um seguro abrigo para as populações e facilitava igualmente a existência de mais de um ancoradouro para as embarcações».⁶

A Fenícia era cortada por pequenos rios, que transbordavam na estação das chuvas e permaneciam semi-secos durante o verão. As árvores frutíferas eram abundantes: oliveiras, sicômoros, figueiras, videiras, etc. Um papiro da época de Ramsés II descreve as florestas impenetráveis do Líbano. Nessas florestas encontravam-se carvalhos, nogueiras, pinheiros, ciprestes e principalmente o cedro; este era muito abundante e espalhava um odor característico que podia ser pressentido ao longe, fato este que deu ao Líbano o nome de «montanha dos perfumes».

Nas pequenas planícies que se estendiam entre a montanha e o mar e na própria encosta da serra, os fenícios cultivavam cereais, legumes

e o linho; «deviam conhecer o algodão cujas sementes foram encontradas em alguns túmulos egípcios, mas não é certo que tenham aclimatado essa planta em seu país».⁸

Entre os animais domésticos criados pelos fenícios enumeremos: o asno, o boi, a ovelha, a cabra, etc.; o cavalo e o camelo surgiram provavelmente na primeira metade do segundo milênio a.C.

O mar oferecia peixe em abundância. Nas florestas do Líbano existiam feras como a pantera, o urso, o lobo, a hiena, etc.

O povo. Uma densa população, concentrada, na sua maior parte, em cerca de vinte e cinco cidades, habitava a antiga Fenícia. Entre as cidades que desempenharam papel relevante na História, figuram Gebal (centro religioso), Sídön, Tiro e Ugarit.

Ao tratarmos do povo fenício surge logo o problema de sua origem. Segundo Heródoto, «os fenícios habitavam outrora as margens do mar Eritreu, como eles mesmos dizem, mas havendo passado de lá para o litoral sírio, aí se instalaram».⁹

Estrabão e Plínio corroboram essa opinião do pai da História, confirmada aliás pelos textos de Ras Shamra.¹⁰

Segundo os historiados árabes, os fenícios «atravessaram a garganta da península arábica, da embocadura do Eufrates ao vale do Jordão».¹¹ Tal afirmação combina com a «teoria segundo a qual as migrações semíticas que conhecemos, em sua maioria partiram do deserto arábico».

Qual a formação étnica do povo fenício? Os habitantes da Fenícia histórica faziam parte indubitavelmente de uma vaga de povos semitas que se estabeleceram sucessivamente em Canaã. Os próprios fenícios chamavam-se Cananeus e até suas colônias como Cartago, se designavam assim, ainda na época de S. Agostinho.¹²

Não há dúvida, pois, que o elemento preponderante na etnia fenícia seja o semítico. Note-se, entretanto, que se produziu bem cedo uma fusão entre esse elemento semítico e outros povos racialmente diversos: egípcios, asiânicos, egeus e ainda elementos autóctones.

Mas os fenícios não constituíam um povo heterogêneo somente sob o ponto de vista racial; a origem de sua cultura também o é: «Assim como na Mesopotâmia não se pode estudar o babilônio sem encontrar o sumério (protótipos sumerianos para as leis babilônicas do Código de Hamurabi, protótipos sumerianos da maior parte das grandes epopéias religiosas da Babilônia), na Fenícia encontramos sob o cananeu, o asiânico e o egeu. Nas duas extremidades do «crescente fértil», como o assiriólogo Clay chamava o complexo Mesopotâmia-Síria-Canaã, parece que a civilização é de natureza asiânica. Os semitas adotaram-na, ordenaram-na, melhoraram-na, introduzindo nela certos elementos de sua própria civilização (por exemplo, os deuses astrais); foram os beneficiários, não parecem ter sido os criadores».¹³

3. História Política

Façamos, em primeiro lugar, uma breve observação sobre a pré-história fenícia. Mencionemos um substrato autóctone na etnia fenícia. Realmente, a Fenícia, de acordo com os dados da arqueologia pré-histórica, foi habitada desde tempos bem recuados. Esses primeiros habitantes aí estavam instalados desde o paleolítico e deixaram numerosos vestígios que hoje podem ser estudados em diversas «estações». «Mas se essas estações pré-históricas nos asseguram sobre o fato da ocupação do país desde as épocas mais antigas, elas não nos dão nenhum indício sobre a população que as habitava, e é muito mais tarde que começa para nós o período histórico».¹⁴

A História Política da Fenícia é a História de suas cidades-estados. Estas, por não constituírem grandes potências militares, tiveram que, sob o ponto de vista político, sofrer a influência dos grandes impérios que sucessivamente estenderam sua mão dominadora pelo Oriente. Egípcios, Hititas, Mesopotâmicos, Persas e Gregos mantiveram, em diferentes épocas, sob sua influência as cidades fenícias. «Mas para essas a influência política só teve um interesse secundário; o que lhes interessava era salvaguardar sua atividade comercial. Em todas as épocas, esta atitude lhes assegurou uma notória autonomia».¹⁵

a) *Biblos*. — As fontes egípcias mais antigas que possuímos sobre a Fenícia mencionam o comércio de madeira e a sujeição dos fenícios. Desde o III milênio, Biblos mantém relações com o Egito. Suas frotas freqüentam regularmente os portos da terra dos faraós levando madeira das florestas do Líbano, prata do Táurus e do Cáucaso, lãs da Síria e outros produtos. Na época do Médio Império egípcio, sob a XII dinastia, os príncipes de Biblos são vassalos dos faraós; estes enviam-lhes presentes e qualificam-nos de «nobre» e de «príncipe». E' dessa época a famosa narrativa de Sinuê e a introdução do embalsamamento na Fenícia.

Sob o Novo Império, após a tempestade da invasão dos Hicsos, continuam as relações entre Biblos e o Egito. Um dos governadores da cidade se intitula «cão dos faraós» e escreve ao monarca egípcio: «Biblos é tua outra Mênfis».¹⁶

As cartas de Tell-el-Amarna dão-nos preciosas informações sobre a situação política da Fenícia nessa época: as missivas enviadas pelo governador de Biblos são as mais numerosas. As cidades fenícias estavam então divididas em relação à política externa: Aradus, Simira e Sídon contra o Egito; Tiro e Biblos permaneciam fiéis aos faraós; Ugarit se aproximava dos hititas.¹⁷

Biblos continuou sob a hegemonia egípcia sob a XIX dinastia. Após a invasão dos povos do mar, a milenar amizade entre ambos os povos cai em franca decadência acompanhando aliás o ritmo da queda do próprio império faraônico.

Concluamos essa rápida visão da História de Biblos, lembrando que o antigo porto fenício importava para a Ásia o papiro egípcio e viu nascer, sob a forma de rolo, aquilo que hoje chamamos livro e que os gregos chamaram, com razão, *biblos*.

b) *Ugarit*. — No segundo milênio a.C. Ugarit estava em plena prosperidade. A influência da XII dinastia fazia-se sentir, e monumentos egípcios encontrados na região indicam que as relações com o vale do Nilo foram cordiais.

Na época da invasão dos hicsos, os hurritas se instalaram em Ugarit onde também se fazia sentir a influência da civilização do Mar Egeu. Quando o Mitani se aliou ao Egito, para contrabalançar o crescente poderio hitita, Ugarit atingiu um dos mais belos períodos de sua História.

Um terremoto reduziu a antiga cidade a ruínas e, ao renascer das cinzas, caiu sob o controle dos hititas, tendo lutado ao lado destes na batalha de Kadesh.

Seguiu-se, depois, uma época da História de Ugarit em que se nota a influência miceniana e cipriota. A invasão dos povos do mar veio pôr fim ao papel preponderante desse velho porto cosmopolita do norte do litoral fenício. «Com Ugarit, conhecemos, então, como em Biblos, um dos aspectos fundamentais da existência das cidades fenícias: a presença de feitorias e de verdadeiras colônias deixa pouco lugar ao elemento fenício, jogado ele mesmo de um a outro ao sabor das alianças momentâneas. A qualidade dessas alianças só difere devido à situação geográfica das cidades. Biblos, mais próxima do Egito, afastar-se-á menos da hegemonia egípcia; Ugarit, mais próxima de Chipre, dos hititas e dos hurritas, oferecer-lhes-á um lugar mais amplo em sua vida política».¹⁸

c) *Sídon*. — O Antigo Testamento menciona Sídon como «o primeiro nascido de Canaã» (Gn 10,15); Homero chama os fenícios de sidônios e as moedas da cidade designam-na como «mãe de Tiro». Justino e Flávio José afirmam a anterioridade de Sídon sobre Tiro.¹⁹

Fundada no III milênio a.C., Sídon foi destruída na época da invasão dos hicsos. Sob o Novo Império egípcio, o porto fenício é mencionado como uma das bases marítimas utilizadas pelos faraós em suas expedições asiáticas. A invasão dos povos do mar devasta Sídon. A decadência do Egito e a queda do Império Hitita contribuem para que a cidade fenícia atinja um elevado grau de progresso recolhendo os remanescentes da talassocracia cretense e miceniana.²⁰ Chipre, Rodes, Creta e as ilhas do Mar Egeu entram na órbita do comércio de Sídon.

Pelo fim do II milênio, a cidade é novamente destruída pelo rei de Ascalão. Reconstruída, cai sob o domínio assírio e sua população é deportada em massa por Asarhaddão. Este soberano constrói uma nova cidade que vai lutar sucessivamente contra egípcios e persas até cair, sem resistência, em poder dos gregos.

d) *Tiro*. — A fundação de Tiro está cercada de relatos lendários. Heródoto,²¹ entretanto, dá-nos uma notícia bastante esclarecedora: tendo visitado Tiro, ouviu dos sacerdotes de um santuário de Melkart (chamado Héracles pelo historiador grego) que o dito santuário remontava à época da fundação da cidade e que esta fora fundada havia dois mil e trezentos anos. Admitindo-se o ano 450, como data da visita de Heródoto a Tiro, temos que a fundação de Tiro se efetuou em 2750 a.C. «À luz das descobertas recentes, a data mencionada por Heródoto, e considerada como data geral, parece estar de acôrdo com a realidade».²²

Apesar de tão remota origem, o grande período da História de Tiro, situa-se entre o ano 1000 e o ano 500 a.C. Mas é principalmente nos dois primeiros séculos do primeiro milênio (X e IX a.C.), época essa considerada como a idade de ouro da Fenícia semítica, que Tiro atinge o apogeu de seu prestígio e progresso. O poderio marítimo dos gregos está ainda longe de constituir séria ameaça aos fenícios e o imperialismo assírio ainda se encontra em fase embrionária.

O Antigo Testamento, os textos assírios e Flávio José são as fontes preciosas que nos informam sôbre os grandes acontecimentos da História de Tiro. Entre os reis hereditários que governaram a famosa cidade, dois nomes principalmente devem ser guardados: Hirão I e Itobaal I.

Hirão I nos é bem conhecido através do Antigo Testamento pelas relações cordiais que manteve com Salomão. Arquitetos, operários, material de construção, dinheiro, etc., foram cedidos pelo rei de Tiro a seu amigo hebreu. Este, em retribuição, fez-lhe doação de vinte cidadezinhas da Galiléia que, entretanto, não agradaram ao monarca fenício. Hirão foi também um grande construtor: aumentou a cidade, melhorou o porto, restaurou e edificou templos.

Itobaal I, sacerdote de Astarte, que se apoderou do trono, foi continuador da política de boa vizinhança de Hirão I. Seu reinado é contemporâneo do cisma que dividiu politicamente os hebreus em reino de Judá e de Israel. Acab, rei de Israel desposou Jezabel, filha de Itobaal. Tal casamento acarretou a introdução de divindades fenícias em Israel. Atalia, filha de Jezabel e de Acab, esposa Joram, rei de Judá, propagando assim o culto idólatra. Tais fatos provocaram uma reação nacional instigada e dirigida pelos profetas.

À morte de Itobaal segue-se um período de graves crises dinásticas. Elissa, descendente de Itobaal, disputa o trono com seu irmão Pigmalião e, não obtendo êxito, vê-se forçada a expatriar-se com grande número de concidadãos. A comitiva passa por Chipre e de lá para a África onde em 814 é fundada a cidade de Cartago.

A partir do século IX faz-se sentir, cada vez mais, a ameaça assíria sobre Tiro e outras cidades fenícias que se vêem na contingência de pagar tributo aos soberanos estrangeiros. Várias vezes, Tiro, potência

marítima, conseguiu resistir com êxito às tentativas assírias, graças à sua excepcional situação insular.

«Todo o período assírio é ocupado por revoltas incessantes do antigo país de Canaã. As tribos da vizinhança do Mar Morto, os reinos de Judá, de Israel, de Damasco, da Fenícia, se revoltam ora isoladamente, ora aliando-se uns aos outros. Nessa época, eles solicitam o socorro do rei do Egito. Mas, muitas vezes, o faraó se furta e permite que seus aliados sejam esmagados».²³

Na época do Segundo Império Babilônico, Tiro enfrentou Nabucodonosor que a sitiou durante treze anos; no fim de tão longo cerco, os fenícios de Tiro reconheceram-se vassalos da Babilônia e puseram sua frota à disposição do soberano babilônico que necessitava dos navios para a luta contra o Egito.

Quando os persas substituem os babilônios no domínio do Oriente, «Sídon, após um eclipse de quinhentos anos, retoma o primeiro lugar na Fenícia e Tiro, decadente, vê nesse momento sua colônia de Cartago separar-se politicamente».²⁴ Fenícia, Síria e Chipre formam uma satrapia persa e os fenícios auxiliam os persas contra os gregos. Mas o domínio persa na Fenícia não foi suportado pacificamente: revoltas explodiram e, em 346, o rei Artaxerxes III incendiou Sídon.

Quando Alexandre efetuou sua vitoriosa expedição pela Ásia, as cidades fenícias de Arvad, Gebal e Sídon abriram as portas ao vencedor. Tiro reconheceu o Macedônio como senhor e enviou-lhe uma coroa de ouro, recusando-se, porém, a abrir-lhe as portas. Alexandre resolveu então submeter pela força a orgulhosa cidade, o que conseguiu após um cerco de sete meses.

4. Estrutura Político-Social

Não é fácil retratar a estrutura político-social das cidades fenícias, não só porque carecemos de boas fontes como também porque as condições político-sociais variaram no tempo e no espaço. Não esqueçamos que o início da História da Fenícia se perde no III milênio a.C. Para termos uma idéia das dificuldades deste estudo, comparemos essas duas breves tentativas de caracterizar a vida política das cidades fenícias feitas em obras recentes: «Quase por toda a parte e quase sempre, a cidade fenícia tem à frente um rei. E tal função é, normalmente, hereditária».²⁵ «As cidades fenícias foram repúblicas marítimas no sentido próprio do termo».²⁶

A contradição entre essas duas apreciações é mais aparente que real: as cidades fenícias tiveram regimes políticos que podemos classificar de monarquias hereditárias ora absolutas ora de poderes limitados, e regimes políticos que podemos classificar de república aristocrática. O rei, às vezes, era senhor absoluto, outras vezes, era controlado por um conselho de anciãos e por magistrados. Uma aristocracia for-

mada de ricos comerciantes, armadores e proprietários territoriais dominava a política social e lutava, às vezes, entre si pelo poder governamental. A lenda sobre a fundação de Cartago mostra-nos exatamente um exemplo de nobres que se revoltam e abandonam a pátria em busca de longínquas terras.

Fazendo parte da classe dominante, existia um clero poderoso formando uma verdadeira casta sacerdotal. «As inscrições provam que os principais sacerdócios eram o apanágio de algumas famílias que possuíam sem dúvida um monopólio análogo ao que se havia constituído em Israel em proveito da estirpe de Aarão».²⁷

A influência do clero foi utilizada, às vezes, para o controle do poder. Tal foi, por exemplo, em Tiro, o caso de Itobaal I, sacerdote de Astarte.

A população das cidades era constituída, em grande parte, de numeroso proletariado urbano que se dedicava às diversas ocupações industriais. Em algumas cidades fenícias, encontramos colônias estrangeiras. Marinheiros e mercadores, que percorriam mares e terras distantes, completavam o cosmopolitismo dos portos fenícios. «A população rural vivia sob rigorosa opressão, os lavradores só eram parceiros, felás, e tinham que entregar ao Estado ou aos antigos cidadãos a quarta parte dos produtos e, em tempos difíceis, até a metade. Todos os campos eram propriedade da Coroa ou dos templos, ou possessão hereditária das famílias dominantes. O dízimo era uma contribuição territorial que devia ser paga ao senhor e ao deus da terra».²⁸

5. Vida Econômica

a) *Agricultura.* — Os fenícios souberam aproveitar ao máximo o pequeno espaço de que dispunham para as atividades agrícolas, estendendo-as desde as planícies aos terraços da encosta da serra. Como a rocha aflorasse quase em toda a parte, «havia duas espécies de cultura: os cereais nas planícies de aluviões, as culturas arbústeas (palmeiras, videiras, oliveiras, etc.), nos terrenos pedregosos em que toda outra exploração era impossível».²⁹

Com uma charrua primitiva puxada por homens, asnos ou bois, o agricultor fenício arava a terra e satisfazia grande parte das necessidades alimentícias da população.

Já fizemos alusão às árvores frutíferas da Fenícia. O azeite e o vinho serviam para o gasto local e também para a exportação. Outras atividades faziam parte da vida rural dos fenícios: a criação e a exploração das florestas. A primeira já foi mencionada; a segunda fornecia madeira para a fabricação de navios e para a exportação. Os recursos florestais do Líbano pareciam, então, inesgotáveis. A madeira exportada era empregada, em terras distantes, para diversas finalidades como, por exemplo, a fabricação de caixões funerários egípcios, a construção do templo de Jerusalém, a edificação de palácios assírios, etc.

b) *Indústria.* — Grande parte da população urbana estava constituída de trabalhadores que desempenhavam suas atividades nos diversos ramos da indústria fenícia. Metais, vidro e tecidos eram os principais campos em que se revelava a habilidade do artesão fenício. A *metalurgia* servia principalmente à satisfação da vaidade. Não esqueçamos que os fenícios eram um povo de espírito profundamente mercantil e, por isso mesmo, utilitarista. Jóias encontram sempre uma freguesia interessada em qualquer parte do mundo, o que explica a preocupação dos fenícios em fabricar, com grande habilidade, bom número de adornos de ouro, prata, âmbar e marfim. Nas regiões outrora alcançadas pelo comércio fenício, ainda hoje são encontrados os mais variados e bem trabalhados objetos como medalhões, colares, braceletes, botões, fivelas, etc. Plínio é o responsável pela lenda de que os fenícios teriam inventado o vidro. Cabe ao Egito a honra dessa descoberta.²⁰ Os egípcios, porém, empregavam o vidro opaco enquanto que os fenícios fabricavam também o vidro transparente. As vidrarias fenícias de Tiro e de Sídon eram famosas na Antiguidade.

A indústria de tecidos empregava lã, seda, algodão e linho; os tecidos fenícios eram bordados com esmero. Mas o que deu à indústria fenícia superioridade sobre todas as demais da Antiguidade foi o emprego da púrpura, tintura natural extraída de um molusco, o múrice, abundante, outrora, no litoral sírio. «Havia treze matizes de púrpura, até o negro e o violáceo. A púrpura preferida era a que possuía a cor de sangue coagulado. A nota peculiar a essa cor era que, olhada de frente parecia negra, e de lado oferecia os mais variados matizes. Outra vantagem era sua quase indefinida duração. Reis e figuras de deuses não podiam ser imaginadas, na Antiguidade, sem traje de púrpura; cortinas, tapetes e cobertas nos antigos templos e palácios eram de púrpura. Esta passava por ser o mais belo adorno das mulheres. Quem não fosse suficientemente rico para comprar uma veste completa de púrpura, procurava, ao menos, adquirir passamanes de púrpura para seu traje. A grande difusão da púrpura demonstra antes de tudo como os fenícios haviam dominado o comércio na Antiguidade».²¹

c) *Navegação e comércio.* — Navegantes e comerciantes, eis como estamos acostumados a caracterizar os fenícios. A navegação foi o instrumento por excelência das atividades comerciais das cidades fenícias. Façamos, pois, em primeiro lugar, da navegação. Na aurora da História dos fenícios já os encontramos sulcando o Mediterrâneo com suas embarcações. A situação geográfica da Fenícia favorecera, impusera mesmo, a seus habitantes a condição de navegantes. A leste, a montanha e, além da montanha, impérios poderosos cortavam toda possibilidade de expansão. Só restava a amplidão do mar com seu convite permanente e sedutor à aventura e à liberdade. Copioso e de primeira qualidade era o material para a construção naval. Os cedros do Líbano forneciam as quilhas das embarcações, os ciprestes davam

fortes aduelas, os azinheiros transformavam-se em excelentes remos: com o cobre, que existia em abundância, fabricavam cravos, que não se oxidavam como os de ferro, e cobriam a quilha para melhor conservá-la.²² O profeta Ezequiel (27,5), dá-nos uma poética, mas real descrição de um barco fenício: «De faia de Sanir te construíram com todas as cobertas dos teus vasos do mar; tomaram um cedro do Líbano para te fazer um mastro. Aplainaram os carvalhos de Basã para os teus remos; e de marfim da Índia te fizeram os teus bancos e de madeira das ilhas de Itália as tuas câmaras de popa. Do fino linho do Egito, tecido em bordadura, foi tecida a vela para se pôr no teu mastro; o jacinto e a púrpura das ilhas de Elisa formaram o teu pavilhão. Os habitantes de Sidônia e de Arada foram os teus remadores; os teus sábios, ó Tiro, foram os teus pilotos. Os velhos de Gebal e os mais hábeis dentre eles, deram os seus marinheiros para o serviço de todo o teu material; todos os navios do mar e os seus marinheiros foram empregados no teu comércio». Xenofonte (*Econômica*, 8,12) dá-nos também uma minuciosa descrição de uma grande embarcação fenícia por ele visitada.²³

«Primitivamente, os barcos mercantes eram, ao mesmo tempo, barcos de guerra; mais tarde foram construídos, para escoltar e proteger essas pesadas embarcações, navios de guerra mais longos, estreitos e rápidos, providos de remos, com reforçada proa para cravar com força o esporão de bronze (*rostrum*) no costado do navio inimigo e retirá-lo rapidamente a fim de que a água penetrasse pela abertura...»²⁴

Os navegantes fenícios orientavam-se de dia pelo sol e à noite pela Ursa Menor, que os gregos chamavam estrela fenícia; conheciam o movimento aparente das estrelas, as correntes marítimas, os ventos predominantes em cada região, o voo das aves e a migração de certos peixes. É falso que os fenícios navegassem somente a pouca distância do litoral; procediam assim nas viagens de exploração, mas, uma vez conhecida a rota, «saíam atrevidamente para o mar alto».²⁵ «O tempo ordinário de suas navegações era desde meados de fevereiro até fins de outubro. Com o auxílio de velas navegavam com muita rapidez, quase 33 milhas geográficas por dia. De Cartago até as Colunas de Hércules contavam sete dias e sete noites de viagem».²⁶ A vela e o remo combinados aumentavam a velocidade da embarcação.

Passemos, agora, a um sucinto estudo do comércio fenício cuja intensidade nos é atestada unanimemente pelos autores antigos e pelos objetos encontrados em diversos lugares nos quais a tradição assegura que os navios fenícios haviam feito escala. «Em Homero,²⁷ o comerciante sidônio é uma figura relativamente familiar: ele traz de sua pátria tecidos bordados e crateras de prata; recebe eventualmente passageiros a bordo e não hesita em raptar crianças para vendê-las como escravas. Ezequiel e Isaías nos mostram, pela mesma época, a atração que Tiro, repleta de riquezas de além-mar, exercia sobre os pobres israelitas, cam-

ponezes ou pastores...» Vejamos essa interessante e viva descrição do intenso comércio de Tiro: «Os Cartagineses, que traficavam contigo, trazendo-te toda a casta de riquezas, encheram os teus mercados de prata, de ferro, de estanho e de chumbo. A Grécia, Túbal e Mosoc também negociavam contigo, trazendo ao teu povo escravos e artefatos de cobre. Da terra de Togorma trouxeram ao teu mercado cavalos, cavaleiros e machos. Os filhos de Dedã negociavam contigo; o comércio das tuas manufaturas estendeu-se a muitas ilhas; em troca das tuas mercadorias davam-te dentes de marfim e ébano. O Siro negociava contigo, por causa da multidão dos teus produtos; expunha à venda nos teus mercados pérolas, e púrpura, e estofos bordados, e linho fino, e seda, e toda casta de mercadorias preciosas. Judá e a terra de Israel negociavam contigo, levando aos teus mercados o melhor trigo, o bálsamo, o mel, o azeite e a resina. Mercador de Damasco traficava contigo pela abundante variedade dos teus gêneros, pela multidão de riquezas várias, trazendo-te vinho excelente e lãs da mais alva cor. Os da Tribo de Dã, os da Grécia, e os de Mosel expuseram à venda nos teus mercados obras de ferro polido; a mirra destilada e a cana aromática entravam no teu comércio. Os de Dedã traficavam contigo em tapetes para assentos. A Arábia e todos os príncipes de Cedar compravam as tuas mercadorias, dando-te em troca os cordeiros, carneiros e cabritos que te traziam. Os mercadores de Sabá e de Reema comerciavam também contigo; expunham nos teus mercados todos os seus melhores aromas, e pedras preciosas, e ouro. Harã, Quene e Éden negociavam igualmente contigo; Sabá, Assur e Quelmad vinham vender-te as suas mercadorias. Faziam comércio contigo de diversos gêneros, trazendo-te fardos (de roupa cor) de jacinto, e de bordados de várias cores, e de várias preciosidades, que vinham embrulhadas e atadas com cordas; também juntavam a isto madeira de cedro para negociar contigo. Os navios ocupavam o primeiro lugar no teu comércio; foste cheia de bens e elevada à mais sublime glória no coração do mar» (Ezequiel, 27,12-25).

O mercador fenício aliava a perspicácia com que percebia os diferentes costumes e modas dos povos por ele visitados à rapidez com que transportava as mercadorias solicitadas. Zelosos do monopólio que exerciam nas mais distantes regiões, os audazes navegantes associavam às mercadorias negociadas relatos fantásticos e assustadores que desanimavam quais concorrentes.²⁸

No tráfico fenício predominavam os objetos de luxo: perfumes, incenso, púrpura, pedras preciosas, vidraria, bordados, etc. Transportavam e negociavam também com madeiras, couros, betume, vinhos, etc.

Os sidônios dominaram principalmente o comércio desde o Mar Negro ao Mar Egeu. Mas foram, sobretudo, os tírios que «descobriram o Ocidente». «A descoberta²⁹ do Ocidente pelos fenícios no XI século a.C. abre na História da Humanidade uma era nova, como a descoberta

da América, no fim do XV século de nossa era...» Nesse avanço para o Ocidente, a ilha de Malta constituiu uma importante base. Deodoro da Sicília descreve a ilha com seus excelentes portos e variada indústria, acentuando: «A ilha é uma colônia dos fenícios, aos quais servia de lugar de refúgio porque possui bons portos e está no meio do mar e o comércio dos fenícios se estendia até o Oceano Ocidental». ⁴⁰ Através do Mediterrâneo Ocidental, os fenícios foram fundando uma série de prósperas colônias que se estendiam desde a Sicília até as colunas de Hércules. A audácia do navegante fenício não hesitou em sair do Mediterrâneo e aportar em terras distantes como as ilhas Cassitéridas. Falaremos adiante, em capítulo especial, da mais famosa colônia de Tiro: Cartago. Note-se que o comércio fenício não se contentava somente com expedições marítimas: estendia sua atividade por meio de caravanas a outras regiões distantes como, por exemplo, a Mesopotâmia.

As bases comerciais fundadas pelos fenícios eram ou simples feitorias, depósitos de mercadorias situados em lugares de difícil acesso, fortificados e guarnecidos por marinheiros e comerciantes, ou concessões feitas por outros povos para facilitar o comércio com o interior do país, ou ainda verdadeiras possessões e domínios.

Ao tratarmos das explorações marítimas dos fenícios, não poderíamos omitir o famoso relato de Heródoto ⁴¹ sobre o périplo africano realizado pelos intrépidos marinheiros a mando do faraó Necao: «Ele (Necao) enviou em seus navios homens da Fenícia com a missão de entrar no Mar do Norte (Mediterrâneo) através das colunas de Hércules (Gibraltar) e voltar, assim, ao Egito. Os fenícios embarcaram então no Mar Vermelho, percorreram o Mar Meridional (Mar da Arábia e Oceano Índico); e cada vez que chegava o outono, eles colocavam seus barcos na praia e semeavam a região, qualquer que fosse o lugar da Líbia (África) em que se encontrassem e esperavam a colheita; então, tendo recolhido o grão, continuavam a viagem. Agindo assim durante dois anos, dobraram as Colunas de Hércules e, no terceiro ano, chegaram ao Egito. E eles contaram coisas críveis talvez para outros, mas incríveis para mim, entre outras que, fazendo a volta à Líbia, tinham o sol à sua direita. Assim foi descoberta pela primeira vez a Líbia».

Encerramos este breve estudo sobre os aspectos econômicos da vida dos fenícios com uma nota sobre o estalão de valor empregado pelos mesmos em suas transações comerciais. A princípio havia uma simples troca de mercadorias; mais tarde estabeleceu-se o costume de avaliar-se a mercadoria em pesos de metal precioso, aparecendo assim peças de ouro e de prata que eram pesadas quando se realizava uma venda. Posteriormente, talvez sob a influência dos lídios, passaram a cunhar moedas, tudo indicando que suas emissões monetárias mais antigas foram ao tempo das Guerras Médicas. ⁴²

6. O Alfabeto

a) *Introdução.* — O alfabeto fenício foi decifrado pelo sacerdote francês Pe. Barthélemy no fim do século XVIII. O inglês J. Swinton merece também ser mencionado embora suas tentativas de decifração tenham, em parte, resultado inexatas.⁴³ Uma inscrição bilíngüe (fenício e grego) encontrada em Malta e transportada para a França foi decifrada por Barthélemy, graças a seus conhecimentos de grego, hebraico e a seus estudos de moedas orientais. A inscrição rezava: «A nosso Senhor Melqart, Baal de Tiro, eis aqui o teu servidor Abdosir e seu irmão Osirshamar, ambos filhos de Orshirshamar, filho de Abdosir, dedicaram, porque ele ouviu sua voz. Que ele os abençoe».⁴⁴

Procuremos, agora, antes de investigarmos sua origem, dar uma idéia do que foi o alfabeto fenício, esse instrumento maravilhoso de anotar o pensamento, que rasgou novos horizontes para a arte de escrever. A principal característica do alfabeto fenício é seu consonantismo. Os fenícios não escreviam as vogais das palavras: só grafavam as consoantes. Tal fato que, à primeira vista, nos parece estranho, torna-se compreensível quando levamos em consideração a predominância, nos vocábulos das línguas semíticas, da raiz triconsonantal; este grupo abstrato de consoantes encerra a idéia fundamental do vocábulo e de seus derivados. A essa estrutura fundamental juntam-se vogais, prefixos e sufixos que assinalam as diversas funções. «O que subsiste de estável na palavra, o que corresponde à idéia, e não à função, não é um bloco material qualquer de consoantes e de vogais, é um grupo abstrato de consoantes. Todo semita que ouve pronunciar uma palavra decompõe-na por uma ginástica mental instantânea, em uma raiz consonântica e em uma flexão vocálica. Na escrita, ele se empenha em evitar o que poderia criar uma confusão entre raiz e flexão».⁴⁵

b) *Origem.* — Qual a origem do alfabeto? Uma antiga tradição atribui aos fenícios a invenção do alfabeto. Segundo Heródoto, o inventor teria sido o fenício Cadmos. O poeta Lucano (*Farsalia* III, 220-222) assinala a grande realização dos fenícios:

Phoenices primi, famae si creditur, ausi

Mansuram rudibus vocem signare figuris...⁴⁶

Que nos dizem as descobertas e os estudos modernos com relação a tão antiga tradição? Ao estudarmos a origem do alfabeto, impõe-se-nos considerar dois processos distintos:

Em primeiro lugar, a descoberta genial de que uma palavra, já decomposta em sílabas pelas escritas hieroglífica e cuneiforme, podia ser «dissecada» ainda mais profundamente a ponto de se estabelecer a separação nítida entre sons consonantais e sons vocálicos.

Em segundo lugar, a descoberta, também genial mas de menor importância, de sinais adequados para a grafia desses diversos sons.

Agora consideremos um fato inegável que se deduz das descobertas arqueológicas. Os mais antigos documentos redigidos em escrita alfabética foram encontrados em regiões habitadas, outrora, por povos semitas. Essas escritas eram consonânticas, o que se ajusta perfeitamente à índole da língua semítica. Segue-se daí a conclusão de que devemos atribuir aos semitas a invenção do alfabeto.

Surge, então, uma pergunta: Os semitas, havendo concebido uma escrita puramente consonântica, teriam concretizado tal idéia em mais de uma região separadamente, empregando sinais diferentes, ou teriam materializado a mesma idéia uma única vez em uma escrita-tipo hoje desconhecida e da qual derivariam as escritas antigas reveladas pelas descobertas modernas?

A primeira hipótese parece ser sugerida pela existência de outras escritas paralelas que empregaram evidentemente sinais bem diversos entre si, porém possuíram um denominador comum: o princípio alfabético. E' ainda muito cedo para afirmações categóricas e não cabe aqui uma discussão aprofundada do assunto.

O que podemos afirmar com segurança é que, entre os povos semitas, os fenícios revelaram desde logo uma tendência para a simplificação da escrita mediante o emprego de poucos sinais com o valor de consoantes. Tal tendência se manifesta nas inscrições de Biblos e de Ugarit.

Façamos uma breve consideração sobre esses dois tipos de escrita: ambos têm o traço de união: são consonânticas. As «letras» empregadas são, entretanto, completamente diferentes. Em Biblos, cidade intimamente relacionada, sob o ponto de vista político e cultural, com o Egito, desde tempos bem recuados, era corrente o uso do papiro (em grego biblos), sobre o qual os caracteres deveriam ser grafados com um cálamo, o que explica sua forma peculiar; e é muito natural que os fenícios tivessem derivado as «letras» de seu alfabeto da escrita egípcia, usada correntemente em Biblos durante a primeira metade do II milênio, isto é, na época em que parece ter sido elaborado o alfabeto fenício.

Em Ugarit, cidade cosmopolita, sente-se a influência da civilização mesopotâmica; a escrita silábica sumero-acádica era conhecida. O material usado para a escrita (tabuinha de argila e caniço cortado em forma de bisel) e os caracteres cuneiformes levaram os fenícios à adoção de sinais cuneiformes para a grafia de sua escrita consonântica. Este alfabeto cuneiforme foi suplantado mais tarde pelo alfabeto conhecido hoje como alfabeto fenício propriamente dito e que deve ser colocado como ascendente na gênese de muitos outros alfabetos.

7. Literatura, Artes e Ciências

Literatura. As descobertas efetuadas em Ras Shamra constituíram fonte preciosa para o conhecimento da literatura fenícia. Com efeito, essa literatura, esquecida durante milênios, revelou-se, através do material

encontrado, que fazia parte da biblioteca dos templos de Ugarit, como um rico patrimônio cultural. Entre as centenas de tabuinhas, existem documentos diplomáticos, administrativos, documentos de arquivos reais, correspondência comercial e particular, hinos e textos mitológicos. Com relação a esses últimos anotemos que certas passagens possuem uma evidente semelhança com o Gênesis, diferindo deste, entretanto, pela falta de unidade que caracteriza a narração bíblica. «Como a Teogonia de Hesíodo, os poemas de Ugarit apresentam um panteão muito povoado, cujos deuses se opõem, muitas vezes, em batalhas sangrentas. Cada cidade fenícia possuía, na realidade, seu panteão próprio, no qual a ordem e procedência dos imortais diferia da existente na cidade vizinha». ⁴⁸ As narrativas épicas e mitológicas dos textos de Ugarit formam verdadeiros poemas ou mesmo ciclos de poemas que chegaram até nós em fragmentos.

Além dos textos de Ugarit, possuímos outros, espalhados não só pela região da antiga Fenícia mas em zonas outrora ocupadas pelos ousados navegantes, fato esse que nos dá uma idéia da difusão da cultura fenícia. Tais inscrições são sobretudo dedicatórias que acompanham os objetos consagrados a uma divindade, e inscrições funerárias, que lembram entre outras coisas as boas obras praticadas pelos defuntos.

Uma das causas da relativa pobreza da documentação para o estudo da literatura fenícia reside, sem dúvida, no costume, que, por influência egípcia, se difundiu cada vez mais, de escrever em papiros, que não puderam resistir à destruição provocada pela umidade do clima fenício. Os textos de Ugarit, porém, escritos em argila, chegaram até nós e constituem hoje a principal fonte para o estudo da literatura fenícia.

As artes. O que caracteriza as manifestações artísticas dos fenícios é, em geral, a falta de originalidade. Essa falta encontra sua explicação em dois fatos. *Em primeiro lugar*, os fenícios eram um povo utilitarista que se preocupava constantemente com a realização de bons negócios e a conseqüente obtenção de lucros compensadores. O «time is money» já era, naquela época, uma norma de vida. E a mentalidade comercial, via de regra, não gera clima propício para as criações originais e para o desenvolvimento das aptidões artísticas. *Em segundo lugar*, os fenícios estiveram em contacto sucessivamente com diversas regiões (Egito, Mesopotâmia, Egeu, Grécia) cuja vida artística atingira um elevado grau, influenciando decisivamente nas produções fenícias. Às vezes, o domínio político (v.g. do Egito ou da Mesopotâmia) intensificou ainda mais essa influência. Podemos, pois, repetir o julgamento de Vogué sobre os artistas fenícios: «os fenícios não tiveram originalidade alguma... Os fenícios não foram mais que intermediários diretos ou indiretos... Antes operários hábeis que artistas criadores, os fenícios foram vulgarizadores». ⁴⁹

As escavações efetuadas em Biblos e em Ras Shamra forneceram material para um estudo da arte fenícia desde o começo dos tempos históricos: templos, estelas, estátuas de deuses e outros objetos de

metal e de marfim. Os principais monumentos da arquitetura foram os templos, os palácios e as fortalezas. Estudando a arquitetura religiosa do I milênio a.C. ao fim da época greco-romana, Contenau escreve: «A arquitetura religiosa é essencialmente representada pelos templos. O templo se compõe de um grande pátio em que se encontra a imagem da divindade, quer isolada, quer em uma capelinha. Diante da imagem se levanta ordinariamente um altar...»²⁰ O templo fenício, além dessas peças, possuía colunas, nichos destinados a estelas ou estátuas, bem como um mobiliário destinado ao culto, altares e tronos.

Com relação à escultura anotemos principalmente as representações da divindade em pedra, em cerâmica e baixos-relevos.

Da arte funerária possuímos vasto material para estudo, fato esse que explica por que a conhecemos melhor do que os demais ramos da atividade artística. A riqueza e antiguidade de muitas sepulturas provam a importância que os fenícios davam à conservação dos restos mortais. A preocupação de manter as sepulturas fora do alcance dos profanadores levou os antigos fenícios a dissimularem o mais possível o lugar de repouso dos mortos. Tal fato permite que tenham chegado até nós diversos túmulos invioláveis. A arte funerária ressentia-se também da falta de originalidade: revelam-se as mesmas influências de numerosas artes estrangeiras dominantes; quando essas influências se associam, o resultado não é apreciável. «Em Ugarit, os túmulos são precedidos de um corredor e abobadados à maneira micênica. Em Biblos, o sarcófago do rei Ahiram representa, sob um friso de lótus, o morto sentado, em vestes egípcias, num trono flanqueado por uma esfinge, estando à sua frente a mesa de oferendas igualmente egípcia. Em Sidon, no século IV, ao menos certos sarcófagos em forma de pequenos templos gregos são, certamente, obras de escultores gregos, como o sarcófago «das carpideiras», por exemplo, cujo tema, talvez propriamente fenício, já fora tratado no sarcófago de Ahiram, mas com muita inabilidade. Quanto aos objetos colocados nas tumbas, os mais belos e os mais ricos provêm do estrangeiro: em Biblos, da mesma forma que em Ugarit, vêm eles do Egito e do mundo egeu; este último, em particular, forneceu notáveis marfins. Ainda neste domínio, os fenícios obtinham suas riquezas do comércio exterior». ²¹ O sarcófago do rei Ahiram (século XIII? a.C.), encerrava uma surpresa: encontrou-se no mesmo uma inscrição fenícia que é considerada como uma das mais antigas inscrições em caracteres alfabéticos conhecidas até o presente.

Provavelmente o campo mais notável das realizações artísticas dos fenícios seja o das chamadas artes menores. E' principalmente nesses trabalhos delicados que podemos discernir certa originalidade e liberdade de expressão artística.

8. A Religião

a) *Fontes.* — Existe uma tríplice fonte para o estudo da religião fenícia: o A.T., os autores antigos gregos e latinos, e as descobertas arqueológicas.

A.T. Através das páginas candentes do A.T. a religião fenícia aparece-nos condenada pelo Monoteísmo hebraico por causa de sua abominável idolatria. Quem não conhece, só para citar um exemplo, o dramático e vitorioso desafio do profeta Elias aos sacerdotes de Baal introduzidos por Jezabel, a princesa de Tiro?

Autores antigos. Uma das principais obras antigas citadas no estudo da religião fenícia é o trabalho de Fílon, escritor grego nascido na Fenícia pelo ano 42 da era cristã. Fílon traduziu as obras de um sacerdote fenício do século XI a.C. chamado Sanchoniathon. Infelizmente Fílon só nos é conhecido através de fragmentos citados por diversos autores entre os quais figura Eusébio, o pai da História Eclesiástica.

Escavações arqueológicas. Os textos de Ras Shamra constituem, naturalmente, as principais fontes arqueológicas. Com efeito, as escavações realizadas na antiga Ugarit ampliaram muito nossos conhecimentos sobre as idéias religiosas dos fenícios. «Os textos de Ras Shamra nos fazem conhecer a religião fenícia arcaica, pois, se a redação das tabuinhas remonta à segunda metade do século XV, seu conteúdo encerra mitos e lendas extremamente antigos, por mais modificados que tenham sido através dos séculos. E esta religião parece nitidamente do tipo asiático pela parte preponderante que dá aos ritos agrários e às divindades da essência do par de fertilidade e de fecundidade».⁵²

Um estudo, mesmo sumário, da religião fenícia deve distinguir duas épocas diferentes: a primeira, que nos é descrita pelas tabuinhas de Ras Shamra, remonta ao II milênio a.C; a segunda é a chamada baixa-época e mostra-nos a religião fenícia já sob a influência grega.

b) *A religião fenícia segundo os textos de Ras Shamra.* — Vamos citar, a título de exemplo, alguns deuses do panteão fenício tal qual o encontramos nos textos da antiga Ugarit. No cimo do panteão está o deus El-Dagon que possui as atribuições de presidir o curso dos rios e anunciar as chuvas. Em segundo lugar, temos o deus Baal; esse nome, que significa mestre, senhor, designa, nos textos de Ras Shamra, um deus determinado que equivale ao Adad dos mesopotâmicos (Hadad dos sírios). E' o deus das alturas, da tempestade, do raio e também da chuva benfazeja ou devastadora. Segundo um dos mitos de Ras Shamra, Baal não possuía ainda templo enquanto que os demais deuses já tinham seu edifício de culto; tal fato parece indicar que Baal era um deus local, pré-fenício, tendo sido posteriormente incluído no panteão. *Aliyan*, filho de Baal, regia as fontes subterrâneas e os cursos d'água. *Anat*, virgem guerreira, irmã de Aliyan, lembra Ishtar dos assí-

rios. *Mot*, antagonista de Aliyan, lembra o Nergal dos babilônios; sol do meio-dia, destruidor de toda vegetação e deus dos infernos.

Através dos textos de Ras Shamra, encontramos «na origem do panteão fenício, os deuses característicos dos asiânicos que precederam, na Fenícia como no resto da Ásia Ocidental, a chegada dos semitas». «A religião da Fenícia arcaica é, pois, mais um dado importante, ao lado da religião suméria e da religião hitita, para uma reconstituição da religião primitiva da Ásia Ocidental.»

c) *A religião fenícia na «Baixa Época»*. — Limitar-nos-emos à citação dos principais componentes do numeroso panteão dessa época. Esses deuses eram cultuados em diversos lugares, mas cada cidade possuía seu próprio patrono. «Os fenícios chamavam seus deuses *alonim* (plural de *el* = deus) ou então *baalim* (plural de *baal* = senhor). Note-se que esta palavra, além de designar o grande deus Baal dos textos de Ras Shamra, era também empregada para designar separadamente os nomes dos deuses de diversos lugares. Assim, por exemplo, Melqart é o *baal* de Tiro... Vejamos, agora, algumas divindades e a região de que eram protetoras e onde recebiam culto especial.

Melqart. Como já dissemos, era o *baal* de Tiro. Seu nome significa «deus da cidade»; os autores gregos e as inscrições bilíngües assimilaram-no a Héracles. A princesa Jezabel introduziu seu culto no reino de Israel, o que lhe valeu as maldições do profeta Elias. Propagado pelos tírios, o culto de Melqart teve fervorosos adeptos em Chipre, Egito e Cartago.

Dagon era o *baal* do litoral fenício. Conhecemo-lo no A. T. através da história de Sansão; era cultuado principalmente em Asdod.

Eshmun, deus de Sídón, era identificado pelos autores gregos com Asclépios.

Em Gebal e em Beirut prestava-se culto a uma *baalat* (feminino de *baal*). A deusa de Gebal, Ashtart, era a personificação da fecundidade, deusa da maternidade e da fertilidade, a deusa-mãe.

Além de seu deus protetor, cada cidade fenícia possuía outras divindades nacionais e estrangeiras, principalmente mesopotâmicas, egípcias e gregas. Ao lado do culto aos deuses propriamente ditos, os fenícios veneravam as montanhas, as águas, as pedras e as árvores sagradas. Estas eram consideradas habitações dos deuses.

d) *O culto*. — Os santuários fenícios eram construídos de preferência em lugares elevados. O templo consistia essencialmente em um recinto sagrado situado em pleno ar livre e possuindo, ao centro, uma capela ou uma pedra sagrada. Diante da capela ou da pedra havia um altar para os sacrifícios. Uma fonte e um bosque completavam o ambiente.

Nesses templos existia um numeroso clero dividido em diversas categorias de acordo com a função desempenhada. Encontramos, assim, os adivinhos que proferiam oráculos, os barbeiros sagrados encarregados de cortar o cabelo dos que o dedicassem aos deuses, etc. O pessoal dos templos era completado pelos hieródulos dos dois sexos que se dedicavam à prostituição sagrada. «Conhecemos mal o funcionamento e a razão de ser dessa instituição contra a qual a Bíblia e os escritores da Igreja protestaram várias vezes com violência».⁵⁷

Os fenícios ofereciam a seus deuses sacrifícios de animais como bois, cervos, bodes, cordeiros, pássaros, etc. Havia, igualmente, libações de óleo, leite e vinho. Quando o sacrifício era de grande importância, costumava ser comemorado por meio de uma estela votiva. O que nos causa espanto e horror é o sacrifício de crianças. Tal costume nefando, atestado por Fílon, Deodoro e pelas próprias escavações arqueológicas, persistiu segundo Tertuliano, em plena era cristã.⁵⁸

e) *A vida de além-túmulo.* — Os fenícios acreditavam na vida de além-túmulo. A alma humana, separada do corpo, levava uma vida sem prazeres entre outras «sombras». A sobrevivência da alma, entretanto, estava intimamente relacionada com a sorte do cadáver, daí as precauções tomadas para a conservação do mesmo. Sepultavam-no com objetos de uso corrente do morto tais como lâmpadas, vasos e jóias. Para evitar os contumazes violadores de sepulturas, procuravam-se lugares escondidos e abrigados: poços profundos e cavernas. Os epitáfios, ao mesmo tempo que asseguravam a ausência de quaisquer tesouros nos sarcófagos, continham sérias ameaças e maldições contra os que ousassem profanar a paz dos mortos. Vejamos este interessante exemplo de inscrição funerária do rei Tabnit, encontrada em Sídön: «Eu, Tabnit, sacerdote de Ashtart, rei dos Sidônios, filho de Eshmunazar, sacerdote de Ashtart, rei dos Sidônios, descanso nesta caixa. Quem quer que sejas, que encontrares esta caixa, não abras meu túmulo, não me perturbes, pois não existe aqui prata, não existe aqui ouro, nem espécie alguma de vasos. Despojado, eu repouso sozinho nesta caixa. Oh! Não abras meu túmulo e não me perturbes, pois é uma coisa abominável a Ashtart, e se tu ousares abrir meu túmulo e se tu ousares perturbar-me, que não tenhas nem progenitura entre os vivos sob o sol, nem leito de repouso como os *rephaim* (sombras)».⁵⁹

Os fenícios adquiriram o hábito, certamente por influência dos egípcios, de mumificar pelo menos os cadáveres das pessoas mais importantes. Não é possível dizer com certeza a época em que tal costume foi introduzido na Fenícia, pois as condições climatéricas não favoreceram, como no Egito, a conservação indefinida das múmias.

f) *Conclusão.* — Como a religião mesopotâmica, a religião fenícia estava desprovida do conceito de recompensa ou castigo no além, relacionados com o procedimento na vida terrena. As práticas religiosas

visavam a conciliar a boa vontade e a proteção dos deuses para uma vida longa e feliz neste mundo. Essa mentalidade está bem expressa na seguinte inscrição em que um rei de Biblos invoca a senhora de Biblos «para que faça com que ele viva, que prolongue seus dias e seus anos, porque é um rei justo, que ela lhe faça graça aos olhos dos deuses e aos olhos de seu povo».⁶⁰

9. O Legado

A vocação comercial dos fenícios fez desse pequeno povo um grande elo entre as civilizações da Antiguidade. Podemos afirmar com Masson-Oursel que «nenhum povo, antes dos Romanos, contribuiu tanto para que o Ocidente europeu participasse da cultura mediterrânea».⁶¹

Navegantes e comerciantes, os fenícios aperfeiçoaram a arte náutica e introduziram uma nova mentalidade em povos distantes, pela venda dos produtos de sua indústria ou da indústria de outras regiões, produtos esses intimamente relacionados com a elevação do nível de vida material; o comércio fenício levou o conforto, o bem-estar a povos das mais diferentes raças e regiões do Mundo Antigo. Mas os fenícios não transportavam somente mercadorias; com os artigos de comércio infiltravam-se os aspectos religiosos e intelectuais de sua civilização. Sua religião, por exemplo, revelou-se tão vigorosa que o próprio Egito, sob o Novo Império, viu-se invadido por deuses sírios; «mais tarde, sob o Império Romano, os cultos sírios espalhar-se-ão no mundo ocidental a ponto de pôr em perigo a religião de Roma».⁶²

De acordo com um estudioso⁶³ do assunto, certas idéias religiosas dos fenícios teriam preparado, «mais do que se crê» a filosofia helenística. Talvez se pudesse discernir a influência do pensamento fenício no sistema semi-religioso e semifilosófico conhecido como gnose e na filosofia mística do neoplatonismo. Nesse delicado assunto não devemos perder de vista uma realidade: o mar Egeu, mais que uma simples encruzilhada por onde passaram e se encontraram povos os mais diversos, foi um centro unificador de civilizações no qual helenos, cretenses e semitas influíram-se mutuamente elaborando durante séculos um admirável sincretismo cultural.

Para terminar, mencionemos o grande legado fenício não só à Antiguidade mas a todos os tempos: o alfabeto. M. Dussaud escreve a respeito: «É necessário dar aos fenícios aquilo que, decididamente, lhes pertence. Eles foram os autores de uma das maiores invenções da Humanidade, no dia em que romperam deliberadamente com as escritas tão complicadas que estavam então em uso, no dia em que distinguiram vinte e dois sons simples que permitiam notar as diversas articulações consonânticas de sua língua e no dia em que criaram um sistema completo de sinais de uma notável simplicidade, no qual cada letra se distingue, à primeira vista, de todas as outras. Atingiram a perfeição de um gol-

pe: as deformações que o tempo introduziu em seu sistema não o melhoraram». ⁶⁴

O alfabeto fenício deu origem, por intermédio dos gregos, às escritas mais importantes usadas no Ocidente, especialmente o alfabeto latino. Mas também no Oriente, o alfabeto fenício teve uma repercussão e alcance realmente dignos de admiração: por meio dos arameus, fez surgir, «entre muitos outros, os alfabetos árabe, hebraico, siríaco, kharostri, sem falar das curiosas escritas da Ásia Central». ⁶⁵

¹ Weill, *La Phénicie*, pp. 6 ss.

² Idem, *ibidem*, p.7.

³ Moscati, *Histoire*, p.99.

⁴ Contenau, *La civilisation Phénicienne*, p.10.

⁵ Idem, *ibidem*, pp.23-24.

⁶ Idem, *ibidem*, p.24.

⁷ Idem, *ibidem*, p.25.

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ Homo, *Histoire*, p.146. (Heródoto, I, 1: VII. 89). Contenau, *La civilisation Phénicienne*, p.284.

¹⁰ Consultar a propósito Homo, *Histoire*, p.147 e Contenau, *La civilisation Phénicienne*, pp.286-287.

¹¹ Maspero, *Histoire Ancienne des peuples de l'Orient*, 1912, p.196, citado em Contenau, *La civilisation Phénicienne*, p.284.

¹² Moscati, *Histoire*, p.98.

¹³ Contenau, *La civilisation Phénicienne*, p.295.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p.33.

¹⁵ Moscati, *Histoire*, p.109.

¹⁶ Homo, *Histoire*, p.149.

¹⁷ Contenau, *La civilisation Phénicienne*, p.48.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p.56.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p.63.

²⁰ Homo, *Histoire*, p.150.

²¹ Heródoto, II, p.44.

²² Contenau, *La civilisation Phénicienne*, p.34.

²³ Idem, *ibidem*, p.60.

²⁴ Idem, *ibidem*, p.64.

²⁵ Aymard e Auboyer, *Orient*, (2), p.36.

²⁶ Moscati, *Histoire*, p.109.

²⁷ Picard, *La vie*, p.75.

²⁸ Weiss, *História*, I, p.810.

²⁹ Contenau, *La civilisation Phénicienne*, p.225.

³⁰ Idem, *ibidem*, p.178.

³¹ Weiss, *História*, I, p.823.

³² Idem, *ibidem*, p.812.

³³ Idem, *ibidem*, pp.811-812.

³⁴ Idem, *ibidem*, p.813.

³⁵ Idem, *ibidem*, p.814.

³⁶ Idem, *ibidem*, p.814.

³⁷ Picard, *La vie*, p.166; citada a *Odisséia* XIV, 288 ss. e XV, 415, 455-456.

³⁸ Schmidt, *História do Comércio*, p.15.

³⁹ Pirenne, *Les grands courants*, p.89.

⁴⁰ Deodoro, V, 12 citado em Weiss, *História* I, p.830.

⁴¹ Heródoto IV, 42. O leitor encontrará um excelente comentário sobre esse relato de Heródoto em «*Les explorateurs de L'Antiquité*» de Cary e Warmington, Payot, Paris, 1932, pp.128 ss.

⁴² Coimbra, *Revista de História* n. 26, p.534.

⁴³ Contenau, *La civilisation Phénicienne*, pp. 262-263.

⁴⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁵ Février, *Histoire*, p.210.

⁴⁶ Contenau, *La civilisation Phénicienne*, p.248.

⁴⁷ Février, J. Interessante estudo sobre «*La Genèse de L'alphabet*» em «*Conférences de l'Institut de linguistique de l'Université de Paris*... VI, Année 1938, Paris, Boivin e cie, Editeurs.

⁴⁸ Picard, *La vie*, p.77.

⁴⁹ Vogué, *Comptes rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 1895, pp.249-250, citado em Contenau, *La civilisation Phénicienne*, p.119.

⁵⁰ Contenau, *La civilisation Phénicienne* p.140.

⁵¹ Aymard e Auboyer, *Orient* e, (2), p.39.

⁵² Contenau, *Manuel*, p.1858.

⁵³ Contenau, *La civilisation Phénicienne*, p.80.

⁵⁴ Contenau, *Manuel*, p.1862.

⁵⁵ Contenau, *La civilisation Phénicienne*, pp. 89-90.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p.93.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p.106.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p.111.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p.116.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p.117.

⁶¹ Masson-Oursel em Bréhier, *Histoire*, p.27.

⁶² Contenau, *La civilisation Phénicienne*, p.117.

⁶³ Masson-Oursel em Bréhier, *Histoire*, p.28.

⁶⁴ Dussaud, «*Les inscriptions phéniciennes du tombeau d'Ahiram*», p.155, citado em Contenau, *La civilisation Phénicienne*, p.259.

⁶⁵ Février, *l'Histoire*, p.232.

OS CARTAGINESES

Introdução

Cultural e racialmente Cartago está ligada à História Antiga do Oriente Próximo e, mais precisamente, à História da Fenícia. Explica-se, assim, a inclusão deste estudo logo após o capítulo referente aos fenícios. Em geral, estamos acostumados a encarar Cartago como algo que surgiu para retardar a expansão romana. As sínteses históricas, ao tratarem das Guerras Púnicas, abrem parênteses e, em algumas páginas, às vezes em poucas linhas, completam as informações já registradas sobre a próspera colônia que, um dia, a audácia tíria fundou no litoral norte-africano. Mesmo como simples colônia fenícia, Cartago já merecia maior atenção da parte dos historiadores, sobretudo pelo influente papel econômico que desempenhou no Mediterrâneo Ocidental. Essa importância aumenta quando, a partir do século VI, o poderio de Tiro sofre o rude golpe do imperialismo babilônico. Cartago então, por sua situação privilegiada entre as duas bacias mediterrâneas, pela riqueza de seu comércio, pela imponência de suas construções, por sua numerosa população, pelo poderio de sua esquadra, vai tornar-se, num *crescendo* contínuo, a maior metrópole do Ocidente até encontrar diante de si, no século III, a expansão da belicosa estirpe de Marte.

1. Fontes

Como sempre, em primeiro lugar os autores clássicos. A destruição de Cartago em 146 a.C. consumiu uma preciosa literatura que teria constituído, sem dúvida, abundante fonte para o conhecimento da História.

A falta dessa fonte, devemos contentar-nos com o que escreveram, de um modo às vezes vago, às vezes parcial e agressivo, os autores gregos e latinos. Nos poemas homéricos já sentimos a presença do audaz marinheiro fenício que concorre com os helenos nas aventuras marítimas. Heródoto, Aristóteles, Deodoro da Sicília, Políbio, Tito Lívio, Apiano, Justino, Cornélio Nepos, Silius Italicus e outros oferecem-nos alguns fios com que podemos tecer a História da Cidade-Estado que ousou, um dia, enfrentar a orgulhosa Roma. «Não é sem certa surpresa que, entre tantas Constituições gregas mencionadas por Aristóteles, se encontre a de uma cidade semítica, de um povo que os gregos incluíam

no número dos bárbaros: refiro-me à Constituição cartaginense, que primeiramente Aristóteles, depois Políbio, analisam com grandes louvores, como uma das mais judiciosas que o mundo tem conhecido».¹

Aos autores antigos acrescentemos os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas sobretudo no norte da África. Ao lado dos numerosos textos púnicos (que em sua maioria, entretanto, não encerram grandes novidades), podemos citar a descoberta de ruínas que remontam à Cartago anterior e à Cartago romana e cristã.

Dois nomes devem ser retidos entre os que, com zelo, abriram novos horizontes nas descobertas arqueológicas relacionadas com a antiga história de Cartago: o Pe. Delattre, da Sociedade dos Padres Brancos de Cartago, o P. Cauckler, antigo diretor de Antiguidades da Tunísia. O P. Delattre efetuou durante meio século, com um zelo infatigável, a exploração da Cartago antiga, dando particular atenção sobretudo aos vestígios púnicos e cristãos. O produto desses trabalhos e do trabalho de seus sucessores, os padres Lapeyre e Feron, é conservado no museu dos Padres Brancos sobre a colina de S. Luís».²

Durante mais de quarenta anos os túmulos que as pesquisas arqueológicas iam revelando, eram «o único elo material entre a Cartago púnica e a ciência moderna».³ As descobertas mais recentes revelaram, entretanto, um fato sensacional: a destruição de Cartago pelos Romanos não havia sido tão radical a ponto de só ter poupado os túmulos. Assim, por exemplo, «os vestígios das fortificações de Cartago, procuradas em vão por gerações de arqueólogos, foram, enfim, encontradas em 1949 pelo general R. Duval».⁴

2. O País e o Povo

Com a beleza de sua linguagem poética, Vergílio (Eneida, 1, 12), indica-nos a situação geográfica da antiga Cartago:

«Urbs antiqua fuit (Tyrii tenuere coloni).

Karthago, Italiam contra Tiberinaque longe.

Ostia, dives opum studiisque asperrima belli...»

«Houve uma cidade antiga (colonos de Tiro a habitaram), Cartago, defronte à Itália e às fozes do Tibre, longe, rica de recursos e ativa por seus exercícios de guerra».

Cartago estava situada cerca de dezesseis quilômetros a nordeste da atual cidade de Tunis, em uma ampla península limitada a leste pelo mar, ao norte pela laguna de Sukra, ao sul pelo golfo de Túnis e ligada ao continente a oeste. Essa região devia gozar, na Antiguidade, de um clima sensivelmente semelhante ao do norte da Tunísia atual. A magra vegetação que hoje cobre a península correspondia outrora, segundo o testemunho dos antigos, a existência de vastas florestas não longe da cidade. A península cultivada com cuidado produzia cereais,

videiras, oliveiras e flores. A fauna era rica: encontravam-se leões, hienas, chacais, girafas, hipopótamos e elefantes. Entre os animais domésticos figuravam o cavalo, o asno, o boi, a cabra e a ovelha. O litoral fornecia, além de pesca abundante, o famoso múrice utilizado para a fabricação de púrpura. Completemos essa breve resenha dos recursos naturais de que dispunham os cartagineses, lembrando as pedreiras do Cabo Bon que forneciam material para as construções, e a própria argila encontrada em Cartago e utilizada pelos oleiros.

Os cartagineses eram semitas sobretudo por sua língua, sua religião, suas tradições e costumes. Como os fenícios, seus antepassados, os cartagineses representavam um tipo étnico heterogêneo principalmente porque aos «púnicos não repugnava o casamento com as estrangeiras».⁵

3. História Política

De acordo com a unanimidade das fontes antigas, Cartago foi fundada em 814 a.C. «A única razão admissível alegada pelos partidários de uma data mais recente, é a raridade dos objetos do VIII século recolhidos até aqui na região, mas o argumento do silêncio possui ainda menos peso em arqueologia que em qualquer outra disciplina...»⁶

Não possuímos dados para reconstituir a História de Cartago nos seus primeiros dois séculos de existência; os vestígios arqueológicos mais antigos de que se tem conhecimento são posteriores em cerca de um século à fundação da cidade.

Quais teriam sido as razões da fundação de Cartago? A conhecida lenda de Dido ou Elissa, irmã do rei de Tiro Pigmalião, encontra sua origem nos mitos que explicavam a origem dos principais cultos da jovem cidade, mitos esses que foram transformados e reconstituídos pelos autores gregos e latinos.⁷

Uma rápida visão sobre os acontecimentos históricos revela-nos que a fundação de Cartago foi a consequência de uma série de fatos que levaram poderosos comerciantes tírios a fundar uma nova cidade. Esta recebeu o nome de Qart Hadasht (Cartago), o que significa precisamente Nova Cidade. Os fenícios só dirigiram suas expedições para o Mediterrâneo Ocidental e mais além, após a destruição do poderio marítimo de Creta pelos helenos. Para garantir a longa rota entre a Fenícia e os confins do mundo conhecido foram fundadas colônias ao longo de tão distante percurso. Já pelo ano 1100 (se dermos crédito a Plínio) teria sido fundada a colônia de Útica.⁸ No século X a.C., Tiro atinge o apogeu de sua prosperidade, mas já no século seguinte começam a acumular-se nos horizontes orientais as nuvens ameaçadoras do imperialismo assírio. As riquezas de Tiro eram um constante convite à cupidez assíria. Para fugir a essa ameaça, ricos cidadãos tírios vão buscar um refúgio em primeiro lugar na ilha de Chipre e, logo depois, nas distan-

tes praias quase despovoadas da África do Norte. Surge assim Cartago num momento internacional que se caracteriza pela decadência definitiva do poderio egípcio, pela hegemonia assíria no Ocidente e pela expansão helênica, cada vez mais intensa através da bacia mediterrânea. Roma ainda estava por ser fundada.

As relações entre a nova cidade e a metrópole parecem sugerir que a fundação de Cartago não se fez (como se depreenderia da lenda de Elissa) contra a vontade de Tiro, «pois vemos a nova cidade adotar a atitude de vassala para com a metrópole. Cada ano uma embaixada ia sacrificar em Tiro no templo de Melkart e levava uma oferenda igual, na origem, ao dízimo das rendas do novel Estado».⁹

Cartago foi, aos poucos, substituindo o papel colonizador e comercial desempenhado por Tiro. Apiano escreve: «Os Cartagineses cultivavam a navegação e o comércio marítimo como genuínos fenícios. Em breve se tornaram tão fortes que se apoderaram da supremacia da Líbia e de uma grande parte do mar e puderam empreender guerras exteriores e expedições militares à Sicília, Sardenha e a outras ilhas do mar e à Ibéria. E ainda enviaram colonos a diversas regiões».¹⁰

No século VI, o poderio de Tiro sofre um golpe rude após o prolongado cerco a que foi submetida por Nabucodonosor. Cartago possui então um notável império marítimo, substituindo Tiro na antiga hegemonia exercida sobre as colônias fenícias e fundando novos estabelecimentos. Mas os cartagineses encontram ferozes adversários nos gregos, então em plena expansão. Contra esses, Cartago faz duas alianças: com os etruscos e com os persas.

Durante todo o século VI, e mais além, cartagineses e gregos disputam o domínio do Mediterrâneo Ocidental. Sicília, Sardenha e Córsega são teatros de batalhas entre as duas potências. Nessa época uma rica família de Cartago, os Magônides, dirigem durante três gerações sucessivas (535-450, a.C.) os destinos da Cidade-Estado: limitam a expansão grega no Mediterrâneo, asseguram as prerrogativas do comércio cartaginês na Espanha, nas Baleares, na Sardenha e numa parte da Sicília; libertam Cartago do tributo pago, desde sua fundação, aos africanos, criando um vasto império marítimo e terrestre na África, desde o golfo de Sirtes até, provavelmente, ao Senegal.¹¹

Quando Xerxes se prepara para o colossal ataque à Grécia, procura impedir que a mesma seja socorrida pelos gregos do Ocidente e concerta uma aliança com Cartago. «Segundo Éforo, Xerxes teria agido como suserano e dado aos fenícios do Poente a ordem categórica de participar do ataque contra os helenos. Para Deodoro, trata-se de um convênio formal estabelecido entre Susa e Cartago: é em virtude desse tratado, obrigando os cartagineses a reunir grandes forças contra os gregos da Sicília e da Itália, que Hamílcar, após três anos de preparativos, teria feito vela para Hímera».¹²

A versão de Deodoro parece-nos mais plausível. Cartagineses e persas estavam empenhados no esforço comum de pôr uma barreira à expansão helênica. Mas, apesar de tudo, o ano de 480 assinala duas vitórias espetaculares dos helenos: Salamina, sobre os persas; Hímera, na Sicília, sobre os cartagineses. A derrota de Cartago enfraquece mas não afasta a influência púnica na Sicília. A decadência da hegemonia de Atenas reanima os cartagineses em seu velho desejo de conquistar a ilha. Por todo o século IV, os exércitos púnicos ameaçam as colônias gregas da região meridional da importante região do Mediterrâneo. No século seguinte a mesma ilha vai tornar-se o pomo da discórdia entre o poder continental de Roma e o poder marítimo de Cartago. As Guerras Púnicas pertencem também à História de Roma e serão estudadas no respectivo volume. A terceira dessas guerras assinala o fim do estado púnico. A civilização cartaginesa, porém, não morreu com a destruição de sua metrópole: muitos emigrados de Cartago haviam implantado a cultura fenícia entre os reis númidas. «Quando o benfazejo governo dos imperadores substituiu a opressão senatorial, os descendentes dos cartagineses participaram do admirável desenvolvimento da África romana, conservando sua língua e sua religião até a grande tormenta que devia, no decorrer dos IV e V séculos, mudar a face do mundo».¹¹

4. Estrutura Político-Social

a) *Organização política.* — Só podemos estudar a organização política de Cartago em linhas gerais, pois as fontes de que dispomos para esse estudo são insuficientes. Sabemos que no século VI existiam duas assembléias: o senado e uma câmara eleita pelo povo. Ao que parece, a realza era eletiva e a rica família dos Magônides teria conseguido conservar o poder através de três gerações graças ao valor pessoal de seus membros e aos sucessos obtidos em seus empreendimentos militares e marítimos. Um conselho de cerca de cem juizes, instituído nesse período, tinha a missão de evitar a tirania.¹²

No século IV encontramos um senado de pelo menos trezentos membros e um conselho permanente escolhido entre os senadores. Dois sufetas, que lembram os reis de Esparta ou os cônsules romanos, governavam por um ano podendo, ao que parece, ser reeleitos. A assembléia de cidadãos escolhia os chefes militares e os sufetas, e dirimia as questões surgidas entre os mesmos e o Senado.

Estudando a Constituição política de Cartago, A. Croiset cita Aristóteles e Políbio acrescentando: «O que ambos louvam, na Constituição cartaginense, é uma mescla harmoniosa de elementos monárquicos, aristocráticos e democráticos, que lhe davam equilíbrio e força. De que natureza era essa democracia semítica, tão singularmente isolada no mundo antigo, fora do domínio greco-romano? Para bem o saber, conviria conhecer o seu espírito, o seu minucioso funcionamento. Ora, só conhecemos de tudo isso a parte exterior, as formas e a moldura».¹³

b) *As classes sociais.* — Parte da aristocracia cartaginesa era, sem dúvida, formada por ricas e tradicionais famílias oriundas de Tiro. A lenda nos fala desses nobres que acompanharam Dido, revoltados contra a tirania de Pigmalião. A base do prestígio e poder da aristocracia era a fortuna. Esta provinha primeiramente do comércio marítimo; no século V apareceu uma nobreza territorial.

Os sacerdotes, designados freqüentemente nos textos púnicos como «*kohanin*», gozavam de alto prestígio na sociedade de Cartago. Cabia-lhes, por meio dos sacrifícios, assegurar a proteção dos deuses sobre a Cidade-Estado para que a mesma progredisse política e economicamente. A função sacerdotal se transmitia de pai para filho, formando uma espécie de casta. Entre os sacerdotes existia uma rígida organização hierárquica. Cada templo possuía um «chefe dos sacerdotes» (*rab kohanin*), ao qual, além dos sacerdotes propriamente ditos, estava subordinada uma multidão de pessoal subalterno entre os quais figuravam em primeiro lugar os escribas. A esses seguiam-se os assistentes do culto, como os barbeiros sagrados, e uma série infinda de outros servidores.

O templo cartaginês, como o templo fenício, foi um centro de ativa vida intelectual onde se discutia a natureza dos deuses e onde se elaborava uma verdadeira literatura mitológica composta de poemas que narravam as aventuras dos deuses. A lenda de Dido, como a conhecemos através dos autores clássicos, deve sua origem a um desses poemas sacros de Cartago.

O clero cartaginês desempenhou um papel intelectual importantíssimo. «Graças ao clero, com efeito, a civilização e a língua fenícias não desapareceram da África no momento em que as mesmas periclitavam na própria metrópole, e se mantiveram ainda, após a conquista romana, durante longos séculos, até que o triunfo do sincretismo acabasse de apagar toda diferença entre os cultos africanos de tradição tíria e as outras religiões místicas espalhadas no Império».¹⁴

Outras classes que constituíam a sociedade cartaginesa eram os comerciantes e os proletários urbanos; estes trabalhavam nos diversos ramos da indústria: metalurgia, tecidos, cerâmica, vidraria, etc. Havia ainda numerosos escravos, na sua maioria de origem africana e que, em geral, eram bem tratados, sendo freqüentes as manumissões.

A população de Cartago, além das camadas sociais citadas, estava integrada por grupos de estrangeiros, em geral comerciantes. Entre esses grupos citemos a colônia etrusca, a numerosa colônia grega e os orientais como fenícios (considerados concidadãos), cipriotas e habitantes da Anatólia.

A descrição da sociedade cartaginesa ficaria incompleta se não mencionássemos a população líbica que trabalhava nos domínios rurais sujeita a pesadas contribuições e os mercenários estrangeiros que constituíam muitas vezes um foco de perturbações da ordem e de ameaça à

segurança do Estado. Enquanto os cidadãos cartagineses, fiéis à tradição marítima dos fenícios, serviam na frota de guerra, o exército era composto de mercenários estrangeiros como sardos, lígures, iberos, celtas, etruscos, etc.

5. A Vida Econômica

Agricultura. Graças a fragmentos conservados nas obras de Plínio, Varrão e outros autores antigos, conhecemos o tratado sobre a agricultura da lavra do cartaginês Magon. A obra completa abrangia vinte e oito livros e condensava toda a ciência agrícola de sua época. Podemos avaliar a importância desse estudo se considerarmos o fato de que o Senado Romano mandou traduzi-lo para o latim.¹⁷

Os antigos admiravam a técnica agrícola dos cartagineses que haviam cercado sua cidade com um verdadeiro cinturão verde.

Políbio fala desses arredores «cobertos de jardins e de árvores, de canais de irrigação, de casas de campo sombreadas por oliveiras, videiras e com prados de verdes relvas».

Os cartagineses tiveram a preocupação de introduzir e aclimatar na África do Norte os produtos cultivados entre os povos mais antigos da bacia do Mediterrâneo. Mas não foi só na agricultura que os cartagineses empregaram técnicas racionais. A criação mereceu-lhes cuidados especiais e já citamos as principais espécies de animais encontradas na zona rural de Cartago.

Indústria. A indústria cartaginesa caracteriza-se pela falta de originalidade. Os operários eram numerosos e dividiam suas atividades entre os diferentes ramos industriais. A metalurgia alimentada pelo cobre e pelo estanho importados da Espanha e das Cassitérides, pelo ferro da ilha de Elba, produzia machados, martelos, facas, cinzeiros e sobretudo armas em tempo de guerra.

A indústria têxtil aproveitava a matéria-prima fornecida pela criação de gado na zona rural. Existiam numerosas oficinas domésticas nas quais dezenas de escravos fiavam e teciam a lã ou o linho. Como seus antepassados tírios, os cartagineses extraíam a púrpura do múrice existente no litoral africano.

A península em que se encontrava a cidade de Cartago fornecia argila com que se fabricavam os objetos de cerâmica que ainda hoje podemos apreciar nos museus. Esses objetos, ânforas, potes, tigelas, bilhas, lâmpadas, etc., foram produzidos aos milhares, mais para atender às necessidades do que propriamente com a finalidade de satisfazer aos requintes do luxo. A indústria cartaginesa fabricava também objetos de vidros, marfim e osso.

Navegação. Os cartagineses honraram as tradições navais herdadas de Tiro. Exímios construtores de navios e experimentados navegantes,

possuíam uma bem equipada esquadra e uma numerosíssima marinha mercante. Foi graças a essa marinha que Cartago pôde enriquecer-se por meio de um comércio intenso que ultrapassava os limites do Mediterrâneo. Das muitas expedições navais realizadas pelos audazes navegantes púnicos, conhecemos duas cujo relato nos foram conservados: o périplo de Himílcon e o périplo de Hanon.

O périplo de Himílcon realizou-se no século IV, segundo uns, ou no século V, segundo outros. Conhecemos essa expedição através de uma breve alusão de Plínio e por alguns versos do poeta latino Festus Avienus (IV século de nossa era). Himílcon, partindo de Cartago, teria chegado até Gades (Cádiz), e daí, contornando a Espanha, atingido a Bretanha, as Cornualhas e, talvez, a Irlanda. «Esta viagem oficial tinha por finalidade revigorar os mercados de chumbo e de estanho que permitiam aos cartagineses, já possuidores das minas de prata da Espanha, monopolizar a quase totalidade dos recursos em metais preciosos do mundo ocidental».¹⁸

Mais famoso que a viagem de Himílcon é o périplo de Hanon. Essa expedição data da época dos Magônides e «é, provavelmente, a mais bela manifestação do domínio naval cartaginês e certamente a melhor conhecida de todas as viagens de descoberta marítima da Antiguidade».¹⁹ Conhecemo-la através do relato do próprio Hanon, gravado no bronze e colocado no templo de Baal Hammom, em Cartago. Esse relato chegou até nós por meio de uma tradução grega feita no século IV, «não sem ter sofrido algumas adaptações que deviam impedir os concorrentes de Cartago de tirar-lhe partido».²⁰

Embora não se possa negar a realidade dessa expedição, como Estrabão o fez na Antiguidade,²¹ contudo restam inúmeras passagens obscuras que têm dado margem a diversas interpretações. Para onde e até onde teria navegado Hanon? Plínio²² (H.N. II, 169) diz-nos simplesmente que na época «em que o poderio de Cartago florescia, Hanon partiu de Cádiz, contornou a África até a extremidade da Arábia e descreveu esta navegação em um escrito...» De acordo com intérpretes modernos, Hanon teria chegado até a Serra Leoa ou até o fundo do Golfo da Guiné. As proezas de Hanon, ao que parece, não tiveram maiores conseqüências para os conhecimentos geográficos da Antiguidade.

O comércio. As atividades comerciais dominavam Cartago e seu Império. Eram mesmo a razão da existência da grande metrópole africana. Cartago produzia em grande quantidade e exportava os produtos de sua indústria trocando-os por outros de que carecia. É interessante notar que a balança econômica estava permanentemente inclinada em favor dos cartagineses: é que suas exportações superavam sempre as importações. O lugar privilegiado que a cidade ocupava, entre as duas bacias mediterrâneas, facilitava sobremaneira as trocas comerciais tanto com o mundo bárbaro como com o mundo civilizado.

Entre os produtos de exportação figuravam: o vinho, os cereais, o óleo de oliva e, principalmente, os objetos manufaturados, produtos dos

diversos ramos de indústria: metalurgia, cerâmica, marcenaria, etc. Nos portos do litoral norte-africano, os comerciantes cartagineses adquiriam mercadoria trazida por caravanas procedentes do interior africano: ouro, marfim, escravos. Das minas da Espanha e das distantes Cornualhas importavam metais.

6. As Artes

Embora a arqueologia nos forneça poucos dados sobre a arquitetura cartaginesa, sabemos, através dos escritos antigos, que os cartagineses foram grandes construtores.

Muralhas poderosas, numerosos templos, edifícios de seis andares, portos protetores, eis, em linhas gerais, as principais obras dos arquitetos e engenheiros púnicos.

Nos elementos decorativos da arquitetura encontramos um reflexo do cosmopolitismo de Cartago e de suas relações com povos, os mais diversos, da zona mediterrânea. Motivos egípcios, cipriotas, gregos e de outras regiões do Oriente atestam não só a riqueza da decoração mas também a pobreza da inspiração artística dos cartagineses.

A arte funerária (túmulos e estelas) é-nos conhecida pelas escavações arqueológicas. Quanto à escultura, notemos que Cartago possuía grande número de estátuas, muitas das quais Cipião Emiliano transportou para Roma. Essas estátuas, entretanto, ou eram produto do saque de cidades da Sicília (sabemos que os cartagineses despojaram Agrigento e Segeste de suas estátuas) ou eram, na maioria, obra de artistas de origem grega, que habitavam a cidade. Ainda aqui se revela a esterilidade artística dos fenícios.

7. A Religião

Existia estreita semelhança entre a religião de Cartago e a religião das cidades fenícias. Os milhares de inscrições encontradas entre as ruínas de Cartago constituem uma das principais fontes para o estudo dessa religião.

Panteão. No panteão cartaginês encontramos:

Tanit, deusa representada em numerosas estelas e na qual alguns pretenderam ver a deusa fenícia Astarte. O prestígio dessa divindade atinge o auge no século V. Tanit parece estar relacionada com a «Grande Mãe», «senhora do céu e da terra e dos infernos, adorada pelas populações pré-helênicas do Mar Egeu, das quais os fenícios, como os gregos, haviam recebido o essencial de sua civilização».²⁴

Baal Hammom, o grande deus de Cartago, o «Senhor das estrelas», correspondia ao El dos fenícios. «Este deus teve um renome terrível na

Antiguidade, pois a êle é que os primogênitos de Cartago, quer de gênero masculino, quer do feminino, eram queimados vivos, por ocasião de um voto individual ou coletivo». ²⁵

Eshmun (identificado com Esculápio) possuía um templo em Cartago.

Melkart, a grande divindade protetora dos tírios e de seus empreendimentos, possuía templos em todas as colônias de Tiro. O nome de *Melkart* entra freqüentemente na composição dos nomes próprios cartagineses.

Além das divindades citadas, encontramos, no panteão cartaginês, sob nomes um tanto diversos, os mesmos deuses cultuados pelos fenícios.

O culto. O culto prestado pelos fenícios a seus deuses desenrolava-se em templos constituídos de um vasto pátio quadrangular cercado por um muro; no interior deste recinto, estava a capela com a imagem do deus; a bacia para as abluções, os altares elevados e os lugares reservados aos sacerdotes, completavam, de um modo geral, o santuário.

O sacrifício era o grande ato pelo qual os fiéis impetravam favores à divindade, expiavam seus pecados e abrandavam a cólera dos deuses. Além da oferenda de alimentos, perfumes, havia sacrifícios sangrentos de animais como touros, bezerros, bodes, ovelhas, carneiros e aves. Os cartagineses, como os fenícios, praticavam os sacrifícios humanos para expiarem suas faltas. Certa ocasião de perigo nacional foram sacrificadas, de uma só vez, a Tanit e a Baal Hammom, quinhentas crianças das famílias mais nobres. ²⁶

Outra vida. Os cartagineses acreditavam na vida de além-túmulo, mas não se preocupavam com a mesma, como o faziam os antigos egípcios. Não é fácil definir com exatidão as concepções púnicas sobre a vida que começa após a morte, pois essas idéias não eram precisas nem coerentes. Segundo antiga crença, a outra vida nada mais era do que uma sombra da existência terrena, limitada apenas pelas paredes do sepulcro onde o morto permaneceria contanto que lhe assegurassem uma tranquilidade e um conforto relativos. ²⁷ Explica-se, assim, o cuidado de sepultar os mortos em lugares profundos, difíceis de violar e a preocupação de colocar nos sepulcros certos objetos e provisões. «E' provável que os mortos não tenham sido jamais objeto de um culto, mas que as cerimônias com que cercavam o defunto tenham tido o duplo fim de assegurar-lhe os benefícios divinos no outro mundo e de evitar as represálias de uma alma infeliz». ²⁸

Já vimos que os elementos estrangeiros eram bem numerosos. E' natural, pois, que tais elementos, principalmente helênicos, possuíssem suas idéias religiosas e concepções escatológicas. Com o correr dos séculos a interpenetração dessas doutrinas e um conseqüente sincretismo seria inevitável. Assim é que, por influência da escola pitagórica, encontramos em época mais recente da História de Cartago a idéia de que as almas dos mortos se elevavam na atmosfera, sendo que as melhores dentre elas encontravam nos astros e sobretudo na lua um repouso paradisíaco. ²⁹

8. O Legado

Os múltiplos contactos de ordem econômica que os cartagineses estabeleceram entre diversos povos da bacia mediterrânea resultaram em intercâmbio cultural intenso que contribuiu para a difusão da civilização. Vamos citar apenas alguns exemplos de como Cartago, através desses contactos, influiu no aumento do patrimônio cultural da Humanidade. Antes de mais nada, os cartagineses podem ser considerados como propagadores do alfabeto fenício ou, pelo menos, da idéia de um alfabeto consonântico. Assim é que, provavelmente, podemos atribuir a origem das antigas escritas líbicas ao alfabeto púnico. Embora o assunto seja passível de discussão,* Gilbert et Colette Charles-Picard escrevem: «Não somente os cartagineses jamais renunciaram à língua e à escrita de sua pátria, mas contribuíram para difundi-las entre os povos que lhes estavam submetidos. Já os estrangeiros residentes em Cartago, os mercenários principalmente, adotavam o púnico como língua corrente. Entre os líbios, o fenício tornou-se uma língua de cultura. A escrita que foi inventada para transcrever seus dialetos — sem dúvida no II século antes de Jesus Cristo — e que sobrevive ainda, sob o nome de tiffinagh, entre os tuaregues, deriva sem dúvida do alfabeto fenício».³¹

É interessante notar a influência multissecular, mesmo depois da data fatídica de 146, da civilização cartaginesa nos berberes. G. H. Bousquet, analisando essa influência acentua que Cartago foi, para os berberes, durante séculos «o único farol de uma civilização superior»³² e indica alguns pontos em que provavelmente se fez sentir tal influência: língua, artes e religião. «Sob o ponto de vista religioso, parece que houve fusão das divindades berberes e púnicas, e que, em seguida, elas foram admitidas no panteão romano; talvez então, graças à influência de Cartago, os berberes começaram a passar do animismo agrário, que teria sido o fundo de sua religião, a um politeísmo mais organizado».³³

Denise Paulme, estudando as civilizações africanas, assinala as relações dos cartagineses com os garamantes, os predecessores imediatos e, numa medida difícil de determinar, antepassados dos tuaregues.³⁴ Na época de Cartago, caravanas de garamantes transportavam através do deserto do Saara, para as cidades do litoral mediterrâneo, penas e ovos de avestruz, marfim e escravos recolhidos na África Central, ouro em pó do Sudão. Assim, durante séculos, o interior africano esteve em contacto permanente com o litoral e sofreu, sem dúvida, o benéfico influxo dos centros civilizados.

Concluamos com a curiosa observação de que o nome dado ao continente, África, é de origem púnica e era reservado, no Império Romano, para a província de Cartago. «Ainda hoje, os árabes chamam Ifrikia o país que chamamos Tunísia. Como explicar, sem uma influência profunda e durável sobre as regiões situadas ao sul do Saara, a sorte prodigiosa de um nome que se estendeu dos púnicos ao continente inteiro à medida que se avançava na descoberta do mesmo?»³⁵

¹ Croiset, As democracias, p.227.

² Picard, La vie, p.3.

³ Idem, ibidem.

⁴ Idem, ibidem, p.11.

⁵ Sobre a topografia, flora, fauna, etc., consultar Hours-Miédan, Carthage, pp.8 ss.

⁶ Picard, La vie, p.24.

⁷ Idem, ibidem, p.16.

⁸ Idem, ibidem.

⁹ Contenau, La civilisation phénicienne, p.75.

¹⁰ Apiano citado em Weiss, História I, p.926.

¹¹ Hours-Miédan, Carthage, p.42.

¹² Glotz, Histoire..., t. II, p.45.

¹³ Picard, La vie, p.21.

¹⁴ Hours-Miédan, Carthage, p.59.

¹⁵ Croiset, Democracias, p.228.

¹⁶ Picard, La vie, p.78.

¹⁷ Idem, ibidem, p.88.

¹⁸ Hours-Miédan, Carthage, p.67.

¹⁹ Cary e Warmington, Les explorateurs, p.70.

²⁰ Picard, La vie, p.228.

²¹ Contenau, La civilisation phénicienne, p.232.

²² Idem, ibidem, p.231.

²³ Hours-Miédan, Carthage, p.79.

²⁴ Picard, La vie, p.78.

²⁵ Hours-Miédan, Carthage, p.50.

²⁶ Picard, La vie, p.65.

²⁷ Idem, ibidem, p.161.

²⁸ Hours-Miédan, Carthage, p.57.

²⁹ Picard, La vie, p.120.

³⁰ Février, Histoire, p. 323.

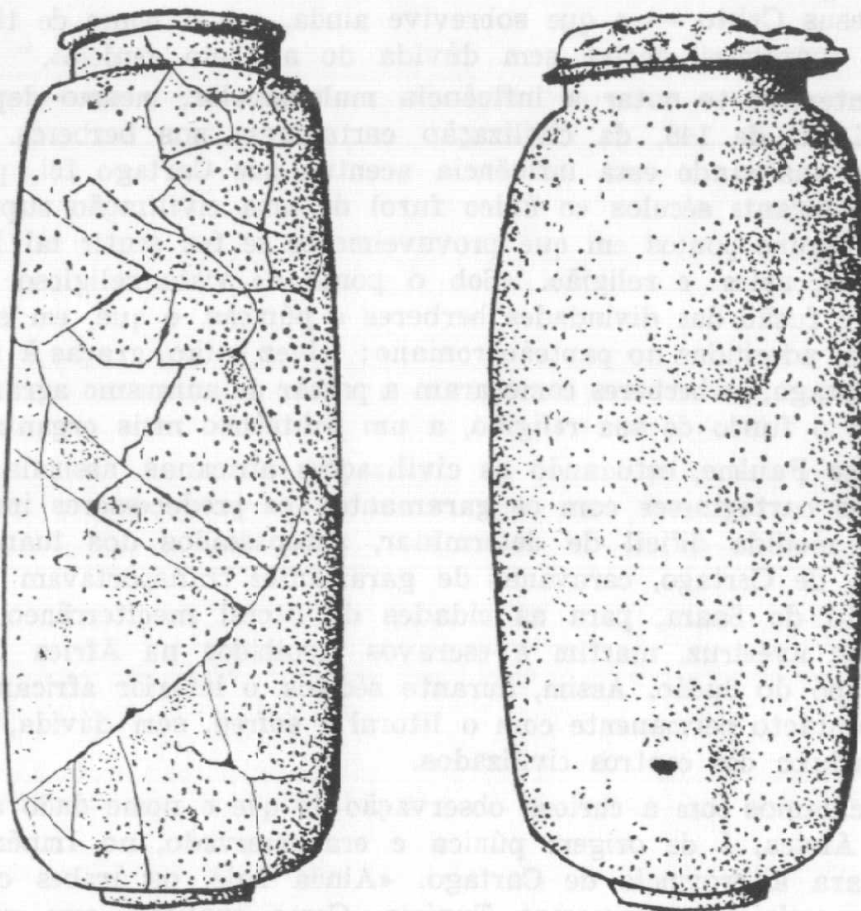
³¹ Picard, La vie, p.62.

³² Bousquet, Les Berbères, p.32.

³³ Idem, ibidem, p.33.

³⁴ Paulme, Les civilisations, p.24.

³⁵ Idem, ibidem, p.26.



Duas ânforas de barro da gruta I de Qumran. Da altura de uns 50-70 cm, nelas se conservaram os rolos da Escritura do Mar Morto, para protegê-los contra as influências do clima e preservá-los da destruição.

HITITAS E HURRITAS

OS HITITAS

Introdução

Os hititas eram, há algumas dezenas de anos, apenas citados por alguns livros de História como um povo mencionado pelo Antigo Testamento com o qual os hebreus haviam entrado em contacto. A revelação da civilização hitita pelas descobertas arqueológicas e pela decifração dos milhares de textos recolhidos veio descortinar novos horizontes na História Antiga do Oriente Próximo, apresentando a chave para a solução de diversos enigmas, que o estudioso da História da Mesopotâmia, do Egito e de outros povos orientais encontrava. O conhecimento de tal civilização era a peça que faltava para preencher certos claros no quebra-cabeça formado pelo estudo das civilizações orientais. Era o elo indispensável para completar o encadeamento lógico de diversos episódios até então carecedores de sentido.

Depois da leitura dos textos hititas, explicados e completados à luz dos demais dados fornecidos pela Arqueologia oriental, a História do Oriente Próximo tornou-se mais harmônica, mais inteligível, mais lógica.

O estudo dos hititas adquire uma importância e um interesse especial, quando levamos em consideração que esse povo estava ligado, pela língua, à grande família indo-européia.

1. Fontes

O A.T. Em inúmeras passagens, as Sagradas Letras mencionam os hititas, demonstrando a difusão desse povo pelas regiões da Ásia Ocidental. No Gênesis 15,19-21, encontramos os hititas citados ao lado de outros povos com os quais os hebreus travaram conhecimento na luta pela conquista da Terra da Promissão.

O episódio da compra de um terreno sepulcral por Abraão põe em tela, novamente, os hititas (Gn 23,3-20... Gn 25,9... e Gn 49,29-32). Esaú (Gn 26,34-35), e mais tarde, Salomão (3 Rs 11,1), desposaram mulheres hititas.

Em Êxodo 3, 8, os hititas são mencionados entre os povos que ocupavam a terra em que corriam o leite e o mel. Os hititas são ainda mencionados em muitas outras passagens do Êxodo, dos Livros dos Reis, do Livro de Josué e dos Juízes. Recordemos dois textos que nos dão uma idéia da região ocupada pelos hititas: «Os amalecitas habitam o país do Meio-Dia, os *heteus*, os jebuseus e os amorreus habitam na montanha e os cananeus habitam perto do mar e ao longo do Jordão (Nm 13,30). «O Senhor diz a Josué: Vossa fronteira será desde o deserto e desde o Líbano até o grande rio Eufrates, todo o país dos *heteus* até o grande mar, para o sol poente (Jos 1,4).

Esses textos davam aos estudiosos da História do Oriente Antigo apenas uma vaga idéia da existência dos hititas no cenário do Oriente Próximo; adquiriram, porém, uma importância especial a partir do momento em que a arqueologia e a lingüística projetaram novas luzes sobre o mosaico de povos que outrora povoaram as regiões tantas vezes mencionadas na Bíblia.

Antes de passarmos ao estudo das demais fontes, impõe-se uma observação sobre o valor histórico dos aludidos textos bíblicos: tais textos foram escritos em épocas diversas e referem-se a períodos bem distintos, separados por vários séculos, da História dos hititas. Assim é que, para uma correta interpretação dos mesmos, devem ser levados em consideração dois fatores:

Em primeiro lugar, as circunstâncias em que foram escritos e a mentalidade historiográfica do hagiógrafo, diversa, sem dúvida, da maneira como se concebe atualmente a exposição histórica. Caba aqui a observação de Contenau: «Mas a Bíblia faz alusão aos hititas de dois períodos bem diferentes, aqueles do II milênio, dos quais os Israelitas falam por «terem ouvido dizer» e aqueles do I milênio que eles conheceram bem. Aos primeiros correspondem os hititas da Ásia Menor, aos segundos os siro-hititas (ou neo-hititas). Os redatores bíblicos fazem como os assírios que, durante a primeira parte do primeiro milênio, consideraram como terra hitita e hititas a maior parte do país de Canaã».

Em segundo lugar, devem ser levados em consideração os resultados das descobertas arqueológicas que constituem a principal fonte para o estudo dos hititas e que nos expõem o fundo histórico do Oriente Médio, apenas esboçado pelos textos hebraicos.

As descobertas arqueológicas. — A narrativa dos primeiros passos no conhecimento da antiga civilização hitita, através dos monumentos por ela deixados há milênios, possui, como a história de outras descobertas arqueológicas, o sabor de romance de aventuras. Com efeito, foram viajantes ousados do século passado, que aliavam ao gosto pelas excursões sensacionais o desejo de estudo, os primeiros a levantar o véu multimilenar que cobria as preciosas fontes arqueológicas abandonadas há tanto tempo.

Entre esses ousados pioneiros da hititologia, podemos lembrar:

Johann Ludwig Burkhardt observou e registrou a existência de hieróglifos diferentes dos egípcios, em Hamah, no vale do Orontes 1º (1822).

Charles Marie Texier empreendeu, sob o governo de Luís Felipe, uma viagem de exploração na Ásia Menor e localizou, pela primeira vez, as ruínas de Boghaz-Keui (1834).

William Hamilton descobriu novas ruínas nas proximidades de Boghaz-Keui (1835).

Seguem-se as explorações de *Barth e Mordtmann* (1859-1861) e de *Langlois* (1861).

Georges Perrot em 1862, acompanhado pelos desenhistas *Guillaume* e *Delbet* percorreu a Anatólia, publicando mais tarde o resultado de suas pesquisas.

Em 1870, dois americanos, J. A. Johnson e S. Jessup, viajando pela Síria, registraram novamente em Hamah a existência de sinais hieroglíficos. Em 1872, W. Wright conseguiu que as famosas pedras de Hamah fossem transportadas para Constantinopla, tendo, antes, tirado moldes das mesmas. Skène, côsul da Inglaterra em Alepo, descobriu, na margem direita do Eufrates, a nordeste de Alepo, ruínas com esculturas contendo os mesmos sinais hieroglíficos. Os viajantes então «alertados, informaram a presença de inscrições semelhantes em toda a Ásia Menor, do Táurus até o litoral oeste, inclusive a região da margem direita do rio Halys que os antigos chamavam Ptéria. Entre os primeiros que procuraram o povo com quem deviam ser relacionadas essas inscrições, figura A. H. Sayce que as atribuiu ao povo tantas vezes citado pelos egípcios, descendente do Heth bíblico».²

As viagens e descobertas seguiram-se polêmicas entre os estudiosos da História Antiga do Oriente. Outros viajantes e estudiosos fizeram novas descobertas: expedições científicas sob o patrocínio de entidades culturais foram organizadas e empreenderam procuras sistemáticas nas regiões em que outrora viveram os hititas.

Na Ásia Menor podemos assinalar, somente a título de exemplo, os seguintes lugares de grande importância arqueológica:

Boghaz-Keui, antiga Hatusa, capital do Império Hitita, identificada com a Ptéria que, segundo Heródoto, foi tomada por Creso, rei da Lídia.

Euyuk, a nordeste de Boghaz-Keui;

Alishar, a sudeste da mesma cidade; e outras. Todas essas descobertas trouxeram um material abundante e valioso, ainda hoje objeto de minuciosos e acurados estudos por parte dos orientistas que procuram reconstituir o passado do império que foi, outrora, a terceira potência da Ásia Anterior. Antes de concluir essas breves linhas sobre as fontes arqueológicas, convém citar dois nomes de capital importância na Hititologia:

Winckler, que, em 1907, revelou ao mundo ter sido Boghaz-Keui a antiga capital hitita.

Hrozný, o sábio que, em 1917, reconheceu o caráter indo-europeu da língua hitita, assegurando assim a decifração de boa parte das tabuinhas de argila encontradas.

Outras fontes. — Além das descobertas arqueológicas executadas no antigo domínio dos hititas, devemos citar os textos egípcios e mesopotâmicos que se referem aos hititas. Entre os textos egípcios, que tratam principalmente dos hititas do II milênio, figuram as inscrições gravadas em Ipsambul, Luxor, Karnak e as célebres tabuinhas de Tell-el-Amarna. Os textos mesopotâmicos mencionam os hititas do I milênio a.C.; são principalmente os anais dos soberanos assírios que narram, ano por ano, as campanhas empreendidas contra aquele povo.

2. O País e os Habitantes

a) *O país.* — Se observarmos o mapa da Ásia Mediterrânea verificaremos que a mesma se divide em duas regiões bem distintas: a Síria, ao sul; a Ásia Menor, ao norte. Esta última é um planalto, cuja altitude varia de 1.000 a 1.300 metros. Separada da Síria pelo Táurus e pelo Amânus, isolada do litoral, ao norte e ao sul, por montanhas abruptas, a Ásia Menor é uma região, em parte inóspita, com desertos e lagos salgados. Os desfiladeiros, por onde cruzaram povos os mais diversos desde tempos imemoriais, são as vias de penetração que ligam o interior do planalto ao litoral ou ao vale do Alto Eufrates ou do Alto Tigre.

O mais importante rio que corta a região é o Kizil-Irmak, antigo Halys, que, vindo do leste, descrevendo um amplo arco, passa pelo centro da Anatólia e, depois de atravessar as montanhas do Norte, vai desaguar no Mar Negro.

Minas de ferro e criação de cavalos foram, na época dos hititas, os grandes recursos naturais da região. A terra produzia a cevada, a vinha e a macieira.

A Alta Síria contrasta com a Anatólia, graças sobretudo à irrigação de suas terras pelo Orontes e pelo Eufrates. Esses breves traços geográficos são suficientes para explicar por que os hititas formaram um império essencialmente continental e por que sua política de expansão os levou sempre para os vales da Alta Síria e da Mesopotâmia onde entraram em choque com as outras grandes potências do Oriente Próximo.

b) *Os habitantes.* — E' difícil, senão impossível, traçar um quadro exato dos grupos étnicos que habitaram sucessiva ou simultaneamente, há milênios, a região que acabamos de descrever sumariamente. Simplificando o problema, podemos dizer que o fundo da população da Ásia Menor era constituído de asiânicos. (Asiânico é uma expressão cômoda que designa os povos da Ásia Ocidental que não são semitas e não são, provavelmente, indo-europeus).

A essa população asiânica vieram juntar-se, talvez a partir do II milênio aC, os povos indo-europeus como os hititas, os frígios e os celtas. Aqui estudaremos apenas os hititas.

O primeiro problema que se põe ao estudioso desse povo é o de sua origem. Os trabalhos de Hrozny provaram que era um povo indo-europeu. (Note-se que indo-europeu, aqui, possui um sentido mais lingüístico do que propriamente racial).

Não nos interessa entrar na questão do *habitat* primitivo dos indo-europeus. Desejariamos entretanto responder à pergunta sobre as vias de acesso utilizadas pelos hititas para chegarem até a Anatólia. Como o leitor verá, pela opinião dos estudiosos do assunto, a resposta é difícil e deixa margens a não poucas dúvidas.

Hrozny escreveu a respeito: «Pouco verossímil é a opinião, atualmente bem difundida, segundo a qual os hititas teriam vindo à Ásia Menor pelos Balkãs, através do Bósforo. Parece-nos muito mais provável que os povos hititas indo-europeus tenham chegado à Ásia Menor vindos da Rússia meridional, passando pelo Cáucaso».³

Cavaignac opina: «Os hititas chegaram à Ásia Menor, mais provavelmente pelo Bósforo que pelo Cáucaso, como muitos outros povos bárbaros...»⁴

Para Dussaud os hititas vieram «provavelmente da Rússia meridional através dos passos do Cáucaso».⁵

Contenau prefere a hipótese da penetração pelo Bósforo: «Outros, ao contrário, admitem a penetração pelo Bósforo, através do caminho que mais tarde os gálatas deviam seguir, e eu creio que esta hipótese seja preferível».⁶

A invasão hitita na Ásia Menor não é um fato isolado; é parte de um movimento migratório indo-europeu que se estende pela Europa. Na Ásia Menor podemos distinguir, pelo menos, duas vagas de invasores indo-europeus: os luwitas e os nesitas. Aqueles deixaram vestígios na Licaônia e Lícia, estes (os hititas da História) dominaram a região do Halys habitada por um povo asiânico chamado «hatti». Os dominadores não só se assenhorearam do país como do próprio nome dos vencidos, os quais passaram a ser conhecidos pelos historiadores como proto-hititas. Assim é que o povo que hoje chamamos hititas chamava-se primeiramente nesitas e o que denominamos proto-hititas eram os verdadeiros hititas.

3. História Política

Não é fácil descrever a geografia política da Ásia Menor após a invasão dos indo-europeus. Ao lado dos antigos proto-hititas surgiram diversos principados que começaram a disputar entre si a hegemonia.

O rei nesita (1800 a.C.?) Anitta (Anittash) conquistou e destruiu a antiga Hatusa, capital dos proto-hititas. O império de Anitta estendeu-se, ao que dizem as crônicas, do Mar Negro ao Mediterrâneo. Um dos sucessores de Anitta, Labarna (ou Tlabarna), é o fundador daquilo que Goetze⁷ definiu como o Antigo Império Hitita ($\pm$ 1600 a.C.). A política desse soberano consistiu em reunir sob sua hegemonia o centro da Anatólia e os distritos do sudoeste até ao mar. Cidades-estados e pequenos reinos passaram a fazer parte de uma única entidade política. O nome de Labarna tornou-se título real usado pelos demais soberanos hititas, como mais tarde o nome de César foi adotado pelos imperadores romanos. Os sucessores de Labarna, Hatusil I e Mursil I, prosseguiram na ampliação das conquistas. Sob o reinado de Mursil I, três acontecimentos assinalam o aparecimento do Império Hitita como grande potência: a conquista e destruição de Alepo, uma guerra contra os hurritas e o saque de Babilônia (1530? a.C.) com o conseqüente fim da primeira dinastia desta cidade, abandonada então à própria sorte e presa fácil dos cassitas.

A obra da dinastia de Labarna é ameaçada por dissensões familiares: uma série de assassinatos, a começar pelo do próprio Mursil I, enfraqueceu o poderio hitita. Segue-se um período de anarquia e o império hitita é invadido ao norte pelos gasgas, tribos bárbaras das margens do Mar Negro e, a leste, pelos hurritas.

Telepinu, um dos usurpadores do trono, consegue restabelecer a ordem, promulgando, para tal fim, um grande edito sobre o processo a seguir em caso de conflito dinástico.

Após o reinado de Telepinu (1500? a.C.), os autores falavam de uma época obscura na história dos hititas, época que teria tido a duração de cerca de dois séculos e que constitui um verdadeiro hiato entre o que se chamava Antigo Império e Novo Império. Os estudos mais recentes da cronologia mesopotâmica, depois de certas descobertas, como, por exemplo, as efetuadas em Mári e as listas reais de Khorsabad, trouxeram como conseqüência um notável rebaixamento da data do reinado de Hamurabi e, portanto, o estabelecimento de uma nova sincronia dos acontecimentos do Oriente Próximo. Ao que essa nova perspectiva cronológica indica, a história hitita foi contínua e o espaço de tempo entre o fim do reinado de Telepinu e o reinado de Tudhália II apresentado outrora como o fundador do Novo Império, seria relativamente diminuto.⁸

Tudhália II retomou a cidade de Alepo, perdida para os hititas desde muito tempo.

Hattusil II obteve sucessos na Alta Síria.

Tudhália III teve que enfrentar o Mitani e os gasgas. Estes incendiaram Hattusa.

O poderio hitita atingiu o apogeu com Supiluliuma (1385 a.C.). Dispomos de três espécies de fontes para o estudo desse reinado: os

tratados efetuados pelo rei com os povos vizinhos, os anais redigidos por Mursil II, filho de Supiluliuma, e as cartas de Tell-el-Amarna.

Supiluliuma reconquistou o Alto Tigre e a Síria setentrional. Ao norte, o Mitani cede diante da pressão hitita; ao sul, a zona de influência egípcia, no vale do Orontes até Kadesh, não esboça reação à penetração hitita. Amenófis III e, logo após, Amenófis IV, preocupado mais com suas reformas religiosas, não reagem contra o avanço de Supiluliuma. O segundo faraó citado faz um tratado com o rei hitita e confia ainda na força da aliança com o Mitani. Este país, entretanto, sofre uma derrota infligida pelos assírios. O declínio da influência egípcia na Síria é então apenas retardado pelas preocupações de Supiluliuma em consolidar o Império Hitita na Anatólia e pela luta do mesmo soberano contra os ferozes gasgas. Nessa época, a influência assíria no Mitani é substituída pelo prestígio da força hitita.

Pacificada a Anatólia, Supiluliuma volta à Síria. Em Karkemish e em Alepo o rei hitita coloca seus filhos como garantia contra a Assíria e o Egito.

Após a morte de Tutancâmon, um episódio curioso marca as relações entre hititas e egípcios: uma princesa egípcia, provavelmente a viúva de Tutancâmon, pede a Supiluliuma que lhe envie um de seus filhos como esposo. O hitita hesita a princípio, porém acaba concordando; o príncipe enviado ao Egito não chegou jamais a seu destino, tendo sido, provavelmente, assassinado.

Mursil II continuou (1350? aC) a obra de conquista e consolidação de seu pai: lutou contra os gasgas, ao norte da Ásia Menor, e submeteu os reinos situados a sudoeste. Restabeleceu na Síria o domínio hitita ameaçado pelos egípcios.

Muwatali (1315 aC), filho de Mursil II, enfrentou graves dificuldades. Os gasgas, tradicionais inimigos dos hititas, fizeram devastadoras incursões e chegaram mesmo até a capital. Como Hatusa estivesse demasiadamente exposta, Muwatali estabeleceu a sede de seu governo em Dattassas, no alto Halys. A oeste, os hititas entraram em relação com os aqueus, que já são mencionados em textos da época de Supiluliuma. A leste, Muwatali teve que precaver-se contra a ameaça assíria e manteve, por isso, boas relações com a Babilônia. O ponto alto da política externa de Muwatali foi sua luta com o Egito. Após um longo período de paz, durante o qual foram trocados presentes com o faraó e chegou mesmo a projetar-se uma viagem do rei hitita ao Egito, as boas relações foram rompidas. Ramsés II pretendia restabelecer o prestígio egípcio na Síria, o que fez com que Muwatali organizasse uma coligação de povos asiáticos contra o faraó. Os adversários encontraram-se na batalha de Kadesh, uma das mais famosas batalhas da História do Oriente Próximo. Os resultados do combate foram indecisos. Alguns historiadores atribuem a vitória aos hititas, outros falam de um triunfo egípcio.

cio. Nas paredes do Ramesseum, de Karnak e de Luxor encontra-se a descrição dessa luta como tendo terminado com a vitória dos egípcios.

Muwatali morreu (1290 aC?) pouco tempo depois de Kadesh e foi substituído por seu filho Urhi-Tesup e, alguns anos depois, por seu irmão Hatusil III (1283 aC) que, apoiado por uma facção da nobreza, depôs o sobrinho. O império hitita sofre nessa ocasião a ameaça da Assíria e do Egito. Com Ramsés II, Hatusil celebra o famoso tratado (1280 aC) que nos é conhecido por dois textos: um, gravado em placa de prata, enviada pelo rei hitita a Ramsés, foi traduzido para o egípcio e gravado em hieróglifos nas estelas de Karnak e do Ramesseum; outro, redigido em babilônio, foi enviado por Ramsés à corte hitita e encontrado em Boghaz-Keui.⁹ As cláusulas desse documento versam sobre a amizade e o auxílio recíprocos tanto na paz como na guerra, sobre a extradição de desertores, sobre os deuses egípcios e hititas que velam pelo cumprimento do tratado, sobre as maldições contra os violadores e as bênçãos para os cumpridores das cláusulas contratuais, etc....

O casamento de Ramsés II com a filha de Hatusil III selou a amizade entre os dois povos. Nessa época, Hatusa já voltara a ser novamente a capital do Império.

Os sucessores imediatos de Hatusil III mantiveram a paz com o Egito. O poderio hitita caminhava, entretanto, para o ocaso. A desintegração acelerou-se durante todo o século XIII aC. «O século XIII ainda não chegara ao fim e o Império Hitita se arruinava de um modo mais total que o Império Egípcio. O reino dos faraós, privado de suas possessões exteriores, pôde sobreviver sobre as margens do Nilo; o reino de Hatti, ameaçado por ataques convergentes, desapareceu quase inteiramente do mapa...»¹⁰ Hatusa foi definitivamente destruída e incendiada. A Anatólia Central foi ocupada pelos frígios procedentes da Trácia; a Anatólia oriental foi ocupada pelos mushki (aparentados com os frígios) e também pelos gasgas.

4. Estrutura Político-Social

Podemos comparar a organização interna do Império Hitita a um estado feudal da Idade-Média. A aristocracia que fundara o estado ocupava uma posição privilegiada, embora seus poderes tivessem sido diminuídos em favor de uma centralização do poder monárquico. O soberano distribuía domínios a pessoas de sua confiança e entregava o governo de regiões conquistadas a príncipes da família real. Mais tarde, os vassalos foram substituídos por governadores, mas nas regiões recentemente anexadas subsistia o regime feudal.¹¹

O «grande rei de Hatti» detinha, ao mesmo tempo, o poder temporal e espiritual. Como chefe religioso, cabia-lhe a missão de conciliar para si e para seu povo as bênçãos e o auxílio das divindades. Como chefe temporal, ele era supremo legislador, supremo juiz e comandante do

exército. A guerra era a grande ocupação do soberano. Grandes reis hititas foram grandes conquistadores. Para as empresas militares, os soberanos dispunham de um exército bem organizado composto de um elemento nacional permanente, e de mercenários aos quais se juntavam contingentes de vassalos, em caso de guerra. Carros de combate ocupados por três homens (o cocheiro, um guerreiro armado de lança e arco e um escudeiro) e a infantaria foram os dois elementos essenciais do exército hitita.

A autoridade do monarca hitita era limitada por uma assembléia de nobres, o *Pankus*, que desempenhava a função de juiz supremo das faltas imputadas a membros da família real, ou da nobreza.

Primeiramente eletiva, a monarquia se transformou, depois, em hereditária. O rei passou a designar o príncipe herdeiro que era aprovado pelo *Pankus* e associado ao governo. Um rescrito de Telepinu regulava, com rigor, a ordem de sucessão. A rainha desempenhava importante papel na política podendo mesmo exercer a regência do reino. Abaixo do rei podemos distinguir as seguintes classes sociais: a nobreza, os sacerdotes, os guerreiros, os cidadãos livres, os camponeses e os escravos. Já mencionamos a nobreza. Os sacerdotes e demais auxiliares do culto estavam submetidos a uma legislação especial e rigorosa. Os estrangeiros estavam excluídos do culto prestado aos deuses. Os soldados profissionais recebiam uma pequena propriedade rural para seu sustento. Nas cidades encontramos uma população livre, composta de comerciantes e artesãos: ao lado dessa classe social livre, encontramos camponeses e operários mais ou menos submetidos diretamente ao rei, aos sacerdotes ou aos senhores feudais. A sorte dos escravos dependia de sua origem e da posição social de seu senhor. Em geral, a escravidão não apresentava o rigor que encontramos, por exemplo, nos países clássicos. Havia diversas medidas legais «relativas ao caso de casamento entre uma pessoa livre e uma pessoa de condição servil: tal seria inconcebível em direito grego ou em direito romano».¹²

5. Vida Econômica

A falta de documentação faz com que pouco possamos escrever sobre a vida econômica dos hititas. A base da economia era a agricultura: a propriedade privada ou coletiva era explorada por camponeses livres e escravos. Os agricultores cultivavam cereais, árvores frutíferas e dedicavam-se também à criação de animais como o cavalo, o asno, o boi, etc.

Se o solo do planalto da Ásia Menor não possuía a fertilidade dos vales do Nilo ou do Tigre e do Eufrates, encerrava contudo uma apreciável riqueza mineral. Compreende-se, assim, o papel que a metalurgia desempenhou na indústria dos hititas. Objetos de ferro eram fabricados e difundidos por outras regiões do Oriente. O cobre, o bronze, o ouro e a prata eram também trabalhados pelos artífices hititas. Com esses

dois últimos metais fabricavam-se jóias e outros objetos de luxo. O ouro era importado do Egito e, em parte, para lá retornava sob forma de trabalhos de ourivesaria.¹³

A espinha dorsal do comércio hitita era a estrada entre Hatusa e Karkemish. Esta cidade representava uma encruzilhada de rotas internacionais. Compreende-se, portanto, a preocupação dos soberanos hititas em manter desimpedida a comunicação com tão importante centro. Com tal fim, os hititas lutaram pela anexação das regiões circunvizinhas.

O estalão de valor corrente era a prata, às vezes substituída pela cevada. As leis hititas regulavam o preço de certas mercadorias como, por exemplo, os alimentos de primeira necessidade e a locação de serviços de homens e de animais.

6. A Literatura e o Direito

Antes de estudarmos, ainda que brevemente, a literatura e o direito dos hititas, façamos algumas importantes observações sobre a escrita empregada por esse povo, a maneira como a mesma foi decifrada e, finalmente, sobre a língua hitita.

Os hititas usavam dois tipos de escrita: cuneiforme e hieroglífica.

Escrita cuneiforme. Como os demais povos indo-europeus, os hititas ignoravam a escrita¹⁴ e adotaram, não sabemos em que data, os sinais cuneiformes sumero-acadianos adaptando-os à própria língua. Note-se que os sinais cuneiformes eram conhecidos dos estudiosos, porém o grande problema estava em descobrir que língua fora gravada com esses mesmos sinais. A decifração dessa misteriosa língua das tabuinhas de Boghaz-Keui, já tentada por diversos sábios, foi conseguida por B. Hrozný durante a Primeira Guerra Mundial.

Vejamos, rapidamente, a curiosa história dessa decifração. A frase chave que solucionou o enigma para Hrozný foi a seguinte:

«*Nu ninda-an ezzatteni vâdar-ma ekutteni*»

Uma palavra já era conhecida pelo ideograma sumeriano: *ninda*, isto é, *pão, alimento sólido*. *Pão* sugere a idéia de *comer*. *Ezzatteni* lembrava *ezzan* (= *comer*, no antigo alemão). Da mesma forma, *vâdar* trazia à mente *watar* (= *água*, em antigo saxão) e *water* (= *água*, em inglês). *Nu* recordava o inglês *now* (= *agora*). *An* foi considerada uma desinência casual; *teni* pareceu ao sábio uma terminação indicando a segunda pessoa do plural. *Ekutteni*, por comparação com a palavra *akuwanna* (encontrada em outro texto) foi traduzido como *vós bebeis*. A frase completa significava:

«*Agora vós comeis pão e bebeis água*»

Essa tradução fez com que Hrozný encontrasse outras e numerosas analogias entre o hitita e as línguas indo-européias, chegando à conclu-

são, já prevista pelo orientalista norueguês J. A. Knudtzon,¹⁵ no início do século, de que a língua hitita fazia parte do grupo indo-europeu.

Escrita hieroglífica. A expressão hieroglífica, para designar o outro tipo de escrita empregada pelos hititas, está consagrada pelo uso apenas «como simples e cômoda etiqueta», pois na realidade aquela escrita nada tem a ver com os hieróglifos egípcios.

Os hieróglifos hititas são encontrados na Síria setentrional e na Ásia Menor, principalmente na primeira. «De aspecto mais decorativo, mais pitoresco, os hieróglifos hititas convinham melhor às inscrições monumentais, à gravura dos selos, etc., enquanto que a escrita cuneiforme sumero-acadiana, de um emprego cômodo, prestava-se mais ao uso corrente. Contudo o aspecto bastante cursivo que revestem os hieróglifos hititas encontrados sobre as tabletes de chumbo descobertas em Assur, mostra que, como os caracteres da escrita sumero-acadiana, eram empregados também nas necessidades ordinárias».¹⁶

As tentativas de decifração dessa escrita começaram com a descoberta das mencionadas pedras de Hamah, mas foram dificultadas pela falta de um texto bilíngüe; este foi, finalmente, encontrado por Borsert, professor alemão naturalizado turco, em 1947, no lugar denominado Karatepe, na Cilícia. O texto com uma inscrição em caracteres fenícios e outra em hieróglifos hititas parece oferecer a solução do enigma. «A descoberta de Karatepe (Cilícia Oriental), em 1947, com inúmeras e longas inscrições bilíngües (em fenício e em hieróglifos hititas) do fim do século VIII trouxe elementos completamente novos ao problema da decifração. Confirmou também a maior parte dos resultados aos quais já haviam chegado os investigadores».¹⁷

A língua. Em seu estudo sobre as línguas indo-européias, Vendryes e Benveniste reúnem sob a denominação provisória de *Grupo hitita*¹⁸ as seguintes línguas reveladas pelas descobertas arqueológicas relacionadas com os hititas e consideradas indo-européias: o hitita, o luwi, o palã e o «hitita hieroglífico».

A primeira é a mais bem estudada; é a língua dos arquivos de Hatusa (Boghaz-Keui). O *luwi*, falado no litoral sul da Ásia Menor, em plena época histórica, é conhecido apenas por um pequeno número de tabuinhas; trata-se de uma língua bastante semelhante ao hitita e que parece ter sido usada concomitantemente com o hitita como língua «vulgar». O palã só nos é conhecido através de raros elementos encontrados em textos hititas. A língua dos hieróglifos ainda não possui nome; entretanto, pelo que se depreende dos trabalhos de decifração, trata-se, sem dúvida, de uma língua indo-européia.

A literatura. Os textos hititas foram redigidos em diversas línguas. A língua oficial era naturalmente a língua dos invasores do II milênio que se apoderaram do Hatti. Mas os escribas da administração do império hitita conheciam o babilônio que era, na época de Tell-el-Amarna, a língua diplomática do Oriente usada na correspondência e nos trata-

dos. Além dos textos escritos em acadiano, as tabuinhas encontradas em Hatusa contêm textos escritos em três outras línguas usadas na Anatólia, em sumério e hurrita. Como os documentos correntes fossem escritos em madeira, perdeu-se grande parte do material que nos facilitaria um estudo mais aprofundado da literatura hitita.

O conteúdo das tabuinhas de argila são de ordem religiosa, histórica, jurídica, etc. Cartas oficiais, epopéias, anais, mitos, rituais, etc., dão-nos uma idéia da atividade intelectual dos escribas. Nem todos esses textos, evidentemente, possuem valor literário. Entre os textos poéticos, citemos a epopéia de Gilgamesh traduzida, adaptada e acrescida pelos hititas.

«Notemos que, em numerosos textos de negócios que nada têm de comum com os «livros de passatempo», observam-se qualidades literárias. Os hititas, como os romanos, apreciam, nas exposições históricas, o estilo direto, o discurso *ad hominem*. Um outro traço aproxima-os dos celtas: *o argute loqui*. Praticavam com gosto a ironia, e manejam-na com mais leveza que o oriental, sobretudo o semita que só sai de sua gravidade natural para ir direito ao sarcasmo».¹⁶

E' no gênero histórico que os hititas se notabilizaram. Seus escribas possuíam o «senso histórico». «Convém assinalar que a produção histórica dos hititas ultrapassa de muito o estágio de anais. Por sua maneira sintética de apreender os acontecimentos e pela ausência da glorificação do soberano, a historiografia hitita se aproxima da dos israelitas».²⁰

O direito. Os hititas se distinguem entre os povos do Oriente Antigo pelo senso jurídico demonstrado em sua política interna e externa. Já vimos que o poder do soberano está delimitado por textos constitucionais; textos jurídicos regulavam também as relações entre o rei e os vassalos.

Nas relações internacionais, os hititas revelavam a «preocupação constante de precisar por escrito os laços que os ligam aos estados vizinhos, quer em regime de protetorado, quer se trate de um *foedus aequum*, aliança em pé de igualdade».²¹ Em 1914, entre as numerosas tabuinhas provenientes do Arquivo Real encontrado em Hatusa, Bedrich Hrozny descobriu a coleção de leis hititas. As tabuinhas legislativas foram traduzidas quase simultaneamente por Hrozny, Zimmern e Friedrich.

Quanto à data em que teriam sido redigidas essas leis, divergem os especialistas. «Nenhuma data no texto permite estabelecer a época da redação da coleção; B. Hrozny pensa na época de Supiluliuma ou de Mursil, e alguns presumem mesmo que a coleção dessas leis poderia remontar ao tempo de Labarna. M. Zimmern crê que seja necessário atribuí-las a Hatusil III, o sogro de Ramsés, ou mesmo a um de seus sucessores».²²

O direito civil. As leis hititas distinguem duas categorias de indivíduos: os livres e os escravos. O casamento era o ato constitutivo da família. A mulher estava subordinada ao marido. Os reis e os grandes, pelo menos, praticavam a poligamia; nesse caso, entretanto, existia uma mulher principal cujos filhos eram considerados plenamente legítimos.

O casamento podia ser dissolvido pela morte ou pelo divórcio; este último acarretava, naturalmente, a partilha dos filhos. O costume do levirato estava consagrado no direito civil hitita: em caso de morte do marido, o irmão ou o pai do mesmo devia desposar a viúva.

A propriedade territorial era, em parte, particular, em parte coletiva. Certos nobres possuíam domínios consideráveis. Em alguns casos a propriedade acarretava o encargo de cultivar a terra dos vizinhos, quando esses pertenciam à classe dos guerreiros e, por isso, estavam normalmente impedidos de ocupar-se com suas terras.²³

As terras abandonadas pertenciam ao primeiro que as ocupasse e cultivasse.

O direito penal. De um modo geral, as punições previstas no Código hitita são bem mais moderadas do que as encontradas entre os babilônios e assírios. A pena de morte e as cruéis mutilações são mais raras; em vez de castigos corporais encontramos, com bastante frequência, as multas. Note-se, entretanto, que as penas se revestem de maior severidade quando se trata da preservação da ordem pública ou da punição de ofensas ao rei ou a seus representantes. «O princípio da justiça pública é mantido com vigor; a rebelião é punida pela destruição do culpado e de toda sua família».²⁴

As leis hititas previam e puniam os seguintes crimes contra a pessoa física:

O aborto era punido com uma multa de 20 siclos; esta multa era reduzida a 10 siclos quando se tratava de uma escrava.

As lesões corporais acarretavam uma compensação pecuniária: a fratura de um pé ou de uma mão: 20 siclos (10 siclos, tratando-se de escravo).

A pena para quem cegasse uma pessoa livre ou fizesse cair seus dentes variava de 60 a 20 siclos.

O rapto (que não visasse ao casamento) era castigado mais severamente que o assassinio. «O rapto de uma pessoa é punido mais severamente que um assassinato ou homicídio; quer pela entrega de toda a casa e da família, quer, em outro caso, pela entrega de seis (outrora doze) pessoas».²⁵

O homicídio de uma pessoa livre, durante uma discussão, era punido com a compensação de quatro pessoas; a pena era reduzida à metade se o morto fosse um escravo. Se o homicídio não era voluntário, ambas as penas eram igualmente reduzidas à metade; duas pessoas pela morte de pessoa livre, uma pessoa pela morte de um escravo. «O crime cometido contra a pessoa de um mercador, para roubá-lo, é punido somente com uma pesada multa».²⁶

Com relação aos crimes contra a família, anotemos que a justiça pelas próprias mãos era permitida ao marido que surpreendesse a mulher em flagrante adultério em sua casa. «Mas se ele não pune em seguida o adultério, não pode mudar de parecer mais tarde».²⁷

Diversos crimes contra os costumes são punidos com a morte: assim, por exemplo, o estupro, a sodomia, etc. «A mulher que tiver sido violada na montanha escapa à punição; mas a que tiver sido apanhada no interior da casa, quando poder clamar por socorro, também ela é punida com a morte».²⁸

Numerosos artigos do Código são consagrados à punição dos crimes contra o patrimônio. Como em todas as sociedades primitivas, os animais domésticos eram tidos em grande apreço, daí as penas severas para os ladrões dos mesmos. Por um cavalo ou um touro de dois anos ou menos, o ladrão era, antigamente, obrigado a entregar 30 cavalos ou touros. Mais tarde, a punição foi reduzida para 15 cavalos ou touros, sendo que tal soma podia ser assim decomposta: 5 bois de dois anos, 5 de um ano e 5 de 6 meses. Se os bois se extraviam em campo alheio, o proprietário do campo tem o direito de empregá-los em seu próprio proveito durante todo o dia até o «levantar das estrelas».²⁹

Quem roubasse abelhas era outrora entregue às mesmas; mais tarde a pena foi suavizada: transformou-se em multa de 6 siclos. Cada pé de videira roubado implicava na multa de meio siclo.

«Enquanto que as compensações são moderadas quando se trata do roubo de arnês ou de outros objetos, o roubo de uma lança de bronze à porta do palácio é punido com a morte; trata-se, sem dúvida, pensa M. Cuq, de um símbolo da força pública».³⁰

Crimes contra a segurança pública eram severamente punidos: o culpado de rebelião contra o rei era massacrado com sua família e sua casa destruída.

7. As Artes

Os hititas foram incansáveis construtores. Através das ruínas de suas cidades podemos avaliar as realizações de sua arquitetura. Observe-se que, neste gênero, os hititas se distinguiram por terem levado em consideração a iluminação dos recintos, abrindo, por isso, janelas nas paredes dos edifícios. Hatusa, capital do império possuía uma forma oval, cujo grande eixo media dois quilômetros; muralhas, torres e portas constituíam a defesa da capital. As portas eram ornamentadas por leões, esfinges ou ainda símbolos e representações da divindade. Nos recintos abrigados pelas muralhas havia fortaleza e palácios. Esses palácios hititas, que se encontram em diversas regiões do Táurus ou do vale do Eufrates, caracterizavam-se pelos vestibulos com colunas e por uma rica ornamentação plástica.

Os hititas deixaram vestígios de sua cultura em todas as regiões em que tiveram influência. «A escultura hitita do II milênio, sobretudo a dos séculos XIV e XIII, abundantemente representada, é de uma homogeneidade notável: entre o grupo anatólico, compreendendo as esculturas de Boghaz-Keui, de Euyuk, os relevos rupestres de Iasili-kaia

de Eflatun-Bunar, de Fraktin, etc., e o grupo da Alta Síria, com os relevos de Arslan-tepe, de Karkemish, de Sendjirli, o Teshup de Tell-Ahmar, o de Babilônia, há uma real unidade». ³¹

Os baixos-relevos hititas representam deuses, reis, cerimônias religiosas como procissões, cenas da vida cotidiana tais como caçadas, etc. «Seriam do país todos os artistas que fizeram essas obras-mestras da arte hitita? Não teriam os reis hititas do século XIII requisitado escultores aos faraós, como haviam requisitado médicos à Babilônia? As esfinges traem uma influência egípcia...» ³²

A glíptica hitita inspira-se na antiga glíptica sumeriana; a cerâmica da época imperial estava bastante espalhada em toda a Ásia Menor do sudoeste.

Os hititas notabilizaram-se no fabrico de objetos artísticos de metal como estatuetas de divindades, de animais, discos com desenhos geométricos, objetos retangulares, etc.

8. A Religião

Nos textos e nos monumentos encontramos as fontes relativamente abundantes para o estudo da religião hitita que, como entre os demais povos orientais, impregnava toda a vida particular e pública. Os hititas praticaram, em larga escala, o sincretismo religioso: o numerosíssimo panteão abrigava desde as divindades primitivas da região até os deuses da Babilônia. Se excetuarmos o culto oficial, não podemos falar de unidade religiosa existente no Império Hitita. Estudando o panteão, Contenau chama a atenção para o fato de que muitas divindades nada mais são do que aspectos diferentes de um mesmo indivíduo divino. ³³

De acordo com as circunstâncias regionais do local do culto da divindade, acentuava-se determinada qualidade do deus. No cimo do panteão, encontramos as antigas divindades dos hititas asiânicos: a deusa de Arina e seu esposo, o deus da tempestade. A esse casal é que se dirigia sobretudo o culto oficial.

Wurusemu, a deusa-sol de Arina, (Arina, situada nas proximidades de Hatusa, era a cidade mais importante antes da fundação desta última), deusa oficial por excelência, é a rainha de Hatti e a protetora dos reis nos combates.

Vamos citar, meramente a título de exemplo, mais alguns deuses cultuados no Império Hitita:

Telepinu, deus da terra nutriente e da vegetação; aparece como herói em diversos hinos e mitos.

Kubaba, deusa das montanhas, «que aparece raramente nos textos da época imperial, mas nitidamente no baixo-relevo rupestre de Iasili-Kaia, e que será a grande deusa dos frígios, a Cibele dos gregos e dos romanos». ³⁴

Kumarbi, deus hurrita, chamado o pai dos deuses, etc....

É curioso notar que os numerosos deuses adotados pelos hititas eram cultuados na língua da região de sua origem. Encontramos assim, entre as tabuinhas hititas, os vestígios de um estranho ritual poliglota.

Teólogos-poetas procuraram pôr uma ordem nesse panteão caótico, tentando explicar a filiação e a sucessão dos deuses. Foram notadas semelhanças entre certos episódios desses poemas mitológicos e episódios da teogonia de Hesíodo. Tal relação se explica quando levamos em consideração que os hititas estiveram em contacto direto com os aqueus estabelecidos outrora na Panfília e no litoral sudoeste da Ásia Menor. Entre a civilização desses aqueus e a das populações gregas que mais tarde colonizaram a Jônia, não houve solução de continuidade.

O culto às divindades compreendia oferendas de líquidos, frutas e animais; era prestado nos templos onde se encontravam as estátuas divinas. Com relação ao sacrifício humano, note-se: «O sacrifício humano quase desapareceu no Império Hitita; semelhante sacrifício é encontrado, entretanto, por exemplo, nas cerimônias que deviam ser observadas após uma derrota sofrida pelo exército em uma batalha. De resto, os que tivessem tomado parte no culto dos deuses, sem serem de origem hitita, eram punidos com a morte».³⁵

Como os reis de toda a Antiguidade Oriental, os soberanos hititas eram considerados filhos ou, pelo menos, representantes dos deuses na terra e tomavam parte no culto; a seu lado apareciam também os membros da família real e um numeroso clero profissional masculino e feminino.

Os textos descrevem-nos com riqueza de minúcias as numerosas festas e as cerimônias rituais. Além das solenidades fixadas, existiam outras relacionadas com as expedições guerreiras.

Os deuses eram consultados sobre os mais variados assuntos desde os altos negócios de Estado até os assuntos de interesse particular. Conhecia-se a vontade dos deuses por diversos meios como, por exemplo, oráculos, sonhos, o vôo dos pássaros, etc.

Pouco sabemos sobre as crenças dos hititas com relação à outra vida. Em seu conjunto «a questão da sobrevivência não parece ter tido para os hititas a mesma importância que, por exemplo, para os egípcios».³⁶ O hitita médio rogava aos deuses que lhe concedessem, entre outras coisas, uma prole numerosa. Hrozny comenta: «Ter uma numerosa família era com efeito considerado como um grande benefício, no Oriente Antigo, e isto por esta razão essencial: os descendentes tinham o dever de oferecer, de maneira contínua e regular, aos manes dos pais defuntos, os sacrifícios sem os quais esses espíritos estariam condenados a errar sem fim pelo mundo».³⁷

Os hititas possuíam um forte sentimento de responsabilidade perante os deuses e procuravam alcançar o perdão de suas faltas acusando-as perante a divindade e apelando para sua mansidão.

9. O Legado

Ao penetrarem na Ásia Ocidental, os hititas encontraram civilizações desenvolvidas nas quais predominava a influência sumeriana. Esse fundo cultural recebeu, por sua vez, a contribuição de elementos indo-europeus importados pelos hititas, elementos esses que deram à nova civilização um cunho original.

Elementos asiáticos, sumero-acadianos e indo-europeus seriam, pois, os principais fatores constitutivos da civilização hitita. Por sua situação geográfica, tal civilização estava fadada a desempenhar papel importante como intermediária entre a Ásia e a Europa, isto é, entre o Mar Egeu, a Grécia, Roma e o Oriente.

Em dois setores, principalmente, podemos assinalar a influência hitita: nas artes e na religião. Hrozný estudando o assunto escreve: «E' assim que nós encontramos, por exemplo, as colunas de madeira com base de pedra, em Micenas e em Tirinto, os relevos pintados e os afrescos sobre placas rentes à terra, no palácio de Cnossos; em Creta encontramos, ao lado do «labirinto» hitita-anatólico, o duplo machado, emblema sagrado originário da Ásia Menor, que, em grego, tem o nome de *labrys*, palavra igualmente pedida emprestada à Ásia Menor. Como já indicamos, não parece impossível encontrar pontos de contacto entre a escrita cretense e a escrita «hitita» hieroglífica. Observamos agora, com grande surpresa, que algumas grandes divindades do panteão helênico são provavelmente de origem anatólica, hitita: Apolo, Ártemis, Hermes, Cíbele. Quanto às figuras de Prometeu e de Ulisses, procedem do Gilgamesh babilônico-hitita. E o uso de modelos de fígado para o exame das entranhas das vítimas, transmite-se de Babilônia a Boghaz-Keui até aos etruscos estabelecidos na Itália, mas originários da Ásia Menor. Há ainda muitos outros pontos de concordância menos admiráveis que não poderíamos examinar aqui em detalhe. O papel dos hititas como intermediários da civilização não é certamente menos importante que o fato mesmo de sua tão notável civilização».

Embora algumas dessas afirmações de Hrozný sejam talvez, discutíveis, elas bem revelam a extensão da influência hitita em outros povos da Antiguidade.

OS HURRITAS

Introdução

O estudo dos hititas estaria incompleto sem um esclarecimento sobre a civilização dos hurritas, povo que aparece tão intimamente ligado a grandes acontecimentos que marcam o desenrolar-se da História do Oriente Próximo durante o segundo milênio aC.

Os hurritas fundaram, nesta época, dois reinos: o Hurri e o Mitani. Falaremos principalmente deste último, no presente capítulo.

1. Fontes

E' bem provável que os Horitas citados no Antigo Testamento possam ser identificados como os hurritas revelados pelas descobertas arqueológicas. Os textos hititas, assírios e egípcios fornecem-nos os dados com que podemos reconstituir, ao menos em linhas gerais, a complexa história dos hurritas.

E' interessante notar que inúmeras tabuinhas cuneiformes cujo conteúdo está relacionado com transações comerciais revelam, pela toponímia e pela onomástica, a intensidade das atividades econômicas em que tomavam parte asiânicos cuja língua pertence ao tipo *hurri* e que estavam espalhados na zona compreendida entre o Zagros e o Mediterrâneo.

Entre os documentos encontrados em Tell-el-Amarna, citemos a carta enviada pelo rei Tusrata, do Mitani, ao faraó Amenófis III. Essa missiva que contém cerca de 494 linhas é de capital importância para o estudo da língua falada pelos hurritas.³⁸

Entre as escavações arqueológicas que mais têm contribuído para o melhor conhecimento dos hurritas, citemos, a título de exemplo, as efetuadas em Nuzi (nas proximidades de Kerkuk, no Kurdistão), que é um dos centros hurritas mais metodicamente explorados.

2. O País e os Habitantes

A História conhece dois reinos hurritas: o Hurri e o Mitani. Tentemos situá-los geograficamente.

A localização do Hurri, estado-tampão entre o Mitani e os hititas, é duvidosa. Segundo Hrozny, esse estado se concentrava ao redor da cidade de Hurri (sua capital), chamada pelos gregos Orrhoë, modernamente Urfa (antiga Edessa).³⁹

O Mitani pode ser localizado com segurança ao norte da Babilônia, na região de Naharain, isto é, o país dos dois rios, situado entre o Tigre e o Eufrates. Note-se que os egípcios chamavam Naharain a região entre o Eufrates e o Orontes, «mas o Mitani ultrapassou esses limites tanto a leste como a oeste, na época de sua maior expansão». ⁴⁰ A capital do Mitani era a cidade de Wasuqani. Como o destino de ambos os reinos estivesse intimamente associado através da História, os assírios designavam-nos por um único nome: reino de Hanigalbat.

O povo. Qual a raça e qual a origem dos hurritas? Eis um duplo problema cuja solução definitiva ainda parece bem longe? Para Mayani, a migração dos hurritas está ligada a um amplo movimento de povos: «Notemos logo que esta corrente impetuosa dos arianos arrastou consigo outras populações da estepe ou das regiões montanhosas que ela tinha que atravessar; tal foi o caso dos hurritas, montanheses da região de Ararat. Esses braquicéfalos, de nariz proeminente em forma de bico de pássaro, aparecem pelo fim do III milênio aC e falam uma

língua que se aparenta às linguagens do Cáucaso. Não somente eles seguem os indo-arianos, mas formam uma verdadeira simbiose, segundo a palavra de O'Callaghan, com os senhores arianos do país do Mitani e de outros lugares na Síria e na Palestina. No Mitani, eles são a maioria da população; sua língua torna-se a do país e seus deuses fazem parte do panteão comum. Os reis do Mitani dizem: «Nós, os hurritas».⁴¹

Os hurritas apresentam duas características próprias dos asiânicos: a língua e a religião. A língua é «do tipo chamado outrora aglutinante, cujas raízes fixas dão sentidos diferentes pela soma de sufixos».⁴² A religião é naturista: cultua as forças naturais representadas por um casal divino com atributos de divindades da fertilidade e da fecundidade.

A existência de diversos dialetos indica a divisão dos hurritas em diferentes agrupamentos, o mais forte dos quais fundou o reino do Mitani. Nessa região, os hurritas sob a direção de uma minoria de belicosos arianos constituem um poderoso estado da Ásia Ocidental cuja expansão política veremos a seguir.

3. História Política

Ao que parece, o mais antigo rei do Mitani até hoje conhecido possui um nome ariano: Saussatar, filho de Parsatatar. Saussatar reina, por volta de 1460, em um possante estado cujos limites se estendem do Mediterrâneo ao Zagros e ao lago Van, abrangendo a Assíria e a região de Alepo. Possuímos⁴³ uma carta de Saussatar assinalada com o respectivo selo real coberto de cenas mitológicas. O conteúdo dessa missiva, redigida em uma forma jurídica clara e concisa, versa sobre uma nova divisão de feudos entre dois vassalos. Saussatar foi provavelmente contemporâneo de Tutmés III e de Amenófis II.

Para evitar a união perigosa dos povos da Ásia, o Egito procura aliar-se ao Mitani contra o poderio hitita. Explicam-se assim as alianças matrimoniais entre as famílias reinantes em ambos os países. Tutmés IV desposa Mutemua, filha de Artatama I, sucessor de Saussatar. «E' a primeira vez que o Mitani envia a filha de um de seus reis para tornar-se não a concubina do harém do faraó, mas a verdadeira rainha do Egito».⁴⁴ O fato de que os faraós, orgulhosos de sua raça e desejosos de conservar a pureza de seu sangue, a ponto de desposarem às vezes a própria irmã, tenham consentido em tal aliança, deve encontrar uma explicação nas prementes necessidades políticas. Nessa época, os hititas empreendiam a expansão territorial de seu império para o sul, contra os interesses egípcios.⁴⁵

Amenófis III, filho da mitaniana Mutemua, com as mesmas finalidades políticas, desposou a filha de Sutarna I, filho e sucessor de Artatama I. A princesa mitaniana, entretanto, ficou em segundo plano diante de outra esposa do faraó: Tiy, também de origem asiática.

Após a morte de Sutarna, o Mitani atravessou um período de crise interna da qual saiu vencedor Tusrata, filho mais moço do rei. O novo soberano teve que abandonar a região oeste do Eufrates a Supilu-

liuma; na Assíria o partido contrário à influência do Mitani proclamou rei Erba-Adad I.

No Egito, o velho Amenófis III, cunhado de Tusrata, pediu Tadu-Hepa, filha deste, em casamento. O rei mitaniano enviou também ao Egito uma famosa imagem de Ishtar, de Nínive, a fim de curar o faraó doente. O envio dessa estátua assíria parece demonstrar que essa nação continuava como vassala do reino mitaniano.

Tadu-Hepa, a jovem viúva de Amenófis III (alguns autores julgam que não chegou a haver casamento), tornou-se esposa de Amenófis IV e, segundo a opinião de certos estudiosos, reinou em Tell-el-Amarna sob o nome de Nefertiti. Vamos reproduzir a curiosa carta com que Tusrata felicita Amenófis IV por sua ascensão ao trono:

«Quando meu irmão Amenófis III foi a seu destino, chorei diariamente. Durante a noite eu me levantava; não tomava alimento nem bebida, tal era meu pesar. Mas eis que Amenófis IV, o grande filho de Amenófis III e de Tiy, sua esposa, escreveu-me: Eu vou ser rei. Eu lhe disse então: Amenófis III não está morto, pois que seu grande filho, nascido de Tiy, ocupa seu lugar e ele em nada modificará as relações de outrora».⁴⁶

No Mitani existiam duas tendências relativas à orientação da política externa: um partido egípciofilo e outro assiriófilo. Essas duas facções se digladiaram após a morte de Tusrata. Artatama, de Hurri, aliado a Assuruballit da Assíria tomou o poder no Mitani. Entretanto Mattiwaza, filho de Tusrata, conseguiu a aliança do poderoso Supiluliuma que lhe concedeu a mão de sua filha e restituiu-lhe o Mitani. O estado de Hurri foi entregue a Biassil, filho de Supiluliuma.

Conhecemos dois exemplares do tratado firmado entre Mattiwaza e Supiluliuma. A língua empregada é o acadiano, língua diplomática da época. Entre outros assuntos, o tratado regula a situação da rainha filha de Supiluliuma: «ela só será rainha no Mitani, só seus filhos reinarão e entre as dez mulheres permitidas a Mattiwaza, nenhuma tentará passar para primeiro plano».⁴⁷

Note-se que esse tratado hitita-mitaniano se caracteriza por sua unilateralidade: o soberano do Mitani tornava-se, na realidade, um vassalo de Supiluliuma.

A morte deste monarca assinala a decadência política do Mitani. Os assírios, cada vez mais poderosos, triunfam e os mitanianos desaparecem do cenário da História do Oriente Próximo.

4. Estrutura Político-Social

Uma casta guerreira de origem ariana, os *mariani* (esta denominação lembra o védico *mâria*, jovem, herói), apoiava a monarquia hereditária. A essa aristocracia ariana estava subordinada uma população de agricultores e artesãos. A estrutura político-social do Mitani era feudal. O soberano distribuía a terra entre seus vassalos que, por sua vez, lhe ficavam devendo auxílio econômico e militar.

Entre os reinos vassallos do Mitani figurava a Assíria, dominada, não sabemos como, antes da metade do XV século aC. Note-se que a série de reis assírios não sofreu interrupção com a vassalagem e que em Assur estavam estabelecidos os residentes mitanianos cujas famílias acabaram por fazer parte da aristocracia assíria.

5. Direito, Literatura e Artes

Direito. Os textos encontrados nas já citadas descobertas de Nuzi dão-nos uma idéia das normas jurídicas que regiam os hurritas. Nota-se nos mesmos a influência da legislação hamurabiana.

O casamento admitia o repúdio sem indenização em caso de esterilidade da mulher; em caso contrário, o marido devia uma indenização à esposa repudiada e ainda perdia o pátrio poder; os filhos do primeiro matrimônio, em qualquer caso, permaneciam os únicos herdeiros dos bens paternos.

A lei previa a adoção que se tornava, às vezes, uma verdadeira «venda-adoção» com grandes vantagens para o adotante.

A taxa dos juros, em caso de empréstimos, podia atingir os 50%. O credor, havendo vários devedores, podia exigir do mais próximo o reembolso de toda a dívida.

Admitia-se também o empréstimo de escravos. O direito privado hurrita conhecia o penhor, a caução e a locação. Ao redigirem um ato contratual, as partes estipulavam penalidade para as possíveis infrações do ajustado.

O direito penal que nos revelam as tabuinhas de Nuzi era bem mais humano que o da Babilônia e da Assíria. Assim, por exemplo, o roubo era punido por meio de compensações que chegavam, em alguns casos, a vinte e quatro vezes o valor do objeto roubado. Não se encontrou a cominação da pena capital para este crime.

«O acusado está muitas vezes autorizado a justificar-se por meio do juramento, mesmo quando existem testemunhas de acusação; o perjúrio parece ter sido muito raro, e o culpado se denuncia a si mesmo ao se afastar dos deuses».⁴⁸

A Literatura. As pesquisas arqueológicas vão revelando, cada vez mais, novos textos hurritas que atestam uma intensa atividade literária. Esses textos versam sobre assuntos religiosos (são muitas vezes rituais) e foram encontrados entre outras regiões, em Boghaz-Keui, Mári, Ras Shamra, fato esse que atesta a difusão da língua hurrita. Mencione-mos ainda os textos lexicográficos (que são verdadeiros dicionários) e as glosas hurritas feitas às cartas de Amarna.

As artes. Santuários e palácios constituem os grandes monumentos da arquitetura dos hurritas. Essas construções foram edificadas segundo o modelo dos santuários sumerianos: sobre uma plataforma com escadas de acesso.⁴⁹

Atribui-se aos hurritas a origem de construções com portas ornadas de gênios protetores como leões, touros; atribuem-se-lhes igualmente a origem da prática de recobrir as bases das paredes com relevos. Os assírios teriam herdado dos hurritas tais concepções arquitetônicas.⁵⁰

A glíptica e a grande escultura revelam de modo inequívoco a capacidade artística dos hurritas. Os produtos da escultura se encontram espalhados na vasta área em que se fez sentir outrora a influência hurrita. Citemos, a título de exemplo, dois monumentos representativos dessa escultura: a cabeça de uma divindade esculpida em basalto e encontrada em Djabbul, na Alta Síria, e que pelo vigor de suas feições causa «uma impressão de realismo brutal»;⁵¹ o leão de basalto encontrado em Sheik-Saad, nas proximidades de Damasco, dá-nos a impressão de vigor, ferocidade e realismo. Essas duas obras «asseguram à arte do Mitani um lugar de honra na arte da Ásia Ocidental antiga».⁵²

6. Religião

A relação numerosa dos deuses componentes do panteão hurrita informa-nos sobre os elementos constitutivos do Império Mitaniano, pois, como outros povos da Antiguidade, os hurritas integraram em seu panteão os deuses das nações vencidas.

Encontramos nesse panteão principalmente os deuses mitanianos propriamente ditos, entre os quais citemos *Tesup* e *Hepa*.

Tesup, era o deus das alturas, do raio, da tempestade, da chuva benfazeja e da fertilidade.

Hepa era a deusa da fertilidade e da fecundidade.

Essas duas divindades constituem o casal divino por excelência cuja união «produz sobre a terra a renovação, a fertilidade dos campos, a chuva benfazeja para as colheitas, o crescimento do gado».⁵³

Ao lado dos deuses mitanianos propriamente ditos, encontramos deuses arianos como Mitra, Varuna, Indra, e deuses dos países vizinhos como Assur, Anu, Enlil, Sin, etc.

A natureza toda estava divinizada: as montanhas, os raios, o céu, a terra, as nuvens, os ventos, etc.

7. O Legado

À medida que progride o estudo das antigas civilizações do Oriente Próximo, mais aparece a importância do papel de difusão cultural desempenhado pelos hurritas. Essa influência se fez sentir de uma extremidade a outra da Ásia Ocidental, no meio do II milênio.⁵⁴

As escavações de Ras Shamra, por exemplo, atestam a magnitude da contribuição hurrita: sua língua adquiriu foros de cidadania em Ugarit e tamanha importância que se tornou necessária a publicação de vocabulários hurritas e a aprendizagem dos mesmos pelos escribas fenícios.⁵⁵

Os hititas, de modo particular, receberam a influência dos hurritas. «E' sobretudo por intermédio desses últimos que os hititas receberam um afluxo de noções sumero-acadianas, pois, desde o III milênio, o povo hurrita alojado na Alta-Mesopotâmia havia adotado a civilização acadiana, salvo no que concerne à língua».⁵⁶

«A ação, muito forte, exercida pelos hurritas sobre o culto hitita está provada pela descoberta em pleno coração do poderio hitita, em Boghaz-Keui, de fragmentos de textos literários hurritas e de mitos hurritas adaptados pelos hititas. M. Götze deduziu das tabuinhas de Ugarit que a organização do estado hitita havia sofrido uma forte influência hurrita».⁵⁷

Os arianos existentes no Mitani, ao que parece, introduziram o carro de guerra nos exércitos do Oriente Próximo e note-se que os hititas recorreram a especialistas hurritas para o treinamento de seus cavalos. Hrozny menciona um manual de hipologia composto no século XIV aC por um tal Kikkulish do Mitani e que pode ser considerado o mais antigo especialista em tais assuntos conhecido na História.⁵⁸

¹ Contenau, *La civilisation des Hittites*, p.14.

² Data da publicação do livro de viagens. O autor morreu em 1817.

³ Idem, *ibidem*, p.11.

⁴ Hrozny, *Histoire*, p.177.

⁵ Cavaignac, *Les Hittites*, p.15.

⁶ Dussaud, *Prétydiens*, p.39.

⁷ Contenau, *La civilisation des Hittites*, p.31.

⁸ Dussaud, *Prétydiens*, p.55.

⁹ Consultar sobre o assunto, Parrot, *Archéologie*, pp.378 ss.

¹⁰ Contenau, *La civilisation des Hittites*, pp.101-102.

¹¹ Palanque, *Les Imperialismes*, p.28.

¹² Delaporte, *Les peuples*, p.196.

¹³ Cavaignac, *Les Hittites*, p.58.

¹⁴ Contenau, *La civilisation des Hittites*, p.112.

¹⁵ Février, *Histoire*, p.117.

¹⁶ Ceram, *Le secret*, p.84.

¹⁷ Février, *Histoire*, p.153.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p.156.

¹⁹ Meillet, *Langues du Monde*, p.16. Autores: Vendryes e Benveniste.

²⁰ Cavaignac, *Les Hittites*, p.72.

²¹ Edmond Jacob em «*Histoire et Historiens dans l'Ancien Testament*», artigo publicado em «*La Bible et l'Orient*» (travaux du premier congrès d'archéologie et d'orientalisme bibliques... Faculté de Théologie protestante, Université de Strasbourg) Presses Universitaires de France, Paris, 1955.

²² Cavaignac, *Les Hittites*, p.56.

²³ Contenau, *La civilisation des Hittites*, p.114.

²⁴ Cavaignac, *Les Hittites*, p.57.

²⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶ Hrozny, *Histoire*, p.205.

²⁷ Idem, *ibidem*, p.204.

²⁸ Contenau, *La civilisation des Hittites*, p.117.

²⁹ Hrozny, *Histoire*, p.205.

³⁰ Hrozny, Idem, *ibidem*.

³¹ Contenau, *La civilisation des Hittites*, p.117.

³² Lavedan, *Histoire*, p.48.

³³ Cavaignac, *Les Hittites*, p.64.

³⁴ Contenau, *La civilisation des Hittites*, p.121.

³⁵ Cavaignac, *Les Hittites*, p.73.

³⁶ Hrozny, *Histoire*, p.215.

³⁷ Cavaignac, *Les Hittites*, p.79.

³⁸ Hrozny, *Histoire*, p.217.

³⁹ Contenau, *La civilisation des Hittites*, p.60.

⁴⁰ Hrozny, *Histoire*, p.184 e Contenau, *La civilisation des Hittites*, p.60.

⁴¹ Contenau, *La civilisation des Hittites*, p.60.

⁴² Mayani, *Les Hyksos*, p.9.

⁴³ Contenau, *Manuel*, p.1787.

⁴⁴ Hrozny, *Histoire*, pp.185-186.

⁴⁵ Contenau, *La civilisation des Hittites*, p.67.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p.68.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p.70.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p.71.

⁴⁹ Delaporte, *Les peuples*, p.190.

⁵⁰ Lavedan, *Histoire*, p.47.

⁵¹ Delaporte, *Les peuples*, p.191.

⁵² Contenau, *La civilisation des Hittites*, p.81.

⁵³ Contenau, *Histoire de l'Orient*, p.244.

⁵⁴ Contenau, *La civilisation des Hittites*, p.77.

⁵⁵ Contenau, *Manuel*, p.1788.

⁵⁶ Dussaud, *Prétydiens*, p.41 e Contenau, *Manuel*, p.2290.

⁵⁷ Dussaud, *Prétydiens*, p.40.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p.41.

⁵⁹ Hrozny, *Histoire*, p.165.

OS HEBREUS

Introdução

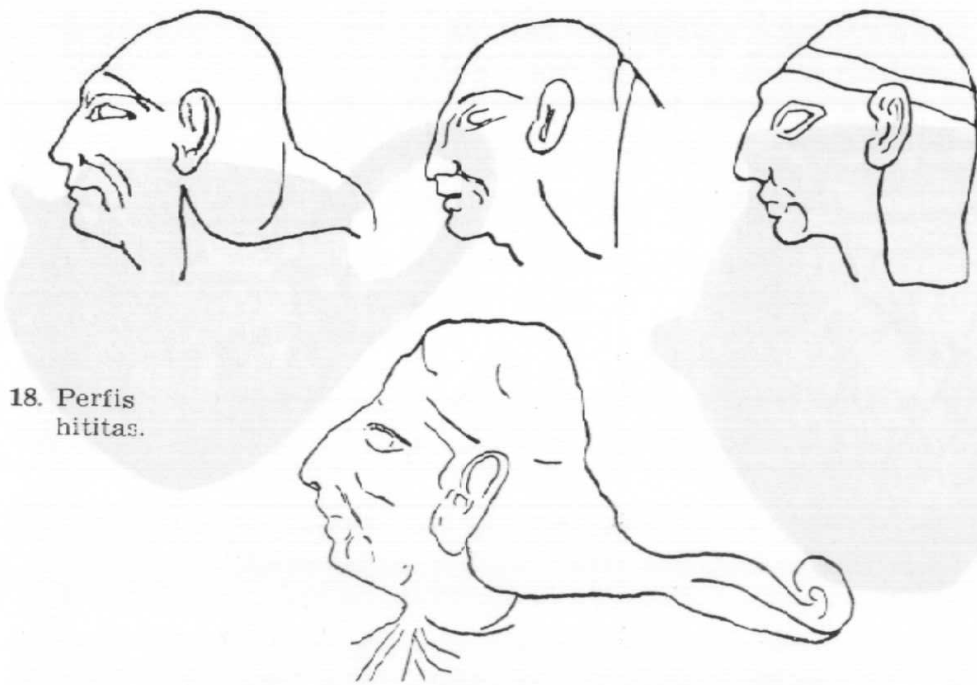
O povo hebreu, dentre os demais povos do Oriente, é o que mais estreita relação apresenta com as origens e a evolução da Civilização Ocidental. Embora tenha desempenhado um papel político bastante secundário, sua contribuição à Humanidade foi enorme no terreno religioso. Fato único e absolutamente excepcional na História, os descendentes de Abraão, Isaac e Jacó tornaram-se, através de muitos séculos, os pertinazes portadores de uma mensagem de fé monoteística que, com o Cristianismo, alcançou tamanha amplitude a ponto de suplantar as antigas superstições e derrubar os velhos ídolos do paganismo.

A influência do povo hebreu na Civilização Ocidental foi, em primeiro lugar, diretamente religiosa; veremos, mais adiante, como essa contribuição religiosa, processada através do Cristianismo, influiu em quase todos os aspectos de nossa civilização. Depreende-se de tal fato a importância do estudo da História dos Hebreus. Essa História nos é bem familiar desde os tempos da infância, quando ouvimos ou lemos o relato das páginas sagradas sobre a luta épica do povo de Deus em defesa não só de sua independência política mas principalmente de seus ideais religiosos.

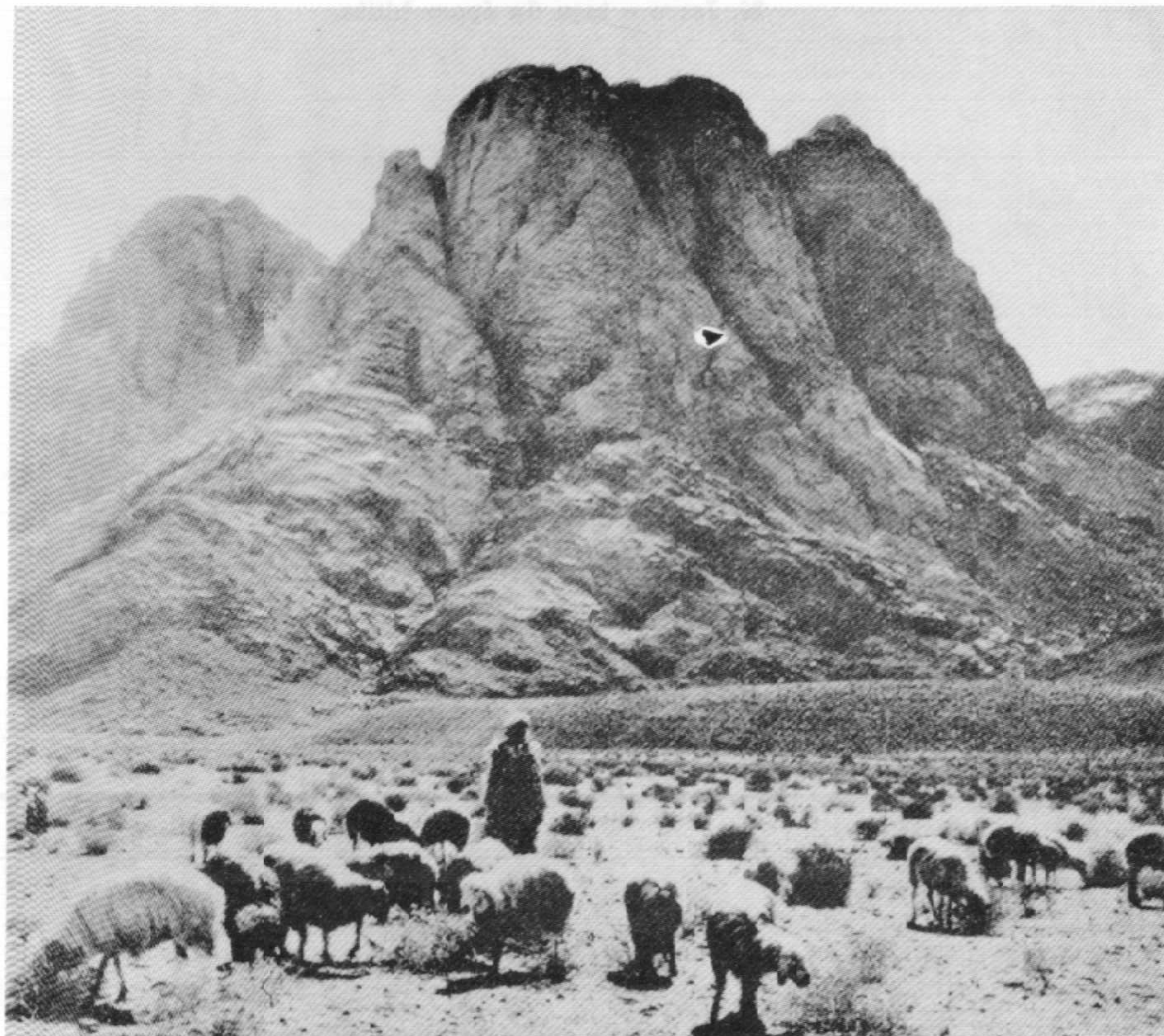
A História do Povo hebreu é sempre atual; e é atual não só por seu legado mas também porque o povo hebreu, disperso várias vezes no espaço e no tempo, é o único povo do Oriente Antigo que sobreviveu ao desmoronamento de milenares impérios e que, fato excepcional na História da Humanidade, reconstitui hoje sua vida política nas mesmas plagas conquistadas há milênios por seus antepassados.

1. Fontes

a) *A Bíblia*. — A Bíblia é a fonte por excelência para o conhecimento da História do Povo hebreu. A historiografia hebraica ocupa o primeiro lugar entre a literatura congênere dos povos orientais. «Dentre todos os povos asiático-europeus, somente Israel e a Grécia possuem autêntica historiografia. Em Israel, que ocupa lugar privilegiado entre todos os povos civilizados do Oriente, a historiografia se originou em época tão remota que causa surpresa, e produziu logo de iní-



18. Perfis
hititas.



19. O Sinai.



20. Jarro e taça da época hitita.



21. Dario I e seu filho Xerxes concedem uma audiência.

cio obras de importância... Na Grécia surgiu mais tarde». ¹ «Pio XII chamava a atenção para tal fenômeno em sua Encíclica «Divino Afflante Spiritu»: As pesquisas comprovaram claramente que o povo israelita, entre as demais nações antigas do Oriente, se distinguia singularmente na arte de escrever a História, e isto tanto pela fidelidade como pela antiguidade das narrativas».

Seria, entretanto, errôneo imaginar que os hebreus escreviam sua História levando em consideração as preocupações e normas da moderna historiografia. Com efeito, enquanto esta visa exclusivamente ao passado em todos os seus aspectos, o historiador hebreu só se interessa pelo passado em função do presente e mesmo do futuro. A História para o israelita não é, pois, mera ciência do passado. E' algo mais que isso: é a narração da atuação divina no passado e no presente com uma finalidade bem definida: a realização das promessas messiânicas. A idéia messiânica domina toda a literatura bíblica.

Os livros históricos propriamente ditos do Antigo Testamento são os seguintes: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juizes, Rute, os quatro livros dos Reis, os dois livros dos Paralipômenos, os dois livros de Esdras, Tobias, Judite, Ester, os dois livros dos Macabeus, num total de vinte e um livros.

Além dos livros do A.T. podemos citar os livros do Novo Testamento que nos dão preciosas informações sobre a situação dos israelitas nos primeiros tempos da era cristã e ainda as obras do historiador judeu Flávio José: «A Guerra dos Judeus» e «A Antiguidade Judaica».

b) As descobertas arqueológicas. — Kramer, ³ em sua obra «A História começa em Sumer», sintetiza a importância das descobertas arqueológicas para uma melhor compreensão do Antigo Testamento: «De fato, as pesquisas arqueológicas efetuadas nos «países da Bíblia», e que deram tantos resultados de primeira importância, lançam uma viva luz sobre a própria Bíblia, sobre suas origens e o meio em que nasceu. Sabemos, agora, que esse livro, o maior clássico de todos os tempos, não surgiu inteiramente do nada como uma flor artificial emergindo de um vaso vazio. Esta obra possui raízes que mergulham em um longínquo passado e se estendem até os países vizinhos daquele em que apareceu. Isso não diminui em nada, de resto, nem seu valor, nem seu alcance, nem o gênio dos escritores que a compuseram. E' necessário admirar o milagre hebreu, pois é um milagre ver na Bíblia os velhos temas estáticos quebrar o quadro de seus esquemas convencionais para se expandirem, nesta obra, com um dinamismo, um vigor criador, sem equivalentes na História do Mundo».

Citemos, apenas para ilustrar, o exemplo das escavações realizadas por A. Parrot em Mári no Médio Eufrates e cujos resultados vão lançando novas luzes sobre a Idade dos Patriarcas. Graças ao trabalho dos arqueólogos, «Abraão, Isaac e Jacó não aparecem mais como figuras isoladas; agora se movem sempre mais livremente, como filhos genuí-

nos da sua época que levam nomes comuns, se deslocam de um ponto a outro do mesmo território, visitam as mesmas cidades (Harran e Nahor, em particular), praticam os mesmos costumes de outros milhares de seus contemporâneos. Em outras palavras, podemos afirmar que as narrativas patriarcais possuem um fundamental núcleo histórico».⁴

Mencionemos ainda, para concluir, os famosos manuscritos descobertos em data relativamente recente na região do Mar Morto e que tanto entusiasmo despertaram nos estudiosos da História de Israel, especialmente da época imediatamente anterior e posterior ao início da era cristã.

2. O País e o Povo

O país. De um modo um tanto vago, podemos assinalar como limites do cenário geográfico em que se desenrolaram os principais acontecimentos da História do povo hebreu: o Mediterrâneo a oeste, os desertos siríaco e arábico a leste, a Fenícia ao norte, as regiões desertas da Península Sináitica, ao sul.

Note-se que na época de Davi e de Salomão as fronteiras do reino atingiram o Egito, ao sul, e o Eufrates a leste. O território palestinese é cortado por uma longa depressão cujo declive se inicia cerca de mais de quinhentos e cinquenta metros sobre o nível do Mediterrâneo, atingindo, na embocadura do Mar Morto, a profundidade de quase quatrocentos metros abaixo do mesmo nível. Essa depressão, que constitui fenômeno geológico único no mundo, é percorrida pelo rio Jordão que divide assim a Palestina em duas regiões: a Transjordânia (Oriente) e a Cisjordânia (Ocidente).

Descendo em impetuosa corrente das alturas do Hermon, a mais de quinhentos metros de altitude, o Jordão forma o lago Meron e, após, o lago de Tiberíades, já a duzentos e doze metros sob o nível do mar, desaguardo no Mar Morto, depois de formar inúmeros meandros.

Cadeias de montanhas, separadas aqui e ali por planícies, ladeiam o vale do Jordão. Outrora densas matas cobriam as montanhas palestinese e a fertilidade da região é testemunhada não só pela Bíblia como por autores antigos como Tácito, Justino e Plínio, o Velho.⁵

A flora palestinese apresenta espécimes como o cedro, o carvalho, o terebinto, o plátano, o pinheiro, o cipreste e o sicômoro. A oliveira, a figueira e a videira figuravam entre as árvores frutíferas mais cultivadas. O «Cântico dos Cânticos» (2,11-13) enaltece a beleza da Terra da Promissão: «Porque já passou o inverno, já se foram e cessaram de todo as chuvas. Apareceram as flores na nossa terra, chegou o tempo da poda; ouviu-se na nossa terra a voz da rola; a figueira começou a dar os seus (primeiros) figos; as vinhas em flor espalharam o seu perfume...»

O povo. Deixando de lado os primeiros habitantes da Palestina (a qual foi habitada desde as épocas pré-históricas) e os povos que nela

se encontravam, quando da conquista israelita, vamos estudar brevemente a origem do povo hebreu.

O Pentateuco nos dá notícia da formação do povo de Israel desde o núcleo inicial da família de Abraão até a multiplicação dos descendentes deste na terra de Gessém. Segundo o Gênesis, Taré, descendente de Sem, abandonou com seus familiares a cidade de Ur da Caldéia e, viajando ao longo do Eufrates, foi residir em Harran. A vocação de Abraão para chefe de um grande povo é o preclaro episódio místico com que se abre a História do povo de Israel. Atendendo ao apelo divino, Abraão abandonou Harran e dirigiu-se para Canaã, a Terra da Promissão.

Com relação à origem do povo hebreu, notemos, desde logo, que a emigração de Taré para Harran é um fato que quadra perfeitamente com o que as descobertas arqueológicas nos revelam sobre a História dessa região na época. «A emigração dos tareítas de Ur a Harran não deve ter sido um acontecimento fora do comum, mas um simples episódio das estreitas relações que existiam entre as duas cidades. As tribos caldeias concentradas em torno de Ur dos caldeus eram etnologicamente afins daquelas tribos de arameus concentradas em torno de Harran: além disso, ambas as cidades eram sedes especiais do culto ao deus lunar Sin, que foi propagado certamente de Ur a Harran, estando esta última cidade sobre a estrada (harranu = estrada) que levava da Mesopotâmia para as regiões sírio-palestinentes...»⁶

Convém lembrar que os elos culturais entre os hebreus e sua terra de origem são de grande importância para a compreensão do desenvolvimento da civilização israelita. Assim, por exemplo, a estada dos antepassados dos hebreus em Harran, no noroeste da Mesopotâmia, fez com que os mesmos sofressem a influência dos acádios, hurritas e amoritas.⁷

Com relação ao nome do povo hebreu, anotemos que, segundo uns, deriva de Heber, descendente de Sem (Gn 10,24) e, segundo outros, significara simplesmente que Abraão fora um peregrino transeufratense.

3. História Política

a) *Os patriarcas.* — Abraão, Isaac e Jacó constituem o tronco da árvore genealógica do povo hebreu. A História desses três patriarcas vem narrada com riqueza de minúcias no Gênesis. Como já acentuamos, as descobertas arqueológicas concernentes à História Antiga do Oriente Próximo confirmam e completam de maneira surpreendente o quadro em que se moveram aqueles famosos personagens bíblicos, antepassados dos israelitas. «As descobertas recentes trouxeram tantas confirmações de detalhe que os sábios mais competentes abandonaram as velhas posições críticas segundo as quais as histórias dos patriarcas eram sobretudo transcrições feitas no tempo da Monarquia (IX-VIII séculos aC)».⁸

Quando, precisamente, viveram os patriarcas? Em que época se passaram os conhecidos episódios da história de José no Egito e o conseqüente estabelecimento de Jacó e seus filhos na terra de Gessém?

A emigração de Abraão situa-se, sem dúvida, na primeira metade do II milênio aC, provavelmente na época de Hamurabi.

Alguns autores chegaram mesmo a identificar Amrafel, rei de Sennar, (citado em Gênesis 14,1 e 9) com o famoso soberano babilônico.

A chegada de José ao Egito coincide com o domínio dos hicsos. «A cor egípcia da história de José é tão marcante que até mesmo os que negam a autenticidade da narração são obrigados a reconhecê-la». Segundo Montet, a admissão de clãs estrangeiras fugindo da fome e da guerra não constitui nada de excepcional no Egito.¹⁰

A admissão de um semita a um alto cargo administrativo da corte egípcia é um fato perfeitamente admissível: «O cargo de vizir foi dado, sob Amenófis IV, cerca de 1360, a um certo Ianhamu, de nome semítico, que, segundo Dhorme, era um cananeu». ¹¹

b) Os hebreus no Egito. — A bíblia nos dá escassas informações sobre a permanência dos israelitas no Egito. Jacó e seus filhos estabeleceram-se na terra de Gessém (no texto hebraico Goshen, no texto dos LXX, Gessém), situada na parte oriental do Delta, região fértil e apta para o pastoreio. Com o crescimento da população, Gessém foi-se tornando pequena e os israelitas tiveram que expandir-se. «Esta expansão de uma população exuberante torna verossímil um fato: grupos israelitas, emigrando, em vagas, da então já acanhada Gessém, preferiram, muito antes do êxodo geral, em vez de estabelecer-se em meio aos hostis egípcios, retornar para Canaã, a terra a que estavam ligados por tantas tradições atávicas e religiosas. Já uma vez, nos primeiros tempos, quase todos haviam voltado para lá ocasionalmente, quando José saiu do Egito rumo a Canaã com grande séquito para lá sepultar Jacó (Gn 50,7-14); e certamente, depois daquela ocasião, as relações não foram cortadas com a terra das promessas». ¹²

c) Moisés e o Êxodo. — Após a expulsão dos hicsos, «surgiu um novo rei no Egito que nada sabia de José» (Êx 1,8). Começou, então, um período de opressão ao povo de Israel que vivera até agora uma vida cômoda e fácil na terra de Gessém. Não sabemos quanto tempo durou a perseguição e não podemos indicar com certeza os faraós opressores. Como líder do povo hebreu surge, nessa época difícil, a figura impressionante de Moisés que recebera de Javé a missão de libertar o povo de Abraão, Isaac e Jacó da escravidão faraônica e guiá-lo para tomar posse da herança prometida a seus ascendentes.

Moisés (em hebraico Mosheh) — note-se que a etimologia bíblica dada a esse nome em Êx 2,10, é popular; parece que o nome do legislador hebreu provém do vocábulo egípcio «msw», mosu, que significa simplesmente rapaz, filho, e entra na formação de nomes próprios

genuinamente egípcios: *Ahmose*, *Thutmose*, etc.,¹³ — aparece na hora oportuna em que o sentimento nacional israelita fora mais que nunca exacerbado pela tirania faraônica.

O episódio do Êxodo é o começo da criação do Estado de Israel; a nação israelita parte em busca de uma organização política e de uma base territorial para cumprir a missão histórica que lhe assinalara o Deus de seus antepassados.

Pode o êxodo narrado na Bíblia ser confirmado por outras fontes históricas? E, no caso de resposta afirmativa, qual seria a data de tão importante migração?

À primeira pergunta respondemos com o grande arqueólogo Albright: «O conhecimento topográfico atual do leste do Delta prova que o início do Êxodo (Êxodo 12,37, e 13,20 ss) é inteiramente exato sob o ponto de vista topográfico, e Alan Gardiner, que foi, por muito tempo, contrário à historicidade desses textos por razões topográficas, renunciou a suas objeções (1933). Da mesma forma, nosso conhecimento crescente da topografia e da arqueologia das regiões do Sinai, de Madian, de Kadesh, traz igualmente provas da historicidade material da narração do Êxodo através dessas regiões. Devemos então dizer que não há mais lugar para a atitude hipercrítica que domina ainda com relação às primeiras tradições históricas de Israel».¹⁴

Quanto à determinação da data do Êxodo, constitui um problema interessante sobre o qual a opinião dos especialistas se tem dividido: para alguns, o faraó opressor dos hebreus teria sido Tutmés III e o faraó do êxodo Amenófis II ou III; para outros, o opressor teria sido Ramsés II e o faraó do êxodo, seu sucessor Menephtah. Drioton, após estudar o assunto, conclui: «Em resumo, as descobertas recentes feitas no Egito não permitem ainda decidir definitivamente a questão de saber se o Êxodo dos hebreus se realizou sob Amenófis II, por 1440, ou sob Menephtah, por volta de 1230. As duas opiniões conservam argumentos admissíveis. Todavia, parece que as pesquisas empreendidas em Tânis, residência do faraó do êxodo, segundo o salmo 78, e que uma interpretação mais rigorosa da estela de Israel, fazem, enquanto se espera que o resultado das escavações de Garstang em Jericó seja melhor esclarecido, pender mais fortemente a balança em favor da opinião que situa o Êxodo sob o reino de Menephtah».¹⁵

d) Josué e os juízes. — Moisés morreu às portas da Terra Prometida e a conquista de Canaã iniciou-se sob a direção de Josué (= Jehoshuah = Javé é salvador) e foi continuada sob os juízes.

Para compreendermos a atuação dos juízes convém lembrar que, após a morte de Josué, os israelitas, conservando embora a unidade étnica e cultural, fracionaram-se politicamente. Nessa época¹⁶ não encontramos em Israel nem monarquia nem república, nem sucessões dinásticas nem eleições democráticas. Homens providenciais aparecem e conseguem reunir ocasionalmente grande ou pequena parte da nação pa-

ra fazerem frente a uma ameaça comum: são os juízes, chamados pelos israelitas «shophetim». «A palavra *shôphet* (juiz) é uma velha palavra cananéia que se encontrará mais tarde entre os cartagineses com o sentido de magistrado, chefe civil (sufeta)».¹⁷

A autoridade divina era o fundamento da autoridade humana dos juízes que apareceram como enviados especiais de Javé para a manutenção do povo escolhido, livre do domínio e da perniciosa influência dos vizinhos idólatras.

Otoniel, Débora, Gedeão, Jefté, Sansão, Heli e Samuel são alguns dos nomes mais famosos que se projetaram no primeiro plano do cenário histórico de Israel entre a morte de Josué e o advento da Monarquia. O último juiz, Samuel, tem seu nome ligado à escolha do primeiro rei do povo hebreu: Saul.

e) *Os reis.* — A unidade política dos israelitas se fez sob a monarquia; as ameaças dos povos vizinhos por um lado, ao mesmo tempo que a fraqueza temporária dos imperialismos egípcio e mesopotâmico, favorecem o fortalecimento do novo reino.

Saul, o primeiro rei dos hebreus, o herói da luta contra os amonitas, filisteus e amalecitas, teve contudo uma vida marcada pela contradição entre sua vocação divina e a rebelião de seu estranho temperamento. A impressão causada por seu fim trágico ressoa ainda hoje nas palavras do profeta real:

«Montes de Gilboé, nem orvalho, nem chuva caia sobre vós; nem haja campos de primícias, porque lá foi lançado por terra o escudo de Saul, como se não tivesse sido ungido com óleo...»

«Filhas de Israel, chorai sobre Saul, que vos vestia de escarlate entre as delícias, e que vos dava os ornamentos de ouro para vossos enfeites» (2 Reis 1,21 ss...).

O reinado de *Davi* é assinalado por ações militares. O rei-profeta conquista Jerusalém tornando-a capital política e religiosa do povo de Israel; luta contra os filisteus, amonitas, arameus, moabitas e edomitas. A zona de influência do poderio de Davi estendia-se desde o Mar Vermelho até as cercanias do Eufrates. Para manter essa influência, o soberano organizou um exército no qual existiam numerosos mercenários estrangeiros.

O culto divino mereceu cuidados especiais do soberano que ficou célebre por sua piedade, apesar das faltas cometidas.

O reinado de Davi «foi marcado, em seu conjunto, por um período de prosperidade e de bem-estar efetivo que os hebreus idealizaram com nostalgia e que choraram durante as fases ulteriores mais tristes de sua história».¹⁸

Salomão, filho de Davi e de Betsabé, foi, em oposição ao espírito guerreiro do pai, um rei amante da paz, da diplomacia e da opulência. A corte de Salomão lembra as cortes das monarquias absolutas do

Ocidente. Seu exército, penhor da paz e do prestígio do soberano, foi modernizado com a introdução de carros de combate.

O desenvolvimento do comércio, as grandes construções como fortificações, o palácio real e, sobretudo, o templo de Jerusalém caracterizam o reinado de Salomão.

A morte do monarca assinala o fim do poderio político dos hebreus, reacendendo antigas rivalidades entre as tribos do norte, que passaram a formar o reino de Israel cuja capital se transferiu para Samaria sob o reinado de Amri, e as tribos do sul que formaram o reino de Judá, com a capital em Jerusalém.

Como já mencionamos, o reino de Israel durou até a tomada de Samaria em 721 por Sargão II após prolongado assédio; muitos habitantes do reino de Israel foram deportados e os que permaneceram na região misturaram-se com outros povos que haviam emigrado para lá. Realizaram-se assim as palavras do profeta Miquéias:

«Eu, pois, tornarei a Samaria como um montão de pedras no campo, quando se planta uma vinha; e farei rolar as suas pedras no vale, e descobrirei (até) os seus fundamentos» (Miquéias, 1,6).

O reino de Judá durou até 586, quando, após um cerco de mais de um ano, Jerusalém foi conquistada por Nabucodonosor e seus habitantes mais distintos, como o rei Sedecias, foram levados para o exílio da Babilônia. O salmo 136 reflete bem os sentimentos dos judeus exilados na terra estranha e hostil: «Junto dos rios de Babilônia, ali nos assentamos a chorar, lembrando-nos de Sião.

Nos salgueiros daquela terra penduramos as nossas cítaras...»

f) Persas, gregos e romanos. — A conquista da Babilônia por Ciro acarretou a libertação dos judeus e sua volta para a Palestina. Isaías menciona a vitória do rei persa e a repatriação do povo eleito (Isaías, 41 e 48). Os judeus, levados ao cativeiro babilônio, eram em número relativamente reduzido, porém representavam a elite da nação sob o ponto de vista social e religioso. No exílio, a comunidade judaica manteve-se fiel à tradição religiosa monoteísta fazendo da Babilônia «o centro dinâmico de Israel, as esperanças de vida e de restauração».¹⁹

O retorno dos exilados se fez por etapas. Difícil tarefa foi a restauração material, política e religiosa. As instituições religiosas continuavam, em seu conjunto, as mesmas de Moisés; convém, entretanto, anotar duas inovações: a instituição dos escribas e a do sanhedrim.

A história política de Israel está sujeita doravante às vicissitudes da política internacional dirigida pelos imperialismos que se sucedem no Oriente: persas, gregos, romanos. Por dois séculos a Palestina não será mais que um cantão de uma satrapia persa. Segue-se depois o domínio efêmero de Alexandre; segundo Flávio José, o jovem conquistador teria sido recebido solenemente pelos sacerdotes e pelo povo de Jerusalém. Morto o conquistador, Israel faz parte dos despojos que cabem aos

herdeiros do grande Macedônio: os Lágidas e os Selêucidas são os novos senhores dos destinos políticos do povo de Javé. Impossibilitados de libertar-se politicamente, os israelitas procuram salvar o patrimônio religioso-cultural ameaçado pelas seduções da civilização helenística. Sob Antíoco IV, Israel conheceu uma das piores perseguições tipicamente religiosas de sua história. A reação nacional encontrou seu herói na figura de Judas Macabeu, Judas, o Martelo, que «foi semelhante ao leão em cada um dos seus atos, e a um leãozinho que ruge sobre a presa. Perseguiu os maus, buscando-os por toda parte; e queimou em chamas os que perturbavam o seu povo (1 Mac 3,4-5).

Mas os sucessores dos Macabeus não souberam manter o legado recebido: as querelas da política interna favoreciam o domínio do estrangeiro.

Pompeu integrou em 63 a Palestina na «Pax Romana». Sob o domínio de Roma, o trono de Israel passou para o idumeu Herodes, político hábil, construtor infatigável, porém tirano execrável. O sentimento nacional dos israelitas jamais se conformou totalmente com a dominação romana; guiados por elementos exaltados, mais de uma vez enfrentaram as legiões de Roma; tais revoltas tiveram trágicas conseqüências como a destruição de Jerusalém em 70 a.D. por Tito, e a repressão violenta de Adriano à revolta de 132, repressão que, segundo Dion Cássio, fez de toda a Judéia quase um deserto.²⁰

4. A Sociedade

Os hebreus estavam, primitivamente, divididos em tribos de acordo com o número dos filhos de Jacó; essas tribos, por sua vez, se subdividiam em famílias. Essa divisão, conservada por Moisés, serviu a Josué para a distribuição de porções da Terra Prometida.

Os hebreus ocupavam-se principalmente com o pastoreio e a agricultura. Uma classe social à parte era o clero constituído por membros da tribo de Levi. Podemos distinguir entre o clero, os *sacerdotes* propriamente ditos, descendentes de Aarão, aos quais estavam reservadas as funções sacrificais, e os *levitas*, que eram os auxiliares dos sacerdotes.

Na distribuição de terra feita por Josué, a tribo de Levi não recebeu território próprio, porém quarenta e oito cidades a fim de que pudesse atender com mais cuidado aos deveres do sagrado ministério. O clero era sobretudo sustentado com o dízimo anual das rendas de cada israelita, pago em produtos agrícolas ou animais. Os sacerdotes propriamente ditos usufruíam ainda rendas especiais.

Como os demais povos do Oriente, os hebreus possuíam escravos. A lei mosaica não instituiu a escravidão pois a mesma já existia desde a época dos patriarcas. Regulamentou-a, favorecendo a sorte do escravo. Distinguiam-se entre os hebreus duas classes de escravos: o escravo hebreu e o estrangeiro; a ambos assistiam certos direitos assegurados quer

pela própria legislação mosaica quer pelo costume. Assim, por exemplo, entre os direitos do escravo estrangeiro salvaguardados pela tradição judaica, podemos enumerar: casar-se com uma escrava, possuir bens, converter-se ao judaísmo, receber a liberdade, em determinadas circunstâncias.

Dentre os povos da Antiguidade, os hebreus revelaram a melhor compreensão pela situação daqueles que haviam sofrido a perda da liberdade. Cercavam-nos de tais considerações e respeito, especialmente quando eram irmãos de raça, que quase hesitamos em chamá-los escravos.

Mencionemos, ainda, outra classe social: os estrangeiros. «Independentemente dos escravos, uma outra classe social não gozava dos mesmos direitos de cidadãos livres: eram os estrangeiros. Os hebreus distinguiram duas classes de estrangeiros: os que não possuíam ligação alguma com as tribos hebréias e não desfrutavam proteção alguma, e os que, ao contrário, estavam ligados a uma tribo. Esses do segundo grupo eram mais favorecidos, sem, contudo, atingir esta igualdade de direito que existe na legislação mesopotâmica».²¹

5. Vida Econômica

Os israelitas, ao chegarem à Terra Prometida, eram pastores nômades que, passando a uma vida sedentária, adaptaram-se, em breve, às fainas agrícolas. Durante muitos séculos, o camponês israelita cultivou a sua terra plantando cereais e árvores frutíferas e pastoreou seus rebanhos. Note-se, entretanto, que, embora as atividades rurais constituíssem a base da economia da Palestina, a indústria também conheceu um certo desenvolvimento. «Uma descoberta arqueológica recente lança um pouco de luz nova sobre a vida industrial em Israel na época de Salomão: descobriram-se em Eziongeber, no litoral do Mar Vermelho, minas e oficinas de refinamento do cobre, que provam um estado de conhecimento e uma técnica muito avançados. As condições extremamente difíceis em que o trabalho devia ser executado deixam supor que o mesmo era confiado a escravos ou a prisioneiros de guerra».²²

No reinado de Davi e, sobretudo, no de Salomão, o comércio atingiu um grande desenvolvimento. A situação geográfica, aliás, favorecia esse desenvolvimento pois, na Síria e na Palestina, formavam verdadeira encruzilhada as rotas comerciais da Mesopotâmia, do Egito, do Mar Vermelho e do deserto.

Salomão encontrou nos fenícios preciosos auxiliares e sócios de suas empresas comerciais. Do país de Ofir (talvez o litoral da Somália) eram trazidos diversos produtos como ouro, prata, marfim, madeiras de sândalo, pedras preciosas, etc... Lemos no livro dos Reis (3 Reis 9,28), que uma frota trouxe 420 talentos de ouro. Igualmente o livro dos Reis nos dá notícia sobre o comércio de carros e de cavalos praticado pelos negociantes de Salomão. «Tratava-se praticamente de um «monopó-

lio», pois os hebreus controlavam as rotas pelas quais os egípcios e os sírios trocavam os animais e este material. As grandes estrebarias reais descobertas em Megido confirmam o interesse de Salomão por esse gênero de comércio».²³

6. O Direito Hebraico

a) Introdução. — O povo hebreu sobressai entre os povos da Antiguidade Oriental pelo elevado nível moral de suas instituições. A Legislação Mosaica, de modo especial o Decálogo, avulta entre as grandes realizações legislativas do Antigo Oriente Próximo. Para aquilatar o valor e a importância da obra de Moisés como legislador, basta citar o fato de que entre a Legislação Mosaica e a Moral Cristã não existe solução de continuidade, e de que a Lei do Monte Sinai constitui o fundamento dos ensinamentos evangélicos. Cristo, com efeito, longe de abolir a Lei Antiga veio transformá-la e aperfeiçoá-la.

Para o povo hebreu, o poder legislativo era encarado como uma participação do poder soberano de Deus. «Por mim, diz a Sabedoria Eterna no Livro dos Provérbios (7,15), reinam os Reis e decretam os legisladores leis justas». O pensamento predominante na Legislação Mosaica é, pois, a Teocracia: Deus mesmo é o Supremo Legislador, Juiz e Soberano do povo escolhido por Ele (Êx 19,6).

Seria errôneo, entretanto, imaginar as leis do povo hebreu como ditadas todas pelo próprio Deus: encontramos na Lei Mosaica elementos bem antigos que não são apresentados como emanados diretamente de Javé. Entre esses elementos podemos citar: Em primeiro lugar, a própria lei natural escrita no coração e na consciência de todos os seres humanos. Esta lei está, aliás, magnificamente sintetizada no Decálogo que pode ser considerado, mais que uma lei especial, em princípio regulador de todas as leis possíveis, em Israel e fora de Israel.

Em segundo lugar, podemos citar os antiquíssimos costumes existentes entre o povo hebreu e que constituem o chamado Código Patriarcal; esses costumes foram sancionados pela Lei Mosaica: assim, por exemplo, a prática da circuncisão.

Em terceiro lugar, o Direito costumeiro que teria nascido e evoluído com a multiplicação da posteridade de Jacó na terra de Gessém.

Em quarto lugar, figuram as leis e os costumes de outros povos do Oriente com os quais direta ou indiretamente os hebreus tiveram contacto.

b) Legislação Mosaica e Legislações orientais. — A possibilidade de uma influência da legislação e dos costumes de outros povos orientais na formação das leis do povo hebreu foi já considerada na Antiguidade cristã por vultos como Orígenes, Eusébio, S. Jerônimo, e S. João Crisóstomo. A descoberta e o estudo de antigos códigos orientais bem como a semelhança notada, por exemplo, entre certas passagens

do Código de Hamurabi e determinados trechos da Lei Mosaica, despertaram o interesse de historiadores, juristas e, sobretudo, de exegetas por um estudo comparativo das normas jurídicas vigentes no Antigo Oriente. Vamos resumir nos seguintes itens os resultados de tais estudos no que tangerem ao nosso tema:

Primeiro. Existem inegavelmente pontos de semelhança entre a Legislação Mosaica e o Código de Hamurabi: a) Em ambas as legislações encontramos a formulação de uma série de casos concretos e particulares, em vez de princípios gerais de direito; b) Apresentam estreita analogia certos artigos de ambas as legislações, concernentes ao casamento, à escravidão, à propriedade e à pena de talião.

Espíritos superficiais imbuídos da mentalidade racionalista tão em voga no século XIX, que procurava, por todas as maneiras, despojar o texto sagrado de suas características divinas, descobriram logo na supracitada semelhança um meio de provar que a obra do legislador hebreu fora obra meramente humana, quase uma cópia ou adaptação de velhos códigos. Um estudo mais profundo e menos tendencioso das legislações orientais, sem negar as influências existentes na realização de Moisés, revela-nos, entretanto, divergências fundamentais a favor da Legislação Mosaica.

Segundo. Se considerarmos a precedência cronológica do Código de Hamurabi e a grande repercussão que o mesmo teve entre os povos do Oriente Próximo, não é absolutamente de causar admiração que os hebreus, profundamente ligados à Mesopotâmia, tenham sofrido a influência das prescrições hamurabianas. Observe-se, aliás, que estas refletem um direito bem mais antigo.

Terceiro. Esta influência, se existiu, ter-se-ia feito sentir sobretudo nas leis contidas no Código da Aliança (Êx 20,22-23, 33). Note-se que muitas disposições do citado código estavam em uso antes de serem adotadas por Moisés. Assim, por exemplo, as leis concernentes ao homicídio, à propriedade, ao roubo, aos depósitos, ao empréstimo, etc.

Quarto. «Entretanto, esta influência indireta não se impõe. Os usos paralelos podem fundar-se sobre considerações humanas análogas, mas não necessariamente derivadas umas das outras, ou ter suas raízes em uma civilização semítica primitiva, comum aos dois povos; assim, segundo um dos autores que fizeram uma comparação minuciosa entre a Lei de Moisés e o Código de Hamurabi, a lei de talião, em que as semelhanças chamam mais a atenção, supõe um princípio por demais antigo e geral para que se deva recorrer a uma influência babilônica».²⁴

Quinto. Em toda essa questão parece-nos mais importante salientar as inegáveis e fundamentais diferenças existentes entre os Códigos Orientais e a Lei dos Hebreus. Toda a obra legislativa de Moisés visa a elevar moral e religiosamente o povo hebreu. «Além de permitir a magia e a prostituição sagrada, o Código de Hamurabi é um código de direito pu-

ramente civil e penal, em que o autor só se inspira em princípios utilitaristas; seu objetivo principal é proteger a propriedade. A lei mosaica, ao contrário, está penetrada, mesmo em sua parte jurídica, de princípios religiosos e morais, de amor a Deus e ao próximo, de misericórdia para com os pobres, de benevolência para com os fracos, as viúvas, os órfãos, os estrangeiros». ²⁵ Não podemos deixar de citar aqui a opinião de um jurista especializado em leis do Antigo Oriente: «O estudo comparativo do direito criminal dos povos em meio dos quais viviam os Israelitas revela a mentalidade comum a uns e outros, os instintos grosseiros que o rigor das penas não chegava quase a refrear. Permite, ao mesmo tempo, apreciar o valor moral da doutrina ensinada por Moisés. Abrindo o caminho para o Cristianismo, a nova religião conseguiu regenerar populações que as leis não haviam podido realizar». ²⁶

E. Cavaignac, comparando dispositivos do Código hitita relativos à moral sexual com textos semelhantes de Lev 18,24, comenta: «O espírito, por exemplo, é bem diferente. O legislador hitita demonstra uma certa indulgência, e parece, às vezes, inspirar-se no princípio de que afinal «isto não faz mal a ninguém». A esta moleza responde, parágrafo por parágrafo, a severidade, às vezes feroz, do legislador mosaico». ²⁷

c) *Direito civil e comercial.* — Entre os hebreus, se excetuarmos os escravos e os estrangeiros, não existia abismo entre os cidadãos, gozando todos dos mesmos direitos, uma vez que houvessem atingido a idade de vinte anos. Já assinalamos a situação relativamente tolerável do escravo, especialmente do escravo israelita.

A família era o núcleo da sociedade israelita. O direito familiar admitia a existência de três classes de esposas. «As primeiras, livres e legítimas, eram desposadas com grande pompa; as segundas, posto que legítimas e compradas pelo esposo, eram as concubinas; e as terceiras, não livres e somente toleradas pela Lei, davam contudo ao marido filhos legítimos. A esta última classe pertenciam as mulheres tomadas prisioneiras». ²⁸

Um tipo especial de casamento era o levirato: uma viúva sem filhos devia casar com o irmão ou com parente mais próximo do espôso falecido. O primogênito nascido da nova união tomava o nome do defunto. O divórcio era admitido pela legislação mosaica; exigia-se, porém, da parte do marido um libelo de repúdio por escrito; tal formalidade, visava a limitar o mais possível a dissolução do laço conjugal evitando a precipitação dos maridos. «Os rabinos trataram de complicar até o inverossímil os requisitos: estabeleceram, desde logo, como condição indispensável para o repúdio, a manifestação expressa da vontade do marido; essa devia exteriorizar-se por meio de um documento escrito; o documento devia conter a menção da data, do lugar, do nome das duas partes e de seus antepassados imediatos; o marido devia dizer que abandonava sua mulher, que a repudiava livremente e por sua vontade, e que lhe dava a liberdade de poder casar-se com qualquer outro. O documen-

to devia ir parar em mãos da destinatária, em testemunho da separação, conforme a Lei de Moisés de Israel».³⁰

No que concerne às relações jurídicas de caráter comercial notemos:³⁰ «Em geral, a legislação hebraica marca sobre esse ponto uma tendência nítida de defender o pobre e se colocar sobre o terreno de uma justiça religiosa e moral. A usura é explicitamente interdita e torna-se o mais clemente possível o empréstimo com penhor» (Êx 22, 25-27). No fim de sete anos todos os empréstimos deviam ser anulados e os escravos israelitas libertados.³¹ «Teriam sido observados todos esses princípios, no decurso dos séculos e em que medida? Aí está um ponto notoriamente incerto. Os protestos dos profetas demonstram que as violações da lei não eram certamente raras. Jeremias conta o episódio da libertação dos escravos hebreus sob o reino de Sedecias e a mudança de resolução dos senhores que tornaram logo depois a impor a escravidão aos libertados» (Jer 34,8-11).

d) *Direito penal.* — O Direito penal dos hebreus apresenta peculiaridades que o distinguem nitidamente das legislações penais existentes entre os demais povos do Oriente Próximo na Antiguidade. Julgamos suficiente apontar três características: religiosidade, humanidade e igualdade. Comentemos separada e brevemente cada uma delas:

Religiosidade. Toda a Legislação Mosaica está impregnada do espírito religioso. Com relação às leis penais, notemos que, embora as sanções apresentadas sejam terrenas, a razão última para praticar o bem e evitar o mal reside no caráter ofensivo que a transgressão da lei encerra para com Deus, o Supremo Senhor e Legislador.

Humanidade. Estudando as leis criminais dos hebreus, Goldstein, salienta a tendência humanitária da Lei Mosaica transcrevendo o seguinte trecho: «Se compararmos a legislação mosaica com a de outras nações contemporâneas, inclusive com a ulterior legislação grega e romana, é fácil demonstrar que a primeira é muito superior quanto aos sentimentos humanitários. Ao mesmo tempo devemos acrescentar, não obstante, que a legislação mosaica, no que tange às penalidades, dista muito de nossos conceitos modernos. Ela é primitiva, pois era a legislação do povo judeu quando este se encontrava em um nível de cultura relativamente inferior, em um estado mais ou menos primitivo».³²

Igualdade. Estudando em breve síntese a evolução histórica do direito penal, Balestra observa a propósito da legislação mosaica: «Uma das características mais interessantes da legislação mosaica oferece-a a igualdade perante a lei que nela se determina para os culpados de delitos».³³ Esta igualdade significava a responsabilidade penal de todos, independentemente de sua posição social ou política. Perante a lei mosaica todo ser humano é sujeito de direitos e de deveres.

Podemos classificar da seguinte maneira os delitos configurados na Lei Mosaica: 1) Delitos contra a Divindade. 2) Delitos praticados pelo

homem contra seu semelhante. 3) Delitos contra a honestidade. 4) Delitos contra a propriedade. 5) Delitos contra a honra. Comentemos, brevemente, cada uma dessas categorias:

Delitos contra a Divindade. Já acentuamos que a religiosidade era uma das características do Direito Penal mosaico. Com efeito, todos os aspectos da civilização hebraica estão marcados com o sêlo do Mono-teísmo. Compreende-se, assim, que entre os grandes crimes severamente punidos em Israel figurassem a idolatria, a blasfêmia e a violação de festas religiosas, especialmente do sábado.

Delitos contra o próximo. Entre esses delitos figuram, em primeiro lugar, as ofensas físicas ou morais praticadas pelos filhos contra seus genitores. Quanto ao homicídio, a Bíblia distingue duas classes: voluntário e involuntário. O homicídio voluntário era castigado com a pena capital. Esta, porém, só era aplicada depois de um processo em que houvesse o depoimento de, pelo menos, duas testemunhas: «Ninguém será condenado diante do depoimento de uma só testemunha» (Números 35, 30). O homicídio involuntário não era punido com a morte: o acusado podia buscar refúgio em cidades escolhidas especialmente como asilos.

O infanticídio era punido com a morte. «Segundo José (Livro 2), igual repressão merecia o aborto voluntário, verdadeiro atentado contra o «Crescei e Multiplicai-vos» que Deus havia dito e sobre cuja interpretação estava baseada toda a família israelita».³⁴

Lesões corporais, que não causassem a morte, implicavam na pena de indenização por parte do ofensor pelo tempo que a vítima perdera e pelas despesas havidas com medicamentos (Êx 21,18 ss).

Delitos contra a honestidade. Estudando os delitos contra a honestidade, Goldstein³⁵ comenta: «Nenhum sentimento esteve mais arraigado na vida dos israelitas, que o da castidade e da honestidade no lar... Em conseqüência, os delitos contra a honestidade mereciam o máximo castigo que não recuava ante a pena de morte, já que, como dissemos, nada superava os sagrados atributos do lar. «O crime de adultério era, em geral, punido com a morte de ambos os adúlteros.

Outros delitos contra a honestidade severamente punidos eram: a fornicação, a sedução, a violação e o rapto. Com respeito à fornicação, notemos que eram punidas as relações sexuais com escravas (Lev 19, 20 ss), o que demonstra o respeito, que o ser humano, como tal, independentemente de sua condição social, merecia do legislador hebreu. Ressalta neste ponto a incomparável superioridade moral da mentalidade israelita: na civilizada Roma pagã, o escravo era verdadeiro pasto em que se saciavam as mais desenfreadas paixões de seus senhores.

Delitos contra a propriedade. Na Legislação Mosaica, os delitos contra a propriedade eram punidos com penas pecuniárias. Somente em casos especiais, como, por exemplo, o roubo praticado com violência contra pessoas, tais crimes eram passíveis de penalidades corporais.

Entre os crimes contra a propriedade podemos enumerar o roubo, o furto, a falsificação de pesos e medidas e a usura. Os hebreus dis-

tinguiam o roubo do furto: aquele era praticado com o emprego da força, violência ou intimidação; este configurava-se simplesmente com a apreensão de coisa alheia, sem o recurso à violência física ou moral.

Delitos contra a honra. Nesta classe de delitos encontramos, segundo Goldstein, o falso testemunho e a calúnia. O falso testemunho é reprimido com severidade na Lei de Moisés: «Não apresentarás falso testemunho contra teu próximo» (Êx 20,16). «Não darás falso testemunho contra teu próximo» (Dt 5,20). A lei de talião era aplicada contra os falsos testemunhos. A falsa testemunha, declarada e reconhecida como tal pelos juizes e sacerdotes, devia ser tratada como ela desejava que o fosse seu irmão, e assim «dará olho por olho, dente por dente, pé por pé e mão por mão» (Dt 19,16 ss). Quanto à calúnia, lemos no Levítico (19,13): «Não caluniarás teu próximo».

As penas na Legislação Mosaica. — Estudados os principais delitos previstos no Direito Penal do povo hebreu, passemos agora a um sucinto estudo das sanções penais existentes. Como todas as legislações da Antiguidade, a lei hebraica admitia a pena de morte para os delitos considerados mais graves. Entre esses figuravam: a blasfêmia, a violação de dia festivo, o homicídio, etc... Havia diversas maneiras de ser executada a pena capital: lapidação, morte pelo fogo, decapitação, etc... A lapidação era a forma mais comum de execução da pena de morte. Quando a lei impunha esta pena sem especificar o gênero, procedia-se à lapidação. A Bíblia prevê tal castigo para todas as transgressões graves dos preceitos religiosos, como, por exemplo, a blasfêmia, a violação do sábado, a idolatria, etc. Eram também punidos com a lapidação: o adultério, o incesto e outros crimes. «Estava prescrito que as primeiras pedras deviam ser lançadas pelas testemunhas; depois o povo acabava com a vítima».²⁶

A pena pelo fogo era aplicada em casos mais raros. Encontramo-la no Levítico (20,14; 21,9), aplicada aos incestuosos e à filha do sacerdote, ré do crime de fornicção.

A decapitação começou a ser empregada entre os hebreus na época dos juizes. Era a punição de todos os crimes graves que não incorriam nas duas penas citadas anteriormente.

Outras penas. Além das penas que acarretavam a morte do réu, encontramos outros castigos como a flagelação, a prisão, a internação, o anátema, a pena pecuniária e, finalmente, a pena de talião.

A flagelação. Tal castigo estava muito em voga entre os povos da Antiguidade e era aplicado como punição de crimes mais leves. Entre os hebreus, o culpado era estendido no chão ou amarrado a uma coluna e batido com varas. Não deviam, porém, dar-lhe mais de quarenta golpes.²⁷ O Deuterônomo (25,1-3) regula minuciosamente a aplicação dessa pena, estabelecendo que a presença pessoal do juiz é indispensável.

A prisão. Estudando as sanções penais entre os hebreus, Moscati escreve: «A prisão, como elemento de defesa da sociedade, está pra-

ticamente ausente, tanto do costume como da norma jurídica do antigo Oriente». ³⁸ Contudo, encontramos entre os hebreus dois tipos de prisão: a prisão preventiva que visava a impedir a fuga do delinqüente e assegurar a realização oportuna de seu julgamento; outro tipo de prisão tinha por fim o imediato castigo do criminoso.

A *internação*. Já mencionamos a interessante instituição legal das cidades de asilo que serviam de refúgio para os autores de homicídios involuntários.

O *anátema*. A excomunhão era uma pena aplicada aos hebreus que houvessem atentado contra os princípios fundamentais da religião. Encontramos, por exemplo, o anátema aplicado contra quem deixasse de comer o pão ázimo nos sete dias da Páscoa (Êx 12,15), etc. O anátema constituía uma verdadeira morte civil do criminoso; era uma espécie de *capitis deminutio maxima*.

A *composição pecuniária*. Esta pena possuía variada aplicação. Encontramo-la estipulada para certos delitos como, por exemplo, a lesão provocadora de aborto, a sedução, etc. (Êx 21,22 e 22,16-17).

A *pena de talião*. Com relação à pena de talião existente entre o povo hebreu, julgamos oportunas as seguintes observações:

a) Tal pena era usual entre diversos povos do Oriente, mesmo entre os hebreus, em época bem anterior à Legislação Mosaica.

b) Embora pareça cruel e desumana a nossos sentimentos civilizados e cristãos, a lei de talião supõe um princípio de rigorosa justiça: a pena não deverá ser menor nem maior do que o crime.

c) «Todavia esta forma de reparação, embora pareça por excelência garantir a justiça, não raro pode ferir a equidade; com efeito, a lei de talião não leva em conta as circunstâncias particulares de cada delito, circunstâncias capazes de atenuar a culpabilidade do delinqüente e, por conseguinte, mitigar o rigor da pena a ser imposta». ³⁹

d) Ao que tudo indica, a aplicação da pena de talião não foi tão freqüente entre os hebreus; em muitos casos foi a mesma substituída por uma compensação pecuniária. «Então as compensações pecuniárias foram imaginadas para suprirem o que havia de inexecutável na lei. Moisés, ao mesmo tempo que consagrava o princípio de talião, modificava-o na prática». ⁴⁰ «O doutor Abraão Rosenvasser, citando a Morgenstern, em erudito estudo sobre a aplicação da Lei de Talião, assinala: «A lei de talião está expressa no Código da Aliança por uma fórmula genérica, sem aplicação a um caso particular determinado: Olho por olho, mão por mão..., etc. Esta lei, se assim puder ser chamada, parece ter sido corrente na antiga Israel como uma espécie de máxima legal ou axioma para expressar o princípio fundamental da justiça entre os indivíduos». ⁴¹

O *processo penal*. — Estudando o Processo Penal entre os hebreus à luz da Bíblia e do Talmud, Goldstein salienta a grande responsabilidade daqueles que exerciam as funções de juizes: deviam possuir vastos conhecimentos a ponto de poderem dispensar o auxílio de

peritos. As sentenças deviam ser bem fundamentadas; cabia ao magistrado expor as razões da condenação ou da absolvição do réu. Com relação ao interrogatório do acusado, o autor supracitado acentua que a verdade era procurada «não por meios violentos e drásticos, mas persuasivos, tratando sempre de pôr em evidência o autêntico antes que o imaginário».⁴

e) *Conclusão.* — A Lei Mosaica, já o verificamos, estava longe da perfeição. Promulgada para um povo que crescera em terra estranha e cada vez menos hospitaleira, que abandonara essa mesma terra para a árdua conquista de uma nova pátria, num ambiente hostil e rude em que a própria sobrevivência da nação dependia, muitas vezes, de medidas drásticas, tinha necessariamente que ser severa, inflexível e até mesmo rude. Acrescente-se que, como observamos na introdução do presente estudo, a obra de Moisés sancionou antigos costumes do povo hebreu, costumes esses ligados a um fundo cultural comum a outros povos do Oriente com os quais os israelitas estavam relacionados, não só por suas tradições, como também por sua própria origem.

Notemos, entretanto, que, apesar das imperfeições da obra efetuada por Moisés, a mesma constitui em seu conjunto uma admirável realização pelo conteúdo ético, pela prolongada duração e, sobretudo, pela marcante influência na formação das leis de povos os mais diversos sob o ponto de vista racial e cultural.

7. A Literatura

Introdução. O povo hebreu é o povo da Bíblia. A mensagem mono-teísta de que os israelitas foram portadores durante séculos e que legaram à civilização, tomou a forma escrita nos diversos livros que compõem a Bíblia. E' pois na Bíblia, principalmente no Antigo Testamento, que vamos encontrar as manifestações literárias dos hebreus. Antes, porém, de estudá-las, resumiremos algumas noções sobre a língua e a escrita dos hebreus.

a) *Língua e escrita.* — A língua hebraica é uma língua semita do ramo ocidental, a qual sucedeu em Canaã à língua cananéia. Alguns autores consideram o hebraico um simples dialeto do cananeu ao lado do fenício e da língua das inscrições de Ugarit.

A Sagrada Escritura designa o hebraico como língua cananéia (Is 19,18), e também como língua judaica (Is 36,13; Ne 13,24); o autor da versão do Eclesiástico chama-a, no prólogo, hebraico.

O hebraico foi, durante muitos séculos, a língua dos israelitas, tendo sido posteriormente substituído pelo aramaico. Já bem antes da era cristã o hebraico tornara-se para os israelitas uma língua morta estuda-

da nas escolas; e a Bíblia, para ser entendida pelo povo, devia ser traduzida e explicada em aramaico.

O aramaico é também uma língua semita do ramo ocidental, falada por tribos nômades de arameus, que fundaram no Oriente Próximo diversos pequenos estados sem terem conseguido jamais formar uma unidade política. O grande legado dos arameus foi sua língua que se difundiu no Oriente Próximo como língua comercial e como língua diplomática. É curioso notar que, no cerco de Jerusalém pelos assírios, os representantes de Ezequias lhes pedem que falem em aramaico a fim de que o povo não os entenda (4 Rs 18,26; Is 36,11).

Na época do Império Persa, o aramaico tornou-se a língua oficial em todas as regiões compreendidas entre o Eufrates e o Egito. O hebraico, o fenício e outras línguas semíticas dessa região vão entrando em decadência e sendo substituídas pelo aramaico que era falado na Palestina no tempo de Cristo.

O alfabeto. Com que tipo de escrita foram grafadas as mais antigas páginas do AT? A sinagoga e a Igreja jamais puseram em dúvida a existência da escrita entre os hebreus na época de Moisés e seu emprêgo pelo mesmo. As descobertas em Sarabit-el Kadim no Sinai, as escavações em Biblos e em Ras Shamra revelaram a existência de escrita alfabética a partir da metade do segundo milênio aC e, portanto, a possibilidade da existência, entre os israelitas, de escritos alfabéticos na época do êxodo.

Não sabemos, entretanto, de que sinais teria Moisés feito uso na redação dos primeiros livros do AT. Durante muitos séculos (em geral até o exílio, mas, em alguns casos, até quase nossa era), os israelitas usaram o alfabeto chamado *paleo-hebraico*, bem semelhante, em seu início, à escrita fenícia da qual se afastou progressivamente. Dessa escrita paleo-hebraica deriva a chamada escrita samaritana.

O que chamamos hoje alfabeto hebraico é uma variedade do alfabeto aramaico difundido, naturalmente, com a língua aramaica.

b) A literatura bíblica. — Os livros do Antigo Testamento. O AT (parte da Bíblia que interessa de modo especial à História antiga do povo hebreu) compõe-se de inúmeros livros escritos por vários autores no decurso de muitos séculos. Esses livros foram escritos, na sua grande maioria, em hebraico. Encontramos, entretanto, escritos em aramaico alguns fragmentos de Daniel (2,4b-7,28), de Esdras (1 Esd 4,8-6,18; 7,12-26) e de Jeremias (10,11). O livro da Sabedoria e o segundo livro dos Macabeus foram escritos originariamente em grego.

Uma das mais famosas traduções da Bíblia na Antiguidade foi a chamada «dos 70», realizada a partir do século III aC, provavelmente em Alexandria, para servir aos numerosos judeus da diáspora, os quais não mais entendiam o hebraico. A designação «dos 70» provém da tradição lendária, segundo a qual a tradução para o grego fora feita por

setenta e dois anciãos hebreus enviados pelo sumo sacerdote Eleazar a pedido de Ptolomeu II Filadelfo (215-246).

Com relação ao valor literário da linguagem bíblica, podemos dividir sumariamente a literatura hebraica em dois períodos: «O primeiro, que precede o cativo, é como que a idade de ouro da literatura hebraica; caracteriza-se pela pureza da língua, pela concisão e, na poesia, pela regularidade do paralelismo. O segundo, que começa após o cativo, é nitidamente um período de decadência; o hebraico cessa de ser uma língua falada para tornar-se uma língua morta conhecida somente pelos letrados; mesmo assim não se subtrai suficientemente à influência da língua vulgar: os aramaismos são mais numerosos, a prolixidade é a nota distintiva dos escritores deste período».

Os livros do AT podem ser divididos em quatro grupos distintos: 1. A Lei; 2. Os livros históricos; 3. Os livros proféticos; 4. Os livros sapienciais.

A Lei. Os judeus chamavam *tora*, a Lei, os cinco primeiros livros da Bíblia os quais, na realidade, contêm uma série de textos legislativos enquadrados numa trama histórica. Esses cinco livros, considerados a base do AT, são o Gênesis, livro das origens; o Êxodo, livro da saída do Egito; o Levítico, coleção de prescrições rituais; o Números, que se inicia com a narração do recenseamento; o Deuteronômio, «segunda lei», porque repete preceitos anteriores aos quais acrescenta novas explicações.

Os livros históricos. Já os mencionamos. O livro de Josué descreve, entre outros episódios, a conquista da Palestina e a divisão dos territórios ocupados. O livro dos Juizes encerra a história do povo de Israel desde Josué a Samuel; o Livro de Rute narra um episódio da época dos juizes. A bíblia hebraica denomina os dois primeiros livros dos Reis livros de Samuel; estes livros narram a história do último período do governo dos juizes até o fim do reinado de Davi. O terceiro e quarto livros dos Reis (primeiro e segundo na bíblia hebraica) descrevem os acontecimentos desde o fim do reinado de Davi até a destruição de Jerusalém por Nabucodonosor e o cativo da Babilônia; os dois livros dos Paralipômenos (coisas omitidas), chamados, em hebraico Crônicas, expõem a História Sagrada desde Adão até o edito de Ciro. Os dois livros de Esdras (na bíblia hebraica livro de Esdras e livro de Neemias) versam sobre a época da restauração da comunidade judaica na Palestina após o exílio da Babilônia. O livro de Tobias (cujo original hebraico ou aramaico nos é desconhecido) trata da história de Tobias (pai), piedoso israelita, e de seu filho também chamado Tobias. O livro de Judite (o original deve ter sido escrito em hebraico) narra um episódio da luta dos judeus contra seus inimigos em uma época que não está definitivamente assentada pelos exegetas. O livro de Ester encerra um episódio passado provavelmente na corte do rei Xerxes. Finalmente, os dois livros dos Macabeus (o primeiro foi escrito originariamente em hebraico

ou aramaico, o segundo em grego) contam a história do povo judeu sob a perseguição dos Selêucidas.

Os livros proféticos. Os profetas foram homens providenciais que surgiram entre o povo de Israel com a finalidade de mantê-lo fiel à fé monoteística; são como que continuadores da obra de Moisés. Trabalharam para a execução da Aliança entre o povo eleito e Javé.

Ao lado da missão essencialmente religiosa, os profetas desempenharam um papel político, fato esse que se explica perfeitamente pela constituição teocrática do povo hebreu: Javé era o rei de seu povo, os monarcas nada mais eram que os vigários do Senhor. Os profetas, mensageiros de Javé, intervêm em seu nome para zelarem pelo cumprimento da Lei.

Os profetas que deixaram trabalhos escritos apareceram a partir do século VIII aC. Citemos: Amós e Oséias, no reino de Israel; Isaías, Miquéias, Naum, Sofonias, Jeremias, Habacuc, no reino de Judá. Na época do exílio temos Ezequiel e um discípulo de Isaías que une seus oráculos aos de seu mestre. Mais tarde, encontramos os nomes de Ageu, Zacarias, Malaquias, Joel e, no tempo dos Macabeus, Daniel.

Os livros didáticos. São assim chamados os livros do AT que têm por fim dar um ensinamento moral. Pelo assunto e pelo estilo lembram a poesia gnômica usada entre os gregos. Esses livros são em número de sete:

O Livro de Jó contém ensinamentos sobre o sofrimento do justo.

O Livro dos Salmos, chamado na Bíblia hebraica, «Hinos», é uma coleção de 150 cânticos religiosos de inexcédível beleza poética. Esses hinos eram cantados, em geral, com acompanhamento musical de instrumentos de corda, donde o nome de «psalterion», isto é, «instrumento de cordas», dado à coleção na tradução bíblica dos LXX. Entre os autores dos salmos figura o rei Davi.

O Livro dos Provérbios, é uma coletânea de exortações e máximas diversas tendo como finalidade a instrução moral de seus leitores. A autoria de parte do Livro dos Provérbios é, com fundadas razões, atribuída a Salomão.

O Eclesiastes (em hebraico Qohéleth = presidente da assembléia), acentua a vaidade e a transitoriedade dos bens terrenos.

O Cântico dos Cânticos (isto é, o cântico por excelência) exalta o amor conjugal; para os israelitas «O Cântico dos Cânticos» seria uma alegoria do amor de Deus a seu povo. Assim como os profetas, para descreverem a infidelidade de Israel, haviam extraído suas imagens dos costumes das cortesãs, o poeta do Cântico, para exprimir as relações de ternura entre Deus e seu povo, inspirou-se no amor humano.

O Livro da Sabedoria foi escrito em grego, não figurando, portanto, no cânon hebraico. O livro tem por finalidade a instrução religiosa dos judeus dispersos nas regiões helenizadas e a manutenção dos mesmos na fé de seus antepassados; são exortados a procurarem a verdadeira sabedoria que leva o homem à prática da justiça e da religião, afastando-o dos caminhos da impiedade.

O *Eclesiástico* foi escrito originariamente em hebraico e posteriormente traduzido para o grego; contém, como o Livro dos Provérbios, sentenças sobre assuntos de ordem religiosa, moral e social.

c) *A poesia hebraica*. — Limitemo-nos a assinalar dois traços característicos da poesia hebraica. O primeiro diz respeito ao fundo: é a religiosidade. Com efeito, a poesia hebraica, como todos os demais gêneros literários do AT, está impregnada de profunda inspiração religiosa. Em verso ou em prosa, o escritor sagrado exalta Javé, o Deus único de Israel, o Senhor de todos os povos, o Criador de tudo que existe.

O segundo diz respeito à forma: é o paralelismo. Chama-se paralelismo a correspondência existente entre os membros de certo período. Assim, o primeiro membro exprime um pensamento enquanto que os outros ou repetem a mesma idéia com palavras diferentes, ou completam-na ou ainda apresentam uma idéia de certo modo oposta. No primeiro caso temos o paralelismo por sinonímia:

«Tem piedade de mim, ó Deus, segundo a tua misericórdia; segundo a multidão das tuas clemências, apaga a minha iniquidade» (Salmo 50).

No segundo caso, temos o paralelismo por síntese (que também é frequentemente empregado fora da poesia):

«A lei do Senhor é perfeita, restaura a alma» (Salmo 18,8).

No terceiro caso, temos o paralelismo por antítese:

«Porque os que (o Senhor) abençoar possuirão a terra, e os que amaldiçoar serão exterminados» (Salmo 36,22).

d) *A literatura hebraica em face das literaturas do A. O.* — As descobertas arqueológicas do Oriente suscitaram, desde o século passado, um interessante problema: o inegável parentesco entre certos temas da literatura hebraica e os temas tratados em obras literárias de outros povos orientais. Já aludimos, de certo modo, ao problema quando tratamos do *direito hebraico*. Somente para exemplificar, vamos citar aqui algumas considerações em torno da narrativa do dilúvio encontrada nas tabuinhas cuneiformes e da mesma narrativa encontrada na Bíblia. Um rápido confronto entre as tradições cuneiformes e a tradição bíblica revela-nos notável semelhança no esquema de ambas as narrativas. Salta, porém, aos olhos, a diferença substancial existente entre o conteúdo religioso de ambas as tradições. Vejamos, primeiramente, as semelhanças:

Tradição bíblica

Tradição cuneiforme

- | | |
|---|---|
| a) Javé decide destruir a humanidade por causa da maldade dos homens. | a) Os deuses decidem destruir a humanidade. |
|---|---|

- | | |
|---|--|
| b) Noé advertido por Javé constrói a arca, verdadeira casa flutuante calafetada com betume. | b) Ea adverte Uta-napishtim (o Noé babilônico) e êste constrói uma casa flutuante calafetada com betume. |
| c) Homens e animais entram na arca. | c) Homens e animais ocupam a embarcação. |
| d) O dilúvio extermina os seres vivos. | d) O dilúvio destrói a humanidade. |
| e) A arca encalha em uma montanha da Armênia. | e) A embarcação estaciona no cimo de uma montanha da Armênia. |
| f) Noé solta pássaros (um corvo e, mais tarde, uma pomba), para certificar-se da baixa das águas. | f) Uta-napishtim procura averiguar a baixa das águas soltando pássaros: pomba, andorinha, corvo. |
| g) Noé constrói um altar e oferece um sacrifício ao Senhor. | g) Uta-napishtim oferece um sacrifício aos deuses. |
| h) Javé sente o odor suave da oferta e abençoa Noé com seus filhos. | h) Estes sentem igualmente o perfume da oferta. Enlil abençoa Uta-napishtim e sua mulher. |

Aí estão algumas inegáveis semelhanças entre o episódio narrado pelo Gênesis e a narrativa encontrada nas tabuinhas cuneiformes. Vejamos, agora, as diferenças fundamentais. Deixando de lado as divergências puramente acidentais como as que se referem às dimensões das embarcações, ao número das pessoas que ocupam as mesmas, à duração do cataclismo, etc., examinaremos as diferenças substanciais, profundas, que distinguem as duas tradições e que emprestam à narrativa bíblica um tom de seriedade e majestade desconhecido na tradição cuneiforme. «Com efeito, o texto bíblico é essencialmente monoteísta: apresenta um só Deus, Soberano, que domina a natureza inteira e dirige o curso dos elementos. O mesmo não se verifica nos documentos babilônicos, em particular no poema dito de Gilgamesch: muitos deuses aí aparecem, e com um caráter muito humano, miserável; litigam entre si, apavoram-se da catástrofe, e, em consequência, fogem para o céu mais elevado».⁴⁵ A seguinte análise de Contenau, dos textos cuneiformes, sobre o caráter dos deuses, assinala bem o contraste com a narrativa bíblica: «... os deuses se mostram assaz grosseiros, violentos, tendo todos os defeitos da humanidade; brigam entre si a tal ponto que Ea, para revelar o segredo da assembléia dos deuses, resolve dizê-lo a uma sebe, a um muro atrás do qual seu protegido se encontra. Durante o dilúvio, os deuses são tomados de medo; estão deitados, trêmulos como cães; depois, quando Uta-Napishtim oferece seu sacrifício, os deuses, atraídos pelo odor, reúnem-se como môscas... São primitivos...»⁴⁶

Apesar das dessemelhanças, é inegável o parentesco entre a tradição bíblica e a tradição cuneiforme. Como explicar tal parentesco? Do con-

fronto estabelecido, podemos desde logo afirmar com certeza: a) Ambas as tradições referem-se ao mesmo acontecimento. b) A narrativa bíblica é nitidamente superior quanto ao conteúdo religioso. Destas premissas parece-nos lógico concluir: existiu uma antiqüíssima tradição da qual derivaram as tradições cuneiformes e a tradição bíblica; a tradição bíblica passou por um verdadeiro «filtro» que a depurou das grosseiras manifestações de caráter politeístico. Essa «filtragem» terá que ser admitida mesmo na hipótese de um empréstimo direto à tradição cuneiforme, hipótese essa bem plausível se levarmos em consideração que a narração do Gênesis é posterior em alguns séculos a certos textos mesopotâmicos e que os israelitas, por intermédio de seus antepassados, estavam ligados às tradições da Mesopotâmia. Eis a opinião de um exegeta católico sobre o assunto: «Abraão, ao emigrar da Mesopotâmia, levou consigo a tradição do dilúvio; seus descendentes, porém, os Hebreus, agraciados pela Revelação do verdadeiro Deus, refletiram sobre o relato babilônico à luz da sua fé e, conseqüentemente, o refundiram conforme as exigências do Deus uno e perfeito que cultuavam; assim a tradição popular caldaica, sem perder o seu núcleo histórico, tornou-se entre os Israelitas o veículo de ensinamento religioso e moral muito elevado».⁴¹

Como vemos, as revelações arqueológicas e o estudo comparativo das literaturas do Antigo Oriente Próximo, em nada podem perturbar a crença dos que vêem na Sagrada Escritura o selo da inspiração divina.

8. As Artes

Restringir-nos-emos apenas às realizações arquitetônicas dos hebreus. Os hebreus construíram palácios suntuosíssimos, como os de Salomão e Herodes, e possantes fortificações como, por exemplo, as muralhas de Jerusalém.

Mas a grande obra arquitetônica de Israel foi o templo de Jerusalém, ponto em que se concentrou o pensamento religioso dos judeus durante muitos séculos. Construído primeiramente por Salomão, destruído por Nabucodonosor, reconstruído após o exílio da Babilônia sem os esplendores da construção salomônica, atingiu o máximo de magnificência sob Herodes, o Grande, que não poupou esforços para captar a confiança e a simpatia de seus súditos judeus.

Vamos estudar essa obra famosa em suas diversas fases.

O templo de Salomão. Davi acumulara matéria-prima e tesouros (1 Paralipômenos, 22,3,4 e 14) para a construção do templo. Salomão realizou-a. A construção iniciada talvez no ano 959 aC durou mais de sete anos. Hiram da Fenícia forneceu não somente madeira (cedros e ciprestes) mas trabalhadores especializados como canteiros e carpinteiros.

O local escolhido para a construção foi a parte setentrional da colina oriental. O templo propriamente dito compreendia três partes: o vestibulo, duas salas chamadas respectivamente o Santo e o Santo dos Santos.

O vestibulo media cerca de 10 metros de largura por 5 de comprimento; diante do mesmo encontravam-se duas colunas de bronze finamente trabalhadas. O vestibulo comunicava-se com o *Santo*; este segundo compartimento possuía a forma retangular com cerca de 20 metros por 10; encontravam-se aí o altar dos perfumes, sobre o qual era queimado incenso, a mesa dos pães da proposição e os dez candelabros de ouro cujas lâmpadas ardlam constantemente.

O *Santo dos Santos* era uma sala cúbica medindo cerca de 10 metros por lado. Neste recinto encontrava-se a Arca da Aliança com dois gigantescos querubins feitos de madeira revestida de ouro, e com cerca de cinco metros de altura.

A ornamentação do interior do templo era riquíssima: paredes e teto estavam revestidos de madeira de cedro e ornados com entalhes de relevo representando querubins, palmas e flores. O pavimento era feito de madeira de cipreste. O ouro estava por tôda parte: «E nada havia no templo que não estivesse coberto de ouro; e até cobriu de ouro o altar do oráculo» (3 Reis, 6,22).

Junto ao edifício do templo havia construções destinadas aos sacerdotes e levitas em serviço.

Dois adros circundavam o templo: o primeiro se estendia diante do vestibulo e estava reservado aos sacerdotes: no centro desse adro se elevava o altar dos holocaustos; entre o altar e o vestibulo existia um vasto recipiente chamado *mar de bronze* que repousava sobre doze touros repartidos em quatro grupos de três; este reservatório servia para as abluções dos sacerdotes. O segundo adro, separado do anterior por um muro, era destinado ao povo e só foi concluído muito mais tarde.

O templo pós-exílico. — O segundo templo foi construído após o exílio da Babilônia. Os trabalhos duraram cerca de cinco anos e foram concluídos em 515 aC. Embora tivessem procurado imitar o templo de Salomão, a nova construção ficava muito aquém da antiga, principalmente quanto à suntuosidade.

O templo de Herodes. O templo de após-exílio foi restaurado e transformado por Herodes, o Grande. A obra de restauração durou de 20 até 9 aC. Na realidade, até 64 aD ainda se trabalhava no templo.

As principais fontes para o estudo dessa construção gigantesca que Flávio José chama o edifício mais magnífico que existia sob o sol, são: os escritos do próprio Flávio José, o Talmud e o Novo Testamento.

O templo estava formado por um duplo quadrilátero: o primeiro era o adro dos gentios rodeado por uma imensa galeria que a leste tinha o nome de «pórtico de Salomão» e ao sul de «pórtico real». No ângulo noroeste do adro dos gentios, sobre uma rocha, levantava-se ameaçadora a fortaleza Antônia, guarnecida pelos romanos. O adro interno comunicava com o adro dos gentios através de nove portas; esse adro interno estava subdividido em «adro das mulheres» e «adro dos israelitas» só acessível aos homens. Isolado do adro dos homens por uma balaustrada de mármore, encontrava-se o adro dos sacerdo-

tes, no meio do qual se erguia o enorme altar dos holocaustos, construído de pedras brutas e medindo 25 metros de lado e 8 de altura. Mais acima é que se achava o templo propriamente dito, dividido em três partes: o vestibulo, o Santo e o Santo dos Santos.

No Santo havia o candelabro de sete braços, a mesa dos pães de proposição e o altar de perfumes sobre o qual o sacerdote designado pela sorte vinha cada dia oferecer incenso (Lucas 1,8-10).

Um véu separava o Santo do «Santo dos Santos», local em que outrora se guardava a Arca da Aliança.

O templo de Herodes a todos impressionava pela riqueza e imponência de suas linhas. Flávio José relata-nos: «O exterior dele era maravilhoso para os olhos e para o espírito. O teto estava coberto de fôlhas de ouro de modo que, ao despontar do sol, parecia de fogo. Ao estrangeiro que vinha de longe o templo se apresentava como uma montanha de neve, por causa dos blocos de mármore de sua construção».¹²

9. A Religião

O fundamento das três religiões monoteístas atualmente existentes (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo) encontra-se na religião do Antigo Testamento. Depreende-se, portanto, desse fato a importância das crenças dos antigos hebreus para melhor compreensão da evolução religiosa da Humanidade. A religião hebraica é um fato único na História do Mundo e possui, entre outros, dois traços característicos: o *monoteísmo* e a *idéia messiânica*.

Evolução histórica. a) A religião da época dos patriarcas. — Esses dois traços característicos já são bem visíveis na religião dos patriarcas. Os predecessores de Abraão eram politeístas (Josué 24,2,14-15), mas o culto que o pai do povo hebreu presta a seu Deus é bem um culto monoteísta. Não possui fundamento algum a teoria racionalista segundo a qual a religião dos patriarcas nada mais era do que monolatria, isto é, o culto a um deus escolhido entre outros como deus de sua gente, de sua raça. Na realidade o Deus de Abraão aparece já como o Senhor único e universal que se manifesta principalmente como todo-poderoso.

Em torno do Deus de Abraão, Isaac e Jacó não existem panteões e a seu lado não se conhece companhia alguma.

A circuncisão, prática já em uso entre povos orientais, é escolhida como sinal sagrado da Aliança entre Deus e o povo que vai ser portador da mensagem monoteística.

Na bênção prometida a todas as nações da terra através de Abraão e de sua posteridade encontra-se «o germe das esperanças messiânicas».¹³

Os patriarcas acreditavam em uma vida futura, como no-lo diz claramente o Gênesis (25,8 e 17; 35,29; 49,29 e 32); entretanto, não podemos precisar melhor tal crença. É bem provável que os patriarcas imaginassem a vida de além-túmulo do mesmo modo como os israelitas

do tempo de Samuel e dos Reis: uma vida sem atrativos em uma região sombria e subterrânea.

b) Moisés. — Ignoramos totalmente a história religiosa dos israelitas durante sua estada na terra de Gessém. O essencial da religião patriarcal foi, sem dúvida, conservado e o terreno estava preparado para a revelação mosaica. O Deus de Abraão, Isaac e Jacó se apresenta agora com um nome próprio na teofania do monte Horeb: «Eu sou aquele que sou». O povo empregou a terceira pessoa do verbo para designar de modo definitivo o seu Deus: Javé (Yahweh = ele é) grafado pelo tetragrama: YHWH.

Estudando a religião de Israel sob Moisés, podemos acentuar os seguintes traços característicos:

a) Reafirmação do Monoteísmo patriarcal com um conhecimento mais explícito e claro sobre Deus, único Senhor do Universo.

b) Governo teocrático de Israel: Moisés e os futuros chefes do povo eleito nada mais são que representantes de Javé.

c) Profundo valor ético da religião: Javé exige a perfeição moral de seu povo: «Sede santos, pois Eu sou santo, Eu, Javé, vosso Deus» (Lev 19,2. Núm 15,40).

d) Ausência de imagens da Divindade para assinalar a supremacia absoluta de Javé sobre os falsos ídolos.

e) O Decálogo resume de modo admirável os deveres fundamentais do israelita para com Deus e para com os homens.

f) O culto oficial é organizado com a instituição do sacerdócio hereditário.

c) Os profetas. — Após a morte de Josué, o fracionamento político de Israel possui como denominador comum a unidade religiosa. Esta, entretanto, é ameaçada pelo politeísmo idólatra dos povos vizinhos. A unificação política sob Davi e Salomão fortaleceu a religião tradicional, mas o cisma constituiu um perigo enorme: surgiu uma religião popular desvirtuada e adulterada. E' a época em que os profetas verberam com sua eloquência a traição a Javé. Poderíamos resumir a pregação ardente dos profetas de Israel dizendo que suas palavras nada mais foram do que o eco retumbante daquela profissão secular de fé: «Javé é Deus e não há outro como Ele» (Dt 4,35-39 e 6,4).

O que é admirável na mensagem dos profetas é sua concatenação perfeita, lógica, com a doutrina tradicional. Os profetas não fundam uma nova religião. Não inovam. Reafirmam, esclarecem, precisam, desenvolvem o Monoteísmo Hebraico.

Acentua-se nessa época a necessidade de, ao culto externo, corresponder a prática dos mandamentos divinos. Procurar Deus é praticar a justiça (Am 5,24), é fazer justiça ao órfão e defender a viúva (Is 1,17), é amar a misericórdia e marchar humildemente com o Senhor (Miq 6,8).

A esperança messiânica é alimentada pelos profetas que pregam a vinda do reino de Deus na terra ao qual, mais que a glória terrena, está ligada uma profunda renovação espiritual que implica em justiça e santidade (Am 9,9-10; Is 29,19-21); conversão interior e perdão divino (Is 1,18; Jer 31,34; 33,8); conhecimento de Deus (Jer 31,34); paz e alegria (Is 2,2-4; 29,19). Javé terá um representante na terra, o Mesiah (ungido), da linhagem de Davi (Is 11,1), mas superior a Davi, gerado por Deus (Sl 2,7; 109,1); terá um nascimento misterioso (Is 7,14). Isaías chamava o futuro Messias «Emanuel», isto é, «Deus é conosco» (Is 7,14).

d) *Época pós-exílica*. — O exílio babilônico foi ao mesmo tempo uma época de provação e de renovação espiritual. Nas agruras do cativo e nas dificuldades da restauração, o povo judaico soube conservar íntegra a fé de seus antepassados. O Monoteísmo se afirma vigorosamente e os falsos deuses são combatidos veementemente. Javé é exaltado como Deus do Universo inteiro que Ele tirou do nada (2 Mac 7,28).

A antiga crença nos anjos, membros da corte celeste, mensageiros de Deus, torna-se mais precisa. Em alguns textos eles aparecem intercedendo pelos homens (Zac 1,12); na visão de Daniel (10,13) são representados como protetores dos povos e dos reinos. Há bons e maus anjos, mas nenhum texto do AT alude à razão dessa distinção.

O Messias é apresentado como um mediador, um profeta, um pastor (Ez 34,23 ss); seu reino será pacífico (Zac 9,9 e 10). Os oráculos de Isaías apresentam a figura do justo sofredor predestinado desde o seio de sua mãe (49,1), enviado para ensinar uma doutrina que libertará espiritualmente tanto os judeus como os pagãos. «Mediador, tomará sobre si as faltas dos homens (53,6), sem contrair-lhe a mácula (53,12), e estabelecerá uma aliança entre Deus e a humanidade inteira (49,6); a eficácia de seu sacrifício será ampla (53,11).

Com relação à vida de além-túmulo, notemos: a morte não era considerada o fim total da existência pessoal. Entretanto, as idéias sobre o estado da alma após a morte foram, durante muito tempo, imprecisas. O *sheol*, reino subterrâneo para onde iam as almas após a morte, era considerado o país das trevas e da obscuridade, a região da sombra e do caos (Jó 10,21-22), o lugar do silêncio, onde as almas, incapazes de agir e de louvar a Deus, antes vegetam que propriamente vivem (Is 37,18-19; Sl 6,6; Sl 87,11-13; 93,17). Mas já no I século aC, o livro da Sabedoria menciona a felicidade reservada aos eleitos, às almas dos justos (Sab 5,15-16 e 3,7-8). O segundo livro dos Macabeus (7,9 ss), atesta a existência da fé na ressurreição dos mortos e na eficácia das orações pelos mortos a fim de que os mesmos sejam livrados de seus pecados (12,43-46).

Na época de Cristo, a crença na imortalidade da alma está ligada à crença no julgamento após a morte. Admite-se, aos poucos, que no *sheol* os pecadores e os justos estejam separados: os primeiros recebem sua recompensa e os segundos são atormentados (Lc 16,26).

e) *O culto.* — Após o breve estudo da evolução religiosa do povo hebreu, detenhamo-nos sobre alguns pontos do culto estabelecido pela Lei Mosaica.

O lugar. Uma luxuosa tenda, o tabernáculo, foi o primeiro centro do culto a Javé. Esse santuário primitivo possuía a forma retangular e dividia-se em duas partes: O Santo e o Santo dos Santos. No primeiro compartimento, estavam o altar dos perfumes, o candelabro e a mesa dos pães da proposição. No segundo, estava a Arca da Aliança. Diante do tabernáculo, em um átrio, ofereciam-se os sacrifícios e reunia-se o povo.

A Arca da Aliança, ornada por dois querubins de ouro, continha as tábuas da Lei nas quais se liam as condições do pacto feito entre Javé e o povo eleito, no monte Sinai. Quando os babilônios saquearam a cidade e o templo em 586, não encontraram a Arca da Aliança. Esta, com outros objetos sagrados, foi escondida em uma caverna do monte Nebo pelo profeta Jeremias (2 Mac 2,4-6). Em 1910 a missão Parker tentou localizar o antigo esconderijo.

Os sacerdotes. Já vimos que, em Israel, existia uma verdadeira casta sacerdotal descendente de Aarão da tribo de Levi. Os demais membros dessa tribo, os levitas, eram os guardas e servos do santuário. Somente os sacerdotes podiam penetrar no Santo e servir no altar; entre suas obrigações figuravam: queimar os perfumes sobre o altar, manter aceso o fogo sobre o altar dos holocaustos, tocar as trombetas sagradas nas grandes solenidades e abençoar o povo.

Somente o sumo sacerdote podia entrar, uma vez por ano, no Santo dos Santos.

Os sacrifícios. Os sacrifícios oferecidos a Deus pelos israelitas dividiam-se em cruentos e incruentos.

O mais importante dos sacrifícios cruentos era o holocausto, oferecido diariamente pela manhã e à tarde; sua finalidade era latrêutica: adoração e reconhecimento de Javé como Senhor absoluto. As vítimas, depois de cortadas em pedaços, eram queimadas por completo, com exceção do couro reservado aos sacerdotes.

Outros sacrifícios cruentos tinham uma finalidade *expiatória* (dar satisfação por algum pecado), *eucarística* (agradecer algum benefício) ou ainda *impetratória* (*pedir graças*).

Os sacrifícios incruentos consistiam na oferta de líquidos (como libações com vinho) ou de sólidos (como flor de farinha embebida no azeite, pão sem levedura, etc.).

As grandes festas. Lembremos, em primeiro lugar, a santificação do sábado cuja observância chegou até ao exagero farisaico no tempo de Cristo.

O ano sabático, sétimo ano em cada período de sete anos, era santificado: proibiam-se os trabalhos agrícolas; os frutos que nascessem espontaneamente do solo eram propriedade de todos, especialmente dos indigentes. «O descanso do ano sabático era motivo para os lavradores entregarem-se a outros trabalhos úteis, como construções, escavações de poços, fabrico de utensílios de lavoura. Podiam dedicar-se com mais afin-

co à criação do gado, o qual, por sua vez, ficando nas terras de cultivo, contribuía para adubá-las».⁵¹

O *ano jubilar* era o quinquagésimo depois de sete semanas de anos. Este ano era, por excelência, o ano da remissão: aboliam-se as dívidas, libertavam-se os escravos hebreus, as terras e casas alienadas, situadas em cidades sem muros, voltavam aos antigos donos.

As grandes festas do povo hebreu eram:

A *Páscoa*, em que se comemorava a libertação da escravidão do Egito. Durante as solenidades pascoais, judeus de toda parte dirigiam-se a Jerusalém para cultuar Javé no templo.

Pentecostes era a festa da colheita e a festa das primícias: nesse dia ofereciam-se a Deus dois pães fermentados como primícias da messe, e dois cordeiros. Segundo alguns autores comemorava-se na festa de Pentecostes a promulgação da Lei. Certo é que seu caráter essencial era a ação de graças por ocasião da colheita.

Festa dos Tabernáculos. Esta solenidade fora instituída para comemorar a peregrinação pelo deserto e para agradecer a Deus a colheita do trigo e da uva.

Festa da Expição visava, expiar os pecados do povo de Israel. O sumo sacerdote que, segundo o Talmud, permanecia em recolhimento durante sete dias no templo, oferecia as vítimas expiatórias: um touro por seus próprios pecados e pelos do corpo sacerdotal; dois bodes pelos pecados do povo.

Entre outras práticas religiosas do povo hebreu, podemos lembrar: a circuncisão, a abstenção de certos alimentos, o jejum na festa de expiação, etc.

f) *A vida moral*. — A religião de Israel possuía um profundo sentido moral. «A vida moral é muito elevada no Judaísmo, bem superior a todas as doutrinas morais da Antiguidade.

A moral judaica, prática e teórica, apresenta qualidades novas que fundamentam sua excelência: nós as resumiremos nessas duas tendências: uma *humanidade* mais cordial e delicada, o *sentido* e o *culto da castidade*. Manifestações dessa humanidade: respeito à dignidade da mulher, amor pelos filhos, ausência de infanticídios, tratamento mais humano dos escravos, grandes deferências pela vida humana, deveres para com a honra alheia e sua vida espiritual, inumeráveis e delicadas obrigações de caridade, justiça atenta em salvaguardar o bem do próximo, em não enganá-lo, convite a socorrer o compatriota caído na necessidade...»⁵²

«O domínio em que a moral judaica eclipsa todas as morais antigas é o domínio da vida sexual: castidade, pureza, modéstia: virtudes que os pagãos não compreendem».

10. O Legado

Não é exagero afirmar que, de todos os povos do Oriente, foi o povo hebreu que transmitiu o mais importante legado à nossa civilização. Esse legado, de conteúdo essencialmente religioso, vem, há dois mil anos, influenciando decisivamente nos destinos dos povos do Ocidente e, cada vez com mais vigor, se difundindo pelo mundo inteiro. O Cristianismo, fundamento da Civilização Ocidental, é a continuação, o complemento e o aperfeiçoamento da religião de Moisés, dos reis e dos profetas de Israel. O Antigo Testamento continua, no que possuía de essencial e de universal, tão vivo e atual como nos tempos de maior fervor religioso do povo de Israel, nos séculos anteriores a Cristo. Basta citar, como exemplo, o decálogo, que constitui a base da Moral Cristã.

Nos dois mil anos de existência do Cristianismo, os seguidores do Mestre Crucificado levantam suas vozes em prece ao Senhor dos exércitos, com as mesmas palavras com que outrora os salmistas cantaram a glória de Javé e imploraram o perdão para os pecados cometidos. O *Miserere* é hoje tão atual como na época de Davi.

Através da religião, o AT penetrou em todos os setores da atividade espiritual do Ocidente. Na realidade, somos todos, segundo a palavra de Pio XI, «semitas espirituais».

Na vida privada e na vida pública, o Decálogo tem ditado normas e costumes. Soberanos e súditos curvaram-se reverentes ante as páginas eternas escritas pelos autores sagrados e nelas buscaram inspiração e luzes para trilharem o caminho de sua vida.

O direito, a música, a literatura, as artes plásticas do Mundo Ocidental, estão, há séculos, impregnadas da influência do Monoteísmo hebraico.

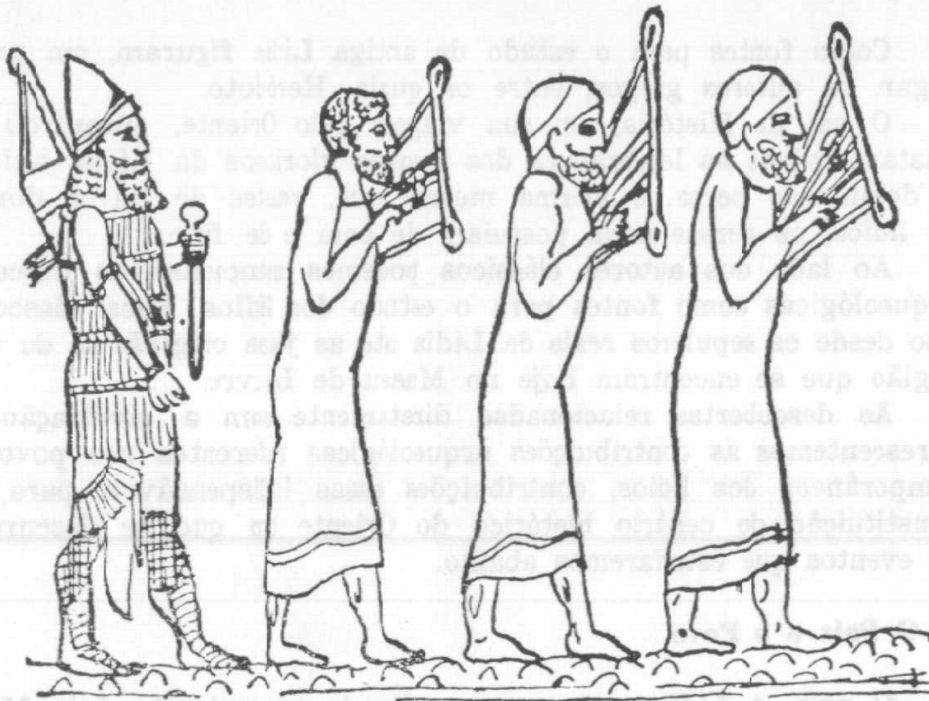
Na pintura, encontramos cenas do AT desde as toscas representações das catacumbas até as maravilhosas pinturas das catedrais da Idade Média e as realizações dos gênios da Renascença.

Seria um nunca terminar, se quiséssemos enumerar toda a contribuição da inspiração do AT às obras da escultura dos povos de todos os países. Lembremos, apenas para exemplificar, o Moisés de Miguel Ângelo e os profetas de nosso Aleijadinho.

Mais que nas artes plásticas, a Literatura, em todos os seus gêneros, sofreu a vigorosa influência da inesgotável fonte de argumentos oferecida pelas páginas sagradas.

Por tudo isso, o estudo da Civilização Hebraica é indispensável e confirma plenamente a afirmação de que uma das grandes utilidades da História é a melhor compreensão do presente através do estudo do passado.

- ¹ E. Meyer, «Geschichte des Altertums I 1921, 227; citado em Bettencourt, Para entender..., p.33.
- ² Bettencourt, Para entender..., p.33.
- ³ Kramer, L'Histoire..., p.193.
- ⁴ Albright, L'archéologie..., p.297.
- ⁵ Ceppi, História do Povo, p.18.
- ⁶ Ricciotti, Storia... I, p.139.
- ⁷ Ver, a propósito, Albright, De l'âge..., p.174.
- ⁸ Idem, ibidem, p.177.
- ⁹ Vigouroux, La Bible et les découvertes modernes, t. II, p.5; citado em Renié, Tome I, pp.518-519.
- ¹⁰ Mayani, Les Hyksos..., p.193.
- ¹¹ Idem, ibidem...
- ¹² Ricciotti, Storia, I, p.204.
- ¹³ Idem, ibidem...
- ¹⁴ Albright... De l'âge..., pp.186-187.
- ¹⁵ Drioton em «La Bible et L'Orient», cf. nota 20 do Cap. VII.
- ¹⁶ Ricciotti, Storia... I, p.286.
- ¹⁷ Albright..., De l'âge..., p.208.
- ¹⁸ Moscati..., Histoire..., p.130.
- ¹⁹ Robert et Tricot..., Initiation..., p.667; capítulo da autoria de J. Bonsirven.
- ²⁰ Ricciotti, Storia, II..., p.537.
- ²¹ Moscati..., Histoire..., p.155.
- ²² Idem, ibidem, p.131.
- ²³ Idem, ibidem...
- ²⁴ Iohannes Nikel, em Huby, Christus..., p.891. O autor a que se refere o texto é S. A. Cook em «The Laws of Moses and the Code of Hammurabi».
- ²⁵ Iohannes Nikel, em Huby, Christus..., p.891.
- ²⁶ Cuq, Études sur le droit babylonien, les lois assyriennes et les lois hittites, p.505; citado em Renié, t. I, p.592.
- ²⁷ Cavaignac, Les Hittites..., p.58.
- ²⁸ Ceppi, História, p.67.
- ²⁹ Goldstein, Derecho..., p.281.
- ³⁰ Moscati, Histoire..., p.157.
- ³¹ Idem, ibidem, p.158.
- ³² Goldstein, Derecho..., p.75. (I. Guinzburg, El Talmude, p.142), citado em...
- ³³ Balestra, Manual..., p.43.
- ³⁴ Goldstein..., Derecho, p.110.
- ³⁵ Idem, ibidem..., pp.110-112.
- ³⁶ Ceppi, História, p.73.
- ³⁷ Idem, ibidem..., p.74.
- ³⁸ Moscati, Histoire..., p.159.
- ³⁹ Bettencourt..., Para entender..., p.123.
- ⁴⁰ J. Salvador, Histoire des Institutions de Moïse et du Peuple Hébreu; Citado em Goldstein..., Derecho..., p.154.
- ⁴¹ Goldstein..., Derecho..., p.155.
- ⁴² Idem, ibidem..., p.84.
- ⁴³ Février, Histoire..., p.214.
- ⁴⁴ Renié, Manuel I, p.131.
- ⁴⁵ Bettencourt..., Ciência e Fé..., pp.219-220.
- ⁴⁶ Contenau..., Le déluge..., p.75.
- ⁴⁷ Bettencourt, Ciência e Fé..., pp.220-221.
- ⁴⁸ Renié, Manuel, t. IV..., p.232.
- ⁴⁹ Flávio José, Antiguidades, V, V, 6... citado em Ceppi, História..., pp.305-306.
- ⁵⁰ Iohannes Nikel, em Huby, Christus..., p.860.
- ⁵¹ Ceppi, História..., p.53.
- ⁵² Tricot, «Idées religieuses du monde juif Palestinien au temps de Notre-Seigneur», artigo citado em Renié, Manuel..., T. IV, p.250.



Prisioneiros judeus tocando lira,
vigiados por um guarda assírio.

CAPÍTULO IX

OS LÍDIOS

Introdução

No mosaico de povos que habitaram outrora a Ásia Menor, os lídios ocupam um lugar proeminente não tanto pela duração de sua História política, mas sobretudo pelas estreitas relações que mantiveram com os gregos. Entre ambos os povos houve uma recíproca e importante influência. Para aquilatarmos o valor do intercâmbio entre essas duas civilizações, lembremos, por ora, que os lídios foram os herdeiros da civilização hitita e, portanto, desempenharam o papel de transmissores ao Ocidente de um patrimônio cultural multimilenar do qual os próprios hititas já se haviam beneficiado.

Uma História do Oriente Próximo na Antiguidade não pode, portanto, deixar de incluir um estudo, ainda que sumário, da civilização lídia.

1. Fontes

Como fontes para o estudo da antiga Lídia figuram, em primeiro lugar, os autores gregos, entre os quais, Heródoto.

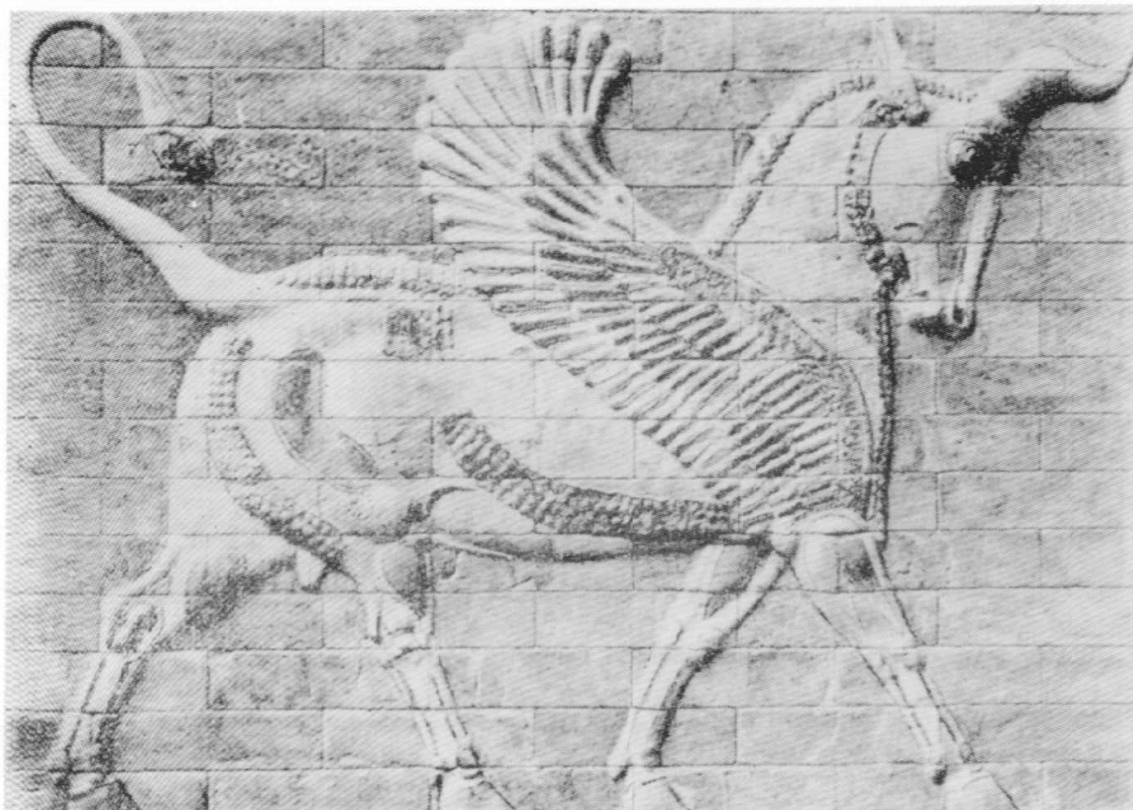
O pai da História, em sua viagem pelo Oriente, encontrou ainda bastante vivas as lembranças dos tempos gloriosos da Lídia, anteriores à dominação persa, e afirma mesmo que, «antes de haver dominado os lídios, os persas nada possuíam de bom e de fino».¹

Ao lado dos autores clássicos podemos mencionar as descobertas arqueológicas como fontes para o estudo dos lídios. Essas descobertas vão desde os sepulcros reais da Lídia até as jóias originárias da mesma região que se encontram hoje no Museu de Louvre.

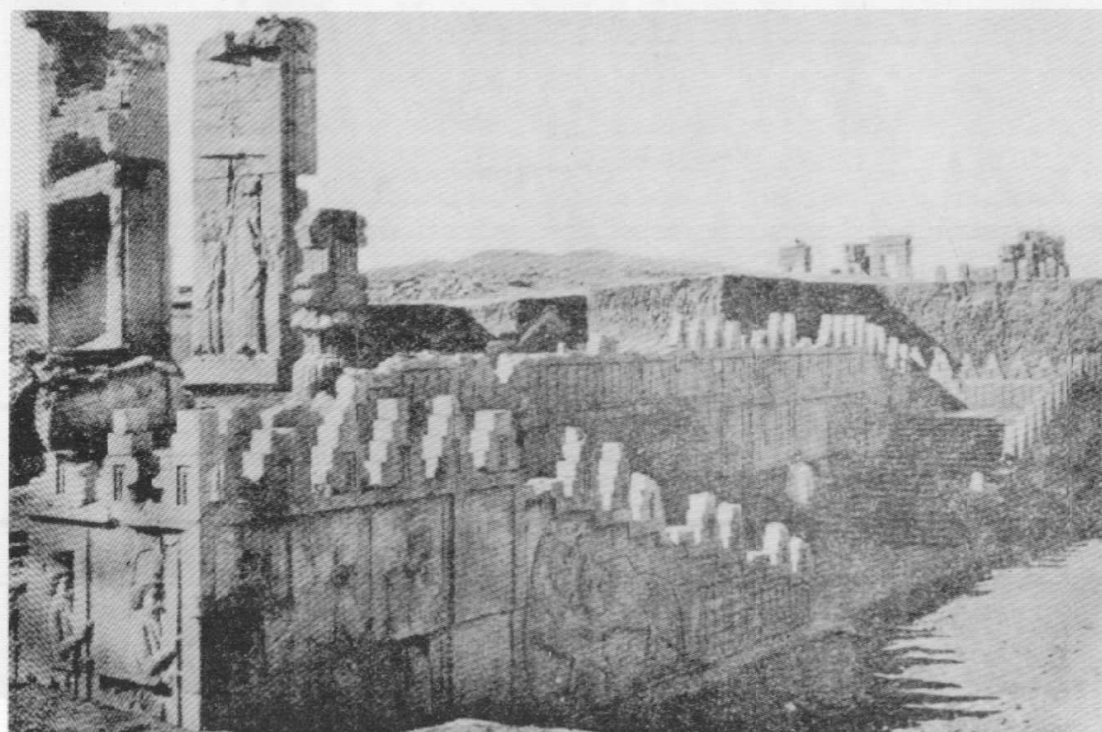
As descobertas relacionadas diretamente com a civilização lídia, acrescentemos as contribuições arqueológicas referentes aos povos contemporâneos dos lídios, contribuições essas indispensáveis para a reconstituição do cenário histórico do Oriente em que se desenrolaram os eventos que estudaremos abaixo.

2. O País e o Povo

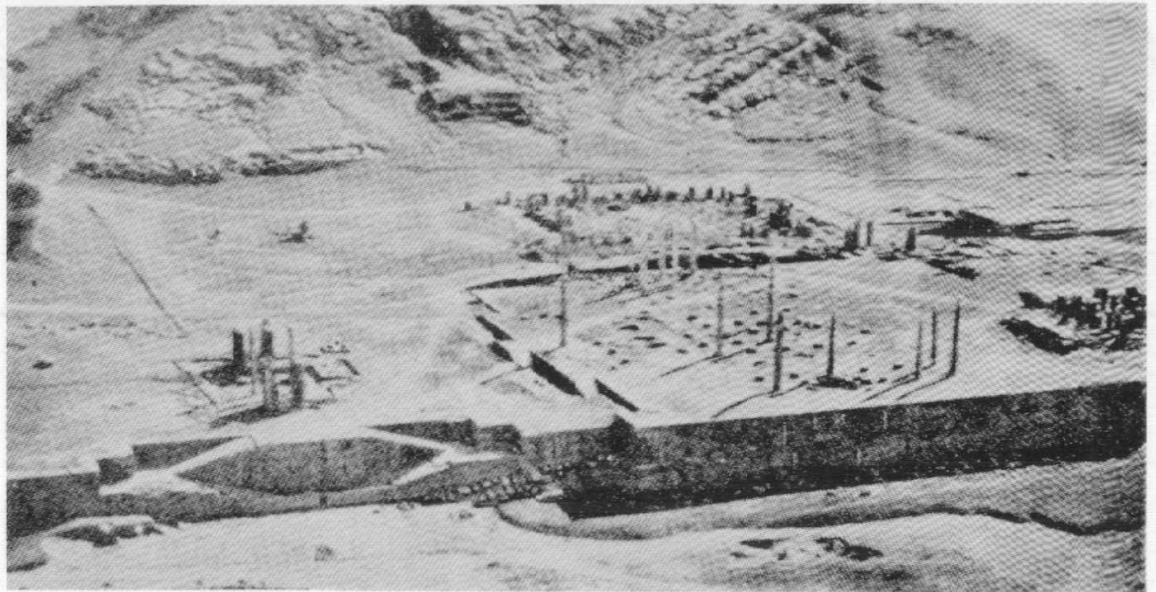
O país. A Lídia antiga estava situada no oeste da Ásia Menor e limitava-se ao norte pela Mísia, a leste pela Frígia, ao sul pela Cária e a oeste pelo Mar Egeu.



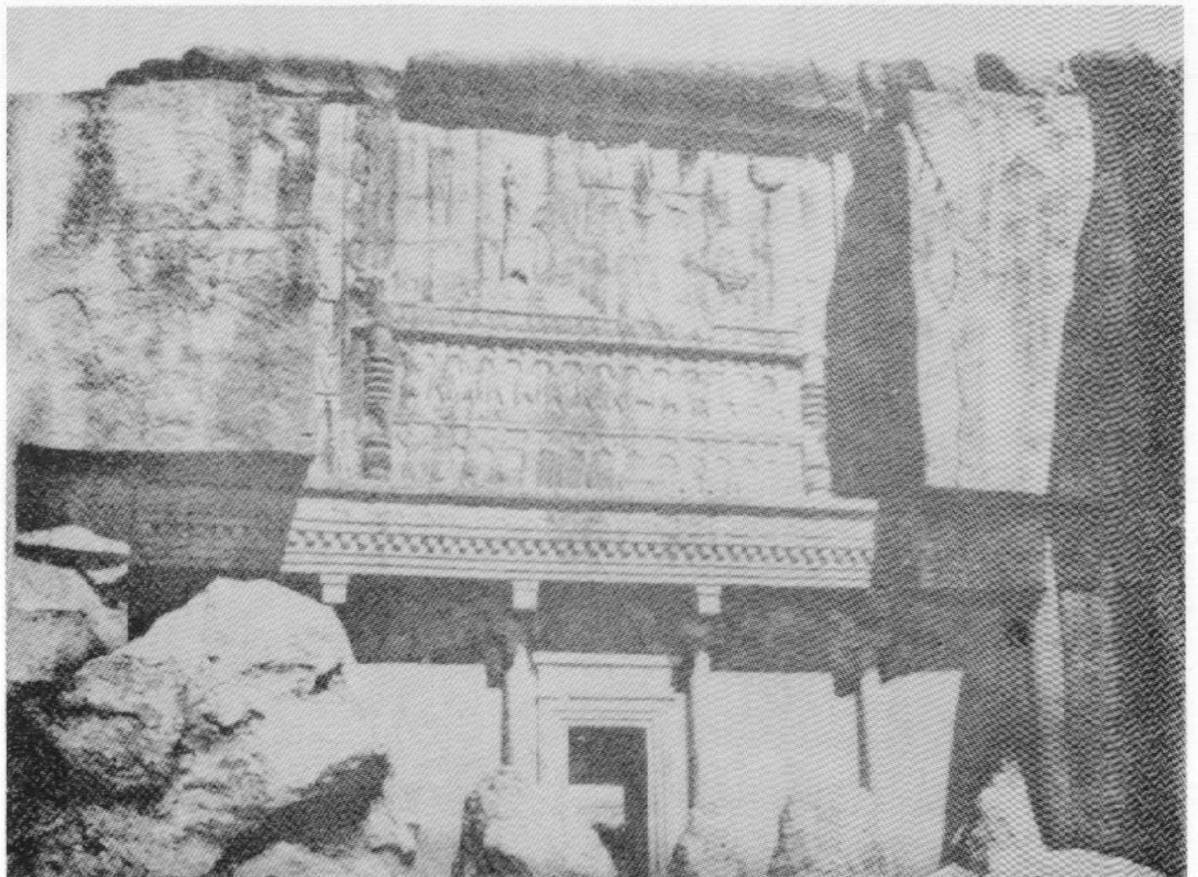
22. Baixo-relevo de Susa em tijolo esmaltado.



23. Escadaria de um palácio real de Persépolis.



24. Ruínas de palácios reais de Persépolis.



25. Túmulo rupestre dos Aquemênidas.

Já os antigos celebravam a riqueza dessa região: «Os lídios, assegurava Aristágoras, o milesiano, habitam um excelente país e possuem uma imensa quantidade de prata». A fertilidade de suas terras, apesar do flagelo das secas, o ouro das areias do Pactolo, o rio de Sardes, e a produtividade das minas de suas montanhas tornavam a Lídia uma região cobiçada.

O clima era temperado e salubre. Acrescentemos a tudo isso a posição geográfica, situada no ponto final de duas grandes estradas que ligavam antigamente a Mesopotâmia ao Mar Egeu. A estrada do norte chamada, mais tarde, *estrada real*, e a estrada do sul, a *estrada das Índias*.*

O povo. Uma das mais antigas referências aos lídios parece ser a do capítulo 10,32, do Gênesis que menciona Lud entre os filhos de Sem. Nas inscrições assírias de Assurbanipal, os lídios são mencionados sob a forma de *Luddi*. Segundo Heródoto, os antigos Meônios (já mencionados na *Iliada*, 2, 865) passaram a chamar-se lídios devido a Lydus, filho de Attys.

Nos tempos históricos, os lídios, que provavelmente eram de raça ariana quando, no III milênio aC, chegaram à Ásia Menor, aparecem já mesclados com os antigos habitantes da região (aborígenes ou, talvez, semitas).

O espírito belicoso, o gênio inventivo, a capacidade industrial e a aptidão para o comércio caracterizam esse povo que foi na Antiguidade um verdadeiro elo entre as civilizações da Ásia Menor e os gregos.

3. História Política

Heródoto⁴ menciona a existência de trinta reis que haviam reinado em Sardes antes dos persas, e que se distribuíam em três dinastias da seguinte maneira: quatro à dinastia dos Atíadas, vinte e dois à dos Heráclidas e quatro à dos Mérmnadas. Vamos começar esta breve exposição da História política da Lídia com Giges que, auxiliado por mercenários de Milasa e pelo dinheiro de Éfeso, destronou e matou Candaulus, o último soberano da dinastia dos Heráclidas.

Giges (687-652) deu a seu reino o nome oficial de Lídia e fundou a dinastia dos Mérmnadas, «os falcões». Com esta nova dinastia, a Lídia aparece em plena história durante cerca de um século. O novo soberano é uma «figura singular e complexa, mistura de orientalismo e de helenismo». Internamente ele submete a nobreza e estabelece o absolutismo. Externamente sua política vai ser determinada pelas relações com os gregos e pelo ataque feroz dos cimérios. Esses últimos, arianos deslocados da Rússia Meridional pelos citas, haviam invadido a Ásia Menor. A Frígia não resiste ao ataque e Midas, seu último rei, suicida-se. Giges, ameaçado, envia uma embaixada a Assurbanipal em busca de auxílio. Os documentos assírios mencionam este pedido de *Guggu* (Giges), rei dos «Luddi». Os cimérios são batidos por Giges que assim obtém renome e prestígio junto aos povos da Ásia Menor e aos gregos.

O rei lídio associa-se então aos adversários do jugo assírio. Entre estes conta-se Psamético I que, com o auxílio de Giges, expulsa as guarnições assírias. Uma nova onda invasora de cimérios sob a chefia do cário Ligdamis encontra Giges desprevenido: o rei lídio morre em combate e seu filho Ardis implora o auxílio dos assírios. Os invasores tomam uma parte de Sardes, incendeiam e profanam o templo de Ártemis em Éfeso e destroem Magnésia do Meandro.

Com os gregos da Europa, Giges mantém relações cordiais, procurando homenagear seus deuses e santuários. Os gregos da Ásia são mantidos ora pela astúcia, ora pela força, sob uma hegemonia às vezes disfarçada e liberal. O comércio lídio, especialmente as caravanas de Sardes, dependiam, para a exportação, de cidades gregas como Címé e Éfeso. Esta última mereceu atenções especiais de Giges que chegou mesmo a dar uma de suas filhas em casamento a um membro da poderosa família dos Melas.

Sucessores de Giges. — Ardis, filho de Giges, conseguiu, com o auxílio de Assurbanipal, livrar-se dos cimérios; esse auxílio implicou, entretanto, na submissão da Lídia à Assíria. Só a morte de Assurbanipal livrou os lídios definitivamente dessa vassalagem; o país consegue então uma época de prosperidade sob o reinado de Sadiates, Aliates e Creso.

Na primeira década do século VI aC os medos, herdeiros do Império Assírio, expandem-se para o Ocidente e encontram-se com os lídios, em marcha para o Oriente. A 28 de maio de 585, lídios e medos, às margens do Hális interrompem a guerra devido ao famoso eclipse calculado por Tales de Mileto. Pelo tratado de paz, o rio Hális passou a constituir a fronteira entre os dois reinos. Durante cerca de trinta anos a balança da política internacional da Ásia Menor seria equilibrada pelas duas potências.

Creso (561-546). — O reinado de Creso marca o apogeu e também a decadência definitiva do poderio lídio. Depois de vencer dificuldades internas suscitadas por um concorrente ao trono, seu meio-irmão Pantaleão, Creso estende seus domínios sobre todo o litoral, da Propôntida ao Mar de Rodes fazendo da Lídia, outrora um estado continental, uma potência marítima.

As colônias gregas da Ásia Menor, inclusive a ativa Mileto, reconhecem a hegemonia lídia. Creso não abusa da vitória: limita-se a impor condições de ordem militar, (como a destruição de fortificações), financeira (como o pagamento de tributos) e econômicas (vantagens comerciais para os lídios). O rei lídio mostrou-se generoso para com os santuários da Ásia Menor e conquistou a simpatia e a amizade dos gregos até mesmo no conflito com os persas. Entre os planos de Creso figurava a construção de uma frota para ampliar seu poderio marítimo.

A política relativa aos gregos da Europa foi de amizade. Com Esparta e Atenas, Creso manteve relações de caráter político; com Corinto predominaram os interesses comerciais e, finalmente, com Delfos e outras cidades de santuários famosos, as relações revestiram um caráter religioso.

O ouro lídio desempenhou importante papel na política interna e externa de Creso. Pelo ouro ele ganha os homens, como, por exemplo, a aliança dos espartanos, e até mesmo os deuses, como, por exemplo, as boas graças dos oráculos de Delfos e de outros santuários.⁶ Quando Astíages, cunhado de Creso, foi destronado por Ciro, o lídio procurou os meios para sustar o crescente poderio persa. O oráculo de Delfos consultado respondeu que, se Creso atravessasse o Hális, um grande império seria destruído. Esse grande império seria o da Lídia. Em Ptéria travou-se entre os dois impérios uma batalha indecisa; Creso retirou-se para Sardes a fim de incorporar às suas forças reforços aliados, vindos por mar. Ciro, porém, prosseguiu o avanço e tomou de assalto Sardes após um sítio de pouca duração. Creso foi bem acolhido pelo conquistador persa; a Lídia perdeu sua independência passando, com as cidades da Jônia, à província do Império Persa.

4. Vida Social e Econômica

Um rápido estudo da sociedade lídia revela-nos a existência de uma nobreza territorial que residia em casas rurais «que os gregos denominavam «torres» e que se assemelhavam a castelos fortificados por vezes imensamente ricos a ponto de fascinarem o rei persa Xerxes». Ao lado dessa aristocracia encontramos nas cidades uma florescente burguesia composta de banqueiros e negociantes; acrescentemos os artesãos e ainda os rudes habitantes das montanhas entre os quais se recrutavam os caravaneiros e os robustos soldados.

A dupla influência econômica, continental (assíria) e marítima (cidades gregas do litoral), a que esteve sujeita a Lídia através de sua história, influiu naturalmente nas concepções da política externa de suas classes sociais. Assim é que, como observa Pirenne,⁸ vêem-se os elementos territoriais e feudais orientarem-se para a Assíria, enquanto que a população urbana e comerciante se volta resolutamente para o mar e para o elemento grego. Em Sardes encontramos um partido helenófilo, cosmopolita e democrática, constituído por ricos burgueses que se opunham ao partido nacional apoiado pela aristocracia tradicional.

Três fatores, entre outros, contribuem para o desenvolvimento da vida econômica da Lídia: a capacidade inventiva de seu povo; os recursos naturais do país; a situação geográfica.

Examinemo-los brevemente. Os recursos naturais do país, produtos agrícolas favorecidos pela fertilidade da terra e produtos das minas de ouro, prata e cobre aliados à habilidade dos lídios (que se aproveitaram também de artesãos estrangeiros) impulsionaram a agricultura e a indústria. A situação geográfica do país favoreceu o intenso intercâmbio comercial. Os soberanos lídios incentivavam a prosperidade econômica cunhando moedas (que facilitavam os negócios) e organizando um sistema de estradas providas de albergues guarnecidos por tropas e ligados, onde se tornasse necessário, por pontes de barcas. Sardes tor-

nou-se então um empório comercial notável; é a cidade florescente pelo ouro de que fala Heródoto, cidade por onde passam, em demanda do mundo grego em plena expansão, os produtos dos vales da Mesopotâmia.

5. Língua e Escrita. Artes e Religião

Língua e escrita. O idioma lídio, que pode ser estudado graças a uma inscrição bilingüe lídio-aramaica, classifica-se entre as línguas asiáticas. A escrita usada pelos lídios era alfabética, sendo que a maior parte de suas 26 letras provém do grego. Os lídios escreviam normalmente da direita para a esquerda mas, às vezes, também em sentido contrário. Ao que parece, as freqüentes relações entre o reino da Lídia e Delfos tiveram influência na origem do alfabeto lídio, de um alfabeto lídio, de um alfabeto ocidental provavelmente da Grécia Central. Quanto à literatura lídia quase nada resta além das inscrições, às vezes longas, que datam do século IV e que foram encontradas nas escavações de Sardes.

Artes. — Dispomos de poucos elementos para o estudo das artes da Lídia. No museu do Louvre podem ser apreciadas jóias que nos dão uma idéia dos pendores artísticos dos lídios. Da arquitetura, que certamente alcançou um elevado nível, só podemos admirar o que resta dos velhos sepulcros reais. Os lídios enterravam seus mortos em câmaras sepulcrais cavadas nas rochas ou em grandes obras de alvenaria.

Heródoto dá-nos uma descrição do túmulo de Aliates, pai de Cresos: «Porém uma obra oferece o solo da Lídia de maior grandeza, com exceção das obras do Egito e da Babilônia. É o sepulcro de Aliates, pai de Cresos, com uma base de grandes pedras que é uma verdadeira colina. Fizeram-na os mercadores, os artesãos e as prostitutas. Em meu tempo havia ainda colunas do monumento, em número de cinco nas quais se encontravam gravadas inscrições indicando a parte do monumento que cada um havia edificado».

Religião. A religião dos lídios apresenta semelhança com a religião de outros povos da Ásia Menor, como v.g., no que diz respeito ao culto da natureza. Entre as principais divindades figuravam Medeus, Cíbele e Átis.

Cíbele era a grande deusa da Frígia, chamada também a mãe dos deuses, venerada na Grécia e, mais tarde, em Roma.

Átis era igualmente um deus frígio cujo culto atrairia, séculos depois, as multidões em Roma.

No culto às divindades, a música desempenhava importante papel; a prostituição das jovens lídias parece ter tido um caráter sagrado.

O culto grego de Dionísios, ao que indica uma inscrição bilingüe (grego-lídia), teria tido origem na Lídia no culto de *Bakkos*.

Os deuses gregos foram também largamente cultuados pelos lídios. Os Mérmnadas costumavam enviar magníficas oferendas aos santuários helênicos mais famosos como os de Delfos, Éfeso, etc.

6. O Legado

Já acentuamos, na introdução do presente capítulo, o papel de intermediários desempenhado pelos lídios entre o Oriente e os gregos. Os lídios beneficiaram-se de um patrimônio cultural acumulado durante milênios pelas civilizações mais antigas do Oriente Próximo e que fora, por assim dizer, depositado aos poucos através da tradicional rota milenar que ligava Babilônia, Ptéria e Sardes.

A penetração dos gregos no reino lídio, atraídos certamente pela magia do ouro abundante, fez com que os mesmos aproveitassem também o legado cultural. «Tomaram eles mais do que os tesouros: a Lídia, bem próxima de suas cidades da Ásia, foi certamente, um dos caminhos, e indubitavelmente o principal, pelo qual entraram em contacto com o Oriente. Técnicas artesanais e artísticas, idéias e práticas religiosas, temas míticos, observações científicas: bem pesada foi a soma de seus empréstimos. Isto porque o acaso não é suficiente para explicar o avanço que a Jônia, associada e praticamente submetida a Sardes, tomou, então, sobre as outras províncias do mundo grego: nenhuma encontrava tão grandes facilidades para tirar proveito das experiências do próximo».¹⁰

«Os gregos extraíram de um terreno inesgotável toda espécie de noções que renovaram mais ou menos sua religião, seu comércio, sua indústria, sua arte e que lhes permitiram transformar a tradição em ciência...»¹¹

«Sem este intermediário, não se vê como os cálculos dos astrólogos e as cartas dos geógrafos babilônicos teriam sido transmitidos à escola de Mileto. Foi na Lídia, enfim, que os gregos observaram, pela primeira vez, o despotismo das monarquias bárbaras: espetáculo instrutivo, que ofereceu modelos aos tiranos, mas que fez também sentir aos cidadãos sua superioridade de homens livres».¹²

Uma contribuição dos lídios à civilização foi a cunhagem de moedas. Tal cunhagem foi uma necessidade imposta pela intensidade do intercâmbio comercial. O numismata francês Lenormant, estudando a origem da moeda, chegou à conclusão de que a cunhagem de moeda foi feita isoladamente na Lídia e em Argos.¹³

Creso teria sido o primeiro soberano do mundo mediterrâneo a cunhar ouro. Suas moedas possuíam a forma ovóide e apresentavam numa das faces, em meio corpo, um leão e um touro olhando-se de frente. Chamavam-se cresêidas da Lídia.

¹ Heródoto I, 71. (Citado em Dussaud, Prélydiens..., p.13).

² Heródoto, V, 49. (Dussaud, Prélydiens..., p.13).

³ Dussaud, Prélydiens..., p.15.

⁴ Heródoto, V, p.102.

⁵ Homo, Histoire..., p.133.

⁶ A «Histoire Universelle» (La Pléiade), p.1.752 apresenta as datas para o reinado de Creso: 563(?)–548.

⁷ Idem, ibidem..., p.143.

⁸ Aymard e Auboyer... I, p.196. (O Oriente, 1).

⁹ Pirenne, Les grands..., p.105.

¹⁰ Heródoto I, 93, citado em Weiss, História II, p.193.

¹¹ Aymard e Auboyer, Oriente (1), p.198.

¹² Glotz, Histoire... I, p.271.

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ Coimbra, Noções... Revista de História..., n. 26, 1956.

O IRÃ

Introdução

O Irã está situado quase no centro da Eurásia; tal situação explica o papel que esse planalto desempenhou, outrora, como traço de união entre o Oriente distante e o Ocidente, servindo de verdadeira encruzilhada para os povos que, em diferentes e recuadas épocas, atravessaram-no desde o Mar Cáspio até o Mar de Omã, desde o Índus até os vales mesopotâmicos. Raças e civilizações diversas se entrecruzaram e se sobrepuseram influindo-se mutuamente e produzindo um magnífico florescimento cultural que culminou, na Antiguidade, com o Império dos Medos e Persas.

Mas antes de falar em medos e persas, uma História atualizada do Oriente Antigo não pode deixar de citar, pelo menos, alguns fatos principais e alguns dos mais importantes aspectos da civilização elamita que precedeu o aparecimento e a expansão daqueles povos. Como a História da Mesopotâmia tem um prelúdio sumeriano, assim também a História do Irã possui seu prelúdio elamita. Encontraremos, mais adiante, um prelúdio egípcio à História da Grécia e um prelúdio etrusco à de Roma.

Como muito bem acentua Camerón,¹ a História dos Medos e Persas se insere numa perspectiva histórica bem mais extensa do que se supunha outrora. O mesmo autor adverte que «a História de uma parte do planalto (do Irã), o Elam, não deve ser negligenciado por nenhum daqueles que se dedicam seriamente ao estudo do Próximo Oriente Antigo». ² Delaporte acentua a importância do Elam: «No mundo iraniano antigo, o Elam, por sua situação geográfica e suas contínuas relações com a Baixa Mesopotâmia, desempenhou um papel todo especial. Sofreu a influência de Sumer e de Akkad, a da Babilônia, mais tarde a da Assíria. Mas não aceita sem discernimento tudo o que poderia impor-lhe o estrangeiro. Se adota o sistema de escrita inventado pelos sumerianos, não toma todos os sinais e compõe para si um repertório especial, não se embaraça com as complicações às quais os acadianos não chegarão a subtrair-se. Possui uma organização política de um tipo particular, na qual o príncipe só tem acesso ao poder supremo depois de haver passado por funções cada vez mais importantes...» ³

1. Fontes

As escavações efetuadas no Irã provam que a antiguidade do povoamento do planalto rivaliza com a da Mesopotâmia.⁴ Com efeito, os instrumentos dos exploradores levam-nos até os tempos neolíticos e fazem-nos apreciar a passagem da vida nômade à vida semi-sedentária, desta à vida sedentária completa das aldeias e das cidades.

Para que o leitor tenha uma idéia, embora superficial, das realizações dos arqueólogos que rasgaram o véu da antiguidade da História iraniana, vamos mencionar alguns nomes e fatos que assinalam as conquistas da Arqueologia e cujos trabalhos figuram entre as principais fontes para o estudo do Irã antes dos medos e persas.

Desde 1897, uma expedição francesa explora as ruínas de Susa. Essas explorações revelaram a existência de diferentes níveis culturais entre os quais figuram as necrópoles elamitas. Em Tepe Sialk, perto de Kashan, em pleno planalto iraniano, o arqueólogo francês Roman Ghirshman, a partir de 1933, reconstituiu a vida de uma cidade desde suas primeiras instalações sedentárias sobre o planalto até os primeiros séculos do milênio que precedeu a era cristã.⁵ Em Tepe Giyan, nas proximidades de Nehavend, o supracitado arqueólogo e Georges Contenau, em 1931 e 1932, fizeram descobertas relativas ao desenvolvimento da cerâmica. Em Tepe Hissar, perto de Damghan, Erich Schmidt, trabalhando para a Universidade da Pensilvânia, fez importantes descobertas relativas à antiguidade da cultura iraniana. Ernst Herzfeld, em missão da Universidade de Chicago, estabeleceu em Persépolis a existência de estreitas relações com Susa no início dos tempos históricos.

Dentre as fontes arqueológicas para o estudo da civilização dos medos e persas, vamos citar, a título de exemplo, algumas das ruínas das antigas capitais dos Aquemênidas.

Em *Pasárgada*, a primeira capital aquemênida, encontram-se ruínas do provável túmulo de Ciro e de um palácio do mesmo soberano. Em inscrições trilingües, redigidas em neobabilônio, neo-elamita e em velho persa, Ciro se declara *grande rei*, o que parece indicar que o palácio foi construído após a vitória sobre Astíages.⁶

As ruínas de *Persépolis* (os gregos diziam Persópolis, desde a época de Alexandre), cidade fundada por Dario, o Grande, que abandonou *Pasárgada*, foram exploradas desde 1931 pelo Instituto Oriental de Chicago sob a direção do arqueólogo alemão Herzfeld; esses trabalhos foram continuados na atualidade por conta do Serviço arqueológico do Irã. Nessas ruínas foram encontrados dados preciosos sobre a civilização aquemênida. Assim, v.g., o gigantesco terraço construído por Dario, o Grande, ao qual se sobe por uma escadaria monumental; o palácio de Xerxes; vestígios de obras de canalização que servia a capital; o palácio de Dario, a Apadana, etc. «As partes dos palácios que foram desentulhadas e reconstituídas por E. Herzfeld em 1932 nos mostram hoje um conjunto de monumentos tão magníficos que o professor Brea-

sted saudou essa descoberta como uma das mais belas e das mais importantes de nossa época. E' só agora que se pode dar conta do que era, na época de seu apogeu, a capital aquemênida sob os reinados de Dario e de Xerxes».⁷

Susa, cuja origem se perde na noite dos tempos, outrora ativa capital dos aquemênidas, é hoje um montão de ruínas através das quais descobrimos sinais de diversos níveis culturais. Da época persa citemos os vestígios do palácio de Dario. «Susa permanece entretanto a fonte da maior parte do material de que dispomos para estudar a história política do Irã antigo, pois nenhum outro lugar elamita ainda foi explorado».⁸

Ecbátana (atual Hamadan), capital de verão de Dario, o Grande, e de seus sucessores, é-nos descrita por Heródoto em todo o seu esplendor de antiga metrópole com suas sete muralhas. «Os arqueólogos modernos não mais encontraram este esplendor, mas as ruínas da antiga cidade são, contudo, prodigiosamente interessantes e o dia em que for possível desentulhá-las completamente talvez elas revelem um espetáculo tão atraente como a nova Persópolis e antigos arquivos cheios de documentos políticos e históricos».⁹

Os autores clássicos, consultados com o devido cuidado, fornecem-nos bastante material sobre a História dos Persas. Citemos, apenas para exemplificar, o pai da História, cuja sinceridade e imparcialidade ao descrever os ferrenhos inimigos de sua pátria, merece sem dúvida nossa admiração. Mencionaremos mais adiante o valor do Avesta como fonte para o estudo da religião persa.

2. O País e o Povo

Preliminarmente, uma observação sobre a palavra Irã (em persa *irân* ou *ērān*): — «Do antigo irânico *airya* deriva o médio-persa *ērān*, contraposto a *anērān*, «não persa», «estrangeiro» e fonte do atual *Irā*, nome oficial da Pérsia Moderna. O mesmo vocábulo médio-persa na forma *erak*, «persa», foi pelos árabes alterado em *al-'Iraq*, nome que designa a região do Tigre e do Eufrates, correspondendo portanto, aproximadamente, à Mesopotâmia, onde se acha, em nossos dias, a monarquia islamita do Iraque com capital em Bagdad».¹⁰

Entre a Mesopotâmia, de um lado, e o rio Indo, de outro, eleva-se um imenso planalto de forma trapezóide, com numerosas e profundas depressões, cercado de todos os lados por majestosas cadeias de montanhas. Precisando os limites do Irã, podemos assinalar a oeste a cadeia dos montes Zagros, a leste os montes Suleimã, ao sul o Golfo Pérsico e, ao norte, a Transcaucásica, o Mar Cáspio e o rio Óxus. O clima seco do planalto (o deserto existente no centro é considerado um dos pontos mais secos da terra) é motivado pelas imponentes muralhas rochosas que, com sua elevação, sustam o avanço das nuvens. A temperatura, de clima continental, conhece as alternativas de acentuados extremos.

Entre o Tigre e o Indo não existem rios navegáveis, exceto o Karuã, que, na realidade, não pertence ao planalto do Irã, pois desenvolve seu curso nas planícies baixas que constituem hoje a província de Arabistã e foi outrora conhecida como Susiana.¹¹

Grande parte dos recursos naturais do Irã está relacionada com as cadeias de montanha que o circundam: delas eram extraídos produtos de alto valor como: ouro, prata, chumbo, cobre, lápis-lazúli, diorite, etc. As torrentes de água que, das montanhas através de imensos desfiladeiros, se precipitam para as planícies levam a fertilidade a diversas regiões.

Com relação à flora, anotemos que a vegetação do planalto é rara. Nas margens dos rios e nas terras irrigadas encontramos árvores como o álamo, o plátano, a nogueira, o olmo, etc. O álamo fornece a madeira para as construções. Nos jardins encontramos o cipreste, a acácia e lindas flores como os jasmims e as rosas vermelhas. As árvores frutíferas, pereiras, macieiras, abricós, videiras, pessegueiros, cerejeiras, etc., são encontradas em abundância. Nas regiões quentes desenvolvem-se melhor as figueiras, tamareiras e laranjeiras.

Entre os representantes da fauna, citemos feras (hoje raríssimas) como o leão, o tigre e o urso. Lobos, leopardos, hienas, raposas são ainda abundantes. O cavalo, o boi, a ovelha e o camelo figuram entre os animais domesticados. As aves de rapina são numerosas; entre as aves canoras notemos o rouxinol.

O *Elam* (também chamado outrora Haltam, Hatam ou ainda Haltamti ou Hatamti)¹² compreende a planície em que estava situada a cidade de Susa. Esta planície estava separada da Mesopotâmia por uma região de pantanais. Não podemos assinalar com exatidão a extensão do Elam na Antiguidade. Entre os rios que cortam a planície, lembremos o Karuã. À margem dos cursos d'água crescem o salgueiro, a tamargueira, e a acácia. Entre os produtos agrícolas figuram o trigo e a cevada.

No período hibernal a região é habitada por aves de migração; os animais selvagens existentes na atualidade são, entre outros, o urso, a pantera, o lobo, o chacal, etc.; o leão é raro.

«O Elam, entidade política, é, às vezes, um distrito vizinho de um país chamado Anshã; é, as mais das vezes, o conjunto das regiões submetidas ao «rei de Anshã e de Susa». É, aproximadamente, a única parte do Irã em que foram recolhidos documentos escritos anteriores à época aquemênida, documentos que, combinados com os dos sumérios, dos babilônios e dos assírios, permitem reconstituir, em parte, a História desse país. Mas enquanto as pesquisas arqueológicas não tiverem sido empreendidas para tentar fixar a situação das principais cidades, a geografia política do Elam não pode ser estabelecida sem grandes possibilidades de erro e as listas de cidades conquistadas por Shilhak-Inshushinak em meio do século XII são insuficientes para ser conseguido tal resultado».¹³

Os habitantes. — O planalto do Irã, já o acentuamos, foi, desde tempos imemoriais, o palco de inúmeras invasões devido à própria posição geográfica que o tornou uma verdadeira ponte entre o Extremo-Oriente e a Mesopotâmia. Consequência dessas múltiplas invasões foi o cruzamento de tipos raciais os mais diversos.

A raridade de documentos arqueológicos e antropológicos tem possibilitado o aparecimento de uma série de hipóteses concernentes às origens étnicas dos antigos habitantes do Irã. A própria filologia, quando utilizada sozinha, tem dado margem a falsas concepções.

Os elamitas. Como classificar os elamitas sob o ponto de vista étnico? Segundo alguns, seriam asiáticos, como os sumerianos e os cassitas. «Mas¹⁴ não se faz outra coisa que distingui-los dos semitas e dos indo-europeus; tal designação encobre apenas nossa ignorância». Pittard em seu estudo «As Raças e a História» (t. V, Evolution, p.457) declara que se lhe pedissem sua opinião a respeito do grupo ou dos grupos étnicos aos quais se poderiam ligar os elamitas, ele responderia que nada sabe a respeito por falta de indicação antropológica precisa.¹⁵

Medos e Persas. Medos e persas são povos indo-europeus ou arianos que se estabeleceram no Irã em época que não podemos precisar. A migração de medos e persas está relacionada com o grande movimento de indo-europeus que, já no III milênio aC, se lançaram das planícies da Europa Central e da Rússia Meridional em direção ao sul. «Eram os persas o mais belo povo do Oriente Próximo. Nos monumentos aparecem eretos e vigorosos, enrijecidos pelo viver nas montanhas e todavia refinados pela riqueza, com agradável simetria de feições, nariz quase grego e uma certa nobreza no andar».¹⁶

3. A Língua e a Escrita

Procuremos resumir algumas noções sobre a língua falada pelos povos que constituíram os principais atores na História do Irã.

a) O *elamita*¹⁷ é considerado uma língua asiática. As fontes para seu estudo datam de três épocas diferentes; os mais antigos monumentos contêm uma escrita figurativa ainda não totalmente decifrada e remontam ao III milênio aC. As inscrições cuneiformes localizam-se entre os XVI e VIII séculos; finalmente possuímos as inscrições elamitas da época aquemênida (assim, por exemplo, em Persépolis, foram encontrados cerca de 30.000 tabletes ou fragmentos elamitas dessa época).

O elamita era uma das três línguas (acádio, velho persa e elamita) que aparecem nas inscrições trilingües dos reis aquemênidas.

A primeira escrita usada no Elam, chamada proto-elamita, aparece na mesma época em que os sumérios inventaram a escrita que durante tantos séculos serviu para anotar a expressão do pensamento na Mesopotâmia. A comparação entre os primeiros textos sumerianos e os proto-elamitas denotam apenas uma semelhança extrínseca: ambas as escritas classificam-se no tipo cuneiforme. A afirmação de que a escrita

proto-elamítica nada mais seria que um ramo da escrita sumeriana é meramente uma hipótese.¹⁸

Sob a influência da dinastia de Agadé, a escrita sumeriana e a língua acadiana predominam no Elam. Desta escrita sumeriana assim introduzida é que se derivou a escrita cuneiforme elamita propriamente dita; tal escrita foi se diferenciando progressivamente da escrita sumério-acadiana e resultou na escrita neo-elamita ou neo-susiana encontrada nas já citadas inscrições trilingües dos aquemênidas.

b) O persa. — O medo e o persa são línguas indo-européias do grupo iraniano. Do medo conhecemos apenas alguns nomes próprios em transcrições persas ou gregas e algumas palavras isoladas.¹⁹

Na evolução da língua persa podemos distinguir três fases: o persa antigo, o médio-persa e o persa moderno.²⁰

O persa antigo é-nos conhecido principalmente pelos grandes monumentos epigráficos de Dario I e de Xerxes. Ao que parece, o persa antigo foi escrito pela primeira vez sob os aquemênidas. Nessa época não era ainda uma língua comum; a língua usada entre as diversas chancelarias do império era o aramaico.

O médio-persa, é a continuação do velho persa; foi a língua dos últimos reis aquemênidas e possui diversas variedades idiomáticas como, por exemplo, o páhlavi, língua oficial do Estado e da Igreja durante o Império Sassânida.

O persa moderno, língua oficial do Irã de nossos dias, prende-se, pelo páhlavi, ao persa antigo das inscrições.

As trípticas inscrições dos aquemênidas encerravam três línguas: o velho persa, o acádio e o elamita, e estavam gravadas em três escritas diferentes: a persepolitana (também chamada cuneiforme paleopersa), a cuneiforme babilônica e a neo-elamita. Interessa-nos aqui a primeira dessas escritas. É curioso notar que a escrita persepolitana apresenta alguns pontos de contacto com a escrita consonântica de Ugarit (Ras Shamra).

O persepolitano foi empregado desde o século VII ao século IV aC nas inscrições oficiais. Diversas teorias tentam explicar a origem dessa curiosa escrita que usa sinais cuneiformes, mas cuja estrutura revela uma influência aramaica ou fenícia. «A escrita persepolitana parece ter sido criada para dar a uma língua de tipo iraniano um meio de expressão autônomo. Inspirou-se nos processos de um alfabeto semítico, provavelmente o aramaico; mas reflete o prestígio de que desfrutava, ainda, a antiga escrita babilônica à qual pediu emprestado seu material característico: a tabuinha de argila crua».²¹

Mencionemos, ainda, a escrita aramaica que, muito difundida no Próximo Oriente a partir do século VIII aC, foi também empregada pelos persas nas traduções de documentos oficiais e até mesmo em documentos originais.

OS ELAMITAS

1. História Política

a) *Os albores da História.* — Se dermos crédito aos fragmentos de velhos textos de uma epopéia, podemos assinalar os reinados de Lugalbanda e de Dumuzi, respectivamente terceiro e quarto reis da I dinastia de Uruk, como a época em que os elamitas desceram das montanhas para as planícies do Tigre e do Eufrates.²²

Talvez o acontecimento mais antigo de que se tenha notícia na História política do Elam seja a submissão dessa região por um soberano da I dinastia de Kish, na Baixa Mesopotâmia.

b) *Acad e Elam.* — Sargão, o fundador da dinastia de Acad, submete o Elam; uma estela triunfal do grande soberano encontrada em Susa parece indicar que esta cidade foi por ele conquistada. Os sucessores de Sargão continuam interessados em manter o Elam como vassalo. Entre esses sucessores convém citar: Narâm-Sin (2300 aC?), que impôs a um príncipe do Elam um tratado de vassalagem cuja cópia elamita foi encontrada em deplorável estado nas ruínas de Susa. O rei acadiano erigiu em Susa construções (com o nome do soberano) e estátuas. A civilização do Elam nessa época está intimamente ligada à da Baixa Mesopotâmia. Susa sofre um verdadeiro processo de semitização, notando-se a influência da língua acadiana e da escrita sumeriana. O acadiano é falado e utilizado na correspondência e nos documentos comerciais. O comércio se desenvolve então com os principais centros do Império dos soberanos de Acad.

Narâm-Sin dá ao príncipe (ishakku) Enammune o título de governador (shakkanakku); mais tarde o lugar de Enammune foi ocupado pelo príncipe Puzur-Inshushinak (tb. Puzur-Shushinak), que deixou inscrições em acádico e em proto-elamita. Após a morte de Narâm-Sin, Puzur declara-se independente e invade a Baixa Mesopotâmia sendo proclamado, a seguir, rei de Awan. Com o fim do reinado de Puzur-Shushinak, o centro político do Elam passa de Awan para Simash. Nessa época os Guti invadem e dominam Akkad.

c) *Os reis de Simash.* — A História guardou o nome de diversos reis dessa cidade. Assim, por exemplo, *Idaddu I*, interessante personagem que fez um verdadeiro *cursus honorum* desde simples *ishakku* de Susa a *shakkanakku* do Elam, e, finalmente, rei de Simash.

Tan-Ruhuratir, filho do precedente, começou também sua carreira como *ishakku* de Susa; é interessante notar sua aliança matrimonial com Mekubi, filha de Bilalama, rei de Eshnunna.

Idaddu II, décimo rei da dinastia, fora também *ishakku* de Susa e deixou nessa cidade a marca de seu interesse pelo progresso da mesma; foi um monarca poderoso e conquistador vitorioso.

A dinastia de Simash tem um fim melancólico quando o quinto soberano de Larsa, Gungunum, (1950 aC?) invade e submete o Elam. «Assim o reino elamita se arruinou bruscamente, a dinastia de Simash se extinguiu e uma dominação estrangeira se exerceu sobre uma parte do Elam».²⁰

d) *Os altos comissários.* — Encontramos um novo regime político vigente no Elam, após a ruína da dinastia de Simash. O posto mais elevado da hierarquia política é desempenhado pelo *sukkalmah* (mensageiro exaltado, alto comissário) que recebe o poder diretamente dos deuses. Subordinados ao *sukkalmah* estão o *sukkal* (ministro plenipotenciário) do Elam e de Simash e, após, o *sukkal* de Susa. O «cursus honorum» prevê que o *sukkal* do Elam e de Simash tenha acesso a função superior após a morte do titular. O «*sukkal*» de Susa torna-se *sukkal* do Elam e de Simash e um novo *sukkal* de Susa é escolhido.²¹ Não é fácil resumir a História (às vezes confusa) dessa época. Registraremos apenas dois acontecimentos: a derrota infligida aos elamitas por Hamurabi e o reino de Addapakshu.

Quando Rin-Sin (1745 aC?), rei de Larsa, foi ameaçado por Hamurabi, chamou em seu auxílio os elamitas. O alto comissário era, nessa época, provavelmente Kuduzulush I; imprudentemente os elamitas atendem ao apelo do soberano de Larsa; seu exército é derrotado e o Elam não só perde o prestígio perante os países estrangeiros, mas assiste à própria subversão do regime governamental.

Addapakshu, chamado «pastor dos povos de Susa», é um dos personagens mais conhecidos dessa época: constrói templos, e toma medidas de ordem econômica, como, v.g., o tabelamento do preço de diversas mercadorias.

e) *Reis de Anzan e de Susa.* — O governo dos altos comissários no Elam cessa pouco depois do fim da I dinastia da Babilônia. Seguem-se séculos obscuros na História elamita. Essa obscuridade deve ser atribuída, sem dúvida, ao domínio dos cassitas.

Uma nova dinastia elamita vai ser fundada por Pahir-Ishshan; um de seus sucessores, Huban-Numena, aparece como «rei de Anzan e de Susa» e príncipe de Elam; dotado de extraordinária energia reivindica o título de «engrandecedor do império».

Untash-Huban, filho do precedente, ficou na história como grande construtor. «Durante seu reino, templos, santuários e outros edifícios religiosos se levantaram em grande número sobre a acrópole de Susa e cada um deles foi cuidadosamente descrito em uma inscrição elamita apropriada».²² O sentimento nacionalista dos elamitas contra a influência da civilização acadiana se revela nessa época pelo emprego da língua elamita.

Shutruk-Nahunte (1200 aC?) é famoso por ter invadido a Mesopotâmia e levado para Susa, entre os troféus da vitória, a estela das

leis de Hamurabi. Uma parte da inscrição do Código hamurabiano foi apagada para dar lugar a uma inscrição do conquistador elamita. O espaço vazio, entretanto, jamais foi utilizado.²⁶

Shilhak-Inshushinak (1155 aC?) marca, com seu reinado, o apogeu político e talvez econômico do Elam. Uma estela desse soberano contém uma longa inscrição na qual, após a invocação das divindades e a citação das obras pias praticadas, encontramos uma lista dos nomes de todos os lugares conquistados; esses nomes estão divididos em oito grupos que correspondem provavelmente a oito campanhas distintas. O império de Shilhak-Inshushinak abrangia, entre outras, a região situada a leste do Tigre até o Zab inferior e uma parte dos Países do Mar a sudeste de Susa. Susa, enriquecida com os tributos enviados de todas as partes do Império, tornou-se uma metrópole que podia rivalizar com todas as demais grandes cidades da época.

O império elamita entra em decadência com os sucessores de Shilhak. Essa decadência coincide com o aparecimento de Nabucodonosor I em Babilônia. Este soberano, depois de uma tentativa frustrada, conseguiu conquistar o Elam e devastá-lo, levando como troféu para Babilônia a estátua de Marduk, cativa em Susa desde o reinado de Kutir-Nahunte, irmão de Shilhak-Inshushinak. Começa então uma época obscura para a História do Elam. Faltam-nos os documentos para o estudo dos três séculos que se vão seguir.

i) O reino neo-elamita. — O desaparecimento do Elam como grande potência não implica no desaparecimento de toda a vida política nessa região. Só futuras descobertas arqueológicas poderão, entretanto, esclarecer-nos melhor a respeito. Depois dos três séculos obscuros, encontramos uma nova luz em uma crônica babilônica que menciona Huban-Nugash como rei do Elam. Este título parece significar apenas governador de Susa.²⁷ Entre seus sucessores anotemos:

Shutruk-Nahunte II (século VIII aC) que deixou numerosas inscrições e, aliado à Babilônia, lutou contra os assírios.

Hallushu-Inshushinak, que enfrentou Senaqueribe, e estendeu as fronteiras de seu reino, e foi finalmente destronado.

Huban-Immena (690 aC?). Este soberano reuniu um poderoso exército e, aliado à Babilônia, travou uma batalha com Senaqueribe às margens do Tigre; o resultado da batalha parece ter ficado indeciso. Após a morte de Huban-Immena, encontramos o país com diversos reis em cidades diferentes como Susa, Madaktu, etc. O Elam não mais existe como potência internacional; as lutas internas alimentadas pela Assíria enfraquecem-no e desintegram-no. Durante o reinado de Asarhadão, o Elam mantém relações cordiais com a Assíria.

Tepti-Huban-Inshushinak (665-653 aC?), rei de Susa, consegue aliar-se a Urtaki, governador de uma parte do Elam, amigo dos assírios, contra Assurbanipal. Urtaki morre e Tepti-Huban procura unificar o Elam sob seu cetro perseguindo os rivais que fogem para a As-

síria. A batalha decisiva contra os assírios travou-se em Tell Tuba na planície de Susa. O rei elamita e seu filho pereceram. As cidades elamitas passaram a ser governadas por elementos favoráveis aos assírios. Em breve, entretanto, encontramos o Elam revoltado contra a hegemonia assíria. Susa foi pilhada pelos guerreiros de Assurbanipal em cujas mãos tombaram preciosísimos tesouros acumulados outrora pelos reis elamitas. Ricos santuários foram despojados de suas estátuas valiosas feitas de ouro, prata e bronze. A nobreza elamita foi deportada para a Assíria. A Bíblia (1 Esdras 1,4,9) menciona elamitas e susianos transportados para Samaria. Os documentos assírios descrevem a ruína do Elam de modo dramático. Tal descrição é comprovada pelas centenas de monumentos arruinados que os arqueólogos encontraram em Susa. A região se transformou em província assíria e o Anzan, a leste de Susa, tornou-se um reino em que o persa Teispés assumiu o poder.

«O Elam não mais existirá como potência e alguns lustros mais tarde a Assíria, sua vencedora, desaparecerá também do rol das potências. Mas enquanto Nínive permanece para sempre abandonada, Susa renascerá de suas ruínas e tornar-se-á uma das capitais dos persas aquemênidas; a língua elamita continuará a ser falada e figurará no mesmo plano do persa e do babilônio nas inscrições lapidares do império».²⁹

2. Vida Político-Social

Um fato curioso de ordem política já mencionado é o *cursus honorum* dos príncipes. No Elam existia uma aristocracia governante acima da qual estava a família reinante, toda ela considerada como divina.

Note-se a intensa atividade desempenhada pela mulher na sociedade elamita: «assinava documentos, cuidava de negócios, herdava e testava, demandava nas cortes de justiça e era proprietária de escravos».³⁰ Um índice da elevada posição social da mulher era o fato de o direito ao trono ser transmitido pela mãe.

3. Vida Econômica

Um estudo das fontes arqueológicas relativas à época dos altos comissários revela-nos a existência de intensa atividade econômica que abrangia trabalhos de irrigação para a obtenção de melhor produção agrícola, construção de canais e de pontes para facilitar o transporte da mesma. Centenas de tabuinhas da época da influência acadiana em Susa dão-nos conta da divisão do trabalho entre grande número de profissões e da existência de textos de contabilidade que nos informam sobre a remuneração dos operários. Já mencionamos o tabelamento do preço de diversas mercadorias efetuado pelo *sukkal* de Susa. Esta cidade desempenhou, outrora, no Elam, o papel de verdadeira capital econômica.

4. O Direito

Os trabalhos dos arqueólogos atestam o progresso das relações jurídicas em Susa na época dos altos comissários.

Encontramos documentos relativos ao direito familiar os quais nos instruem sobre o casamento, a adoção (o adotante faz doação dos seus bens ao adotado dentro dos limites impostos pela lei, mas não adquire direito sobre os bens anteriormente possuídos pelo mesmo), as doações de bens imóveis (existem doações gravadas com encargos especiais como, por exemplo, a filha beneficiada deveria alimentar o pai), partição de bens feita pelos pais ainda vivos entre seus herdeiros, etc.

Minuciosas normas de direito privado dizem respeito à venda da propriedade, à locação de terras, ao empréstimo, a sociedades, etc.

Com relação ao direito processual, anotemos que o julgamento das causas era feito quer por um juiz e certos auxiliares, quer por uma espécie de júri. O local escolhido para o julgamento era um templo ou, em geral, a porta da cidade.

5. As Artes

Apesar da inevitável influência dos sumérios e acádios, a arte elamita apresenta mesmo assim traços de originalidade. Na metade do segundo milênio assinalamos o elevado grau de perfeição atingido pelos trabalhos executados em metal, como, por exemplo, vasos de bronze, etc.

O artista elamita usava para a ornamentação figuras geométricas, plantas, animais, cenas de caças, etc. O gosto do maravilhoso se traduz na composição de animais fantásticos, como o leão alado, a águia metade ave e metade leão, o leão e o touro em atitudes humanas, etc.³⁰

A arquitetura elamita atinge seu esplendor nas magníficas construções de Shilhak-Inshushinak em Susa: palácios, templos e santuários. Entre os templos tornou-se famoso por sua magnificência o dedicado a Inshushinak, Senhor de Susa.

6. A Religião

Os elamitas possuíam um numeroso panteão no qual figuravam deuses cultuados somente no Elam ao lado de diversas divindades semíticas. Cada região, cada cidade possuía seu deus particular. Shamash ocupava um lugar proeminente, possivelmente por ser considerado o guardião da justiça. Encontramos também Adad, o deus da atmosfera, e Sin, o deus-lua. Shushinak (tb. Inshushinak) era uma das divindades mais caras aos elamitas. Recebia títulos como «rei do país», «pai do pobre», «pastor» e «rei dos deuses», designação essa que se encontra também atribuída a Sin.

Na época do grande conquistador Shilhak-Inshushinak, Inshushinak, outrora simples deus local de Susa, tornou-se a divindade suprema do reino elamita, com grande número de templos espalhados em diversas localidades. Quando Assurbanipal devastou o Elam mandou retirar as estátuas de inúmeras divindades às quais os reis elamitas rendiam culto e transportá-las para a Mesopotâmia em companhia de seus sacerdotes e objetos de culto. Pela primeira vez na História, a estátua de Inshushinak foi levada para as planícies babilônicas.

Os povos em guerra sentiam um prazer especial em vencer não só seus inimigos humanos mas as próprias divindades dos adversários, as quais eram levadas também para o cativeiro com as riquezas de seus templos.

Os reis elamitas punham grande cuidado no culto aos deuses, construindo-lhes belíssimos templos ornados de estátuas, estelas, tijolos esmaltados, madeiras preciosas e presentes os mais variados, muitas vezes conquistados ao inimigo.

O povo também rivalizava com os soberanos na veneração para com as divindades. Essa piedade popular se revelava no onomástico: eram numerosíssimos os nomes de pessoas em cuja composição entrava o nome do próprio deus como, v.g., Shushinak (o mais encontrado), Sin, Adad, Shamash, etc... Os fiéis devotos invocavam os deuses com frases cheias de respeito tais como «meu pai», «eu tenho fé em Sin», «meu deus me foi favorável», «tal deus é minha proteção», etc.²¹

A crença numa vida de além-túmulo é atestada pelos objetos depositados nos túmulos tais como alimentos, armas e outros instrumentos para os homens; espelhos, vasos, etc., para as mulheres... Não temos, entretanto, elementos para estabelecer uma relação entre essa crença e o culto aos deuses.²²

7. O Legado

Como já vimos, o Elam tem uma História bem longa, História essa que se insere perfeitamente, desde épocas remotas, no quadro histórico da Mesopotâmia. Entre as civilizações do planalto e as que floresceram nos vales do Tigre e do Eufrates, houve, desde cedo, uma interpenetração cultural, por exemplo, no terreno religioso, artístico, lingüístico e gráfico. Susa,²³ politicamente fora da Mesopotâmia como capital do Elam, mas a ela pertencendo geograficamente, constitui um exemplo típico dessa mistura de elementos culturais. Não é fácil, por isso, estabelecer com precisão os elementos puramente elamitas que se teriam integrado no patrimônio cultural que o Oriente Próximo legou à civilização humana.

Um fato atesta, contudo, a pujança e a sobrevivência dos elementos culturais elamitas: é a utilização de sua língua no império persa. Um estudo mais aprofundado da civilização dos Medos e Persas, levado em consideração o prelúdio elamita, revelará, sem dúvida, a persistência de outras contribuições dessa interessante e antiga civilização.

MEDOS E PERSAS

1. História Política

a) *Os medos.* — Nos pedidos de oráculos feitos por Asarhadão da Assíria ao deus Shamash transparece o receio provocado pela ameaça dos citas, cimérios e medos. Segundo Heródoto, os medos estavam divididos em tribos que foram unificadas definitivamente por Déjoces (722 aC?), escolhido como rei por seus compatriotas. O novo soberano escolheu a cidade de Hamadã (chamada Ecbátana pelos gregos) para sede do governo. A nova capital foi cuidadosamente fortificada com sete muralhas concêntricas e de alturas diferentes de tal modo que sobressaíam uma das outras, predominando a mais interna sobre as demais.

Déjoces, ao morrer, após um longo reinado, deixou instituída uma poderosa monarquia absoluta e hereditária. Heródoto aponta uma das causas da unificação do poderio do Estado dos medos: «combatendo pela liberdade contra os assírios, os medos tornaram-se aguerridos e chegaram a sacudir o jugo fazendo-se independentes». A essa causa política, podemos acrescentar outra causa unificadora, essa de ordem religiosa: o Mazdeísmo adotado oficialmente, ao que parece, pelo sucessor de Déjoces. Essa nova religião, «escola de energia e de proselitismo, fará dos medos, em primeiro lugar, de seu irmão de raça e de fé, os persas, em segundo lugar, um povo de magníficos conquistadores».³⁴

Fraortes (670-653 aC?). Dois acontecimentos assinalaram o reinado de vinte e dois anos do filho de Déjoces: Primeiro: o domínio das tribos persas que se haviam fixado ao nordeste de Susa em uma região chamada por eles Parsamash. O reino de Anzan fora conquistado pelo persa Teispés, filho de Aquêmenes.

Segundo: um ataque frustrado dirigido contra os assírios.

Ciaxes (625 aC?). Filho de Fraortes, fez do reino medo uma potência militar criando exército dotado de infantaria pesada (armada com espada e lança) e de uma infantaria leve armada com arco e escudo de vime. Uma excelente cavalaria reforçava esse exército: «seus cavaleiros, armados de arco, eram exercitados desde a infância a atirar, qualquer que fosse a marcha do cavalo, quer atacando, quer recuando: tática essa que foi sempre a da cavalaria medo-persa e que às vezes levava vantagem à legião romana».³⁵ Com tal exército, Ciaxes atacou o império assírio e conseguiu, aliado a Nabopolassar da Babilônia, arrasar Ninive, anexando a Assíria e as províncias da Ásia Menor. O encontro com os lídios foi inevitável e, após uma prolongada luta, graças à mediação da Babilônia, o Hális passou a ser fronteira entre os dois reinos.

No reinado de Ciaxes situa-se a terrível invasão dos citas através da Ásia Ocidental. Ao morrer, Ciaxes deixou um vasto império a seu filho e sucessor Astíages. Este soberano não possuía a fibra do pai: seu longo reinado foi pacífico, sem glórias. Sua vida de prazeres

na corte de Ecbátana foi um convite a um de seus vassalos, o áquemênida Ciro, rei de Anzan, a conquistar o reino dos medos.

b) *Os persas.* — *Ciro, o Grande*³⁵ * (560-530). A sua obra colossal coloca-o entre os grandes da História da Humanidade. A habilidade política e a capacidade de chefe militar caracterizam-lhe as atividades. Pertencia ao clã dos Aquemênidas da tribo persa dos Pasárgadas (os persas, como os medos estavam também divididos em tribos). De modesto rei do Anzan, Ciro tornou-se rei dos medos e persas, após haver conquistado Ecbátana e destronado Astíages. O império que iria surgir, estender-se-ia desde o Helesponto até as fronteiras da Índia e abrigaria dentro de seus limites o território de três reinos vencidos: o dos medos, dos lídios e dos babilônios. O ataque à Lídia foi precedido de uma notável marcha através de região montanhosa. Creso recusou reconhecer-se vassalo do soberano persa e este, após a batalha indecisa de Ptéria, conquistou Sardes. A queda da Lídia arrastou as colônias gregas para o domínio persa.

Antes de atacar Babilônia, Ciro sustentou diversas lutas contra povos situados entre o Cáspio e a Índia, avançando até o Iaxartes e sujeitando a Sogdiana, a Bactriana e a Gedrósia. Chegou, então, a vez da conquista de Babilônia (539 aC). A antiga cidade sucumbiu facilmente ao ataque de surpresa dos persas que contaram com o auxílio do babilônio Gobrias (Gubaru), inimigo do rei Nabônide. Este rendeu-se e foi deportado para a Caramânia; Baltasar, seu filho, porém, foi morto pelos invasores. Com a tomada de Babilônia, Ciro anexou a seu império as regiões distantes da Fenícia, Síria, Palestina até as fronteiras do Egito.

O soberano persa revelou magnanimidade diante dos reis e povos vencidos. Astíages, Cresos e Nabônide foram tratados liberalmente. As populações tiveram seus sentimentos e crenças religiosas respeitadas: devolveram-se às respectivas cidades as estátuas divinas que Nabônide havia trazido para Babilônia; aos judeus exilados não só foi permitida a volta à Palestina e a reconstrução do templo, mas também restituíram-se os vasos de ouro e de prata encontrados no tesouro real e proveenientes do antigo templo de Jerusalém (I Esdras 1,9-11).

Ciro fundou Pasárgada para sua capital e fez construir na mesma palácios comemorativos da vitória sobre Astíages e os medos. A essas construções pertencem provavelmente as ruínas que podem ser apreciadas, ainda hoje, a cerca de oitocentos metros das ruínas do túmulo do fundador do Império persa.

Existem diversas versões sobre a morte de Ciro. Segundo Heródoto, o grande rei pereceu combatendo os Masságetas, povo que habitava além do Iaxartes. Os elevados ideais que presidiram as conquistas de Ciro, principalmente a benevolência demonstrada para com os judeus, fizeram com que seu nome atravessasse os séculos e, graças às páginas da Bíblia, permanecesse popular até nossos dias.

Cambises (530-522). Filho de Ciro, associado ao governo como rei de Babilônia, ainda em vida do pai, Cambises revelou-se despótico e cruel quando mandou assassinar seu irmão Smerdis ou Bardiya, a quem coubera o governo das províncias orientais do Império. Desembaraçado de um possível concorrente, o novo soberano preparou a expedição contra o Egito, estabelecendo uma aliança com os beduínos do deserto, que abasteceram o exército persa com água transportada em milhares de camelos. A morte de Amásis, soberano dotado de qualidades militares, favoreceu a vitória de Cambises sobre Psamético III em Pelusa. (525 aC). Saís e Mênfis caíram em poder dos persas. Cambises projetou, então, uma tríplice conquista: o oásis de Ámon, Cartago e o reino de Napata (ao sul). Os cinquenta mil homens enviados de Tebas contra o oásis de Ámon desapareceram sem deixar rastro. Cartago não pôde ser atingida por mar devido à recusa do auxílio fenício. A expedição efetuada ao sul contra Napata, sob o comando do próprio Cambises, redundou em fracasso em virtude de haver falhado o abastecimento de víveres e de água em plena marcha. Esses insucessos levaram Cambises, que já era epilético, à loucura e à prática de maiores desatinos que culminaram com o suicídio.

Dario I (521-486). A longa ausência de Cambises, ocupado com as conquistas na África, foi a causa da grave crise que ameaçou a integridade do Império persa, crise essa que se manifestou na usurpação do falso Smerdis e na sublevação de províncias contra Dario. O mago Gaumata, aproveitando-se de sua semelhança com Smerdis e da ausência de Cambises, proclamou-se legítimo soberano procurando adquirir popularidade com atos como a isenção de impostos por três anos e a isenção de serviço militar. O falso Smerdis foi, entretanto, desmascarado e subiu ao trono Dario I, parente de Cambises.

A primeira tarefa do novo soberano foi dominar as revoltas locais. A inscrição de Behistum dá-nos notícias oficiais dessas rebeliões inspiradas nos particularismos nacionais de regiões como a Babilônia, o Elam, a Média, etc. Após alguns anos de lutas e com o auxílio de seus generais, Dario restabeleceu a unidade do Império fundado por Ciro e pôde dedicar-se à obra de organizar a enorme herança de Ciro e de Cambises.

Não era fácil administrar o vasto império cujas fronteiras atingiam o Mar Cáspio, o Cáucaso, o Mar Negro, o Mediterrâneo, os desertos da África e a inóspita Arábia, o golfo Pérsico e a Índia. Dentro dessa moldura natural e colossal habitavam povos os mais diversos pela raça, língua, religião e costumes, povos esses que suscitavam sérios problemas de ordem política, administrativa, militar e financeira. Estudaremos, mais adiante, a genial obra de Dario como organizador e administrador. Antes de passarmos a seu sucessor, lembremos apenas dois episódios importantes de seu reinado: a visita ao Egito e a guerra com os gregos.

Dario se considerava sucessor dos faraós e como tal visitou o vale do Nilo, incentivando o progresso econômico da região e procurando

agradar ao clero egípcio com demonstrações de respeito para com os sentimentos religiosos tradicionais.

A exposição da guerra entre persas e gregos, enquadra-se melhor na História da Antiguidade Clássica. Notemos apenas que a intervenção dos persas no continente europeu prende-se a dois episódios: a guerra contra os citas e o auxílio dos gregos europeus em favor das colônias gregas da Ásia Menor, revoltados contra o domínio persa.

Os citas constituíam um perigo permanente contra o Império Persa. Dario resolveu atacá-los na Cítia Européia, a Rússia Meridional. Um exército poderoso atravessou o Bósforo em uma ponte de barcas construída pelos gregos da Ásia Menor e atingiu o delta do Danúbio atravessando uma segunda ponte semelhante à primeira. Os citas, porém, recusaram combater, destruindo tudo, antes de baterem em retirada. Dario voltou para Sardes deixando um numeroso contingente de seu exército sob o comando de Megabizo, que submeteu a Trácia e obrigou a Macedônia a reconhecer a suserania dos persas. Doravante os mesmos possuíam uma base de operações na Europa.

A revolta das cidades da Jônia é a manifestação de ressentimentos que se acumularam contra o domínio «bárbaro» e que explodiram quando a tomada de Bizâncio pelos Persas perturbou seriamente o comércio da Jônia com o Ponto Euxino. Acrescentemos a isso a concorrência fenícia à qual Dario prestava uma proteção sistemática.

Dominada a revolta da Jônia, os persas partiram para a Europa sob a chefia de Mardônio, parente de Dario, e sofreram o desastre no cabo do Monte Atos onde a frota real foi em parte destruída. Uma segunda expedição sob a chefia de Dátis e Artafernes redundou na derrota de Maratona, derrota essa que acarretou para os persas uma grande perda de prestígio. Dario preparou uma nova expedição. O Egito, entretanto, revoltou-se e o rei persa morreu antes de reprimir essa insubmissão.

Xerxes (485-464 aC). O filho de Dario submeteu o Egito e castigou severamente uma revolta da Babilônia, que foi saqueada. Contra os gregos, Xerxes reuniu um enorme exército que levou sete dias para atravessar as pontes de barcas lançadas sobre os Dardanelos entre Abidos e Sestos. Os gregos defenderam a pátria escrevendo as mais belas páginas de sua história política: Termópilas, Salamina (480), Platéias (479) e Mícale. A derrota do exército de Xerxes trouxe funestas consequências para o Império Persa. «Por muito tempo, escreve Êsquilo, sobre a terra da Ásia não mais se obedecerá à lei dos persas. Não mais se pagará tributo sob a pressão imperial. Não mais se dobrarão os joelhos para receber as ordens. Não mais existe a força do grande rei».³⁶

Xerxes pereceu assassinado e foi substituído por seu filho mais jovem Artaxerxes I, apelidado Longimano.

Sucessores de Xerxes: Artaxerxes I (464-424 aC). O longo reinado de quarenta e um anos de Artaxerxes foi relativamente calmo; externamente a guerra do Peloponeso favorece a política da Pérsia; internamente a paz foi perturbada pela revolta de Megabizo, vice-rei da Síria.

Após a morte de Artaxerxes I o trono foi ocupado por seu único filho Xerxes II, assassinado depois de quarenta e cinco dias de reinado. Sobe então ao poder Dario II, chamado pelos gregos Nothos (bastardo), por ser filho de uma concubina. A morte desse soberano, em 404, provocou novos distúrbios em torno da sucessão. Ciro, o Jovem, filho de Dario e de Parisatis, tentou disputar o trono a seu irmão Ársaces, Artaxerxes II, chamado pelos gregos Mnémon por causa de sua prodigiosa memória. Ciro foi derrotado e morto na batalha de Cunaxa (401), nas proximidades de Babilônia; seus aliados gregos tiveram que realizar a famosa Retirada dos Dez Mil, imortalizada por Xenofonte na *Anábasis*.

Artaxerxes II é substituído por seu filho Okhos (Artaxerxes III) que, para evitar competições, manda assassinar os príncipes da família real. Artaxerxes III (358-338 aC) lutou contra revoltas internas e com o auxílio de mercenários gregos submeteu os egípcios revoltados. O rei pereceu envenenado; seu sucessor foi Dario III, Codomano, bisneto de Dario II.

Com Dario III (336-330) o Império Persa se desintegra e a ilustre família dos Aquemênidas desaparece. Antes de resumirmos os episódios finais dessa queda, procuremos estudar-lhes sucintamente as causas. L. Homo³⁷ considera as seguintes razões decisivas: o enfraquecimento do poder central, as reações nacionais e a decomposição geral.

A primeira é motivada principalmente pela vida cômoda e luxuriosa dos reis aquemênidas, isolados dos súditos e dos magnos problemas do vasto império e ainda vítimas das intrigas e tramas do harém onde dominavam as mulheres e os eunucos. As tragédias da sucessão e as guerras civis decorrem dessa triste situação e minam o poder real.

A segunda é consequência da primeira: o enfraquecimento do poder central incentiva o despertar das nacionalidades. Os gregos da Ásia e os egípcios lideram a reação contra o domínio persa. Para evitar a união dos gregos, após o fracasso das expedições de Dario I e de Xerxes I, os Aquemênidas passaram a usar a arma terrível da corrupção e estimular a rivalidade entre as cidades helênicas.

A terceira encontra suas raízes principalmente na mediocridade dos soberanos que não possuem energia nem sequer para manter a paz interna. «As sábias precauções tomadas por Dario I desapareceram; reúnem-se várias satrapias sob uma mesma cabeça, e, no interior da satrapia, seu governador, o sátrapa, concentra doravante todos os poderes tanto militares como civis. As viagens dos inspetores do rei não passam de formalidades, quando não são pura e simplesmente supressas».³⁸

A decadência do exército persa é assinalada por Xenofonte; os persas eram incapazes de combater sem o auxílio de mercenários gregos. Ainda Xenofonte nos indica outro sintoma da desintegração geral: a decadência dos costumes caracterizada principalmente pela sede de riquezas e a aversão ao trabalho.³⁹ Um tal estado de coisas explica perfeitamente a vitória fulminante de Alexandre. Granico, Isso e Gaugamela são os degraus que levam à queda definitiva dos Aquemênidas.

Dario III é assassinado por seu sátrapa Besso que pretendia sucedê-lo no trono com o nome de Artaxerxes IV. Alexandre, entretanto, conseguiu aprisionar o usurpador e condená-lo à morte.

Após a morte de Alexandre, o Irã passou a ser governado pelos Selêucidas cuja capital foi principalmente Babilônia, depois Seleucia à margem do Tigre e, enfim, Antioquia na Síria.

Na metade do século III foi fundado o reino dos Partas. A inscrição de Behistum menciona a Partiena como província do Império Persa. Nessa região habitava um povo originário da Cítia e com o qual se haviam misturado os iranianos. A nova dinastia teve como fundador Arsaces e manteve-se no poder desde 250 aC até 226 dC.

Tiridate, irmão e sucessor de Arsaces, tomou o título de grande rei. O prestígio do reino dos partas entra em ascensão à medida que os Selêucidas entram em decadência.

Sob o reinado de Orodes, o triúmviro Crassus perece após a famosa batalha de Carrhae (Harran 53 aC) em que as legiões romanas sucumbem ante o ataque da cavalaria parta. Nessa época Ctesifon, sobre o Tigre, foi escolhida para capital. As guerras civis de Roma puseram os partas ao abrigo dos ataques da nova dominadora dos povos durante muito tempo. Mas o conflito entre romanos e partas seria inevitável.

2. Estrutura Político-Social

a) *As províncias.* — Nota-se na estrutura político-administrativa do Império Persa a influência das instituições congêneres existentes outrora nos impérios da Assíria e da Babilônia. O território subordinado ao rei dos reis estava dividido em diversas satrapias cujo número variava conforme a época. (Heródoto enumera vinte; as inscrições de Persépolis contam vinte e quatro). Cada satrapia estava sob a autoridade de um alto dignatário, o sátrapa, escolhido dentre a alta nobreza e até mesmo dentre os membros da família real, para governar a província por um tempo indefinido enquanto aprouvesse ao soberano mantê-lo no cargo. Cabia ao sátrapa, responsável somente perante o monarca, entre outras atribuições, a de receber os impostos. Ao lado do sátrapa havia mais dois dignitários com poderes independentes do sátrapa: o secretário e o general. O secretário estava incumbido de manter relações com a corte e torná-la ciente dos acontecimentos da satrapia. O comandante das forças, que também recebia ordens diretamente do governo central, contrabalançava o poder do sátrapa. A esses altos funcionários acrescentamos o conselho composto de dois elementos: os persas da província e os representantes das populações indígenas. Inspetores itinerantes, semelhantes aos futuros *missi dominici* de Carlos Magno, chamados «olhos e ouvidos do rei», percorriam anualmente as províncias a fim de informar o governo central da situação reinante. O simples relato desabonador desses funcionários podia acarretar, sem maiores formalidades, a condenação à morte dos sátrapas.

b) *O governo central.* — O governo central era exercido pelo grande rei, autocrata, senhor absoluto de seus súditos por direito divino, pois recebia sua autoridade de Ahura-Mazdá, que ele representava na terra. O grande dever do soberano era fazer reinar o direito e a justiça em seus domínios.

A partir de Dario I, os reis persas vivem isolados de seus súditos nos aposentos reais dos palácios situados nas diversas capitais: Susa, Ecbátana, Babilônia, Persépolis e a antiga Pasárgada.

Apesar do absolutismo de seu governo, o monarca persa consulta os chefes das principais famílias e possui seus ministros.

c) *Instrumentos de centralização do poder.* — A máquina governamental, para pôr em execução as ordens do soberano dispunha, entre outros, dos seguintes meios: uma rede de estradas e uma língua administrativa oficial.

A mais famosa estrada do Antigo Império Persa era a estrada real que ligava Sardes a Susa, num percurso de 2.400 quilômetros. Partindo da primeira cidade, a estrada atravessava a Frígia, atingia o Hális na altura de Ptéria, dirigia-se para o sul através de montanhas até Samósata no Eufrates, passando o Tigre em Nínive e seguindo, paralela ao curso deste rio, até a Susiana. Numerosos postos e estalagens facilitavam o percurso regular de correios que levavam a toda a parte as ordens do monarca.

O já mencionado emprego da língua e da escrita aramaica na administração do império facilitava sobremaneira a tarefa de centralização do poder.

O *exército*. O instrumento por excelência do poderio persa era o exército. A elite das forças armadas era fornecida pelos persas e medos. A guarda real se compunha de dois mil infantes e dois mil cavaleiros, todos nobres. Seguiu-se o corpo dos dez mil imortais, assim chamados porque na batalha seu número nunca diminuía, pois as baixas eram logo preenchidas com novos elementos. As satrapias forneciam o grosso do exército. Os povos cavaleiros, principalmente os habitantes das estepes, constituíam a cavalaria; os hindus utilizavam carros puxados por zebras e cavalos; os árabes compareciam com seus camelos; as populações do litoral mediterrâneo contribuíam com os elementos de uma poderosa esquadra. Note-se que na hierarquia militar, os postos de oficiais superiores e generais eram reservados aos persas.

O grande defeito do exército dos reis persas era sua heterogeneidade: quando essas massas, às vezes confusas, encontravam diante de si tropas homogêneas e bem organizadas, fracassavam. Foi o que aconteceu, por exemplo, nas guerras com os gregos e no ataque de Alexandre.

d) *As classes sociais.* — No cimo da sociedade estava o soberano absoluto com sua família. Cercava-o a alta nobreza composta das grandes famílias que haviam contribuído para que Dario conquistasse o

poder. Esses poderosos vassallos possuíam imensos domínios dentro dos quais gozavam de privilégios especiais como o de impor taxas, ditar leis, executar sentenças e até manter forças armadas. Abaixo da nobreza e dos altos dignitários do império, podemos colocar o imenso corpo de funcionários que constituía a máquina burocrática da administração.

Na zona rural encontramos uma população composta, em parte, de agricultores livres e, em parte, de escravos que cultivavam grandes áreas de terra.

Mencionemos ainda um agrupamento social importante na época dos Aquemênidas e considerado por Heródoto como uma tribo pertencente à confederação dos medos: os magos. Os magos, parece, eram «especializados no conhecimento e na prática de um ritual sobre o qual não possuímos informações, mas que deve ter representado um conjunto de tradições e de crenças muito antigas». «Adquiriram alta reputação de sábios e exerceram grande influência entre os persas. «Os próprios reis persas se tornaram seus discípulos, nada fazendo sem consultá-los. Os mais altos eram sábios, os abaixo eram adivinhos e feiticeiros, ledores das estrelas e intérpretes dos sonhos; a própria palavra *mágico* vem do nome Mago».

3. Finanças e Economia

Já vimos que uma das principais atribuições dos sátrapas era a arrecadação de impostos. Estes eram taxados de acordo com as possibilidades das satrapias e podiam ser pagos quer em metal precioso quer «in natura». Anualmente era enviado para Susa uma soma fabulosa, parte da qual era entesourada, o que impedia naturalmente que tais riquezas se tornassem produtivas. Tal fato explica que Alexandre pudesse encontrar somas espantosas conservadas no tesouro dos reis persas.

Para facilitar as transações comerciais, Dario, a exemplo do que fora feito na Lídia, fez com que se cunhassem moedas de ouro, os famosos «dárícos», nos quais os Aquemênidas são representados na atitude de um arqueiro, com um joelho em terra.

O comércio era praticado, em sua maior parte, por estrangeiros (babilônios, fenícios e judeus), pois os persas davam preferência às atividades agrícolas. Como não existisse praticamente indústria entre os persas, o comércio devia suprir as necessidades da população. Através das estradas passavam as caravanas de comerciantes. Susa era um centro comercial importante para onde convergiam as riquezas do Ocidente e do longínquo Oriente. De Susa a Sardes uma caravana levava noventa dias, mas os correios reais percorriam o mesmo trajeto em apenas uma semana.

No distante Pendjab, Dario procurou restaurar a vida econômica. Enviou o grego Scyllax com a finalidade de descobrir em que mar desembocava o Índus. Na foz desse rio fundou um porto e o mesmo Scyllax foi encarregado de conduzir uma frota do Golfo Pérsico até o Mar Vermelho. Após trinta meses de navegação, o almirante grego chegou ao termo de sua viagem. Tal empreendimento levou Dario a ordenar que

se completasse ou que se reabrisse o canal que ligava o Nilo ao Mar Vermelho, permitindo a passagem das embarcações do Mediterrâneo para o Mar Vermelho e daí a continuação da viagem até a Índia ou mais além. Pirenne assim comenta as consequências desse ato de Dario: «Doravante a Mesopotâmia não seria mais a grande via do Ocidente para as Índias. O mar iria destronar a terra. O Egito iria ser chamado a desempenhar o papel que tinha dado, até então, sua imensa prosperidade à Babilônia. A sorte do Egito estava fixada: tornava-se o ponto de junção do Ocidente e do Oriente. Dois séculos seriam suficientes para realizar esta profunda revolução na vida econômica do mundo; devia ter como consequências a decadência da Mesopotâmia e o advento do Império Romano».⁴²

4. O Direito

No Império persa a grande fonte do direito era a vontade do soberano de direito divino. Transgredir a lei emanada do soberano era ofender a própria divindade. Os crimes de menor importância eram punidos com a chibata que podia ser, em parte, substituída pela multa pecuniária. Os crimes mais graves eram severamente punidos com castigos bárbaros como a marca a fogo, a mutilação, a cegueira e a própria morte. A pena de morte era aplicada em casos como homicídio, estupro, aborto, grave desrespeito à pessoa do rei, e traição. Os rebeldes recebiam uma punição exemplar: «eram levados à corte real onde lhes cortavam o nariz e as orelhas; mostravam-no ao povo e em seguida eram conduzidos à capital da província em que se haviam revoltado e aí eram executados. Ciro, o Jovem, após sua morte, teve a cabeça e a mão decepadas. A família inteira seguia, em geral, a sorte de seu chefe».⁴³

Havia diversos processos de executar a pena máxima: o veneno, a empalação, a crucifixão, o enforcamento, o apedrejamento, etc. Apesar desses castigos severos, convém notar que a lei não permitia que se punisse com a pena de morte alguém que houvesse cometido um único crime; nem mesmo um escravo deveria ser punido com atrocidade por causa de uma única falta: seus méritos deviam ser levados em consideração.⁴⁴

O rei era o supremo juiz, sobretudo em matéria penal. Em matéria civil encontramos, já sob o reinado de Cambises, juízes nomeados pelo soberano. E' conhecido o caso de Sesamnés, juiz real condenado à morte por haver recebido dinheiro a fim de pronunciar uma sentença injusta: após sua morte, arrancaram-lhe a pele e forraram com a mesma a cadeira em que costumava sentar para exercer suas funções. Tal punição praticada por ordem de Cambises foi repetida sob Artaxerxes I, que mandou esfolar vivos juízes que haviam proferido sentenças iníquas.

A prática processual admitia o juramento e aplicava, às vezes, o ordálio. As partes eram assistidas pelos «relatores da lei», espécie de advogados que as orientavam no processamento das ações quando as leis se tornavam por demais complexas.

5. As Artes

Um historiador assim caracteriza a arte persa: «é uma arte composta nascida da fantasia real, que reuniu em uma unidade artificial e poderosa, como seu império mesmo, todas as formas artísticas que a impressionaram em suas províncias da Assíria, do Egito e da Grécia asiática: é o capricho de um diletante todo-poderoso e que tem o gosto pelo que é grande». ⁴⁵ A seguinte inscrição de Dario, em Susa, confirma tal apreciação: «Este palácio que eu construí em Susa, seus materiais foram trazidos de bem longe. O que foi cavado na terra, o que foi amontoado de cascalhos, foi o povo babilônico que o fez. O cedro foi trazido do monte Líbano. Babilônios trouxeram-no até Babilônia e os cários e os jônios — os deportados — de Babilônia até Susa. A madeira de teca foi trazida da Índia; o ouro, de Sardes e de Bactriana; o lápis-lazúli e o cinábrio, da Sogdiana; as turquesas, da Carasmia; a prata e o chumbo, do Egito; os materiais que decoram as paredes, da Jônia; o marfim, da Etiópia, da Índia e da Aracósia; as colunas de pedra, da Cária. Os entalhadores de pedra eram jônios e lídios; os ourives, lídios e egípcios; os fabricantes de tijolos, babilônios; os homens que enfeitaram as paredes, medos e egípcios. Em Susa foi realizado um trabalho esplêndido. Possa Ahura-Mazdá proteger-me...» ⁴⁶

A originalidade da arte persa consiste precisamente na habilidade em combinar elementos tão heterogêneos dentro dos padrões de luxo e de grandiosidade tão caros aos Aquemênidas. Antes de passarmos a um sucinto estudo de cada ramo da atividade artística, procuremos brevemente precisar os elementos heterogêneos de cuja união surgiu a arte persa. A arte da Babilônia e da Assíria figuram em primeiro plano na inspiração das realizações persas. Na Mesopotâmia os Aquemênidas aprenderam a construção de colinas artificiais e de escadarias monumentais. As colonatas, que lembram as salas hipóstilas de Tebas, são de evidente inspiração egípcia. Essa influência egípcia tem início a partir da expedição de Cambises. Note-se que Deodoro da Sicília ⁴⁷ menciona a colaboração de artistas egípcios nas construções de Persépolis e de Susa. A influência egípcia é notada também na decoração externa dos sepulcros reais.

A contribuição helênica para a arte persa parece que se fez sentir mais na escultura. Plínio atesta-nos a existência de artistas helenos a serviço dos reis da Pérsia. ⁴⁸

Arquitetura. Os grandes monumentos da arquitetura aquemênida são os palácios reais espalhados pelas diversas capitais. Com relação ao material empregado, notemos que em Susa, próximo à Mesopotâmia, encontramos o tijolo cru revestido de esmalte; em Pasárgada e em Persépolis empregava-se a pedra. Dois elementos caracterizam as grandes construções aquemênidas: a coluna de pedra e as vergas de madeira, «cujo emprego conjugado permitiu edificar as altas salas com largos intercolúnios, as salas hipóstilas de Pasárgada, Susa, Persépolis». ⁴⁹ A coluna persa é típica: além de sua esbelteza, salienta-se pela origina-

lidade de seu capitel que, acima das volutas, apresenta a parte anterior de dois touros, na qual se apóia a viga.

Nas imensas salas de audiência, «apadanas», estava o rico trono dos monarcas. O livro de Ester em seu primeiro capítulo dá-nos uma descrição do fausto e da magnificência das residências dos monarcas persas. Ouro, tintas, pedras preciosas e tijolos esmaltados enriqueciam a ornamentação dessas luxuosas moradias.

Entre os monumentos da arquitetura funerária citemos: o mausoléu de Ciro, imitação das sepulturas jônias; esse monumento, cujas ruínas podem ser vistas ainda hoje, foi visitado outrora por Alexandre, segundo nos informa Estrabão.⁵⁰ Os hipogeus de Dario e de seus sucessores, cavados na rocha, imitação dos sepulcros congêneres dos egípcios, podem ainda hoje ser admirados como os descreveu Deodoro da Sicília.⁵¹ O exterior do túmulo de Dario lembra a fachada de um palácio no centro da qual se abre a porta da sepultura. No alto do monumento existe um baixo-relevo representando o rei em adoração diante de Ahura-Mazdá.

Os persas da época dos Aquemênidas não possuíam arquitetura religiosa, pois o culto de Ahura-Mazdá não era celebrado em templos. Havia, entretanto, altares sobre os quais queimava o fogo, símbolo do deus supremo.

Escultura. — Os autores dos baixos-relevos persas inspiram-se nas obras assírias. O tema preferido é o que melhor exprime a majestade real: o soberano sentado em um trono sustentado pelos povos vencidos: não se encontram, porém, as cenas de guerra tão comuns na escultura assíria.

6. A Religião

a) *Introdução.* — Não é fácil apresentar uma síntese da religião ou, talvez melhor, das religiões do antigo Irã. A dificuldade começa com a busca das fontes. Heródoto,⁵² por exemplo, dá-nos essas informações com relação à religião dos persas: «Estes não dão forma humana a suas divindades. Chamam de Zeus toda a abóbada do céu. Fazem sacrifícios ao sol, à lua, à terra, à água e aos ventos. Fazem essas oferendas no cimo das montanhas sem utilizarem o fogo. Depositam a carne das vítimas, cortada em pequenos pedaços, sobre um tapete de erva fina. Para esta cerimônia julga-se necessária a presença de um mago que recite nesta ocasião uma teogonia». O Pai da História acrescenta outras notícias sobre a religião dos persas, mas, coisa bastante curiosa, nada menciona a respeito do maior deus dos persas, Ahura-Mazdá (seria Zeus?), e nada sabe sobre o famoso dualismo, isto é, a oposição essencial entre as forças do bem e as do mal.

As inscrições dos Aquemênidas, gravadas num período que se estende desde o meio do século VI até cerca de 330 aC, dão-nos informações religiosas mais importantes e precisas. Sabemos que os persas cultuavam uma divindade suprema: Ahura-Mazdá ou Ormuzd. A inscrição de Dario em Persépolis apresenta-o: «Ahura-Mazdá é grande, ele

que é grande acima de todos os deuses, ele criou os céus e a terra, os homens e os cumulou de favores...» Segundo a inscrição de Behistum, Ahura-Mazdá é inimigo do mal, da violência, da mentira. As inscrições mencionam ainda a existência de outros seres divinos e de demônios, e, nominalmente, dois deuses: *Mitra* e *Anahita*: O primeiro é o sol, a segunda é a deusa das águas.

«Comparada à religião descrita por Heródoto, a religião das inscrições é muito mais pura e refinada. Parece mesmo tão diferente que se pôde dizer não se tratar da mesma religião. Heródoto teria sobretudo falado dos medos, enquanto que as inscrições se referem aos persas. Esta explicação é bem verossímil. Mas aqui um problema novo se põe: a religião dos Aquemênidas, tal qual a lembramos em linhas gerais, é a primitiva? Ou é o fruto de uma reforma que teria sido introduzida pelo personagem chamado Zoroastro ou Zaratustra? Tocamos aqui o problema mais difícil existente na obscura história das religiões iranianas». ⁵³ Na realidade, nem Heródoto, nem os Aquemênidas mencionam Zaratustra.

b) Zoroastrismo. — Entre os autores antigos que mencionam o nome do profeta, podemos citar Xantos de Lídia, Plínio em sua História Natural e Plutarco em seu tratado sobre Ísis e Osíris. ⁵⁴ Sobre o valor de Plutarco, notemos que, embora tardio, conhecia toda a literatura da Antiguidade e dispunha, portanto, de excelentes fontes. Mas a principal fonte para o estudo do Zoroastrismo é o Avesta.

O *Avesta*. A origem do Avesta perde-se em divagações lendárias. Segundo antiga tradição, a obra toda teria sido composta por Zoroastro. Podemos, entretanto, resumir nos seguintes pontos o que há de certo sobre o Avesta: ⁵⁵

1. Não chegou até nós tal qual foi composto.
2. O que nos foi conservado constitui fragmentos de um todo mais considerável.
3. O Avesta foi redigido em diferentes épocas e não é obra de um só autor.

O *Avesta*, como hoje o conhecemos, compreende quatro partes principais:

Iasna — coleção de orações e invocações para o serviço divino incluindo os Gâthâs ou sermões ritmados de Zaratustra.

Vispered — contém adições ao Iasna, sob a forma de invocações a todas as divindades.

Vendidad — é um ritual antidemoníaco que apresenta as regras a serem observadas em diversas circunstâncias da vida bem como fórmulas mágicas.

Iashti — são hinos dedicados a divindades populares entre as quais Mitra.

Com relação à língua do Avesta, note-se que «tem por base um dialeto irânico do norte ou nordeste e é tão parecida à dos Vedas ou livros sagrados da Índia ariana que cláusulas inteiras poderiam, sem al-

teração, figurar tanto no Avesta como nos Vedas». ⁴⁶ O mesmo autor observa: «O Avesta, transcrito primeiro em alfabeto semítico (aramaico), o foi depois em letra própria, circunstância que lhe tornou mais difícil a interpretação».

Zoroastro. — Quem foi Zoroastro e quando viveu? Não é fácil responder com precisão a essa dupla pergunta. Por mais envoltas em lendas que estejam as notícias sobre sua existência, não há dúvida de que essa foi uma realidade. Seu nome Zaratustra (= aos velhos camelos), helenizado para Zoroastro, é um indício de que o profeta pertencia a uma família de proprietários de rebanhos. ⁴⁷ Segundo a tradição masdeísta, Zaratustra teria vivido 258 anos antes da chegada de Alexandre à Pérsia em 33 aC. O Avesta ⁴⁸ apresenta sua história sob duas formas: uma, relativamente simples, conservada nos *Gâthâs*; outra, mais complexa, encontra-se na exposição em prosa. Segundo a primeira tradição, Zaratustra, da família dos Spitama (= branquíssimos, nome que aparece muitas vezes no leste do Irã), inspirado por Ahura-Mazdá, converte o rei *Vishtâspa* que faz triunfar sua doutrina. Com o auxílio de protetores, que o auxiliam a vencer os inimigos, realiza uma importante reforma social. A segunda tradição atribui a Zoroastro um nascimento miraculoso: os demônios, chefiados por Ahriman, tentam arruiná-lo. Aos trinta anos recebe revelações de Ahura-Mazdá e começa a propagá-las. Só obtém êxito quando consegue converter Vishtâspa. Seria este Vishtâspa, o pai de Dario, chamado Histaspes pelos gregos? Vejamos a opinião dum famoso historiador do Oriente, Hall: «Certamente a tradição situa a vida de Zoroastro no sexto século aC. Segundo uma tradição, ele deve ter nascido cerca de 599 aC e começou seu ensino aos quarenta anos de idade, no Khorassan. Aí, em Kismar, no distrito de Turihiz, não muito longe a sudoeste de Mashdad, plantou, para comemorar a conversão do rei Vishtâspa (Gushtasp), o famoso cipreste que se afirma ter vivido até 861 dC, quando o califa el-Mutawakkil o derrubou e o levou para Samarra sobre o Tigre, para ser usado na construção do seu palácio. Ora, Vishtâspa (Histaspes), o pai de Dario, era historicamente o governador do Khorassan (e Dario parece chamá-lo de rei), de modo que a tradição pode referir-se perfeitamente a ele, que pode ter sido convertido por Zoroastro, que, se a data tradicional deve ser aceita, não tinha setenta anos de idade quando da ascensão do filho de Histaspes. A influência de Zoroastro talvez possa encontrar-se no entusiasmo de Dario pela verdade e no seu ódio pelas mentiras; «a mentira», que ele denuncia constantemente na inscrição de Behistum, talvez seja a velha religião dos magos, não reformada, que muitas vezes tenta levantar a cabeça contra a reforma de Zoroastro. De qualquer modo é provável que ele tenha sido o primeiro rei fortemente influenciado por Zoroastro. Talvez então a doutrina do profeta de Khorassan, se ele viveu realmente nessa época, tenha tido algo que ver com o entusiasmo e a energia que deu aos persas, no sexto século, o império do mundo oriental». ⁴⁹

Zoroastro foi um reformador social e religioso. Com relação à sua atividade de reformador social A. Moret, mencionando o fato de os historiadores insistirem muito nesse aspecto da obra de Zoroastro, observa: «Sua pregação, dizem, se dirige a chefes para pedir-lhes que protejam os trabalhadores contra os tiranos e os animais contra os maus senhores. Neste regime de iniquidade que a aristocracia faz pesar sobre os medos, Zoroastro discerne a intervenção de potências funestas: a desobediência às leis, o mau pensamento, os excessos dos nobres, a má disposição para com o trabalhador, os ultrajes aos sacerdotes, a má vontade para com o gado... Zoroastro pede a seu deus supremo Ahura-Mazdá que suscite chefes justos, mas poderosos, que façam reverter a violência contra os maus, contra os destruidores do gado».

A grande missão de Zoroastro foi a de reformador religioso. Os autores concordam, em geral, que a religião dos Gâthâs constitui a forma mais antiga da doutrina religiosa de Zaratustra. Podemos resumila nos seguintes pontos:

1. Espiritualização dos conceitos religiosos com ataques a sacerdotes de outros cultos, ao nomadismo, ao banditismo e à imolação de animais.

2. Queixa do profeta contra os perseguidores e apêlo aos protetores, entre os quais Vishtaspa.

3. Exclusão das divindades secundárias mais populares no Irã como Mitra (venerado como deus do juramento, da fidelidade e defensor dos justos na guerra) e Anâhita, a fonte da fecundidade. Esta última não é mencionada pelo profeta.

4. Culto ao deus bom, sábio e supremo: Mazdâh, elevado por Zaratustra à categoria de deus único.

5. Acentuação da tendência dualista já preexistente, reafirmando a existência, no começo das coisas, de dois princípios: o princípio do bem e o princípio do mal. Há uma luta perpétua entre os seguidores de um e de outro princípio.

6. Nessa luta contínua os bons são auxiliados por Ahura-Mazdâh cercado por sua celeste corte constituída de entidades abstratas que representam atributos divinos ou bênçãos.

7. Os fiéis serão recompensados nesta e na outra vida.

Sintetizando, podemos caracterizar a reforma religiosa de Zaratustra dizendo que o mesmo implantou o *monoteísmo* e aproveitou o *dualismo* para pôr em relevo o caráter moral das tradições religiosas, acentuando a *grande escolha* com que o homem deve traçar o rumo de sua existência, entregando-se a *Ahura-Mazdâh* e opondo-se assim ao espírito maligno *Arimã* (*Angra Mainyu*); essa escolha vai assegurar não só bens nesse mundo mas a *posse* do paraíso no outro.

c) *O Masdeísmo constituído*. — O que ficou exposto acima pode ser considerado como o ensino de Zoroastro. Esse Zoroastrismo sofreu, entretanto, modificações e adições posteriores; é o que chamamos aqui *Masdeísmo constituído*, isto é, a doutrina do Avesta tomada em seu

conjunto e que se tornou a religião dos Persas sob os Sassânidas. Vejamos alguns traços dessa doutrina:

1. *Dualismo*. O dualismo foi levado ao extremo; o espírito do bem (Ahura-Mazdâh ou Ormazd ou Ormuzd), criador de todos os seres bons e puros, está em eterna luta com o espírito do mal (Angra Mainyu ou Arimã), criador de tudo que é mal, tanto no sentido material como espiritual. Essa luta terminará com a vitória final: o Bem que aniquilará o Mal.

2. *Ahura-Mazdâh* é o deus que vê tudo e que retém tudo, onisciente e benfazejo, criador dos seis Aneshas Spentas (imortais santos), dos Yazatas (seres dignos de veneração), do paraíso, da abóbada celeste e do sol ardente, da lua brilhante, das estrelas, do vento, do ar, do fogo, da água, da terra, dos animais, dos metais, do homem.⁶¹

3. *Angra Mainyu* é o autor de tudo que é mau. Ignorante e vilão, vive no mundo das trevas (Ormazd habita na luz). Acompanham-no os maus espíritos ou demônios. Os fiéis de Mazdâh, ao cometerem faltas como a infidelidade, a mentira, etc., caem sob o poder de Arimã.

4. *A moral*. A luta entre o Bem e o Mal aparece sobretudo entre os homens. A prática da virtude auxilia Mazdâh; o pecado torna o ser humano presa do mau espírito. Para libertar-se dessa escravidão, deve converter-se e purificar-se. O homem, fiel a Mazdâh, rende-lhe o devido culto, venera os bons espíritos e pratica certos atos, como a manutenção do fogo sagrado doméstico e de certas virtudes como a honestidade e a retidão, bem como a abstenção de tudo que pode prejudicar o estado de pureza como v.g., o adultério, etc. Virtudes sociais são recomendáveis como a caridade para com os pobres e a hospitalidade para com os estrangeiros.

d) *O Culto*. — Uma das práticas essenciais do culto é a manutenção, pelos sacerdotes, do fogo sagrado com madeiras aromáticas completamente secas. Diariamente eram recitados versículos do Avesta de acordo com a respectiva data litúrgica.

e) *A Morte e a Vida Futura*. — O cadáver, considerado como coisa impura, é levado com as devidas precauções para as torres do silêncio, onde será devorado pelas impuras aves de rapina, pois «nem a água, nem a terra, nem o fogo podem ser poluídos por essa coisa ignóbil». O Masdeísmo ensina claramente a imortalidade da alma, seu julgamento e a ressurreição dos corpos. Após a morte, a alma deve atravessar uma ponte colossal suspensa sobre um abismo; o justo consegue atravessá-lo, o mau cai no abismo. Os mortos ressuscitarão, um dia, e o reino de Arimã será definitivamente aniquilado.

f) *Conclusão*. — Procuramos apenas esboçar alguns traços da religião dos persas. Evitamos entrar em minúcias não só porque a presente obra não as comporta, mas também pela grande dificuldade que existe

para uma exposição mais acurada e exata do Masdeísmo. Essa dificuldade provém sobretudo da incerteza em que estamos com relação à época em que foram redigidas as diferentes partes do Avesta e à origem das diferentes doutrinas aí expostas. O Masdeísmo possui inegavelmente algumas doutrinas sublimes que permitem considerá-lo, depois do Monoteísmo Hebraico, a mais pura e bela religião do Antigo Oriente Próximo.

Muito já se tem escrito sobre as possíveis influências do Masdeísmo na Religião hebraica e vice-versa. Antes de um estudo pormenorizado do assunto, que não cabe evidentemente aqui, parece-nos absolutamente indispensável chamar a atenção para um problema vital e decisivo da questão: a cronologia. Com efeito, se considerarmos que Zoroastro viveu no século VII ou VI aC e que o Zoroastrismo não triunfa definitivamente sob os Aquemênidas, nem sob os Selêucidas, mas apenas sob os Arsácidas ($\pm$ 255 aC — 226 aC), vamos concluir facilmente que o Zoroastrismo levou, na realidade, quatro séculos para sair da Bactriana e impor-se a todo Irã. Quando os persas dominam o Oriente e os judeus exilados na Babilônia passam para o domínio de Ciro, e, portanto, sob a possível influência cultural pérsica, a religião hebraica já está perfeitamente constituída através de uma tradição multissecular. «As relações entre o Judaísmo e o Masdeísmo reformado só puderam ser raras e incapazes de influir sobre uma população que vivia uma vida religiosa intensa e já fixada num rígido monoteísmo.

A influência, se existiu, só podia exercer-se a partir do momento em que o Zoroastrismo, invadindo as províncias donde os Selêucidas se retiraram, tornou-se com os partas uma religião conquistadora que proclama seus dogmas. Mas nesta época, isto é, de 323-198, data em que passa sob a autoridade de Antíoco III da Síria, a Judéia se encontra sob o domínio do Egito e já está na posse dessas idéias que se dizem tomadas ao Masdeísmo».⁶¹

Certas semelhanças encontram fácil explicação se levamos em consideração que do Monoteísmo, fundamento do Zoroastrismo e base da religião hebraica, decorre logicamente a admissão de determinados corolários que, em ambas as religiões, constituem pontos doutrinários paralelos. Concluamos com duas considerações: «o Monoteísmo hebraico não só é muito mais rígido e sublime que o de Zoroastro como também o antecede de muitos séculos. Enquanto o Zoroastrismo descamba para um politeísmo, a religião hebraica se aperfeiçoa e se purifica sempre mais através das vicissitudes históricas de Israel e não obstante as múltiplas influências culturais a que o povo eleito estava continuamente sujeito.

7. O Legado

1) Observemos o fenômeno persa: um império imenso, o primeiro que a História registra em extensão e em variedade de povos submetidos e unidos pela grande idéia da comunidade imperial. Nesta vasta

comunidade, as civilizações se interpenetram: médicos gregos, artistas gregos, lídios e egípcios, escribas babilônicos ou arameus contribuem para preparar o caminho de penetração do helenismo que vai seguir as pegadas de Alexandre Magno. As idéias helenísticas e as artes gregas só penetraram em pleno coração da Ásia graças ao fato de Alexandre Magno haver dominado um império já organizado e não um conglomerado de povos em estado de anarquia. Podemos, pois, confirmar que o domínio nem sempre agradável dos sátrapas preparou o caminho para a evolução cultural das populações asiáticas.

2) O Irã desempenhou importante papel de ponte entre o Oriente distante e o Ocidente. Em seu estudo sobre a Filosofia no Oriente, Mas-son-Oursel acentua: «Todos os povos da bacia oriental do Mediterrâneo, como os da Ásia Anterior, sofreram a influência da Pérsia, como haviam sentido a da Caldéia e, posteriormente, a da Assíria. O Egito mesmo, tão fechado dentro de si, o Império Macedônico, o Império Romano, que encontrou seu limite quer no Eufrates, quer diante dos partas...»⁶⁴

A Pérsia influenciou também no Oriente: «As planícies do Turquestão se abrem aos iranianos que se tornaram nômades, até a China, e a rota da seda desemboca na Pérsia. As relações com o Extremo-Oriente foram, quase em todos os tempos, mais freqüentes, menos difíceis do que se pensava. Com o mundo indiano, o iranismo se encontra em uma conexão extremamente estreita: a identidade de origem «ariana»; solidariedade permanente; reunião freqüente através da História, do Leste da Pérsia e da Bactriana com o Pendjab sob um mesmo poder político: Dario e Alexandre, ou Sandragupta, Kaniscka, os Mongóis. E' o que nós chamaremos a comunidade «indo-iraniana».⁶⁵

Ainda sobre a influência do Irã no Oriente, anotemos: «qualquer que seja a origem da escrita brâhmî, da qual derivam todos os alfabetos da Índia moderna, a escrita kharochtî, utilizada durante cinco séculos na Índia do Noroeste, deriva do alfabeto aramaico, empregado pela chancelaria aquemênida. Sem falar da arte, a titulação dos Mauryas, tal fórmula utilizada por Açoka («Assim fala o rei»), a própria palavra que significa «inscrição», vêm da Pérsia (Naudou, p.1441).

3) Precisemos agora o legado persa ao Ocidente: em primeiro lugar no terreno filosófico e, em segundo, no terreno religioso. a) No terreno filosófico, um assunto fascinante que merece, sem dúvida, estudos aprofundados, seria a contribuição do pensamento iraniano à filosofia grega. Alguns autores julgam ser de bem pouca importância tal influência. Assim é que lemos na História Geral das Civilizações: «Platão conheceu o dualismo zoroastriano e sofreu, talvez, sua tentação. Mas isto foi tudo...»⁶⁶ J. Duchesne-Guillemin é mais cuidadoso em seu estudo sobre o pensamento grego e o Irã, quando põe a questão nos seguintes termos: «as possibilidades de contacto intelectual foram múltiplas entre o Irã e a Grécia; e, desde logo, na Jônia, berço da filosofia e marco ocidental do Império Persa. E' verdade que entre as invenções

dos jônios e tudo o que os precedeu, o abismo pode parecer intransponível. Gostamos dos começos absolutos e os pré-socráticos têm para nós o encanto de todo o nascimento, de toda a aurora. Existe aí, em parte, uma ilusão que começa a ser dissipada». ⁸⁷ Note-se, aliás, como acentua o autor supracitado, que a tendência de atribuir certas idéias gregas a uma origem iraniana não é nova: é quase tão velha como a própria filosofia. «Eudócio compara Platão, seu mestre, a Zoroastro. Pausânias pretende que os caldeus e os magos foram os primeiros a afirmar que a alma é imortal e que disso persuadiram os gregos e particularmente Platão. Aristóxenes chegava até a sustentar, como já vimos, que Zoroastro havia instruído Pitágoras». ⁸⁸

Sem aprofundarmos e discutirmos o assunto, vamos assinalar alguns pontos em que a religião iraniana e o pensamento grego apresentam semelhanças reais ou aparentes, que sugerem, em todo o caso, possíveis empréstimos: ⁸⁹

1. Importância das concepções dualistas (Hesíodo, Anaximandro, Platão, Parmênides e Heráclito...).
2. A divinização do tempo.
3. A divisão da História em períodos definidos.
4. A idéia de uma alma, vida do mundo e origem de todas as almas.
5. O valor do fogo como símbolo da lei universal.
6. A doutrina da preexistência das idéias.

4) Pisamos um terreno mais sólido quando estudamos a influência iraniana na religião. Encontramos a razão dessa influência principalmente na simplicidade com que o Masdeísmo apresentava soluções para os mais importantes problemas desta e da outra vida. Para esta vida o moralismo dinâmico e prático, que se resumia na fórmula «bons pensamentos, boas palavras, boas ações» ostentava um programa perfeitamente adaptável às aspirações do homem médio que se sentia encorajado à ação e à luta pelo progresso.

Na luta contra o mal, o adepto do Masdeísmo tem uma vasta perspectiva que se projeta na vida de além-túmulo onde suas boas ações serão recompensadas. Compreende-se assim a afirmação de que, se o mundo antigo não houvesse recebido o Cristianismo, teria aceito o Mitraísmo ou o Maniqueísmo. Com efeito, Mitraísmo, Maniqueísmo e, acrescentemos, Gnosticismo, são as principais expressões da influência religiosa da Pérsia.

No Gnosticismo (que será estudado em outro volume) notam-se as influências do Helenismo, Judaísmo e Masdeísmo.

O Mitraísmo, que se desenvolveu paralelo ao Zoroastrismo, pois a exclusão de Mitra por Zoroastro diminui bastante o prestígio dessa deidade do Masdeísmo, absorveu, entretanto, as idéias morais e escatológicas do Irã, cercado-se de um ritual semelhante a outras religiões (v.g. Cristianismo) e influiu intensamente nas concepções religiosas do Império Romano, especialmente entre os legionários que identificaram Mitra com o *Sol Invictus*.

O Maniqueísmo. Seu fundador, Mani, nasceu no III século da era cristã; essa doutrina é um sincretismo de elementos os mais diversos repousando, entretanto, sobre uma base dualística inspirada claramente nas antigas idéias religiosas do Irã. No espaço (do Norte da África até a China e a Mongólia) e no tempo (Cátaros da Idade Média), o maniqueísmo se expandiu de um modo surpreendente, levando às mais longínquas regiões e às mais diferentes épocas os reflexos daquelas idéias que outrora conduziram os sentimentos religiosos dos habitantes do planalto do Irã.

- ¹ Cameron, Histoire, p.13.
- ² Idem, ibidem.
- ³ Delaporte et Huart, L'Iran antique, p.2.
- ⁴ Parrot, Archéologie..., p.165.
- ⁵ Delaporte et Huart, L'Iran antique, p.1.
- ⁶ Guides Bleus... Moyen-Orient (édition établie par Robert Boulanger) Hachette, Paris 1956.
- ⁷ Brion, La Résurrection, t. I, p.202.
- ⁸ Cameron, Histoire, p.26.
- ⁹ Brion, La Résurrection, t. I, p.201.
- ¹⁰ Magne, Antologia, pp.163-164.
- ¹¹ Delaporte et Huart, L'Iran antique, pp.3 ss.
- ¹² Idem, ibidem, pp.58 ss.
- ¹³ Idem, ibidem, pp.60-61.
- ¹⁴ Idem, ibidem, p.XXIX (Introdução de Henri Berr).
- ¹⁵ Idem, ibidem.
- ¹⁶ Durant, Nossa Herança, 1ª parte, t. I, p.368.
- ¹⁷ Meillet, Langues du Monde, p.196 (artigo de E. Benveniste).
- ¹⁸ Février, Histoire, p.115.
- ¹⁹ Meillet, Langues du Monde, p.27 (J. Vendryes e E. Benveniste).
- ²⁰ Ver tb. Magne, Antologia, pp.173 ss.
- ²¹ Février, Histoire, pp.161-162.
- ²² Delaporte et Huart, L'Iran antique, p.74: Cameron, Histoire, pp.42-43.
- ²³ Cameron, Histoire, p.86.
- ²⁴ Delaporte et Huart, L'Iran antique, p.115.
- ²⁵ Cameron, Histoire, p.120.
- ²⁶ Idem, ibidem, p.128.
- ²⁷ Idem, ibidem, p.174.
- ²⁸ Delaporte et Huart, L'Iran antique, p.220.
- ²⁹ Cameron, Histoire, pp.40-41.
- ³⁰ Delaporte et Huart, L'Iran antique, p.94.
- ³¹ Idem, ibidem, pp.146 ss.
- ³² Idem, ibidem, p.XXVIII (Introdução de Henri Berr), p.46 e pp.64-65.
- ³³ Contenau em Cameron, Histoire, p.8.
- ³⁴ Homo, Histoire, p.179.
- ³⁵ Delaporte et Huart, L'Iran antique, p.227.
- ³⁶ Estamos seguindo, por uma questão de coerência, as datas indicadas pelo Index Historique da Histoire Universelle da Encyclopédie de la Pléiade. Essas datas nem sempre estão de acordo com as apresentadas por outros autores. A diferença é, entretanto, mínima.
- ³⁷ Homo, Histoire, p.234.
- ³⁸ Idem, ibidem, p.235.
- ³⁹ Idem, ibidem, p.247.
- ⁴⁰ Idem, ibidem, p.247 e pp.249-250.
- ⁴¹ Delaporte et Huart, L'Iran antique, p.293.
- ⁴² Durant, Nossa Herança, t. I, p.385.
- ⁴³ Pirenne, Les grands, p.149.
- ⁴⁴ Delaporte et Huart, L'Iran antique, p.286.
- ⁴⁵ Idem, ibidem.
- ⁴⁶ James Darmesteter, Coup d'oeil sur l'histoire de la Perse, p.18, citado em Delaporte et Huart, L'Iran antique, p.297.
- ⁴⁷ Aymard e Auboyer, O Oriente, (1), pp. 211-212.
- ⁴⁸ Delaporte et Huart, L'Iran antique, p.296.
- ⁴⁹ Idem, ibidem.
- ⁵⁰ Lavedan, Histoire, p.55.
- ⁵¹ Delaporte et Huart, L'Iran antique, p.301.
- ⁵² Idem, ibidem, p.302.
- ⁵³ Heródoto I, p.131.
- ⁵⁴ Bardy, Les religions, p.102.
- ⁵⁵ Carnoy, Histoire des Religions, (2), pp. 223-224.
- ⁵⁶ Bardy, Les religions, p.103.
- ⁵⁷ Magne, Antologia, p.174.
- ⁵⁸ Carnoy, Histoire, (2), p.229.
- ⁵⁹ Bardy, Les religions, p.104.
- ⁶⁰ Hall, História Antiga, p.545.
- ⁶¹ Moret, Histoire de l'Orient, t. II, Paris, 1936, p.712, citado em Bardy, Les religions, p.105.
- ⁶² Carnoy, em Huby, Christus, p.356.
- ⁶³ Carnoy, Histoire des Religions, (2), p.245.
- ⁶⁴ Robert et Tricot, Initiation, pp.805-806.
- ⁶⁵ Bréhier, (Masson-Oursel), Histoire, p.66.
- ⁶⁶ Idem, ibidem, p.67.
- ⁶⁷ Aymard e Auboyer, O Oriente (1), p.214.
- ⁶⁸ Duchesne, Ormazd, p.85.
- ⁶⁹ Idem, ibidem.
- ⁷⁰ Idem, ibidem, p.88.

A ÍNDIA

Introdução

A simples menção da Índia, vem-nos à mente todo o fascínio que o Oriente distante e misterioso, com suas raças, línguas, religiões e costumes os mais diversos, exerce sobre a imaginação ocidental. Pretender resumir em poucas páginas a História desse complexo quadro que as civilizações da Índia oferecem ao estudioso é, sem dúvida, tarefa ingrata e difícil, porém necessária. Necessária porque, mais do que em qualquer outro país, verifica-se na Índia quão verdadeira é aquela apregoada utilidade dos estudos históricos: melhor compreensão do presente através do estudo do passado. Com efeito, como acentua Courtillier, 'a Índia de nossos dias permanece ainda ligada por mil fibras a seu longínquo passado. Ao passo que as velhas civilizações do Nilo, do Tigre e do Eufrates encerraram, há milênios, o ciclo de seu progresso e de suas glórias, o Indo e o Ganges vivem hoje, apesar das influências externas e seculares vindas do Ocidente, as mesmas tradições que se perdem nos obscuros inícios de sua História. Necessária porque no passado da Índia encontramos as raízes de transformações gigantescas que abalaram o continente asiático, modelando a fisionomia moral de populações, que constituíram, e constituem ainda, uma parte apreciável do total de habitantes do planeta. Não é exagero afirmar que a Índia desempenhou na Ásia um papel comparável ao da Grécia na Europa.'

Difícil porque a vasta extensão do país corresponde uma fragmentação política permanente, que torna quase impossível um estudo de conjunto; difícil pela existência de diferentes cronologias, que embarçam e até mesmo impedem a coordenação dos eventos; difícil, sobretudo, pela deficiência de fontes adequadas para uma fiel reconstituição histórica.

A Índia teve, evidentemente, uma História no sentido objetivo do termo; seu passado, porém, não conheceu a História no sentido subjetivo, isto é, a Índia não teve historiadores. «A literatura' histórica não conseguiu elevar-se acima do nível das crônicas e dos romances pomposos... Detalhes de lugar e datas nunca eram fixados, mesmo em se tratando da vida dos grandes homens...» «Um obstáculo torna este estudo particularmente delicado: o hindu não tem noção alguma da cronologia compreendida no sentido rigoroso que o ocidental prefere atribuir-lhe. Por que, de resto, lhe daria qualquer importância, desde que a vida humana, o desenrolar de suas contingências, são desprezíveis quan-

do comparados' com a busca do Absoluto, à qual impelem suas religiões e suas filosofias? Alguns pontos de referência, sincronismos com fatos exteriores à Índia, hipóteses e deduções, eis a parte que cabe a quem queira estudar o quadro histórico da Índia. E se quiser permanecer objetivo, deverá mostrar-se prudente e contentar-se, na maioria das vezes, com avaliações aproximativas».⁴

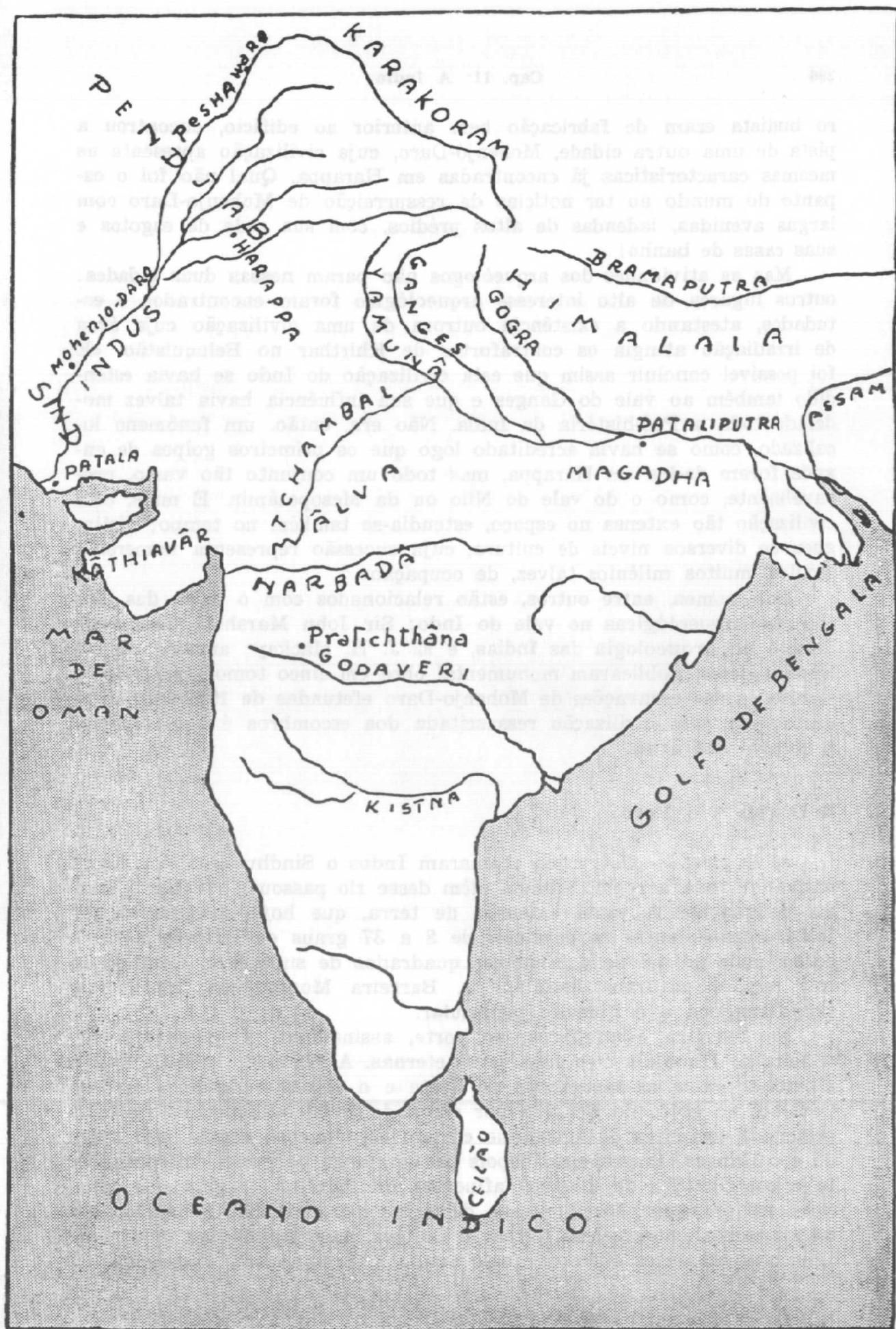
1. Fontes

Pelo que escrevemos acima, o leitor já terá compreendido que a dificuldade do estudo da História da Índia começa com as fontes. Onde encontraremos os dados indispensáveis à reconstituição científica do passado da Índia?

Em primeiro lugar, na tradição literária. Esta é abundantíssima e consiste, por exemplo, nas diferentes partes do Veda (o saber) e em seus suplementos, o Vedanga. Desses textos, os historiadores da Índia podem, provavelmente, extrair, com as devidas precauções, conhecimentos relativos a um período que se estenderia, mais ou menos, desde a metade do segundo milênio até o penúltimo século aC. Falamos em precaução porque há um problema fundamental ainda não solucionado e do qual depende essencialmente o valor dos possíveis dados históricos extraídos: trata-se da determinação da época em que teriam sido compostos esses textos. Tal determinação, entretanto, envolve questões as mais diversas, exigindo conhecimentos de estilo, métrica, mitologia, etnografia, astronomia, etc., levando o estudioso a um emaranhado de novos problemas e dúvidas que geram as mais diferentes opiniões entre os especialistas do assunto. Mencionaremos, oportunamente, outras obras da vasta literatura da Índia.

Outro subsídio para a reconstituição do passado da Índia nos é fornecido pela História de povos que entraram em contacto de um modo ou de outro com a península. Assim, por exemplo, os arquivos reais hititas, encontrados em Boghaz-Keui, dão-nos um indício sobre a invasão ariana na Índia.⁵

Mencionemos, agora, a contribuição direta da Arqueologia. Já em 1875 haviam sido encontrados nas localidades de Mohenjo-Daro e Harappa, na bacia do Indo, ao noroeste da Índia, alguns selos pertencentes a uma bem remota antiguidade. Somente a partir de 1922, entretanto, é que se iniciavam nessas localidades as escavações sistemáticas. O interesse pelos estudos arqueológicos do vale do Indo foi despertado pela verificação de que os tijolos encontrados na construção de uma via férrea, e utilizados na mesma e nas habitações dos indígenas, pareciam datar de idades remotas. A «fonte» em que os nativos se abasteciam do material inesgotável era um amontoado de ruínas que foram identificadas como pertencentes a uma outrora florescente cidade: *Harappa* ressuscitava, após milênios. Setecentos quilômetros distante dessas ruínas, um arqueólogo hindu, Banerji, observando que os tijolos de um mostei-



ro budista eram de fabricação bem anterior ao edifício, encontrou a pista de uma outra cidade, Mohenjo-Daro, cuja civilização apresenta as mesmas características já encontradas em Harappa. Qual não foi o espanto do mundo ao ter notícias da ressurreição de Mohenjo-Daro com largas avenidas, ladeadas de altos prédios, com sua rede de esgotos e suas casas de banho!

Mas as atividades dos arqueólogos não param nessas duas cidades: outros lugares de alto interesse arqueológico foram encontrados e estudados, atestando a existência outrora de uma civilização cuja área de irradiação atingia os contrafortes de Khirthar no Beluquistão. «E foi possível concluir assim que esta civilização do Indo se havia estendido também ao vale do Ganges e que sua influência havia talvez modelado toda a Pré-história da Índia. Não era, então, um fenômeno localizado, como se havia acreditado logo que os primeiros golpes de enxada foram dados em Harappa, mas todo um conjunto tão vasto, provavelmente, como o do vale do Nilo ou da Mesopotâmia. E mais, esta civilização tão extensa no espaço, estendia-se também no tempo; distinguem-se diversos níveis de cultura, cuja sucessão representa numerosos séculos, muitos milênios talvez, de ocupação».

Dois nomes, entre outros, estão relacionados com o êxito das descobertas arqueológicas no vale do Indo: Sir John Marshall, diretor do Serviço de Arqueologia das Índias, e E. J. H. Mackay; ambos, arqueólogos ingleses, publicaram monumental obra em cinco tomos contendo os resultados das escavações de Mohenjo-Daro efetuadas de 1922-1931. Evidentemente essa civilização ressuscitada dos escombros é bem anterior à invasão dos árias.

2. O País e o Povo

a) *O país.* — Os gregos chamaram Indos o Sindhu (rio, em língua nativa), e toda a região situada além desse rio passou a receber a mesma designação. A vasta extensão de terra, que hoje designamos por Índia, situa-se entre os paralelos de 8 a 37 graus de latitude norte e possui mais de 4,6 de quilômetros quadrados de superfície, abrangendo três regiões naturais distintas: A Barreira Montanhosa, a Planície Indo-Gangética e o Planalto peninsular.

Na Barreira Montanhosa, ao norte, assinalamos a imponente cordilheira do Himalaia com suas neves eternas. A Planície Indo-Gangética estende-se entre as montanhas do norte e o planalto, desde o mar de Omã até ao golfo de Bengala por cerca de 3.000 quilômetros. As duas principais correntes de água, que cortam essa imensa região, são o Indo e o Ganges. O primeiro, depois de um longo percurso em que recebe a contribuição de diversos afluentes do Pendjab (região dos cinco rios), vai desaguar, formando um delta, no mar de Omã. Ao sul do Himalaia, corre, entre terras férteis, o Ganges, aumentando seu volume de água com afluentes entre os quais avulta o Bramaputra. Formando um

luxuriante e imponente delta, as águas do Ganges vão desembocar no golfo de Bengala. A parte peninsular da Índia é constituída por vasto planalto granítico de forma triangular, o Decão, limitado ao norte pelos montes Vindhya, a leste e a oeste pelos montes Ghates.

O Indo e o Ganges são alimentados pela inesgotável reserva de gelo e neve que cobrem o Himalaia e o Tibet; os ventos que sopram regularmente do sul ao norte, através do golfo de Bengala, projetam contra a cordilheira do Himalaia uma colossal precipitação pluvial.

Encontramos na Índia regiões de grande fertilidade como o Pendjab e as terras banhadas pelo Ganges; verdadeiros desertos como o existente entre o Ganges e o Indo; zonas de mata-virgem em que se abrigam inúmeros animais ferozes tais como tigres, panteras, leopardos, cobras, etc.

As terras aráveis produzem juta, algodão, chá, arroz, trigo, cevada, etc. Completamos esse superficial esboço do cenário geográfico, em que se desenrolaram milênios de História, lembrando que o Pendjab é o vestibulo da Índia: as vias fáceis de penetração se encontram ao noroeste: os passos de Bolan e de Khaiber são os caminhos tradicionais de invasão na fronteira ocidental.

b) O povo. — A população da Índia apresenta uma notável complexidade racial, difícil de ser estudada. Situada na confluência de dois mundos¹ antropológicos (raças brancas e raças amarelas), a Índia possui ainda um terceiro elemento em sua população ligado às raças negras ou aos tipos mais primitivos da Oceânia. O elemento negro que predomina no Decão não apresenta, entretanto, a cabeleira e os lábios dos negróides.

H. Vallois distingue na população da Índia quatro «stocks» fundamentais: a raça veda, a raça melano-hindu, duas ou três raças brancas e uma ou duas raças amarelas.⁸

A raça veda é constituída por alguns poucos milhares de indivíduos, que habitam as montanhas e as florestas do leste da ilha de Ceilão e apresentam marcada semelhança com os australianos. Em outras regiões da Índia nota-se claramente algumas características da raça veda já atenuadas, provavelmente, pela miscigenação.

Os melano-hindus, que constituem um grupo racial mais evoluído que os vedas, tanto física como culturalmente, apresentam características raciais intermediárias entre brancos e negros; formam a base da população do Decão. Vedas e melano-hindus interpenetraram-se e é difícil dizer qual dos dois grupos chegou à Índia em primeiro lugar.

Os brancos, localizados sobretudo na Planície Indo-Gangética, penetraram na península depois da chegada dos dois grupos citados, obrigando os mesmos a buscarem refúgio nas montanhas e nas jungles. Esses brancos provinham do Irã e do Turquestão e introduziram na Índia a língua e a cultura indo-européia.

Do nordeste, finalmente, através do vale do Bramaputra e da Birmânia, chegaram os amarelos à região do Golfo de Bengala.

c) *A língua.* — Depois de esboçarmos, de modo superficial, o panorama racial da população da Índia, digamos algumas palavras sobre as famílias lingüísticas existentes na península e que são bem um indício da complexidade dos problemas que o estudioso do passado índio deve enfrentar. Três famílias lingüísticas mais importantes merecem ser anotadas:

As línguas munda. Essas línguas são faladas por uma pequena parte da população da Índia; outrora difundidas por uma área mais vasta, foram posteriormente substituídas em parte quer pelos falares arianos, quer pelos falares dravidianos, subsistindo apenas, em plena decadência, nas regiões montanhosas de difícil acesso. E' interessante notar que os lingüistas descobriram um parentesco entre o grupo munda e um grupo indo-chinês.

As línguas dravídicas. Até o presente não se conseguiu estabelecer decisivamente ligação alguma entre o dravidiano e qualquer outro grupo lingüístico. As línguas dravídicas são faladas por uma grande parte da população. Podemos citar, como exemplo, o tamul, o canara e o telugu. Estes idiomas possuem um passado de cultura que se traduz em belas literaturas. Assim, v.g., a literatura tamul é a mais antiga e rica literatura da Índia, após a literatura sânscrita."

As línguas indo-arianas. O indo-ariano, falado atualmente na Índia, abrange diversos grupos entre os quais podemos citar, como exemplo, o grupo oriental abrangendo o bengali, o bihari, etc., e o grupo central abrangendo o hindi, o pendjabi, etc.

Os mais antigos documentos em indo-ariano são os textos védicos escritos em sânscrito. Sânscrito era a língua nobre em oposição ao prakrit, língua vulgar. O emprego do sânscrito clássico, língua de cultura, em diversos gêneros literários, lembra o uso do latim na Idade-Média.

3. História Política

Introdução

Já acentuamos as dificuldades existentes na elaboração de uma síntese histórica da Índia. Para termos uma idéia dessas dificuldades, basta lembrar que a primeira data rigorosa da História da Índia é o ano 326 aC que assinala a invasão macedônica. Conhecemos, evidentemente, a existência de uma série infinda de acontecimentos que marcaram a vida política da grande península asiática através de milênios: faltamos, porém, os meios para uma exposição histórica segura e rigorosa que consiga estabelecer, com exatidão cronológica, a seqüência no tempo e no espaço de boa porção dos citados acontecimentos. A Índia conheceu culturas paleolíticas e neolíticas que deixaram numerosos vestígios. A idade dos metais deixou também suas marcas indelévels. E' curioso notar que no norte da Índia a idade do cobre sucede à da pe-

dra e precede ao aparecimento do ferro, enquanto que no sul, ao que se pôde constatar, a idade do ferro sucedeu imediatamente ao neolítico, fato esse que parece indicar a existência do emprego do ferro no Decão, anterior à influência ariana na mesma região.¹⁰

A Índia foi povoada por sucessivos e diferentes grupos étnicos. Aqui também é necessária cautela nas afirmações. Segundo alguns, os habitantes primitivos seriam malaio-polinésicos procedentes da Oceânia. Os drávidas, de origem discutível, invadiram a península mas foram, mais tarde (impossível precisar as datas), dominados pelos árias procedentes ou das planícies danubianas ou das estepes siberianas.

Antes de estudarmos a Índia Ariana, passemos, ainda que brevemente, um olhar sobre as velhas civilizações que a enxada dos arqueólogos nos revelaram nas últimas décadas e às quais já fizemos alusão. A primeira pergunta que surge, ao iniciarmos o estudo das civilizações do vale do Indo, versa sobre a raça ou as raças a que teriam pertencido seus construtores. A grande dificuldade em responder definitivamente a essa pergunta reside no pequeno número de cemitérios encontrados, fato esse que sugere a existência, num passado remoto, da incineração dos cadáveres e do lançamento das cinzas no Indo. Os raros esqueletos encontrados em Harappa foram classificados pelos entendidos como pertencentes a quatro raças diferentes: proto-australóide, mediterrânea, mongol e alpina.¹¹ Tal heterogeneidade étnica explica-se facilmente quando levamos em consideração o fato de que nas cidades do vale do Indo existia uma população cosmopolita flutuante, composta principalmente de comerciantes oriundos quer da Ásia Central, quer da Mesopotâmia, quer até mesmo do Egito. Entretanto, as características raciais da grande massa populacional continuam para nós um enigma.

A segunda pergunta com que deparamos concerne à origem da civilização do vale do Indo. Aqui pisamos também o terreno das hipóteses. Se, por um lado, notamos certos traços de originalidade nessa civilização, não podemos, por outro lado, negar a existência de marcante influência estrangeira oriunda certamente das múltiplas trocas comerciais e artísticas com povos de longínquas regiões.

Encruzilhada de povos e de civilizações, encontramos no vale do Indo, já no terceiro milênio aC, um contínuo movimento de osmose comunicando de uma região a outra, de um povo a outro povo, tudo que podia ser transmitido: matérias-primas, objetos manufaturados, obras de arte, idéias metafísicas e religiosas,¹² etc. As afinidades entre a civilização do vale do Indo e as existentes no Oriente Próximo têm sido objetos de diversas hipóteses. Segundo Brion, «as escavações que se iniciaram, há quinze anos, em Mohenjo-Daro e Harappa, e que se estenderam, depois, a vários outros lugares, conduzem-nos a esta conclusão de que a civilização do Indo era assaz poderosa para influenciar, por sua vez, as civilizações da Mesopotâmia, do Elam, da Ásia Menor, de Creta e também, provavelmente, a do Egito, e de que seus produtos eram aceitos e apreciados em diversos mercados mediterrâneos». ¹³ Hrozny con-

clui que, pelo tipo de sinetes usados no vale do Indo, esta civilização estaria mais próxima da civilização da Síria e da Ásia Menor que da esfera babilônica.¹⁴ Masson Oursel, aconselhando prudência na afirmação de possíveis afinidades entre a civilização do Indo e outras, admite a possibilidade de que aquela fosse uma civilização sumério-dravidiana «que construía em tijolos com uma perfeição notável e ornava as moradias com verdadeiros objetos de arte».¹⁵

A civilização do vale do Indo foi aniquilada por incursões de povos guerreiros. As descobertas arqueológicas atestam a violência dessa invasão: assim, por exemplo, em Mohenjo-Daro foram encontrados esqueletos nas ruas, fato esse que indica o abandono de cadáveres sepultados por uma população que buscava apressadamente refúgio contra um perigo iminente. Esses atos violentos, que datam, mais ou menos, da primeira metade do segundo milênio aC, estão estreitamente ligados a um amplo deslocamento dos indo-europeus. Permanece, entretanto, a dúvida sobre a origem étnica dos destruidores de Mohenjo-Daro e de Harappa.

a) *A Índia na época rig-védica.* — Estudaremos, mais adiante, a literatura da Índia e, em especial, o conteúdo do «Veda», saber. Encontram-se no Veda as fontes para o estudo do passado remoto da Índia, fontes essas, como já assinalamos, que sofrem sérias restrições. O Rig-Veda figura entre os textos sagrados mais antigos e de seu conteúdo podem ser extraídas as linhas gerais da história da Índia na época que, à falta de outra denominação, chamaremos rig-védica. A maior parte dos hinos do Rig-Veda foram compostos na Índia, quando os arianos invasores já haviam ocupado uma parte da região e haviam entrado em contacto com as populações aí radicadas.

No quadro geográfico dos acontecimentos narrados figura, principalmente, o vale do Indo com a região «dos sete rios», chamada pelos iranianos «cinco águas» (Pendjab). Os hinos aludem a um período de lutas entre os invasores e os ocupantes da terra e entre os próprios invasores. A guerra é a principal ocupação da nobreza que tem como chefe militar o rei.

O soberano não governa discricionariamente: uma assembléia do povo interfere no governo. «O dever do soberano é de proteger os seus súditos; em tempos de paz, ele deve manter, com os tributos recebidos, com o fruto da pilhagem e com as doações de seus súditos, um corpo importante de sacerdotes para si e para seu povo».¹⁶

Na hierarquia político-social, encontramos, abaixo do rei, além de seus auxiliares imediatos, como o chefe do exército, o chefe da aldeia e o capelão (purohita), que exerce a mais alta função sacerdotal, a nobreza (rājanya) e o sacerdócio (brāhmana). Os homens livres (vaiçya) e os escravos (sudra — essa denominação não é encontrada nos Vedas)¹⁷ completam a estrutura social. Os homens livres são agricultores, comerciantes, artesãos. A classe dos escravos era formada quer pelos habitantes primitivos

dominados, quer pelos prisioneiros de guerra ou ainda por outra razão, como, por exemplo, condenação por dívidas. Como vemos, a separação em castas já se encontra em estado embrionário no Rig-Veda.¹⁵

Digamos, ainda, algumas palavras sobre a vida econômica da época rig-védica, deixando para outro item o estudo sobre a religião. A agricultura e a criação constituíam as principais fontes dos recursos econômicos; poderíamos acrescentar a caça, cuja técnica os arianos invasores devem, em parte, ter aprendido dos aborígenes. Entre os produtos do solo figura o cereal yava (talvez cevada); mais tarde são também cultivados o arroz, o algodão, o trigo, etc. A criação de gado fornece a carne, o leite, e a manteiga. Na época bramânica o uso da carne foi proscrito. O cavalo é considerado um animal nobre e destinado à guerra ou aos esportes. A indústria é praticada sobretudo por artesãos rurais: o carpinteiro, o fabricante de carros, o ferreiro, o tintureiro, o tecelão, o curtidor, etc.

b) Progresso para leste. As grandes doutrinas. — Que acontece na Índia após a época rig-védica? Recorrendo ainda às fontes literárias de difícil interpretação, podemos assinalar as linhas mestras seguidas pelos acontecimentos até a época em que, em contacto com os Aquemênidas, a Índia sai das brumas do passado para a plena luz da História.

Em primeiro lugar, assinalemos o deslocamento das tribos arianas para o leste. «O centro de gravidade do arianismo não é mais o País dos cinco rios» mas o «Campo dos Kuru» entre o Ganges e o Sarasvati. Mais a leste, o Koçala (atual Aude) e o Videha sobre o Ganges médio (Behar setentrional) são penetrados pela influência ariana, enquanto que Magadha e Bengale são considerados como países estrangeiros.¹⁶

Em segundo lugar, registremos o aparecimento das castas já existentes em estado embrionário na época rig-védica. «O Rig-Veda apresenta já o sacerdócio e a nobreza como estados hereditários, mas só nesta época é que aparece o sistema que transforma o grupo de homens livres (vaíçya) e o de escravos (sudra) em grupos endógamos cada vez mais diferenciados e fechados dentro do mesmo ofício».¹⁷

Em terceiro lugar, anotemos a constituição lenta do Bramanismo, a religião da Índia, por excelência, sob a orientação da classe sacerdotal; o Bramanismo, que estudaremos mais adiante, é, na realidade, a exploração pelo clero da herança da tradição védica.

Finalmente, temos o aparecimento de duas doutrinas heterodoxas: o Jainismo e o Budismo. Ambas aparecem quase ao mesmo tempo (a primeira antecede um pouco à segunda), ambas se desenvolvem nas mesmas regiões (principalmente no curso médio do Ganges) em que o Bramanismo e, portanto, a classe sacerdotal, exercia menos influência, ambas caracterizam-se por uma reação contra o formalismo bramânico.

Vardhamâna, chamado também Jina (o vitorioso) ou Mahâvira (o grande herói), viveu entre 528 e 468 aC aproximadamente e é o fundador do Jainismo.

Sakyamuni, chamado também Budha, o iluminado, ou Siddhartha (o que atingiu seu fim) ou ainda Tathagata (o que chegou ao verdadeiro), teria morrido em 483 mais ou menos e foi o criador do Budismo. Estamos, pois, nos albores da História da Índia, em pleno século V. Os Aquemênidas já representavam seu papel importante no cenário do Oriente Próximo.

c) *A Índia e os Aquemênidas.* — Heródoto e as inscrições persas informam-nos sobre o domínio dos Aquemênidas na bacia do Indo. Com relação à atividade guerreira de Ciro nas fronteiras da Índia, persistem algumas dúvidas. Segundo o Pai da História, Ciro, após submeter as colônias gregas da Jônia, entrou em campanha contra as regiões «superiores» da Ásia; a Índia não é mencionada nominalmente. Segundo Xenofonte e Ctésias, Ciro teria combatido com os índios; tal afirmação, porém, é contraditada pelos biógrafos de Alexandre.²¹

Dario anexou o vale do Indo a seu reino; as inscrições de Persépolis e do túmulo do soberano estão de acordo com a informação de Heródoto segundo a qual a Índia era uma satrapia de Dario. No reinado deste, o grego Scylax navegou o Indo desde o Pendjab até o oceano, prosseguindo sua viagem pelo litoral da Gedrósia e da Arábia até o Egito.

Sob Xerxes, continuou o domínio aquemênida na região noroeste da Índia. No grande exército que invadiu a Grécia, havia um contingente de infantes e de cavaleiros índios. A derrota dos persas na Grécia deve ter repercutido no Oriente distante e é bem provável que tenha impedido mesmo o avanço de Xerxes na Índia gangética.

Os efeitos do domínio persa na Índia foram múltiplos: na escrita, na arte (os palácios dos Aquemênidas parecem ter servido de modelo a construções congêneres na Índia) e na própria concepção da realeza. Acrescentemos a tudo isso os intercâmbios econômicos e intelectuais.

d) *A Índia e Alexandre Magno.* — Conhecemos a expedição de Alexandre à Índia através de autores gregos como Arriano, Deodoro de Agyrion, Plutarco, Polyænus e Estrabão. É interessante observar que os arqueólogos conseguiram identificar certas localidades mencionadas pelos autores clássicos. Os documentos da Índia, entretanto, pouco ou nada contribuem para um esclarecimento da expedição macedônica. Essa expedição destinava-se inicialmente a completar a conquista dos Aquemênidas; a estadia de Alexandre foi rápida, porém repleta de lances dramáticos e romanescos que deverão ser resumidos no estudo da obra do conquistador macedônico. A História da expedição de Alexandre permite estabelecer um importante sincronismo entre a História da Civilização Ocidental e a da Índia: Sandrakottos mencionado por Arriano é o Chandragupta da família dos Maurya mencionado pelas tradições indígenas. Quanto à importância histórica da expedição de Alexandre, anotemos: «Exagerou-se como também subestimou-se a importância histórica desta campanha de Alexandre na Índia. Ela não

exerceu, sem dúvida, uma influência decisiva sobre os destinos da Índia, pois seus resultados são frágeis. Contudo, os oito anos de ocupação macedônica abrem uma era de muitos séculos, durante os quais o helenismo será um fator não somente de cultura, mas de governo sobre os confins ocidentais da indianidade». ²²

e) *Os Máurias*. — Desde a época de Buda até a invasão dos gregos, o fato mais importante a assinalar é o crescimento do reino de Magadha na bacia gangética. No reinado de Seleuco, um jovem general chamado *Chandragupta*, (313 aC), da família dos Máurias, chefia uma coligação contra os gregos, ocupa o trono de Magadha e torna-se suserano das províncias do Indo anexadas por Alexandre. Seleuco pretende, a princípio, reagir, porém, julga melhor política estabelecer um tratado com o rei de Magadha. Megástenes, embaixador de Seleuco na corte de Chandragupta, deixou-nos uma curiosa descrição do que pode apreciar. A curiosidade aliada a finos dotes de observação, torna os fragmentos de Megástenes uma fonte preciosa, mas que, evidentemente, deve ser manuseada com as devidas precauções.

Pátaliputra, capital de Chandragupta, é descrita pelo grego, com suas possantes fortificações e com o luxo de seus palácios e jardins reais repletos de aves e piscinas. As escavações arqueológicas realizadas no lugar em que existiu outrora a antiga capital (Patna e arredores) corroboraram os dados de Megástenes.

Chandragupta reinou durante 24 anos; seu império estendia-se do Afeganistão a Bengala. O vasto território estava submetido a uma admirável administração que levava a toda a parte, com a autoridade real, o bem público.

Bindusara (298 aC?), filho e sucessor de Chandragupta, conservou a herança paterna, manteve permanentes relações com o mundo helenístico e reinou durante cerca de vinte e oito anos.

Açoka (273?-226? aC), filho e sucessor do antecedente, mencionado sem muita precisão pelos textos búdicos e pelos Puranas, é-nos conhecido sobretudo por suas próprias inscrições em língua vulgar. ²³ Uma dessas inscrições possui excepcional importância para a cronologia: nela são mencionados diversos monarcas do mundo helenístico contemporâneos do soberano Maurya.

O imenso império de Açoka abrangia quase toda a Índia com exceção de alguns reinos do sul e estendia-se, ao que parece, sobre uma parte do planalto iraniano. «Após as conquistas de Açoka, a Índia era o império mais povoado e mais rico do mundo; mas formava, do ponto de vista político, racial e social, o mais heterogêneo conjunto. Açoka, unificando quanto possível o poder, respeitou as divergências culturais e sociais de seus estados dividindo-os em quatro vice-reinos: Pendjab, Malva, Kalinga e Decão. O princípio do governo, como outrora no Império Persa, foi o respeito da autonomia local, constituindo a cidade ou aldeia a unidade administrativa». ²⁴

Açoka é uma das mais curiosas e excepcionais figuras da História da Humanidade. Chefe temporal e espiritual, reunia em sua personalidade a fortaleza e o fervor necessários para essa dupla missão. Comparável a Marco Aurélio por sua nobreza e doçura, supera contudo o imperador antonino na energia e decisão.³⁵ O grande acontecimento da vida de Açoka é sua conversão ao budismo, após a conquista sangrenta de Kalinga na costa oriental. Impressionado com os horrores da guerra, o rei decide desde então dedicar-se ao triunfo da religião a fim de que todos vivam «na segurança, moderação, paz e alegria da alma».³⁶ A tolerância, a amizade, a liberalidade, a obediência aos superiores, a esmola, eis algumas das recomendações de Açoka.

Sua obra administrativa, social e religiosa é realmente colossal. Seu zelo administrativo atuou, desde a continuação dos trabalhos de irrigação empreendidos por seu avô Chandragupta, até as providências indispensáveis para o controle das finanças, para a expansão econômica e a execução da lei e da justiça.

Seu espírito social levou-o a medidas que visavam a atenuar o sofrimento de seus súditos: fundou hospitais providos de recursos médicos e farmacêuticos para homens e até para animais. Seu entusiasmo religioso induziu-o a enviar missões búdicas a terras distantes; sob seu reinado, a ilha de Ceilão converteu-se ao budismo; em Çrínagar, capital de Cachemira, edificou quinhentos mosteiros.

Após trinta e seis anos de reinado, Açoka morreu e seu império foi repartido entre os descendentes. O poderio dos Máurias entra em decadência e o último príncipe dessa família é assassinado em 180 por seu general Púchyamitra, fundador de uma nova dinastia, os Sungas, cuja História está cheia de lacunas.

Um acontecimento importante, durante e depois da decadência dos Máurias, é a penetração profunda dos gregos no norte da Índia, até o coração de Magadha. A História dos reinos indo-gregos dessa época nos é conhecida, em parte, graças à contribuição da numismática. O papel desempenhado por esses reinos na difusão do legado cultural da Grécia merecia, por si só, um capítulo especial. «Desde então começa para o gênio grego uma prodigiosa aventura que terá por efeito expandir até ao Japão e a Indonésia as obras originadas de protótipos gregos».³⁷

f) *Citas e Kuchanes*. — O fato característico da História política da Índia do Noroeste, no primeiro século aC, é a pressão contínua dos Sakas (= citas iranizados) impelidos pela avalanche dos hunos, contidos diante da grande muralha chinesa. Os reinos indo-gregos vão desaparecendo ante essa pressão. Guiados por Moga ou Maués, os citas estendem seu domínio em direção à Índia e seu chefe toma o título de grande rei. Um dos sucessores de Maués, Gondofares (19 aC — 45 pC), reinou sobre um vasto império que compreendia o Seistão (depressão do planalto do Irã), a região de Kabul, o Pendjab ocidental e o Sindh. Segundo uma antiquíssima tradição, no reinado de Gondofares

e a chamado do próprio rei, o apóstolo S. Tomé teria iniciado a evangelização da Índia.

Os citas, invadindo a Índia, passavam por duas fases culturais. A primeira era a helenização: assinalavam a cultura helenística, tornando-se por sua vez introdutores da cultura grega na Índia e continuando a obra dos próprios gregos. A segunda era a assimilação da cultura índia: a indianização. Convertiam-se ao hinduísmo, integravam-se na sociedade, deixavam de ser estrangeiros e colaboravam no progresso da civilização índia.

Nos últimos anos do reinado de Gondofares, uma nova invasão avassala a Índia: os Kuchanes provenientes das estepes do Óxus e da Bactriana. O mais famoso soberano dos Kuchanes foi Kaniscka, que reinou no segundo século de nossa era. Conhecemo-lo através das tradições búdicas do Norte da Índia, do Tibet, da China e da Mongólia, tradições essas que o encaram como um novo Açoka.²⁸ Guerreiro, soube dilatar as fronteiras de seu império que incluía, entre outras regiões, a Cachemira, todo o Pendjab e o vale do Ganges até Patna. Político, soube utilizar a religião para obter seus desígnios políticos, favorecendo a expansão do budismo, sem contudo desprezar qualquer divindade de seus súditos: praticou um verdadeiro ecletismo religioso reproduzindo em suas moedas as efígies de deuses zoroástricos, gregos, etc. Personagem de relevo na administração de Kaniscka foi seu primeiro ministro Achvaghocha, brâmane da Índia gangética convertido ao budismo, filósofo, poeta, músico e responsável pelo grande desenvolvimento cultural, que, ao lado da prosperidade material, caracteriza o reinado de Kaniscka.

g) *Os Guptas*. — O século III de nossa era assinala uma grave lacuna na História política da Índia. Não podemos precisar as causas da decadência dos Kuchanes; esta queda marca o fim da hegemonia econômica da Índia na Ásia Central e, internamente, a divisão da região do Indo e do Ganges em pequenos estados independentes que se orientam para a grande cidade de Pátaliputra, outrora a capital dos Mauryas.²⁹ Foi em Magadha que surgiu, no início do século IV pC, a dinastia indígena dos Guptas fundada por Chandragupta, príncipe ligado talvez à antiga e ilustre dinastia dos Mauryas. Samudragupta, (335-375?), filho do fundador, revelou-se notável guerreiro cujos feitos estão relatados em grande inscrição na pilastra de Allâhâbâd erigida outrora por Açoka. Seu império estendia-se do sopé do Himalaia a Nabadâ, do Bramaputra até Chambal e o mar. Chandragupta II (380-414) completou as conquistas de seu pai: seus domínios alcançaram a planície indo-gangética até Chenab, ao norte; ao sul atingiu Narmada incluindo Gujrâte. Instalou sua capital em Ujjain, que se tornou um centro de ciência e de arte. Kumaragupta I (413-455), filho e sucessor de Chandragupta II, teve, como seu pai, um longo reinado. No fim deste surgiu uma séria ameaça externa: os hunos brancos se estabeleceram na Bactriana e no vale do Kabul. Skandagupta

(455-467 pC), filho e sucessor do monarca anterior, teve que enfrentar a terrível invasão huna. Esses hunos brancos possuíam um tipo físico que mais se aproximava do tipo turco que dos companheiros de Átila. Procedentes dos planaltos altaicos, essas hordas bárbaras invadiram a Bactriana e o vale do Kabul, chegando às fronteiras da Índia. Após vencerem o rei sassânida Firoz (484), nada mais os conteve. Fundaram um vasto império e dominaram a bacia do Indo. Seu poderio só foi abatido graças a uma aliança entre Sassânidas e Turcos. A dinastia dos Guptas, embora tivesse continuado a reinar, após a invasão, perdera para sempre o seu antigo prestígio e poderio.

Uma preciosa fonte para o estudo da época dos Guptas, a mais brilhante da História da Índia, é a relação do peregrino chinês Fahien, que passou três anos em Pátaliputra, dois anos em Tamruk (porto do golfo de Bengala), seguindo, após, para Ceilão e Java. Fahien faz interessantes observações de ordem religiosa e social. Enumera os ricos conventos, os sábios doutores que atraem os estudantes de todas as regiões, os hospitais de caridade em que são atendidos os pobres e órfãos, a liberdade do povo, o alto nível da moralidade pública, etc.

4. Estrutura Social e Política

A simples menção da estrutura social na Índia traz-nos imediatamente à mente o famoso sistema de castas já mencionado. A sociedade anterior à invasão ariana, segundo opinião corrente, não conheceu essa divisão social. A sociedade ariana estava estruturada em três camadas que, na Índia védica, receberam a designação de *brahman*, *ksatra* e *vic*; como já observamos, os sudras não são mencionados nos Vedas. Estes aludem apenas à multidão de estranhos que se situam abaixo da população ariana.

Note-se, entretanto, que essas camadas sociais não possuíam inicialmente as características de casta. Eram antes classes sociais que castas: as primeiras servem às ambições políticas, as segundas estão sujeitas a certos escrúpulos, presas a determinadas tradições.³⁰

Diversas têm sido as teorias apresentadas para a explicação da constituição das castas. Para uns, o fator decisivo teria sido a especialização profissional, para outros, a raça, e para terceiros, enfim, o aparecimento das castas teria relação com as classes da época védica. O que não parece deixar dúvidas é que o regime de castas está intimamente ligado aos velhos costumes arianos e que foi constituído pelo sacerdócio bramânico.

Quais as características da casta na Índia clássica? Ocupações tradicionais, origem comum de um antepassado divino ou humano, direitos, deveres e opiniões já enraizadas no costume, endogamia estrita, eis alguns dos traços que configuram essas estranhas estraficações da sociedade.³¹

O número de castas tem variado de acordo com as circunstâncias de tempo e de lugar, mas o esquema tradicional apresenta-nos quatro castas. As três primeiras abrangem os *aryas* ou homens livres, a última compreende a grande massa informe.

Os *brâmanes* consideram-se quase seres divinos; possuem o monopólio da religião e são os principais beneficiários dessa estratificação social.

Os *kshátriyas*, a nobreza, entre os quais se escolhem os reis, detêm o poder temporal. Educados pelos brâmanes, com eles se entendem perfeitamente para conduzirem o resto da humanidade.

A casta dos *vaíçyas* inclui os agricultores e os comerciantes. A última casta é a dos *sudras*, seres inferiores, aos quais cabe os mais humildes trabalhos manuais.

Segundo a lenda, após o sacrifício solene e o retalhamento do primeiro homem, Púrusha, os brâmanes teriam surgido de sua cabeça, os *kshátriyas* de seus braços, os *vaíçyas* de suas coxas e os *sudras* de seus pés.²²

Se atentássemos somente à literatura bramânica, chegaríamos à conclusão de que a forma política da Índia antiga teria sido a teocrática com a predominância da classe bramânica cuja autoridade, fundamentada no sacerdócio, nada poderia contrabalançar. A realidade, que transluz de outras fontes, foi bem diferente. Encontramos na Índia antiga numerosas repúblicas (*gana*) em que predominam as famílias aristocráticas. Essas repúblicas do Norte da Índia foram transformadas, como consequência da invasão macedônica, em poderosas monarquias. O imperialismo macedônico, responsável pela sujeição das cidades gregas da Ática, foi igualmente a causa da destruição das repúblicas do Pendjab. As monarquias da Índia inspiraram-se no exemplo do império macedônico e dos reinos de seus sucessores. O Budismo, que fazia tábula rasa do sistema de castas e não limitava o poder real por quaisquer idéias teocráticas, favoreceu a ambição dos monarcas. O soberano sozinho detinha o poder; utilizava-se, entretanto, para fazer funcionar o regime, do conselho de guerra, da corte de justiça, de um corpo de funcionários, etc.

5. Vida Econômica

Já tivemos ocasião de fazer breves alusões aos recursos naturais da Índia e à vida econômica da época *rig-védica*. Procuremos agora apresentar uma visão de conjunto dos problemas de origem econômica através da longa história da Índia.

Se aos brâmanes cabia resolver os assuntos de ordem religiosa e aos nobres os problemas políticos, aos *vaíçyas* estavam afetos os problemas de ordem econômica. Essa casta formava, por assim dizer, a aristocracia dos trabalhadores. A agricultura, a indústria e o comércio eram o grande campo de atividade dos *vaíçyas*.

Os invasores arianos foram primeiramente pastores. Em breve, porém, se adaptaram às técnicas agrícolas desenvolvidas, talvez por influência da Mesopotâmia, na bacia do Indo. Entre os principais produ-

tos agrícolas figuravam a cevada, o trigo, a ervilha, o sésamo, o algodão, a cana de açúcar, legumes de diversas espécies, árvores frutíferas, etc. Com cereais era fabricada, desde época remota, uma bebida embriagante, o *surâ*. As atividades rurais abrangiam, além da agricultura, a criação de gado: cavalos, bois, ovelhas e cabras; forneciam, além de força motriz e alimento, matéria-prima para o vestuário. Apesar do alto nível de produtividade agrícola em certas regiões, a Índia foi, em todas as épocas de sua História, uma região flagelada pela subalimentação do povo.

A indústria de tecidos figura, em primeiro plano, na Índia antiga. A lã e o algodão são dois produtos importantes dessa atividade econômica. «Heródoto mostra os soldados índios de Xerxes vestidos de algodão, e Nearco admira esta lã vegetal, na qual são tecidas toalhas de uma brancura refulgente».³³ A marcenaria produz inúmeros objetos e veículos indispensáveis à vida cotidiana, à arquitetura e à própria guerra. A metalurgia apresenta objetos trabalhados em cobre, bronze e ferro, etc. Curioso é notar a existência de verdadeiras corporações de ofícios que agregam os trabalhadores de determinadas profissões; essas corporações possuíam competência legislativa, judiciária e executiva. Note-se que as ocupações profissionais eram, às vezes, hereditárias.

O comércio merece menção especial principalmente porque a troca de mercadorias arrasta inevitavelmente o intercâmbio cultural. Se observarmos a História da Índia sob os Máurias, verificaremos que as grandes rotas comerciais são também trilhadas pelos missionários budistas e pelas missões diplomáticas. A Índia nessa época é não só um centro de irradiação religiosa, mas também uma potência econômica de primeira ordem. Em Pátaliputra convergiam estradas de um notável valor econômico, construídas sob a inspiração das obras congêneres do Império Aquemênida: a capital estava assim ligada às distantes fronteiras do império. As relações comerciais via terrestre eram mantidas com a longínqua Ásia Central através de uma estrada de montanha que ligava Kabul ao alto vale do Óxus, a leste de Bactres.

A navegação marítima, graças à descoberta do regime das monções atribuída ao grego Hippale, teve um notável desenvolvimento. Os comerciantes índios entraram em contacto com o Egito e com os mercadores de Roma, onde os produtos de luxo da Índia eram muito procurados. Plínio, o Antigo, informa que o Império Romano comprava anualmente à Índia mercadorias no valor de 50 milhões de sestércios.³⁴ Com o Oriente Longínquo, as relações comerciais via marítima são mais intensas, cruzando-se aí com a atividade comercial da China e atingindo a Indonésia e a Indochina.

6. A Literatura

a) *A escrita*. — Antes de estudarmos a literatura da Índia, vamos dizer algumas palavras sobre os sistemas de escrita aí empregados.³⁵

No III milênio, quando florescia a civilização de Harappa, estava em uso no vale do Indo uma escrita que se convencionou chamar *proto-indiana*, e que aparece sobretudo em sinetes de pedra e lâminas de cobre. Esse tipo de escrita, surgido e desaparecido com a civilização de Harappa, apresenta diversos sinais representando figuras humanas, partes do corpo humano, animais, vegetais, etc. Ao que tudo indica, está excluída a hipótese de uma escrita alfabética ou unicamente silábica. Parece tratar-se de um sistema ao menos parcialmente ideográfico. As tentativas para a decifração da escrita do vale do Indo na época de Harappa têm fracassado, até o presente, entre outras, por duas razões: a falta de inscrições bilíngües e a ignorância total sobre a natureza da língua que se esconde sob os citados caracteres.

Entre a escrita de Harappa e as escritas de que nos ocuparemos a seguir, existe um hiato de mais de dois milênios. Neste longo intervalo, os arianos invadiram a Índia e não sabemos se os mesmos possuíam algum modo de grafar as tradições literárias oralmente conservadas através de numerosas gerações.

No reinado de Açoka, encontramos duas escritas em uso na Índia: o *brahmi* e o *kharosthi*. O *brahmi* é a escrita usada para gravar os editos de Açoka decifrados em 1837 por J. Prinsep. O *kharosthi* figura nas moedas dos reis gregos e citas desde o ano de 250 aC e ainda em algumas inscrições entre as quais se encontram também editos de Açoka. O *kharosthi* desapareceu na metade do V século pC. Concordam os estudiosos que a escrita *kharosthi*, que é silábica, possui uma origem semítica. «A escrita *kharosthi*, derivando da escrita aramaica, entrou na Índia, ao que parece, quando o noroeste estava dividido em satrapias persas, pois o aramaico era a língua oficial do império. Seu nome lembra os povos montanhesees do Hindu-Kuch, os *Kalystroi*, ou, antes, os manuscritos sobre pele de asno (*khara* (p) *osta*) que a transmitiam». ³⁶ Essa etimologia é, contudo, discutível.

A origem de escrita *brahmi*, também silábica, tem suscitado diversas hipóteses. Segundo alguns, esse tipo de escrita teria precedido de muito o reinado de Açoka e sua existência teria impedido a propagação do *kharosthi* além dos limites do Pendjab. Após as descobertas da escrita do III milênio, tentou-se estabelecer uma possível relação entre a mesma e o *brahmi*. A tese clássica entretanto sustenta a origem fenícia do *brahmi* através de relações comerciais mantidas com a Babilônia. Da escrita *brahmi* derivam numerosas escritas empregadas na Índia, na Ásia Central e no Extremo Oriente.

b) *A literatura*. — Os arianos que invadiram a Índia falavam uma língua pertencente ao tronco indo-europeu. Essa nova língua foi aos poucos ganhando terreno na península e ao mesmo tempo passando por diversas etapas evolutivas que podem ser assim discriminadas:

O *velho indiano*, propriamente dito ou védico, é a língua que se encontra, por exemplo, nos cantos do Rig-Veda; apresenta estreita se-

melhança com a língua do Avesta iraniano. No século IV aC, o gramático Pânini fixou a língua perfeita, o *sânscrito*, língua das classes elevadas, chamada pelos estudiosos como o *velho indiano recente*. Ao lado do sânscrito, se desenvolveram os falares do povo, os *pracríticos*, que vieram a formar o *médio indiano*.

O *moderno indiano* é a última fase evolutiva da primitiva linguagem dos arianos e abrange numerosos grupos a que já fizemos alusão.

A literatura indiana foi, primeiramente, uma literatura oral: produzida, conservada e difundida sem auxílio da escrita. Tal fato está, em parte, ligado ao espírito egoísta de casta que não via com bons olhos a divulgação da ciência, julgada privilégio dos grupos dominantes. Durante milênios, um imenso tesouro literário esteve confiado à fidelidade da memória de numerosas gerações. Antiguidade e oralidade são dois traços característicos com que deparamos no início do estudo da literatura indiana. Outras características são sua extensão e sua religiosidade. A primeira está relacionada com a expansão indiana, a segunda com a influência decisiva dos brâmanes na redação das obras mais antigas.

Os Vedas. — Os indianos chamam Vedas um conjunto de textos nos quais se encontram os mais antigos testemunhos de seu passado. «Veda» propriamente significa *saber*, o *saber por excelência*. Podemos distinguir entre os Vedas: o *Rig-Veda*, o *Sama-Veda*, o *Yajur-Veda* e o *Athava-Veda*.

O *Rig-Veda* é uma coleção de lendas antigas, cantos épicos, encantamentos, poesias líricas, tudo isso adaptado a fins religiosos. Já verificamos no item relativo à História política, as possibilidades de uma reconstituição do passado da Índia que o *Rig-Veda* nos oferece.

O *Sama-Veda* não apresenta interesse literário; repete, em parte, a obra precedente; contém indicações para os cantores durante os sacrifícios solenes.

O *Yajur-Veda* carece igualmente de valor literário; contém fórmulas litúrgicas para os sacerdotes. Alguns elementos profanos contidos no texto servem de preciosas indicações sobre a organização social.

O *Atharva-Veda* é um excelente repositório das mais antigas superstições. A linguagem e a métrica assemelham-se às do *Rig-Veda*. Os textos mencionam o tigre, fato esse que indica haverem os arianos chegado já às proximidades da *jungle* de Bengala. Outra nota interessante para o historiador: o *Atharva-Veda* indica já uma certa supremacia dos brâmanes. Na literatura pós-védica essa supremacia se acentua.

Os Brâmanas. — Os Brâmanas são rituais em prosa redigidos como elucidários e comentários dos Vedas. O conjunto dos Vedas possuem um sabor poético; os Brâmanas dão a impressão de aridez. Possuem, entretanto, valor para o historiador, pois fornece-lhe informações sobre o passado da Índia, como, por exemplo, a expansão ariana no vale do Ganges, etc. Cada Veda possui seu Brâmana, isto é, seu comentário exegético. A redação desses comentários data de uma época em que está firmada em seus privilégios a casta sacerdotal.

Aranyakas e Upanixadas. — As reflexões dos sábios, recolhidas pelos discípulos, constituíram os *Aranyakas* e os *Upanixadas*. Os primeiros, «reflexões feitas na floresta», são frutos de reflexões produzidas na vida solitária tão familiar às populações do vale do Ganges.

Os *Upanixadas* (ensinamento secreto) foram criados, em sua maioria, fora dos meios sacerdotais, o que demonstra não ter sido a especulação filosófica privilégio de uma casta; contêm especulações sobre o absoluto, considerado a única realidade.

Os Sutras. — *Sutra* significa «fio condutor», «regra». Chamam-se *Sutras* coleções de preceitos elaborados durante séculos e relacionados com o *Veda*, mas que não são considerados, como o *Veda*, revelados. Seu conteúdo abrange assuntos os mais variados: versam sobre religião, especialmente no que concerne aos sacrifícios, sobre a vida doméstica, etc.

A poesia épica. — Três obras podem ser citadas como exemplo da poesia épica indiana: o *Maabárata*, o *Ramáiana* e os *Puranas*.

O *Maabárata* (o grande relato da guerra dos báratas) é a história de uma rivalidade dinástica entre dois ramos de uma família real. Em torno do tema central há uma infinidade de relatos em que são celebrados outros heróis, constituindo a epopéia uma obra colossal com muitos milhares de versos.

O *Ramáiana* (as empresas de Rama) é também um enorme poema a cujo tema principal, que trata do rapto de uma mulher, se juntam diversos outros temas acessórios.

Os *Puranas* (contos de outrora) são coleções de antigas lendas conservadas no patrimônio popular. A esse fundo de caráter mítico e cosmogônico estão acrescentados ensinamentos rituais, lembranças históricas, hinos e até mesmo poemas inteiros em honra de um deus ou uma deusa. São considerados livros sagrados de segunda ordem mas tidos em grande conta pelo espírito religioso hindu.

O Drama. — Já nos Vedas encontramos o germe da Literatura dramática. Citemos aqui, apenas a título de exemplo, dois dos dramas mais populares da Índia: O *Mrcchakátika* (O carrinho de argila) cujas cenas e figuras, tiradas da vida real, são tratadas em numerosos atos, nos quais se alteram os episódios dramáticos com os de mais fino humorismo.

O *Abhijinana-Xacúntala* (O reconhecimento de Xacúntali) é de autoria do genial poeta indiano Kâlidâsa, que viveu na época dos Guptas. Os indianos consideram esse drama como obra-prima da arte dramática.

O gênero narrativo. — O gênero narrativo foi também cultivado, e com grande sucesso, pelos indianos. Pode-se mesmo afirmar que é para a literatura narrativa que o gênio indiano mostrou mais aptidão. Lembremos apenas os *Jatakas*, coleção enorme de narrativas abrangen- do contos e fábulas.

O Direito. — Antes de encerrarmos este breve apanhado sobre a Literatura indiana, vamos mencionar ainda o Mánava-Dharma-Xástra ou Manu-smriti, conhecido no Ocidente como Código de Manu.

Manu é personagem lendário ao qual o próprio Brama teria feito entrega das leis. De acordo com os entendidos no assunto, a redação desse código oscila entre o II século aC ao II século da era cristã e não remonta, portanto, ao século 12 aC, como se pretendia antigamente.

As leis de Manu foram paulatinamente adquirindo prestígio e força em toda a Índia. Encontramos no seu conteúdo a consagração do domínio dos brâmanes sobre a sociedade indiana. Os brâmanes são aí colocados acima de todas as demais criaturas, pertencendo-lhes tudo o que existe no universo; o poder dos brâmanes é tal que pode derrotar o rei e todo o seu exército, recitando as maldições contidas nos textos místicos. Como vemos, o Código de Manu não versa somente sobre assuntos estritamente jurídicos. A matéria de direito civil e penal só é tratada, a rigor, nos oitavo e nono livros.

7. As Artes

a) *Arte proto-indiana.* — Duas palavras, em primeiro lugar, sobre a arte das antigas civilizações do vale do Indo: Tal arte, como observa Ph. Stern,⁷⁷ pode ser considerada como um prólogo da arte indiana propriamente dita, um prólogo, entretanto, «quase inteiramente distinto da mesma», se bem que começemos a entrever a persistência de certas tradições.

As manifestações artísticas de Harappa e de Mohenjo-Daro estão inegavelmente relacionadas com as existentes na Mesopotâmia e no Irã.

A arquitetura, a escultura e a cerâmica estão representadas nas descobertas arqueológicas efetuadas no vale do Indo. A propósito das ruínas de Mohenjo-Daro, Brion escreve: «Quem percorre hoje essas ruínas, quem entra nas casas e nos estabelecimentos de banhos não pode deixar de admirar o engenho desses antigos ocupantes que haviam construído uma cidade agradável, ordenada para o bem-estar dos cidadãos, sem ter, à sua disposição, outros meios de construção a não ser o tijolo. Pouca pedra, pouca madeira. O tijolo servia para todos os empregos e era encontrado em abundância, no solo aluvial do rio, a terra necessária à sua fabricação».⁷⁸ Observe-se que os habitantes de Mohenjo-Daro não faziam do tijolo um motivo de decoração; na construção de suas habitações revelavam antes uma mentalidade prática que propriamente estética, preocupando-se mais com o conforto e a higiene do que propriamente com a aparência. As ruas de Mohenjo-Daro deviam apresentar um aspecto bastante monótono com suas casas sem janelas e com poucas portas, construídas num estilo simples, desprovidas de ornamentação; sem, portanto, a preocupação de impressionar com a aparência externa.

b) *Arquitetura.* — O material empregado, a madeira, impediu que chegassem até nós os vestígios da arquitetura indiana anterior aos Máurias. Na época desses soberanos, podemos distinguir duas nítidas

influências nas atividades artísticas — a inspiração aquemênida (sob a influência grega) e a inspiração local.

Megástenes comparava a magnificência dos palácios de Chandragupta às construções congêneres na Pérsia. A influência estrangeira perdeu terreno com a conversão de Açoka ao budismo. Este soberano deu grande impulso à arquitetura religiosa empregando pedra, tijolo e madeira. E' nos II e I séculos antes de nossa era que a religião budista inspira as suas mais originais obras de arte. Essas obras compreendem *stupas* ou *topes*, mosteiros e templos subterrâneos «com toda a floração escultural que esses monumentos comportam.»³⁹ «Tope» ou «stupa» era o túmulo primitivo, transformado pelos budistas em santuário fúnebre destinado a conservar as reliquias de algum santo.⁴⁰

Os «stupas», construídos de pedra, mas imitando a arte de madeira, tomavam em geral a forma de um dono de tijolos coroado por uma espira e cercado por uma balaustrada de pedra esculpida. Nas balaustradas e nos pórticos dos «stupas» encontram-se baixos-relevos de grande interesse para o estudo da civilização da época.

A arquitetura indiana desenvolvida nos primeiros séculos anteriores à era cristã vai alcançar um notável desenvolvimento na época dos Guptas. As escavações testemunham eloquentemente o florescimento artístico dêsse período cujas obras foram, em parte, destruídas pelo fanatismo muçulmânico. Mosteiros e grutas oferecem-nos o espetáculo de realizações conjugadas da arquitetura, pintura e escultura sob a influência de idéias religiosas.⁴¹

c) *Escultura*. — A madeira precedeu a pedra como matéria usada na arte de esculpir. As mais antigas estátuas de pedra que conhecemos remontam à época dos Máurias. Observe-se que, no início, a iconografia búdica evita representar o próprio Buda, colocando em seu lugar uma cadeira vazia, a marca de seus pés ou ainda um guarda-sol. Já a iconografia greco-búdica rompe com a tradição e começa a representar a figura de Buda em diversas posições. «A posição das mãos de Buda tem um valor simbólico: meditação, quando as mãos repousam sobre os joelhos, argumentação quando a mão direita está levantada com o índice e o médio reunidos, caridade quando está pendente, a palma para fora; a mão que avança, aberta, dedos levantados, palma para fora, afasta todo o medo...»⁴² A possibilidade de representar o Buda traz, naturalmente, uma renovação na iconografia acrescentando novas cenas às antigas representações.

Sob a dinastia dos Guptas, a escultura conhece notável desenvolvimento. Ao lado das numerosas estátuas de Buda representado em diversas posições, existem também as imagens de diversas divindades. «Por toda a parte na Índia, antes da chegada dos muçulmanos, a arte do escultor, apesar de limitada pela sua observância à religião e à arquitetura, produziu obras-primas. A linda estátua de Vixnu, em Sultampur, a finamente cinzelada estátua de Padmapani, o gigantesco Shiva

de três cabeças (comumente chamado *Trimurti*), entalhado em relevo profundo nas cavernas de Elefanta, a quase praxitelica estátua adorada em Nokkas como a deusa Rukminik, o gracioso Shiva de bronze, ou Nataraja, feito pelos mestres de Chola Tanjore, o belo veado de pedra de Mamallapuram, e o Shiva de Perur, são demonstrações da expansão da escultura por todas as províncias da Índia». ⁴³

8. As Ciências

O estudo das ciências da Índia Antiga constitui um dos capítulos mais atraentes de sua Civilização, não só pela abundância e antiguidade das fontes existentes como também pela constatação da existência de um intercâmbio científico entre as grandes civilizações. Assim é que, num estudo mais extenso e aprofundado da Ciência indiana, seria necessário levar em consideração os contactos com as ciências da Mesopotâmia, da Grécia, do Império Romano e das regiões do Extremo Oriente. Ocupar-nos-emos aqui de três ramos da ciência indiana antiga: Astronomia, Matemática e Medicina.

Astronomia. — A literatura antiga testemunha-nos os conhecimentos astronômicos dos indianos: enumera diversos astros e estima a duração do ano em 360 dias repartidos em 12 meses. Um mês de 25 ou 26 dias era intercalado de 5 em 5 anos, o que demonstra uma idéia aproximada da duração real do ano. Observe-se que, quanto se pode depreender dos velhos textos, os indianos da época védica não tinham a pretensão de predizer o futuro das pessoas de acordo com a posição dos astros na data de seu nascimento. Foi, sobretudo, com a influência grega, durante a época clássica, que a astrologia propriamente dita apareceu na Índia, tornando-se rapidamente popular. A partir dessa época os conhecimentos astronômicos dos hindus vão sofrer a influência da ciência do mundo helenístico. ⁴⁴

Matemática. — «O mérito maior da cultura científica dos indianos reside na sua matemática. O gênio hindu tendia mais para a aritmética e a álgebra que para a geometria». ⁴⁵ Arya-Battha (séc. V aD) é um dos maiores vultos da matemática clássica da Índia: «versejou em métrica assuntos como equações, senos e valor de «pi»; explicou o que eram eclipses, solstícios e equinócios; demonstrou a esfericidade da terra e sua revolução diária em torno do eixo; e escreveu numa ousada antecipação da ciência do Renascimento: «A posição das estrelas é fixa, e a terra, na sua revolução, produz a aurora e o poente de planetas e estrelas». ⁴⁶

Medicina. — Já no Atharvaveda encontramos, entre mágicas e encantamentos, uma lista de doenças e sintomas. Como outros povos da Antiguidade Oriental, os hindus começaram por misturar a superstição e a medicina. A terapêutica usava, contudo, ao lado das práticas de magia, recursos vegetais. Os textos da época clássica da medicina hindu fornecem-nos minuciosos ensinamentos sobre os conhecimentos teóricos

e práticos da época. A anatomia e a fisiologia eram precariamente conhecidas, fato esse aliás comum aos médicos da Antiguidade. A terapêutica servia-se de numerosos medicamentos sobretudo de origem vegetal; as plantas eram classificadas de acordo com seu valor alimentar e medicinal e empregadas em variadas fórmulas farmacêuticas como ungüentos, tisanas, etc. Com relação à cirurgia, os textos mencionam operações na vesícula, nos olhos, no abdômen e muitas outras.

Caraka, médico do rei indo-cita Kanishka (fim do I ou início do II século da era cristã) escreveu sobre a função do médico: «Não por ti, nem para satisfação de nenhum desejo de lucro material, mas unicamente para o bem da Humanidade sofredora tratarás tu dos teus doentes, e assim serás grande».⁴¹

9. A Religião

Introdução. — Como entre outros povos do Oriente, o espírito religioso impregnou sobremaneira a atividade das populações da Índia. Desde a Proto-história Indiana, o fator religioso exerce papel preponderante na Civilização da península. Segue-se daí, evidentemente, que, pelo menos, uma visão de conjunto das religiões da Índia é indispensável para completar um estudo, ainda que ligeiro, dessa civilização. Mencionamos a palavra religião no plural porque, na realidade, mais de uma doutrina religiosa distinta atuou profundamente na mentalidade da população indiana. Uma das características da civilização hindu, que torna seu estudo difícil, é que a Índia «justapõe e coordena sem assimilar; explica-se assim que sua civilização antes conserve os elementos bárbaros do que propriamente os transforme, e misture-os às mais refinadas elucubrações».⁴² A justeza dessa observação torna-se bem evidente à medida que procuramos aprofundar-nos em todos os aspectos dessa cultura já multimilenar. Mas até mesmo um estudo superficial, como o que ora fazemos, permite-nos vislumbrar a complexidade do problema da História da Índia. Essa complexidade se acentua com relação ao problema religioso. Vamos, evidentemente, como já o fizemos em outros itens, tentar simplificar o assunto. Mas desejamos repetir a advertência que se encontra na conclusão de uma obra tantas vezes citada no decurso do presente estudo: «Ao começar este livro, pusemos o leitor em guarda contra uma concepção simplista da *indianidade*; dissemos e repetimos que a Índia é sob todos os aspectos um caos».⁴³

a) *A religião proto-indiana.* — Um fato que chama a atenção do arqueólogo nas ruínas de Mohenjo-Daro é a ausência de templos na antiga cidade do vale do Indo. Para sermos mais exato, digamos que, até o presente, não se encontraram vestígios inequívocos desses edifícios tão comuns nas cidades do Antigo Oriente Próximo.

A inexistência de templos não implica, é claro, na ausência de religião. As estatuetas, os talimãs e os sinetes encontrados em suas ruínas

nas provam exuberantemente o espírito religioso das populações proto-indianas. Uma das divindades⁵⁰ mais representadas aparece com um complicado ornato na cabeça, com dois chifres, braceletes nos braços, cercada de animais e agachada sobre uma espécie de trono baixo. Os *Iluminado*? Notemos, preliminarmente, que sua pregação carece de es-nhor dos animais e príncipe de todos os yogi».⁵¹

A representação de uma deusa cornuda, cercada de animais, em pé numa árvore, parece sugerir uma relação com a devoção, ainda hoje existente entre os hindus, à deusa Lakshmi e à árvore sagrada, *pipal*, que lhe serve de habitação. E teriam os banhos em águas sagradas da Índia contemporânea alguma relação com os grandes estabelecimentos de banho encontradas nas ruínas de Mohenjo-Daro?

O culto dos animais predominava na religião dos habitantes de Mohenjo-Daro: o touro, o rinoceronte, o tigre, o elefante e a serpente eram objetos de veneração.

b) O Vedismo. — Chama-se Vedismo a religião que antecede o Bramanismo propriamente dito e que se encontra nos Vedas: podemos considerá-lo como uma etapa da evolução religiosa dos indo-arianos. As tradições desses, ao invadirem a Índia, sofreram, naturalmente, a influência dos costumes da nova região, o Pendjab, e tomaram novas formas. Começemos o estudo dessa fase evolutiva com algumas das divindades citadas nos Vedas.

Os deuses. — *Agni* (o fogo, ignis) é o deus ao qual se dirige a maior parte dos hinos do Rig-Veda. E' o deus do lar, que se encontra próximo dos homens, é o pai destes, o deus do sacrifício que leva as oferendas aos outros deuses. «E' o deus do fogo que queima no altar do sacrifício, do fogo em torno do qual a família se reúne ao cair da noite, do fogo que possibilita a cocção dos alimentos e que expulsa as trevas...»⁵²

Indra é uma das figuras mais expressivas do panteão védico: deve ter sido, na origem, um deus de um clã vitorioso.⁵³ E' um deus guerreiro, que auxilia os arianos combatentes em luta contra as deidades maléficas inimigas dos homens. Os Vedas chamam-no «soberano do céu», «animador de todas as coisas», «dispensador dos benefícios». Dele dependem a fecundidade, a chuva, o raio.

Varuna é o rei do universo, dos deuses e dos homens. Equivale ao Ahur-Mazdá zoroástrico. E' um deus majestoso, o deus celeste por excelência, a fonte de toda a vida e de todo o bem. Rege a ordem moral e jurídica; tudo vê, tudo escuta: «o sol é seu olho, o céu sua vestimenta, a tempestade seu sopro».⁵⁴ Os hinos que lhe são dedicados caracterizam-se por significativa elevação moral.

Outros deuses venerados são: *Surya*, o deus do sol, *Ushas*, a aurora, *Vixnu*, outro deus solar, que desempenhará importante papel mais tarde, *Rudra*, deus da tempestade, que dominará mais tarde sob o nome de *Siva*.

O culto. — Todos esses deuses são venerados e invocados, em geral com a finalidade de obter uma posteridade masculina, uma longa vida e bens materiais. O sacrifício possui um lugar proeminente no culto védico. O mais simples compõe-se de alimentos como o leite e é oferecido em casa pelo chefe de família. O mais solene é o sacrifício do cavalo de batalha dos reis. Famosa é a libação do *soma*, bebida embriagante feita de uma planta chamada «*asclepias acida*». Por ocasião dos sacrifícios importantes, ardiam três fogos: «o fogo do dono da casa que lembra o fogo purificador do lar, que se tornou tão importante na Pérsia; o fogo do sacrifício para os deuses e o fogo do sul para proteção contra os espíritos malignos, o que nos faz pensar no fogo de proteção germânica. Sacrifica-se regularmente, incansavelmente, abundantemente, pela manhã e pela tarde, por ocasião da lua cheia e da lua nova, no início da estação das chuvas, no interior e no exterior da casa. Mostrar-se avaro de sacrifícios é o pior dos pecados». A importância do sacrifício dá um lugar proeminente ao sacerdócio. «Quanto mais o sacrifício revestiu o caráter de um ato reinante infalivelmente sobre o céu e a terra, tanto mais os sacerdotes se encontraram aproximados do centro mesmo da existência. O sacrifício foi elevado pelos teóricos sacerdotais ao ponto de constituir o sentido próprio e único do mundo».

A vida de além-túmulo. — A incineração fazia parte dos ritos funerários. *Agni* era o intermediário entre a vida presente e a vida futura; em que consistirá esta? O destino dos mortos é obscuro; ora aparecem como unidos às águas e às plantas, ora como vivendo no reino de Yama, apresentado nos Vedas como o deus dos mortos, o senhor dos infernos.

c) O Bramanismo. — Tentaremos resumir nas linhas seguintes as características fundamentais do Bramanismo. Antes, porém, uma observação se impõe: convém distinguir entre bramanismo e bramismo. Existe realmente um bramismo *stricto sensu* do qual nos ocupamos aqui e que se reveste de uma forma aristocrática e filosófica; existe outro bramismo que apresenta traços democráticos, populares: é o que se chama também *hinduísmo* e do qual falaremos mais adiante.

As fontes. — As fontes do Bramismo, que é uma evolução do Vedismo sob a influência da casta sacerdotal, encontram-se já em alguns pensamentos profundos dos Vedas, nos Brâmanas, nos Upanixadas e Aranyakas bem como em outras obras posteriores da Literatura indiana. Assim, por exemplo, as epopéias Maabárata e Ramáiana e o Código de Manu podem ser considerados fontes esclarecedoras sobre o Bramismo.

A doutrina. — Um dos problemas dominantes do Bramismo é a libertação do ciclo (*samsâra*) de nascimentos e de mortes ao qual está sujeita a alma humana. A crença nessa transmigração das almas, ausente dos Vedas, aparece nos Brâmanas. A alma humana imperfeita está sujeita a sucessivas reencarnações sob diversas formas de acordo com seu *karma*, isto é, com a soma de seus méritos ou demé-

ritos. A libertação é conseguida pelo conhecimento e pelo sacrifício; o conhecimento de *Brama*, o amor à divindade, o ato de penitência e de sacrifício são os meios indicados para libertação do destino fatal. «Para o asceta (Yogin) que, domando os seus sentidos e o seu espírito, se libertou da personalidade e sentiu a identidade do *atman* e do *brama*, não existe a necessidade de viver e de morrer sem cessar, não existe mais a consciência após a morte. Absorvendo-se então definitivamente no *brama*, ele se salvou, sua vida de provações chegou ao termo. Ao contrário, o homem que só fez obras justas, sem meditação secreta, deverá esperar no mundo lunar o amadurecimento de seus atos e renascer, planta ou homem; o mau se reencarna em um indivíduo fora de casta, em qualquer animal vil. Tal é o elevado valor da ciência e da ascese (yoga)». ⁵⁹

Que vem a ser *Brama* e *Atman*? O politeísmo confuso do Vedismo é apresentado como a manifestação de uma única realidade que abrange o universo inteiro: *Brama*. ⁶⁰ A multiplicidade do cosmos é aparente; reside apenas nos fenômenos, não na substância; esta é *Brama*, o espírito universal, incorporeal, invisível, incriado, absoluto, eterno, do qual todas as coisas, animais e pessoas, procedem e ao qual todos retornarão finalmente. Assim como o universo, múltiplo na aparência, é, de fato, uma única realidade, o homem também é uma unidade; o princípio desta unidade é o sopro vital, *Atman*; *Atman* desempenha em relação ao ser humano o mesmo papel que *Brama* em relação ao Universo. Podemos, agora, compreender o ideal supremo do Bramanismo: a libertação mediante o conhecimento da identidade de *Brama* e de *Atman*. O sopro vital humano nada mais é, na realidade, do que a própria alma do universo na qual se perde toda a individualidade; esta deve, portanto, ser a meta de toda a aspiração humana. «Só por este retorno da multiplicidade à unidade é possível a emancipação da dor. A ciência é a via única que conduz à libertação salvadora. As almas, que ainda não conseguiram elevar-se ao conhecimento destas verdades, enredadas pela ignorância da causa primeira do sofrimento e, por isso, da existência, são condenadas a transmigrarem de corpo em corpo até a purificação derradeira. Daí uma série de práticas religiosas e ascéticas destinadas a acelerar o momento da identificação e bem-aventurança final». ⁶¹

d) *O Hinduísmo*. — A distinção que fizemos entre o Bramanismo dos filósofos e o Bramanismo popular refere-se mais ao plano das idéias que propriamente à ordem de sucessão temporal. E' que, enquanto os filósofos se perdiam em altas especulações sobre as idéias mais profundas dos Vedas e da literatura subsequente, desenvolvia-se entre o povo uma religião de caráter mais simples. Não é possível dizer, com certeza, a partir de quando tais tendências populares começam a manifestar-se.

Nesse mosaico de idéias e de pensadores, nessa efervescência de sistemas filosófico-religiosos surgiram, aos poucos, na alma popular, cer-

tas inclinações que se caracterizam por uma espécie de monoteísmo representado ora pelo culto de Siva ora pelo culto de Vixnu. O deus Siva é mencionado ligeiramente no Veda; no Mahâ-Bhârata, a mesma divindade é exaltada sob o nome de Mahadeva; na época dos indo-citas, Siva é representado nas moedas com dois ou quatro braços. O sivaísmo crê na alma distinta da matéria e de Deus: «a matéria é o meio em que operam a alma, cega pela ilusão (mâyâ), e a energia divina que é o meio encontrado pelo deus para se tornar tangível. Esta energia (sakti) é personificada sob os traços de uma deusa, esposa de Deus, e a tendência do sivaísmo em prestar culto a uma divindade andrógina (Siva-Pârvatî com vinte nomes diferentes) é uma de suas características fundamentais...»⁶² O fanatismo ascético é outra tendência do sivaísmo: seus yogim (ascetas) praticam mortificações horripilantes.

O culto de Vixnu se desenvolve ao mesmo tempo que o sivaísmo; essa divindade possui dez avatares, isto é, encarnações. Avatar (em sânscrito *avatara*) significa, na linguagem religiosa, descida de um deus à terra em forma visível. Entre os avatares de Vixnu citemos: *Matsya* (o peixe), *Nara-sinha* (o homem-leão), *Vamana* (o anão), *Rama* (herói legendário), *Krixna* (idem), *Buda* (o fundador do budismo foi, assim, incorporado ao hinduísmo).

Os avatares humanos Krixna e Rama, heróis dos poemas épicos *Maabârata* e *Ramâiana*, apresentam interesse especial pela atração que exercem na alma popular. Note-se que os avatares de Vixnu facilitaram sua identificação com toda espécie de divindades inferiores, o que explica, em grande parte, o fato de ser o vixnuísmo uma das crenças mais difundidas na Índia.

Mencionemos, ainda, a famosa tríade do hinduísmo: a Trimurti composta de Brama, princípio criador, Siva, princípio destruidor, e Vixnu, princípio conservador. Essa tríade, que se representa por um corpo único dotado de três cabeças, é um produto da teologia bramânica, visando provavelmente realizar uma unidade religiosa que conciliasse os adoradores de Vixnu e de Siva. Mas, nessa tríade, bem apagada é a presença de Brama diante das duas grandes e tradicionais divindades populares.⁶³ Como observa Anwander,⁶⁴ essa tríade não foi nem constante nem popular. Em vez de três divindades, cultua-se, às vezes, a dupla Siva-Vixnu à qual se justapõem as respectivas esposas. Só uma imaginação fértil, alheia à mentalidade religiosa da Índia, poderia descobrir relações entre a Trimurti hindu e a Trindade Cristã.

e) o Jainismo. — Já mencionamos o aparecimento, na Índia, de duas doutrinas heterodoxas: o Jainismo e o Budismo. Vejamos, agora, o primeiro.

Vardhamâna (século VI aC), conhecido como Jina (o vitorioso) ou Mahâvira (o grande herói), pertencia a uma antiga ordem de ascetas chamada *Nigrantha* entre cujas práticas rigorosas figurava o desprezo mais absoluto pelos cuidados corporais. Aos quatro votos da ve-

lha seita (não matar, dizer a verdade, não roubar, guardar a castidade) Jina acrescentou a abstenção de toda a propriedade pessoal.

O principal ponto da moral do Jainismo é a proibição de prejudicar qualquer forma de vida. Por isso os monges da seita não deviam matar qualquer ser vivo (e vivos são também, para Jina, as plantas, o ar e a terra). «Então, além de sua escudela, eles deviam transportar sempre consigo uma vassoura, um coador e um véu (diante da boca e do nariz) a fim de não pisar com os pés, não engolir e não respirar nada vivo...»⁶⁵ Mendigando, penitenciando-se, perambulando sem cessar, procuravam os monges da seita libertar-se do Karma e conseguir assim a vitória. Na mesma época e no mesmo ambiente, o Jainismo sofreu a concorrência vitoriosa de uma doutrina que viria a constituir uma das grandes religiões da Humanidade: o *Budismo*.

f) o *Budismo*. — O fundador. Nem sempre é possível distinguir a História e a lenda quando se trata de reconstituir os traços biográficos do fundador do Budismo. *Siddhârta* (aquele que chegou a seu fim), chamado também Sâkya-Muni (leão da tribo dos Sâkyas, segundo uns, ou, segundo outros, o sábio Sâkya ou, ainda, o solitário da família Sâkya), Tathâgata (o que chegou à verdade), nasceu em Lumbini, perto da cidade de Kapilavastu ao sul do Nepal, a cerca de 160 quilômetros de Benares, pelo ano 560 aC. Pertencia ao nobre clã dos Sâkyas, da casta dos guerreiros. O lugar de seu nascimento foi identificado em fins do século passado, graças ao encontro de uma pilastra erigida por Açoka por ocasião de uma peregrinação do soberano aos lugares santos da religião de que se fizera protetor. Na idade de 29 anos, Sâkya-Muni abandonou os seus e sua pátria e dedicou-se à meditação, procurando a solução para os problemas profundos da vida. Nessa época predominava entre os arianos a preocupação de libertar-se do ciclo terrível dos nascimentos. Sâkya-Muni durante sete anos buscou o caminho da libertação na prática do jejum e de outras maceações voluntárias. Certa ocasião em que se encontrava à sombra de uma figueira, sentiu que havia descoberto o caminho da libertação, tornando-se então subitamente um *iluminado*, um *Buda*. «Compreendeu a causa da dor e o meio de livrar-se dela. Pois que tudo o que nasceu está condenado a sofrer, é a existência mesma com a consciência desta existência que é o mal supremo. E' necessário, então, para matar o sofrimento, matar em si o desejo e o pensamento. Quando não mais se pensa, goza-se do repouso e entra-se no *nirvana*».⁶⁶

Após uma hesitação, Buda resolveu iniciar a pregação que iria durar o resto de sua vida (cerca de quarenta e quatro anos). E' famoso seu primeiro sermão aos ascetas de Benares: «Aproximai-vos, o livramento da morte foi encontrado; estou libertado para sempre de todos os elos divinos e humanos; minha alma está livre para sempre: este é meu último nascimento, eu não tornarei mais».⁶⁷



26. Sacerdote de Mohenjo-Daro.



27. Buda sentado.

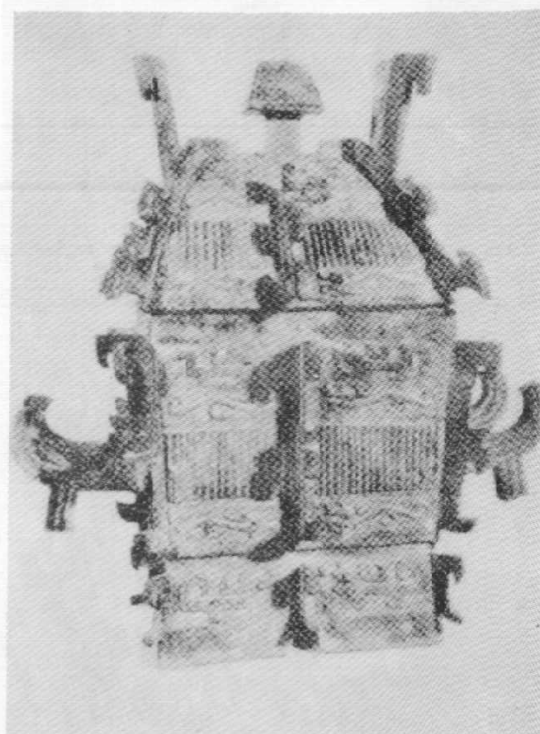
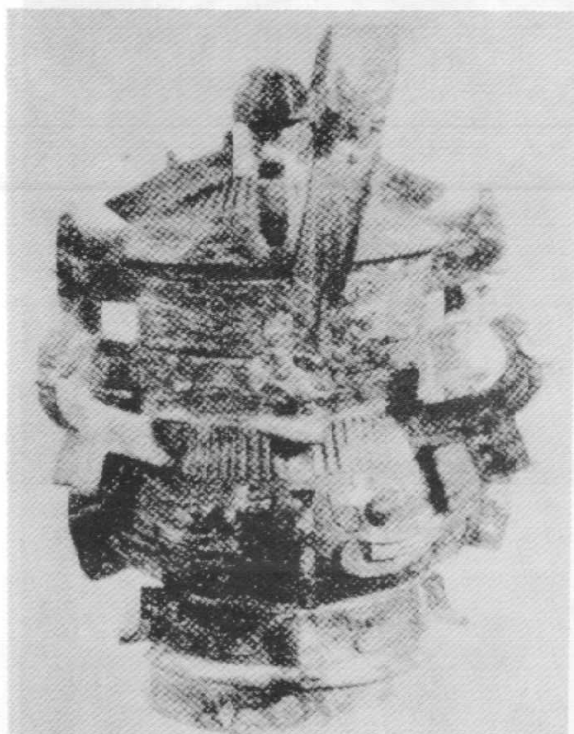


28. Estatueta encontrada nas ruínas de Harappa.



29. Capitel de uma coluna de Açoka.

ARTE CHINESA



A doutrina. — Qual, resumidamente, a doutrina pregada pelo *Iluminado*? Notemos, preliminarmente, que sua pregação carece de especulações metafísicas. Os deuses, os Vedas, o culto nada significam para ele. Talvez se note aqui uma revolta do Kshatriya contra o Brâmane. Sua grande preocupação é libertar a humanidade da dor. Alguns de seus ensinamentos fundamentais podem ser resumidos nos seguintes pontos:⁸

1. A dor é universal, tudo o que existe é dor.
2. A origem da dor encontra-se nas paixões e no desejo da existência.
3. O fim da dor é a extinção do desejo, o aniquilamento da existência, o nirvana.
4. O meio de libertação da dor é a contemplação universal das coisas e a prática da mortificação dos apetites. «Estas práticas constituem a óctupla via da libertação: crer retamente, querer retamente, falar retamente, obrar retamente, viver retamente, esforçar-se retamente, pensar retamente, meditar retamente».

Que vem a ser o *nirvana*? Aí está um problema que tem desafiado a argúcia de inúmeros estudiosos. O próprio Buda recusou-se a esclarecer o assunto quando um monge propôs a famosa questão: «O nirvana é existência, não-existência, existência mais existência, nem existência nem não-existência?»⁹

Em sânscrito *nirvana* significa extinção (por exemplo, de uma vela). Sem aprofundarmos o conceito, poderíamos talvez concebê-lo como um estado de paz perfeita, consequência da extinção do desejo que é origem da dor e causa e consequência do ciclo de nascimentos e mortes. «E' uma aquisição positiva obtida por um conhecimento intuitivo, por uma contemplação metódica, o quarto grau de santidade e já acessível sôbre a terra...»¹⁰

A moral búdica inclui cinco mandamentos gerais e as regras monásticas. Os mandamentos se resumem em: não matar, não roubar, não cometer impureza, não mentir, não tomar bebidas embriagantes. Os verdadeiros monges devem, entre outras, cumprir as seguintes condições: possuir um companheiro virtuoso, levar uma vida virtuosa de acordo com os preceitos da doutrina, receber as devidas instruções (v.g.: relacionadas com a extirpação do mal, com a destruição das paixões, etc.), não desanimar, conhecer a sabedoria que leva à supressão da dor.

Digamos, agora, uma palavra sobre a filantropia do Budismo: pregou a compaixão para com os sofredores, prescreveu a esmola, o esquecimento das injúrias, a não-resistência aos maus, o nivelamento das castas. Este nivelamento está bem expresso nessas palavras de Buda: «Não vejo diferença alguma entre as quatro castas; minha doutrina pura não distingue entre pessoas altas e baixas; ao contrário, ela é semelhante à água, que lava igualmente o rico e o pobre, o bom e o mau, e a tudo purifica sem distinção. E' como o fogo que consome o grande e o pequeno. Como os quatro rios que confluem no Ganges perdem seu nome depois de desaguarem na corrente sagrada, assim também os seguidores

de Buda deixam de ser brâmanes, kshátrias, vaiçias e sudras; minha doutrina é como o céu onde há espaço para todos sem exceção: brâmanes, mulheres, donzelas, crianças, ricos e pobres».⁷¹

Concluamos essas ligeiras observações sobre o Budismo, chamando a atenção do leitor para dois pontos:

A existência de Deus. — Buda foi, a respeito do problema da existência de Deus, mais um indiferente que propriamente um ateu. A tradição não nos conservou o menor vestígio de que Buda se tivesse sentido responsável para com um Deus pessoal e que Lhe houvesse dirigido preces. Curioso é, entretanto, saber que o próprio Buda, após a morte e contrariamente a todos os seus princípios e doutrinas, passou a ser venerado como verdadeira divindade.

Semelhança entre Budismo e Cristianismo. — Entre a moral cristã e a moral búdica, no que concerne, por exemplo, ao amor do próximo, à continência, ao domínio das paixões, existe apenas uma semelhança extrínseca. A diferença fundamental reside sobretudo nas razões da prática ou da abstenção de certos atos. Assim, por exemplo, o móvel das práticas filantrópicas é no budismo, antes de mais nada, a obtenção do máximo de tranqüilidade e de paz individual; com os atos filantrópicos o budista tem por fim «fugir ele próprio da dor, extinguir toda a atividade e todo o vigor em uma espécie de êxtase humanitário».⁷² O sentido profundo e sobrenatural da caridade cristã, que vê no próximo um irmão, filho do mesmo Pai Celeste, a idéia do amor ao próximo pelo amor de Deus, é completamente alheio à moral búdica. Oldenberg escreve a propósito: «A linguagem do Budismo não possui uma só palavra para expressar a poesia do amor cristão, dessa caridade descrita por S. Paulo, que é maior do que a fé e a esperança, sem a qual quem falasse a língua dos anjos e dos homens seria um bronze sonoro e um címbalo que retine».⁷³ Poderíamos dizer que o ato filantrópico do budista visa à extinção de algo, enquanto que o ato caritativo do cristão é essencialmente criador: suas consequências devem repercutir não só no tempo mas, sobretudo, na eternidade. Acentuando a diferença entre o Cristianismo e o Budismo, Pavolini escreve: «O contraste entre as duas religiões é inteiro e completo, nos fundamentos e em tudo o que é característico e essencial para uma e para outra; contraste na metafísica e na ética, contraste entre as pessoas dos fundadores, entre os seus preceitos, entre o caráter da Igreja Cristã e a ordem budista, entre a influência que uma e outra crença exercitaram na vida social e moral, na arte e na ciência dos povos que a professam».⁷⁴

Concluamos com a observação de Spengler segundo a qual só um dileitante da investigação religiosa pode comparar o Budismo com o Cristianismo.⁷⁵

10. O Legado

A Índia foi, na Antiguidade e em épocas posteriores, uma fecunda encruzilhada de civilizações, um centro de intensa irradiação de idéias filosóficas e religiosas. Na introdução do presente capítulo e em seus diversos itens, especialmente naqueles concernentes à arte e ao comércio, salientamos as mútuas relações existentes entre a península hindostânica e outros países. A Índia, pois, não só recebeu como também transmitiu influências culturais. Vamos esboçar um quadro dessas intercomunicações na Antiguidade e, a seguir, citar alguns exemplos das contribuições indianas à grande corrente da civilização.

O intercâmbio cultural entre o vale do Indo e as velhas civilizações da Mesopotâmia já foi mencionado. Intercâmbio semelhante existiu com o império dos Aquemênidas; essas relações com o Ocidente se intensificaram na época helenística. Escavações recentes efetuadas nas proximidades de Pondichéry atestam, de modo eloqüente, as ligações entre a Índia e o Império Romano.⁷⁶ Ptolomeu fala-nos desses portos que se escalonavam do Mediterrâneo à China e os historiadores chineses informam-nos das visitas de embaixadores romanos à corte imperial, na época do Antonino Pio e de Marco Aurélio. Moedas romanas do tempo dos Antoninos, encontradas no Oriente, confirmam esse intercâmbio que não terá sido exclusivamente comercial.

Os contactos da Índia com o Oriente foram igualmente intensos: a Ásia Central, a China, a Indo-China, a Indonésia e o longínquo Japão sofreram a influência da cultura indiana. A expansão do Budismo ilustra essa influência sobre a Ásia Oriental: a religião de Buda difundiu-se na China, na Coréia e no Japão. Ruínas grandiosas de santuários bramânicos e budistas falam eloqüentemente do prestígio cultural da Índia em Java.

No terreno artístico, a Índia também irradiou sua influência no Oriente. Assim, por exemplo, «a arte greco-búdica se propaga, de uma parte através da Ásia Central para a China e o Japão, de outra parte, na Índia e além, através da rota marítima, pela Insulíndia e a Indo-China».⁷⁷

No que tange à influência científica, registremos que da literatura científica da Índia dependem em sua maior parte as obras congêneres da Alta Ásia Antiga, do Tibet, da Mongólia, da Birmânia, Tailândia, Laos, Cambodge e Indonésia.⁷⁸ «Estudada em si mesma e traduzida ou continuada em outras línguas, a literatura científica sânscrita desempenhou na Ásia Oriental o mesmo papel que na Europa e na Ásia Ocidental a literatura científica grega traduzida, imitada ou prolongada em siríaco ou em árabe».⁷⁹ Se, agora, voltarmos-nos para o Ocidente, surge uma interrogação: até que ponto teria a Índia influído na cultura da nossa Antiguidade Clássica? No terreno científico, parece inegável essa influência: «A comunicação de idéias indianas a certos meios médicos gregos da época da *Coleção Hipocrática* e de Platão é atestada pela menção, no tratado «Das doenças das mulheres», de um medicamento

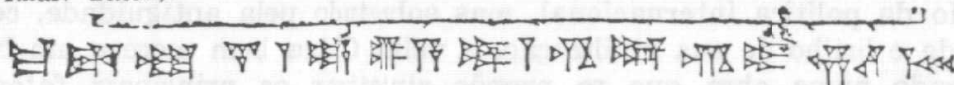
indiano, a pimenta, e de receitas médicas indianas». ⁸⁰ Admitia-se desde a época de Aristóteles que, mesmo antes da expedição de Alexandre, intelectuais indianos teriam vindo à Grécia». Aristóxenes de Tarento, discípulo de Aristóteles, cita uma anedota em que aparece um sábio indiano visitando Sócrates.

Quanto às elucubrações filosóficas, é possível delinear-se um paralelo entre certos pontos do pensamento indiano e do pensamento grego. Mas, entre as especulações helênicas e as meditações indianas, existem abismos intransponíveis, o que torna temerárias quaisquer afirmações sobre uma influência direta destas sobre aquelas.

E quanto ao nosso patrimônio cultural, existirá alguma contribuição direta de civilização indiana? «Não podemos atribuir à civilização indiana dádivas diretas como as que recebemos do Egito e do Oriente Próximo; porque estas civilizações foram as imediatamente ancestrais da nossa, ao passo que as Histórias da Índia, China e Japão correm em outro rumo e só agora estão começando a tocar e influenciar a corrente da vida ocidental. E' verdade que, mesmo através da barreira do Himalaia, a Índia nos mandou grandes presentes, como a gramática e a lógica, a filosofia e as fábulas, o hipnotismo e o xadrez, e acima de tudo o nosso sistema decimal». ⁸¹ Ainda no mesmo historiador ⁸² colhemos a seguinte informação: «Entre as coisas mais vitais da nossa herança oriental estão os algarismos «arábicos» e o sistema decimal, ambos vindos da Índia através da Arábia. Os algarismos erradamente chamados arábicos aparecem nos «Editos de Pedra de Ashoka (256 aC), precedendo de um milênio à sua aparição na literatura árabe. Disse o grande e magnânimo Laplace: Foi a Índia que nos deu o engenhoso método de representar todos os números por meio de dez símbolos, cada um deles recebendo um certo valor de posição, assim como um certo valor absoluto; profunda e importante idéia essa, e de tão simples que nos parece hoje, ignoramos-lhe o verdadeiro mérito. A sua simplicidade, a grande facilidade que imprimiu a todos os cálculos, pôs a nossa aritmética no primeiro plano das invenções úteis; e apreciaremos duplamente a grandeza de tal descoberta se refletirmos que ela escapou ao gênio de Arquimedes e Apolônio, dois dos maiores homens produzidos pela Antiguidade».

O que há de importante no legado da Índia Antiga é que, no Oriente, ele é tão vivo hoje como no passado. Porque a civilização da Índia, ao contrário do que sucedeu às velhas civilizações do Oriente Próximo, não conheceu a morte. Resistiu durante milênios e apresenta-se hoje bem viva, com todos os seus defeitos e virtudes. Assim, por exemplo, a velha literatura transmitida durante séculos pela tradição oral revela-se hoje com o mesmo vigor e pujança com que influiu outrora as massas sedentas de solução para os magnos problemas da vida. A História da Índia não terminou na Antiguidade. Não existe, na península, solução de continuidade entre os tempos de Gandhi e de Nehru e a época de Buda, Jina ou de Açoka.

- ¹ Courtillier, Les anciennes..., p.1.
- ² Aymard e Auboyer, O Oriente (I), p.221.
- ³ Durant, Nossa Herança... (t. 2), p.107.
- ⁴ Aymard e Auboyer, O Oriente (I), p.224.
- ⁵ Hrozny, Histoire..., p.224.
- ⁶ Brion, La résurrection II, p.55.
- ⁷ Vallois, Les races..., p.61.
- ⁸ Idem, ibidem..., p.63.
- ⁹ Consultar Meile, Histoire..., p.10, e Jules Bloch em Meillet (Les Langues...), p.488.
- ¹⁰ Meile, Histoire..., p.8.
- ¹¹ Brion, La résurrection II, p.79.
- ¹² Idem, ibidem..., p.81.
- ¹³ Idem, ibidem..., p.84.
- ¹⁴ Hrozny, Histoire..., p.234.
- ¹⁵ Masson-Oursel, L'Inde Antique..., p.23.
- ¹⁶ Courtillier, Les anciennes..., p.27.
- ¹⁷ Masson-Oursel, L'Inde..., p.96.
- ¹⁸ Courtillier, Les anciennes..., p.27.
- ¹⁹ Naudou, Jean, autor do capítulo sobre a Índia na Histoire Universelle (I), (Pléiade), pp.1429-1430; ver Bibliografia final, Grousset.
- ²⁰ Courtillier, Les anciennes..., p.47.
- ²¹ Idem, ibidem..., p.67.
- ²² Masson-Oursel, L'Inde..., p.41.
- ²³ Meile, Histoire..., p.21.
- ²⁴ Pirenne, Les grands, p.294.
- ²⁵ Masson-Oursel, L'Inde..., p.44.
- ²⁶ Courtillier, Les anciennes..., p.100.
- ²⁷ Naudou, Histoire Universelle, p.149, cf. nota 19.
- ²⁸ Courtillier, Les anciennes..., p.127.
- ²⁹ Pirenne, Les grands, p.478.
- ³⁰ Ver a propósito, Masson-Oursel, L'Inde, p.95.
- ³¹ Masson-Oursel, L'Inde..., p.91.
- ³² Anwander, Les Religions..., p.122.
- ³³ Masson-Oursel, L'Inde..., p.126.
- ³⁴ Idem, ibidem..., p.129.
- ³⁵ Février, Histoire..., p.144 e p.334.
- ³⁶ Courtillier, Les anciennes..., p.71.
- ³⁷ Masson-Oursel, L'Inde..., p.401.
- ³⁸ Brion, La résurrection II, p.59.
- ³⁹ Courtillier, Les anciennes..., p.107.
- ⁴⁰ Durant, Nossa Herança..., (t. 2), p.126.
- ⁴¹ Courtillier, Les anciennes..., p.193.
- ⁴² Stern, em Masson-Oursel, L'Inde..., p.420.
- ⁴³ Durant, Nossa Herança... (t. 2), p.124.
- ⁴⁴ Filliozat, J. em Histoire Générale des sciences..., pp.156-160. (Ver na bibliografia final: Taton).
- ⁴⁵ Taylor, Pequena..., p.70.
- ⁴⁶ Durant, Nossa Herança... (t. 2), p.53.
- ⁴⁷ Idem, ibidem..., p.58.
- ⁴⁸ Masson-Oursel, L'Inde..., p.450.
- ⁴⁹ Idem, ibidem..., p.459.
- ⁵⁰ Brion, La résurrection II, p.61.
- ⁵¹ Hrozny, Histoire..., p.255.
- ⁵² Pike, Dictionnaire..., p.7.
- ⁵³ Courtillier, Les anciennes..., p.30.
- ⁵⁴ Idem, ibidem..., p.32.
- ⁵⁵ Pike, Dictionnaire..., p.291.
- ⁵⁶ Anwander, Les Religions..., p.120.
- ⁵⁷ Idem, ibidem..., p.121.
- ⁵⁸ Idem, ibidem..., p.120. Ver tb. Courtillier, Les anciennes..., p.37 e Pike, Dictionnaire..., p.325.
- ⁵⁹ Courtillier, Les anciennes..., pp.51-52.
- ⁶⁰ Notar: «O nome masculino **Brahmâ** designa antes o Princípio primordial como Deus, como Senhor; o nome neutro **Brahman** designa-o como substância única e impessoal». Maritain, Introdução, p.22.
- ⁶¹ Franca, Noções..., p.22.
- ⁶² Courtillier, Les anciennes..., pp.160-161.
- ⁶³ Masson-Oursel, L'Inde..., p.207.
- ⁶⁴ Anwander, Les Religions..., p.133.
- ⁶⁵ Idem, ibidem..., p.131.
- ⁶⁶ Bardy, Les religions..., p.213.
- ⁶⁷ Idem, ibidem.
- ⁶⁸ Franca, Noções..., p.24.
- ⁶⁹ Bardy, Les religions..., p.218.
- ⁷⁰ Anwander, Les Religions..., p.252.
- ⁷¹ Weiss, História universal II, p.43.
- ⁷² Maritain, Introdução..., p.25.
- ⁷³ Oldenberg, Le Boudha, sa vie, sa doctrine et sa communauté. Trad. A. Fouchier, ed. 4. Paris, 1934. Citado em Nicolas Marín Negueruela, «Lecciones de Apologética», p.247, T.I. 9ª edición. Sociedad de Educación Atenas S.A., Madrid.
- ⁷⁴ Pavolini, Buddismo, p.157. citado em Franca, Noções..., p.25.
- ⁷⁵ Spengler, Decadência II, pp.210-211, citado em Orris, Dicionário..., p.180.
- ⁷⁶ Brion, La résurrection II, p.81.
- ⁷⁷ Stern, em Masson-Oursel..., L'Inde..., p.434.
- ⁷⁸ Filliozat, em Taton... La Science..., p.152.
- ⁷⁹ Idem, ibidem.
- ⁸⁰ Idem, ibidem..., p.179.
- ⁸¹ Durant, Nossa Herança... (t. 2), p.163.
- ⁸² Idem, ibidem..., p.54.



O rei Jeú de Israel (842-815) presta homenagem
ao rei assírio Salmanassar III (841).

A CHINA

Introdução

Depois da Índia, é a China que nos prende a atenção dentre as grandes regiões do Oriente Distante, quando procuramos traçar uma visão geral da História da Humanidade no período que designamos por Antiguidade Oriental.

Faz relativamente pouco tempo que a História da China está ocupando o merecido lugar nas páginas de nossos livros de História. Esse lugar é ainda bastante exíguo, principalmente nos programas de ensino e nas obras didáticas que pelos mesmos se orientam. Explicam-se, assim, os conhecimentos vagos existentes em boa parte de nosso mundo intelectual sobre uma das mais brilhantes civilizações que já desabrocharam na face da terra. Associamos, de um modo indefinido, o nome da China à invenção remota da imprensa, da pólvora, da bússola, ou à seda que durante séculos alimentou a vaidade feminina ocidental ou ainda ao chá que saboreamos em finas porcelanas em que delicados artistas pintaram atraentes cenas orientais. Lembramo-nos da China quando lemos nos jornais as notícias de catastróficas inundações em que milhares de seres humanos perecem do dia para a noite, quer vítimas das próprias águas, quer ceifadas pelo eterno flagelo da Humanidade: a fome.

Entretanto, por sua vasta superfície, por sua numerosíssima população, pelo papel cada vez mais saliente que vem desempenhando no cenário da política internacional, mas sobretudo pela antiguidade, continuidade e brilho de sua civilização, a velha China bem merece um lugar destacado numa obra que se propõe sintetizar os principais fatos da Antiguidade Oriental.

Costuma-se falar do prolongado isolamento em que a China se manteve durante milênios, com relação à influência de outros povos e de outras civilizações. Embora, como se depreende do que escrevemos em páginas anteriores, esse isolamento não tenha sido absoluto, foi, contudo, suficiente para descer sobre a grande nação um véu de mistério e conservar, assim, nossa ignorância sobre a civilização chinesa.

Os próprios chineses, orgulhosos de suas tradições milenares, e convencidos da superioridade de sua cultura, pouco ou nada fizeram para dissiparem as brumas do isolamento. Ao contrário, muitas vezes se opuseram formalmente ao intercâmbio com outras nações, consideradas simplesmente como bárbaras. As palavras, com que o governo chinês rejei-

tava na primeira metade do século passado uma tentativa de contacto com europeus, revelam bem a mentalidade chinesa e seu desprezo pela manutenção de relações com povos «inferiores»: «Os princípios de nosso país são invariáveis. E' índole dos bárbaros querer ora isto, ora aquilo, transformar uma coisa em outra. A imutável sabedoria do Império do Meio tem sido sempre contrária a uma semelhante variabilidade».

1. Fontes

a) *Tradição literária*. — A China possui uma considerável literatura histórica cujo valor vai sendo, aos poucos, determinado pela sinologia, ciência de fundação relativamente recente. «Nenhuma outra nação apresenta tantos historiadores, nem tanta história escrita. Mesmo as mais antigas cortes tinham seus escribas oficiais que faziam a crônica das realizações do soberano e dos portentos da época; e esse ofício de historiador da corte, mantido até os nossos tempos, ergueu na China uma tremenda massa de literatura histórica, sem igual em extensão e tediosidade».

Vejamos, somente a título de exemplo, algumas dessas obras que nos informam sobre as dinastias e os eventos da China antiga.

Chu-king (livro dos documentos, livro de História). Esta obra talvez date do século VII aC. Segundo Sseu-ma-Ts'ien, Confúcio teria composto o prefácio e coletado os cem textos que constituíam o trabalho primitivo. Seu conteúdo compreende proclamações e discursos atribuídos a reis e ministros desde a época lendária do imperador Yao (2357-2258 aC?) até a metade da dinastia dos Tch'eu (cerca do VII século aC). Ao que parece, o *Chu-king* só possui valor histórico no que expõe sobre essa última dinastia.

Tch-uen-Ts'ieu (As primaveras e os outonos). Esta obra contém anais sobre acontecimentos que se estendem de 722-481 aC. E' atribuída a Confúcio.

Tsheu-scheu-kinien (Anais escritos em bambu). Os anais foram encontrados no século III dC em uma tumba dos príncipes de Wei. Expõem acontecimentos a partir do reinado de Huang-ti. E' curioso observar que os anais mencionam um eclipse ocorrido no outono do ano 2155 aC. Os sábios calculam que, de fato, houve um fenômeno dessa natureza a 12 de outubro de 2155 aC.

A obra histórica mais vasta da literatura chinesa é a «Relação histórica», composta por Sseu-ma-Ts'ien, alcunhado o *Heródoto chinês*. O pai de Sseu-ma-Ts'ien já havia planejado escrever uma História Geral da China e para tal reunira o material necessário. Sseu-ma, como seu colega grego, realizou longas viagens nas quais dilatou os horizontes de seus conhecimentos e colheu farto material para sua obra enciclopédica. Viveu no II século aC (145-86 ±).

b) *Pesquisas arqueológicas*. — As descobertas arqueológicas, iniciadas em datas relativamente recentes, têm contribuído para ampliar



as fontes do conhecimento da civilização chinesa. Como sucedeu em outras regiões, as conquistas da arqueologia estão ligadas a acontecimentos que possuem o sabor de romance de aventuras. Os chineses sempre olharam com desconfiança a curiosidade dos arqueólogos que ameaçavam profanar os túmulos antigos, cercados de uma veneração supersticiosa e temerosa. À reação popular unia-se, às vezes, a reação de pessoas de influência que viam na atividade dos arqueólogos um insulto aos antepassados. Compreende-se, assim, um fato curioso: não raro, os ladrões de sepulturas desempenharam um papel de relevo para a arqueologia, colocando no mercado de antiguidades objetos preciosos, que serviram de pista para futuras expedições arqueológicas. Claro está que, sem o necessário preparo, os salteadores, buscando somente o lucro, prejudicavam, às vezes irremediavelmente, a pesquisa científica.

Citemos agora, apenas para ilustrar, algumas das mais célebres descobertas arqueológicas efetuadas na China.

No fim do século passado, camponeses do vilarejo de Ngang-Yang, situado a mais de cem quilômetros ao norte do rio Amarelo, na província de Ho-nan, fizeram uma surpreendente descoberta: fragmentos de ossos, considerados desde logo como ossos de dragão (fósseis) e vendidos imediatamente ao farmacêutico para que com os mesmos fabricasse medicamentos. Felizmente, alguns desses fragmentos caíram em mãos de antiquários que reconheceram logo sinais da antiga escrita chinesa gravados nos mesmos. A decifração revelou que os ditos sinais reproduziam oráculos dados em resposta a consultas de soberanos da dinastia dos Chang que teriam reinado no II milênio aC. Investigações posteriores, realizadas entre 1929 e 1935, revelaram a existência, no local da antiga capital dos Chang, de admiráveis estátuas de mármore, vasos de bronze de grande perfeição, túmulos monumentais, centenas de esqueletos, vestígios dos principais edifícios da capital, armas, utensílios, e, sobretudo, ossos contendo preciosas informações sobre a vida cotidiana dos cidadãos e sobre os grandes acontecimentos políticos. Eis, em poucas palavras, o balanço de uma das mais sensacionais descobertas arqueológicas deste século. O encontro dos milhares de ossos com inscrições foi «para o mundo científico uma grande aventura e, de certo modo, uma conquista tão importante como a decifração dos hieróglifos do Egito...»³

As dezenas de túmulos da dinastia dos Tchêu (1207-256 aC), descobertos em Siun-hien, lançaram novas luzes no passado da China: máscaras de bronze, armaduras, armas, vasos rituais, carros aos quais devem ter sido atrelados cavalos cujos esqueletos foram encontrados, cães com sinêtas penduradas ao pescoço, dão-nos uma idéia da pompa funerárias dos Tchêu. A posição em que foram encontrados os esqueletos de animais sugere à imaginação uma cena de aflição no momento em que os mesmos eram soterrados. «A imaginação se representa este desvario dos cães e dos cavalos enterrados vivos e sentindo cair sobre si pesadas pás de terra, enquanto que eles se debatem, relinchando, ladrando»

do nesta fossa de dez metros quadrados, chocando-se nos timões dos carros, pisoteando os vasos de bronze».⁴

Para concluir, citemos ainda as sepulturas dos Han (202 aC, — 220 dC) encontradas em grande número em Lo-yang. Nas paredes desses túmulos vemos a representação de interessantes cenas que mostram desde cortejos de mostrengos até caçadas nas florestas e episódios da vida familiar.

2. O País e os Habitantes

a) *O País.* — No decurso dos milênios de sua História, as fronteiras chinesas sofreram diversas modificações. De um modo geral, poderíamos estabelecer os seguintes limites dessa vasta região: ao norte, a Mongólia e a Mandchúria, a leste e a sudoeste o Oceano Pacífico, ao sul, a Indochina, e a oeste as montanhas do Tibet.

A grande planície chinesa, que se estende desde Pequim ao norte, até o Huai-ho, ao sul, desde as proximidades de Lo-yang a oeste até Chan-tong a leste, desempenhou um papel decisivo na História chinesa. Essa vasta região estava, outrora, ocupada pelas águas do mar que avançava até os paredões do Chan-si.

O Hoang-ho (Rio Amarelo) nasce nas montanhas do Tibet e, depois de descrever um longo cotovelo ao atravessar a Mongólia, banha a grande planície fertilizando a mesma com o loess (fina poeira de argila, areia e calcáreo) carregado dos terraços amarelos do oeste, e deságua, finalmente, ao norte da península de Chan-tong.

Bem mais ao sul corre o Yang-tse-kiang, o rio chinês de maior percurso, também originário do Tibet. A bacia do Yang-Tse, separada da do Hoang-ho pelo maciço de Tsin-ling, esteve outrora, na época da primeira expansão chinesa para o sul, quase toda recoberta de florestas.

O clima da China varia com a diversidade de suas regiões: ao norte é caracteristicamente continental, com verões quentes e invernos frios e chuvas limitadas; ao sul, sob a influência do mar, os invernos são amenos, os verões úmidos e as chuvas abundantes.

A China possuiu sempre abundantes recursos naturais. Desde alta antiguidade cultivam-se cereais como o arroz, a cevada, a soja, o trigo e o alpiste. Entre os animais domésticos figuram o cavalo, a vaca, a ovelha, o porco, o cão e a galinha.

Tigres, panteras, leopardos, rinocerontes, ursos, lobos, búfalos, antílopes e outros animais incentivaram as práticas cinegéticas dos chineses.

Nas montanhas encontram-se ouro, prata, cobre, estanho, ferro, diamantes, esmeraldas, mercúrio, etc.

b) *Os habitantes.* — Ao que parece, o território chinês foi habitado na aurora da humanidade. Já fizemos menção ao *Sinanthropus pekinensis*; os dados da arqueologia pré-histórica atestam a presença do homem na China, no paleolítico e no neolítico. E' bem provável

que entre a técnica da civilização neolítica exumada nas escavações realizadas por M. J. G. Andersson e a técnica da civilização atual não haja solução de continuidade. Assim, por exemplo, certo tipo de facas de ferro empregadas hoje em dia na China do norte conserva exatamente as formas de antigas facas de pedra encontradas num depósito da época neolítica.¹

Essa continuidade cultural atestaria também uma continuidade racial? Aí está um problema delicado para o qual a antropologia ainda está longe de dar a palavra definitiva. E' bem possível que a raça chinesa habite a mesma região desde épocas bem recuadas. Que se deve, entretanto, entender por raça chinesa? Na formação do povo chinês houve múltiplas misturas, o que explica a existência de diferentes tipos físicos.

Vallois² classifica os habitantes das terras de aluvião do Hoang-ho e do Yang-tse-kiang como pertencentes à raça centromongol. «Esta raça, que ocupa a maior parte da China, corresponde, antes de tudo, ao que se pode chamar os verdadeiros chineses, os agricultores das terras amarelas». À medida, entretanto, que progredimos para o sul da China encontramos uma diferenciação progressiva do tipo físico, chegando assim a uma outra raça, chamada sul-mongol.

c) *A língua.* — Os progressos da lingüística afastaram, há muito, a antiga idéia que se fazia do chinês como sendo uma língua isolada e misteriosa. Segundo alguns autores,³ o chinês integrar-se-ia em uma família lingüística da qual fariam parte o tibetano, o birmanês e o thaí (grupo de línguas faladas na Indochina e no sul da China).

Estudando a língua chinesa, é mister distinguir a língua falada e a língua escrita. Esta desempenhou um papel importantíssimo na História do povo chinês: internamente serviu, durante milênios, de traço de união entre regiões distantes, quase isoladas por dificuldade de comunicações e possuindo falares próprios; externamente, foi o principal veículo da civilização chinesa.⁴

Convém lembrar que, entre a língua literária moderna e a da época dos Han, pouca diferença existe. Tal fato nos aparece realmente como digno de nota, quando pensamos nas profundas transformações, que se operaram em outras línguas em igual espaço de tempo.⁵

3. História Política

No início de sua História, os chineses colocam soberanos lendários aos quais são atribuídas determinadas atividades que, na realidade, assinalam as etapas de progresso da população chinesa desde o seminomadismo primitivo até a agricultura sedentária. Assim, por exemplo, Chen-Nong é apresentado como o soberano que fabricou a charrua e ensinou as regras da agricultura. De Huang-ti diz-se que era fundidor, inventor das armas e teria plantado as cinco espécies de cereais. A missão de Yao, que possuía a inteligência de um ser divino, foi promo-

ver o bem de seu povo sem pensar em si mesmo. Como vemos, os vultos lendários que iniciam as épocas brumosas da História Chinesa são descritos acima de tudo como sábios ponderados que desempenham a elevada missão de por ordem nas coisas e nos homens.

a) *Os Hia* (2000-1523 aC). — Yu, o Grande, fundador da dinastia dos Hia, lembra um demiurgo: cavou canais, construiu diques e guiou os rios ao mar, dando, portanto, grande impulso à economia agrícola.

O último dos Hia foi um tirano cruel, deposto por um de seus feudatários: T'ang.

b) *Os Chang* (1523-1028 aC?). — T'ang, o vitorioso, fundou a dinastia dos Chang que posteriormente recebeu o nome de Yin. A tradição, que colocava uma das sedes reais na atual província de Ho-nam, foi plenamente confirmada pelas já mencionadas descobertas realizadas em Ngang-Yang. Os túmulos aí encontrados, de acordo com a cronologia do sinólogo sueco Karlgren, remontariam à última fase da dinastia dos Chang, entre 1300 e 1028.¹⁰

Os produtos das escavações realizadas colocam-nos diante de uma civilização material que atingiu o apogeu. O brilho das atividades artísticas é revelado sobretudo pelos magníficos vasos rituais de bronze, pelas esculturas de mármore e pelos trabalhos em jade. Note-se que essa suntuosidade confirma uma vez mais o que a tradição chinesa referia em relação aos Chang.

Um dos fatos marcantes da História da dinastia dos Chang foi a expansão dos colonos chineses para fora da grande planície. Nas regiões banhadas pelo Yang-Tse, recobertas de vastas florestas, os pioneiros chineses encontraram povos da mesma raça os quais, porém, levavam uma vida semibárbara de caçadores e pescadores.¹¹

c) *Os Tchêu* (1027 aC-256 aC?). — A dinastia dos Tchêu tem sua origem no planalto de loess do Noroeste, na atual província de Chen-si. Os habitantes dessa região, que era um ponto avançado da China entre os povos selvagens, estavam acostumados ao rude labutar de conquistadores e desbravadores. Wu-Wang, príncipe tchêu, desceu (1028 aC?) para as planícies de Ho-nam e venceu Cheu-sin, o último dos Chang, que teve um fim dramático, atirando-se nas chamas.

O espírito rude dos vencedores parece refletir-se na arte da época, principalmente na decoração dos vasos rituais de bronze que não apresentam a mesma riqueza de outrora.

No século VIII, uma incursão de bárbaros saqueia a capital da dinastia situada no vale do rio Wei, em Chen-si, e obriga os soberanos a estabelecer-se no vale do rio Lo, nas proximidades da atual cidade de Lo-yang. Data de então a decadência política da dinastia: o território chinês se desintegra em diversos principados hereditários cujos senhores chegam até mesmo, no século IV aC, a usurpar o título de rei.

Os Tchêu conservam, entretanto, um grande prestígio relacionado não mais com seu poderio político mas sim com sua posição em face da religião: eram eles os *filhos do céu*, investidos do mandato celeste aos quais cabia a missão de realizar os sacrifícios e manter assim as boas relações entre o céu e a terra.

d) *A época feudal*. — Do século VII ao III aC a História da China apresenta as seguintes características:

1. Desprestígio do poder real.
2. Aparecimento de dezenas de principados, alguns dos quais, como o dos Tsin situado em Chen-si, detiveram a hegemonia sobre outros de menor importância.
3. Tremendas guerras civis entre essas dinastias provinciais.
4. Aparecimento de uma sociedade feudal cavaleiresca que lembra, em mais de um ponto, o feudalismo medieval da Europa Ocidental.

«Os séculos V, IV e III são apresentados como um período de anarquia e como o tempo de uma grande crise moral. Os grandes estados acabam por absorver quase inteiramente os pequenos senhorios. A ordem da sociedade deixa de ser fundada sobre a tradição e sobre as regras protocolares». ¹² O desejo de poder nessa época prevalece sobre a preocupação de bem-estar e de equilíbrio social. «Ora, foi precisamente nessa época trágica que os sábios, os políticos, os filósofos e os pensadores se ergueram, numerosos, esforçando-se por ministrar ao Império os remédios que julgavam eficazes. A solicitude, o labor e o gênio de alguns deles ocasionaram uma floração sem igual no pensamento chinês. Foi a época clássica da nossa filosofia. O seu Mestre foi Confúcio, patriarca dos letrados, fundador da primeira e mais notável de nossas Escolas. Pois todas as Escolas do seu tempo, e as posteriores, foram direta ou indiretamente herdeiras da doutrina e exemplo do Grande Mestre, Pai da filosofia chinesa». ¹³

e) *Os Ts'in* (221 aC-207 aC). — Entre os estados feudais que desempenharam uma certa hegemonia na China dividida, figurava o reino de Ts'in situado no vale do rio Wei, na região de Chen-si. O exército do Ts'in caracterizava-se pela excelência de seu armamento: uma cavalaria de grande mobilidade, uma infantaria ligeira e uma artilharia que compreendia máquinas para sítio, torres móveis e catapultas. Para termos uma idéia da belicosidade e, principalmente, da crueldade de seus guerreiros basta lembrar que só recebiam soldo mediante a apresentação das cabeças decepadas dos inimigos. Claro está que, nessa época, já não mais podemos falar em cavaleirismo feudal.

Ao lado de um exército poderoso, o Estado de Ts'in possuía uma legislação severa e impiedosa que disciplinava de modo rigoroso toda a população.

Um reino tão fortemente organizado deveria necessariamente passar à conquista externa. Com efeito, aos poucos, e à custa de numero-

sas carnificinas, das quais resultaram centenas de milhares de cabeças decepadas, o Ts'in estava apto para completar a unificação da terra chinesa iniciando a época imperial da História da China.

O fundador do Império chinês foi o rei de Ts'in, Tcheng, que, como imperador, chamou-se Che Huang-ti (primeiro augusto senhor). O César chinês é descrito por um contemporâneo como um homem de nariz proeminente, olhos largos, peito de ave de rapina, voz de chacal, coração de tigre ou de lobo.¹¹ O Império fundado por Huang-ti iria durar, sob diferentes dinastias, mais de dois mil anos (221 aC.-1912 de nossa era). Convém, pois, apresentar os traços característicos de uma tal obra. Procuremos resumi-los nos seguintes itens:

1. A unidade imperial foi realizada.

a) pela força bruta que submeteu e destruiu os demais estados feudais;

b) pela extensão, a todo o território unificado, do rígido corpo de leis vigentes no Ts'in;

c) pela forte centralização governamental;

d) pela aplicação na política das maquiavélicas teorias da Escola dos Legistas, já utilizadas, havia muito, pelos príncipes do Ts'in.

2. Huang-ti, como outros grandes homens de estado, soube unir o gênio militar à capacidade administrativa. Consolidou seus triunfos guerreiros por meio de uma atividade política, social e intelectual. Deslocou populações inteiras com o fito de acabar com regionalismos perigosos, instituiu uma equilibrada e centralizada administração para as províncias e fez construir um sistema de estradas imperiais.

3. Entre suas realizações e desmandos de ordem intelectual podemos anotar:

a) unificação dos caracteres da escrita, dos pesos e medidas;

b) destruição, a conselho de seu ministro Li Sseu, de todos os livros, com exceção das obras técnicas, com a finalidade de livrar o império da considerada nefasta influência dos escritos de filósofos como Confúcio e Mêncio (213 aC).

4. A grande obra material do reinado de Huang-ti foi a construção da monumental muralha chinesa ligando as antigas fortificações outrora construídas por diversos príncipes com a finalidade de repelir os ataques dos Hunos.

Huang-ti morreu em 210, não sem antes tentar descobrir a droga da imortalidade, reunindo, para isso, enorme multidão de mágicos.

Seus funerais foram grandiosos e cruéis como fora sua vida. Sepultado nas proximidades de sua imponente capital, Hien-Yang, situada na margem setentrional do rio Wei, ao norte da atual Tch'ang-ngan, arrastou para as profundezas de seu monumental túmulo não só os operários que no mesmo haviam trabalhado, mas todas as mulheres de seu harém que não lhe haviam dado filhos.

O sucessor do grande imperador foi incapaz de continuar a grande obra; a dinastia dos Ts'in entra em decadência e o império mergulha numa era de anarquia em que o poder passa a ser disputado pelos chefes militares.

f) *Os Han* (202 aC-220 dC). — A herança de trinta e sete¹⁵ gerações de príncipes de Ts'in foi recolhida por Lieu Pang, um campônês afortunado, que se fez sucessivamente soldado, chefe de bando, senhor feudal, conquistador e, finalmente, após vencer seu rival Hiang Yu na batalha de Kai-hia, no rio Huai, em janeiro de 202 aC, imperador da China e fundador de uma dinastia que iria imperar durante quatro séculos.

A época mais brilhante da dinastia dos Han ocorreu sob o reinado do imperador Wu-ti (140-87 aC). Enérgico e inteligente, soube opor-se às pretensões da nobreza que pretendia reviver a época feudal e cercou-se de letrados confucionistas por tanto tempo desprezados e até mesmo perseguidos. Para impedir o fortalecimento do feudalismo, ordenou que o herdeiro de qualquer domínio dividisse as terras entre seus irmãos.

Externamente Wu-ti procurou estender as fronteiras de seu império, conquistando definitivamente para a China, com a bacia do Huai e com o litoral meridional, toda a imensa região do rio Azul e anexando o reino de Cantão. Mas a atividade guerreira de Wu-ti não se fez sentir somente na região sul. A luta contra os hunos e a conquista da Ásia Central figuram entre os fatos marcantes de sua política externa. Resultados dessas vitórias e conquistas foi o estabelecimento de uma verdadeira *Pax Sínica* através da Ásia Central e Oriental. Nessa época viveu Sseu-ma Ts'ien, o historiador a que já aludimos e o poeta Sseu-ma Siang-Ju, que descreveu a beleza selvagem das caçadas imperiais.

Outro soberano Han que deve ser mencionado é Siuan-Ti (73-49 aC). Sob seu reinado foram feitas diversas expedições à Ásia Central provocadas pelos tradicionais adversários dos chineses: os hunos. A divisão destes entre dois chefes rivais, depois do ano 60 $\pm$ aC, facilitou a ação militar chinesa: protegeu o huno Hu-han-ye que se declarara vassalo do Filho do Céu contra Tche-Tche. Este, derrotado, dirigiu-se com outros hunos para o Ocidente aliando-se a tribos bárbaras indo-européias e instalando-se nas estepes do Tchu e do Talas; uma expedição chinesa, entretanto, pôs fim às ambições de Tche-Tche em 36 aC. Os hunos ocidentais só vão reaparecer no cenário histórico quando no século IV cruzarem o Volga e o Don para atacar o mundo germânico e o Império Romano.

No ano 9 dC o trono dos Han foi ocupado pelo usurpador Wang Mang que deveria exercer o poder até 22 dC. Imbuído das idéias dos letrados sobre o governo, Wang Mang surge na História chinesa como um reformador singular de caráter social. Deve ser sublinhada a reforma agrária contra os latifúndios considerados como a causa principal da miséria dos camponeses. No ano 6 de nossa era, já sob a influência de Wang Mang, que ainda não era imperador, fora proibido, a

quem quer que fosse, possuir mais de cento e cinquenta hectares de terra sob pena de confiscação do excedente. Tendo subido ao trono, Wang Mang deu a cada família de oito pessoas uma propriedade de cinco hectares, obrigando, ao mesmo tempo, aos proprietários de domínios mais vastos a distribuir o excesso a seus parentes e vizinhos. Compreende-se que essas e outras reformas, como a proibição do tráfico de escravos, tenham despertado uma reação tremenda no vasto império. Os legitimistas que desejavam a volta dos Han escolheram Lieu Hiuan, príncipe da velha dinastia, como chefe; Wang Mang foi então deposto e assassinado.

Os Han que haviam reinado até o ano 6 de nossa era são conhecidos como «Han Ocidentais ou Anteriores»; sua capital foi Tch'ang-ngan ou Si-ngan-fu em Chen-si. Os Han restaurados são os «Han Orientais ou Posteriores» e reinaram em Lo-Yang ou Ho-nan-fu, em Ho-nan.

Lieu-Hiuan se revelou desde logo incapaz das graves funções que lhe cabiam como imperador num momento de tremenda crise político-social; foi então substituído por outro príncipe Han, Lieu Sieu que se tornou o imperador Kuang Wu-ti (25-57). Nos trinta e dois anos de seu reinado conseguiu restabelecer a paz interna e a hegemonia chinesa na Ásia Oriental. Vamos tentar resumir nas seguintes linhas alguns fatos característicos dos dois séculos de domínio dos *Han restaurados*.

1. Em primeiro lugar, citemos as constantes questões dinásticas relacionadas com a sucessão ao trono. Revoltas de príncipes de sangue, intrigas e assassinatos na corte, influência preponderante de certas imperatrizes viúvas.

2. Esses distúrbios não impediram, de um modo geral, que a sólida máquina administrativa e militar do império funcionasse graças sobretudo a alguns generais decididos entre os quais figura o famoso *Pan Tch'ao*, guerreiro audacioso e capaz, cujo nome está, durante cerca de 30 anos, intimamente ligado à conquista e ação civilizadora dos chineses na Ásia Central e que recebeu o título de «Protetor Geral dos países do Ocidente».

3. A *Pax Sínica* favoreceu as relações comerciais com regiões longínquas.

4. Foi sob os Han Orientais¹⁶ (Posteriores), que o Budismo, seguindo a rota aberta pelos soldados e mercadores, penetrou na China. A pregação da nova religião, que já florescia na Índia, havia mais de meio milênio, foi favorecida por dois fatos políticos. Primeiro, a integração de parte da Índia do noroeste e do Afeganistão (países em que se difundira o budismo) no já mencionado Império Indo-cita; este império manteve relações excelentes com a China. Segundo, a extensão do Império dos Han até o Pamir, nas portas da Índia e a abertura da famosa estrada da seda.

Note-se que sob os Han a propaganda budista não obteve maiores êxitos, havendo encontrado, desde logo, a oposição dos letrados confucionistas, que acusaram a religião estrangeira de inimiga da família por fazer periclitar o culto dos antepassados.

5. Um acontecimento de capital importância para a cultura chinesa foi, sob os Han, a fixação dos textos das obras atribuídas a Confúcio e à sua escola. Para garantir a duração dessa obra grandiosa foram gravados os ditos textos em estelas de pedra. Com o prestígio da doutrina confucionista se afirma igualmente a importância dos letrados organizados em verdadeira classe.

6. O Taoísmo, sobre o qual falaremos adiante, conheceu sob a dinastia dos Han Posteriores uma larga difusão entre as massas populares. Os taoístas militantes identificavam-se mediante o uso de um turbante amarelo. Suas preocupações saíram do terreno religioso para o social, atingindo a própria política. Em 184 pC estourou a rebelião dos turbantes amarelos, reprimida com crueldade e energia. A essa rebelião juntaram-se as intrigas da corte e as ameaças externas dos hunos.

Um general decidido, Ts'ao Ts'ao, proclamou-se então, (196 pC) na capital do Império, Lo-Yang, o protetor do império. Em 220 o «protetor» morreu e seu filho Ts'ao P'ei depôs o imperador Hien-ti, usurpando o trono e fundando a dinastia dos *Wei*.

g) *Os três reinos.* — A China desintegrou-se então em três reinos. A sudoeste o reino de Chu, com a capital em Tch'eng-tu, sob o cetro de Lieu P'ei, único soberano considerado legítimo por pertencer a um ramo dos Han; a sudeste o reino de Wu, com a capital em Wu-tch'ang, fundado pelo general Suen K'üan; finalmente o reino de Wei, fundado por Ts'ao P'ei, ao norte com a capital em Lo Yang. Este último era o mais populoso dos três.

No reino de Wei, os soberanos caíram, em breve, sob o domínio de uma família de mordomos do palácio, os Sseu-ma: Sseu-ma Tchao anexou, em 265, o reino de Chu; seu filho Sseu-ma Yen destronou o rei e fundou a dinastia de Tsin, conseguindo, em 280, anexar o reino de Wu e refazendo assim a antiga unidade chinesa.

h) *Os Ts'sins e os bárbaros.* — A unidade política restaurada pelos Tsin era precária. Os sucessores de Sseu-ma Yen revelaram-se incapazes de mantê-la e a História do Império pode ser resumida em duas linhas: intrigas e tragédias de palácio, de um lado; ameaça e invasão dos bárbaros, de outro.

Um chefe bárbaro, Lieu Yuan, que se julgava com direito à sucessão imperial chinesa, porque um antepassado contraíra, outrora, aliança matrimonial com a velha dinastia, proclamou-se, em 308, herdeiro dos Han e imperador da China; graças à capacidade de seus generais, conseguiu ampliar os primitivos domínios; seu sucessor Lieu Ts'ong (310-318) obrigou a dinastia Tsin a abandonar a China do norte e refugiar-se em Nankim, que se tornou a capital do Império. As províncias continentais caíram então sob o poder dos hunos. O eixo da Civilização chinesa se deslocou para o sul, para as províncias marítimas do Império. A ruína, a decadência, o despovoamento e a anarquia caracterizam a triste história do Norte e do Oeste da China flagelados pelos ferozes bárbaros.

4. A Sociedade

O estudo da sociedade chinesa oferece, naturalmente, uma dificuldade: a longa duração de sua História com as inevitáveis transformações. Se lançarmos o olhar para a época das três primeiras dinastias (Hia, Chang e Tchêu) podemos resumir da seguinte maneira seus quadros sociais:

Acima de todos pairava o soberano, senhor de todo o Império: o Filho do Céu, representando o Soberano Senhor do Universo. Suas numerosíssimas atribuições eram exercidas por intermédio de diferentes categorias de funcionários, acima dos quais estavam os altos dignitários. Entre estes podemos distinguir os ministros sem pasta, que constituíam o conselho privado do Filho do Céu, e os ministros encarregados de ministérios, como o da instrução, da guerra, da justiça, etc. Abaixo do imperador seguia-se, na hierarquia feudal, que lembra a sociedade da Idade-Média européia, os Kung (duques), os Héu (marqueses), os Pé (condes), os Tse (viscondes) e, por fim, os Nan (barões). Entre essa nobreza feudal, ligada ao soberano pelos elos da vassalagem, e os camponeses, podemos intercalar a classe dos letrados, oriundos quer da aristocracia, quer de camponeses enriquecidos. Esses letrados desempenham papel de relevo no quadro administrativo. Na base da pirâmide social figuram os camponeses cuja atividade era fundamental num país essencialmente agrícola. Os camponeses cultivavam a terra desde os albores da História da China. Durante milênios assistiram às mais tremendas convulsões sociais e políticas alimentando, com seu labutar incessante, reis, nobres, guerreiros, filósofos, letrados e invasores bárbaros. Regimes políticos, sistemas sociais, doutrinas filosóficas e religiosas sucederam-se no vasto solo chinês, ao perpassar dos séculos, enquanto o pobre camponês continuou, ao ritmo das estações, manejando o arado e, principalmente, a enxada, irrigando as plantações, defendendo-a contra os ladrões, as feras e as aves, colhendo enfim os preciosos cereais que iriam alimentar os dominadores do momento. Desde a alba até o anoitecer, o camponês agüentava um rude labor, como atestam velhos textos: «O sol surge: é hora de levantar — o sol desaparece: é hora de repousar — Cava teu poço, se queres beber — Trabalha, se queres comer». «Os chapéus de bambu se agitam, todas as enxadas cavam o solo para arrancar a erva daninha». A hora da refeição é uma hora de festa: as esposas e as crianças trazem o alimento em cestos: «Com grande alvoroço ei-los que comem — e fazem festa a suas esposas».¹⁶

Na época dos estados combatentes, época do feudalismo chinês, encontramos graves alterações sociais: «No domínio social, a ordem hierárquica sofrera alterações; muitos nobres tinham perdido a situação e o título; a própria condição da nobreza estava abalada. Privados de seus domínios e funções, grande número de fidalgos tinha descido ao nível de simples cidadãos, enquanto que os comerciantes enriquecidos e os camponeses mais capazes atingiam postos elevados».¹⁷

Pelo início da era cristã, em plena era imperial dos Han, novas transformações alteram o quadro da sociedade chinesa: à antiga aristocracia de sangue sucede uma aristocracia de dinheiro. Podemos apontar, entre outras, duas causas dessa transformação: em primeiro lugar a extinção gradual da velha nobreza já reduzida durante as carnificinas dos últimos tempos do feudalismo; em segundo lugar, a exploração e colonização de novas terras, que fizeram surgir uma nova fonte de riqueza, possibilitando a ascensão social de uma parte da população. A corte imperial já não se compõe somente de antigos nobres: homens novos, sem ascendência notável, conseguiram ocupar altos cargos exclusivamente devido a seus méritos pessoais, especialmente se revelavam excepcionais qualidades militares. «Podia-se então chegar aos mais elevados postos tendo partido do nada e tendo exercido qualquer profissão. O êxito «das pessoas cujos meios de existência eram incertos, e cujas profissões eram apenas provisórias», escandalizava os admiradores dos velhos tempos, partidários das hierarquias estáveis em que tudo era hereditário: cargos nobres e profissões humildes».¹⁸

Concluamos esse passar de olhos sobre a sociedade chinesa lembrando a existência, na China antiga, de grande quantidade de escravos. Uma das causas da escravidão foi, muitas vezes, a miséria e a fome: quando os pobres nada mais podiam vender para adquirir o necessário à subsistência, passavam a negociar com a própria pessoa e com os filhos. Leis penais severas contribuíram igualmente para aumentar o número de escravos do Estado. A aplicação da lei dos Han que punia a cunhagem de moedas forneceu, em pouco tempo, cerca de um milhão de escravos. Compreende-se, assim, a observação de Sseu-ma-Ts'ien de que «quase todo o mundo no Império se pusera a fundir moeda».

5. A Vida Econômica

a) *Agricultura.* — A atividade básica da vida econômica na China antiga, já o acentuamos, era a agricultura. Na época dos Tchêu «a exploração das terras era determinada por um sistema particularíssimo, denominado «regime do King». Consistia em partilhar o terreno a cultivar em nove quadrados delimitados por duas linhas paralelas cruzando-se mutuamente: Os oito quadrados exteriores eram dados pelo senhor a outros tantos chefes de família para serem cultivados em proveito próprio. O nono quadrado, situado no meio do King, devia ser cultivado pelos oito beneficiários em proveito do senhor».¹⁹

Repitamos alguns dos produtos do solo chinês e acrescentemos outros ainda não citados: milho miúdo, trigo, cevada, arroz, sorgo, abóbora, pepinos, feijão, ervilha, melão, frutas, alho, etc. Entre as árvores frutíferas podemos enumerar as pereiras, cerejeiras, abricoteiros, marmeleiros, ameixeiras, castanheiras, pessegueiros, etc. A amoreira desempenhava importante papel na criação do bicho da seda. Além do cultivo da terra, o camponês chinês dedicava-se à criação de gado (boi, ca-

valo, carneiro) e de animais de quintal como galinhas, coelhos, etc. A criação do gado eqüino e de gado ovino recebeu um grande impulso sobretudo por motivos de ordem militar. Um grande número de cavalos era indispensável para substituir as graves perdas da cavalaria nas batalhas. «Enquanto²⁰ que, no início dos Han, os altos funcionários eram transportados em carros de boi, sob o imperador Wu, viram-se cavalos até mesmo nas ruelas habitadas pelo povo comum, e era considerado desonroso montar um jumento». O gado ovino fornecia alimento ao exército.

b) *Indústria.* — A principal atividade dos chineses relacionava-se com os tecidos. A tecelagem doméstica era executada a partir do outono e durante todo o inverno. Cânhamo, fibras de ervilha, urtigas, juncos, caniços, palha, bambu, peles de animais, etc., constituíam o farto material para os trabalhos caseiros. Mas o que tornou famosa a indústria têxtil chinesa foi a fabricação da seda. «A fiação da seda é arte que vem do segundo milênio antes de Cristo. Os chineses alimentavam as lagartas com folhas da amoreira, maravilhoso alimento com que uma libra de ovos (700.000) produzia 9.500 libras de lagartas em 42 dias. Findo o crescimento, as lagartas adultas eram colocadas em pequenas tendas de palha nas quais teciam os seus casulos. Postos na água a ferver, destes casulos desprende-se o fio da seda e pode ser enrolado, e depois fiado da grossura exigida — e está pronto para a fabricação dos mais maravilhosos tecidos — sedas de vestuário, tapetes, bordados, brocados. Mas tudo para as classes altas. Os criadores da sêda vestiam-se pobremente de algodão. Mesmo nos séculos anteriores a Cristo começou esta indústria doméstica a fazer-se também em fábricas nas cidades. Formou-se um proletariado urbano, logo organizado em corporação industrial». ²¹ Para dar cor aos tecidos os chineses cultivavam diversas plantas como a garança e anileira das quais extraíam a necessária substância colorante.

A indústria chinesa não se ocupava somente com tecidos. Objetos de madeira, de argila, de metal (bronze e, mais tarde, o ferro), de pedra e de jade eram fabricados em abundância. Com relação à indústria extrativa, na época feudal, observemos: «As salinas parecem ter constituído a principal riqueza nacional. Tchu possuía reservas de cobre de que podia lançar mão para conseguir a aliança de Tcheng (641). Tsin possuía ferro: vemo-lo em 510 impor a cada um de seus súditos a contribuição de um alqueire de mineral». ²²

c) *Comércio.* — Antes de estudarmos o grande desenvolvimento comercial sob a dinastia dos Han, façamos uma breve nota a respeito das moedas. Como em toda parte, o comércio no início era realizado por meio da simples troca. A medida que se intensificavam as transações, tornou-se necessário encontrar um estalão de valor. «As operações comerciais efetuam-se com o auxílio de uma moeda que, sob os Chang, era representada por cauris (pei), mais tarde por peças de osso e ago-

ra por peças de cobre; sua unidade é inicialmente o *wan* (6 onças?) e depois, sob os Tchêu orientais, o *kin* (1 onça?), agrupando-se este último em lingotes de 20 e de 24 onças(?); tão-somente no fim do século V as primeiras moedas foram fundidas (*ts'üan*) sob diversas formas (sabres, sinos, etc...).²³

Huang-ti, que não apreciava os comerciantes, emitiu uma moeda de cobre, redonda, com um orifício quadrado, porém difícil de ser transportada devido ao seu peso demasiado.²⁴

Sob os Han, houve uma séria crise econômico-financeira devido ao abuso da liberdade de cunhar moedas e o imperador teve que restabelecer o monopólio do estado nas emissões.

Sob a mesma dinastia, contudo, o comércio chinês atingiu um notável desenvolvimento. A situação econômico-financeira do império oferece um material excelente para o estudioso desses assuntos. Para evitar a exploração do povo pelos eternos gananciosos, a venda do ferro e do sal passara ao controle do estado. O estoque de mercadorias feito por negociantes com o fim de obter lucros exorbitantes foi severamente combatido; a circulação de mercadorias foi facilitada por meio da construção, pelo estado, de carros e outros instrumentos de transporte. Tal cerceamento da iniciativa privada não podia agradar naturalmente aos partidários do liberalismo econômico. Assim, por exemplo, Pu Che, rico criador de gado ovino, que ofereceu ao imperador Wu a metade de sua fortuna, criticava a intervenção estatal no campo econômico argumentando que o ferro e o sal do estado eram de qualidade inferior e que as taxas sobre as embarcações, destinadas a favorecer os transportes públicos, tinham por resultado diminuir o número de negociantes e provocar a alta dos preços.²⁵

A expansão territorial colocou o Império em contacto com povos distantes possibilitando os intercâmbios com terras longínquas atingidas por missões comerciais chinesas. O grande produto de exportação era a sêda, uma das riquezas mais importantes das regiões que correspondem atualmente ao Chan-si e ao Ho-nan. O mundo greco-romano apreciava sobremaneira esse produto; o próprio nome com que os romanos designavam os chineses, *Seres*, derivado do chinês *sseu*, seda, indica o grande interesse por esse tecido.

Vejamos, agora, o famoso itinerário conhecido como a rota da sêda, através do qual os negociantes sírios entravam em contacto com seus colegas chineses. Partindo de Antioquia, capital da Síria Romana, a rota atravessava o Eufrates em Hierápolis (atual Menbidj, a leste de Alepo), penetrava no Império dos partas passando por Ecbátana (Hamadhan), Rhagés (Rey) e Hecatompylos (Châhrôud?), atingindo Antioquia de Margiana (Merv) e chegando a Barctres (Balkh) no império indocita. Daí dirigia-se para o Pamir. Aí «negociantes seres e caravaneiros levantinos trocavam a seda, o ruibarbo e a canela pelo jade de Khotan, os tapetes da Pérsia e da Cachemira, os marfins e os diamantes da Índia». ²⁶ O lugar de encontro chamava-se «Torre da Pedra» (*Lithinos Pyrgos*), ignorando-se o ponto exato de sua localização; a partir da Torre

da Pedra, a rota da seda se bifurcava: o ramo norte passava por Issedon Serica (talvez Leu-lan), a noroeste de Lobnor, por Daxata e atingia Throana (Tuen-huang?) onde encontrava o ramo sul da mesma rota. As etapas seguintes eram Drosakhé (talvez Su-tchéu), Thogara (Kan-Tchéu?), Sera Metrópolis (Tch'ang-ngan?), e finalmente, Thinaí (Lo-Yang).

Essa reconstituição, cujos nomes gregos das diversas localidades nem sempre podem ser identificados, é baseada nas indicações do geógrafo Marino de Tiro (110 dC) reproduzidas por outro geógrafo, Ptolomeu (170 dC).

O Império dos Han manteve contacto com o Ocidente também através do mar. Tais comunicações foram possibilitadas pela conquista do Anam e de seu litoral. Sabemos, através de fontes chinesas, que, no ano 166²⁷ de nossa era, um negociante chegou, via marítima, ao sul da China, apresentando-se como embaixador de Marco Aurélio. Descobertas arqueológicas recentes confirmam essas relações com os romanos: em Oc-êo, no litoral da Conchinchina, foi localizado um antigo porto freqüentado provavelmente por negociantes romanos, fato esse que se depreende das moedas do tempo de Antonino e de Marco Aurélio, encontradas no local.²⁸

6. A Literatura

a) *A escrita.* — Digamos preliminarmente duas palavras sobre a curiosa escrita chinesa.²⁹ Os documentos mais antigos que se conhecem atualmente provam a existência da mesma já no fim do segundo milênio aC. Podemos, porém, afirmar com certeza que ela já era conhecida em época bem anterior, embora ignoremos sua origem perdida em tradições lendárias. Observe-se, de passagem, que, além da escrita propriamente dita, os chineses empregavam outros meios de gravar o pensamento como, por exemplo, cordões com nós que lembram os quipos do Peru.

A escrita chinesa é essencialmente uma escrita de palavras, fato êsse que se explica pela própria natureza da língua chinesa na qual a palavra como tal é algo irredutível, não conhecendo as variações próprias das línguas ocidentais. A mesma palavra, muitas vezes, pode ser substantivo, adjetivo ou verbo. Essa função gramatical do vocábulo é determinada unicamente pelo lugar que o mesmo ocupa na frase ou por algumas palavras auxiliares. A frase chinesa constitui-se por uma justaposição de monossílabos que possuem um tom especial caracterizado tanto pela altura como pela inflexão, isto é, pela modulação da voz durante a emissão do som. Esse tom lembra, de certo modo, o acento musical do grego antigo. A obra dos inventores da escrita chinesa foi, assim, facilitada pela ausência de sufixos, prefixos e flexões gramaticais. A natureza da língua levava naturalmente à invenção de uma escrita ideográfica cujo problema principal seria a descoberta de representações figuradas para cada palavra. Desde os primeiros documentos escritos de

que temos notícia, inscrições relativas à arte divinatória gravadas em osso ou cascas de tartaruga, as variações do sistema gráfico chinês são apenas superficiais. Essas variações são devidas principalmente à mudança do material e do instrumento utilizados. Com efeito, o uso do pincel e do papel fizeram com que os caracteres perdessem a semelhança com os objetos representados.

Os chineses emprestam uma importância especial à caligrafia, pois somente a nitidez do número e da forma dos traços impede a confusão entre os milhares de sinais diferentes empregados na escrita.

b) *A literatura.* — A literatura chinesa é, por seu volume, a mais importante da Ásia.²⁰ Procuraremos, aqui, citar apenas algumas das mais famosas obras da Antiguidade. Começemos com os antigos livros preservados graças à clarividência de Confúcio: o Y-King (livro das mutações), o Chu-King (anais dos imperadores), o She-King (livro dos poemas), o Li-King (Livro dos ritos), o Tchuen-Ts'iu (A primavera e o outono), e o Yo-King (livro da música). Foi Confúcio quem coligiu os elementos de que são compostas essas obras e lhes deu a forma definitiva transmitindo-as a seus discípulos.²¹ Examinemos, brevemente, o conteúdo desses antiquíssimos produtos da literatura chinesa.

O Y-King, considerado o mais antigo, é, «ao mesmo tempo, uma cosmologia, uma psicologia e uma moral. Devido a seu caráter misterioso, o Y-King presta-se a toda sorte de comentários, alguns extravagantes.»²²

O Chu-King. — Seu conteúdo versa sobre os atos dos antigos imperadores até a dinastia dos Tch'eu inclusive.

O She-King. — Os poemas contidos nessa obra abordam costumes regionais, acontecimentos importantes e assuntos religiosos. Segundo Confúcio, «o significado essencial dos trezentos poemas consiste no seguinte: procurai que vossos pensamentos sejam puros e bons.»²³

O Tchuen-Ts'iu é a crônica do principado de Lu; expõe acontecimentos passados entre 722 e 480 aC. Confúcio desenvolve aí suas idéias relativas à reforma da Humanidade por meio do cumprimento dos deveres sociais. O Tch'en-Ts'iu é acompanhado de uma outra crônica chamada Tso-Tchuan, de autoria controvertida, redigida provavelmente pelo fim do século IV aC. O Tso-Tchuan trata dos acontecimentos da História Geral da China desde 722 até 450 aC.

O Li-King contém assuntos variados como constituições civis antigas, ensinamentos sobre cerimônias públicas e privadas tanto profanas como sagradas, etc.

Mencionemos ainda duas obras importantes para o conhecimento da doutrina de Confúcio: O Lunyu (Colóquios de Confúcio), obra compilada pelos discípulos do filósofo e o Hio-King (livro da Piedade filial) que encerra ensinamentos sobre os deveres dos filhos para com os pais.

Entre as obras de conteúdo filosófico convém citar ainda o Tao-te-King, atribuído ao fundador do Taoísmo, Lao-Tse. Seu conteúdo de

caráter ético está repleto de especulações metafísicas não raro difíceis de interpretar.

Com relação à *História*, remetemos o leitor ao que já foi escrito no item referentes às fontes da História chinesa.

Já fizemos alusão ao ato vandálico de Huang-ti com relação às obras literárias. Coube aos Han a glória não só de salvar o que restara da antiga literatura chinesa, mas possibilitar um verdadeiro florescimento das letras, especialmente da poesia. «A poesia, sobretudo, passa por uma renovação que lança os fundamentos da poesia chinesa das épocas seguintes e em que se encontram, entre 196 e 219 aD, já tratados os principais temas que serão indefinidamente retomados posteriormente; ao mesmo tempo, há a manifestação de um cuidado estético e surgem as «regras dos tons» — que, mais tarde, se tornarão obrigatórias». ³⁴ Entre os poetas mais famosos da Antiguidade Chinesa, convém citar K'iu-Yuan que viveu na época dos estados combatentes (cerca de 330 aC). Foi ele autor de notáveis elegias que se tornaram mais tarde verdadeiros modelos no gênero.

7. As Artes

A arte chinesa é a única do Extremo-Oriente a nos fornecer um material para estudo que remonta a mais de mil anos antes de nossa era. ³⁵

a) *Arquitetura*. — As escavações arqueológicas já citadas no presente capítulo dão-nos uma idéia do que era a arquitetura chinesa vários séculos antes de nossa era. Assim, por exemplo, os trabalhos realizados em Ngan-Yang revelam-nos que os habitantes do local, na época da dinastia dos Chang, construíam ³⁶ casas confortáveis sobre terraços e com colunas sustentando um teto de vigas. Essas casas eram ornamentadas com pinturas de cores vivas e trabalhos esculpidos em madeira ou pedra; as ruínas dos palácios revelam suas grandes dimensões. A partir do I século de nossa era, a Arquitetura chinesa sofre a influência da chamada arte greco-búdica. ³⁷ As formas típicas desses edifícios são: o *ting* (nome que designa propriamente a cobertura característica de certas construções chinesas), templo ou palácio de forma quadrangular com imenso teto e grande aba sustentada por meio de colunas; o *taa*, torre formada por blocos poligonais ou circulares sobrepostos e separados por abas; o *pai-lu*, arco triunfal ou porta monumental.

Merece menção especial a obra mais colossal da arquitetura ou melhor da engenharia militar chinesa: a grande muralha. Já vimos que a mesma foi construída, em parte, por Huang-ti, para proteger seu império contra os ferozes bárbaros. Segundo Geil, ³⁸ viajante americano que percorreu toda a grande muralha no início deste século, a mesma mede cerca de 3.600 quilômetros de extensão. A construção dessa obra ciclópica, que, desde Chan-Hai-Kuan, sua extremidade oriental, até Kia-Yui-Kuan, no Tibet, sua extremidade ocidental, percorre desertos, atravessa

curiosos d'água, galga montanhas e corta vales, está cercada de interessantes lendas. Quantos operários contribuíram com suas forças e pagaram com sua vida para levantar essa barreira gigantesca? É impossível responder à pergunta porque nos faltam documentos com indicações precisas e dignas de confiança. Convém ainda lembrar que sua construção durou muitos séculos tendo sido inúmeras vezes restaurada.

b) *Escultura e outras manifestações artísticas.* — Antes das descobertas arqueológicas dos últimos trinta anos julgava-se que a escultura chinesa tivera início na época dos Han. Verificou-se, entretanto, principalmente com as escavações efetuadas em Ngan-Yang, que a escultura chinesa precedia de muitos séculos a dinastia dos Han e havia atingido um alto grau de perfeição sob o reinado dos Chang. Tal perfeição não foi, certamente, atingida sem um período anterior de talvez bem longa e contínua prática e aperfeiçoamento da arte de esculpir, o que sugere, evidentemente, a existência da escultura chinesa em tempos bem anteriores à civilização de Ngan-Yang.

As estátuas da época dos Chang eram esculpidas em um calcáreo que lembra o mármore ou o alabastro e caracterizam-se «por sua veemência dramática, por esta inteligência profunda da forma monstruosa, característica da arte chinesa, e por esta intuição de sutis alegorias que, atrás dos monstros, dissimulam as forças da natureza, sentimentos ou conceitos».³⁹

Do tempo dos Han podemos citar os recortes de pedra encontrados em grande número nos túmulos, representando cenas de batalha e de mitologia, etc., e os baixos-relevos executados principalmente sobre pilares funerários. Uma das grandes épocas da escultura chinesa situa-se em época posterior aos Han, quando se acentua a influência do budismo nas realizações artísticas.

Com relação à História da pintura chinesa, deu-se o mesmo que com a escultura: a arqueologia provou que as paredes tumulares da época dos Chang estavam revestidas de pinturas de cores brilhantes e vivas; infelizmente só nos restam fragmentos dessas criações artísticas representando animais fantásticos ou estilizados que se encontram igualmente nos vasos de bronze.⁴⁰ Praticada sob os Han, a pintura chinesa vai encontrar um notável desenvolvimento sob os Song.

A cerâmica chinesa possui uma longa História que merecia por si só um capítulo especial em qualquer História das artes. Os primeiros passos dessa atividade artística remontam ao neolítico e deixaram exemplares espalhados por uma vasta região. Fato que merece nota e que já deu origem a hipóteses fantásticas é o aparecimento dos mesmos temas decorativos com tratamentos análogos tanto em certos espécimes da cerâmica chinesa como da cerâmica cretense. Teria havido intercâmbio cultural entre as duas longínquas regiões? Teriam as duas culturas, separadas por milhares de quilômetros, uma origem comum? Parece-nos que a explicação mais razoável esteja na evolução natural da *técnica de fazer cestos para a técnica da cerâmica*. Um certo elemento, que era

funcional em um cesto, por exemplo, ter-se-ia tornado meramente *decorativo* num produto da cerâmica; tal elemento não encontrava nenhuma razão de ordem prática para existir no produto da cerâmica, mas surgiu apenas de um ato quase inconsciente da mesma mão habituada a tratar um material diferente ou da fantasia impressionada por ornamentos semelhantes existentes nos cestos.⁴¹

O estudo do bronze chinês e seu múltiplo emprego na época dos Chang constitui um aspecto atraente da velha cultura chinesa. Deixando de lado o uso do bronze para a fabricação de objetos como lanças, armaduras, machados, etc., lembremos apenas seu emprego nas realizações de caráter estético. E' sobretudo nos vasos⁴² da época dos Chang que podemos admirar a inimitável perfeição dos artistas chineses. Esses vasos, por suas formas, por sua riqueza e pela profundidade simbólica de sua decoração, constituem verdadeiras obras-primas de uma capacidade artística que já atingiu o ápice de suas possibilidades. Como já observamos com relação à escultura, tal perfeição dá-nos um indício, ou, mais que um indício, uma certeza de que os trabalhos em bronze já eram realizados muito antes da época em foco e que foram progredindo paulatinamente na escala da perfeição.

8. As Ciências

Astronomia.⁴³ — Começemos com a astronomia, ciência que nasce espontânea da observação constante do céu e que, na Antiguidade, freqüentemente degenerava em astrologia. As antigas inscrições em ossos atestam que os chineses controlavam o movimento dos astros anotando eclipses da lua e do sol; o ano fora dividido, já no século XIII aC, em 365 dias e $\frac{1}{4}$ distribuído em 12 ou 13 luas.

Para marcar a hora eram empregados o gnomon, a clepsidra e outros instrumentos. Catálogos de estrelas organizados na época dos estados combatentes revelam a precisão com que os astrônomos chineses faziam suas observações na abóbada celeste. E' curioso anotar a idéia que os chineses tinham do universo pelo II século aC: consideravam-no semelhante a um ovo esférico cuja casca seria o firmamento e a gema a própria terra.

Matemática.⁴⁴ — Há milênios que os chineses escrevem os números por meio de uma expressão analítica e decimal. Assim, por exemplo, 547 escrevem-se: cinco centos, quatro dez e sete.

Os dez primeiros números e as primeiras potências de dez são expressos por meio de palavras monossilábicas.

Uma obra de autor desconhecido da época dos Han, intitulada «A arte do cálculo em nove capítulos», fornece-nos um resumo dos conhecimentos matemáticos da China antiga: problemas de aritmética, álgebra e geometria eram resolvidos com facilidade.

O matemático Lieu Huei, do III século de nossa era, achou o valor do pi: 3,14159.

Medicina. — O estudo das teorias e práticas dos esculápios chineses dá-nos curiosas informações sobre a arte de diagnosticar e curar as doenças na China antiga. Sem preocupação de ordem cronológica, vamos enumerar alguns preceitos e algumas práticas dessa velha medicina. O diagnóstico devia ser o produto da observação, auscultação, interrogação, e tomada de pulso. Conforme a doença diagnosticada, eram receitados purgativos, vermífugos, hidroterapia e um grande número de ervas. O cirurgião Hua T'uo preconizou o emprego de anestésicos por ocasião das operações.⁴⁵ Outro médico indicou a respiração artificial para os casos de suicídio por enforcamento, e lavagens estomacais para os envenenamentos.

Huang-Fu Mi, no III século de nossa era, versa sobre um dos mais curiosos tratamentos da medicina chinesa: a acupuntura. «Os missionários falam com admiração da arte dos médicos chineses de curar enfermidades que são consideradas entre nós como incuráveis, e como as curam com meios muito simples. Entre suas próprias e antiquíssimas invenções está a acupuntura aplicada em grande número de enfermidades, e muitas vezes com êxito, que maravilha os europeus. Picam o corpo com grandes agulhas de metal e toda a arte do médico consiste em escolher o lugar e conhecer exatamente a direção e profundidade da picada. Os chineses chamam o homem microcosmos, Siaoienty. A saúde consiste, para eles, na harmonia ou equilíbrio entre o forte e o fraco, o seco e o úmido, o quente e o frio. O excesso de um ou de outro produz a enfermidade e a morte».⁴⁶

9. Religião e Filosofia

Introdução. — Três⁴⁷ obstáculos dificultam o estudo das antigas religiões da China: a deficiência dos documentos, a dificuldade de interpretação dos mesmos e a maneira como os chineses encaram o problema religioso.

Em primeiro lugar, a deficiência dos documentos. Esses são, na realidade, relativamente numerosos. Sua deficiência reside sobretudo na obscuridade dos textos mal transmitidos ou mal reconstituídos através dos milênios. Três fatos contribuíram para essa deficiência: o já mencionado vandalismo de Huang-ti, o incêndio da biblioteca imperial alguns anos depois, por ocasião da queda dos Ts'in, e, finalmente, o incêndio da capital no fim da dinastia dos Han.

Em segundo lugar, a obscuridade de interpretação de muitos textos. Essa obscuridade é acentuada pelas interpretações tendenciosas dos letrados de diversas épocas. Tal fato explica, por sua vez, as divergências existentes entre autores modernos quando procuram apresentar um estudo das antigas crenças chinesas. Em terceiro lugar, a maneira com que os chineses encaravam os problemas religiosos bem diversa do conceito ocidental de religião. «Com efeito, os chineses consideram sobretudo a religião sob o ponto de vista prático, quer como um código de

moral social e política, quer como um meio de conhecer o futuro ou para conseguir a riqueza e a felicidade. Se, em certas épocas, procuraram, com convicção, obter a imortalidade, jamais se preocuparam muito com problemas de metafísica».⁴⁸

As idéias religiosas e filosóficas dos chineses despertaram sempre grande curiosidade entre os europeus. Nos tempos modernos foram sobretudo os missionários jesuítas que chamaram a atenção dos intelectuais do Ocidente para a riqueza cultural da China. «Bouvet trouxe a primeira biblioteca chinesa para a corte de Luís XIV, e nos salões parisienses esteve na moda entusiasmar-se por Confúcio cujo racionalismo frio agradava aos homens do Século das Luzes».⁴⁹

a) *Crenças e práticas primitivas.* — As obras tradicionais da literatura chinesa, as inscrições gravadas em ossos e objetos encontrados nas escavações arqueológicas permitem-nos reconstituir as crenças e práticas religiosas primitivas.

Sob os Chang, os chineses cultuavam inúmeras divindades, algumas das quais só conhecemos pelo nome: «A filha do dragão», «a mãe do oeste», «O vento», etc. Entre essas divindades figura o Soberano do alto, *Chang-ti*, a que se dirigiam os chineses para, por exemplo, saberem se deviam atacar o inimigo; sob a dinastia dos Tchêu o nome de *Chang-ti* foi associado ao do céu, *T'ien*: temos então «*Hao-t'ien Chang-ti*», isto é, Soberano do Alto, no céu sublime. O Soberano vive no seu palácio, no centro do céu, na grande Ursa, com sua família e seus súditos, as almas dos mortos. De lá dirige os acontecimentos do mundo e confere o mandato celeste aos reis da Terra. Sob os Tchêu a crença em *Hao-t'ien Chang-ti* apresenta nítidas tendências monoteísticas. As forças da natureza (sol, lua, vento, chuva, trovão) eram divinizadas e todos os atos da vida humana (casamento, etc.) possuíam seu patrono celeste. Uma multidão de maus espíritos completa esse numeroso panteão.

b) *A outra vida.* — Os chineses acreditavam na existência de duas almas em cada ser humano: uma alma material, *p'o*, e uma alma espiritual (*huen*).⁵⁰ A alma material seria o princípio da vida embrionária, enquanto que a alma espiritual só apareceria depois do nascimento. Não há dúvida sobre a crença na imortalidade das almas; hesita-se, porém, sobre o destino das mesmas na outra vida. Alguns textos sugerem a crença de que a alma espiritual permanecia no templo dos antepassados; outros, porém, mais numerosos, atestam que, desde o início da dinastia dos Tchêu, se acreditava que as almas espirituais iam para o céu. Um texto antigo reza: «Meu tio morreu, ele está à direita e à esquerda dos reis, meus predecessores, para ajudá-los a servir o «Soberano do alto»».⁵¹

Quanto ao destino da alma material, as opiniões variavam. Segundo uma crença mais antiga, ela continuava a viver junto ao cadáver; posteriormente, surgiu a idéia de que sobreviviam no mundo subterrâneo dos mortos.

Como os mortos precisassem, na outra vida, daquilo que lhes fora útil nesse mundo, objetos pessoais, vasos repletos de comestíveis, animais e pessoas (esposas e servidores) acompanhavam o cadáver à sepultura. Quanto mais elevada a posição social do defunto, maior o cortejo das vítimas humanas sacrificadas. Os mortos menos afortunados eram acompanhados apenas por representações de palha ou madeira, que substituíam as vítimas humanas.⁵²

O culto dos antepassados é um traço característico das crenças chinesas e é praticado pelos grandes e pelos humildes. «O imperador honra-os nos mausoléus faustosos; os pobres honram-nos diante dos simples quadros, com a mesma pontualidade. Abandonar prematuramente as vestes de luto, negligenciar a oferta de presentes aos defuntos e a manutenção de seus túmulos atrai sobre o culpado o desprezo público...»⁵³

Merece uma menção especial o sacrifício oferecido aos antepassados: além de alimentos e de animais praticava-se, sob os Chang, o sacrifício humano em grande escala. As vítimas eram, em geral, prisioneiros capturados na guerra.

Além do culto aos antepassados, havia um cerimonial em honra do céu, da terra e das diversas forças da natureza com a finalidade de manter a marcha regular do mundo, especialmente a sucessão das estações. Este culto era praticado pelo soberano ou, ainda, pelos senhores de elevada responsabilidade pública.

c) *Os grandes mestres do pensamento chinês.* — Lao-tse, Confúcio, e Mo-ti (ou Mot-seu) são três vultos de primeiro plano na História do pensamento humano. Os dois primeiros foram contemporâneos de Jina, de Buda e de outros grandes iniciadores da Filosofia helênica, como Pitágoras, Heráclito, etc.

LAO-TSE E O TAUÍSMO

Lao-tse (o velho mestre) é considerado o fundador do Tauísmo. Os dados históricos sobre sua vida são tão precários que alguns autores chegaram a negar a realidade de sua existência. Se dermos crédito a Sseu-ma-Ts'ien, Confúcio teve, certa ocasião, um encontro com Lao-Tse.⁵⁴

A doutrina do filósofo está resumida num livro que teria sido escrito pelo velho mestre antes de desaparecer misteriosamente: o *Tao-teh-King*. As obscuridades dessa obra começam com o próprio título que, para uns, deve ser traduzido como o «Livro do Ser Supremo e do Bem Supremo», para outros, «Livro da Lei Universal e de sua ação» ou «Livro do Pensamento e da Vida» ou ainda «Cânon do Caminho e da Virtude».

Apesar das inúmeras passagens obscuras e incompreensíveis, o livrinho, talvez falsamente atribuído a Lao-Tse, figura, segundo Anwander, «entre as obras imortais da Literatura universal, entre as pérolas de uma piedosa sabedoria».⁵⁵ As doutrinas de Lao-Tse foram posteriormente desenvolvidas por Tchoang-Tse e Lie-Tse.

Um dos conceitos mais controvertidos no Taoísmo é a noção de *Tao*. No início a palavra *Tao* significava caminho, rota; em seguida, passou a designar o caminho do homem, isto é, a moralidade ou a conduta humana.⁵⁴ Com Lao-Tse, *Tao* adquire um sentido metafísico, é o primeiro princípio do qual saiu o mundo: «Há uma coisa informe e, entretanto, completa que existiu antes do céu e da terra, único e imutável que se pode considerar como a mãe do que está sob o céu: ignoro seu nome mas eu o chamo *Tao*; se devesse nomeá-lo, dar-lhe-ia o nome de *grande*».

Não se pense, porém, que as idéias de Lao-Tse conduzam à existência de um Deus pessoal: orientam-se antes no sentido do panteísmo.

O conhecimento do *Tao* torna o sábio indiferente diante da vida e da morte. Os males da sociedade possuem duas raízes: a ambição do povo e a ação do governo. O progresso da civilização, motivado por ambos, aumenta cada vez mais as crises sociais. O grande remédio é a inércia, o não agir, «a volta coletiva ao estado primitivo da humanidade». Os governos devem evitar a instrução a fim de assegurar a paz e a felicidade do país: «devem manter seus súditos na ignorância e na inação, esvaziar as cabeças e encher os ventres, debilitar os espíritos e fortificar os ossos; instruir o povo é arruinar o Estado».⁵⁵

Embora o indiferentismo taoísta apresente uma semelhança externa com as teorias budistas, difere essencialmente destas por terem um caráter otimista em relação às forças da natureza. O não-agir taoísta designa um firme propósito de deixar operar a natureza e não eliminá-la. O budismo procura o quietismo pela inteligência, o taoísmo pelo repúdio à mesma.⁵⁶

Note-se desde logo a diferença capital entre o Confucionismo e o Taoísmo. Enquanto este ensina que se deve fugir ao governo, aquele procura conquistá-lo a fim de conduzir o povo à felicidade pela prática das velhas virtudes.

Um problema importante a salientar é que esse Taoísmo filosófico primitivo, sumariamente exposto, transformou-se, mais tarde, em verdadeira religião das massas populares que buscavam no *Tao* um processo de prolongar a vida, evitar a morte, durar eternamente. A divinação, a alquimia e a magia passaram a desempenhar importante papel nas práticas religiosas. «O Taoísmo, como religião, no mesmo plano que suas duas grandes rivais, teria nascido graças à obra de Chang Tao-Ling que viveu no primeiro ou segundo século de nossa era; este filósofo fundou um grande número de mosteiros de homens e de mulheres e construiu templos nos quais as imagens de uma multidão de divindades se ofereciam à adoração dos fiéis» (Pike, Dictionnaire, p. 300). Os sucessores do fundador da religião taoísta moderna obtiveram um feudo que se tornou um estado taoísta sob o governo do chefe da igreja taoísta, o «Mestre do Céu».

CONFÚCIO E SUA DOUTRINA

Confúcio, cujo nome verdadeiro era K'iu, viveu, segundo Ssen-ma-Ts'ien, seu mais antigo biógrafo, entre 551 e 479 aC. A mesma fonte nos informa que o filósofo chinês nasceu no ducado de Lu (no atual Chantong), onde exerceu diversos cargos administrativos. Na companhia de seus discípulos empreendeu uma longa viagem pela China, voltando à pátria após uma ausência de treze anos. Note-se que a palavra Confúcio provém dos vocábulos chineses Kung-Fu-Tse, «o venerável Mestre Kung», nome com que o filósofo era habitualmente designado pelos discípulos. Atualmente na China, Confúcio é chamado Kung-tse, isto é, Mestre Kung. A evolução intelectual de Confúcio é por ele mesmo resumida nas seguintes linhas: «Na idade de quinze anos meu espírito entregava-se inteiramente ao estudo; aos trinta tinha-me fixado em princípios sólidos e definitivamente estabelecidos; aos quarenta não hesitava mais; aos cinquenta conhecia as leis da Providência; aos sessenta, aprendia facilmente as causas dos acontecimentos; aos setenta anos meu coração encontrava a plenitude no equilíbrio da justa medida».⁶⁰

Já citamos as obras antigas da Literatura chinesa conservadas graças a Confúcio, as quais constituem o fundamento da Escola dos Ju, isto é, da doutrina de Confúcio. O filósofo acentua seu apego ao passado quando afirma: «Transmito os ensinamentos antigos, nada invento de novo, apego-me à antiguidade com confiança e afeição».⁶¹ As doutrinas pessoais do mestre estão contidas nos colóquios (Lun-yu), obra compilada pelos discípulos. Vejamos, agora, alguns dos principais pontos da doutrina de Mestre Kung.

A primeira característica dessa doutrina é o tradicionalismo de seus ensinamentos. É um tradicionalismo pragmático que ensina as normas morais reguladoras do procedimento do indivíduo e de suas relações particulares e públicas.

Confúcio e o indivíduo. «Parece que Confúcio considerava a natureza humana como naturalmente boa, visto dizer que, «desde o seu nascimento, o homem é constituído na retidão».⁶² Mas o ser humano pode ser desviado dessa retidão pelas paixões, daí a necessidade do domínio de si mesmo como meio essencial para aperfeiçoar-se. Levando em consideração os dons naturais de cada um, Confúcio divide os homens em quatro classes: «Aqueles em que é inato o conhecimento dos princípios da sabedoria são homens eminentemente superiores. Vêm, logo a seguir, os que adquiriram esse conhecimento por meio do estudo; em seguida os que, apesar de sua pouca inteligência, procuram adquiri-lo; os que não têm nem a inteligência nem o desejo de aprender formam a última classe dos homens».⁶³ O homem perfeito está assim caracterizado: «O homem perfeito respeita três coisas: a vontade do Céu (ou a lei natural), os homens eminentes em virtude e em dignidade, as máximas dos santos ou dos sábios. O homem vulgar não conhece a lei natural e não a respeita; trata sem respeito os homens eminentes; zomba das máximas dos santos».⁶⁴

Confúcio e a sociedade. O homem é naturalmente sociável e tem o dever de viver em sociedade, esforçando-se para levá-la à ordem. A harmonia da vida, da ordem social, é obtida pela prática do *justo meio*. Diz o filósofo: «Manter-se no justo meio, no equilíbrio invariável, oh! aí achamos a mais alta perfeição! Poucos são os homens capazes de guardá-la por muito tempo.⁶⁵ Atingir o ideal do justo meio requer muita perseverança e vigilância, o que explica quão poucos são os que nêles se conservam.

Confúcio e a família. A piedade filial é considerada «a fonte de todas as virtudes; dela procedem toda a disciplina e toda a instrução». ⁶⁶ Assim se expressa o mestre Kung sobre os deveres filiais: «Durante a vida de seus pais, o filho deve cumprir os deveres que lhes são devidos, segundo os princípios da razão. Quando morrem, devem enterrá-los segundo as cerimônias prescritas pelos ritos e fazer-lhes em seguida as oferendas igualmente conforme os ritos». ⁶⁷

Confúcio e o Estado. Interrogado sobre o governo, Confúcio respondeu: «O governo é aquilo que é justo: por outras palavras, governar é retificar o povo». ⁶⁸ O governante ideal é, portanto, aquele que cumpre bem os seus deveres e conduz os homens à prática da virtude e à perfeição do espírito de tal maneira que haja uma harmonia perfeita: «Que o príncipe seja príncipe; o súdito, súdito; o pai, pai; o filho, filho». ⁶⁹

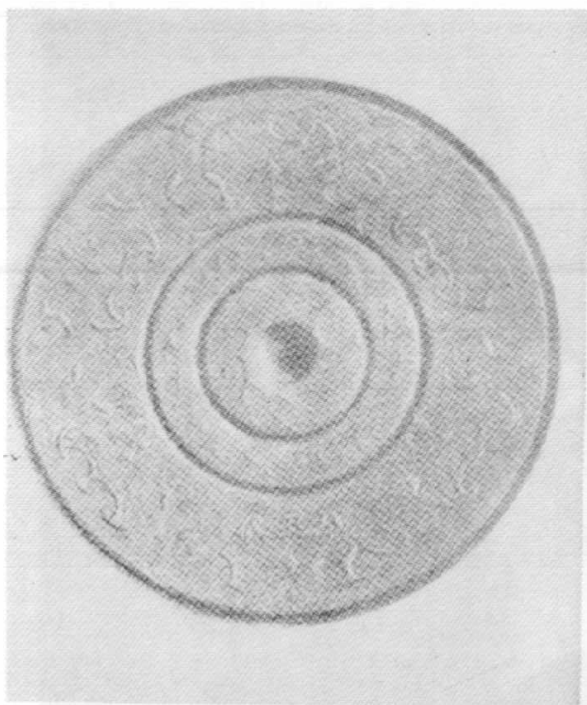
Confúcio e a Religião. Confúcio não pode ser considerado como fundador de religião. Aceitou, entretanto, as antigas idéias religiosas dos chineses, e prestigiou-as com sua autoridade. Cultuou os antepassados, mas negou-se a falar sobre a morte e a sobrevivência. Interrogado a respeito da morte, respondeu: «Aquele que não sabe o que é a vida, como saberia o que é a morte?» ⁷⁰ «Se, portanto, não é de modo algum um fundador de religião, exerceu, no entanto, pela sua obra inteira, uma ação religiosa muito importante, e é um doutor dos princípios religiosos da lei natural que o seu pincel retomou dos antigos e formulou em termos imortais». ⁷¹

Os continuadores de Confúcio. Dois nomes devem ser retidos entre os continuadores da obra de Confúcio: Men-tse (372-289 aC), um dos mais insignes moralistas chineses, «grande espírito de político que se empenhou em defender a doutrina de seu mestre contra os ataques dos filósofos contemporâneos», ⁷² e Sun-tse (330-236 aC) que «reivindicou para a Escola dos Ju o título de única possuidora da verdade e única capaz de dar remédio aos males da sociedade». ⁷³

O Confucionismo exerceu um papel preponderante nos milênios da História política da China. Os preceitos e advertências de Mestre Kung têm sido uma fonte preciosa em que se renovam as antigas virtudes da alma chinesa. Espiritualismo, Piedade filial, Humanidade, Sociabilidade, Equilíbrio e Pacifismo, eis as elevadas características do Confucionismo que tornam essa doutrina sempre atual e adaptável aos novos tempos. Essas características tradicionais do Confucionismo constituem, provavelmente, um dos sérios obstáculos à obra nefanda e destruidora que o



34-35. Obras de arte da época dos Han.



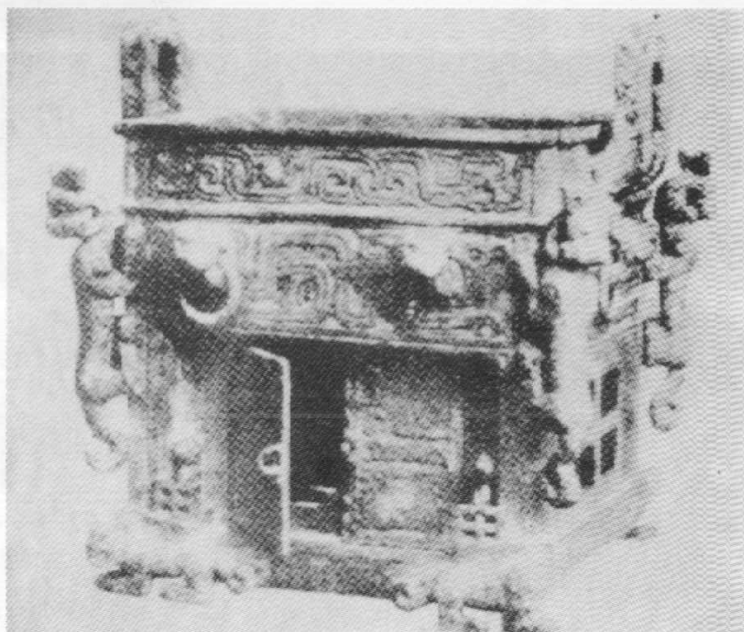
36. Espelho de bronze do séc. VI aC.



37. Vaso de bronze.



38. Objeto de jade do século VI.



39. Bacia de bronze.

comunismo materialista vem, nos últimos tempos, empreendendo contra a civilização chinesa.

d) *O Budismo*. — As vitórias de Pan Tch'ao, levando as fronteiras da China até os confins do império indo-cita, não asseguraram somente o intercâmbio comercial: prepararam o caminho para os pregadores budistas. Não sabemos, com precisão, a data em que o budismo teria penetrado na China. Segundo uma tradição um tanto duvidosa, essa penetração ter-se-ia realizado sob o reinado de Ming-ti (58-76), da dinastia dos Han posteriores. A propagação do budismo foi, a princípio, tímida e discreta; mas no terceiro século já se encontrava bastante difundido. No IV século foi permitido aos chineses tornarem-se monges budistas e, no início do século seguinte, o célebre peregrino budista Fa-Hien introduziu na China uma grande quantidade de documentos búdicos. Impõe-se desde logo uma observação: o budismo chinês (chamado foísmo, de Fo-Buda) foi adquirindo, desde logo, um caráter próprio. Uma das razões iniciais dessa metamorfose está nas dificuldades encontradas pelos tradutores dos textos indianos. O idioma chinês com efeito não se presta muito à «expressão abstrata de idéias, de teorias». Como expressar a mentalidade da doutrina búdica na língua estrangeira? A solução encontrada foi o recurso às expressões usadas no Tauísmo cuja doutrina apresentava semelhanças, ao menos externas, com a Filosofia Indiana. Aconteceu então um fato curioso: tauístas foram atraídos pela propaganda do budismo e deram lugar ao aparecimento de uma mistura de ambas as religiões. Mas a tendência para o nirvana dos budistas e as aspirações à imortalidade dos tauístas, quando os equívocos foram, depois de muito tempo, finalmente esclarecidos, tiveram que seguir caminhos diversos e o budismo chinês adquiriu personalidade própria aceitando, contudo, os deuses e as concepções enraizadas no país e adotando numerosos elementos do Confucionismo e do Tauísmo. Note-se que essas duas doutrinas, por sua vez, adotaram atitude idêntica em relação à religião importada.

Concluamos com essas observações de um estudioso da História das Religiões: «O Budismo chinês tornou-se então qualquer coisa bem diferente do budismo autêntico. Em lugar do nirvana, pregou a calma, a tranquilidade do espírito; em lugar da abolição total do desejo, o não-agir ou, entre os confucionistas, o respeito às regras e às formas tradicionais. A China dá ao Budismo uma atitude menos especulativa, menos interessada pelos problemas metafísicos e mais resolutamente orientada para os problemas da vida cotidiana. O Budismo, por seu lado, inculca à China uma atitude mais profundamente religiosa. A piedade filial, que era sobretudo na China uma virtude de família, se transforma em um culto; os antepassados, em vez de serem simplesmente comemorados, passaram a ser, sempre mais, olhados como habitantes de um mundo sobrenatural. E, sobretudo, o sentimento búdico da piedade para com todos os seres que sofrem, da bondade universal, foi para a China uma espécie de re-

velação. A Índia, parece, levou ao Celeste Império o sentido da caridade e da beneficência». ⁷³

10. O Legado

Tendo como berço a vasta planície sulcada pelas águas do Rio Amarelo, a civilização chinesa desenvolveu-se e expandiu-se numa imensa área da Ásia Oriental e Central não só recebendo contribuições culturais de outros povos, mas também transmitindo a muitas regiões o legado de uma brilhante civilização.

A obra conquistadora e colonizadora dos Han lembra a realização das legiões romanas. Da Coréia ao Vietnã, os legionários dos Han difundiram as idéias do Confucionismo sobre a organização estatal: centralização do poder e regularização da administração. E com os concepções políticas seguiram todas as conquistas intelectuais e materiais: as obras de Confúcio e o arado de metal elevavam harmoniosamente o nível cultural dos povos submetidos. «Pela espada e pelo pincel, a China dos Han criou no Extremo Oriente e em todos os países de sua periferia, destinados a transformar-se em estados satélites, o direito administrativo, o direito público, o direito privado». ⁷⁶

O grande veículo da civilização chinesa foi a língua escrita, «língua de cultura e de administração do Anam, até a conquista francesa, da Coréia até a anexação japonesa, do próprio Japão nos primeiros séculos da introdução da civilização chinesa». ⁷⁷ O chinês escrito influenciou fortemente o vocabulário do idioma de todos esses países «que lhe pediram e freqüentemente ainda pedem emprestados termos de cultura, forjando novas expressões com a ajuda de palavras chinesas da língua escrita, como nós o fazemos com o auxílio das palavras do grego antigo». ⁷⁸

Como sucedeu por ocasião da queda do Império Romano do Ocidente, a quebra dos laços políticos entre o Império Chinês e as regiões distantes outrora conquistadas não impediu o desenvolvimento das sementes de civilização lançadas: cresceram, tornaram-se árvores frondosas que ainda hoje frutificam.

Anotemos agora algumas realizações do gênio inventivo chinês que teriam enriquecido o patrimônio cultural do Ocidente.

A porcelana, a seda, a bússola, a imprensa, a pólvora e o papel, eis alguns progressos de nossa civilização que nos fazem pensar na China. O uso da agulha magnética entre os chineses parece remontar a muitos séculos antes de nossa era; mas somente foi introduzido no Ocidente por volta do século XII pelos árabes que o ensinaram aos normandos da Sicília, os quais, por sua vez, o transmitiram a genoveses e venezianos.

Os eruditos chineses discutem a época em que nasceu na China a arte de imprimir. Já nos primeiros séculos da nossa era, moldes de pedra eram utilizados para a impressão das firmas do Imperador e dos príncipes. O ministro Feng-Tao, no século X da era cristã, conseguiu que fôsem gravados em matrizes de madeira os clássicos chineses. ⁷⁹ No século seguinte, o ferreiro Pisching ou Pi-Sheng teria inventado os tipos móveis.

E' difícil, entretanto, estabelecer uma relação entre a invenção chinesa e o aparecimento da imprensa no Ocidente ao findar a Idade Média.

Quanto ao papel, não há dúvida sobre a contribuição chinesa. O segredo da fabricação foi revelado em Samarcanda no século VIII por prisioneiros chineses, espalhando-se daí para o Ocidente por intermédio dos árabes.

A pólvora também nos foi transmitida pelos árabes, que vieram a conhecer o salitre «no curso de seu tráfico com a China e deram-lhe o nome de «neve chinesa»; trouxeram para o Ocidente o segredo da pólvora, que os sarracenos puseram em uso militar; Roger Bacon, o primeiro europeu que a mencionou, deve ter adquirido esse conhecimento no seu estudo dos árabes ou por meio dum viajante da Ásia Central, De Rubruquis». ⁸⁰

Mencionemos ainda, a título de curiosidade, outra contribuição da velha China: o método de resolução de equação do primeiro grau com uma incógnita, supondo o problema resolvido com uma solução por excesso e outra por falta, consta numa obra de matemática da época dos Han e passou à Europa com o nome árabe de «Al Khataayn», isto é, «a Chinesa». ⁸¹

A História da China, desde milênios, não conhece solução de continuidade. Eis um fato importante a ser considerado quando se procura definir o legado da China antiga à Civilização. As velhas tradições, as grandes sínteses doutrinárias filosófico-religiosas que no passado deitaram raízes na alma chinesa, continuaram durante toda a História a influir na mentalidade das gerações que se sucederam no velho país do Extremo Oriente. Tal asserção pode ser ilustrada com o exemplo do Confucionismo que, durante milênios, tem sido o «código ortodoxo de toda a vida moral e espiritual e, apesar dos sistemas concorrentes, continua a ser o princípio diretivo da vida social. Desde a dinastia dos Han, a instrução pública baseia-se inteiramente sobre os ensinamentos de Confúcio, cujo alcance espiritual, malgrado os desvios que a fraqueza humana lhe imprimiu, continua integral». ⁸² Depois da Primeira Guerra Mundial procura-se «reajustar os antigos sistemas filosóficos da China e apreciá-los a seu justo valor com imparcialidade e eqüitativamente. Num esforço de objetividade, buscam-se e estudam-se seus princípios essenciais, que são objeto de múltiplas monografias e tratados de História e Filosofia. Neste espírito temos obras notáveis sobre a doutrina das diferentes escolas filosóficas chinesas. Confúcio retoma o lugar primordial que lhe é devido e sua Filosofia, como a dos outros sistemas, mostra-se sob sua verdadeira face». ⁸³

Atualmente se trava uma luta ideológica tremenda entre o marxismo e o espiritualismo tradicional e multimilenar da velha nação chinesa. E é bem possível que a razão última da derrota comunista na China seja encontrada, um dia, no repúdio, talvez silencioso mas sem dúvida persistente, apresentado pelo legado espiritual transmitido através de muitas gerações, contra o materialismo vermelho.

- ¹ Weiss, História Universal (I), p.107.
- ² Durant, Will, Nossa Herança, (t. 2), p.253.
- ³ Creel, citado em Brion, La Résurrection (II), p.32. (Creel, H. G., The birth of China, Londres, 1937; La naissance de la Chine, Paris, Payot, 1931).
- ⁴ Brion, La résurrection (II), p. 49.
- ⁵ Granet, La civilisation, p.71.
- ⁶ Vallois, Les races, pp.75-76.
- ⁷ Granet, La civilisation, p.76.
- ⁸ Henri Maspero em Meillet, Langues du Monde, p.602.
- ⁹ Idem, ibidem, p.595.
- ¹⁰ Grousset e Regnault-Gatier, L'Extrême-Orient, p.1543.
- ¹¹ Grousset, Histoire, p.26.
- ¹² Granet, La civilisation, p.34.
- ¹³ Kao, A Filosofia, pp.45-46.
- ¹⁴ Grousset, Histoire, p.52.
- ¹⁵ Grousset, Histoire, p.61.
- ¹⁶ * A primeira comunidade de budistas teria sido instalada na China entre os anos 60-70 de nossa era.
- ¹⁷ Granet, La civilisation, pp.170-171.
- ¹⁸ Kao, A Filosofia, p.45.
- ¹⁹ Granet, La civilisation, p.476.
- ²⁰ Kao, A Filosofia, p.44.
- ²¹ Granet, La civilisation, p.484.
- ²² Durant, Nossa Herança, (t. 2), p.315.
- ²³ Granet, La civilisation, pp.103-104.
- ²⁴ Aymard-Auboyer, (O Oriente, t. 1), p.262.
- ²⁵ Granet, La civilisation, p.123.
- ²⁶ Idem, ibidem, p.138.
- ²⁷ Grousset e Regnault-Gatier, L'Extrême, p.1615. Cf. tb. Grousset, Histoire, p.95.
- ²⁸ Grousset, Histoire, p.96.
- ²⁹ Grousset e Regnault-Gatier, L'Extrême, p.1621.
- ³⁰ Février, Histoire, p.75.
- ³¹ Henri Maspero, em Meillet, Langues du Monde, p.590.
- ³² Kao, A Filosofia, p.29.
- ³³ Idem, ibidem, p.30.
- ³⁴ Idem, ibidem, p.31.
- ³⁵ Aymard-Auboyer, (O Oriente, t. 1), p.319.
- ³⁶ Colombier, Histoire, p.530.
- ³⁷ Brion, La résurrection II, p.34.
- ³⁸ Naval, Arqueologia, pp.124-126.
- ³⁹ Ver artigo «La grande Muraille de Chine» da autoria de René Poirier na revista «História» nº 158 (janvier 1960, pp. 59 ss). Editions Tallandier, Paris.
- ⁴⁰ Brion, La résurrection II, p.40.
- ⁴¹ Idem, ibidem, p.38.
- ⁴² Idem, ibidem, p.18.
- ⁴³ Idem, ibidem, p.43.
- ⁴⁴ Consultar A. Haudricourt e J. Needham, autores do capítulo V (La science chinoise antique) da Histoire Générale des sciences. Ver Taton, pp.184 ss.
- ⁴⁵ Idem, ibidem, p.188.
- ⁴⁶ Idem, ibidem, p.198.
- ⁴⁷ Weiss, História Universal I, p.258. O autor faz referência a um artigo de Abel Rémusat «Observations sur l'Etat des sciences naturelles chez les peuples de l'Asie Orientales. Journal Asiatique, série II, tomo II, p.81.
- ⁴⁸ R. de Rotours em «Histoire des Religions» (2), pp.7-8. Ver bibliografia final, Carnoy.
- ⁴⁹ Idem, ibidem, p.7.
- ⁵⁰ Anwander, Les religions, p.89.
- ⁵¹ Rotours, Histoire des Religions, p.37. (Cf. nota 47).
- ⁵² Idem, ibidem.
- ⁵³ Idem, ibidem, p.38.
- ⁵⁴ Anwander, Les religions, p.91.
- ⁵⁵ Idem, ibidem, p.97.
- ⁵⁶ Idem, ibidem, p.95.
- ⁵⁷ Rotours, Histoire des Religions, p.48. (Cf. nota 47).
- ⁵⁸ Bady, Les religions, p.239.
- ⁵⁹ Masson-Oursel em Bréhier, Histoire, p.145.
- ⁶⁰ Pike, Dictionnaire, p.300.
- ⁶¹ Kao, A Filosofia, pp.28-29.
- ⁶² Rotours, Histoire des Religions, p.42. (Cf. nota 47).
- ⁶³ Kao, A Filosofia, p.55.
- ⁶⁴ Idem, ibidem, p.55.
- ⁶⁵ Idem, ibidem, p.98.
- ⁶⁶ Idem, ibidem, p.116.
- ⁶⁷ Idem, ibidem, p.166.
- ⁶⁸ Idem, ibidem, p.169.
- ⁶⁹ Idem, ibidem, p.179.
- ⁷⁰ Idem, ibidem, p.180.
- ⁷¹ Rotours, Histoire des Religions, p.43. (Cf. nota 47).
- ⁷² Kao, A Filosofia, p.239.
- ⁷³ Idem, ibidem, p.33.
- ⁷⁴ Idem, ibidem, p.34.
- ⁷⁵ Grousset et Regnault-Gatier, L'Extrême Orient, p.1632.
- ⁷⁶ Bady, Les religions, pp.240-241.
- ⁷⁷ Grousset et Regnault-Gatier, L'Extrême, p.1606.
- ⁷⁸ H. Maspero em Meillet, Les Langues du Monde, p.602.
- ⁷⁹ Idem, ibidem.
- ⁸⁰ Durant, Nossa Herança, (t. 2), p.264.
- ⁸¹ Idem, ibidem, p.319.
- ⁸² Haudricourt et J. Needham, La science chinoise, pp.190-191. (Cf. nota 43).
- ⁸³ Kao, A Filosofia, p.41.
- ⁸⁴ Idem, ibidem, p.40.

BIBLIOGRAFIA

Observação. — As obras mais importantes estão assinaladas com um asterisco. A citação das obras abaixo relacionadas não implica na aprovação pura e simples de todos os conceitos emitidos por seus autores.

- * 1. Albright, W.F., *L'Archeologia in Palestina*. Traduzione di Mario Bizzarri. Sansoni, Firenze.
- * 2. Albright, W.F. *De l'âge de la pierre à la chrétienté. Le monothéisme et son évolution historique*. Traduit de l'anglais par M. Th. Barrelet-Clémentel. Payot, Paris 1951.
- * 3. Anwander, A., *Les religions de l'humanité*. Traduit d'après la 2e édition par Pierre Jundt. Payot, Paris 1955.
4. Arambourg, C., *A gênese da Humanidade*. Tradução de J.B.M. Publicações Europa-América. Lisboa 1950.
- * 5. Aymard, A., e Auboyer, J. *História Geral das civilizações. I. O Oriente e a Grécia. 1. As civilizações imperiais*. Tradução de Pedro Moacyr Campos. Difusão Européia do Livro. S. Paulo 1955.
- * 6. Aymard, A., e Auboyer, J. *História Geral das civilizações. I. O Oriente e a Grécia. 2. O homem no Oriente Próximo*. Tradução de Pedro Moacyr Campos. Difusão Européia do Livro. S. Paulo 1955. Nota. A História Geral das civilizações abrange diversos volumes e foi publicada sob a direção de Maurice Crouzet. A versão brasileira está sob a orientação do Prof. E. Simões de Paula.
7. Balestra, Carlos Fontán, *Manual de Derecho Penal. Parte general*. Editorial Depalma. Buenos Aires 1949.
8. Bardy G., *Les religions non-chrétiennes*. Société de Saint Jean l'évangéliste. Desclée e cie. Paris, Tournai, Rome 1949.
9. Baud, Marcelle. *Egypte. Les guides bleus sous la direction de Francis Ambrière*. Hachette, Paris 1950.
10. Berr, Henri. *En marge de l'Histoire Universelle*. Albin Michel, La Renaissance du Livre, Paris 1934.
- * 11. Bergounioux, F. M. e Glory, André, *Les premiers hommes*. Quatrième édition. Didier, Paris.
- * 12. Besselaar, José Van den, *Introdução aos estudos históricos*. 2ª edição. Editôra Herder, S. Paulo 1958.
- * 13. Besselaar, José Van den, *Introdução aos estudos históricos*. Revista de História, nº 20, Ano V — S. Paulo 1954.
- * 14. Bettencourt O.S.B., D. Estêvão. *Ciência e Fé, na História dos Primórdios*. 2ª edição. Agir, Rio de Janeiro 1955.
- * 15. Bettencourt O.S.B., D. Estêvão, *Para entender o Antigo Testamento*. Rio, Agir, 1956.
16. Bousquet, J. H. *Les Berbères. Que sais-je? nº 718*. Presses Universitaires de France, Paris 1957.
- * 17. Bréhier, Emile. *Histoire de la Philosophie. La Philosophie en Orient* par Masson-Oursel. Presses Universitaires de France, 1948. (Préface de Bréhier).
- * 18. Breuil, Henri et Lantier, Raymond. *Les hommes de la pierre ancienne. Paleolithique et Mesolithique*. Payot, Paris 1951.
19. Brion, Marcel. *Histoire de l'Égypte*. Arthème Fayard, Paris.

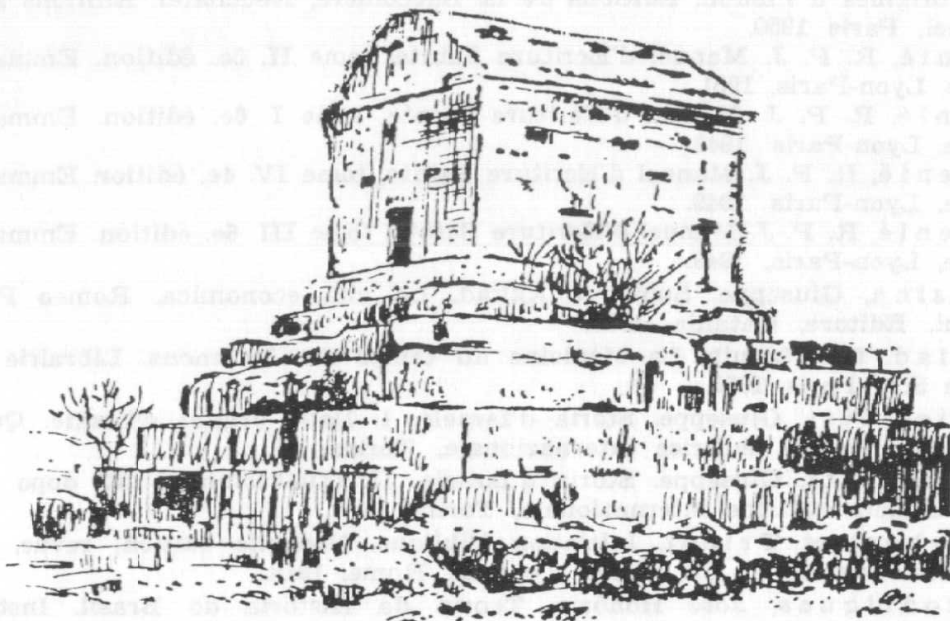
20. Brion, Marcel. La résurrection des Villes Mortes I. Payot, Paris 1948.
21. Brion, Marcel. La résurrection des Villes Mortes II. Payot, Paris 1949.
- * 22. Cameron, George. Histoire de l'Iran Antique. Traduit de l'anglais par E.J. Levy. Payot, Paris 1937.
- * 23. Carnoy, La religion de l'Iran. Capítulo da magnífica «Histoire des Religions» (2) publiée sous la direction de Maurice Brillant et René Aigrain. Bloud et Gay.
24. Capart, J. Capítulo sobre a Arte egípcia em... El legado de Egipto. Univ. de Oxford, direção de Glanville, revisão de Pedro Blanco. Ediciones Pegaso, Madrid 1950.
25. Cavaignac, E. Chronologie de l'Histoire Mondiale. Troisième édition, Payot, Paris 1946.
- * 26. Cavaignac, Eugène. Les Hittites. L'Orient Ancien illustré, publié sous la direction de Charles Virolleaud. Libr. e. A. Maisonneuve, Paris.
27. Ceppi, SS, Pe. Américo. História do Povo de Israel. Vozes, Petrópolis 1946.
28. Ceram, CW. Le secret des Hittites. Traduit par Henri Daussey. Paris, Librairie Plon.
29. Charmot S.J., François. Estrada Real da Inteligência. Tradução de Carlos Galvez. Livraria do Globo, Porto Alegre 1944.
- * 30. Colombier, Pierre du. Histoire de l'Art. Arthème Fayard, Paris.
31. Contenau, Georges. Histoire de l'Orient. L'Asie occidentale ancienne. L'Histoire racontée à tous Hachette. Nb. A parte referente ao Egipto foi escrita por J. Capart.
- * 32. Contenau, G. La civilisation d'Assur et de Babylone. Nouvelle édition refondue. Payot, Paris 1951.
- * 33. Contenau, G. La civilisation des Hittites et des Hurrites du Mitanni. Payot, Paris 1948.
- * 34. Contenau, G. La civilisation Phénicienne. Nouvelle édition revue. Payot, Paris 1944.
- * 35. Contenau, G. La vie quotidienne à Babylone et en Assyrie. Librairie Hachette.
- * 36. Contenau, G. Le Déluge Babylonien. Nouvelle édition revue et corrigée. Payot, Paris 1952.
- * 37. Contenau, G. Les civilisations anciennes du Proche-Orient. Que sais-je? n° 185. Presses Universitaires de France, Paris 1948.
- * 38. Contenau, G. Manuel d'Archéologie Orientale IV. Les découvertes archéologiques de 1930-1939. Paris. Editions A. et J. Picard et cie, 1947.
39. Coimbra, Álvaro da Veiga. Noções sobre Numismática. Revista de História n° 25, janeiro-março de 1956 e n° 26, abril-junho de 1956. Ano VII.
- * 40. Courtilier, G. Les anciennes civilisations de l'Inde. Collection Armand Collin, Paris 1945.
41. Cristiani, Léon. Le vrai visage d'Adam — Le centurion, 1956.
- * 42. Croiset, A. As democracias antigas. Livraria Garnier, Rio-Paris, 1923.
43. Daux, Georges. Les étapes de l'archéologie. Que sais-je? n° 54. Presses Universitaires de France, Paris 1948.
44. Dawson, Warren R. Capítulo sobre a medicina egípcia antiga em «El legado de Egipto» Univ. de Oxford. Editado sob a direção de Glanville e revisado por Pedro Blanco. Segunda edição. Ediciones Pegaso, Madrid 1950.
- * 45. Delaporte, Louis e Huart, Clément. L'Iran antique. Elam et Perse et la civilisation iranienne. L'Evolution de l'Humanité. Albin Michel, Paris 1952.
- * 46. Delaporte, Louis. Les peuples de l'Orient Méditerranéen. Le proche-orient asiatique. Clio. Presses Universitaires de France. Paris 1948.
- * 47. Drioton, E. «La religion égyptienne» em «Histoire des Religions» (3). Publiée sous la direction de Maurice Brillant et René Aigrain. Bloud et Gay.
- * 48. Drioton et Jacques Vandier. L'Egypte. Les peuples de l'Orient Méditerranéen Clio. Presses Univ. de France, Paris 1946.

49. Ducassé, Pierre. *Histoire des Techniques. Que sais-je? n° 126.* Presses Universitaires de France, Paris 1958.
50. Duchesne-Guillemin, J. Ormazd et Ahriman. Presses Universitaires de France, 1958.
51. Ducrocq, Albert. *La Science à la conquête du Passé.* Plon, Paris.
52. Durant, Will. *História da Civilização*, 1ª parte, *Nossa Herança Oriental* tomo 1º. Tradução de Gulnara de Moraes Lobato, revista por Monteiro Lobato. Cia. Editora Nacional, S. Paulo 1944.
53. Durant, Will. *História da Civilização*, 1ª parte, *Nossa Herança Oriental*, tomo 2º. Tradução de Gulnara de M. Lobato, revista por M. Lobato. Cia. Editora Nacional, S. Paulo 1944.
- * 54. Dussaud, René Prélydiens, *Hittites et Achéens.* Librairie Orientaliste Paul Geuthner, Paris 1953.
- * 55. Erman, Adolphe. *La religion des égyptiens.* Traduction de Henri Wild. Payot, Paris 1952.
- * 56. Erman, Adolphe. *L'Egypte des Pharaons.* Traduction de Henri Wild. Payot, Paris 1952.
- * 57. Erman, A. e H. Ranke. *La Civilisation égyptienne.* Traduction de Charles Mathien. Payot, Paris 1952.
58. Farina, J. *Grammaire de l'Ancien égyptien. Hiéroglyphes.* Edition française par René Neuville. Payot, Paris 1927.
- * 59. Février, James G. *Histoire de l'écriture.* Nouvelle édition entièrement refondue. Payot, Paris 1959.
60. Franca, Leonel. *A crise no Mundo Moderno.* Livraria José Olímpio Editora, Rio 1941.
61. Franca S.J., Leonel. *Noções de História da Filosofia.* 13ª edição revista. Agir, Rio de Janeiro 1952.
- * 62. Furon, Raymond. *Manuel de Préhistoire Générale.* Troisième édition. Payot, Paris 1951.
63. F.T.D. *Obra que bem merecia uma atualização. História Universal. Curso Superior. Tomo primeiro.* Livraria Paulo de Azevedo e Cia., Rio-S. Paulo.
64. Gauthier, Joseph. *História Gráfica del arte.* Traducción del francés por S. Sánchez Calvete. Tercera edición. Editorial Victor Leru, Buenos Aires.
- * 65. Glotz, Gustave. *Histoire Grecque tome II. La Grèce au Ve. siècle.* Avec la collaboration de Robert Cohen. Presses Universitaires de France, Paris 1948.
66. Goldstein, Mateo. *Derecho hebreo a través de la Biblia y el Talmud.* Editorial Atalaya, Buenos Aires.
67. Goury, Georges. *Origine et Evolution de l'Homme.* Tome premier, deuxième édition. Editions A. et J. Picard et Cie, Paris 1948.
- * 68. Granet, Marcel. *La civilisation chinoise. La vie publique et la vie privée.* Editions Albin Michel, Paris 1948.
69. Grison, M. *Problèmes d'origines. L'Univers, les vivants, l'homme.* Letouzey et Ané-Paris, 1954.
- * 70. Grousset, René. *Histoire de la Chine.* Arthème Fayard, Paris.
- * 71. Grousset, René et Regnault-Gatier, Sylvie. *L'Extrême Orient. Capítulo da História Universal 1*, sous la direction de R. Grousset et E. G. Léonard. *Des origines à l'Islam.* Encyclopédie de la Pléiade, Gallimard.
72. Guastalla, René-M. *L'Egypte d'Hérodote. Livre II. Classiques Athènes.* Hachette.
- * 73. Hall, H. R. *História Antiga do Oriente Próximo.* Tradução de Fábio Crissiuma. Casa do estudante do Brasil, Rio de Janeiro 1948.
- * 74. Halphen, Louis. *Introduction à l'Histoire.* Deuxième édition. Presses Universitaires de France, Paris 1948.
75. Humbert, Marcel. *Hérodote-L'Egypte ancienne.* Deuxième édition. Office de Publicité, S. C. Bruxelles, 1946.
76. Homo. Léon. *Histoire d'Orient.* Arthème Fayard, Paris.
77. Howells, W. *Préhistoire et histoire naturelle de l'Homme.* Traduit de l'anglais par M. Chevalier. Payot, Paris 1953.

- * 78. Hrozný, Bedrich. Histoire de l'Asie Antérieure de L'Inde et de la Crète. Traduction française par Madeleine David. Payot, Paris 1947.
- * 79. Huby, Joseph. Christus. Manuel d'Histoire des Religions. Huitième édition Beauchesne et ses fils, Paris 1947. Nota: Os colaboradores serão mencionados nas diversas notas de acordo com o assunto tratado.
- 80. Hours-Miédan, Madeleine. Carthage. Que sais-je? n° 340. Presses Universitaires de France, Paris 1949.
- * 81. Jéquier, Gustave. Histoire de la Civilisation égyptienne. Payot, Paris 1930.
- * 82. Kao, Fr. Dr. João Batista. Se-Tsien Kao, O.F.M. A Filosofia social e política do Confucionismo. Tradução de Murilo Mendes. Rio de Janeiro 1952.
- * 83. Kramer, Samuel Noah. L'Histoire commence à Sumer. Avant-propos de Jean Bottéro. Traduction de Josette Hesse, Marcel Moussy e Paul Stephano. Arthaud.
- 84. Lahr, C. Manual de Filosofia. Resumido e adaptado do «Cours de Philosophie» de C. Lahr por G. P. Livraria Apostolado da Imprensa 194, Lisboa, 2ª edição.
- * 85. Langlois, Ch. V. e Seignobos, Ch. Introdução aos Estudos Históricos. Tradução de Laerte de Almeida Moraes, 1946. Editora Renascença S.A. S. Paulo.
- 86. Lange, Kurt. Pirâmides, esfinges e faraós. Tradução de Oscar Mendes. Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte 1958.
- 87. Lantier, Raymond. A vida pré-histórica. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. Difusão Européia do Livro, S. Paulo 1958.
- * 88. Lavedan, Pierre. Avec la collaboration de Simone Besques. Histoire de l'Art I Antiquité. Clio. Presses Universitaires de France. Paris 1949.
- * 89. Lauer, J. P. Les problèmes des Pyramides d'Egypte. Nouvelle édition. Payot, Paris 1952.
- 90. Leif, J. Esprit et évolution des Civilisations. Librairie Delagave, Paris 1950.
- 91. Lips, J. E. Les origines de la culture humaine. Traduction de D. P. de Pedrals. Payot, Paris 1951.
- * 92. Le Grand, Ph.-E. Hérodote. Euterpe. Les Belles lettres, Paris 1948.
- 93. L'Huillier, Fernand. Fondements Historiques des Problèmes du Moyen-Orient. Sirey.
- 94. Magne, Augusto. História da Literatura Grega Clássica. Editora Anchieta S.A. S. Paulo 1946.
- 95. Magne, Augusto. Antologia Latina para a terceira série ginasial. 4ª edição. Editora Anchieta, S.A. S. Paulo, 1948. Esta obra contém um excelente resumo da civilização persa.
- 96. Maritain, Jacques. Introdução Geral à Filosofia. 2ª edição. Tradução de Ilza das Neves e Heloísa de Oliveira Penteado, revista por Frei José de Azevedo Mendonça, O.P. Agir, Rio 1951.
- * 97. Marrou, Henri-Irénée. De la connaissance historique. Editions du Seuil, Paris 1954.
- * 98. Masson-Oursel, P. L'Inde Antique et la civilisation indienne. L'Evolution de l'Humanité. Editions Albin Michel, Paris 1951. Nota: A quarta parte dessa obra foi escrita por Mme. de William-Grabowska (literatura) e por Ph. Stern (arte).
- 99. Mayani, Z. Les Hyksos et le monde de la bible. Payot, Paris 1956.
- 100. Meile, Pierre. Histoire de l'Inde. Presses Universitaires de France. Que sais-je? n° 489. Paris 1951.
- * 101. Meillet, A. et Cohen, Marcel. Les langues du Monde. Nouvelle édition. Centre national de la recherche scientifique. H. Champion, dépositaire, Paris 1952.
- * 102. Montet, Pierre. La vie quotidienne en Egypte au temps des Ramsès, Hachete.

- * 103. Moret, Alexandre. Histoire de l'Orient, tome Premier. Histoire Générale fondée par Gustave Glotz. Presses Universitaires de France, Paris 1941, 2^e édition.
- * 104. Moscati, Sabatino. Histoire et civilisation des peuples sémitiques. Edition française revue e mise à jour par l'auteur. Payot, Paris 1955.
- 105. Naval, P. Francisco Naval Ayerve. Curso Breve de Arqueología y Bellas artes. Octava edición. Editorial Cculsa, Madrid 1950.
- 106. Órris Soares. Dicionário de Filosofia. Volume I. A-D. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro 1952.
- 107. Oxford... The... Dictionary of the Christian Church. Edited by F. L. Cross. London... Oxford University Press, 1957.
- 108. Palanque, Jean-Rémy. Les imperialismes antiques. Que sais-je? n° 320. Presses Universitaires de France, 1948.
- * 109. Parrot, André, Archéologie Mésopotamienne. Albin Michel, Paris.
- * 110. Parrot, André. Babylone et l'ancien testament. Delachaux et Niestlé S.A. Edité en Suisse.
- * 111. Parrot, André. Découverte des mondes ensevelis. 2^e édition. Delachaux et Niestlé S.A. Edité en Suisse.
- 112. Parrot, André. La civilisation des pays du Moyen-Orient. L'Histoire et l'art. Apud «Les guides bleus. Moyen-Orient. Hachette. Paris 1956.
- * 113. Parrot, André. Ninive et l'Ancien Testament. Deuxième édition revue. Delachaux et Niestlé S.A. Edité en Suisse.
- 114. Paulme, Denise. Les civilisations africaines. Que sais-je? n° 606. Presses Universitaires de France, Paris 1953.
- * 115. Picard, Gilbert et Colette, Charles. La vie quotidienne a Carthage au temps d'Hannibal, III siècle avant Jésus-Christ. Hachette.
- 116. Pike, Royston E. Dictionnaire des religions. Adaptation française de Serge Hutin. Presses Universitaires de France, Paris 1954.
- 117. Piragibe, Roberto... da Fonseca. Programa e Breviário de Propedêutica e de Metodologia da História. Separata da Revista Verbum, tomo X, fasc. 1, 2, e 3, 1953. Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- * 118. Pirenne, Jacques. Civilisations Antiques. Albin Michel, Paris.
- * 119. Pirenne, Jacques. Les grands courants de l'Histoire Universelle I. Des origines à l'Islam. Editions de la Bacconière, Neuchâtel. Editions Albin Michel, Paris 1950.
- 120. Renié, R. P. J. Manuel d'Ecriture Sainte, tome II. 5e. édition. Emmanuel Vitte, Lyon-Paris, 1951.
- 121. Renié, R. P. J. Manuel d'Ecriture Sainte, tome I. 6e. édition. Emmanuel Vitte, Lyon-Paris 1949.
- 121 a. Renié, R. P. J. Manuel d'Ecriture Sainte, tome IV. 4e. édition. Emmanuel Vitte, Lyon-Paris 1949.
- 121 b. Renié, R. P. J. Manuel d'Ecriture Sainte, tome III. 6e. édition. Emmanuel Vitte, Lyon-Paris, 1949.
- 122. Resina, Giuseppe. Sumer e Akkad. La vita economica. Romeo Prampolini. Editore, Catania, 1958.
- * 123. Riad, Dr. Naguib. La Médecine au temps des Pharaons. Librairie Maloine S.A. Paris 1955.
- * 124. Ricciotti, Giuseppe. Storia d'Israele. I. Dalle origini all'esilio. Quinta edizione, Società editrice internazionale, Torino.
- * 125. Ricciotti, Giuseppe. Storia d'Israele. II. (Dall'esilio al 153 dopo Cristo). Società editrice internazionale, Torino.
- * 126. Robert et Tricot. Initiation Biblique. Nouvelle édition, revue, augmentée. Desclée et Cie. Paris, Tournai, Rome, 1948.
- * 127. Rodrigues, José Honório. Teoria da História do Brasil. Instituto Progresso editorial, S. Paulo.
- 128. Rutten, Marguerite. Babylone. Que sais-je? n° 292. Presses Universitaires de France, Paris 1958.

129. Schmidt, Max Georg. *História do Comércio Mundial*. Traduzida por Lyon Davidovich. Athena Editôra, Rio de Janeiro.
- * 130. Soranzo, Giovanni. *Avviamento agli Studi Storici*. II edizione. Marzorati, Milano, 1950.
131. Szlechter, Emile. *Les lois d'Esnunna*. Transcription, traduction et commentaire. Paris, Recueil Sirey, 1954.
- * 132. Taton, René. *Histoire Générale des sciences*. T. I. *La Science Antique et Médiévale*. Des origines à 1450. Presses Universitaires de France, Paris, 1957. Nota: Esta obra possui inúmeros colaboradores que serão mencionados nas referências relacionadas com os capítulos escritos por cada um deles.
133. Taylor, Sherwood F. *Pequena História da Ciência*, 2ª edição. Tradução de Milton da Silva Rodrigues. Livraria Martins Editora, S. Paulo.
134. Vallois, Henri-V. *Les races humaines, Que sais-je?* n° 146. Presses Universitaires de France, Paris 1951.
135. Van Loon, Hendrik Willen. *As Artes*. Tradução de Marina Guaspari. 2ª edição. Edições da Livraria do Globo, Porto Alegre 1941.
136. Weill, Raymond. *La Phénicie et l'Asie Occidentale*. Librairie Armand Colin, Paris 1949.
139. Weinert, H. *L'ascension intellectuelle de l'Humanité*. Traduction de L. Lamorlette. Payot, Paris 1946.
- * 140. Weiss, Juan Bta. *Historia Universal*, v. I. Versión bajo la dirección de Ramón Ruiz Amado, S.J. Tipografía la Educación, Barcelona.
- * 141. Weiss, Juan Bta. *Historia Universal* v. II. Versión bajo la dirección de Ramón Ruiz Amado, S.J. Tipografía la Educación, Barcelona. Nota: A *História Universal* de Weiss recebeu, no século passado, a seguinte apreciação de Ludovico Pastor: «A literatura alemã nada possui que se possa comparar com a mesma». Convém notar que os volumes da tradução espanhola **aqui citada** foram atualizados em 1927.
- * 142. Wooley, Leonard. *Ur en Chaldée*, Payot, Paris 1949.
143. Yoyotte, Jean. *Egypte Ancienne*. Capítulo da *Histoire Universelle*, v. I. Des origines a l'Islam. Já citada acima. *Encyclopédie de la Pléiade*. Gallimard.



Tumba do rei persa Ciro II Magno (559-529 aC) em Pasárgada. Foi ele que permitiu aos judeus a volta do cativoiro babilônico (538).

SUMÁRIO

Prólogo	7
-------------------	---

BREVE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA

1. <i>Que é História?</i>	9	1. Noção e divisão das fontes . .	15
1. A palavra «História»	9	2. A crítica das fontes	16
2. A Historiografia através dos tempos	9	3. As forjicações	17
3. Definição da História	10	4. <i>As ciências auxiliares</i>	17
4. Pré-história e Proto-história . .	11	5. <i>A síntese histórica</i>	20
5. O homem e a História	12	6. <i>Filosofia da História</i>	21
6. Causalidade histórica e causalidade física	13	1. O aspecto objetivo	21
7. Civilização e História	14	2. O aspecto subjetivo	21
2. <i>Divisão do estudo da História</i> . .	14	7. <i>Utilidade do estudo da História</i>	22
1. Critérios	14	1. Explicação do presente	22
2. Divisão temática	14	2. Veículo de cultura	23
3. Divisão cronológica	15	3. Lição para a Humanidade	23
3. <i>As fontes da História</i>	15		

CAPÍTULO I: A IDADE DA PEDRA E A IDADE DOS METAIS

<i>A Idade da Pedra</i>	25	Observação preliminar	36
1. Origem da Humanidade	25	1. Os alimentos	37
2. Quando e Onde?	27	2. A habitação	37
3. A era quartenária	28	3. O vestuário	38
a) Cronologia da era quartenária	28	4. A arte	38
b) As ciências da Pré-história	29	a) A arte mobiliária	39
c) A evolução cultural na Idade da Pedra	29	b) A arte parietal	39
I. O Paleolítico	30	5. As ciências	41
1. O Paleolítico Inferior	32	6. As crenças	41
2. O Paleolítico Médio	32	<i>A Idade dos Metais</i>	43
3. O Paleolítico Superior	32	Introdução	43
II. O Mesolítico	34	1. Fontes	44
III. O Neolítico	35	2. Cronologia proto-histórica	44
IV. A vida na Idade da Pedra	36	3. Visão geral da difusão do uso dos metais	45
		4. Dolmens e menhires	46

CAPÍTULO II: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA ANTIGA DO ORIENTE PRÓXIMO

1. Localização geográfica	48	do Oriente Próximo	50
2. O estudo da História do Oriente Próximo até o século XX	49	a) As escavações arqueológicas	52
a) A tradição literária	49	b) A decifração das escritas antigas	52
b) Falhas da tradição literária ..	50	4. Importância histórica do Oriente Próximo	53
3. Novos rumos da História Antiga			

CAPÍTULO III: OS EGÍPCIOS

Introdução	55	c) Caça e pesca	86
1. Fontes	55	d) O tráfico e as relações comerciais	86
a) Fontes clássicas	55	7. As artes	88
b) As revelações da Arqueologia ..	56	a) Generalidades	88
Mapa 1: Egito	57	b) As artes no Antigo Império ..	88
c) A escrita egípcia e sua decifração	59	c) As artes no Médio Império ..	89
2. O país e os habitantes	61	d) As artes no Novo Império ..	90
a) o país	61	e) Características gerais da arte egípcia	91
b) Influência das condições geográficas	63	8. A Literatura	92
c) Os habitantes	63	a) A literatura no Antigo Império ..	92
3. Os primórdios	64	b) A literatura no Médio Império ..	93
4. História política	66	c) A literatura no Novo Império ..	93
Observações preliminares	66	9. A Filosofia egípcia	94
a) O Egito antes de Menés	66	10. O Direito	95
b) A época tinita	67	a) Generalidades	95
c) O Antigo Império	68	b) Direito penal	96
d) Primeiro Período intermediário ..	69	c) Direito civil	97
e) O Médio Império	69	11. As ciências	98
f) Segundo Período intermediário ..	70	a) Astronomia	98
g) O Novo Império	72	b) Matemática	99
h) A multissecular decadência egípcia	75	c) Medicina	100
i) A invasão assíria	75	12. A Religião	104
j) A renascença sob a XXVI dinastia	76	a) Introdução	104
k) O domínio persa	77	b) Fontes	105
5. A sociedade	78	c) Características gerais	105
a) O faraó	78	d) O panteão egípcio	106
b) Os altos funcionários	79	e) Os deuses locais	106
c) A nobreza feudal	79	f) Os deuses cósmicos	107
d) Os guerreiros	80	g) Os deuses estrangeiros	107
e) Os sacerdotes	80	h) Os gênios	107
f) O escriba	81	i) Homens divinizados	108
g) O felá	82	j) Os animais sagrados	108
h) Outros tipos sociais	83	k) Os deuses e as lendas populares	109
i) Os escravos	84	l) As sínteses doutrinárias	110
6. A vida econômica	85	m) O culto	112
a) Agricultura e criação	85	n) A vida de além-túmulo	113
b) Indústria	85	13. O legado	115
		a) Introdução	115

b) As artes	115	e) A religião	117
c) As ciências	116	f) A escrita	118
d) A filosofia	117	g) Os papiros	118

CAPÍTULO IV: A MESOPOTÂMIA

Introdução	121	8. O direito	138
1. Fontes	122	9. A religião	140
a) Fontes clássicas	122	10. O legado	141
b) As descobertas arqueológicas	122		
c) A decifração da escrita cuneiforme	123	Os Semitas	141
Mapa 2: Oriente Próximo	125	Introdução	141
2. O país e os habitantes	127	1. Origens	141
a) O país	127	2. História política	142
b) Os habitantes sumérios e semitas	128	a) O primeiro Império Babilônico	142
3. Pré-história e Proto-história	128	b) O Império Assírio	144
Pré-história	128	c) O segundo Império Babilônico	146
Proto-história	129	3. A sociedade	147
a) Hassuna	129	4. A vida econômica	149
b) Samarra e Halaf	129	5. As artes	150
c) Eridu	130	a) Arquitetura	151
d) Obeid	130	b) Escultura	151
e) Uruk e Djemdet Nars	130	6. As ciências	152
Os Sumérios	131	7. A literatura	153
Introdução	132	8. O direito	154
1. Origem	132	a) Generalidades	154
2. História política	132	b) Direito privado	156
3. A sociedade	134	c) Direito penal	157
4. A vida econômica	135	9. A religião	159
5. As artes	136	a) Fontes	159
6. As ciências	137	b) Origens	159
7. As Letras	137	c) A natureza dos deuses	160
		d) A vida religiosa	162
		e) A vida de além-túmulo	163
		10. O legado	163

CAPÍTULO V: OS FENÍCIOS

Introdução	167	6. O alfabeto	180
1. Fontes	168	a) Introdução	180
2. O país e o povo	169	b) Origem	180
3. História política	171	7. Literatura, artes e ciências	181
a) Biblos	171	8. Religião	184
b) Ugarit	172	a) Fontes	184
c) Sidon	172	b) A religião fenícia segundo os textos de Ras Shamra	184
d) Tiro	173	c) A religião fenícia na «Baixa Época»	185
4. Estrutura político-social	174	d) O culto	185
5. Vida econômica	175	e) A vida de além-túmulo	186
a) Agricultura	175	f) Conclusão	186
b) Indústria	176	9. O legado	187
c) Navegação e comércio	176		

CAPÍTULO VI: OS CARTAGINESES

Introdução	189	a) Organização política	193
1. Fontes	189	b) As classes sociais	194
2. O país e o povo	190	5. A vida econômica	195
3. História política	191	6. As artes	197
4. Estrutura político-social	193	7. A religião	197
		8. O legado	199

CAPÍTULO VII: HITITAS E HURRITAS

<i>Os hititas</i>	201	9. O legado	217
Introdução	201	<i>Os hurritas</i>	217
1. Fontes	201	Introdução	217
2. O país e os habitantes	204	1. Fontes	218
a) O país	204	2. O país e os habitantes	218
b) Os habitantes	204	3. História política	219
3. História política	205	4. Estrutura político-social	220
4. Estrutura político-social	208	5. Direito, Literatura e Artes	221
5. Vida econômica	209	6. Religião	222
6. A literatura e o direito	210	7. O legado	222
7. As artes	214		
8. A religião	215		

CAPÍTULO VIII: OS HEBREUS

Introdução	224	d) Direito penal	237
1. Fontes	224	e) Conclusão	241
a) A Bíblia	224	7. A Literatura	241
b) As descobertas arqueológicas	225	a) Língua e escrita	241
2. O país e o povo	226	b) A literatura bíblica	242
3. História política	227	c) A poesia hebraica	245
a) Os patriarcas	227	d) A literatura hebraica em fa-	
b) Os hebreus no Egito	228	ce das literaturas do Antigo	
c) Moisés e o Êxodo	228	Oriente	245
d) Josué e os juízes	229	8. As artes	247
e) Os reis	230	9. A religião	249
f) Persas, gregos e romanos	231	a) A religião da época dos	
4. A sociedade	232	patriarcas	249
5. Vida econômica	233	b) Moisés	250
6. O direito hebraico	234	c) Os profetas	250
a) Introdução	234	d) Época pós-exílica	251
b) Legislação Mosaica e Legis-		e) O culto	252
lações orientais	234	f) A vida moral	253
c) Direito civil e comercial	236	10. O legado	254

CAPÍTULO IX: OS LÍDIOS

Introdução	256	4. A vida social e econômica	259
1. Fontes	256	5. Língua e escrita. Artes e religião	260
2. O país e o povo	256	6. O legado	261
3. História política	257		

CAPÍTULO X: O IRÃ

Introdução	262	<i>Medos e persas</i>	274
1. Fontes	263		
2. O país e o povo	264	1. História política	274
3. A língua e a escrita	266	a) Os medos	274
a) O elamita	266	b) Os persas	275
b) O persa	267	2. Estrutura político-social	279
Os elamitas	268	a) As províncias	279
1. História política	268	b) O governo central	280
a) os albores da História	268	c) Instrumentos de centralização	
b) Acad e Elam	268	do poder	280
c) Os reis de Simash	268	d) As classes sociais	280
d) Os altos comissários	269	3. Finanças e economia	281
e) Reis de Anzan e de Susa	269	4. O direito	282
f) O reino neo-elamita	270	5. As artes	283
2. Vida político-social	271	6. A religião	284
3. Vida econômica	271	a) Introdução	284
4. O direito	272	b) Zoroastrismo	285
5. As artes	272	c) O Masdeísmo constituído	287
6. A religião	272	d) O culto	288
7. O legado	273	e) A morte e a vida futura	288
		f) Conclusão	288
		7. O legado	289

CAPÍTULO XI: A ÍNDIA

Introdução	293	5. Vida econômica	307
1. Fontes	294	6. A literatura	308
Mapa 3: Índia	295	b) A literatura	309
2. O país e o povo	296	7. As artes	312
a) O país	296	a) Arte proto-indiana	312
b) O povo	297	b) Arquitetura	312
c) A língua	298	c) Escultura	313
3. História política	298	8. As ciências	314
Introdução	298	9. A religião	315
a) A Índia na época rig-védica	300	Introdução	315
b) Progresso para leste. As gran-		a) A religião proto-indiana	315
des doutrinas	301	b) O Vedismo	316
c) A Índia e os Aquemênidas	302	c) O Bramanismo	317
d) A Índia e Alexandre	302	d) O Hinduísmo	318
e) Os Máurias	303	e) O Jainismo	319
f) Citas e Kuchanes	304	f) O Budismo	320
g) Os Guptas	305	10. O legado	323
4. Estrutura social e política	306		

CAPÍTULO XII: A CHINA

Introdução	326	b) Os habitantes	330
1. Fontes	327	c) A língua	331
a) Tradição literária	327		
b) Pesquisas arqueológicas	327	3. História política	331
Mapa 4: China	328	a) Os Hias	332
2. O país e os habitantes	330	b) Os Changs	332
a) O país	330	c) Os Tchêus	332
		d) A época feudal	333
		e) Os Tsins	333

f) Os Hans	335	b) Escultura e outras manifesta- ções artísticas	345
g) Os três reinos	337	8. As ciências	346
h) Os Ts'ins e os bárbaros	337	9. Religião e Filosofia	347
4. A sociedade	338	Introdução	347
5. A vida econômica	339	a) Crenças e práticas primitivas	348
a) Agricultura	339	b) A outra vida	348
b) Indústria	340	c) Os grandes mestres do pensa- mento chinês	349
c) Comércio	340	Lao-Tse e o Taoísmo	349
6. A Literatura	342	Confúcio e sua doutrina	351
a) A escrita	342	d) O Budismo	353
b) A literatura	343	10. O legado	354
7. As artes	344	Bibliografia	357
a) Arquitetura	344		

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As ilustrações da presente obra foram extraídas das seguintes fontes:

Algemeene Kunst Geschiedenis, Deel I (onder redactie van Dr. F.W.S. Van Thienen). — Uitgeversmaatschappij W. de Haan, N.V. Utrecht MCMXLI. Ilustrações: 1, 11, 12, 16, 17, 21.

Algemeene Kunst Geschiedenis. Deel VI (onder redactie van Prof. Dr. F.W.S. Van Thienen). — Uitgeversmaatschappij W. de Haan, N.V. Utrecht. Ilustrações: 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39.

Geschiedenis der Wereld in Woord en Beeld. Eerste Deel (onder redactie van Prof. Dr. H. Brugmans en Dr. F. H. Fischer. — doorgezien door Prof. W. Nolet. — N.V. Uitgeversmaatschappij Olanda, Amsterdam. Ilustrações: 2, 3, 4.

Atlante Storico della Bibbia, a cura dei Padri Paulin Lemaire e Donato Baldi. — Marietti. Ilustrações: 23 e 24.

Everyday Life in Ancient Times (reprinted from the National Geographic Magazine issues of October, 1941; March, 1944, November, 1946; and January, 1951). — National Geographic Society. Ilustrações: 5, 6, 7, 8.

Das Land Sumer, von Hartmut Schmökel. — W. Kohlhammer Verlag Stuttgart. Ilustrações: 21 e 22.

Atlas de la Bible, par Luc H. Grollenberg O.P. (traduit et adapté du néerlandais par René Beaupère O.P.). — Elsevier, Paris, Bruxelles, MCMLV. Ilustrações: 13, 14, 19, 22.

La Civilisation des Hittites et des Hurrites du Mitani, por G. Contenau. — Payot, Paris 1948. Ilustrações: 18 e 20.

L'Iran Antique. Elam et Perse et la civilisation iranienne, par Clément Huart et Louis Delaporte. Ilustração: 25.

Drukletters, hun ontstaan en hun gebruik, de M. H. Groenendaal, Ir. — «De technische Boekhandel». H. Stam, Amsterdam, Haarlem, Rotterdam. Ilustração: 15.

História da Antigüidade Oriental oferece uma fonte segura de consulta aos estudantes do curso de História da Antigüidade Oriental, com uma feição didática que visa também oferecer aos professores matéria para o fácil preparo de suas aulas de História. As freqüentes referências bibliográficas facilitam o aprofundamento do estudo de qualquer capítulo. O livro é indicado também para os intelectuais que, sem fazerem estudos mais aprofundados, desejam pôr-se em dia com os principais fatos da história antiga do Oriente. Mário Curtis Giordani reúne o gosto pela pesquisa, o recurso às fontes documentais e o modo didático de expor, transformando a obrigação de aprender em uma atividade interessante e agradável.

Esta coleção é formada pelos seguintes volumes:

História da África anterior aos descobrimentos

História da América Pré-colombiana

História da Antigüidade Oriental

História da Grécia

História de Roma

História do Império Bizantino

História do mundo árabe medieval

História do mundo feudal

História dos reinos bárbaros

História da Ásia anterior aos descobrimentos

www.vozes.com.br



EDITORA

Biblioteca Santa Clara - FASB



ISBN 85.326.0816-7





Mário Curtis Giordani nasceu em 1921, em Viamão, RS. Cursou Filosofia (1941) e Teologia (1943) no antigo Seminário Central de São Leopoldo, RS. Bacharelou-se em Letras Clássicas (1948) pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul (atual PUC), licenciou-se em Letras Clássicas (1949) pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (atual PUC). Bacharelou-se em Direito (1955) pela Faculdade de Direito de Niterói. Lecionou a partir de 1953 na antiga Faculdade Fluminense de Filosofia e, posteriormente, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, como titular de Filosofia, até 1977. É titular de Direito Romano na Faculdade de Direito da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, onde leciona desde 1959.